

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



VIVER COM OU SEM ABRIGO? ETNOGRAFIA DE LUGARES VAGOS

Susana Mendes Pereira da Silva

DOUTORAMENTO EM EDUCAÇÃO

(Formação de Adultos)

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



VIVER COM OU SEM ABRIGO? ETNOGRAFIA DE LUGARES VAGOS

Susana Mendes Pereira da Silva

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Rui Canário

DOUTORAMENTO EM EDUCAÇÃO

(Formação de Adultos)

2011

Resumo

A presente investigação tem como objectivo analisar os processos de socialização e de aprendizagem de pessoas adultas a viver em situação de sem-abrigo, em Lisboa. O conceito adoptado tem por base a Tipologia Europeia sobre Sem-abrigo e Exclusão Habitacional – ETHOS – que estabelece que sem-abrigo é uma categoria conceptual que engloba duas situações: pessoas que vivem na rua ou em espaços exteriores; e pessoas que pernoitam num centro de alojamento temporário. Recorre-se à noção de lugar vago, proposta por Charles Darwin, como um espaço de sobrevivência possível mas habitualmente não praticado pela generalidade de uma determinada população. Do ponto de vista metodológico desenvolveu-se uma pesquisa etnográfica com recurso à observação participante e entrevistas biográficas e temáticas, num total de vinte e quatro pessoas a viver ou que viveram em situação de sem-abrigo.

Os resultados evidenciam que face a situações de extrema vulnerabilidade, isto é, perda de habitação e de recursos financeiros estáveis, as pessoas tendem a ocupar dois tipos de lugares vagos: a rua ou casas abandonadas; e os centros de alojamento temporário ou as comunidades de trabalho. As estratégias de sobrevivência adoptadas são distintas: enquanto as primeiras mantêm vínculos de fraca intensidade com os serviços sociais; as restantes adaptam-se à vida comunitária, procurando salvaguardar uma certa independência e autonomia. Estes dois tipos de percursos são, regra geral, mutuamente exclusivos, isto é, as pessoas que se socializam na rua raramente aceitam ingressar num centro de alojamento temporário. De igual modo as pessoas que optam pelos centros ou comunidades, raramente passaram pela experiência de sobreviver na rua, rejeitando essa alternativa. A maioria dos participantes deste estudo gostaria de alterar a situação em que se encontrava se pudesse garantir algum controlo sobre a sua existência. As mudanças são encaradas por ambos como verdadeiros saltos para o desconhecido. Estes resultados proporcionam informação pertinente para a concepção, gestão e organização dos serviços de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo.

Palavras-chave: sem-abrigo, vínculo institucional, lugares vagos, percurso de vulnerabilidade

Abstract

This research aims to analyze the processes of socialization and learning of adults who live in a situation of homelessness in Lisbon. The concept adopted is based on the European Typology on Homelessness and Housing Exclusion - ETHOS - which states that homelessness is a conceptual category that encompasses two situations: people living on the street or outdoors and people who overnight in temporary shelters. The research draws on the notion of unoccupied-places, developed by Charles Darwin, as a possible survival space but usually not practiced by the majority of a population. From the methodological point of view an ethnographic research was developed using both participant observation and biographical and thematic interviews to a set of twenty-four people living in a homeless situation.

The results show that in situations of extreme vulnerability, i.e., loss of housing and stable financial resources, people tend to occupy two types of places: the street or abandoned houses, and shelters or working communities. Coping strategies and adaptation developed by each person choosing one or another kind of place are distinct: while the ones who socialize on the street or in abandoned sites seek to survive by keeping low-intensity links with social support structures; those using social services socialize in these new sites seeking to maintain some independence and autonomy. In general these two types of paths are mutually exclusive; people who socialize on the street rarely accept to enter a shelter house. Similarly people who socialize in shelters rarely had the experience of surviving on the street, rejecting this possibility. Most participants in this study would change the situation they were in if they could ensure some sort of control over their lives. For both groups, changes are regarded as true jumps into the unknown. These results provide information relevant to the design, management and organization of support services for people at risk of homelessness.

Keywords: homelessness, institutional links, unoccupied places, vulnerability pathway

Agradecimentos

A presente investigação teve o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no período de 2007 a 2010, sem o qual, provavelmente, não teria sido concretizada. Contou com a orientação científica do Professor Doutor Rui Canário que me desafiou para o desenvolvimento deste projecto e me proporcionou a liberdade necessária para seguir o meu próprio percurso de aprendizagem, sem deixar de me guiar até ao final do caminho.

Os contributos das várias pessoas que atravessaram este período da minha existência foram-me oferecidos com generosidade, através de conversas, partilha de conhecimentos, pontos de vista e sugestões de leituras.

Agradeço a cooperação dos profissionais das várias organizações em Lisboa que aceitaram participar nesta pesquisa, disponibilizando o seu tempo e partilhando os seus saberes e experiências, concedendo-me as entrevistas e facilitando-me o acesso ao terreno da pesquisa.

Às pessoas em situação de sem-abrigo que indirectamente participaram neste estudo, sem o saberem, agradeço do coração, assim como a todos os entrevistados que aceitaram confiar-me os seus conhecimentos e vivências para a realização da pesquisa. A todos eles agradeço e dedico este trabalho esperando não os ter defraudado e desejando que possam vir a concretizar alguns dos seus projectos.

Contei ainda com o apoio incondicional das minhas filhas, quer durante as minhas saídas nocturnas enquanto voluntária, quer nos meus isolamentos forçados durante a análise dos dados e a escrita da dissertação. Cada uma delas contribuiu à sua maneira para o desenvolvimento deste projecto. Um agradecimento para as minhas amigas que pacientemente me ouviram ou leram, apoiando-me e incentivando-me sempre que me sentia desmoralizada. À minha família que apesar da distância me proporcionou o ânimo para prosseguir até concluir este projecto.

Índice geral

Índice dos quadros	13
Abreviaturas e siglas.....	15
Introdução	17
Capítulo I – Construção do problema de investigação	21
1.1. Os seis momentos da investigação	22
1.2. Modernidade e ciências sociais.....	29
1.3. Poder, instituições e o ideal de normalidade	34
1.4. Biografia e identidade.....	40
1.5. Para uma história da categoria sem-abrigo	51
1.6. Considerações metodológicas.....	59
Capítulo II – A construção social da pessoa sem-abrigo.....	69
2.1. A investigação.....	70
Síntese da investigação	129
2.2. Os média.....	135
Síntese dos média.....	159
2.3. As artes	160
Síntese das artes.....	164
2.4. Notas finais sobre a construção social da pessoa sem-abrigo	165
Capítulo III – As organizações sociais.....	167
3.1. Tipos de respostas sociais	168
3.2. Configuração das organizações sociais.....	175
3.3. Modelos de intervenção social	179
3.4. Os práticos nas organizações	183
3.4.1. Os gestores e os técnicos nas instituições	185
3.4.2. Os técnicos nas equipas de rua	211
3.5. Considerações finais	239
Capítulo IV – Percursos de vulnerabilidade e ocupação de lugares vagos	243
4.1. A pesquisa etnográfica.....	245
4.1.1. Cenários de rua	248
4.1.2. Locais de pernoita	252
4.1.3. Actores	254
Martim	256
Jacob	262
Omar	264

Anselmo	270
Tião	274
Bartolomeu.....	277
Guido	278
Lourenço	279
Lénio	281
Veterano de guerra e senhora dos gatos	282
4.1.4. Síntese da pesquisa etnográfica.....	283
4.1.5. Percurso pessoal enquanto voluntária e investigadora.....	287
4.2. Biografias e percursos de vulnerabilidade dos entrevistados	289
Sérgio	291
Tomás.....	295
Jorge.....	298
Fred.....	318
Isa	320
António	321
João.....	324
Luís.....	325
Afonso	329
Alfredo	331
David.....	332
Leonardo	335
Roberto	336
Romeu.....	337
Maura.....	340
4.2.1. Síntese das entrevistas	342
4.3. Considerações finais	347
<i>Conclusões</i>	351
<i>Referências bibliográficas.....</i>	363
Legislação Portuguesa	374
Imprensa	374
Sítios na internet	403

Índice dos quadros

Quadro 1.1. Esquema dos eixos orientadores da investigação	28
Quadro 1.2. Esquema dos níveis de análise desenvolvidos na investigação	66
Quadro 2.1. Investigações realizadas em estabelecimentos de ensino superior Portugueses.....	70
Quadro 2.2. Estabelecimentos de ensino superior com pesquisas desenvolvidas	71
Quadro 2.3. Temas e síntese das dissertações desenvolvidas em Portugal entre 1995 e 2008.....	73
Quadro 2.4. Estimativa anual de residentes nos albergues da Mitra entre 1933 e 1951.....	76
Quadro 2.5. Diagnóstico primário da pessoa sem-abrigo de rua, em 1999	82
Quadro 2.6. (a) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo: objectivos e questões de investigação	86
Quadro 2.6. (b) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo: metodologia e principais resultados obtidos.....	87
Quadro 2.7. Posicionamento das investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo	88
Quadro 2.8. Variáveis e categorias estudadas nas investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo	93
Quadro 2.9. (a) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no fenómeno: objectivos e questões de investigação	97
Quadro 2.9. (b) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no fenómeno: metodologia e principais resultados obtidos	99
Quadro 2.10. Posicionamento das investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no fenómeno.....	100
Quadro 2.11. Expressões utilizadas nas sinalizações	108
Quadro 2.12. Síntese da investigação realizada em Portugal.....	131
Quadro 2.13. Exemplo do ficheiro de texto com as notícias incluídas.....	137
Quadro 2.14. Notícias recolhidas por ano de publicação.....	139
Quadro 2.15. Títulos das publicações <i>on-line</i> com maior número de artigos	140
Quadro 2.16. Origem geográfica das notícias: nacionais e internacionais	140
Quadro 2.17. Classificação das notícias em relação à instituição	141
Quadro 2.18. Instituições com maior número de notícias publicadas	142
Quadro 2.19. Notícias, mais representativas, em que o foco é o indivíduo ou a sociedade	142
Quadro 2.20. Exemplo do <i>lay-out</i> da situação de uma notícia constante na base de dados	143
Quadro 2.21. Descrições presentes nas notícias nas categorias: sociedades; instituição; indivíduo; e fenómeno.....	144
Quadro 2.22. Categorização dos temas das notícias com descrições do indivíduo ou grupo	144
Quadro 2.23. Síntese dos temas e subtemas das notícias com descrições do indivíduo ou grupo	145
Quadro 3.1. Tipos de respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa.....	169
Quadro 3.2. Organizações com Equipas de Rua em Lisboa	171
Quadro 3.3. Organizações vocacionadas e de suporte a pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa	173
Quadro 3.4. Enquadramento legal das repostas sociais para pessoas sem-abrigo ou em situação vulnerável.....	174
Quadro 3.5. Instituições com repostas regulamentadas para pessoas sem-abrigo ou em situação vulnerável.....	178

Quadro 3.6. Modelo base de intervenção institucional proposto por Menezes, 2008.....	179
Quadro 3.7. Respostas sociais institucionais em função da formalização de um vínculo	180
Quadro 3.8. Síntese da análise das entrevistas a gestores e técnicos nas instituições	208
Quadro 3.9. Síntese da análise das entrevistas aos técnicos das Equipas de Rua: antecedentes e constituição das respectivas equipas.....	234
Quadro 3.10. Síntese da análise das entrevistas aos técnicos das Equipas de Rua, parte II	235
Quadro 4.1. Entradas do diário de campo agrupadas por ano.....	247
Quadro 4.2. Tipos de cenários registados no diário de campo.....	248
Quadro 4.3. Identificação dos locais registados no diário de campo.....	249
Quadro 4.4. Tipos de actores.....	255
Quadro 4.5. Nomes dos informantes longitudinais com maior número de registos	255
Quadro 4.6. Síntese da pesquisa etnográfica: percursos de vulnerabilidade e ocupação de lugares vagos	286
Quadro 4.7. Relação das entrevistas realizadas	290
Quadro 4.8. Síntese do percurso biográfico de Sérgio.....	294
Quadro 4.9. Síntese do percurso biográfico de Tomás	298
Quadro 4.10. Síntese dos períodos marcantes na biografia de Jorge	302
Quadro 4.11. Síntese das entrevistas: percursos de vulnerabilidade e ocupação de lugares vagos.....	346

Abreviaturas e siglas

AMI – Assistência Médica Internacional

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CEPAC – Centro Padre Alves Correia

CRAS – Centro Regional de Alcoologia do Sul

FEANTSA – Fédération européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri

IDS – Instituto de Desenvolvimento Social

IDT – Instituto para a Droga e a Toxicodependência

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social

PSP – Polícia de Segurança Pública

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RSI – Rendimento Social de Inserção

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Introdução

O presente texto, no âmbito do doutoramento em educação, tem por objectivo apresentar os resultados da pesquisa realizada bem como o seu processo de construção e de desenvolvimento. Pretende-se evidenciar os percursos de vulnerabilidade e a ocupação de lugares vagos de um conjunto de pessoas a viver em situação de sem-abrigo em Lisboa. O conceito adoptado tem por base a Tipologia Europeia sobre Sem-abrigo e Exclusão Habitacional – ETHOS – que estabelece que sem-abrigo é uma categoria conceptual que engloba duas situações: pessoas que vivem na rua ou em espaços exteriores; e pessoas que pernoitam num centro de alojamento temporário.

A pesquisa partiu de um primeiro pressuposto que assume que a população residente em Portugal, não tendo sido socializada para sobreviver em situação de sem-abrigo, quando confrontada com a perda de habitação e de recursos financeiros estáveis, desenvolve estratégias e aprendizagens que lhe permite sobreviver. Trata-se, por conseguinte, de uma pesquisa que procura identificar os processos de socialização de adultos que não tendo aprendido a sobreviver em situação de extrema vulnerabilidade se adaptam para fazer face a essa nova condição.

A investigação produzida em Portugal sobre o fenómeno e as pessoas em situação de sem-abrigo, com expressão a partir da segunda metade da década de 1990, incide, de um modo geral, sobre aspectos relativos à caracterização sócio demográfica e psicossocial dessas pessoas, às suas trajectórias e condições de vida, às representações sociais sobre as pessoas nessa situação, assim como as dos próprios face à sua condição, e, ainda, sobre as instituições e os profissionais que actuam na área social. Entre 1995 e 2008 realizaram-se dezasseis pesquisas de Mestrado e de Doutoramento sobre este tema, provenientes de diferentes áreas disciplinares: nove no âmbito da saúde, sociologia, antropologia e psicologia e as sete restantes surgem como casos isolados com origem em disciplinas distintas, desde o serviço social até à arquitectura. Esta diversidade revela, desde logo, o interesse que a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo suscita no panorama da investigação em Portugal. A que aqui se apresenta provém da educação, da área de especialização em formação de adultos e, até 2009, é a única com origem nesta área do conhecimento.

Considerando a formação de adultos como um campo de investigação e de reflexão sistematizada acerca das práticas educativas e formativas, das políticas, das instituições, dos actores e dos modos como os adultos se formam, que ultrapassa as situações formais de educação escolar, de alfabetização e de formação profissional, e

as menos formais, como a animação sociocultural e o desenvolvimento local, nesta investigação considera-se a história de vida e as experiências de aprendizagem informais enquanto processos formativos.

O objecto de estudo foi construído com base nos pressupostos teóricos das correntes das histórias de vida e da educação informal. Estas investigações, embora um pouco distintas nos modos de problematizar como se formam os adultos, partilham o reconhecimento e a valorização dos saberes adquiridos pela acção e pela experiência reflexiva, como formativos. Para estes autores a socialização não se limita à infância e juventude e às situações de educação inicial e formal adquirida na instituição escolar ou nos contextos profissionais mas engloba todas as actividades formativas que acompanham o ciclo vital da existência humana, isto é, as adaptações que os adultos fazem, mais ou menos silenciosamente, no seu quotidiano, quer no âmbito profissional e social, quer na forma como aprendem a viver e a sobreviver consigo próprios e com os outros.

Assim, esta pesquisa não pretende caracterizar as pessoas em situação de sem-abrigo em função de indicadores demográficos, sociais ou psicológicos, mas antes esclarecer as razões que conduziram os participantes do estudo a essa situação e quais as estratégias que desenvolveram para sobreviverem nos lugares vagos, identificando quais os locais de pernoita e de protecção, quais as fontes de obtenção de recursos financeiros, como se organizam para satisfazer as suas necessidades básicas de alimentação, higiene, vestuário e saúde. Também não pretende esclarecer as diferenças sociais, psicológicas ou de hábitos entre as pessoas a viver em situação de sem-abrigo e as que vivem *abrigadas*, mas sim salientar os modos como as primeiras se adaptam e aprendem a desenvolver estratégias de sobrevivência para solucionar as inúmeras dificuldades que viver em situação vulnerável, na rua ou numa instituição, obrigam. Para além deste objectivo primordial, procura-se, igualmente, contextualizar a questão das pessoas em situação de sem-abrigo em termos da investigação desenvolvida em Portugal, das representações sociais veiculadas pela imprensa escrita e de uma perspectiva artística. Analisam-se igualmente as respostas sociais existentes na área de Lisboa destinadas a cuidar especificamente das pessoas em situação de sem-abrigo e como estas se estruturam em função dos objectivos a que se propõem atingir. Esta análise é desenvolvida tendo por base o tipo de vínculo que se estabelece entre os profissionais dos serviços sociais e as pessoas em situação de sem-abrigo.

A escolha deste tema de investigação resultou do contacto pessoal com diferentes indivíduos a viver em situação de sem-abrigo, enquanto voluntária numa instituição em Lisboa, e do questionamento que o contacto directo com esta realidade social me suscitou. O objecto de estudo e a formulação das questões de investigação não foram construídos num único momento, nem tampouco seguiram um percurso linear. Tratando-se duma investigação qualitativa e etnográfica, o contacto e o conhecimento que foram sendo adquiridos acerca das pessoas em situação de sem-abrigo; os contributos teóricos das leituras realizadas ao longo da pesquisa e os momentos de reflexão e de escrita influenciaram as opções tomadas. A pesquisa passou por vários momentos e etapas distintas que descrevo no primeiro capítulo desta dissertação.

A questão inicial mobilizadora da condução do trabalho empírico foi formulada do

seguinte modo: *“Por que razões algumas pessoas sem-abrigo saem da rua, enquanto outras nela permanecem?”*. Com esta interrogação pretendia compreender quais as circunstâncias que as havia conduzido a essa condição e como seria possível recuperar o abrigo. Esta formulação continha um pressuposto implícito que tomava em consideração a existência de um conjunto de instituições, recursos materiais e financeiros e profissionais vocacionados para apoiar e cuidar das pessoas a viver em condições de vulnerabilidade extrema.

A primeira etapa da pesquisa foi desenvolvida na procura de respostas para a questão inicial e também para a compreensão do papel desempenhado pelo Estado e pelas organizações sociais na prevenção e combate do fenómeno sem-abrigo. Importava-me compreender de que modo o sistema social apoiava as pessoas na procura de abrigo.

Iniciei o trabalho empírico em torno das biografias de três pessoas a viver ou que tinham vivido em situação de sem-abrigo. A pesquisa sobre o papel do Estado e a configuração e organização das instituições sociais na abordagem ao fenómeno sem-abrigo abriu um leque de possibilidades que não tinham sido previstas inicialmente. Simultaneamente, o conhecimento e a reflexão impulsionados pelo desenvolvimento da pesquisa fizeram emergir outras vertentes menos evidentes numa primeira aproximação ao terreno. Tudo indicava que as pessoas em situação de sem-abrigo a viver na rua ou em casas abandonadas e as que viviam em centros de alojamento temporário ou comunidades de trabalho estabeleciam uma ligação estreita, quase vital, ao local onde viviam, ou seja, os lugares ocupados pelas diferentes pessoas pareciam servir de âncora para a organização do seu quotidiano e sobrevivência. Esses lugares dispunham de características, por vezes pouco claras, mas que proporcionavam as condições mínimas para que as pessoas ali sobrevivessem. Mesmo alguns centros de alojamento temporário com condições pouco convidativas em termos de conforto, de privacidade e de obrigatoriedade de cumprimento de regras, pareciam garantir uma certa estabilidade e segurança às pessoas que lá pernoitavam. De facto, o que as primeiras entrevistas biográficas mostraram foi a diversidade de circunstâncias que conduziram as pessoas à situação de sem-abrigo que já tinham sido sistematizadas por vários investigadores e o que parecia menos claro e óbvio eram os significados e as lógicas que ligavam as pessoas aos espaços ocupados. Foi com base nestas impressões que se desenvolveu a segunda etapa da pesquisa empírica.

A questão inicial desdobrou-se em três interrogações dirigidas a diferentes grupos de actores sociais, assim formuladas: *“Como as pessoas em situação de sem-abrigo sobrevivem à sua condição? Como o sistema social se organiza e se relaciona com as pessoas em situação de sem-abrigo? Como a pessoa em situação de sem-abrigo é objectivada através dos discursos de vários actores sociais?”* Com estas novas questões procurava-se situar a pessoa em situação de sem-abrigo em diferentes perspectivas: a pessoal; a das organizações; e a dos investigadores e disseminadores de representações sociais. O problema de investigação tornou-se, assim, mais abrangente, não se ancorando somente no conhecimento produzido no interior das ciências da educação mas ultrapassando as fronteiras que as delimitam doutras disciplinas das ciências sociais.

A escrita da dissertação é a última etapa da investigação. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa a escrita foi utilizada para aclarar ideias e finalizar etapas, sempre que era necessário parar e reflectir sobre o processo em curso. O relato da investigação deve funcionar como um texto integral que reúne várias partes e que serve, em simultâneo, dois propósitos fundamentais: informar como o investigador procedeu para a realizar; e revelar algo de novo sobre o problema estudado. O texto organiza-se em função dessas duas intenções e estrutura-se em torno de três círculos concêntricos, posicionando no seu interior a pessoa em situação de sem-abrigo. Um segundo círculo refere-se às organizações e profissionais da área social e por último, o mais afastado, que procura dar conta das representações sociais acerca das pessoas em situação de sem-abrigo.

No primeiro capítulo evidencio os vários momentos que considero fundamentais para a concretização da investigação, explicitando o processo de concepção e de desenvolvimento, procurando clarificar a ligação entre os actos de observar, interrogar, pesquisar, ler, analisar e escrever. O objecto de estudo é assim apresentado, relacionando os conceitos teóricos mobilizados para a sua construção e as opções metodológicas seguidas para o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado “A construção social da pessoa sem-abrigo” apresento a análise dos discursos produzidos e difundidos por três grupos de actores sociais: os investigadores, baseando-me para o efeito nas pesquisas académicas realizadas em Portugal sobre este tema; os jornalistas, analisando uma base de notícias publicadas *on-line* entre 2005 e 2009; e por último, analiso o discurso dos artistas tendo por base o filme de Rui Simões, *Ruas da Amargura*.

Em seguida, no capítulo III, exponho a configuração e caracterização das instituições que operam na área social em Lisboa, analisando a natureza do vínculo que liga as pessoas em situação de sem-abrigo aos profissionais que trabalham nas organizações. Ainda neste capítulo, e baseando-me nas entrevistas realizadas a diversos profissionais que trabalham em instituições de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo, dou conta das suas práticas e representações sobre as pessoas por eles apoiadas.

No capítulo IV, tendo por base a pesquisa etnográfica e as notas de campo produzidas, bem como as entrevistas realizadas a pessoas em situação de sem-abrigo, com e sem vínculo institucional, apresento os resultados da análise efectuada.

No final destaco as ideias chave e as conclusões desta investigação e apresento sugestões para os profissionais que se ocupam da concepção das políticas e respostas sociais, assim como para os práticos no terreno. Identifico, ainda, áreas que considero relevantes para aprofundar em futuras investigações e formulo as respostas às questões orientadoras desta investigação. Concluo com uma breve reflexão acerca das motivações pessoais que me envolveram na prossecução desta pesquisa.

Capítulo I – Construção do problema de investigação

Numa entrevista de Claire Parnet a Gilles Deleuze, conhecida por *O Abecedário de Gilles Deleuze* e a propósito do livro *O Anti-Édipo*, escrito juntamente com Félix Guattari, Deleuze afirma: “Quando se faz um livro é porque se pretende dizer algo novo” (Deleuze, 1995). Esta declaração inquietante pode ser transposta para a escrita de uma dissertação – quando se faz uma tese é porque se pretende dizer ou conhecer algo novo. Confesso que esta evidência me deixou paralisada por algum tempo – o que é que eu quero dizer sobre o fenómeno sem-abrigo que ainda não tenha sido dito? Não que eu ouse sequer tentar comunicar algo vibrante e refrescante como Deleuze. Contudo esta frase pareceu-me de tal modo apropriada ao acto de investigar e de escrever uma dissertação que fiquei, por alguns dias, suspensa e indecisa nessa ideia de novidade e do que eu poderia dizer ou poderia desejar saber ou conhecer que tivesse esse tom de originalidade.

A relação entre a escrita e a pesquisa tem sido tratada por inúmeros autores. A pesquisa é “o nome prudente” do trabalho de escrita, como sugere Barthes, 2004, em *O Rumor da Língua*. Quando escrevemos estamos a pesquisar? Ou, pelo contrário, a pesquisa concretiza-se com o acto de escrita? A escrita será o resultado final da pesquisa? É o tal discurso “que toma às avessas (e muitas vezes combate) a dóxa circundante ou precedente”? A pesquisa serve para “aumentar a lucidez”, destruir estereótipos, colocar em “crise a linguagem [...] o texto é afinal de contas o único resultado ‘verdadeiro’ de qualquer pesquisa” (Barthes, 2004: 395-397).

Ao longo do desenvolvimento desta investigação passei por vários momentos que representaram, para mim, marcos decisivos para atingir o resultado final que agora apresento. Foram seis, esses momentos fundamentais. Todos se iniciaram com a colocação de interrogações suscitadas pela observação e orientaram-me na condução da pesquisa e na escolha das leituras que me permitiram esclarecer e responder, mesmo que provisoriamente, às várias questões que foram emergindo. Todos culminaram com um texto. Após a escrita, novas interrogações surgiram, encetando-se, desse modo, um novo ciclo de observação e das etapas sucessivas conducentes à pesquisa no terreno, à escolha de leituras que me permitissem esclarecer essas questões e à elaboração de um texto.

Assim, inicio o capítulo com a descrição dos seis momentos da investigação e, nos quatro pontos seguintes, apresento os contributos de diversos autores que me foram úteis para clarificar as questões com que me fui deparando ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Essas leituras serviram também para alargar o meu

quadro conceptual inicial, permitindo-me descortinar novos aspectos na realidade social que estava a estudar. Por último, situo a investigação em termos metodológicos, justificando a sua pertinência, e relacionando os aspectos epistemológicos com o quadro conceptual e com os métodos utilizados para a recolha e análise dos dados empíricos.

Em *La misère du monde*, Pierre Bourdieu defende que para dar a conhecer locais difíceis é necessário substituir imagens simplistas e unilaterais, muitas delas veiculadas pela imprensa, por representações complexas e múltiplas, fundadas na expressão das mesmas realidades e discursos diferentes, por vezes inconciliáveis: *“abandonner le point de vue unique, central dominant, bref quasi divin auquel se situe volontiers l’observateur, et aussi son lecteurs [...] au profit de la pluralité des perspectives correspondant à la pluralité des points de vue coexistants et parfois directement concurrents”* (Bourdieu, 1993: 7). Pela minha experiência acerca do mundo onde habitam as pessoas em situação de sem-abrigo, julgo que este tem similitudes com o universo estudado pela equipa de Bourdieu, 1993. Parece-se, também ele, como um local difícil e complexo do qual procuro transmitir uma visão multifocal.

1.1. Os seis momentos da investigação

O primeiro momento da pesquisa iniciou-se com a minha participação, como voluntária, numa instituição de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo de Lisboa. O contacto com essa realidade perturbadora estimulou a escolha deste tema para investigar. Foram estas primeiras observações que me permitiram lançar as bases para o desenvolvimento do projecto: a concepção da agenda de investigação, a formulação da questão inicial e a definição dos eixos de análise. A questão orientadora desse primeiro momento da pesquisa foi formulada do seguinte modo: *“Por que razões algumas pessoas sem-abrigo saem da rua, enquanto outras nela permanecem?”*.

Com base nessa pergunta planeei o projecto de investigação, composto por uma pesquisa bibliográfica sobre conceitos e sentidos possíveis para as noções de “sem-abrigo”, de exclusão social, de socialização e aprendizagem e de percurso biográfico. A investigação iria incidir sobre os processos de socialização e aprendizagem de pessoas adultas que viviam ou viveram na rua (“sem-abrigo”) organizando-se em função de três eixos orientadores: i) um macro destinado a analisar as políticas sociais de prevenção e de suporte às pessoas em situação de sem-abrigo implementadas em Portugal a partir da década de 1990; ii) um nível meso incidindo sobre as organizações a trabalhar com este conjunto de pessoas; iii) e um micro, mais individualizado, centrando-se em dois grupos de pessoas que viviam ou viveram em situação de sem-abrigo.

A pesquisa empírica recorria, deste modo, a cinco tipos de fontes de informação:

entrevistas biográficas a pessoas que viviam ou viveram na rua; levantamento das instituições que forneciam serviços de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo; recolha de informação acerca do sistema de segurança social e das políticas centrais e locais destinadas a intervir e acompanhar os indivíduos nesta condição; criação de uma base de dados de notícias *on-line* contendo os descritores “sem-abrigo” e “sem-tecto”; e, finalmente, a produção de um diário de campo.

Procurava, deste modo, aproximar-me da “verdade” recorrendo a diferentes pontos de vista sobre o fenómeno e as pessoas em situação de sem-abrigo. O que inicialmente me instigou foi conhecer a perspectiva das pessoas que viviam ou tinham vivido nessa condição. A opção pela realização de entrevistas biográficas teve por base a presunção de que as narrativas de um conjunto mais ou menos alargado de pessoas que viveram durante uma parte da sua vida numa situação de sem-abrigo teriam pontos comuns e seriam, eventualmente, susceptíveis de esclarecer as razões que as conduziram a essa situação. Com esta abordagem pretendia, também, dar voz a essas pessoas, deixando-as produzir, o mais livremente possível, as suas histórias de vida.

Assim como esperava encontrar semelhanças entre as narrativas, havia também a possibilidade destas serem tão díspares que fosse difícil observar convergências nas biografias dos entrevistados. Numa investigação do tipo interpretativo, como a que realizei, os resultados obtidos na recolha de dados são muitas vezes surpreendentes, condicionando, frequentemente a progressão da pesquisa.

As dificuldades e as questões éticas da duplicidade de papéis, voluntária e investigadora, foram expostas em Silva, 2007a e 2007b. A reflexão sobre a observação no terreno, os condicionalismos e virtualidades que esta técnica apresenta, são documentados por Hughs, 1996, e também por diferentes cientistas sociais, como Marcel Mauss, 1974, Erving Goffman, 1961 e Pierre Bourdieu, 1993, entre outros.

Este primeiro momento da pesquisa culminou com a escrita e posterior publicação de *Identities e narrativas sem-abrigo* (Silva, 2007a). Procurei aí reconstruir as biografias de dois entrevistados e defrontei-me com algumas dificuldades. As narrativas obedecem a uma estrutura própria, como sistematizou Barthes, 2002, fazem parte da nossa história e não existe nenhum povo que não tenha uma narrativa: “*international, trans-historique, transculturel, le récit est là, comme la vie*” (Barthes, 2002: 828).

Nesta primeira análise das entrevistas biográficas procurava retratar a cronologia da vida dos entrevistados, enfatizando as rupturas ou marcos que estes assinalavam, destacando as relações dos indivíduos com os sistemas primários de socialização: a família, a escola, os grupos de amigos e o trabalho. Confesso que os resultados obtidos através da análise das primeiras entrevistas estiveram um pouco aquém das minhas expectativas iniciais. As narrativas dos entrevistados eram interessantes por si só, suscitavam a curiosidade nos leitores e ouvintes, como se existisse um medo inconsciente de se reverem nas histórias destas pessoas – será muito diferente da minha própria vida?

Com a escrita deste texto compreendi que os processos de reconstituição e interpretação dos percursos biográficos dos entrevistados faziam emergir novas questões teóricas relativas à noção de identidade, ao papel da família e dos vários

grupos sociais nessa estruturação identitária. As narrativas biográficas pareciam presas à noção de identidade e essa ligação era particularmente saliente em dois entrevistados que tinham passado por um processo de reinserção. Ambos pareciam possuir uma auto-imagem muito polarizada, entre o *certo* e o *errado*, construída, provavelmente, a partir dos contextos institucionais de reinserção em que decorreu essa aprendizagem. Esta evidência inicial conduziu ao levantamento de duas hipóteses:

“Será que a forma como os indivíduos se vêem a si próprios, quer o que pensam sobre si, quer o que julgam que os outros pensam sobre si, poderá estar relacionada com as escolhas que os conduziram a viver sem abrigo e que os reconduziu à vida com abrigo? Será que o processo de reinserção passa pela criação de uma nova narrativa em que a imagem positiva supera a negativa?” (Silva, 2007a: 112).

Para além da atracção pelo desconhecido ou exótico, que mais poderia aprender com estas narrativas biográficas?

Em *L’illusion biographique*, Bourdieu, 1986, considera a biografia uma ficção portadora de uma lógica inteligível e consistente, de uma narrativa linear criadora de um sentido artificial e adverte para o facto da biografia se tratar de um modo de apresentação de si que obedece a regras e estruturas específicas de representação. Posteriormente, em 1993, em *La misère du monde*, Bourdieu apresenta as transcrições das entrevistas aos leitores, quase em estado bruto, sem análise ou interpretação, como salienta Nonna Mayer:

“Dans La misère du monde, c’est le sociologue qui s’efface derrière la parole des interviewés, réduit au rôle de ‘l’écrivain public’, essentiellement chargé ‘d’accompagner les messages qui lui ont été confiés’ (Bourdieu, 1993, p. 924), *sans les trahir*” (Mayer, 1995: 366).

Entre a ilusão biográfica e a apresentação das narrativas dos entrevistados fiquei hesitante no prosseguimento do projecto de investigação. O que pretendia, então, conhecer com a realização das entrevistas? Qual a utilidade social desse conhecimento? As ligações entre biografia e identidade ficaram em aberto e seriam aprofundadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Optei, nesse momento, por me focar num outro eixo da investigação.

No início da pesquisa tinha definido abordar um nível mais abrangente, macro, relativo ao tema em estudo e que se centrava na análise das políticas sociais, concretamente, as que diziam respeito às pessoas em situação de sem-abrigo. Pretendia compreender *“Quando e como o Estado chamou a si a responsabilidade de cuidar das pessoas sem-abrigo?”*. Esta foi a segunda questão que orientou as escolhas posteriores e que estimulou e desencadeou o segundo momento da investigação.

Procurei responder a esta interrogação recorrendo a outras fontes de informação, pretendendo que, do cruzamento entre elas pudesse obter uma visão plural desta realidade complexa. Essa procura corresponde ao desejo de *“découvrir la vérité qui est constitutif de l’intention scientifique”* (Bourdieu, 1993: 9, 919).

Na comunicação intitulada *The Portuguese State, the NGO’s and their concern for the homeless*, Silva, 2007c, abordei a ligação entre a constituição das nações modernas e a

responsabilidade do Estado na regulação da existência colectiva. As iniciativas institucionais que Rose, 1997, denomina de *'machines of morality'* serviram, na época, para moldar o carácter e a consciência dos cidadãos, especialmente dos *'unfitted'*. A responsabilidade das instituições públicas no governo das capacidades físicas e morais dos cidadãos incentivou, a partir do século XIX, a criação de programas educativos capazes de ajustar os membros das classes trabalhadoras, visando torná-los bons pais, boas mães, bons trabalhadores e cidadãos respeitáveis. Para além da responsabilidade do Estado na educação dos cidadãos, a preocupação pela regulação das relações entre os trabalhadores e os mercados, laborais e económicos, intensificou-se ao longo do século XX por toda a Europa, com a criação de vários mecanismos regulados pelo Estado, um dos quais foi o sistema de segurança social, que prevenia, inicialmente, eventuais adversidades que poderiam ocorrer durante a vida activa dos trabalhadores e garantiam a subsistência na velhice.

A pesquisa bibliográfica acerca das relações entre o Estado e os cidadãos, discriminando os grupos considerados mais vulneráveis, permitiu-me compreender que as políticas sociais visam regular as relações entre o Estado, os mercados e os cidadãos e, também, colmatar necessidades de grupos de população sinalizados como carenciados. A distribuição da população em grupos com particularidades específicas demonstra uma preocupação na classificação e na tentativa de homogeneização de agregados da população com vista a facilitar a criação de iniciativas e de respostas sociais orientadas para cada um dos conjuntos de pessoas portadoras de características comuns. O uso de categorizações de conjuntos da população será retomado mais adiante, porém, nesta fase de relato dos momentos do meu percurso investigativo, importa-me destacar dois aspectos centrais relevantes para o prosseguimento da pesquisa: o Estado assume a responsabilidade de cuidar de uma parte da população que é sinalizada como mais necessitada; para realizar cabalmente essa tarefa, baseia-se no trabalho e no parecer de especialistas que identificam e categorizam a população carenciada, com base em critérios científicos.

Surgiram, assim, dois pólos de atenção para os quais seria necessário estabelecer uma linha de comunicação: um, relativo às identidades e narrativas das pessoas sem-abrigo; outro, relacionado com os critérios de categorização da população criados por peritos e que, na verdade, constitui toda a linguagem utilizada pelo Estado. O modo como estes dois focos de interesse se poderiam relacionar parecia-me, ainda, pouco evidente.

Foi com esta incerteza que iniciei o terceiro momento da investigação, orientado pela questão: *"Que relação existe entre os dois pólos: identidades e narrativas biográficas e as categorias criadas pelos peritos e utilizadas pelo Estado?"*. Tendo esta nova questão em mente, senti necessidade de adiar provisoriamente a pesquisa empírica. Procurei identificar na teoria social conceitos que me permitissem afinar o objecto de estudo e construir um quadro analítico que me possibilitasse questionar, de um modo mais crítico, a realidade social. Procurava, simultaneamente, alargar as minhas concepções sobre o trabalho investigativo, o seu propósito e os resultados que esperava obter. Acreditava que a pesquisa bibliográfica me iria fornecer ferramentas conceptuais que me permitiriam perspectivar novas formas de prosseguir a investigação até então realizada.

As estratégias de leitura foram variadas e difíceis de retrair. Alguns autores foram-me sugeridos pelo orientador, outros na sequência das obras propostas para discussão nos seminários que frequentava mensalmente, outras decorreram dessas mesmas leituras, ou foram motivadas pela minha pesquisa pessoal e, outras ainda, por influência de professores, companheiros de leituras e de discussão, conferencistas e pelos próprios autores que fui conhecendo através da leitura. Alguns abalaram permanentemente as minhas “certezas” iniciais, sobretudo no que eu julgava ser o objectivo da minha investigação. Creio que passei de uma necessidade de conhecer, descrever e interpretar uma realidade para o desejo de compreender, aprofundar, dar um sentido e procurar as ligações entre os objectos que gradualmente se iam revelando.

Este terceiro momento, ocupado essencialmente com leituras exploratórias e temáticas, e na realização das respectivas fichas de leitura, foi um período muito rico mas também assustador. Por vezes tinha a sensação que estava a dispersar-me e a “perder tempo” com algumas leituras. Outras vezes, pelo contrário, essas leituras levavam-me a pensar que teria de passar toda a minha vida a ler, para ser capaz de conhecer tudo o que havia sido escrito relacionado com a minha pesquisa e com a arte de investigar. Este momento culminou com a necessidade de produzir um texto que de certa forma apaziguasse essas forças contraditórias que tanto me impeliam para prosseguir as leituras como para parar e voltar ao terreno. A continuação da pesquisa empírica e a escrita da dissertação tornavam-se prementes. Elaborei, então, um índice provisório da tese que originou o aparecimento de mais interrogações sobre o objectivo do estudo e a sua pertinência. A incerteza sobre a questão de investigação surgiu naturalmente: precisa de ser repensada, reformulada, acrescida, abandonada?

O quarto momento foi iniciado com uma nova questão orientada para a escrita de um texto que respondesse à interrogação: “*Quais os contributos das leituras para o desenvolvimento da pesquisa?*” Quando iniciei a escrita desse texto tinha dúvidas sobre a pertinência da minha questão de investigação. Com Deleuze e Barthes passei a ser capaz de desejar que a minha tese dissesse algo de novo, destruísse estereótipos e aumentasse a lucidez sobre o fenómeno e as pessoas denominadas sem-abrigo. Como concretizar, então, esse desiderato?

Nesse texto introdutório revi o passado da investigação, recuperando os passos realizados até então, inventariando os dados empíricos que havia já recolhido e os que tinha previsto reunir. Repensei a investigação, fiz um mapa das leituras, construí um temário, ainda muito ligado aos textos estudados. Foi esse o método que encontrei para ser capaz de reflectir e redefinir o meu problema de investigação.

Identifiquei cinco temas que pretendia explorar e se encontravam ainda ligados à questão inicial. Uma primeira preocupação relacionava-se com o acto de produzir uma investigação, de reflectir sobre as motivações e os sentidos pessoais e sociais para a realização desse esforço e para o objectivo final desse cometimento. Dos autores lidos até então Roland Barthes e Gilles Deleuze destacaram-se claramente. A reflexão sobre os métodos de observação, recolha e de análise dos dados emergiu como um subtema ligado ao primeiro. Pierre Bourdieu, Everett Hughs e Dominique Schnapper, foram

alguns dos autores que contribuíram para repensar as escolhas feitas no início da pesquisa.

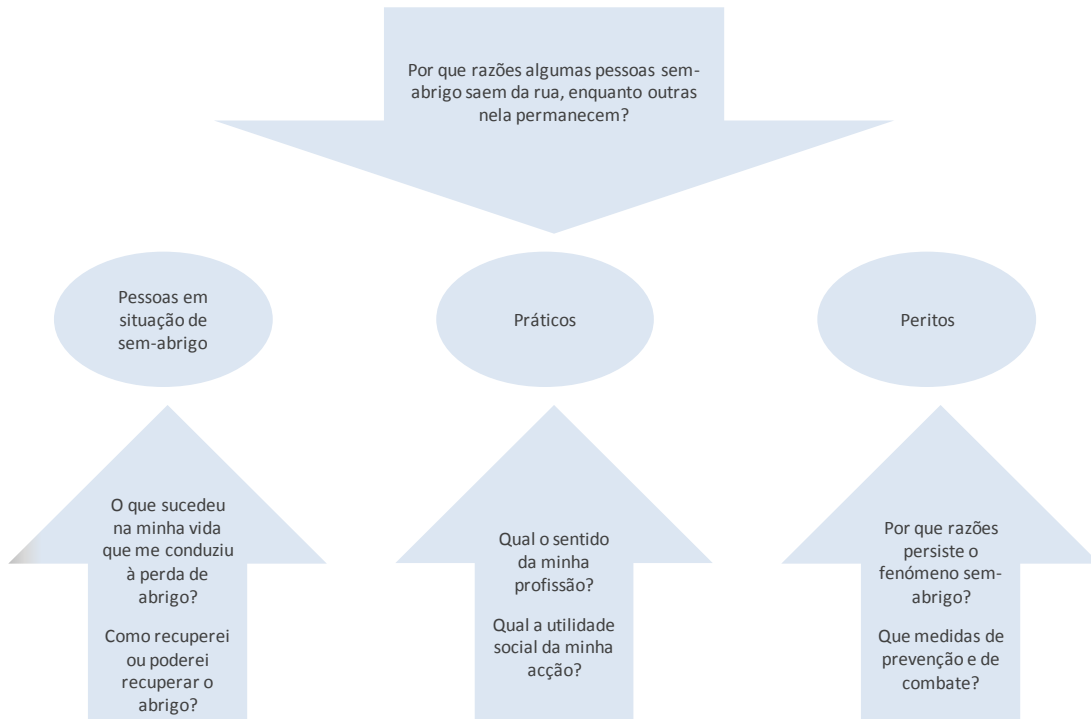
A modernidade e as ciências sociais surgiram como uma segunda linha de suporte da minha pesquisa: Peter Wagner, Nikolas Rose, Anthony Giddens, Michael Peters e Ulrich Beck foram alguns dos meus autores de referência, que me esclareceram sobre várias zonas sombrias acerca da sociologia e da ciência política e das relações de dependência destas com a filosofia. Considerei importante destacar a criação e desenvolvimento de um Estado social como uma subdivisão deste tema mais abrangente, pois a compreensão das lógicas de funcionamento deste sistema pareciam-me fundamentais para a construção da problemática da investigação.

Em terceiro lugar identifiquei um tópico relativo ao desenvolvimento e intensificação do poder dos especialistas com as funções de classificar, socializar, curar, regenerar e salvar. Dos autores que me inspiraram para a escrita desse texto, destaco Georges Canguilhem, Erving Goffman e Michel Foucault.

Biografias e identidades constituiu o quarto tema a tratar no qual os nomes de Anthony Giddens, Michel Foucault, Marcel Mauss, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Nikolas Rose foram fundamentais. As correntes das histórias de vida foram mobilizadas nos momentos iniciais da pesquisa e retomadas para a análise das entrevistas biográficas. Por último, o trabalho de Alexandre Vexliard que considerei essencial para a escrita de um texto de âmbito geral sobre a construção do conceito sem-abrigo.

Com a escrita desse texto, uma introdução provisória da dissertação, apercebi-me que teria de repensar como iria prosseguir a pesquisa. O quinto momento foi, assim, impulsionado por essa nova questão: *“De acordo com o ‘novo’ quadro teórico, como prosseguir o trabalho empírico?”*

O facto de ter redigido o percurso investigativo realizado até então, permitiu-me atenuar algumas das minhas angústias e ansiedades sobre o trabalho que estava a desenvolver. Fui capaz de compreender que após a primeira etapa de aproximação ao terreno emergiram dois focos de atenção sobre os quais pretendia estabelecer uma ligação: um relativo às identidades e narrativas biográficas das pessoas em situação de sem-abrigo; outro relacionado com toda uma *expertise* que se constituiu em torno das pessoas assim nomeadas. As leituras que realizei permitiram-me começar a estabelecer essa ligação entre as pessoas em situação de sem-abrigo e os peritos em pessoas sem-abrigo. No Quadro 1.1 apresento, de forma esquemática, os eixos orientadores desta etapa da pesquisa, que constituem o quinto momento do ciclo da investigação e de nova imersão no terreno.



Quadro 1.1. Esquema dos eixos orientadores da investigação

A questão formulada inicialmente, no primeiro momento da pesquisa, manteve-se. Trata-se de uma interrogação bastante geral e que pode ser dirigida a qualquer um dos três níveis da pesquisa: macro, meso e micro. O primeiro conjunto de questões, no lado esquerdo do esquema, orienta-se em direcção às pessoas em situação de sem-abrigo ou que viveram nessa condição. As duas perguntas organizam-se em torno das suas biografias e representações sobre como se “tornaram sem-abrigo” e incluiu também o movimento inverso, como se volta a viver com abrigo. Introduzi dois novos grupos, ao nível dos actores, que não estavam inicialmente delineados, mas que estavam implícitos na concepção inicial da pesquisa: os práticos e os peritos. Os primeiros coincidem com o nível meso, o das organizações que já tinha sido definido no modelo inicial de construção da pesquisa. O grupo dos peritos foi definido em função do conhecimento que fui adquirindo ao longo do desenvolvimento da pesquisa e que coincide com o nível macro, também este estabelecido no modelo inicial de concepção da pesquisa. O grupo dos peritos surgiu com a noção de que existia no interior do sistema social um conjunto de especialistas com a função de informar as políticas sociais na definição das categorias de cidadãos vulneráveis que carecem de apoios técnicos específicos para prevenir e remediar essas necessidades.

As perguntas dirigidas aos práticos, os profissionais que trabalham na área social e especificamente com as pessoas em situação de sem-abrigo, procuravam conhecer as suas representações acerca do exercício da sua profissão e da utilidade social das suas acções.

No último grupo de questões a dirigir aos peritos, importava-me conhecer o modo como os detentores do poder para implementar programas e acções e os peritos em

pessoas sem-abrigo diagnosticavam a existência do fenómeno, a sua perpetuação e como organizavam a prevenção e combate a esta situação.

Nesse quinto momento do desenvolvimento da pesquisa inventariei, ainda, os dados recolhidos até então e os que iria ainda observar e reunir, tendo por base o esquema exposto no Quadro 1.1.

Retomei o trabalho de campo e no final da recolha de todos os dados dei por concluído o quinto momento. Restava-me apenas estabelecer como iria relatar a pesquisa realizada, entrando, assim, no último momento do meu processo investigativo, o sexto.

Estruturei o índice da dissertação, apresentado na introdução, e passei à etapa da organização do material empírico, à análise dos dados e à redacção da dissertação. Estas actividades não foram de modo algum executadas de um modo automático ou imediato. O sexto momento foi igualmente exigente, sobretudo pela necessidade de reflectir sobre o conhecimento que tinha obtido pela imersão no terreno da pesquisa, o que queria transmitir e como o iria fazer. Tratava-se essencialmente de uma questão retórica.

Os próximos pontos deste capítulo referem, em primeiro lugar, as ideias centrais que me foram úteis para a compreensão da relação entre a modernidade e a génese das ciências sociais. Esta ligação é relevante para o meu trabalho por dois motivos: o primeiro prende-se com a inscrição desta investigação num campo disciplinar abrangente, o das ciências sociais, mais especificamente o da educação e da sociologia; o segundo motivo, deve-se à conexão do tema em estudo com a 'área social', no sentido lato do termo, ou seja, na análise das políticas do Estado que visam a protecção dos mais carenciados, no discurso científico subjacente à categorização das pessoas necessitadas e na observação das práticas dos técnicos no terreno.

Em seguida, desenvolvo o tema relativo à institucionalização de um poder disciplinar e normalizador, reflectindo como os contributos dos autores mobilizados se relacionam com a minha pesquisa. As relações entre biografia e identidade, que emergiram no início da investigação, são exploradas no ponto seguinte. Com base na pesquisa de Alexandre Vexliard apresento alguns dos seus contributos para a compreensão da construção da categoria sem-abrigo. Finalmente, concluo este primeiro capítulo apresentando a estratégia metodológica, evidenciando os pressupostos epistemológicos e os métodos utilizados para a recolha e análise do material empírico, relacionando-os com os contributos dos autores estudados e salientando as noções que mobilizei para a construção do problema de investigação.

1.2. Modernidade e ciências sociais

Correndo o risco de simplificar, diria que a modernidade tem sido concebida de modo distinto entre os teóricos sociais, no entanto alguns pontos são consensuais e, comumente considera-se que esta tem as suas raízes nas mudanças iniciadas na

Europa Ocidental e posteriormente continuadas na América do Norte que remontam ao século XV, com o Renascimento e as invenções relacionadas com as viagens e as descobertas marítimas. O século XVIII foi um período histórico de transformações conceptuais e intelectuais que coincidiram com alterações políticas e institucionais, com origem nas revoluções científicas e filosóficas. Outras grandes mudanças marcaram este período, a Revolução industrial, com impacto nas esferas económicas e sociais, e a modernidade política instaurada pelos valores defendidos nas Revoluções americana e francesa.

Os ideais revolucionários – ‘liberdade, igualdade, fraternidade’ –, as transformações provocadas pela industrialização e capitalismo, a migração para as cidades acompanhada pelo aumento da complexidade urbanística e da vida social, juntamente com as mudanças intelectuais, impulsionaram o desenvolvimento de estratégias de investigação empírica, provocando a independência gradual das ciências sociais face à filosofia e, conseqüentemente, libertando os investigadores de questões epistemológicas, relegadas para os campos específicos da filosofia das ciências sociais e da política. Assim, a sociologia emergiu com a modernidade e torna-se indissociável dela, como questiona Wagner: “¿*Qué otra cosa es la sociología, sino un intento sistemático por entender la sociedad moderna?*” (Wagner, 1997: 11). Não obstante as novas áreas empíricas que emergiram com a modernidade e se foram constituindo como disciplinas das ciências sociais e políticas, estas dependem da filosofia e necessitam do trabalho intelectual destes pensadores como suporte teórico das investigações.

As conotações conceptuais e históricas da modernidade assentam em dois pressupostos fundamentais: a autonomia do homem e a racionalidade do mundo. ‘Moderno’ representa, assim, o ideal de autonomia e a capacidade para o conhecimento e para a ‘domesticação’ do meio ambiente, a par de uma reflexão das condições, possibilidades e limites desse mesmo ideal (Wagner, 2001). A influência dos dois pressupostos da modernidade – autonomia e racionalidade – na vida social e na existência individual, passou por vários períodos, mais ou menos optimistas, acerca da percepção das possibilidades das nações aumentarem a riqueza e o bem-estar e nas capacidades que os homens têm de conhecer e controlar a natureza, para viverem melhor e em segurança e também se desenvolverem plenamente enquanto indivíduos.

Os limites do racionalismo, do desenvolvimento e do crescimento, as dificuldades do Estado na redistribuição da riqueza, em garantir o emprego e o bem-estar para todos os cidadãos, as guerras no século XX e os conflitos graves que perduram, os riscos ecológicos provocados pela industrialização, as crises financeiras e energéticas, colocam em questão o fim da modernidade: “*Will human beings ultimately have become the true masters of the world, or have they become the powerless objects of the forces they themselves once unleash?*” (Wagner, 2001: 6).

Muitos dos teóricos actuais reflectem sobre o desencanto com as promessas da modernidade baseadas na racionalidade e na autonomia. Giddens, 1997, caracteriza a ‘modernidade tardia’, que coincide com o final do século XX, como um período de grande cepticismo sobre a ciência e a tecnologia. Beck, 2005, utiliza uma outra

periodização e categorização da modernidade, também em três períodos: pré-modernidade, modernidade simples e modernidade reflexiva. Enquanto nos dois primeiros haveria um certo consenso em relação a um evolucionismo utópico, no último período surgiria a noção de risco associado à modernidade, como consequência do desenvolvimento industrial e científico.

De igual modo as ciências sociais são também usualmente caracterizadas por períodos marcados temporalmente, quer pelas problemáticas estudadas, quer pelos métodos de investigação utilizados e a fundamentação teórica mobilizada para a compreensão da realidade social. Wagner, 2001, propõe uma classificação em três momentos: o período clássico, que coincide com o início da modernidade nos finais do século XVIII e se prolonga até ao início do século XX; o *'linguistic turn'* identificado com os anos 1970; e a pós-modernidade nos anos 1980, caracterizada por uma reflexão sistemática sobre as condições da modernidade.

Mas as concepções de modernidade, da sua evolução, transformação ou superação, não incidem apenas no cepticismo em relação à ciência e tecnologia ou à gestão dos riscos. A reflexão dos movimentos teóricos estruturalista e pós-estruturalista – manifesta em França a partir da década de 1950 com os contributos da reflexão semiológica e que nas décadas seguintes se foi estendendo a outras áreas, como as artes, os estudos literários e artísticos e também as ciências sociais e humanas – vieram questionar a própria noção de sujeito e de verdade. O trabalho dos pensadores pós-estruturalistas interessa-me, essencialmente, em dois aspectos fundamentais: no modo como desenvolveram formas de análise e de crítica de instituições específicas, como a família, o Estado, a prisão, a clínica, a escola e a fábrica, entre outras; e a crítica política dos valores humanistas e do sujeito humanista, o qual havia sido *"construído como um indivíduo autónomo, livre e criativo ou expressivo"* (Peters, 2000: 45). As questões que estes teóricos abordam estão próximas do meu tema de estudo e serão retomadas adiante no texto.

Se por um lado o conhecimento e a sistematização da evolução da teoria social são indispensáveis para situar teoricamente o meu projecto, a compreensão da génese e do desenvolvimento da 'área social' é essencial para contextualizar o tema da pesquisa.

Rose, 1999, identifica a origem do 'social' com o estabelecimento dos estados-nações na Europa, a partir do século XVIII, com a emergência da sociedade moderna e a necessidade de regulação da vida comunitária orientada por uma dimensão fortemente moralizadora, psicologizante e medicalizada. Esta perspectiva do 'social' que Nikolas Rose defende, fundamenta-se, em parte, na concepção de Gilles Deleuze, expressa no posfácio do livro de Jacques Donzelot, *La police des familles*:

"Le social renvoie à un secteur particulier dans lequel on range des problèmes au besoin très divers, des cas spéciaux, des institutions spécifiques, tout un personnel qualifié (assistantes 'sociales', travailleurs 'sociaux'). On parle de fléaux sociaux, de l'alcoolisme à la drogue; de programmes sociaux, de la repopulation au contrôle des naissances; d'inadaptations ou d'adaptations sociales (du pré-délinquant, du caractériel ou du handicapé, jusqu'aux divers types de promotion)" (Deleuze, 1977: 213).

Encarado deste modo, o 'social' comporta duas noções complementares: uma relativa a um campo específico caracterizado pela identificação e nomeação de grupos ou sujeitos problemáticos, com atributos peculiares que se pretendem homogéneos, pela criação e manutenção de instituições e de serviços, pela formação de especialistas e pela proposta de soluções para a resolução dos problemas; e outra que reflecte o modo de conceber, regular e aceitar a vida em comunidade no qual: *"human intellectual, political and moral authorities, within a limited geographical territory, thought about and acted upon their collective experience"* (Rose, 1999: 101). A evidência da relação entre autoridades morais e intelectuais e a implementação de uma certa ordem social, que caracteriza a área na qual inscrevo a minha pesquisa, proporcionou-me um instrumento conceptual valioso, a utilizar, tanto na análise do material empírico já coligido, como na orientação dos critérios de observação, selecção e de recolha da informação que constitui o *corpus* documental da investigação.

Uma outra vertente a considerar na concepção do projecto de investigação diz respeito à passagem das categorias estatísticas para o indivíduo e como esta operação de agrupar em conjuntos homogéneos o que é individualmente distinto tem repercussões sociais, políticas e intelectuais, que Wagner, 2001, nomeia de *'making equal'*.

"The living conditions of those being identified as 'poor' according to a statistical analysis may vary strongly, and the people themselves may be unaware of any commonality among them. Being 'unemployed' becomes a strong and unequivocal statement of one's position only after an agreement over the use of the term has been reached; and again, the situations of those classified as such may differ widely inside this new group. [...] Such work of 'making equal' is a prerequisite for collective action. [...] Much effort in the modernist social sciences was devoted exactly to the construction of categories, and to the means of measuring them, that made it possible to deal with human beings as well-ordered groups with predetermined interests and ambitions instead of a great variety of idiosyncratic strivings. [...] these efforts showed a cognitive affinity to the state-centered construction of institutions of oversight and monitoring of human beings, of the all-inclusive, well-stratified social configuration now known as the interventionist welfare state, or of 'organized modernity'" (Wagner, 2001: 26-27).

Esta reflexão de Wagner, 2001, foi enfatizada igualmente por Dominique Schnapper, 2000, quando distinguia, não apenas a função social e política das categorizações utilizadas pelo Estado, mas também a incorporação que as pessoas classificadas fazem das novas identidades que lhes são atribuídas socialmente. Em *A Compreensão Sociológica*, propõe tratar o método tipológico, um instrumento de *"clarificação do real e de inteligibilidade das relações sociais, que consiste em comparar os resultados dos inquéritos com uma ideia abstracta construída pelo investigador em função do seu ponto de vista"* (Schnapper, 2000: 17).

A autora ilustra a utilização da análise tipológica através de exemplos, organizados em torno de temas provenientes de investigações sociológicas. Uma dessas classes de trabalhos refere-se às experiências vividas pelos indivíduos face à produção, isto é,

estas pesquisas partem do pressuposto que a vida colectiva nas sociedades actuais se organiza em torno da produção e que o Estado-Providência, ao redistribuir a riqueza, exerce também uma função de classificador.

“A posição social dos indivíduos não está apenas ligada ao seu lugar no sistema económico, no sentido estrito económico, mas também à sua relação com o sistema da protecção social. Ser cidadão é dispor de direitos políticos, mas é também dispor de direitos sobre o sistema de distribuição dos recursos. O Estado-Providência é redistribuidor, mas também é inevitavelmente classificador: define categorias no seio da população susceptíveis de beneficiarem de transferências sociais. Contribui deste modo para a elaboração de novos estatutos e identidades. Os indivíduos interiorizam o seu estatuto definido pelas categorias do Estado-Providência. O direito social e de protecção social vêm consagrar a hierarquia dos estatutos sociais definidos em função da relação ao emprego e da protecção social. As identidades ‘sociais’, dadas e reconhecidas pela legislação da protecção social, contribuem para a construção das identidades ‘sociais, dadas e reconhecidas pela sociedade” (Schnapper, 2000: 120).

Schnapper, 2002, evidencia a existência de uma relação entre as categorias utilizadas pelo Estado-Providência e as identidades sociais interiorizadas pelos indivíduos e reconhecidas pela sociedade. Não se trata apenas de uma categorização social e de uma interiorização individual. Wagner, 2001, acentua que estas categorias estruturam igualmente as instituições patrocinadas pelo Estado que cuidam, monitorizam e controlam os indivíduos assim assinalados.

Contudo, são as categorias estatísticas que nos permitem ordenar o caos e simplificar o complexo. Ian Hacking tem-se dedicado às questões relacionadas com a classificação das pessoas e como esta influencia os próprios. Na *Inaugural lecture: Chair of Philosophy and History of Scientific Concepts at the Collège de France* desenvolve um argumento relacionando os estilos de raciocínio científico com a procura da verdade.

“A style of reasoning is more than a group of techniques for bringing new kinds of fact into our awareness, into our living, mental, social world. I say that it creates the very criteria of truth. It is, as I like to say, self-authenticating. [...] Each scientific style of reasoning introduces a new domain of objects to study. Each style introduces a new class of objects, and on the side, generates, for each new class of entities, a new realism/anti-realism debate” (Hacking, 2002: 4).

Hacking, 2002, utiliza a classificação – *“the essence of one style of scientific reasoning”* –, para ilustrar a distinção entre as taxonomias das ciências sociais e as das ciências naturais. Deixando de lado o debate ideológico sobre o conceito de ‘natural’, Hacking, 2002, defende que a classificação cria novos nomes e novos objectos e que a nomeação de pessoas, aliada ao uso e à autoridade de quem qualifica, afecta os sujeitos ou grupos de indivíduos alvo dessa categorização.

“Names work on us. They change us, they change how we experience our lives and how we choose our futures. [...] Names do not work alone, as mere sounds and signifiers. They work in an immense world of practices, institutions, authorities, connotations, stories, analogies, memories, fantasies. [...] The word ‘fat’ does not act on us out of the blue, but in a world of meanings, of physicians, insurance companies, lovers, diets. [...] The world of those who know they are fat is a world invaded by

instruments: scales, measuring tapes, tables prepared by actuaries. [...] An analysis of classifications of human beings is an analysis of classificatory words in the sites in which they are used, of the relations between speaker and hearer, of external descriptions and internal sensibilities.” (Hacking, 2002: 9).

À interacção dinâmica entre as classificações utilizadas nas ciências sociais e o comportamento dos indivíduos ou grupos assim denominados, Hacking, 2002, designa por “*looping effect*”.

Num outro artigo, publicado igualmente na *Economy and Society*, em 2004, clarifica esta noção baseando-se nas pesquisas e reflexões que desenvolveu, ao longo de 20 anos, sobre o tema “*making up people*”. Embora o enfoque de Hacking, 2004, se situe especialmente no estudo das relações entre as categorizações médicas e as pessoas classificadas e nas dinâmicas que se criam entre uns e outros, o seu trabalho interessa-me na medida em que acrescenta mais uma perspectiva às reflexões que tenho vindo a expor, ou seja, o seu argumento finaliza e dá corpo aos contributos dos autores anteriormente referidos no texto, concretamente com os aspectos relacionados com as classificações e categorizações de grupos de seres humanos e como os nomes afectam a existência das pessoas a quem lhes são atribuídos.

1.3. Poder, instituições e o ideal de normalidade

Os trabalhos de Nikolas Rose e Ian Hacking, apresentados no ponto anterior, destacam a existência de instituições e de profissionais autorizados socialmente a identificar, descrever, caracterizar, qualificar, socializar, regenerar ou curar pessoas. O pensamento racionalista, característico da modernidade, criou a necessidade e fomentou a ascensão destes profissionais e de instituições investidos de poder para diagnosticar, sinalizar e assistir as pessoas carenciadas. Para a minha investigação importa-me aprofundar o conhecimento sobre o poder que certos profissionais detêm, como se constituiu, desenvolveu e se intensificou e por que razão ele é aceite socialmente. Uma primeira abordagem deste tópico foi feita a partir de leituras de diversos autores, de entre os quais destaco Canguilhem, Foucault e Goffman, por me proporcionarem pontos de vista e reflexões úteis para a investigação que desenvolvi.

Por comodidade na exposição dos contributos que estes autores me ofereceram, inicio com Foucault destacando a investigação produzida sobre o poder em geral e o poder dos especialistas que observam, caracterizam, identificam e desenvolvem técnicas que aplicam às pessoas sujeitas a programas de cura, de reinserção ou de regeneração. Um aspecto importante que retirei de Foucault refere-se ao modo como pesquisou e teorizou o poder.

Em *O poder psiquiátrico*, Foucault, 2006, apresenta uma esquematização de dois sistemas de poder político, fazendo a distinção entre soberania e disciplina. Identifica algumas características do poder soberano que pressupõe a existência de uma anterioridade fundadora, em que subsiste uma ameaça permanente de violência, e

que o poder se reatualiza através de rituais e cerimónias.

De acordo com Foucault, 2006, o poder soberano sustenta-se numa relação assimétrica entre o soberano e os seus súbditos, baseada no binómio colecta-despesa. A soberania necessita de um corpo somático (o rei), individualizado e identificado com a solidez do reino e da coroa, mas que é em simultâneo um corpo múltiplo. A relação de soberania não é isotópica; é diferenciada, relaciona um soberano com um grupo ou fragmentos de uma “*singularidade somática*”. Foucault caracteriza-a como uma relação de múltiplos corpos sem individualidade (os súbditos) com uma individualidade composta por uma multiplicidade de corpos (o soberano). A ideia de multiplicidade de corpos do soberano é um pouco complexa e Foucault, 2006, explica-a tendo por base um trabalho de Kantorowicz que defende que a ligação do soberano ao corpo não pode ser totalmente somática, pois, desaparecendo o soberano a soberania não termina, a soberania do rei não termina no corpo do rei (Foucault, 2006: 56-57).

Já no poder disciplinar, que Foucault, 2006, exemplifica a partir de modelos reconhecidos pela generalidade das pessoas, como a disciplina militar, a disciplina escolar, a disciplina operária, a disciplina policial e a disciplina civil, dá-se uma inversão da individualização. Enquanto no poder soberano a individualização se situa no topo, sendo na base muito difusa, já no poder disciplinar verifica-se a supressão da individualização no topo e uma individualização tendencialmente forte na base. Neste tipo de poder existe uma apropriação total do corpo, do tempo e da vida das pessoas, caracterizada por procedimentos de controlo global e contínuo: a disciplina e a escrita; as novas instituições disciplinares e a constituição da individualidade administrativa e centralizada. Foucault, 2006, utiliza o modelo pan-óptico de Benjamin Bentham, que preconizava a individualização celular de um grande conjunto de pessoas, dispostas de tal modo que podiam ser mantidas sob a vigilância constante apenas por um único indivíduo. O carácter pan-óptico do poder disciplinar é visível em marcas simples como a regulação do tempo, a individualização centrada na escrita e a acção punitiva constante. Uma outra característica do poder disciplinar é visível pela isotopia, isto é, a posição de cada um é bem marcada e hierárquica; esta hierarquia é replicada em diferentes sistemas sociais, nas classificações escolares, que ordenam os alunos com base nas avaliações, nas hierarquias militares e profissionais e na própria hierarquia civil. Os deslocamentos dentro das hierarquias obtêm-se por concurso, exame ou antiguidade. O sistema disciplinar tem limites – o inclassificável não se submete à ordem e ao posicionamento que mantém o próprio sistema em funcionamento.

“O poder disciplinar tem a dupla propriedade de ser anomizante, isto é, de sempre pôr de lado certo número de indivíduos, de ressaltar a anomia, o irredutível, e de ser sempre normalizador, de sempre inventar novos sistemas recuperadores, de sempre restabelecer a regra. Um perpétuo trabalho da norma na anomia caracteriza os sistemas disciplinares” (Foucault, 2006: 68).

O modo como Foucault, 2006, caracteriza e distingue o poder soberano e disciplinar e o torna evidente a partir de práticas correntes dentro dos sistemas sociais por onde circulamos desde o nascimento – na família, na escola, no trabalho, e em todas as

organizações pelas quais vamos passando ao longo da nossa existência – é fundamental para a minha pesquisa. O limite do sistema disciplinar, patente na propriedade anomizante, tem particular interesse para o tema da minha investigação. De facto, todo o trabalho que se desenvolve à volta das pessoas em situação de sem-abrigo surge sob um novo ângulo de visão, podendo ser interpretado como uma tentativa constante de criação de sistemas recuperadores de indivíduos que escapam à norma.

Um dos sistemas recuperadores de que fala Foucault, 2006, foi estudado e descrito por Goffman, 1961, em *Manicômicos, Prisões e Conventos*. Esta obra baseia-se nas investigações que o sociólogo efectuou na década de 1950 que visavam “*tentar conhecer o mundo social do internado em hospital*” (Goffman, 1961: 7-8) a partir do ponto de vista subjectivo dos sujeitos.

Goffman, 1961, desenvolveu um estudo etnográfico sobre a vida social dos internados em hospitais, estabelecendo similitudes com outro tipo de organizações. No texto classifica os vários tipos de instituições totais a partir da função para as quais foram criadas: cuidar de pessoas incapazes, como é o caso dos hospitais psiquiátricos, asilos para idosos ou leprosarias; os hospitais, com o objectivo de cuidar dos doentes; as prisões e casas de correcção para crianças e adolescentes com a finalidade de proteger a sociedade de pessoas indesejáveis, mantendo-as afastadas enquanto promovem a sua regeneração; instituições com funções instrumentais, como os quartéis, as escolas internas e os campos de trabalho; e as instituições com a finalidade de disponibilizar aos seus residentes um refúgio do mundo, como são os conventos.

Sistematiza as características gerais das instituições totais, que têm por missão o controlo dos internados por parte da equipa dirigente, e os modos como esse controlo é feito através do uso da autoridade e da anulação do “*eu*” dos internados. Uma das formas de garantir o controlo sobre os internados é conseguida através dos ataques elementares e directos ao “*eu*” que se faz de dois modos: a “*mortificação do eu*” e a “*exposição contaminadora*” (Goffman, 1961: 31). O primeiro ataque ao “*eu*”, e o que na opinião de algumas pessoas das equipas dirigentes é decisivo, é a entrada do internado na instituição que pode passar por vários rituais, desde o rebaixamento, às humilhações e profanações do “*eu*”.

O autor dá vários exemplos de mortificação do “*eu*” dos novatos: manutenção duma barreira entre o internado e o mundo externo, através da proibição de visitas; a morte civil para o caso dos presos; as operações de limpeza, corte de cabelo e desinfecção; distribuição de roupas; divulgação de regras e do espaço físico que lhe é confinado. Um dos objectivos destes rituais de admissão é de fazer com que o novato coopere e obedeça à equipa dirigente. São exemplo destes rituais as cerimónias de boas-vindas, os testes de obediência, o despojamento dos bens pessoais e a manutenção da separação entre o “*eu*” e os seus bens. Segundo ele, “*o indivíduo precisa de um ‘estojo de identidade’ para o controlo da sua aparência pessoal*” (Goffman, 1961: 28) e as instituições totais, de um modo geral, procuram quebrar essa ligação entre a pessoa e os objectos que lhe conferem (subjectivamente ou não) uma identidade.

A exposição contaminadora é um outro tipo de mortificação do eu que implica que

sentimentos, pensamentos e bens deixem de fazer parte do “eu” e passem a ser sujeitos ao olhar, interrogação e profanação da equipa dirigente e dos outros internados. O autor dá vários exemplos: *“a violação da reserva de informação quanto ao eu”* (Goffman, 1961: 31) através da criação de um *dossier* que fica à disposição da equipa dirigente; as sessões de *mea culpa*; a exposição física do internado face à equipa técnica ou aos restantes internados (por exemplo: os dormitórios, as instalações sanitárias, sem porta); a retirada dos bens pessoais; a revista aos bens admitidos; a revista física; a mudança de nome ou de identificação da pessoa; a invasão da privacidade (violação da correspondência); as confissões públicas; a desfiguração física e a profanação simbólica (Goffman, 1961: 28-40).

A leitura desta obra coincidiu com o processo de internamento de um dos meus entrevistados numa comunidade de reinserção. A similitude dos exemplos dados pelo autor e as vivências que a pessoa experienciou é por demais evidente. Por exemplo, o período de tempo em que a pessoa está proibida de contactar com o exterior, a violação da correspondência, o abuso de poder sobre o internado, a exposição pública de sentimentos do internado à equipa dirigente e aos restantes internados. Goffman, 1961, fornece indicações preciosas de como funcionam estas instituições e seria muito interessante para esta pesquisa identificar as similitudes entre as práticas das instituições totais dos anos 1950 e as actuais comunidades terapêuticas e de trabalho.

Como tenho vindo a sustentar, as classificações são importantes organizadores do pensamento moderno, científico ou não, que informam e enformam as estruturas sociais onde nos movemos. Em *O Normal e o Patológico*, Canguilhem, 2002, procura demonstrar quanto o saber médico e as noções de saúde e doença, de normal e de patológico, são socialmente construídas, por exigências de regulação da existência colectiva e, como tal, arbitrárias e relativistas. Foi, de facto, um texto que provocou uma ruptura significativa em algumas certezas que julgava ter.

A tese de doutoramento em Medicina de Canguilhem foi apresentada em 1943 e procurava responder à questão: *“seria o estado patológico apenas uma modificação quantitativa do estado normal?”* (Canguilhem, 2002:19) Este problema foi por ele formulado a partir de duas concepções distintas, a egípcia, ou mágica, e a grega ou totalizante, enunciadas respectivamente: (i) o homem doente tem algo a mais ou a menos que poderá eventualmente ser restaurado; (ii) *“a doença não é somente desequilíbrio ou desarmonia; ela é também, e talvez sobretudo, o esforço que a natureza exerce no homem para obter um novo equilíbrio”*. E acrescentava *“estas duas concepções têm, no entanto um ponto em comum: encaram a doença, ou melhor a experiência de estar doente, como uma situação polémica, quer a luta do organismo contra um ser estranho, quer uma luta interna de forças que se afrontam”* (Canguilhem, 2002: 21).

Canguilhem, 2002, desenvolveu, então, a sua tese procurando responder à questão através de uma abordagem histórica e baseando-se no essencial das proposições de alguns autores. Inicia o argumento com Augusto Comte e o princípio de Broussais, assim formulado: *“os fenómenos da doença e da saúde são coincidentes, diferem apenas na intensidade”* (Canguilhem, 2002: 29). Porém, esta enunciação contém uma dificuldade incontornável uma vez que exige determinar o que é normal e definir o

que é excesso e falta. Parte, portanto, de uma concepção de patologia que considera a existência de um ideal de perfeição e tem implícito o “*carácter normativo do normal*” (Canguilhem, 2002: 36).

Vinte anos após a defesa da sua tese, Canguilhem, 2002, actualizou-a com novas reflexões relativas ao normal e ao patológico, confrontando as normas sociais com as normas vitais e procurando aplicá-las ao estudo da sociedade e aos grupos inadaptados. Defendia que os conceitos de norma e de normal quando aplicados às ciências sociais e humanas originam a condução de pesquisas que: “*quer se trate de tipos sociais, de critérios de inadaptação ao grupo, das necessidades e dos comportamentos de consumo, ou dos sistemas de preferência, se orientam, em última análise, para o problema das relações entre normalidade e generalidade*” (Canguilhem, 2002: 207). Advertia ainda para a utilização, por vezes descabida e abusiva do conceito de normal por parte da psicologia e sociologia.

“A definição psicossocial do normal a partir do adaptado implica numa concepção da sociedade que o identifica sub-repticiamente e abusivamente com o meio, isto é, com um sistema de determinismos, apesar dessa sociedade ser um sistema de pressões que, antes de qualquer relação entre o indivíduo e ela, já contém normas colectivas para a apreciação da qualidade dessas relações. Definir a anormalidade a partir da inadaptação social é aceitar mais ou menos a ideia de que o indivíduo deve aderir à maneira de ser de determinada sociedade, e, portanto, adaptar-se a ela como a uma realidade que seria, ao mesmo tempo, um bem. [...] Se a sociedade são conjuntos mal unificados de meios de acção, podemos negar-lhes o direito de definir a normalidade pela atitude de subordinação que elas valorizam, com o nome de adaptação. No fundo, transportado para o terreno da psicologia e da sociologia, esse conceito de adaptação volta à sua acepção original. É um conceito popular da actividade técnica. O homem adapta seus instrumentos e, indirectamente, seus órgãos e seu comportamento a determinada matéria, a determinada situação” (Canguilhem, 2002: 257-258).

Prossegue o seu argumento tendo por base as teorias da adaptação, com origem no século XIX, que a consideravam como uma relação de exterioridade, de desafio, entre o homem e o meio ambiente, e propõe uma inversão na relação entre o organismo e o meio, em que o ser vivo, “*em vez de sofrer influências, recolhe as influências e as qualidades que correspondem a suas exigências*”, isto é, em vez de considerar que o ser vivo sofre as influências do meio, pelo contrário, “*ele estrutura seu meio ao mesmo tempo que desenvolve suas capacidades de organismo*” (Canguilhem, 2002: 258).

Formulando a adaptação deste modo inverso, o normal e o anormal seriam determinados mais pelas capacidades e condições dos organismos do que “*pelo encontro de duas séries causais, independentes – o organismo e o meio*”. Assim as normas de adaptação seriam determinadas “*sobretudo, pela quantidade de energia de que o agente orgânico dispõe para delimitar e estruturar este campo de experiências e de empreendimentos a que chamamos nosso meio*”. Ilustra estas afirmações exemplificando algumas normas individuais que cada um pode estabelecer para si próprio: “*A norma do corredor de fundo não é a mesma do sprinter. Cada um*

de nós muda suas próprias normas, em função da idade e de suas normas anteriores". Este exemplo salienta o carácter relativista das normas biológicas: *"As normas de um velho seriam consideradas como deficientes no mesmo homem, quando adulto"*. E prossegue: *"Esse reconhecimento da relatividade individual e cronológica das normas não representa um cepticismo diante da multiplicidade, e sim tolerância diante da variedade"*. (Canguilhem, 2002: 258-259).

Este argumento de Canguilhem introduz um sentido biológico à palavra adaptação, que na genética tem o nome de mutação e *"permite estabelecer uma distinção entre seres vivos ultrapassados e seres vivos progressivos"*. Socorre-se de uma terminologia de Darwin, que considero muito relevante para a minha pesquisa, a qual defende a existência de *"lugares vagos"* em determinado local e que estes não são *"tanto os espaços livres mas, sobretudo, sistemas de vida (habitat, modo de alimentação, de ataque, de protecção) que são teoricamente possíveis nesse local, mas ainda não são praticados"* (Canguilhem, 2002: 238).

"Segundo uma lógica rigorosa, uma teoria mutacionista da génese das espécies só poderia definir o normal como aquilo que é temporariamente viável. Mas, de tanto considerar os seres vivos apenas como mortos em perspectiva, não levamos em conta a orientação adaptativa do conjunto dos seres vivos, considerados na continuidade da vida, subestimamos este aspecto da evolução que é a variação dos modos de vida para a ocupação de todos os lugares vagos. [...] A animalidade é uma forma de vida que se caracteriza pela mobilidade e pela predação" (Canguilhem, 2002: 238).

De igual modo, quando se passa das normas biológicas para as sociais, o organismo determina a possibilidade de agir em situação social e, por consequência, podemos falar também de adaptação.

O contributo de Canguilhem, 2002, para o meu projecto proporciona inúmeras ideias geradoras de novas percepções da realidade. Em primeira análise, reafirma a relatividade e a arbitrariedade do conceito normal e, por conseguinte, dos seus contrários, tanto em termos fisiológicos, como psicológicos e sociais; os organismos vivos adaptam-se e equilibram-se em função das experiências que os condicionam e das normas individuais que os caracterizam; os lugares vagos constituem sistemas de vida potencialmente possíveis ainda não explorados. Canguilhem, 2002, não refere explicitamente o poder médico, embora ele esteja presente no modo de observar, medir, descrever e classificar.

As obras destes três autores complementam-se e marcaram claramente uma nova etapa no desenvolvimento da minha pesquisa. Essa mudança não se tornou visível no modo como tinha planeado conduzir a investigação ou nos critérios de selecção das minhas fontes de informação. O que mudou, com os contributos de Foucault, Goffman e Canguilhem, foi um alargamento da perspectiva ou do ângulo de visão pelo qual passei a observar a realidade que queria estudar. Esta nova percepção mais abrangente do meu campo de estudo implicou um reposicionamento da minha pesquisa.

A reflexão teórica que venho empreendendo fez emergir novas ligações, novos focos de interesse e modos de observar e compreender a realidade. Provavelmente o que me era dado a perceber ou pressentir anteriormente não seria ainda suficientemente

nítido e claro, ou seja, o tema que eu pretendia investigar continuava estável, o que mudou foi o meu olhar e o modo como passei a interrogar estes novos objectos, agora visíveis, no terreno da pesquisa.

1.4. Biografia e identidade

Iniciei esta pesquisa ouvindo as pessoas que viviam ou viveram na rua; pretendia compreender, a partir do ponto de vista delas, o que tinha sucedido nas suas vidas que as tinha conduzido à condição de sem-abrigo. Entrevistei três pessoas que tinham vivido ou ainda viviam nessa situação, utilizando uma abordagem biográfica. Socorri-me de Josso, 1991 e Dubar, 1997, para realizar estas primeiras entrevistas e também para as analisar. Esta primeira incursão ao terreno da pesquisa foi muito rica e proveitosa mas também inquietante. Algumas dúvidas com que me deparei na interpretação das narrativas dos entrevistados foram já referidas anteriormente: umas dizem respeito à reconstituição, *ilusória* e consistente da biografia, e outras à publicação do material recolhido *em bruto*, com o mínimo de intervenção do investigador. Situo esta *minha tensão bourdieuna* na procura da relação entre as narrativas biográficas e a construção identitária do sujeito. Confesso que este tema foi o que mais hesitação me colocou, quer no modo de o formular, quer na dificuldade sentida em o descrever e problematizar.

A relação entre biografia e identidade trata-se de uma questão central para o meu projecto de investigação. Não podia prescindir de a aprofundar, no entanto, foi difícil escolher o trilho certo que me permitiu chegar a alguns lugares interessantes e produtivos. Para início de estrada socorro-me de um excerto de Michel Foucault impresso na abertura do livro de Nikolas Rose, 1990, *Governing the soul: the shaping of the private self*.

“It would be wrong to say that the soul is an illusion, or an ideological effect. On the contrary, it exists, it has a reality, it is produced permanently around, on, within the body by the functioning of a power... on those one supervises, trains and corrects, over madmen, children at home and at school, the colonized, over those who are stuck at a machine and supervised for the rest of their lives” (Foucault, citado em Rose, 1990: v).

Escolhi esta asserção de Foucault, para abertura deste tema, pela surpresa que me causou. Ao afirmar que a alma existe e é real, que funciona e é produzida no corpo de todos e de cada um, através de um mecanismo de poder que supervisiona, treina e corrige em todo o lado e em todos os lugares, Foucault provocou-me e confundiu-me ainda mais um pouco, tendo-me obrigado a rever as noções de sujeito, de alma e de ser. Esta consciência, sujeito, pessoa, *self*, indivíduo, ser humano, enfim, o que habitualmente designamos por “*eu*”, transporta um pouco de todos estes nomes e cada um deles foi pensado, reflectido, proposto e discutido por filósofos, teólogos,

jurisperitos, psicanalistas, psicólogos, médicos, educadores¹.

Não irei aqui distinguir cada uma destas propostas, todas têm significações distintas, com variações; contudo pretendem conceptualizar uma parte ou a totalidade de uma mesma realidade, a de um corpo humano limitado pelo envelope da pele, um corpo que sente, age, pensa, aprende e reflecte, chora e ri, deseja, odeia, mata, acaricia, sente dor e prazer e tem consciência de si. Este corpo ou *máquina desejante*, na metáfora de Deleuze e Guattari, 2004, é limitado e impedido de usufruir do seu desejo, é sujeito a constrangimentos, uns que provêm dos próprios limites físicos e psicológicos da *máquina*, outros com origem nas pressões e condições externas e da convivência com outros corpos desejantes que também procuram satisfazer os seus prazeres e se vêem, eles próprios, também limitados nos seus quereres.

A ligação desejo/repressão sugere a tensão eu/outro : – eu desejo, o outro restringe ou participa do meu desejo. Esta relação entre o eu e os outros, entre o desejo individual e a satisfação colectiva, marca a vida em comunidade, sustentada pela procura de protecção, e, paradoxalmente, pelo desejo individual de autonomia. Bauman, 2003, em *Comunidade: a busca por segurança no mundo actual* exprime essa tensão entre segurança e liberdade.

“Há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’ – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e à ‘identidade’. Qualquer que seja a escolha ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter protecção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. [...] A tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre a comunidade e a individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo; não achar a solução correcta e ficar frustrado com a solução adoptada não nos levará a abandonar a busca – mas a continuar tentando. Sendo humanos, não podemos realizar a esperança, nem deixar de tê-la” (Bauman, 2003: 11-12).

A tensão entre o eu e o outro, a segurança e a liberdade, o conformismo e a resistência são aspectos importantes que estão implícitos nesta investigação, todavia, senti necessidade de aprofundar, em primeiro lugar, a questão do sujeito e a importância das narrativas biográficas para a construção e consolidação da sua identidade.

As narrativas biográficas apresentaram-se-me sempre como um material com elevado potencial de interpretação do indivíduo e do social, reconheço-lhes virtualidades na auto consciencialização do sujeito, apesar de nem sempre conseguir captar precisamente qual a sua função na construção da auto-identidade e o que poderia aprender com a análise dessas narrativas. Aproveitei estas incertezas e hesitações para explorar certas questões filosóficas relativas ao *ser* e ao *sujeito* e como foram tratadas por alguns pensadores. Esta incursão numa disciplina difícil, para mim, mas

¹ Jean-Pierre Vernant propõe uma classificação interessante a partir da perspectiva da antropologia histórica: o indivíduo, *stricto sensu*; o sujeito, quando o indivíduo fala sobre si próprio; o eu, a pessoa interior e única. (Vernant, 1988).

igualmente estimulante, permitiu-me identificar algumas questões fundamentais acerca do sujeito, da noção de consciência, da identificação do sujeito com o corpo, da continuidade ou descontinuidade do “eu”. Se bem que esta passagem pela filosofia me devolvesse uma visão mais abrangente da questão da individualidade e da identidade, sentia que era complicado, para mim, ligar estes conceitos e a discussão filosófica à minha pesquisa. Procurei auxílio noutros lugares e com Anthony Giddens parte das minhas hesitações atenuaram-se.

Como já referi anteriormente, a modernidade tardia, segundo a designação de Giddens, 1997, resulta numa série de consequências para o indivíduo que o sociólogo aborda de um modo sistemático no seu livro *Modernidade e Identidade Pessoal*. O autor desenvolve parte substancial da sua argumentação com base na proposição de que toda a actividade humana pode ser conhecida e descrita pelo próprio: “*Partimos da premissa de que ser-se humano significa conhecer, a todo o momento e nos termos de um qualquer tipo de descrição, o que se faz e porque se faz*” (Giddens, 1997: 33). Esta consciência reflexiva não se limita a uma “*consciência discursiva*”, ela está incorporada na prática das acções do quotidiano. Giddens, 1997, identifica quatro questões existenciais fundamentais, comuns a todo o ser humano, interiorizadas através da interacção social. Uma primeira relacionada com a própria experiência da existência ou da natureza do ser e do mundo que o rodeia; a segunda questão existencial diz respeito à finitude da existência humana e às respostas que cada cultura ou indivíduo encontra para lidar com a inevitabilidade da morte; um terceiro ponto relaciona-se com o *outro* e com o modo como cada indivíduo interpreta as acções e qualidades de outros indivíduos; por último, o autor refere a noção de auto-identidade e da necessidade de cada um se sentir contínuo num *eu* (ou *self*) e num corpo. Esta noção de auto-identidade, que Giddens, 1997, liga com a de autobiografia, foi-me útil para orientar a minha investigação e organizar o meu pensamento.

“A auto-identidade não é um traço distintivo, ou sequer uma colecção de traços, possuídos pelo indivíduo. É o self tal como reflexivamente compreendido pela pessoa em termos da sua biografia. Aqui a identidade ainda pressupõe continuidade através do tempo e do espaço, mas a auto-identidade é uma continuidade tal como interpretada reflexivamente pelo agente. Isto inclui a componente cognitiva de pessoa. Ser uma ‘pessoa’ não é apenas ser um actor reflexivo, mas sim ter um conceito de pessoa (tal como aplicado tanto ao self como aos outros). O que se quer dizer com ‘pessoa’ certamente varia com as culturas, embora haja elementos da noção que são comuns a todas as culturas. A capacidade de usar ‘eu’ em contextos cambiáveis, característica de todas as culturas conhecidas, é a característica mais essencial das concepções reflexivas de pessoa” (Giddens: 1997: 49).

Esta noção de auto-identidade destaca os aspectos temporal e espacial que constituem a concepção de pessoa, em que a narrativa biográfica tem um papel preponderante na construção da ideia de continuidade do *self*: “*A identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento, nem – por muito importante que o sejam –, nas reacções dos outros, mas na capacidade de manter a continuidade de uma narrativa*”. Para que uma biografia não seja totalmente ficcional, o indivíduo “*deve integrar continuamente eventos que ocorrem no mundo exterior, e escolhê-los para a ‘estória’ contínua sobre o self*”. (Giddens: 1997: 51).

As narrativas biográficas, ou as autobiografias, são um instrumento com múltiplas finalidades: como método de investigação em ciências sociais, como processo terapêutico ou de reconversão profissional, utilizado actualmente na elaboração do balanço de competências, por exemplo, ou simplesmente, como projecto reflexivo do indivíduo. É deste modo, enquanto projecto reflexivo do *self*, que Giddens, 1997, as trabalha nesta obra. O valor de uso deste processo de autoconhecimento e de reconstrução da *estória* de vida possibilita uma reflexão retrospectiva de acontecimentos passados, e, eventualmente, uma “*intervenção correctiva*” na narrativa identitária. Este processo de reflexão sobre a vida passada tem potencialidades para influenciar as acções futuras, contudo é uma tarefa exigente.

“No projecto reflexivo do self, a narrativa da auto-identidade é inerentemente frágil. A tarefa de forjar uma identidade distinta pode ser capaz de fornecer ganhos psicológicos distintos, mas é também, obviamente, um fardo. Uma auto-identidade tem de ser criada e mais ou menos continuamente reordenada sobre um pano de fundo de experiências cambiantes na vida do dia-a-dia e das tendências fragmentadas das instituições modernas. Mais, a manutenção de uma tal narrativa afecta directamente, e em certa medida ajuda a construir, o corpo e o self” (Giddens, 1997: 171).

As considerações de Giddens, 1997, sobre a ligação entre as narrativas biográficas e a identidade foram oportunas para o meu projecto. Como já referi anteriormente neste capítulo, na primeira análise e interpretação dos discursos dos meus entrevistados apercebi-me que a estrutura da narrativa e a linguagem utilizada para descrever o passado e o presente denotavam um trabalho de reflexão e de reinterpretção das condutas passadas. Parecia-me evidente que se tratava de uma reconstituição da *história* pessoal dos indivíduos, sobretudo, dos que tinham passado por processos institucionalizados de *reinserção* na sociedade. Mas a minha exploração sobre este tema não estava ainda esgotada – precisava de aprofundar um pouco mais a ligação entre as narrativas biográficas e a construção de uma identidade ou de consciência do eu.

O número 62/63 da revista francesa *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* de 1986 é dedicado à investigação que tem como base o material biográfico. Para além do texto de Bourdieu, 1986, *L’illusion biographique*, que já aqui referi e que tanta perturbação me causou, encontrei mais dois trabalhos que me interessaram por acrescentarem algumas notas particulares acerca das biografias.

O artigo de Aloïs Hahn, 1986, faz uma ligação entre as práticas confessionais e a construção da identidade ou da auto-tematização, na expressão do autor, que instituíram o exame de consciência e a confissão como forma de auto-regulação interior, de compreensão da conduta individual e, também, como um processo de estabelecimento de biografias, continuamente alimentadas por novas confissões².

Relacionando as práticas confessionais com as entrevistas já realizadas e também com conversas informais que mantive com pessoas que tinham passado por processos de reinserção, recordo que referiram que uma das etapas do programa terapêutico

² O tema da confissão como forma de “governo de si” foi discutido em profundidade por Foucault.

passava pela escrita de um texto biográfico, de carácter confessional, em que se encorajava o relato e a análise do percurso biográfico. Regra geral esse documento é destruído no final do processo, como se o gesto simbolizasse o final de uma etapa, a esquecer, e o começo de uma nova vida. Evidentemente que este exercício tem significados distintos para cada uma das pessoas, mas quem passou por este ritual recorda-o como sendo um processo doloroso e simultaneamente libertador.

O segundo artigo, publicado nesta revista, que me despertou a atenção, é um texto de Howard S. Becker, 1986, que trata das funções dos documentos biográficos na investigação sociológica e reflecte acerca dos seus usos, explorando algumas hipóteses explicativas do aparente abandono a que esta metodologia foi votada. O autor baseia-se no livro de Clifford Shaw, *The Jack-Roller*, publicado em 1930, que relata, na primeira pessoa, a biografia de um jovem carteirista em Chicago, e contém também informação recolhida nas instituições por onde Stanley, o protagonista, passou durante o seu percurso em centros de detenção. Faz parte ainda do livro uma análise da biografia de Stanley realizada pelos sociólogos da escola de Chicago, Robert Park e Clifford Shaw.

Neste artigo, Becker, 1986, inventaria as funções do trabalho biográfico, tendo por base o livro de Shaw. Um primeiro interesse nesta obra deve-se à interpelação que ela vem impor nos fundamentos teóricos da delinquência juvenil. Ainda que a história de Stanley possa divergir das teorias psicológicas acerca da delinquência, o interesse na biografia mantém-se pois contribuiu com novos conhecimentos acerca da criminalidade juvenil, contada na primeira pessoa, e também sobre os processos institucionais de reinserção e punição e como estes são experienciados pelos sujeitos que os vivenciam. Ou seja, este tipo de investigações pode fornecer informação valiosa para a concepção de programas de reinserção, promovendo a reflexão dos profissionais sobre as suas práticas ou como elas podem ser sentidas pelas pessoas que são alvo de tratamento. Becker, 1986, assinala também uma outra vantagem na utilização das biografias por estas serem materiais muito ricos em pormenores que podem ser explorados, permitindo, por vezes, reorientar a evolução da investigação.

Um outro aspecto que Becker, 1986, assinala tem por base o trabalho de George Herbert Mead que defende que a vida social: *“est un échange de symboles significatifs au cours duquel les gens esquissent des actions et, ensuite, ajustent et réorientent leur activité en fonction des réponses (réelles ou imaginaires) que les autres ont faites à ces actions”*. Se tomarmos em consideração esta concepção de vida social como sugere Mead, citado em Becker, 1986, então: *“la biographie décrit ces séquences cruciales d’interactions dans lesquelles de nouvelles voies de l’action collective et individuelle sont forgées, dans lesquelles de nouveaux aspects de la personnalité surgissent”* (Becker, 1986: 108). Para além das razões já destacadas, as biografias dão a conhecer aos profissionais e cidadãos comuns aspectos e modos de viver e de sentir de indivíduos e grupos que dificilmente teriam possibilidade de exprimir essas vivências junto de um grande número de pessoas.

Becker, 1986, também enumera algumas mudanças que fomentaram o abandono gradual dos métodos biográficos em investigações sociológicas. Um dos aspectos mais relevantes, na minha opinião, prende-se com a própria evolução do trabalho do

sociólogo e das expectativas que estas investigações geram, quer no mundo científico, quer na sociedade em geral. O que aqui está em causa é o desenvolvimento do conhecimento científico nesta área e quais os pressupostos em que assenta a produção científica e a procura da verdade. Este tema será retomado posteriormente, por agora, fica apenas a anotação de Becker.

“Nous pouvons espérer peut-être qu’une meilleure compréhension de la complexité de la démarche scientifique redonnera aux sociologues le sens de la valeur et des avantages multiples de la méthode biographique. Une nouvelle série de documents personnels comme ceux produits par l’école de Chicago, il y a plus d’une génération, pourrait nous aider dans toutes les directions que j’ai déjà suggérées et aussi dans de nouvelles directions qui restent à définir” (Becker, 1986 : 110).

Se bem que, na mesma linha de Giddens, 1997, certos autores defendam que a narrativa biográfica proporciona um sentido de continuidade do eu, outros, como Deleuze, 1994 e Rose, 2001, preferem insistir na multiplicidade de narrativas que se reclamam do eu, o que vale por dizer que o eu não lhes preexiste. Deleuze, 1994, salienta a ‘não unidade’ do eu, adoptando a metáfora das máscaras comunicantes de Nietzsche.

“Em Nietzsche tudo é máscara. [...] Nietzsche não acredita na unidade de um Eu e não o experimenta: relações subtis de poder e de avaliação entre diferentes “eu” que se escondem, mas que exprimem também forças de outra natureza, forças da vida, forças do pensamento – tal é a concepção de Nietzsche, a sua maneira de viver” (Deleuze, 1994: 12-13).

Baseando-se, essencialmente, nas propostas de reflexão de Foucault, Deleuze e Guattari, Nikolas Rose publicou, em 2001, um texto com um título provocador, *Inventando nossos eus* incluído numa colectânea de trabalhos, traduzidos e organizados por Tomas Tadeu da Silva, 2001, com um título igualmente sugestivo: *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. O tema central do texto de Rose, 2001, parte da crise do eu, enquanto sujeito universal, estável e interiorizado (para a psicanálise o eu é imaginário), na morte da noção de sujeito e na sua substituição pelo conceito de subjectivação. Considera subjectivação como: *“o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de formas, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles”* (Rose, 2001: 143).

A questão organizadora deste texto é formulada do seguinte modo: *“Como os humanos são subjectivados, em quais agenciamentos³, e como podemos pensar as práticas psi como um elemento operativo no seu interior”*. Os conceitos de subjectivação e de práticas *psi* serão explicitados um pouco mais adiante neste texto, por ora, importa-me explorar as ideias de Rose, 2001, que relacionam a linguagem

³ O tradutor do texto de Rose, 2001, esclarece a origem do “neologismo” *agenciamento*. Este foi traduzido do inglês a partir do vocábulo *assemblage*, que significa montagem, combinação. Por sua vez, o vocábulo francês *agencement* é frequentemente traduzido para inglês por *assemblage*. Deste modo, neste contexto, *agenciamento* deve ser entendido como combinação, ou montagem. (Rose, 2001: 198-199).

com a noção de eu.

Este argumento parte da função da linguagem na *“narração do eu”* e fundamenta-se em trabalhos de autores que ligam a linguagem à noção de *“eu”*, ainda que expressem posições divergentes, como Marcel Mauss e Émile Benveniste, mobilizados por Rose, 2001, na construção do seu texto. Enquanto, segundo Rose, 2001, o primeiro defendia que a categoria do eu é uma concepção moderna, mas acreditava que em todas as línguas existia uma palavra que exprimia a noção de *“eu”*, Benveniste sustentava que o sujeito se constituía através da linguagem, ou seja, por detrás do eu não existia qualquer sujeito. Rose, 2001, por seu lado, defende uma outra perspectiva, inspirada nos trabalhos de Foucault, Deleuze e Guattari de que a linguagem é um *“agenciamento de enunciação”* ou um conjunto de *“modalidades enunciativas”*. O que significam estas expressões? De acordo com Foucault, as modalidades enunciativas referem-se às diversas formas pelas quais a linguagem se torna uma categoria, num espaço e época determinado. Deleuze e Guattari basearam-se no conceito de *“práticas discursivas”*⁴ proposto por Foucault defendendo que toda a linguagem, *“mesmo na forma de ‘fala’, aparece como um agenciamento de ‘práticas discursivas’”* (Rose, 2001: 151). As práticas discursivas não são discursos construídos num vazio social.

“Não habitam um domínio amorfo e funcionalmente homogéneo de significação e negociação entre indivíduos – elas estão localizadas em locais e procedimentos particulares, os afectos e as intensidades que as atravessam são pré-pessoais, elas são estruturadas em variadas relações que concedem poderes a alguns e delimitam os poderes de outros, capacitam alguns a julgar e outros a serem julgados, alguns a curar e outros a serem curados, alguns a falar a verdade e outros a reconhecer sua autoridade e a abraçá-la, aspirá-la ou submeter-se a ela” (Rose, 2001: 151).

Ainda neste texto, Rose, 2001, explora os desenvolvimentos da psicologia que relacionam a subjectivação com a produção de narrativas: *“as histórias que contamos uns aos outros e a nós próprios”* (Rose, 2001: 151). Alguns autores que aprofundaram esta linha de argumentação consideram que é através da linguagem que o eu se constitui.

“A linguagem, aqui, é entendida como um complexo de narrativas do eu que nossa cultura torna disponível e que os indivíduos utilizam para dar conta de eventos em suas próprias vidas, para dar a si mesmos uma identidade no interior de uma história particular, para atribuir significado à sua própria conduta e às condutas de outros em termos de agressão, amor, rivalidade, intenção, e assim por diante. Isto é, falar sobre o eu é tanto constitutivo das formas de autoconsciência e de auto compreensão que os seres humanos adquirem e exibem em suas próprias vidas quanto é constitutivo das próprias práticas sociais na medida em que essas práticas não podem ser levadas a efeito sem certas auto compreensões” (Rose, 2001: 151-152).

Estas narrativas fazem parte dos diálogos socialmente construídos, ou seja, as

⁴ O conceito de *“práticas discursivas”* não será aqui tratado. A citação de Nikolas Rose, 2001, aqui transcrita, baseia-se em Deleuze e Guattari, que, por sua vez, desenvolveram o seu trabalho a partir de Foucault.

narrativas que cada eu produz na relação com outros serão necessariamente inteligíveis por ambos. A este propósito, Rose utiliza a noção de ‘autonarrativa’ desenvolvida por Mary e Kenneth Gergen. De acordo com estes autores, mobilizados por Rose, 2001, as autonarrativas seriam sistemas simbólicos utilizados socialmente e individualmente, com a finalidade de justificar e criticar as próprias condutas ou as dos outros. *“Ao organizar explícita ou implicitamente, suas relações consigo mesmos e com outros em termos dessas narrativas, um eu é, por assim dizer ‘gerado pela estória’, com o indivíduo escolhendo entre as diferentes formas de narrativa às quais foi exposto”* (Rose, 2001: 155).

Como se compreende, as autonarrativas são discursos que se desenvolvem a partir das trocas sociais e implicam a existência de uma audiência. Estes discursos permitem que o eu assuma uma multiplicidade de narrativas consentâneas ou não com as expectativas das diversas audiências.

“Trata-se de uma sociabilidade que é reforçada pelas formas e respostas relacionais que certos modos de falar sobre o eu recebem em trocas contínuas entre as pessoas de vários tipos, nas quais os indivíduos negociam conjuntamente teorias particulares sobre si mesmos e sobre outros, negociações que assumem, elas próprias, certas formas estoriadas culturalmente disponíveis” (Rose; 2001: 155).

O autor prossegue a sua exposição desenvolvendo o argumento, já esboçado atrás, sobre as disciplinas *psi* e como elas se relacionam com a subjectivação. Para clarificar esta relação, faz a distinção entre duas interpretações diferentes do conceito de linguagem: uma, encarada enquanto “fala”; e a outra, a que mais importa para a construção do seu argumento, que considera a linguagem como “agenciamento”. Contrapõe assim, duas formas de analisar a linguagem. Quando a linguagem é entendida como fala, as análises que se podem efectuar, neste caso, seguem *“o modelo banal da comunicação, ou da falta de comunicação, na qual as partes envolvidas, os indivíduos humanos, utilizam vários recursos linguísticos – palavras, explicações, estórias, atribuições – para construir mensagens que transmitam intenções, ou para mutuamente afetar, persuadir, agir”* (Rose, 2001: 156). Se, pelo contrário, a linguagem for analisada como uma série de procedimentos de significação *“por meio dos quais ela se distribui ao longo de espaços, épocas, zonas e estratos, e se ela está agenciada em regimes práticos de coisas, corpos e forças, então deve-se conceber a ‘construção discursiva do eu’ de uma forma bem diferente”* (Rose, 2001: 158). Com esta distinção Rose, 2001, não pretende descartar as análises da linguagem que a consideram como *“discursos”*; porém sugere que as *“análises são mais instrutivas quando se focalizam não no que a linguagem significa, mas no que ela faz”* (Rose, 2001: 156-159).

Recuperando para o meu trabalho os principais argumentos de Nikolas Rose, 2001, expostos até agora, diria que as narrativas do eu se constituem pela linguagem. Essa linguagem pode ser analisada e interpretada de vários modos: enquanto estrutura, significação, intencionalidade e efeitos. Sobre os efeitos da linguagem, Rose, 2001, avança com algumas possibilidades de análise interligando a linguagem com os componentes do pensamento.

“Que vínculos ela desqualifica, o que capacita os humanos a imaginar, a diagramar, a fantasiar uma determinada existência, a se reunirem em um agenciamento: os sexos, com seus gestos, formas de andar, de vestir, de sonhar, de desejar; as famílias com suas mães, seus pais, seus bebês, suas necessidades e suas decepções; as máquinas de curar com seus médicos e pacientes, seus órgãos e suas patologias; as máquinas psiquiátricas com suas arquiteturas reformatórias, suas grades de diagnóstico, sua mecânica de invenção e suas noções de cura” (Rose, 2001: 156-159).

A linguagem como agenciamento é, assim, mais do que fala e significado. Ela é portadora de poderes: poder de constituir narrativas, poder de disponibilizar modelos de identificação ou de diferenciação, poder de estruturar as relações entre os indivíduos, poder de habilitar uns com autoridade sobre outros, e assim por diante. A linguagem a que Rose, 2001, se refere não é apenas fala e poder, é também escrita que passa a fixar o que antes dela se podia apenas memorizar. A memória não é apenas um *“aparato que marca a ferro em brasa o passado”*; as técnicas de memória são alimentadas pelas práticas pedagógicas e pelas disciplinas *psi* que podem ser explicitadas como: *“práticas, locais e regimes de enunciação que dão poder a certas autoridades para falar nossa verdade na linguagem da psique”*. O corpo memoriza auxiliado pelas tecnologias da memória permitindo que os humanos revoquem no presente um passado mais ou menos real, mais ou menos imaginário. Para Rose, 2001, a memória é também um agenciamento que permite ao humano ter uma dimensão biográfica, psicológica, emotiva, intelectual, com vontades e desejos: *“o que é lembrado só o é por meio do envolvimento dos humanos com as tecnologias da memória”*. Neste sentido, a memória é também uma tecnologia cultural que vai para além do envelope da pessoa, constituída por aparatos culturais que *“perduram em locais, práticas, rituais e hábitos particulares e não estão localizados em pessoas particulares, nem são intercambiados de acordo com o modelo da comunicação”* (Rose, 2001: 161-164).

Retomo aqui a questão inicial, organizadora deste texto de Nikolas Rose, 2001, e já formulada anteriormente: como os humanos se constroem, se compõem e decompõem e se combinam e transformam em várias formas de sujeitos, - a subjectivação -, e, por outro lado, como as práticas *psi* operam no processo de *“construção de pessoas”*. A este propósito Rose, 2001, esclarece que a subjectivação *“não é um produto nem da psique nem da linguagem, mas de um agenciamento heterogêneo de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições, práticas”* (Rose; 2001: 166).

As práticas *psi*, com a sua origem nas disciplinas psicológicas e psiquiátricas e na naturalização dos seus discursos no interior de instituições, de práticas, territórios e espaços, são como forças que dobram os eus humanos em agenciamentos particulares. Estas disciplinas dispõem de uma dimensão mimética *“que pode ser vista em aparatos tais como manuais de auto-ajuda centrados no auto-aperfeiçoamento, na auto-estima e no auto-progresso”* e ainda na *“fabricação de subjectividade às quais se pode aspirar; as imagens do eu normal – a criança normal, a mãe normal, a garota normal, o adolescente normal, o paciente normal, o trabalhador ou o gerente normal – desenvolvidas em toda e qualquer prática imaginável”* (Rose, 2001: 186).

O trabalho de Rose, 2001, e dos autores por ele convocados para a construção dos seus argumentos: Foucault, Deleuze e Guatarri, Mauss, Benveniste e a dupla Gergen, conduziram-me a um lugar onde já não há possibilidade de retorno. As noções de agenciamento, de subjectivação e de como as práticas *psi* operam na construção dos humanos, proporcionam uma visão compreensiva e complexa do eu moderno, de como ele se relaciona consigo mesmo, como partilha com outros as suas histórias e como permite que outros se pronunciem sobre si. Julgo ser através da combinação destas três forças que se criam as *subjectividades desejadas* assim como também se forjam as *subjectividades rejeitadas*. O que entendo por subjectividades desejadas e rejeitadas? Na continuidade de Rose, 2001, diria que a *subjectividade desejada* seria representada pelas imagens de *um eu normal imaginado* – o cidadão *normal*, com uma casa, um trabalho, uma família e desejos e sonhos de felicidade futura, de saúde, de beleza, de dinheiro, de prazeres e de realizações. A *subjectividade rejeitada* seria representada por imagens de um eu que se quer expulsar, do qual se quer fugir, escapar ou negar. A existência de uma tal subjectividade rejeitada é meramente hipotética e corresponderia, eventualmente, a *um eu sem-abrigo*. Que imagens tem ou terá um eu sem-abrigo? Será que existem eus sem-abrigo, ou sem-abrigo é apenas uma classificação produzida pelos cientistas e pelos práticos sociais?

Como já foi referido na introdução desta dissertação, os estudos dos investigadores das correntes das histórias de vida, Gaston Pineau, António Nóvoa, Mathias Finger, Pierre Dominicé e Cristhine Josso, entre outros, utilizaram, a partir da década de 1980, o material biográfico como um recurso para o estudo dos processos formativos dos adultos. Estes estudos visam alcançar, essencialmente, dois grandes objectivos: formar formadores; e investigar sobre os processos de formação. Ou seja, responder à pergunta: como se formam os adultos?

As histórias de vida têm sido utilizadas nesta dupla dimensão, como instrumento de formação e enquanto metodologia de investigação. Os mais de vinte anos de pesquisa e a existência da “segunda geração” de investigadores que têm utilizado as histórias de vida e as biografias educativas, nestas duas vertentes, permitiram a compilação e disseminação de conhecimentos sobre os processos de formação dos adultos, tendo por base as suas vidas. Esse corpo de conhecimentos é de grande riqueza, pois através da análise das histórias de vida e da singularidade de cada percurso de formação é possível identificar algumas regularidades, por exemplo: momentos importantes; situar os ambientes sociais; as pessoas influentes. Dominicé, 1996, afirma que “*Le récit biographique est toujours une interprétation d’un parcours de vie adulte*” (Dominicé, 1996: 75). Estas correntes de investigação fornecem instrumentos conceptuais valiosos para a compreensão do modo como os adultos interpretam os seus percursos biográficos.

Com base no longo trabalho sobre as histórias de vida e encarando a formação do ponto de vista do aprendente, Josso, 1989, propõe uma reflexão sobre o lugar ocupado pelas experiências na formação e transformação da identidade e da subjectividade individual. Segundo a autora, os desafios da dialéctica entre indivíduo e colectivo são formadores, na medida em que as actividades, as situações, as interacções o forçam a reconsiderar ou a reconstruir ideias, soluções e comportamentos. Esta tensão entre o indivíduo e o colectivo conferem “*une capacité*

d'orientation imitative de modèles culturels et une capacité d'orientation ouverte à l'inconnu" (Josso, 1989: 166). As experiências formativas tanto são as que alimentam a autoconfiança como as que alimentam as dúvidas, os erros e o questionamento. Segundo a autora e, de acordo com as suas pesquisas, é difícil estabelecer uma correlação entre as circunstâncias de vida e os tipos de aprendizagem.

A tese de doutoramento de Christine Josso, *Cheminer vers soi*, foi construída com base na sua biografia educativa. A partir da análise da sua própria narrativa e de mais de oitenta biografias educativas, foi-lhe possível criar categorias que constituem os processos de formação. Uma primeira – “Momentos Charneira” – corresponde às escolhas e rupturas feitas livremente, consideradas como “*un saut périlleux et douloureux*”. Estes momentos constituem verdadeiras aprendizagens pela ruptura: “*rupture dans les relations affectives, rupture dans le mode de vie, rupture dans les activités, rupture dans les contextes socio-culturels*”. As aprendizagens realizadas com as rupturas tornam claro que a transformação “*implique à la fois l'abandon de certains acquis et l'ouverture à de nouvelles potentialités*”. Estes momentos de mudança obrigaram a autora a empreender actividades de adaptação ao ambiente, de investigação de novas realidades, de criação de novas relações e de participação em actividades diferentes. Estas etapas foram de confronto com a compreensão anterior do mundo e de modos de estar e de integração de novas construções de sentido.

“Ainsi, ce qui a été formateur dans mon parcours, ce furent des activités, des situations, des événements, des rencontres et des relations qui m'ont fait découvrir des réalités jusque là inconnues, qui m'ont permis d'exercer ou d'acquérir des qualités, qui ont provoqué des prises de conscience, qui ont interrogé des significations acquises ou forgées antérieurement et m'ont, de ce fait, contrainte à réélaborer du sens” (Josso, 1991: 207-208).

Josso, 1991, considera dois níveis de aprendizagem. Um primeiro composto por quatro etapas: iniciação, aquisição, manutenção e transferência. E um segundo nível, que surge com a acumulação de aprendizagens e advém da capacidade de “*auto-observation et d'explicitation de ce qui a été fait dans tel ou tel apprentissage afin que cette conscientisation serve de base à une autonomisation du sujet dans un quelconque apprentissage*”. Este nível remete para a capacidade de aprender a aprender. Apesar da grande diversidade de aprendizagens que realizamos ao longo da nossa existência, Josso, 1991, considera quatro categorias: psicossomáticas; instrumentais; relacionais; e reflexivas. Aprender exige que se saiba:

“Mobiliser des attributs physiques et psychiques, découvrir des propriétés aux objets et à l'environnement, nous rendre sensibles aux qualités d'autrui, afin que l'articulation entre le sujet et la médiation qu'il utilise permette la réussite de l'activité” (Josso, 1991: 209-210).

Na categoria “Dinâmicas”, importa considerar as transformações inscritas na temporalidade. Essas transformações são sentidas como desafios que se colocam às pessoas e implicam uma evolução singular. Josso, 1991, procurou encontrar uma categoria que permitisse englobar as dinâmicas que conduzem à transformação – as relações entre o individual e o colectivo (família, grupo, ou sociedade alargada).

“Les rapports individu-groupes peuvent être plus ou moins harmonieux ou conflictuels,

mais quel que soit le mode sur lequel ils sont vécus, ils se présentent comme la trame de notre existence, le lieu où se joue notre identité, où elle se définit et redéfinit sans cesse. [...] L'individualité ne survie et ne se manifeste que dans un réseau d'interactions qui alimentent le double mouvement d'identification et de différenciation. [...] tous les récits de formation, dont j'ai partagé l'élaboration et auxquels j'ai eu accès par une simple lecture, témoignent d'une dialectique d'ajustement entre des exigences individuelles et des contraintes collectives" (Josso, 1991: 214).

As dinâmicas encontradas por Josso, 1991, foram categorizadas em três pares antinómicos: Autonomização/Conformismo; Responsabilização/Dependência; Interioridade/Exterioridade. Para a autora, as tensões entre autonomia ou conformismo vivem-se habitualmente em relação à família de origem, aos constrangimentos sociais, aos modelos tradicionais de estilo de vida, sistemas de pensamento, representações sobre si e sobre as relações com os outros. As tensões entre responsabilização e dependência marcam também os percursos biográficos: em relação à família; grupos; relações interpessoais; às escolhas profissionais; tomada de consciência da responsabilidade pela saúde individual; pelo ambiente etc. Já quanto à dinâmica interioridade *versus* exterioridade, Josso, 1991, afirma:

"Nous menons tous une 'double vie' avec des moments de tensions qui émergent de cette bipolarité de notre existence: notre vie intérieure et notre façon de vivre en relation avec autrui. Ces tensions naissent d'une contradiction entre comportements et idées exprimées d'une part, pensées et ressentis non extériorisés d'autre part. Elles peuvent apparaître lorsqu'une évolution intérieure se trouve contrariée par des conditions extérieures jusqu'alors satisfaisantes, à la suite d'une prise de conscience qui bouscule une cohérence intérieure, ou encore dans des situations où nous souhaitons éviter un conflit ouvert, ou enfin dans tous ces moments où autrui nous renvoie une image de nous-même que nous ressentons sans correspondance intérieure. Ici aussi, les moments de tensions ne sont que des temps forts d'une dialectique permanente tout au long de l'existence" (Josso, 1991: 216).

A categoria "Atitudes e qualidades do sujeito" é mais difícil de definir. De acordo com Josso, 1991, estas são as que mais se evidenciam nos momentos charneira, apesar de oscilarem com o tempo. Nesta categoria sobressaem as ideias que o indivíduo tem sobre si, entre passividade e iniciativa, entre considerar-se o autor da sua vida, sujeito a limites e constrangimentos, ou ver-se como um ser condicionado, resultado de acontecimentos que lhe são alheios e que determinam as suas escolhas.

Apesar do trabalho de Josso, 1991, sistematizar os percursos de formação, julgo que a transposição destas categorias para a análise das entrevistas biográficas das pessoas que vivem ou viveram em situação de sem-abrigo é lícita e produtiva.

1.5. Para uma história da categoria sem-abrigo

Em Silva, 2007a, procurei encontrar um conceito de sem-abrigo, e da utilização mais

recente da expressão sem-tecto, que me permitisse operacionalizar o meu estudo. Compreendi que em Portugal, em 2006, não existia uma definição dessa categoria social, embora o conceito fosse utilizado e reconhecido quer pela legislação na área social, pelos profissionais e instituições que trabalhavam para estas pessoas, quer pelos média, pelos investigadores e pela sociedade em geral. Procurei retrair algumas interpretações deste atributo utilizado para nomear certas pessoas.

Adoptei, em Silva, 2007a, a categorização proposta pela FEANTSA (Federação Europeia de Associações que Trabalham com os Sem-abrigo), uma Organização Não Governamental fundada em 1989, que conta com mais de cem membros provenientes de trinta e dois países europeus. Desde 2005, e em revisões posteriores, esta organização sistematizou e desenvolveu, juntamente com os seus membros, uma tipologia das várias formas de exclusão relativas à habitação, estabelecidas na ETHOS – Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional. Esta tipologia é composta por quatro categorias conceptuais: Sans abri (sem-abrigo); Sans logement (sem-alojamento); Logement preciaire (alojamento precário); Logement inadquat (alojamento impróprio). Cada uma destas categorias subdivide-se em categorias operacionais, sendo-lhes atribuída uma numeração de 1 a 13, sendo o número 1 utilizado para caracterizar situações de pessoas que vivem num espaço público e o número 13 para as que vivem em espaços fortemente sobrelotados. Para este organismo, sem-abrigo é uma categoria conceptual que engloba duas situações: pessoas que vivem na rua ou em espaços exteriores e pessoas que pernoitam num centro de alojamento temporário.

Porém, o fenómeno sem-abrigo, no sentido de pessoas com condições habitacionais muito precárias, não é recente. É também nesta perspectiva de análise que pretendo reflectir sobre a história da categoria sem-abrigo e dos vários termos que actualmente se relacionam com esta noção, como vagabundo, mendigo ou pedinte.

Em 1957 foi publicado o livro *Le clochard. Étude de psychologie sociale* que consiste numa parte da tese de doutoramento de Alexandre Vexliard e incide sobre a investigação que este realizou entre 1948 e 1953, acerca dos *clochards* de Paris e de outras cidades francesas. Trata-se de um estudo clínico de sessenta casos individuais, escolhidos entre cento e trinta de um conjunto de quatrocentas entrevistas. Esta obra resulta num verdadeiro tratado pormenorizado sobre a vagabundagem, que incluiu uma abordagem histórica, detalhada, com particular incidência nos estudos publicados no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Embora a investigação tenha sido realizada há perto de sessenta anos, algumas descrições acerca dos *clochards* são muito semelhantes aos modos de vida, por mim conhecidos, das pessoas que actualmente vivem na rua. É um estudo muito interessante, datado, por referir o período em que foi realizado, nos finais da década de 1940, aproximadamente na mesma época em que Canguilhem, 2002, desenvolveu a sua tese sobre o *Normal e o Patológico*.

Aliás, as questões de normal e patológico são muito discutidas no trabalho de Vexliard, 1957, assim como as perversões, os comportamentos desviantes e as psicopatologias. Na época, como ainda hoje, a necessidade sentida na procura das causas para a vagabundagem parecia ser essencial: “*Or, dans le domaine qui nous*

occupe (comme en criminologie), la distinction entre le normal et le pathologique est particulièrement importante: il s'agit de savoir si le vagabond va échouer en prison ou à l'asile" (Vexliard, 1957: 21). A indecisão entre a prisão e o asilo está também manifesta na revisão da literatura e resulta do interesse que esta temática suscitava na época. Uma vez que esta obra trata de forma muito exaustiva o tema que também estava a estudar, parece-me útil usá-la como referência para a minha própria pesquisa.

Esta obra foi reeditada em 1998 pela mesma editora que a publicou no passado. Esta nova edição é apresentada por Laurent Mucchielli e o prefácio é de Xavier Emmanuelli, político francês que se tem dedicado à causa dos SDF – *Sans Domicile Fixe* – em França e publicado diversos livros centrados no estudo e divulgação da situação precária das pessoas desfavorecidas. No mesmo ano da reedição da obra de Vexliard, Mucchielli, 1998, publicou na *Revue française de sociologie* um artigo no qual realçava a profundidade e a amplitude da pesquisa, a seriedade com que a investigação foi realizada e, também, ao esquecimento a que esta obra foi votada durante cerca de quarenta anos. Considera o trabalho de Vexliard extremamente inovador, quer pelo tema abordado quer pela forma como problematiza a questão da vagabundagem, pelas opções metodológicas – o estudo das histórias clínicas; a realização de testes e de entrevistas; e a recolha de dados socioculturais e biológicos – , pela teorização do processo de *désocialisation*, composto por quatro fases, e ainda pela proposta de uma tipologia de situações que poderiam ter exercido pressões no percurso individual das pessoas estudadas e que as teria conduzido à condição de vagabundo.

Pela minha parte fiquei entusiasmada por ter encontrado o trabalho deste autor e mais um outro, também reeditado em França, em 1997, no ano da morte de Vexliard, e que fazia igualmente parte da tese de doutoramento do autor: *Introduction à la sociologie du vagabondage*. Este livro incluiu ainda uma entrevista realizada nesse mesmo ano ao autor, em que lhe foi pedido que recordasse as razões que o levaram a estudar aquele grupo de pessoas, como as obras foram recebidas pela academia e pela imprensa e como distinguia a vagabundagem nos anos 1950 com a dos anos 1990. Dado o interesse que as publicações deste autor me suscitaram, tomarei estes dois estudos como ponto de partida e de referência para esclarecer, aprofundar e analisar a história do conceito sem-abrigo. Considero importante na minha pesquisa incluir uma história sobre os usos sociais do conceito “vagabundo”, por este ter ligações estreitas com os termos actuais, sem-abrigo e sem-tecto, e proporcionar informação acerca do modo como este tema foi tratado em épocas anteriores, permitindo estabelecer comparações com as pesquisas realizadas recentemente, tanto a nível nacional como internacional, e com a minha própria investigação.

Importa assinalar ainda o modo como o autor organiza os temas nestes dois livros. No mais teórico, *Introduction à la sociologie du vagabondage*, reeditado em 1997, faz uma revisão das definições históricas de vagabundo tendo por base as investigações e publicações efectuadas em anos anteriores. Estabelece a distinção entre a vagabundagem elementar, ou natural, e a vagabundagem estrutural, sendo a primeira ocasionada por catástrofes naturais ou sociais, como tempestades ou guerras, que não sendo previsíveis ou evitáveis colocam as pessoas em situação precária, e a

segunda, provocada pelo funcionamento das estruturas ou organizações sociais. Defende, ainda, que as pesquisas sérias que se realizaram acerca deste tema classificam-se em uma de duas categorias, as que defendem os vagabundos e as que os acusam. De facto, ainda hoje se procura determinar as razões pelas quais a pessoa sem-abrigo ou sem-tecto está nessa situação e as explicações também são polarizadas: umas culpando o mau funcionamento da sociedade, que afasta as pessoas das esferas produtivas, económicas e sociais, outras acusando-as de serem culpadas da situação em que vivem.

As teorias explicativas da vagabundagem e, actualmente, das causas do fenómeno sem-abrigo são variadas e Vexliard, 1957, dedica um capítulo da obra à sistematização das várias teorias explicativas deste fenómeno e que assentam, basicamente, na responsabilização do indivíduo ou na culpabilização da sociedade. Uma e outra preconizam soluções diferentes: a primeira, a repressão e a segunda uma resposta colectiva de entreatajuda e de rectificação da sociedade que gera pobres. Ambas tiveram uma maior ou menor preponderância em diferentes contextos históricos e as repercussões sobre o destino dos vagabundos foram, evidentemente, distintas. O modo como cada sociedade numa dada época e contexto sociopolítico penaliza ou tolera a diferença, depende das concepções morais acerca do indivíduo, da vida colectiva, do que é valorizado e do que é condenado, quem deve ser rejeitado e quem deve ser aplaudido, quem deve ser ajudado e quem deve ser punido. Estes valores morais variam de época para época e de cultura para cultura.

Vexliard, 1957, identifica quatro tipos de teorias com origem em diferentes poderes, ou autoridades do saber: jurídicas, sociológicas, psicobiológicas e psicológicas. Este capítulo é particularmente interessante, pois o autor analisa as várias teorias em função da responsabilização do indivíduo ou da sociedade.

As teorias mais antigas provêm do campo jurídico, e Vexliard, 1957, refere as grandes tendências que ocorreram em França desde Carlos Magno até à época em que ser vagabundo ou pedinte deixou de ser criminalizado. Na verdade, estas teorias jurídicas procuravam distinguir os errantes inofensivos dos “*mendiants forts*”. Cada um deles teria o seu destino, os pacíficos deviam ser cuidados por instituições de caridade, religiosas ou laicas, os ociosos deviam ser castigados e forçados a trabalhar.

As teorias com origem na sociologia enfatizam a pressão colectiva sobre o indivíduo como causadoras da vagabundagem. Há variantes destas teorias e a génese da responsabilidade social não é consensual. Uns defendem que as pressões económicas, as crises financeiras e industriais que conduzem ao desemprego, são a causa mais evidente da vagabundagem, outros, porém, defendem que a pobreza e a vagabundagem são os males necessários à prosperidade das nações e ao progresso. Quem não apanha o comboio do progresso fica de fora, não sobrevive, é inadaptado. Esta tese é defendida por Armand Pagnier, em 1910, numa obra intitulada *Le vagabond. Un déchet social*, citado por Vexliard, 1957.

“C’est que notre société évolue tous les jours plus rapidement vers une perfection plus grande et élimine pour cette raison plus de déchets et plus de rebuts. Tous les incapables, tous les faibles, tous les arriérés, anatomiquement ou physiologiquement,

restent en arrière dans l'impossibilité matérielle où ils se trouvent de suivre le progrès incessant" (Vexliard, 1957: 76).

Embora esta teoria sustente que o progresso deixa de fora os menos aptos, Vexliard, 1957, não a considera ainda como uma explicação do campo da psicobiologia.

As explicações fundamentadas pelas teorias psicobiológicas, com grande aceitação na Alemanha e Itália nos alvares do século XX, assentam no determinismo biológico e na hereditariedade que marcavam o indivíduo à nascença com características que seriam transmitidas aos seus descendentes. Vexliard, 1957 indica três tipos de correntes da psicobiologia: a escola antropologista, a teoria instintivista e a teoria eugenista. A primeira defendia a existência de características morfológicas que nasciam com o indivíduo e vaticinavam a existência de criminosos de nascença, psicopatas de nascença e vagabundos de nascença. Os instintivistas, por seu turno, defendiam que haveria um "*instinct migrateur*" fundamental ou genes de "*wanderlust*" que estariam mais ou menos desenvolvidos em certos indivíduos e que explicariam a existência de pessoas errantes. A corrente eugenista, fundada por Galton, teve influências práticas notórias em alguns estados norte-americanos, na Suécia e na Alemanha, onde se instituiu a esterilização legal ou voluntária dos inaptos socialmente ou dos inadaptados. As correntes radicais eugenistas preconizavam a esterilização dos pobres e favoreciam a reprodução dos mais aptos evitando, assim, uma "*catástrofe biológica*". As mais moderadas, representadas por Rostand e Julian Huxley propunham um aperfeiçoamento social que facilitasse o desenvolvimento do potencial do indivíduo, minorando o património genético menos favorável.

Os estudos psicológicos foram muito utilizados em criminologia e pretendiam auxiliar os juristas na apreciação dos crimes e aplicação de penas pois permitiam determinar o grau de responsabilidade dos delinquentes, se estes estariam na posse das suas faculdades mentais, ou, pelo contrário, seriam pessoas com patologias de origem psicológica.

A este propósito, da gradual miscibilidade da medicina com a prática judicial, há uma obra coordenada por Foucault, 1997a, particularmente interessante. Trata-se de uma colectânea de textos sobre o crime de Pierre Rivière, um jovem de vinte anos que em 1835 matou a mãe, a irmã e o irmão. Este *dossier* foi organizado, estudado e anotado por vários autores que frequentaram o Seminário do Curso de Michel Foucault no Collège de France, 1971/72, intitulado *Teorias e instituições penais*. A questão estruturante deste *dossier* centra-se na atribuição da responsabilidade do acusado: Alienado ou saudável? Idiota ou malvado? A importância da resposta reside no veredicto judicial e na pena que lhe será aplicada. Se for considerado alienado, não deve cumprir a pena dos parricidas, se, pelo contrário for sadio deve, então, cumprir a pena.

Esta colectânea é constituída por documentos judiciais, pareceres médico-legais, pelo memorial escrito pelo jovem criminoso, onde confessa e explica as razões que o levaram a cometer o parricídio e o fratricídio e ainda por outros documentos da época. Neste trabalho está bem patente o poder médico, o saber da psiquiatria, e a luta pela influência médica no poder judicial, ou a dependência da justiça face a um saber emergente de especialistas que tinha o poder de influenciar o julgamento,

indicando se a pessoa em questão estaria ou não em posse das suas faculdades mentais.

Na introdução desta obra, Foucault afirma que o seu objectivo era “*estudar a história das relações entre a psiquiatria e a justiça penal*” (Foucault, 1997a: 7). Esquirol foi um dos médicos que atestou que Pierre Rivière sofria de alienação mental. Este psiquiatra do século XIX teve grande influência na identificação e descrição das doenças mentais e defendia que os vagabundos eram doentes mentais incuráveis.

Vexliard, 1957, não se baseia somente nos estudos de Esquirol, mas também nas explicações propostas por outros psiquiatras, psicólogos, médicos-legistas e criminologistas que pesquisaram e analisaram a conduta dos vagabundos. Embora nem todos os psiquiatras considerassem que a vagabundagem fosse um tipo de alienação mental, fazia-se o seguinte raciocínio: “*le vagabondage est une conduite jugée «anormale» au point de vue social (et surtout au point de vue économique, cf. Eliasberg), dès lors on en déduit que le vagabond doit être un «anormal» au point de vue psychologique*” (Vexliard, 1957: 81).

Do ponto de vista psicológico as principais razões explicativas da vagabundagem estariam ligadas a problemas psicológicos, provenientes da estrutura psíquica de certos indivíduos, como a instabilidade, a tendência para situações de desenraizamento e de desapego ou a instabilidade afectiva e a dificuldade no estabelecimento de laços afectivos. Freud contribuiu com os estudos sobre o inconsciente para a percepção de que há indivíduos que podem fracassar socialmente por razões inconscientes de autopunição, conduzindo os próprios ao fracasso ou insucesso.

“Il n’est pas douteux que les mécanismes inconscients de cette sorte jouent un rôle décisif dans l’existence de certains ‘ratés’ qui sont conduits aux niveaux les plus bas de la vie sociale. Mais il ne paraît pas légitime d’étendre systématiquement cette conception à tous les ratés, à tous les déçus. Une telle explication du vagabondage ne saurait être avancée que dans les cas individuels où il est possible de produire des preuves et non seulement des arguments. Ces preuves peuvent être fournies par des éléments biographique recueillis hors de l’analyse ” (Vexliard, 1957 : 83).

O autor avança ainda com outras teorias de origem psicológica baseadas nos trabalhos de Moreno e Baumgarten que defendiam que certos indivíduos eram sociais por não possuírem uma espécie de “dom” que os tornava simpáticos, afectuosos e confiantes nas relações com outros indivíduos, ou seja, estes seriam indivíduos isolados e rejeitados que não suscitavam atracção nem simpatia espontâneas. Dentro do grupo de explicações psicológicas há ainda autores que consideravam o vagabundo como uma pessoa imatura, sem sentido de responsabilidade. Neste tipo de investigações sugere-se que os vagabundos apresentam uma conduta e uma afectividade imaturas.

Por último, Vexliard, 1957, refere os trabalhos de Henri Wallon e Daniel Lagache, o orientador da tese do autor, nos quais estudam os mecanismos de fuga. A vagabundagem adulta pode ser considerada como uma fuga, uma fuga do meio ambiente onde o indivíduo vive, fuga em busca de liberdade ou de novidade, ou ainda fuga de si-mesmo.

Vexliard, 1957, recusa as hipóteses biopsicológicas e valoriza o papel do meio ambiente, assim como Canguilhem. Afirma que, para além destas quatro teorias, haverá ainda muitas outras explicações para justificar as causas da vagabundagem. Assim como Orwell, 2003, Vexliard, 1957, adverte: *“Il convient de ne pas perdre de vue que les faits psychologiques n'apparaissent pas de la même façon, selon la position sociale des individus: 'l'argent change les hommes énormément', écrit P. Janet”* (Vexliard, 1957: 91). A diversidade das teorias explicativas da vagabundagem tem origem em várias razões que o autor enumera.

“a) Les causes du vagabondage sont nombreuses; elles sont variées, notamment dans le temps. b) Les différents chercheurs se sont placés a des points de vue différents. c) A chaque époque, les conceptions théoriques, toujours partiales, expriment les conditions complexes et contradictoires d'un état social, des besoins de la société et d'un état des connaissances. d) La signification du vagabondage n'est pas la même pour les individus à différentes époques. e) En général, les diverses théories formulées ne s'excluent pas; elles montrent divers aspects et divers niveaux du fait vagabondage” (Vexliard, 1957 : 91).

A investigação de Vexliard, 1957, permitiu-lhe criar uma classificação de quatro tipos de causas da vagabundagem. Um, em que as condições sociais predominam e que se subdivide em condições socioprofissionais, socioeconómicas, socioecológicas, sociojurídicas, sociopolíticas e uma outra explicativa da vagabundagem feminina, que Vexliard, 1957, considera de um modo distinto do caso masculino. Um segundo grupo em que predominam os problemas individuais, onde se incluem pessoas com problemas mais ou menos complexos de personalidade. No terceiro grupo inserem-se os vagabundos com problemas evidentes de psicopatologias ou de perturbações psiquiátricas. Finalmente, um último grupo constituído por vagabundos delinquentes, em que as razões da vagabundagem são subsidiárias à delinquência.

Qual a relevância do trabalho de Vexliard e das teorias explicativas da vagabundagem para a minha pesquisa? O que tem em comum com as novas investigações reiniciadas nos anos 1980? O que podemos aprender com os estudos desenvolvidos no passado? Para além do interesse que os trabalhos de Vexliard, 1957 e 1997, me suscitaram, assinalo dois aspectos que me parecem importantes reter e que se ligam ao conjunto de questões que acabo de colocar. Um, refere-se à necessidade sentida pelos investigadores que desde o século XIX procuram as causas da vagabundagem e a conseqüente responsabilização da pessoa ou da sociedade. Um segundo aspecto relaciona-se com as autoridades que, ao longo do tempo, se têm pronunciado para explicar a existência e persistência do fenómeno.

No que concerne a procura das causas para a origem do fenómeno vagabundagem e, actualmente, sem-abrigo, se é de ordem social ou, pelo contrário, de ordem individual, este é um aspecto, que no meu entender, ainda subsiste hoje, talvez não seja formulado tão claramente, mas está presente, inconscientemente ou não, em muitas práticas e modos de pensar actuais, nas estratégias de conduzir investigações, de problematizar a questão das pessoas em situação de sem-abrigo, de encontrar soluções para a resolução dos seus problemas. Actualmente, viver na rua já não é um crime, ninguém vai preso por dormir na rua, no entanto, esta não é uma prática bem

aceite socialmente. As questões de higiene e salubridade colocam-se, assim como a utilização *indevida* dos espaços públicos. Não se afirma explicitamente que as pessoas não podem viver na rua, mas poucos *cidadãos de direito* gostam de ter alguém a dormir na entrada de sua casa, ou à porta da mercearia onde fazem as compras diárias, à entrada do restaurante, na porta do ginásio, ou no jardim, onde seria agradável passear com as crianças aos Domingos pela manhã. Isto é, a pessoa em situação de sem-abrigo suscita inquietação e estranheza, quer nos investigadores, quer na sociedade onde estas pessoas se inserem. Essa inquietação existia e ainda persiste, razão pela qual ainda é um tema que motiva o desenvolvimento de pesquisas.

Em *Identities e narrativas sem-abrigo*, 2007a, refiro o trabalho de um grupo de investigadores espanhóis, Munõz et. al, 2003, de sistematização e revisão de mais de 7000 estudos publicados entre 1985 e 2003, com o objectivo de identificar variáveis específicas ou informação-chave consideradas relevantes pelos pesquisadores que estudam as pessoas e o fenómeno sem-abrigo. Os autores classificaram essa informação em oito categorias: a) Dados sócio demográficos: Gerais; Situação de habitação; Situação profissional; b) Episódios de vida importantes: Infância; e Idade adulta; c) Qualidade de vida: Objectiva (por exemplo: alimentação, vestuário, saúde; segurança, etc.); e Subjectiva (bem-estar percebido pelo próprio); d) Saúde física, mental e uso de substâncias; e) Suporte social; f) Utilização e acesso a Serviços; g) Desempenhos: psicossocial e neuro-psicossocial; h) Outros: auto-estima e auto-imagem; direitos de cidadania; necessidades; espiritualidade, crenças e práticas religiosas; etc. No meu ponto de vista, as 7000 investigações tratadas pelo grupo de trabalho de Munõz podem ser agrupadas em dois tipos de problemas: um centrado na descrição e classificação da situação presente das pessoas sem-abrigo, e que se situa nas alíneas, a), c), d), e) e f), e outro que se inscreve na identificação de razões individuais expressas nas categorias b), g) e h). Os itens a) e d) também poderão estar incluídos nas causas individuais.

Parece-me claro que as preocupações sobre a vagabundagem expressas no século XIX e primeira metade do século XX eram muito polarizadas e centravam-se na procura e atribuição de “responsabilidades” da sociedade ou do indivíduo. As pesquisas recentes são centradas mais no indivíduo, quer nas suas características pessoais, quer nas suas condições de vida. Contudo, algumas parecem denotar que há ainda uma procura de responsabilidades individuais para explicar a situação da pessoa sem-abrigo. Ou seja, quando se organizam investigações que visam identificar episódios marcantes da infância ou da vida adulta da pessoa sem-abrigo, está-se a tentar encontrar incidentes que justifiquem ou expliquem a razão por que a pessoa perdeu o abrigo. A minha própria investigação teve esse objectivo inicial; quando perguntava aos meus entrevistados o que tinha sucedido na vida deles que os tinha conduzido à situação de sem-abrigo, também procurava episódios justificativos para essa condição. Quando se investiga a saúde física, mental e o uso de substâncias pelas pessoas sem-abrigo o que se pretende saber exactamente? Quando se publicam resultados de estudos que definem o perfil da pessoa sem-abrigo em Portugal o que se deseja obter com esse conhecimento? Estará também a minha pesquisa contaminada pelo pensamento do século XIX que procurava atribuir responsabilidades

para a vagabundagem?

O segundo aspecto que considero importante no trabalho de Alexandre Vexliard está relacionado com as autoridades do saber que se pronunciaram sobre o fenómeno. A área jurídica foi a que inicialmente se debruçou sobre o estudo deste fenómeno, acabando por socorrer-se dos especialistas que estudam o indivíduo para distinguir os imputáveis dos inocentes. O campo da sociologia enfatizava as questões relacionadas com o funcionamento imperfeito da sociedade, relacionando as questões da pobreza com as da vagabundagem. No entanto, são as áreas da psicobiologia e da psicologia que mais contributos deram para a explicação do fenómeno.

Conhecer quais as áreas do saber que estudam o fenómeno e as pessoas em situação de sem-abrigo na actualidade e, concretamente, em Portugal, serão uma preocupação desta pesquisa.

1.6. Considerações metodológicas

Ao longo deste capítulo descrevi de que modo foi construído o objecto de estudo, esclarecendo os seis momentos, para mim, mais relevantes, do meu percurso investigativo e o quadro conceptual que orientou o desenvolvimento da pesquisa, salientando as dúvidas e os impasses que ocorreram durante este processo. Parti para o terreno da investigação com um quadro conceptual ligado à minha formação em educação com o objectivo de compreender os processos de socialização e de aprendizagem das pessoas em situação de sem-abrigo. Os resultados dessa primeira imersão no campo da investigação conduziram-me a outras áreas disciplinares que me eram menos familiares mas que contribuíram para alargar o meu quadro teórico de referência para, no terreno, conseguir ver mais claro e descortinar outros objectos e ligações entre eles, que não eram perceptíveis numa primeira abordagem. Esta incursão em disciplinas, para mim, menos frequentadas, como a filosofia e a sociologia, representaram um risco e, simultaneamente, um desafio intelectual.

As leituras que apresentei ao longo deste capítulo forneceram-me outras perspectivas teóricas para compreender e iluminar, mesmo que parcialmente, o objecto de estudo que inicialmente defini e motivaram a formulação de novas questões de investigação e dos objectivos que pretendia alcançar. Recupero aqui, de um modo sintético, algumas ideias-chave que retive como mais marcantes para o desenvolvimento da investigação.

Um primeiro conjunto de ideias baseadas nos dois pressupostos da modernidade – a autonomia do sujeito e a racionalidade individual e colectiva – e no reconhecimento dos seus limites que vieram questionar as noções de sujeito e de verdade. A noção de “social” imbuída de preceitos moralizadores tendentes a implementar uma certa ordem e controlo da existência colectiva, quer pelas instituições patrocinadas pelo Estado, quer pelas com origem na sociedade. As categorizações aplicadas a grupos de pessoas, no sentido de as tornar iguais para serem mais manejáveis – ordenar o caos

simplificando o complexo. O poder disciplinar e o seu carácter pan-óptico sustentado na individualização, assim como os seus limites – a propriedade anomizante dos sistemas disciplinares e a criação de sistemas recuperadores de indivíduos que escapam à norma. As instituições totais e os seus rituais de mortificação e exposição do eu. O relativismo das concepções de normal e de patológico e as noções de “normalidade e generalidade” ligadas às capacidades de adaptação ou de subordinação do indivíduo à comunidade. Os lugares vagos enquanto sistemas de vida possíveis e não praticados.

As relações entre biografia e identidade constituem um segundo conjunto de ideias sustentadas pelas leituras apresentadas. A ilusão biográfica e a consciência reflexiva que, não obstante a sua fragilidade, proporcionam a noção de continuidade do eu. As práticas confessionais na auto-regulação individual. A metáfora das máscaras comunicantes e o carácter não-unitário do eu. A morte do sujeito universal, estável e interiorizado e a sua substituição pelo conceito de subjectivação, como combinações de subjectividades desejadas atravessadas por discursos *psi*. E, finalmente, as funções das narrativas biográficas na investigação em ciências sociais e na educação.

Um terceiro conjunto de ideias assentes, essencialmente, nos trabalhos de Vexliard sobre os *clochards* e na procura da atribuição de responsabilidades pela situação individual ou social. A identificação das áreas científicas que estudaram o fenómeno e indivíduo e as propostas de classificação das causas da vagabundagem: as condições sociais dos indivíduos; os problemas individuais; as psicopatologias e perturbações psiquiátricas; e a delinquência associada à vagabundagem.

O quadro conceptual mobilizado para o desenvolvimento da pesquisa que aqui sintetizei será complementado com outros conceitos que convoquei na procura de atribuição de sentido à realidade social estudada. Darei conta dessas noções nos próximos capítulos.

Metodologicamente os contributos dos autores significativos para a construção do problema de investigação podem passar despercebidos. Porém, foram estas leituras que me fizeram prosseguir a pesquisa empírica atendendo a outros aspectos que inicialmente não eram inteligíveis. Ou seja, em lugar de me centrar preferencialmente nas biografias das pessoas que viviam ou tinham vivido em situação de sem-abrigo, interessei-me também pelas questões relacionadas com as categorizações das pessoas denominadas “sem-abrigo” e como essas classificações se repercutem nas próprias, junto dos práticos, no interior das instituições que trabalham para estas pessoas e na sociedade em geral.

Alguns aspectos relacionados com a metodologia de investigação foram apresentados implicitamente ao longo deste capítulo, contudo, uma vez que este texto se inscreve numa prática social sujeita a procedimentos e regras estabelecidos por uma comunidade científica, parece-me fundamental justificar, com base num conjunto de autores de referência na área da investigação qualitativa, como construí o objecto de estudo, quais as técnicas utilizadas na recolha e na análise dos dados empíricos e sobre o conhecimento que esta investigação pretende produzir.

Trata-se de uma investigação de tipo qualitativo, o que significa que o conhecimento que procuro obter é essencialmente interpretativo, e por conseguinte, subjectivo,

ancorado nos saberes, nas vivências e nas representações das pessoas que participaram neste estudo e, também, nas minhas próprias vivências no terreno da pesquisa, nos meus referenciais teóricos, valores e preconceitos, transportados para a observação, selecção, recolha, análise e interpretação dos dados empíricos.

A definição do problema de investigação e os métodos utilizados na procura de respostas às questões que se pretendem responder conferem ao investigador um papel determinante no desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido, o investigador pode ser encarado como um *bricoleur*, ou como um produtor de uma manta de retalhos, “*a quilt maker*” (Denzin & Lincoln, 2000: 4). Com efeito, o trabalho desenvolvido foi construído com base no conhecimento pessoal e directo de uma realidade complexa, um fenómeno conhecido por sem-abrigo que se cruza com realidades múltiplas: pessoas a viverem nas ruas de Lisboa; instituições que se dedicam a auxiliar estas pessoas ou a atraí-las para as cuidar e “reinsere na sociedade”; técnicos e voluntários que trabalham nestas organizações; pessoas que passaram por processos de reinserção; e, por último, um investigador que percebe e experiencia essa realidade que a interroga e se interroga.

O processo de investigação como uma manta de retalhos remete para a ideia de um método de construção de blocos independentes mas relacionados entre si e que, no final podem ser agregados, formando uma imagem, ainda que imperfeita, da realidade estudada.

Embora as preocupações metodológicas estivessem sempre presentes desde o início do estudo, foi no final da redacção da dissertação que a necessidade de inscrever a pesquisa num paradigma se tornou mais premente. Uma investigação é um processo individual e colectivo:

“Although it is true that at some level all research is a uniquely individual enterprise – not part of a sacrosanct body of accumulating knowledge – it is also true that it is always guided by values that are not unique to the investigator: We are all creatures of our own social and cultural pasts. However, in order to be meaningful to others, the uniqueness of our own research experience gains significance when it is related to the theories of our predecessors and the research of our contemporaries. Social and cultural understanding can be found by ethnographers only if they are aware of the sources of the ideas that motivate them and are willing to confront them – with all that such confrontation entails” (Vidich & Lyman, 1998: 81).

Procurei posicionar a pesquisa num paradigma teórico, oscilando entre a teoria crítica, o paradigma construtivista e o participativo e nos pressupostos que os sustentam (Lincoln & Guba, 2000). As preocupações com o tipo de conhecimento que pretendia alcançar e a validade desse conhecimento fizeram-me rever os clássicos da investigação qualitativa e os *Handbooks of Qualitative Research* de Denzin e Lincoln. À dificuldade em posicionar a pesquisa no interior de um paradigma teórico acrescia mais uma preocupação: como classificar a estratégia de investigação?

Revisitar os manuais de investigação qualitativa acabou por apaziguar algumas incertezas. Compreendi que a partir de 2005, sensivelmente, o campo da investigação qualitativa se tornou mais permeável a novas questões de investigação, estratégias de pesquisa e perspectivas teóricas, dando lugar a um debate alargado sobre questões

fundamentais acerca do conhecimento produzido pelos investigadores qualitativos nas ciências sociais. *“No longer is it possible to categorize practitioners of various perspectives, interpretive practices, or paradigms in a singular or simplistic way. The old categories have fallen away with the rise of conjugated and complex new perspectives”* (Lincoln & Denzin, 2005: 1115).

Se as questões relacionadas com o paradigma teórico ficaram menos urgentes, hesitava em relação à estratégia metodológica seguida. Confrontando as diversas estratégias tipificadas nos manuais de investigação qualitativa e comparando-as com o meu processo investigativo, compreendi que, embora não tenha tido a consciência de que estava a desenvolver uma pesquisa etnográfica, foi assim que a considerei, apesar de não ter dormido na rua nem num centro de alojamento temporário. Por que razão identifiquei a minha investigação com a estratégia etnográfica? Poderia considerar que na recolha empírica tinha utilizado técnicas ou métodos de observação participativa. Contudo, estou certa que o carácter etnográfico de uma parte substancial da pesquisa se deve ao contacto directo, longo, intenso e sistemático que estabeleci junto de um conjunto de pessoas a viver em situação de sem-abrigo. Essa imersão no terreno da pesquisa permitiu-me experienciar, em primeira mão, a realidade social que pretendia conhecer e compreender. De facto, mantive-me ligada ao terreno da pesquisa, o mundo das pessoas em situação de sem-abrigo, desde o Verão de 2004 até ao Outono de 2007. Actualmente ainda mantenho contactos com pessoas que conheci nesse período, algumas a viver na rua, outras em habitações convencionais.

Se nos primeiros tempos da pesquisa entendi o meu papel, enquanto investigadora no terreno, como o de observadora-participante, quando iniciei a análise das notas de campo e me apercebi da riqueza da informação que tinha registado ao longo do tempo, compreendi que o meu trabalho se assemelhava mais ao de um etnógrafo e não tanto ao de um investigador-participante. A minha implicação na realidade social estudada foi longa, intensa e emocional. Criei laços afectivos com pessoas que conheci nesse período da pesquisa. Na verdade, essa primeira etapa de trabalho de campo teve a duração de cerca de quatro anos. No segundo momento de recolha de dados passei escassas semanas numa comunidade de trabalho, num centro de apoio social e num centro de alojamento temporário. Nesse período considero que realizei observação participante, visto que a duração foi curta e houve uma menor implicação pessoal com o terreno da pesquisa. As entradas no diário de campo, durante esse segundo período, são distintas das iniciais. Trata-se, sobretudo, de descrições dos espaços observados e das interacções entre os residentes ou utilizadores das várias instituições com os profissionais e comigo. Muitos desses contactos resultaram na realização de entrevistas com o objectivo de conhecer o percurso de vulnerabilidade e a relação institucional do entrevistado com o sistema social.

Apesar de estar certa que a minha investigação tinha todas as características que me faziam considerá-la etnográfica, os manuais sobre este tipo de pesquisa, como o *Handbook of Ethnography*, faziam-me questionar a validade do conhecimento produzido e a pertinência do estudo. Foi no *Handbook of emergent methods*, publicado em 2008, que compreendi que não estava só nas minhas incertezas acerca da filiação teórica e metodológica da pesquisa:

“Within a rapidly changing and globalizing world, amidst social progress and change, as well as theoretical developments in multiple traditions both within and across disciplines, new research questions are being posed or reexamined. In order to answer these new questions and reexplore some old ones with our new insights and within our new and fluid context, new methods for gathering the data necessary for answering research questions have developed, as well as strategies for representing research findings. Emergent research methods have sprung forth as a result of where we have been, where we are, and where we envision ourselves going in the future” (Hesse-Biber & Leavy, 2008: 1).

De acordo com as editoras deste manual, a turbulência no ambiente social, político e económico tem provocado mudanças de paradigmas no interior nas ciências sociais. Essas alterações nos paradigmas disciplinares promovem a criação de metodologias híbridas: *“The practice of reevaluating traditional methods and generating new ones involves creativity, risk taking and intuition”* (Hesse-Biber & Leavy, 2008: 2). A inovação nos métodos de investigação implica a *“renegotiation of ‘scientific standards’ of assessment, validity, and other criteria by which knowledge is judged”* (Hesse-Biber & Leavy, 2008: 4).

Foi também junto da comunidade científica dos métodos emergentes que fui capaz de posicionar a estratégia metodológica que desenvolvi. Confesso que me senti aliviada por ver reconhecida por uma comunidade alargada a metodologia utilizada no desenvolvimento da minha pesquisa. Posteriormente verifiquei que na edição de 2005 do *Sage Handbook of Qualitative Research*, a etnografia pública, *“public ethnography”* era já reconhecida pelos editores Denzin e Lincoln. Barbara Tedlock, 2005 e Carol A. Bailey, 2008, escrevem sobre a etnografia pública em dois manuais, *The Sage Handbook of Qualitative Research* e *Handbook of Emergent Methods*, respectivamente.

Sintetizo aqui as características mais salientes da etnografia pública sistematizadas pelas duas autoras. Neste tipo de pesquisa o posicionamento do investigador face ao objecto de estudo é particularmente relevante e, de certa forma vem questionar as tradições da investigação em antropologia e sociologia que preconizam o carácter apolítico do conhecimento científico. Na etnografia pública o investigador assume um cometimento político com o seu objecto de estudo, ou seja, *“Public ethnographers conduct research on and participate in the fight against repressive conditions”* (Bailey, 2008: 265). Esta assunção do envolvimento político com o objecto de estudo sossegou algumas das minhas hesitações. De facto, a viragem na condução da investigação, que ocorreu no terceiro momento da pesquisa, relatado neste capítulo, deveu-se à consciência de que a minha ligação ao meu objecto de estudo não era meramente “científica”, pretendia, alcançar outras audiências fora da academia. Para além da consciência de que a minha audiência poderia ultrapassar as fronteiras académicas, pressentia em mim uma espécie de revolta pelo modo como as pessoas em situação de sem-abrigo são inscritas socialmente e pela violência simbólica e efectiva a que estão sujeitas no seu quotidiano. Procurei conter estas emoções, pois podem enviesar a recolha de dados significativos e a sua interpretação. Embora, cada vez mais, se reconheça que o investigador transporta consigo valores para o campo da investigação, recomenda-se a reflexão e a explicitação desses mesmos valores e

preconceitos.

Tedlock, 2005, entende a etnografia pública como um tipo de investigação e de escrita *“that directly engages with the critical social issues of our time, including such topics as health and healing, human rights and cultural survival, environmentalism, violence, war, genocide, immigration, poverty, racism, equality, justice, and peace”* (Tedlock, 2005: 473). Para esta autora, os etnógrafos públicos não são apenas participantes mas *“use the observation of their own participation to understand and artistically portray the pleasures and sorrows of daily life at home as well as in many out-of-the-way places”* (Tedlock, 2005: 473). A etnografia pública é concebida pela autora como teoria e prática: *“It straddles the domains of lived experience and recollected memory of time spending interacting in the field, on one hand, with time spent alone in reflection, interpretation, and analysis, on the other”* (Tedlock, 2005: 473).

Não pretendo com esta pesquisa produzir um retrato artístico do quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo que conheci e que participaram neste estudo, o que de facto foi significativo para mim com a “descoberta” da etnografia pública foi a possibilidade de assumir que uma das minhas motivações para o desenvolvimento deste estudo está relacionada com o desejo de mostrar outros aspectos, menos conhecidos, do quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo e de evidenciar alguns estereótipos que circulam acerca das pessoas que se encontram a viver em abrigos diferentes dos convencionais.

O artigo de Bailey, 2008, foca outros aspectos relativos à etnografia pública que complementam as noções avançadas por Tedlock, 2005. Bailey, 2008, reconhece a dificuldade de descrever este tipo de investigação pois ainda não está suficientemente definida e codificada. No entanto, identifica cinco características que devem estar presentes no desenvolvimento duma pesquisa deste tipo.

“A theoretically sound and methodologically rigorous form of scholarship can be considered a public ethnography if in general it meets the following conditions: (1) its primary means of collecting data is in-depth field research; (2) it is motivated by a desire to reduce social injustice; (3) it critiques the structures and social processes that promote inequality; (4) it includes active participation of the scholar in the fight against repressive conditions, and (5) its desired audience extends beyond academic circles to include some facet of the public at large” (Bailey, 2008: 266).

Atendendo às condições identificadas por Bailey, 2008, creio que a pesquisa que agora relato obedece aos cinco critérios acima referidos. Uma vez que fiquei a conhecer este tipo de investigação no final da escrita da dissertação, procurei, no texto, proporcionar ao leitor a informação necessária para ser ele o juiz da investigação. Aqui, também deixo ao leitor esse encargo, o de ajuizar se a pesquisa que aqui apresento pode ou não ser considerada etnografia pública.

A legitimação da etnografia pública no interior da academia tem opositores, como reconhece Bailey, 2008: *“public ethnographies generally are not considered as just one of many approaches. Opposition, quite emotional at times, exists to including public ethnography as a legitimate form of scholarship”* (Bailey, 2008: 269).

As oposições que este tipo de investigação tem sido alvo provêm de algumas elites da

sociologia e da antropologia. Os seus argumentos são evidenciados por Bailey, 2008. A neutralidade política garante às instituições e profissionais uma credibilidade que poderá ser comprometida pelo reconhecimento da etnografia pública. Por outro lado, a aceitação de um posicionamento político implica um posicionamento moral partilhado por uma comunidade científica. Estas duas questões podem afectar negativamente o financiamento de pesquisas por parte dos governos e de fundações: *“after all, when they critique political and corporate structures that have ties to funding agencies, public ethnographers actively bite the hand that feeds them”* (Bailey, 2008: 269). Das várias críticas à etnografia pública acima identificadas, a que me parece mais relevante reside no facto desta não ser considerada, por alguns investigadores, como investigação, pois utiliza meios que justificam os seus fins; estes fins não podem ser confundidos com investigação. Apesar destas críticas, Bailey, 2008, menciona algumas universidades norte-americanas que incluem nos seus currículos a etnografia pública e que incentivam os seus estudantes a desenvolverem este tipo de investigação.

Mas os riscos que os etnógrafos públicos incorrem não provêm apenas da academia. Bailey, 2008, identifica riscos de apropriação indevida ou de interpretações abusivas dos resultados das pesquisas, sobretudo pelos média. De facto, a simplificação dos resultados de qualquer pesquisa podem ser usados de diversas formas. Quando estudei a investigação de Vexliard encontrei uma notícia publicada na Time Magazine, nos Estados Unidos da América, em Julho de 1955, que satirizava os resultados da sua pesquisa.

“To one Parisian, however, the bums of Paris are no proper bums at all, but merely aggravated psychological cases eager for reclamation. After a painstaking study for a doctorate at the Sorbonne, Psychologist Alexandre Vexliard reported in a thesis that some 50% of the Paris clochards are not drinking men. That many of them do useful and vital work at the city's markets and that most of them are ‘redeemable’ to society. The bums of Paris reacted with outraged pride to these black charges”⁵

Os riscos que provêm da academia são, provavelmente, os que podem travar o desenvolvimento de pesquisas menos conformes aos cânones estabelecidos e aceites para a produção de conhecimento científico. Este é um dos riscos que assumi ao aceitar este tema para investigar.

Em termos metodológicos a etnografia pública não é monolítica e socorre-se de técnicas utilizadas por outros investigadores. Os métodos que utilizei na recolha e interpretação dos dados são detalhadas em cada um dos capítulos que constituem os três blocos principais da pesquisa, no entanto, antecipo que a construção social da pessoa sem-abrigo se baseou na análise e sistematização dos discursos produzidos pelos investigadores portugueses, pelos média e pelos artistas. Tratou-se, portanto, de uma análise documental, composta por textos e imagens.

A análise das organizações sociais foi produzida tendo por base a documentação elaborada, essencialmente, pela rede social de Lisboa, pela Secretaria de Estado da Segurança Social e pelas organizações a trabalhar com pessoas em situação de sem-

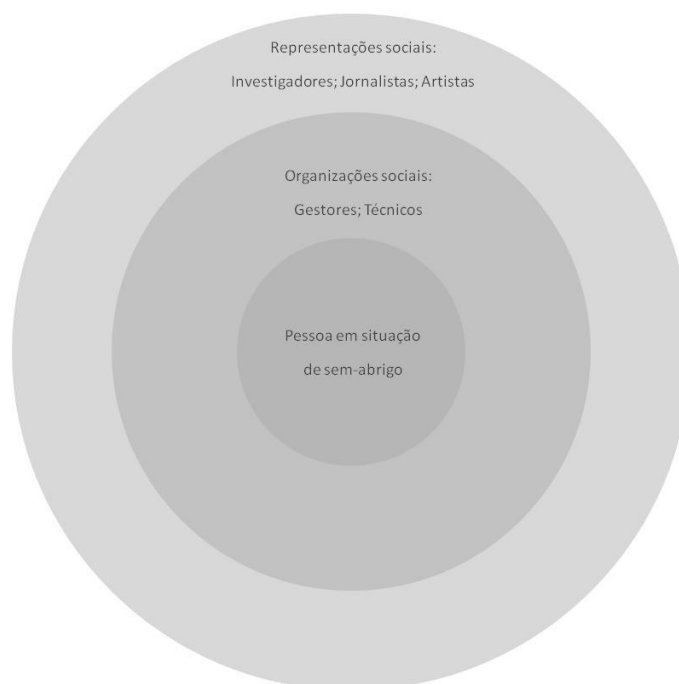
⁵ Disponível em <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,807248,00.html> (08-2011).

abrigo. Realizei, ainda, dezoito entrevistas semi-directivas a gestores e profissionais a trabalhar nestas instituições.

As biografias e os percursos de vulnerabilidade, incluídos no capítulo IV, foram reconstruídos através de entrevistas biográficas e entrevistas semi-directivas a quinze pessoas que viviam ou tinham vivido em situação de sem-abrigo, estando, algumas delas, institucionalizadas. A análise da ocupação de lugares vagos baseou-se na pesquisa etnográfica realizada durante um período de quatro anos.

Apesar das mudanças e impasses relatado neste capítulo, o objectivo permanece o mesmo que me motivou no início da investigação: compreender os processos de socialização das pessoas em situação de sem-abrigo. Embora a componente biográfica ocupe um lugar relevante nos instrumentos de recolha e de análise dos dados e nos resultados da investigação, há todo um conjunto de questões e reflexões que foram impulsionados pelo alargamento do quadro conceptual, expostas ao longo deste capítulo. Ou seja, o problema de investigação reside na procura de respostas à questão inicial e a três novas interrogações que englobam diversas perspectivas do problema: *Por que razões algumas pessoas sem-abrigo saem da rua, enquanto outras nela permanecem? Como a pessoa em situação de sem-abrigo é objectivada através dos discursos de vários actores sociais? Como o sistema social se organiza e se relaciona com as pessoas em situação de sem-abrigo? Como as pessoas em situação de sem-abrigo sobrevivem à sua condição?*

Estas questões colocam no centro do problema as pessoas em situação de sem-abrigo. Um segundo círculo que a envolve e diz respeito às organizações e profissionais da área social que exercem as suas funções em torno destas pessoas. E, por último, um terceiro círculo que engloba os dois anteriores, ou seja o que concerne as representações sociais acerca das pessoas em situação de sem-abrigo.



Quadro 1.2. Esquema dos níveis de análise desenvolvidos na investigação

No quadro 1.2. apresento de forma gráfica os três níveis de análise desenvolvidos nesta pesquisa e que representam igualmente o modo como estruturei a dissertação. O círculo mais afastado do centro corresponde ao capítulo II e refere-se à construção social da pessoa sem-abrigo, tendo por base as representações sociais produzidas e veiculadas pelos investigadores, pelos jornalistas e artistas. O círculo intermédio corresponde ao capítulo III e tem por base os discursos produzidos pelos gestores e técnicos a trabalhar nas organizações sociais. E por último, o capítulo IV que diz respeito às representações das pessoas em situação de sem-abrigo acerca de si próprias e do modo como se adaptaram para viver nessa nova condição.

Capítulo II – A construção social da pessoa sem-abrigo

Neste capítulo pretendo analisar e evidenciar alguns enunciados que suportam a construção social da pessoa sem-abrigo, baseando-me numa variedade de discursos criados por diferentes actores sociais: os investigadores, os jornalistas e os artistas. Escolhi estes distintos produtores de representações sociais com base em dois critérios: legitimidade e alcance.

O discurso da ciência tem legitimidade social sancionada por uma hierarquia que o aprova e reconhece. Tem também os seus canais próprios de difusão, com estatutos diferenciados. São estes os agentes mais capacitados socialmente para produzir discursos legítimos e credíveis.

Os média fornecem outro tipo de linguagem, mais próxima dos actores sociais comuns. Estes discursos gozam de diferentes estatutos, uns mais fiáveis que outros, no entanto, o que lhes possa faltar em credibilidade ou consenso, sobeja-lhes em alcance e possibilidade concreta para seleccionar, relatar, divulgar e difundir acontecimentos experienciados por outros, ou ainda, em certos casos, pelo próprio autor da notícia.

Os artistas criam, compõem, representam, publicam ou exibem, de um modo ficcional ou não, imagens, expressões e discursos vividos na primeira pessoa ou através de personagens imaginadas.

Se bem que todos estes produtores de linguagens tenham intencionalidades distintas, socialmente são-lhes reconhecidos diferentes níveis de credibilidade, de aceitação e de capacidade de divulgação. Porém, todos eles contribuem, a seu modo, para a construção e disseminação de representações sobre as pessoas sem-abrigo.

Início este capítulo fazendo uma incursão pelo mundo da ciência e de como a pessoa sem-abrigo tem sido alvo de pesquisa. Importa-me salientar quanto a linguagem científica tem contribuído para a caracterização destas pessoas, como são estudadas, por quem e onde, como são objectivadas, qual a intencionalidade desses discursos e, acima de tudo, procurar evidenciar como a ciência distingue as pessoas sem-abrigo das demais que vivem abrigadas. Em seguida, e com base nas notícias *on-line* recolhidas durante mais de quatro anos sobre as pessoas sem-abrigo, procuro identificar a forma como os média as representam. Finalmente, recorro às artes, literatura e cinema, para mostrar como a pessoa sem-abrigo é retratada, descrita ou interpretada pelo olhar dos artistas.

2.1. A investigação

Para conhecer a investigação desenvolvida em Portugal sobre o fenómeno ou as pessoas sem-abrigo, efectuei pesquisas nas bibliotecas das principais universidades do país. No entanto, a mais completa e que contém exemplares susceptíveis de serem consultados com mais facilidade, é a da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Desde logo ressalvo que alguns trabalhos podem não ter sido detectados nesta procura.

Incidi a minha atenção somente nas dissertações de doutoramento, mestrado e monografias de final de licenciatura ou estudos pós-graduados. Na década de 1990, ainda que tenham sido publicados estudos promovidos, essencialmente, pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a primeira dissertação de mestrado realizada, data de 1995. Entre esse ano e até 2000 foram desenvolvidas cinco pesquisas sobre este tema. Como se pode verificar no Quadro 2.1, entre 1995 e 2008 foram realizadas, no total, dezasseis investigações académicas.

Área disciplinar	Ano	Tipo
Políticas e Gestão de Recursos Humanos	1995	Dissertação Mestrado
Sociologia	1996	Dissertação Mestrado
Antropologia Social	1997	Dissertação Doutoramento
Saúde Mental e Comunitária	1999	Monografia de fim de Curso
Saúde Pública	1999	Dissertação Mestrado
Psicologia Legal	2000	Dissertação Mestrado
Arquitectura	2001	Dissertação Mestrado
Ecologia Humana	2002	Dissertação Mestrado
Saúde	2005	Monografia de Estágio
Relações Interculturais	2006	Dissertação Mestrado
Estudos Urbanos	2007	Dissertação Mestrado
Estudos sobre Mulheres	2007	Dissertação Mestrado
Psicologia Comunitária	2007	Dissertação Mestrado
Serviço Social	2007	Dissertação Mestrado
Antropologia Urbana	2008	Dissertação Mestrado
Sociologia	2008	Dissertação Doutoramento

Quadro 2.1. Investigações realizadas em estabelecimentos de ensino superior Portugueses

A dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, de 1997, não incide especificamente sobre as pessoas sem-abrigo, mas sobre a mendicidade e vagabundagem e a repressão exercida sobre estas pessoas durante o Estado Novo. Incluí-a neste grupo de pesquisas pelo facto de ilustrar, de modo exaustivo, como estas pessoas, inicialmente aceites socialmente até às primeiras décadas do século XX,

passaram a ser perseguidas e reprimidas, a partir dos anos 30 e até 1974⁶.

Entre 2000 e 2008, a produção científica portuguesa sobre o tema foi mais abundante e regular. Realizaram-se onze investigações académicas: nove teses de mestrado, uma de doutoramento e uma monografia de estágio. As áreas disciplinares que se debruçaram sobre o tema são dispersas: três trabalhos provêm da área da saúde; dois da sociologia; dois da antropologia; e dois da psicologia. As restantes investigações parecem surgir como casos isolados dentro de diversas áreas disciplinares: gestão de recursos humanos, arquitectura, ecologia, relações interculturais, estudos sobre mulheres, estudos urbanos e serviço social. Esta convergência de interesses de investigadores provenientes de áreas tão distintas parece-me indicar quanto este tema tem impacto na sociedade. Por outro lado, a aparente dispersão nas áreas disciplinares pode indiciar uma fraca inserção académica do tema nas universidades portuguesas. De facto, tanto quanto pude averiguar, as pesquisas desenvolvidas até à data não foram continuadas por nenhum dos investigadores, parecendo tratar-se de um objecto de pesquisa que não estimula um aprofundamento continuado. Outra explicação para esta descontinuidade pode estar relacionada com o modo como os estabelecimentos de ensino superior se organizam para rentabilizar as investigações ali acolhidas e desenvolvidas.

Em relação aos estabelecimentos de ensino superior onde se desenvolveram estas dezasseis pesquisas, quinze são de Lisboa e um do Porto. Como se pode confirmar no Quadro 2.2, o ISCTE é a instituição que acolheu mais teses sobre este tema, seguido pelo ISPA e pela Universidade Nova de Lisboa.

Estabelecimento de ensino	Qt	Anos de publicação
ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa	4	1995, 1996 e 2008 (2)
ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada	3	1999, 2000 e 2007
Universidade Nova de Lisboa	3	1997, 1999 e 2002
Escola Superior de Enfermagem de São Vicente de Paulo	1	2005
Universidade Aberta de Lisboa	1	2007
Universidade Aberta do Porto	1	2006
Universidade de Lisboa	1	2007
Universidade Lusíada de Lisboa	1	2007
Universidade Técnica de Lisboa	1	2001

Quadro 2.2. Estabelecimentos de ensino superior com pesquisas desenvolvidas

O ISCTE foi a primeira instituição a investigar este tema, e também, a que desenvolveu os trabalhos mais recentes. Este intervalo temporal pode também ser observado no

⁶ Esta publicação reproduz uma parte da dissertação de doutoramento da autora, defendida em 1994, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O ano de 1997 refere-se à data da publicação do livro.

ISPA. Já a Universidade Nova de Lisboa acolheu as pesquisas de investigadores em anos quase consecutivos, contudo, a partir de 2002, o tema deixou de ser estudado. Exceptuando a dissertação da Universidade Técnica de Lisboa, que acolheu uma tese na área de Arquitectura em 2001, as restantes pesquisas foram desenvolvidas em anos mais recentes, entre 2005 e 2007.

Os objectivos das investigações realizadas são, evidentemente, também eles distintos. Agrupei-os em dois conjuntos tendo por critério a abordagem da problemática: Indivíduo ou Fenómeno Social. Assim, no primeiro grupo, incluí sete pesquisas que visam estudar, prioritariamente, as pessoas em situação de sem-abrigo sob vários aspectos relacionados com as suas características pessoais ou com a identificação das suas necessidades básicas. As nove investigações orientadas para o estudo do fenómeno evidenciam, por um lado as intervenções estatais ou civis que tendem a prevenir, combater ou remediar o fenómeno, e por outro, as representações sociais sobre o fenómeno ou as pessoas sem-abrigo. No Quadro 2.3. apresento os resultados desta síntese.

Analisando em detalhe o Quadro 2.3, destaco que, das sete pesquisas que tratam os aspectos individuais das pessoas sem-abrigo, duas centram-se na identificação das necessidades básicas e no grau de satisfação dos sujeitos face às respostas existentes; e outras duas procuram caracterizar, com indicadores demográficos e outros, o perfil das mulheres sem-abrigo de Lisboa. As restantes apresentam objectivos particulares: a mais antiga procura relacionar a construção identitária dos sujeitos com o seu processo de reinserção social; a pesquisa sobre os modelos de vinculação familiar das pessoas em situação de sem-abrigo foi publicada posteriormente em livro e tornou-se um trabalho de referência para muitos investigadores e profissionais que se ocupam desta área; finalmente, a investigação em relações interculturais procura conhecer as vivências e sentimentos das pessoas que se encontram em situação sem-abrigo.

As nove pesquisas que abordam o fenómeno sem-abrigo, podem agrupar-se em dois grandes conjuntos: as que salientam a análise das respostas sociais e estatais e as que destacam as representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo. Duas ficam um pouco à margem desta divisão. Uma delas estuda o fenómeno sem-abrigo tendo como foco de análise dos usos que as pessoas nesta situação fazem do espaço urbano. Por último, a tese mais recente, estuda o fenómeno sem-abrigo numa forma compreensiva e comparativa, investigando o conceito de risco, e estabelecendo como espaço geográfico e social três capitais europeias: Lisboa, Paris e Londres.

Embora todas estas pesquisas partilhem o tema, a construção do objecto de estudo, a formulação das questões de investigação, as metodologias utilizadas e os resultados obtidos são distintos. Nos parágrafos anteriores procurei dar uma visão global dos trabalhos publicados, mas, de facto, o que importa salientar neste capítulo é o modo como estes investigadores problematizaram as pessoas em situação de sem-abrigo ou o fenómeno e como os resultados dessas pesquisas poderão ser apropriados pela sociedade.

Foco	Referência	Tema	Síntese
I n d i v i d u o	(1995) Quintas, Célia Fialho, <i>Da exclusão à inserção social. A importância da construção identitária</i> .	Pessoas sem-abrigo: características pessoais versus inserção social	Estudar a construção identitária das pessoas acolhidas numa instituição de reinserção social.
	(1999) Sousa, Fernando M.V. S. de. <i>E se perguntássemos aos Sem Abrigo?!!! Satisfação e Necessidades percebidas face aos Serviços, num abrigo de Lisboa.</i>	Pessoas sem-abrigo: necessidades e grau de satisfação	Descrever e analisar as necessidades, preferências, e níveis de satisfação manifestadas com os serviços sociais por uma amostra de indivíduos que se encontravam numa situação de Sem-Abrigo.
	(2000) Barreto, Elías Rato, <i>Vinculação e relações de objecto dos sem-abrigo</i>	Pessoas sem-abrigo: características pessoais e vinculação	Estudar como os sem-abrigo representam a família e as figuras parentais através do Círculo Familiar de Thrower e de Entrevista. Pesquisar a qualidade dos seus modelos de vinculação e relações de objecto, utilizando-se para o efeito o Questionário de Estilo Relacional e o Teste de Relações Objectais de Phillipson.
	(2002) Gomes, Luís Artur Ribeiro. <i>Feminização dos sem abrigo</i>	Pessoas sem-abrigo: tipificação de perfis	Tipificar perfis de mulheres sem-abrigo na cidade de Lisboa.
	(2005) Abreu, Paulo & Antunes, Vera. <i>Cuidados de saúde aos sem abrigo : que realidade?</i>	Pessoas sem-abrigo: necessidades de cuidados de saúde	Avaliar as necessidades de saúde dos Sem-abrigo abordadas pela Equipa de Rua da AMI e dos residentes do Abrigo Nocturno da Graça.
	(2006) Fernandes, Maria Manuela Dias. <i>Fechados no silêncio: os sem-abrigo</i>	Pessoas sem-abrigo: representações sobre si próprios e sobre os outros	Aceder aos significados das vivências dos sem-abrigo, no sentido de perceber como os próprios sentem e vêem o que os rodeia. Perceber igualmente as suas lógicas de vida, os seus interesses e como entendem a relação nós/eles e eles/nós.
	(2007) Martins, Ana Maria Ferreira. <i>As sem abrigo de Lisboa</i>	Pessoas sem-abrigo: caracterização das mulheres atendidas pelos Centro AMI Porta Amiga das Olaias e Chelas, em Lisboa.	"Esta dissertação pretende alargar o conhecimento sobre a problemática das mulheres sem abrigo em Lisboa, e investigar as causas sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo" (p. 2).
F e n ó m e n o	(1996) Silva, Maria Teresa Dinis da, <i>As organizações da sociedade civil face aos sem-abrigo</i> .	Respostas sociais: intervenção de organizações não governamentais	Analisar a dimensão da intervenção das organizações civis que na cidade de Lisboa desenvolvem a sua acção em prol dos "sem-abrigo".
	(1997) Bastos, Susana Pereira, <i>O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão</i>	Respostas sociais: intervenção do Estado	Desocultar a construção social do mendigo-vadio do Estado Novo e as práticas de encarceramento de mais de 20.000 pessoas que viveram encarceradas no Albergue da Mitra entre os anos de 1933 a 1974. Analisar a repressão da mendicidade e vadiagem durante o Estado Novo.
	(1999) Sousa, António Monteiro de, <i>Rede social, suporte social e situação de sem-abrigo em toxicod dependentes</i>	Respostas sociais: redes de suporte	Comparar a utilização das redes sociais e de suporte entre dois grupos de toxicod dependentes sem-abrigo, um a viver nesta situação há menos de dois anos e um outro há mais de dois anos.
	(2001) Vaz, Bárbara Lhansol da Costa Massapina, <i>TA - tipologias de abrigo: uma proposta de solução para os "sem-abrigo"</i>	Respostas sociais: habitação	Definir uma "estratégia de intervenção ao nível da criação de uma tipologia especificamente destinada aos sem-abrigo, que se estuda, nas diversas frentes, para amadurecer e argumentar a proposta" (p.11)
	(2007) Mateus, João Diogo, <i>Territórios quotidianos de sobrevivência de pessoas sem-abrigo em Lisboa. Uma geografia da exclusão</i>	Pessoas sem-abrigo: usos do espaço urbano	Identificar os usos da cidade pelas pessoas sem-abrigo de Lisboa, incidindo particularmente sobre os locais de pernoita e os locais de vivência diurna.
	(2007) Miguel, Marta Cristina Trindade <i>Prevalência de sem-abrigo ao longo da vida e atitudes face aos sem-abrigo em Portugal.</i>	Representações sociais: atitudes e prevalência de sem-abrigo	Aceder à opinião pública portuguesa sobre as pessoas sem-abrigo; estimar a prevalência de população que já esteve em situação de sem-abrigo em algum momento da sua vida. Comparar com o modelo de atitudes aplicado nos E.U.A. recorrendo à mesma metodologia.
	(2008) Ramalho, Vanda <i>Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo à inovação das práticas em serviço social.</i>	Representações sociais: técnicos dos serviços sociais	Estudar a intervenção do serviço social com a população sem-abrigo, na cidade de Lisboa.
	(2008) Rivotti, Adília <i>"Do outro lado da rua" - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa</i>	Representações sociais e ocupação do espaço urbano	Conhecer como as pessoas sem abrigo vivem no espaço da rua e como negociam os espaços e a natureza dos laços sociais que constroem vivendo a rua e os lugares.
(2008) Menezes, Filipa Lourenço <i>Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres</i>	Fenómeno sem-abrigo: percepção transversal de risco em três capitais europeias: Lisboa, Londres e Paris	"Contribuir para a análise da aplicação do conceito de risco ao estudo do fenómeno social de sem-abrigo – "homelessness"	

Quadro 2.3. Temas e síntese das dissertações desenvolvidas em Portugal entre 1995 e 2008

A questão da disseminação do conhecimento científico e de como a generalidade da sociedade se apropria deste saber tem sido debatida e explorada por filósofos e epistemólogos provenientes de distintas áreas científicas (Santos, 2003). As relações

entre o saber teórico e prático alimentam querelas infindáveis. Não é este o lugar nem o momento para aprofundar estes debates, contudo o que me importa realçar neste argumento é o facto do conhecimento produzido pela ciência ter os seus circuitos de divulgação há muito estabelecidos: publicação de artigos em revistas científicas e em livros, actas de congressos e colóquios. Com a propagação generalizada dos recursos informáticos, da *world wide web* e dos documentos em formato digital, o panorama do acesso a publicações científicas alterou-se substancialmente nas últimas décadas. No entanto, a minha experiência nesta pesquisa mostrou-me, que neste campo de estudos, iniciado em Portugal há pouco mais de uma década, grande parte dos trabalhos científicos jaz pacatamente nas estantes das bibliotecas das universidades portuguesas e da Biblioteca Nacional.

Para se compreender o possível impacto da investigação na construção das representações sociais sobre as pessoas sem-abrigo em Portugal, parece-me fundamental identificar e deter-me mais demoradamente nas que foram publicadas. Dos dezasseis trabalhos realizados, três foram editados. O mais antigo, da autoria de Susana Pereira Bastos, editado pelas Publicações Dom Quixote, em 1997, intitula-se *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. A dissertação de Mestrado de Elias Barreto foi recuperada para publicação no livro *Sem-Amor Sem-Abrigo*, em 2002, em co-autoria com o psiquiatra António Bento. Por último, em 2005, foi publicado o trabalho de Paulo Abreu e Vera Antunes sobre os cuidados de saúde das pessoas sem-abrigo, intitulado *Cuidados de saúde aos sem-abrigo. Que realidade?*

Os objectivos gerais da dissertação de doutoramento de Susana Pereira Bastos são, em síntese: desocultar a construção social do mendigo-vadio durante o Estado Novo e as práticas de encarceramento de mais de vinte mil pessoas por períodos de tempo diferentes, algumas por mais de quarenta anos, que viveram no albergue da Mitra entre os anos de 1933 a 1974; e analisar a repressão da mendicidade e vadiagem durante o Estado Novo.

A intencionalidade e os pressupostos desta investigação são auto-esclarecedores. Para a autora, a categoria mendigo-vadio alterou-se, sobretudo durante o Estado Novo que passou a punir todos os que assim eram considerados. O cerne da pesquisa é exactamente a procura de elementos que mostrem como esta categoria, que anteriormente tinha uma função quase mística na sociedade, passou a ser considerada um desvio. A evidência dessa transformação é sustentada pela análise da instauração e manutenção de um modelo institucional e da sua posterior desestruturação.

A autora organiza a pesquisa em quatro eixos teórico-empíricos: um histórico, no qual procura *“estudar o processo pelo qual determinadas pessoas foram concebidas como marginais e, após algumas décadas, deixaram de o ser”*; um segundo eixo micro-interaccionista que conceptualiza *“a posição à margem não como resultante de uma qualidade inerente à pessoa marginal (qualitativamente distinta) mas como um processo relacional, circunscrito no tempo e no espaço, pelo qual um grupo de actores sociais projectou noutro grupo de personagens certos atributos que lhe conferiam marginalidade e justificaram o seu exílio do tecido social”*; um terceiro eixo que

articula a análise dos fenómenos micro-relacionais com “o *macro-estrutural envolvente, isto é, com os contextos sócio-económicos, ideológicos, institucionais, etc., onde aqueles se inseriam*”; e um quarto eixo, simbólico-identitário, no qual a autora investiga “o modo de produção simbólico das representações sobre a marginalidade (bem como a sua repressão e regeneração), articulando as estratégias identitárias dos seus sujeitos produtores” (Bastos, 1997: 13-14).

Do ponto de vista metodológico a investigadora apoiou-se em dois tipos de fontes de informação: directas e indirectas. As primeiras sustentam-se em duas figuras diferentes de informantes. Por um lado, realizou centenas de entrevistas a residentes, há época da pesquisa, no Centro de Apoio Social de Lisboa e no Centro de Apoio do Pisão, em Alcabideche⁷. Alguns dos residentes estiveram internados nestas instituições durante décadas e a autora salienta algumas dificuldades sentidas na realização das entrevistas devido, essencialmente, a debilidades físicas e cognitivas destas pessoas. Entrevistou igualmente profissionais que tinham tido contacto com o albergue de Lisboa: membros da polícia de segurança pública, antigos directores do albergue, juizes, profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e assistentes sociais. Estes últimos foram admitidos para os quadros daquela instituição a partir de 1957.

Relativamente às fontes indirectas, a autora procurou aceder aos arquivos do albergue da Mitra e da colónia agrícola do Pisão, no entanto, grande parte tinha sido destruída por um incêndio, ficando a porção a salvo em muito mau estado. Preservaram-se, contudo, os livros de registo de entrada na instituição a partir de 1933. Estes foram tratados informaticamente e continham mais de 29.000 registos, com informação sobre idade, género, filiação, profissão, residência e outros dados e observações relativos à admissão e saída dos albergados. Como suporte ao contexto estrutural, a autora analisou ainda parte dos arquivos dos hospitais psiquiátricos Miguel Bombarda e Júlio de Matos em Lisboa, pois a ligação entre o albergue da Mitra e estas instituições era estreita. Na Torre do Tombo pesquisou e analisou os Arquivos do Gabinete do Ministro do Interior, especificamente relatórios provenientes do governo civil, dos Fundos de Assistência à Mendicidade e Socorro Social e do comando da PSP, entre outros. O contexto político-social da época foi também analisado.

Susana Pereira Bastos constrói o seu argumento ao longo da dissertação, ilustrando abundantemente de que modo o mendigo-vadio passou de uma categoria socialmente aceite, para a categoria de desviado e perigoso. Esse processo de construção passou necessariamente por várias fases, mas certamente que é correcto afirmar que foi a instauração do albergue da Mitra, em 1933, que lhe deu forma e expressão real. A autora considera duas etapas: a da instauração de um modelo institucional que ocorre entre 1933 e 1951 e a de desestruturação, entre 1952 e 1974. A “*história*” do albergue da Mitra e da colónia agrícola do Pisão acompanha as representações sociais sobre os seus albergados e reflecte também, no meu ponto de vista, a forma arbitrária como estas categorias foram utilizadas pelo Estado e legitimadas pela própria ciência.

⁷ Até 1974 estas duas instituições denominavam-se albergue da Mitra e colónia agrícola do Pisão, respectivamente.

Com o início da repressão à mendicidade, uma primeira preocupação foi a de distinguir os mendigos necessitados, dos mendigos viciados. Essa triagem era feita nos albergues distritais de mendicidade que tinham a função de diferenciar uns dos outros. Estas instituições não eram mais do que depósitos provisórios ou permanentes de mendigos e vadios, administradas pela polícia. A entrada na instituição iniciava-se com uma primeira etapa de limpeza e desinfecção, seguida por uma inspecção médica. De um modo geral, os mendigos necessitados eram os velhos e as crianças até aos 16 anos de idade, sem família nem meios de subsistência. Os restantes, considerados desviados, eram encaminhados para o tribunal. Caso se tratasse de um acto isolado, o acusado podia sair em liberdade depois de pagar uma multa e uma caução. Pelo contrário, caso se tratasse de uma pessoa reincidente, então o tribunal decidiria do seu destino.

A autora analisou os registos existentes de entradas e saídas, calculando também o tempo médio de estada no albergue que estima em três anos. O número total de entradas e saídas registadas entre 1933 e 1951 é de 12.683 e 10.144, respectivamente.⁸ O Quadro 2.4. foi construído com base no trabalho da autora, tendo sido calculado o resultado anual de residentes do albergue. O número oscilou entre os 1.022 e os 2.640 albergados.

Ano	Entrada	Saída	Residentes
1933	2.179	1.090	1.089
1934	1.693	1.211	1.571
1935	517	956	1.132
1936	198	308	1.022
1937	354	269	1.107
1938	455	374	1.188
1939	310	252	1.246
1940	234	225	1.255
1941	311	218	1.348
1942	284	273	1.359
1943	272	258	1.373
1944	319	301	1.391
1945	482	269	1.604
1946	854	698	1.760
1947	699	532	1.927
1948	1.028	713	2.242
1949	1.043	790	2.495
1950	810	665	2.640
1951	641	742	2.539
<i>Total</i>	<i>12.683</i>	<i>10.144</i>	

(Fonte: Bastos, 1997: 130)

Quadro 2.4. Estimativa anual de residentes nos albergues da Mitra entre 1933 e 1951

Durante este período de dezoito anos, a instituição sofreu modificações e também restrições intencionais de entradas e uma gestão mais cuidadosa das saídas dos albergados.

⁸ Para informação mais detalhada consultar Bastos, 1997.

A investigadora traça o perfil antropológico dos adultos, dos idosos e das crianças residentes no albergue assim como fornece retratos do típico *mitreiro*: o louco, a prostituta, o homossexual, o reincidente, o alcoólico e o tuberculoso. Todas estas categorias estão contaminadas por duas cargas: a da doença ou a do desvio moral. As descrições e relatos registados acerca e pela própria população encarcerada e do modo como vivia, assemelham-se aos das instituições asilares e psiquiátricas dos séculos XVII e XVIII, estudadas por Michel Foucault.

A dificuldade permanente de diferenciação entre os que merecem a punição e os que carecem de apoio é também representada pelo movimento oscilatório de transferências de mendigos entre os albergues de mendicidade ou prisões e os hospitais psiquiátricos ou asilos.

As relações, nem sempre pacíficas, entre a polícia e a psiquiatria são também tratadas pela autora. De facto, desde os finais do século XIX, a psiquiatria debatia-se também com as dificuldades de diferenciação entre os diversos tipos e graus de loucura, sobretudo a loucura agressiva e a loucura mansa, a primeira sendo remetida para as prisões e a última para a rua. Na primeira e segundas décadas do século XX as políticas de tratamento, cura e regeneração dos doentes psiquiátricos foram muito dinâmicas, fazendo eclodir um *“surto de euforia curativa”*. Consequência, talvez, desse optimismo, a sobrelotação dos hospitais psiquiátricos foi rapidamente atingida e os doentes que não podiam ser admitidos acabavam por deambular pelas ruas das cidades. *“Na ausência de estabelecimentos psiquiátricos de retaguarda, o albergue da Mitra ia, portanto, funcionando, mesmo que informalmente (mas com o conhecimento das autoridades oficiais), como asilo de crónicos e incuráveis, sem qualquer vigilância psiquiátrica”* (Bastos, 1997: 267). Com a repressão da vadiagem e mendicidade muitas destas pessoas, com perturbações psiquiátricas que viviam na rua, foram encaminhadas e encerradas nos albergues de mendicidade.

Susana Pereira Bastos aprofunda a relação entre a reforma da assistência psiquiátrica de 1945 e a gestão dos albergados na Mitra e Pisão. Legalmente, institui-se nesse ano um modelo de assistência psiquiátrica composto por dois tipos de abordagem e de instituições: as clínicas psiquiátricas e os asilos psiquiátricos. As primeiras, ligadas sobretudo ao ensino e à assistência aos doentes em crise grave e pontual, as segundas, dirigindo-se particularmente aos doentes crónicos. Para o tratamento ou encaminhamento destes últimos, criaram-se vários tipos de estruturas: *“a) colónias agrícolas; b) asilos para crianças e adolescentes anormais; c) asilos para anormais perigosos e anti-sociais; d) hospícios; [...] e) colónias e casas de reeducação para alcoólicos, toxicómanos e afectados de outras anomalias”* (Bastos, 1997: 270). Se bem que em termos legais estas instituições deviam albergar diferentes públicos, a autora defende que tanto o albergue da Mitra como a Colónia Agrícola do Pisão sempre recolheu menores com problemas mentais, alcoólicos e pessoas portadoras de outras tipologias crónicas, sem haver um acompanhamento psiquiátrico.

O modelo simbólico do cidadão honesto, trabalhador e bom pai de família sustentou-se, basicamente, na dicotomia entre o bom e o mau, sendo o primeiro o exemplo a seguir, e o segundo o ser a corrigir, civilizar e regenerar. O diagnóstico, a repressão e a regeneração dos vários tipos de inaptações tinham um paralelo com o modelo de

assistência psiquiátrica, referido acima. Nas duas instituições tratadas pela autora, o trabalho é o grande integrador e, também o motor para a mudança e regeneração moral. As virtualidades das colónias agrícolas, onde se desenvolviam as actividades rurais e artesanais, eram largamente proclamadas, apesar de nem todos os desviados serem susceptíveis de regeneração.

Todos estes tipos de albergados eram, sempre que possível, encaminhados para o Pisão, a fim de desenvolverem hábitos de trabalho, respeito pelas regras, controlo da agressividade, promoção da humildade, gosto pela ordem e outro tipo de comportamentos susceptíveis de o regenerarem e de o tornarem mais conforme o modelo simbólico do bom cidadão. O projecto regenerador sustentava-se na transmissão e aquisição, por parte do albergado, de hábitos de higiene (física e moral), de interiorização do amor pela ordem e do gosto pelo trabalho. Nas palavras da autora, este projecto assentava: “a) numa hierarquização espacial do desvio no interior da instituição, marcada por múltiplas dissociações; b) no culto do trabalho rural e do castigo como fontes mais importantes de regeneração; c) na aspiração a um clima recuperador, baseado na ressocialização refamiliarizante e ruralizante dos internados e d) na ideia de que a própria segregação do indivíduo dito desviante num espaço fechado (higiénico, branco e alegre) o poderia influenciar na capturação de certos atributos (ausentes ou perdidos), isto é, o podia regenerar” (Bastos, 1997: 313).

A partir de 1956 os profissionais do serviço social começam a ser admitidos na Mitra e no Pisão. O projecto regenerador mantém-se mas, segundo a investigadora, a ênfase é colocada no contacto com a família ou, em alternativa, com o modelo familiar, sendo este o mais apropriado à recuperação dos desviados. Outras alterações promovidas por estes novos profissionais foram a segregação dos albergados atendendo às situações individuais. Criaram-se assim, camaratas para jovens e outras para idosos, creches para os bebés, enfermarias para doentes. A “ideologia da humanização” percorreu estas instituições, concretizando-se com a dinamização de diversas actividades lúdicas: a organização de teatros e festas comemorativas, a ida a passeios e excursões, ou as colónias de férias para jovens.

Após 1974 inicia-se o processo de extinção do albergue da Mitra, mantendo-se ainda hoje em funcionamento o Cento de Apoio Social do Pisão, assim descrito numa notícia publicada no sítio da Câmara Municipal de Cascais:

“Tutelado pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais, o Centro de Apoio Social do Pisão, situado na Quinta do Pisão, Alcabideche, é uma unidade residencial que se destina a acolher população adulta, de ambos os sexos, em regime de internato que por variadas razões não se inserem na comunidade e no seio dos seus familiares, maioritariamente casos do foro psiquiátrico. Desenvolve actividades de Artesanato, Horticultura, Jardinagem, Alfabetização, ‘Jornal do Centro’, Ginástica, Catequese, entre outros”.⁹

A investigação de Susana Pereira Bastos, conforme a síntese acima exposta, aborda o fenómeno da vadiagem e a sua inscrição individual e social. Trata-se de um facto

⁹Disponível em <http://www.cm-cascais.pt/cascais/Print.aspx?guid=%7BB2191BDB-05AE-4C53-B309-3DDF8F437C45%7D> (04- 2010).

eminentemente social, reprimido pelo poder, com um impacto devastador para os indivíduos assim considerados. A pesquisa ilustra a ambiguidade e arbitrariedade da linha ténue que separa os doentes crónicos dos agudos, os desvalidos dos mandriões, os pobres dos preguiçosos, os viciosos dos inocentes. Essa ambiguidade trespassa a instituição estudada, documentada pelos relatos de antigos funcionários, pelos registos de entradas e saídas, pela análise das punições e, evidentemente, através das descrições dos residentes. Ultrapassa as fronteiras da instituição, como apontam as relações informais e nem sempre claras entre os hospitais psiquiátricos e a administração do albergue da Mitra e do Pisão, sob a responsabilidade da polícia. No seio desta amálgama obscura de culpados e inocentes, enfermos e sadios, desvalidos e devassos foram encarceradas mais de vinte mil pessoas, algumas durante longos anos, com base em critérios igualmente nebulosos. A finalidade desse encarceramento também padece dessas mesmas dificuldades, igualmente obscuras e indecisas, em que se misturam vários fins antagónicos: castigo, protecção, regeneração, tratamento, isolamento e ressocialização. Estas contradições, arbitrariedades e paradoxos existem há muito e aconteceram em Portugal, no século XX, até, pelo menos, 1974. Seguramente, a revolução de Abril, não tinha como objectivo clarificar este emaranhado de encarcerados, de critérios, de funcionários, de legisladores e de projectos de cura. Claramente, este terrível equívoco mantém-se até aos nossos dias obnubilando o pensamento de legisladores, profissionais de saúde e da área social, deixando entregue à sua sorte ou azar um grupo de pessoas que por razões diversas escapa ao ideal de normalidade.

Já a pesquisa de Elias Barreto, que culminou em 2000 com a dissertação de mestrado em Psicologia Legal no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, intitulada *Vinculação e relações de objecto dos sem-abrigo*, tem uma abordagem muito distinta. Uma parte substancial deste trabalho foi publicada, dois anos mais tarde, em livro, intitulado *Sem-amor sem-abrigo*, em co-autoria com António Bento, médico psiquiatra. Trabalharam juntos, durante uma dezena de anos, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo criado a equipa de rua de apoio às pessoas sem-abrigo de Lisboa. Uma vez que este livro é o que mais divulgação tem, junto da generalidade da população portuguesa, e reflecte, de forma condensada a dissertação de Elias Barreto, basearei estas próximas linhas, nos dois textos, remetendo sempre que possível para o que é mais acessível.

O livro está organizado em quatro partes, a primeira, em que os autores discutem o conceito sem-abrigo e as suas múltiplas acepções. A segunda baseia-se na dissertação de Elias Barreto e intitula-se sem-abrigo e psicologia. A terceira discorre sobre a ligação entre a psiquiatria e sem-abrigo. Por último, os autores abordam a componente afectiva da pessoa sem-abrigo, com o título “Os sem-amor”. Na introdução da tese, o autor antecipa a síntese da sua pesquisa:

“A investigação incidiu sobre pessoas sem-abrigo, que viveram ou vivem na rua, utilizando-se uma abordagem multi-metodológica que envolveu desenho, entrevista, questionário e teste projectivo. Procurou-se estudar como os sem-abrigo representavam a família e as figuras parentais através do Círculo Familiar de Thrower e de Entrevista. E procurou-se pesquisar sobre a qualidade dos seus modelos de vinculação e relações de objecto, utilizando-se para o efeito o Questionário de Estilo

Relacional e o Teste de Relações Objectais de Phillipson. Os resultados obtidos revelaram a existência de um frágil sentido de pertença familiar, uma imagem negativa do par parental, modelos de vinculação insegura, e o predomínio de angústias de abandono, com dificuldade de aceder ao nível da estrutura das relações triangulares. Estes resultados permitem concluir que a condição sem-abrigo não é só uma situação de privação externa mas também interna, resultante de uma vinculação frágil e de falta de consolidação de bons objectos internos. Isto tem implicações ao nível do trabalho com o sem-abrigo que, mais do que organizado para prestar apoio temporário às necessidades básicas, deve procurar providenciar uma estrutura de cuidados compreensiva e coordenada, que ofereça um enquadramento estável, confiável, protector, seguro e valorizante” (Barreto, 2000: 5-6).

Trata-se de um estudo exploratório que pretende investigar: “*Como representam os sem-abrigo os laços e as relações com os outros?*” – e que tem como hipótese central que “*o processo de desafiliação nos sem-abrigo tem as suas raízes no processo de vinculação e filiação, o que se repercute nos modelos internos de representação do objecto, sendo esta uma variável moderadora da forma como os sem-abrigo vão enfrentar as adversidades externas*” (Bento & Barreto, 2002: 159-163). A investigação incidiu sobre vinte e uma pessoas que viveram na rua, dezanove homens e duas mulheres. Deste grupo, três continuavam a viver na rua, à época da pesquisa (1998-2000) e os restantes tinham apoio social, uns frequentando um *atelier* ocupacional do Centro de Apoio Social de S. Bento, da SCML, outros estando alojados num centro de acolhimento.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: o Círculo Familiar de Thrower que permite aferir a proximidade ou distanciamento do indivíduo em relação à família e, também, o grau de diferenciação ou identificação com um esquema familiar; o Questionário de Estilo Relacional que torna perceptíveis os modelos de vinculação seguros e inseguros do indivíduo; o Teste de Relações Objectais de Phillipson¹⁰ que procura indagar sobre a qualidade das representações de objecto; e a Entrevista em que se pretendia, sobretudo, aprofundar a história da vida familiar dos sujeitos até à sua fase de autonomização.

Os resultados dos testes a que foi submetido este grupo de pessoas confirmam a hipótese do estudo.

“Estes dados, obtidos a partir de instrumentos independentes, convergem consistentemente no sentido de uma grande fragilidade na constituição de bons objectos internos, garantes dos sentimentos de confiança básica e segurança nas relações [...] a ausência dessa estrutura traduz um estado de carência e de privação com origens muito provavelmente precoces, embora reforçado pelas experiências posteriores, podendo-se concluir que estes indivíduos antes de se tornarem sem-abrigo, já o eram interiormente. O trabalho com esta população é por isso um desafio enorme. Não se trata apenas de oferecer meios de reparação de uma situação de privação externa. Aqui é preciso reconhecer humildemente que as coisas que temos

¹⁰ “quando se fala em relação de objecto, não se fala apenas da relação com um objecto exterior ao sujeito; mas também da dinâmica inconsciente e fantasmática que tem como protagonistas os objectos internos e com base na qual o indivíduo investe nas relações interpessoais” (Bento & Barreto, p 132).

para oferecer, embora boas e necessárias, arriscam-se a serem sentidas como insignificantes face às carências que elas sentem. Trata-se também de oferecer os meios para a reparação de fantasmas de abandono e desvalia, através de uma estrutura de cuidados consistente e fiável [...] sem assumir o papel de uma figura paternal” (Bento & Barreto, 2002: 201-202).

Na primeira parte do livro os autores identificam alguns termos utilizados em Portugal e no estrangeiro para designar as pessoas que actualmente são consideradas sem-abrigo, assim como os conceitos de sem-abrigo e os seus equivalentes no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. Embora o termo francês “sans abri” date de 1935 e “sans-domicile-fixe” tenha sido consagrado na lei francesa em 1969, só na década de 80 é que o conceito de “homeless” passa a ser consagrado nos países anglo-saxões. Com uma profundidade menor do que em Susana Pereira Bastos, mas por um período de tempo mais alargado, Bento & Barreto, 2002, fazem também uma revisão histórica sobre a aceitação/repressão da vagabundagem, em Portugal e noutros países, até à actualidade. Abordam ainda o papel dos média e da literatura na veiculação de representações sobre as pessoas sem-abrigo.

As relações entre a psiquiatria e a pessoa sem-abrigo são exploradas, conforme referido anteriormente, na terceira parte do livro. Não se trata de uma investigação académica, como o texto de Elias Barreto, mas antes, de um conjunto de reflexões sobre a longa experiência de trabalho com as pessoas sem-abrigo, desenvolvido pelo psiquiatra António Bento. A ligação da doença mental e dos consumos de álcool ou estupefacientes à condição de pessoa sem-abrigo é o ponto central, no meu entender, da reflexão do autor, a par das questões da organização dos serviços de saúde mental no nosso país.

No Quadro 2.5, retirado da obra em análise, o autor apresenta o diagnóstico de perturbações psiquiátricas, realizado, em 1999, pela equipa de rua da SCML. Utiliza como referência o CID 10, “*Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde*”, designada em Portugal por esta sigla, que corresponde à classificação publicada pela organização mundial de saúde, WHO, internacionalmente denominada por *International Classification of Diseases (ICD)*”¹¹

Como se pode verificar na referida tabela, 32% das pessoas sem-abrigo foram diagnosticadas com problemas de consumo de álcool, 17% com consumo de estupefacientes e 20% com problemas mentais. Neste último grupo 9,8% foram diagnosticadas com esquizofrenia e 10,2% com perturbações da personalidade. 13,7% dos indivíduos foram classificadas como “*Sem diagnóstico psiquiátrico*” e “*Sem informação*”. Os restantes 17,2% foram diagnosticados com “*Perturbações delirantes persistentes*”, “*Outras perturbações psicóticas*” e “*Atraso mental*”, entre outras perturbações.

Este Quadro e ainda outros que fazem parte desta obra pretendem evidenciar que o diagnóstico feito pela equipa de rua é concordante com os estabelecidos em hospital psiquiátrico. A ligação entre sem-abrigo e psiquiatria desenvolve-se em torno de várias questões relacionadas com os internamentos, as consultas, a utilização dos

¹¹Disponível em <http://www.who.int/classifications/icd/en/> (01-2010).

serviços de urgência, em que as pessoas sem-abrigo são invariavelmente categorizadas pelo CID 10 e em que os diagnósticos apresentam também percentagens equivalentes às do Quadro 2.5.

Perturbações psiquiátricas, CID 10 (N= 511)		
Diagnóstico	Número	%
Álcool	164	32,1%
Opióides, cocaína e cannabinóides	87	17,0%
Esquizofrenia	50	9,8%
Perturbações delirantes persistentes	23	4,5%
Outras perturbações psicóticas	19	3,7%
Perturbações do humor (afectivas)	4	0,8%
Perturbações depressivas, não especificadas	7	1,4%
Perturbações da personalidade	52	10,2%
Atraso mental	18	3,5%
Perturbações da adaptação	3	0,6%
Perturbações mentais orgânicas	8	1,6%
Epilepsia	3	0,6%
Outras perturbações	3	0,6%
Sem diagnóstico psiquiátrico	30	5,9%
Sem informação	40	7,8%
<i>Total</i>	<i>511</i>	<i>100,0%</i>

(Fonte: Bento & Barreto, 2002: 223)

Quadro 2.5. Diagnóstico primário da pessoa sem-abrigo de rua, em 1999

No final do livro os autores reconhecem que, apesar de serem ambos profissionais na área da saúde mental, não pretendem: *“transformar os sem-abrigo em simples doentes psiquiátricos. Evitamos as etiquetas e os estereótipos (‘doente mental’, ‘alcoólico’, ‘drogado’) que, como vimos, podem levar ao estigma e à exclusão social”*. Esta declaração, a meu ver, politicamente correcta, é, no entanto, surpreendente. Se por um lado os autores não se identificam com a etiquetagem, o mesmo não se passa com os instrumentos utilizados por António Bento para realizar os diagnósticos, que são eles próprios, sistemas de categorização. Isto é, de acordo com os estudos realizados por António Bento, 86,3% das pessoas sem-abrigo, no ano de 1999, sofriam de perturbações psiquiátricas ou de consumos de álcool ou estupefacientes. Se os autores afirmam ter preocupações relacionadas com a veiculação de estereótipos e de etiquetagem sobre as pessoas sem-abrigo devem, a meu ver, optar por uma posição inequívoca: ou afirmam e defendem claramente que 86,3% das pessoas sem-abrigo sofrem de problemas mentais e consumos de substâncias psicoactivas; ou se, pelo contrário, acreditam que o uso de categorias potencia a estigmatização das pessoas sem-abrigo, então será mais coerente recusar a utilização do CID 10 que, como é evidente, baseia-se num sistema de classificações e conduz, necessariamente, à etiquetagem.

Como vimos anteriormente, no capítulo I, os conceitos de normal e de patológico são construções e convenções desenvolvidas e difundidas por grupos de profissionais, neste caso, da área da saúde mental. Como defende Hacking, 2002, as classificações quando aplicadas a pessoas têm impacto, tanto na identidade de quem é assim categorizado, como na sociedade onde se inserem ou circulam. Para além desse

reconhecimento social desenvolve-se paralelamente uma tecnologia composta por profissionais, medicamentos, instituições, que as identifica, reconhece, distingue e prescreve tratamentos ou medicação.

Que relação se pode estabelecer entre o trabalho de Susana Pereira Bastos, o de Elias Barreto e o de António Bento? Uma primeira, mais imediata, prende-se com a ligação entre a saúde mental e a vagabundagem. Elias Barreto não estuda as pessoas sem-abrigo em função de patologias, optando por centrar-se na análise dos tipos de vinculação e da qualidade dos vínculos afectivos de um grupo de vinte e uma pessoas que viveram ou viviam na rua. Susana Pereira Bastos também não se ocupa de patologias, embora, na instituição estudada a relação com os hospitais psiquiátricos de Lisboa esteja bem presente. Somente António Bento se debruça sobre as perturbações psiquiátricas das pessoas sem-abrigo. Dito de outro modo, estes três autores identificam e estabelecem uma ligação entre mendigos, vagabundos e doentes mentais, sem, no entanto, esta ficar completamente clarificada. Provavelmente será na história da psiquiatria, uma ciência com pouco mais de 100 anos (Bento & Barreto, 2002: 213) que se poderão encontrar os fundamentos para esta conexão.

O objectivo da investigação de Elias Barreto não era analisar os apoios às pessoas sem-abrigo, mas investigar e comprovar as fragilidades de vinculação do grupo estudado. Susana Pereira Bastos estudou o albergue da Mitra e a Colónia Agrária do Pisão até aos anos 1970. Sabe-se que actualmente esta última ainda se mantém em funcionamento. Desconhece-se como funciona na actualidade e se há alguma relação com a Colónia Agrícola do Pisão, anterior a 1974.

De igual modo, pouco ou nada se conhece sobre a qualidade dos vínculos da população adulta que não vive na rua, assim como se desconhece informação geral sobre a saúde mental e psicológica dos portugueses¹², sobre a percentagem da população alcoólica ou com consumos abusivos dessa substância. Do mesmo modo não se conhece o número de pessoas que consomem estupefacientes. A questão que emerge naturalmente é a de procurar saber, no interior da generalidade da população portuguesa, qual a percentagem de pessoas que desenvolveu vínculos seguros. Na mesma linha de raciocínio podemos levantar outras questões sobre as perturbações psiquiátricas dos portugueses: Qual a percentagem de adultos que consome álcool? Qual a percentagem de adultos que consome estupefacientes? Qual a percentagem de adultos diagnosticados com perturbações psiquiátricas?

O comentário que me permito fazer ao trabalho de António Bento tem por base a sua procura em examinar a natureza das patologias das pessoas sem-abrigo como se nessa busca almejasse encontrar uma explicação, sancionada pela medicina, justificativa da situação destas pessoas. De igual modo assinalo as conclusões do

¹² Em 2007/2008, a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Católica desenvolverem um estudo nacional sobre saúde e bem-estar psicológico, integrado num projecto de âmbito mundial, coordenado pela Universidade de Harvard (EUA). Os resultados deste estudo ainda não estão disponíveis publicamente. Disponível em http://www.fcm.unl.pt/main/index.php?option=com_content&task=view&id=405&Itemid=169 (01-2010).

estudo de Elias Barreto que podem conduzir a raciocínios equivalente aos de António Bento: as pessoas vivem sem-abrigo porque tiveram uma vinculação insegura. De um modo distinto, ambos procuram atribuir ao indivíduo ou à sua história familiar as causas da condição social em que vivem na actualidade.

Por último, refiro o trabalho de graduação dos enfermeiros Paulo Abreu e Vera Antunes, publicado em 2005, com o título *Cuidados de saúde aos sem-abrigo. Que realidade?* O objectivo geral desta pesquisa, realizada em 2003, pretendia “*avaliar as necessidades de saúde dos Sem-Abrigo abordados pela Equipa de rua da AMI e dos residentes do Abrigo Nocturno da Graça*”, este último também administrado pela AMI. Os autores pretendiam também “*contribuir para a melhoria da prestação de cuidados de saúde à população socialmente desfavorecida – os Sem-Abrigo*” (Abreu & Antunes, 2005: 7-8). Em termos metodológicos, os autores optaram por realizar uma investigação-acção em dois contextos distintos: a rua e um abrigo. Relatam, de um modo vívido, as suas observações e experiências com a equipa de rua da AMI, os contactos que conseguiram estabelecer na rua com algumas pessoas, e também as acções que realizaram no abrigo da Graça.

Uma vez que se tratava de uma investigação-acção, após algum tempo de imersão no Abrigo Nocturno da Graça, a equipa desenvolveu contactos com o Centro de Saúde da Graça a fim de estabelecer a articulação entre as duas instituições. Para os dois enfermeiros o trabalho com as pessoas acompanhadas pela Equipa de Rua apresentava outros desafios: “*já na Equipa de Rua a nossa dificuldade era encontrar alguns Sem-Abrigo dispostos a receberem a nossa ajuda – não os podíamos obrigar a estar sempre nos mesmos sítios, às mesmas horas e a colaborar connosco*” (Abreu & Antunes, 2005: 80). Para fazer face a este obstáculo, optaram por transportar uma Mala de Primeiros Socorros para a prestação de cuidados às pessoas contactadas na rua. No âmbito destas interacções de rua relatam também as diligências tomadas para que um homem conseguisse obter o Rendimento Mínimo Garantido e ainda outras relações que mantiveram pontualmente com algumas pessoas que conheceram fora do abrigo da Graça. Concluem o trabalho afirmando que:

“É possível desenvolver um trabalho com os Sem-Abrigo, para que se obtenham resultados a médio e longo prazo – os resultados imediatos são visíveis no momento, mas não se prolongam no tempo. Para que isso aconteça, é preciso que existam profissionais destacados e vocacionados para esta problemática. Aliado a isso, é fundamental que se dê continuidade a projectos como o que desenvolvemos. Existem poucas articulações e estudos direccionados para o estado de saúde dos Sem-Abrigo, mas é possível estabelecê-las – tendo como atributos a persistência, o empenho e o querer fazer sempre mais e melhor” (Abreu & Antunes, 2005: 97).

O trabalho destes dois enfermeiros manifesta o esforço realizado na compreensão de um fenómeno, para eles, desconhecido. Evidencia as dificuldades de acesso das pessoas sem-abrigo aos serviços de saúde. Contudo, como afirmam, esta questão pode ser ultrapassada desde que haja profissionais empenhados nesse esforço.

As investigações de Elias Barreto, Paulo Abreu e Vera Antunes, assim como as cinco que irei mencionar em seguida, foram incluídas no grupo de pesquisas em que o foco é o indivíduo. Como referido anteriormente, a pesquisa de Barreto, 2000, incide na

identificação de características particulares de pessoas em situação de sem-abrigo que permitam clarificar a sua vinculação familiar. O segundo trabalho pretende fazer uma análise do estado de saúde e do acesso que as pessoas em situação de sem-abrigo ou em situação de albergado têm aos serviços de saúde. Das restantes, uma tem por objecto de estudo a análise da satisfação das necessidades das pessoas acolhidas, também, no albergue nocturno da Graça, administrado pela AMI; uma outra debruça-se sobre as representações que as pessoas em situação de sem-abrigo têm sobre si próprias e sobre os outros. As restantes procuram tipificar as pessoas em situação de sem-abrigo: duas estudam as mulheres nessa situação e a mais antiga, do ano de 1995, procura identificar as características individuais dos residentes numa instituição e aferir como se processa a sua inserção na instituição e preparação para a sua autonomização pessoal e profissional.

Nos Quadros 2.6 (a) e (b) apresento informação abreviada relativa a estas sete pesquisas em que o foco é o indivíduo. Em virtude da gestão do espaço do texto e da informação constante nas tabelas, no Quadro 2.6 (a) resumo os objectivos e as questões de investigação e no Quadro 2.6 (b) sintetizo as asserções acerca da metodologia e dos principais resultados obtidos nas pesquisas.

Como se pode verificar nestes dois quadros, os objectivos de todas estas pesquisas concentram-se no estudo do indivíduo em situação de sem-abrigo. Contudo, ele não é considerado isoladamente; seis tomam por objecto de estudo o indivíduo na sua singularidade, porém, em todas elas está patente a relação, directa ou indirecta, com a instituição em que está inserido ou onde é contactado pelo investigador. Apenas a pesquisa de Maria Manuela Fernandes, 2006, opta deliberadamente por estudar o indivíduo em situação de sem-abrigo, desligado de qualquer vínculo institucional. A importância da instituição onde os indivíduos estão inseridos é particularmente saliente na pesquisa de Célia Fialho Quintas, 1995, pois o objectivo deste estudo é determinar como se processa a socialização dos indivíduos na organização e como esta se estrutura para os ressocializar e integrar na sociedade.

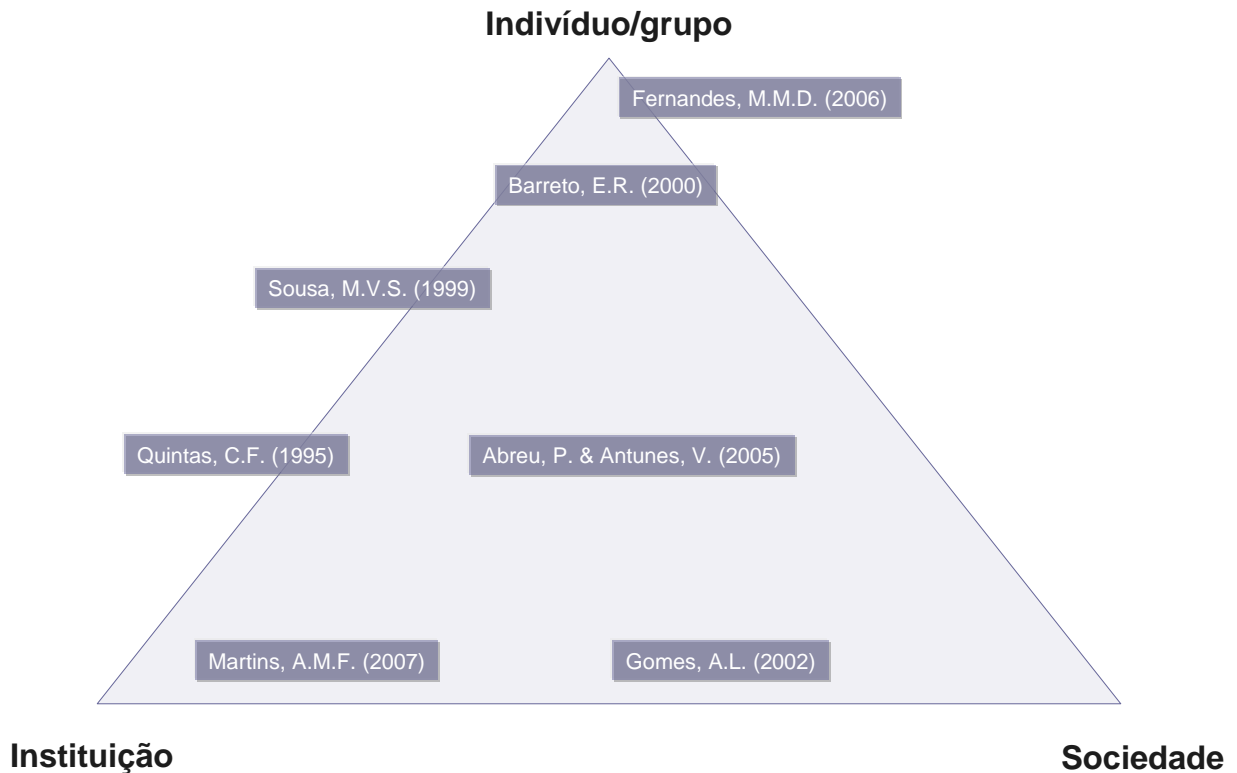
Referência	Objectivos	Questões de investigação
(1995) Quintas, Célia Fialho, <i>Da exclusão à inserção social. A importância da construção identitária</i> .	"Analisar a interacção que se estabelece entre a produção de identidades culturais e o processo de exclusão social, tendo em conta, simultaneamente, a forma como estas identidades evoluem. No quadro de uma organização que se dedica ao apoio a indivíduos sem abrigo e ex-reclusos, que se confrontam com a ausência total de apoios socioeconómicos" (p. 3).	"É possível mudar as pessoas através de uma profunda evolução identitária que ponha em causa as vivências e aprendizagens efectuadas anteriormente?; Que mecanismos por em prática para promover a integração social dos excluídos?" (p. 96).
(1999) Sousa, Fernando M.V. S. de. <i>E se perguntássemos aos Sem Abrigo?!!! Satisfação e Necessidades percebidas face aos Serviços, num abrigo de Lisboa</i> .	"O presente trabalho monográfico tem assim como objectivos: i) averiguar a percepção que uma amostra de indivíduos Sem-Abrigo tem, sobre os serviços ao seu dispor; ii) identificar as sugestões por estes apontadas, para a melhoria dos serviços sociais; e iii) identificar quais as necessidades sentidas pelos Sem-Abrigo no seu dia-a-dia. Pretende-se ainda contribuir com possíveis propostas de intervenção" (p. 38).	"1a. Questão - Qual o grau de satisfação de uma amostra de pessoas Sem-Abrigo face aos serviços sociais existentes?; 2a. Questão - Que necessidades são apontadas pela amostra, relativamente às características e tipo de serviços disponíveis?; 3a. Questão - Que aspectos são apontados como susceptíveis de melhor responder às necessidades das pessoas numa situação de Sem-Abrigo?" (p. 38-39).
(2000) Barreto, Elias Rato, <i>Vinculação e relações de objecto dos sem-abrigo</i>	"Este trabalho tem o carácter de estudo exploratório, dentro de um modelo de pesquisa clínico-qualitativo. Pretende averiguar se o conceito de "desafiliação", surgido da literatura sociológica, definido como ruptura dos laços afiliativos com os principais sistemas sociais e grupo de pertença, tem uma tradução em termos psicológicos ao nível da qualidade das representações dos laços e relações com os outros" (p. 90-91).	A principal questão a ser investigada neste estudo é: Como representam os sem-abrigo os laços e as relações com os outros?" (p. 90-91).
(2002) Gomes, Luís Artur Ribeiro. <i>Feminização dos sem abrigo</i>	"Caracterizar as mulheres Sem Abrigo e traçar o seu perfil. Pretende-se igualmente identificar os processos que conduzem à situação da mulher Sem Abrigo no contexto da cidade de Lisboa" (p. 115).	Implícitas nos objectivos da pesquisa: caracterização do perfil da mulher sem Abrigo e identificação dos processos que conduzem a essa situação.
(2005) Abreu, Paulo & Antunes, Vera. <i>Cuidados de saúde aos sem abrigo: que realidade?</i>	Desenvolver uma investigação-ação centrada na análise de cuidados de saúde de pessoas sem-abrigo acompanhadas por uma equipa de rua ou residentes num albergue temporário.	"Quais as necessidades de saúde dos Sem-Abrigo contactados pela Equipa de Rua da AMI e dos residentes do Abrigo Nocturno da Graça?" (p. 7).
(2006) Fernandes, Maria Manuela Dias. <i>Fechados no silêncio: os sem-abrigo</i>	"Este estudo procura apreender a dimensão que os sem-abrigo dão às trajetórias de vida; que importância atribuem a factores de ordem individual e estrutural que percebem como responsáveis pela sua situação; como organizam o seu quotidiano; que necessidades e prioridades valorizam e que objectivos são capazes de delinear no enquadramento de estratégias de sobrevivência. Este trabalho tem como objectivo o estudo das representações sociais dos sem-abrigo sobre a sua própria situação, que imagem detêm deles próprios" (p. 82).	"Será que os sem-abrigo se limitam a deambular pela rua, sem objectivos definidos, num marasmo que os remete para uma ausência de si próprios? Ou será que o seu quotidiano é gerido em função de objectivos determinados? Será que não possuem quadros de interacção que lhes proporcionem poder real ou mesmo simbólico? Poderão ser considerados actores sociais pelas estratégias de sobrevivência e de visibilidade social que adoptam? Será que as intervenções das instituições essencialmente viradas para respostas às necessidades imediatas e visíveis dos sem-abrigo, numa perspectiva tradicionalmente assistencialista, cumprem unicamente um papel de manutenção da situação, contribuindo para uma adaptação e ausência de objectivos por parte daqueles? Até que ponto não existe uma relação directa entre o quotidiano e as estratégias de manutenção ou superação da situação por parte dos sem-abrigo, com as causas da situação? Que relação existe entre o tempo de permanência na situação e as hipóteses de superação da mesma?" (p. 74-75).
(2007) Martins, Ana Maria Ferreira. <i>As sem abrigo de Lisboa</i>	"O presente trabalho, realizado na região de Lisboa, tem como objectivo geral compreender as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo". (p. 3).	Incluídas implicitamente nos objectivos da investigação.

Quadro 2.6. (a) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo: objectivos e questões de investigação

Referência	Metodologia	Principais resultados obtidos
(1995) Quintas, Célia Fialho, <i>Da exclusão à inserção social. A importância da construção identitária</i> .	Observação participante. Aplicação de questionário aplicado à maioria dos residentes da instituição, 56 no total, 53 respondentes, 11 pré-teste e 42 respostas. Entrevistas semi-directivas ao director da instituição e quatro técnicos: psicólogo, assistente social, sociólogo e advogado.	Existência de grupos distintos na instituição com uma "nítida regularidade de posições em torno de três padrões essenciais: [...] retracção à fusão e aceitação da experiência de grupo; [...] do conformismo e passividade ao inconformismo; [...] dependência de tóxicos ou álcool" Salienta-se "um esforço efectivo da instituição para preparar os indivíduos para um reinserção no meio societal através da aquisição de conhecimentos e hábitos profissionais" (p. 94-95).
(1999) Sousa, Fernando M.V. S. de. <i>E se perguntássemos aos Sem Abrigo?!!! Satisfação e Necessidades percebidas face aos Serviços, num abrigo de Lisboa.</i>	Aplicação de questionário a um universo de 20 indivíduos a viver num abrigo em Lisboa, tendo obtido 16 respostas. Observação participante.	De um modo geral os resultados do estudo apontam para uma insatisfação dos inquiridos face aos serviços sociais existentes e ao empenho dos técnicos e funcionários dos serviços; os respondentes apontam para a fraca resposta face à satisfação de necessidades básicas de alimentação, vestuário, abrigo, cuidados de saúde, aconselhamento individual e profissional e ainda necessidades de cuidados dentários; os respondentes sugerem vários aspectos a melhorar, como o alargamento dos horários de funcionamento dos serviços, uma maior flexibilidade e individualização de respostas, diminuição de burocracias e celeridade nas repostas dos serviços.
(2000) Barreto, Elias Rato, <i>Vinculação e relações de objecto dos sem-abrigo</i>	"A investigação incidiu sobre pessoas sem-abrigo, que viveram ou vivem na rua, utilizando-se uma abordagem multi-metodológica que envolveu desenho, entrevista, questionário e teste projectivo" (p. 5).	"Os resultados obtidos revelaram a existência de um frágil sentido de pertença familiar, uma imagem negativa do par parental, modelos de vinculação insegura, e o predomínio de angústias de abandono, com dificuldade de aceder ao nível da estrutura das relações triangulares. Estes resultados permitem concluir que a condição sem-abrigo não é só uma situação de privação externa mas também interna, resultante de uma vinculação frágil e de falta de consolidação de bom objectos internos. Isto tem implicações ao nível do trabalho com o sem-abrigo que, mais do que organizado para prestar apoio temporário às necessidades básicas, deve procurar providenciar uma estrutura de cuidados compreensiva e coordenada, que ofereça um enquadramento estável, confiável, protector, seguro e valorizante" (p. 5-6)
(2002) Gomes, Luís Artur Ribeiro. <i>Feminização dos sem abrigo</i>	Entrevistas exploratórias a organizações governamentais ou não governamentais a actuar na área. Questionário aplicado a 50 mulheres entre Dezembro e Março de 2001, na rua e instituições.	O autor apresenta dois perfis de mulheres sem-abrigo na cidade de Lisboa, com características comuns nacionalidade portuguesa e sem contactos com a família. Um dos perfis é a da mulher com mais de 45, sem escolaridade obrigatória, reformada, separada ou viúva e com filhos, pernoita em Albergue e está em situação de sem-abrigo há mais de três anos, motivada por ruptura familiar. O segundo perfil refere-se a mulheres mais jovens, com idades compreendidas entre os 19 e 39 anos, com escolaridade obrigatória, desempregada, solteira e sem filhos, pernoita nas ruas do centro da cidade e é dependente de outras pessoas.
(2005) Abreu, Paulo & Antunes, Vera. <i>Cuidados de saúde aos sem abrigo: que realidade?</i>	Entrevista à directora do Departamento de Acção Social da AMI. Observação participativa. Análise dos registos efectuados pela equipa de rua. Construção de Folha de Registos de Enfermagem. Reuniões com funcionários do Albergue Nocturno da Graça e acompanhamento de quatro residentes.	"É possível desenvolver um trabalho com os Sem-Abrigo, para que se obtenham resultados a médio e longo prazo – os resultados imediatos são visíveis no momento, mas não se prolongam no tempo. Para que isso aconteça, é preciso que existam profissionais destacados e vocacionados para esta problemática. Aliado a isso, é fundamental que se dê continuidade a projectos como o que desenvolvemos. Existem poucas articulações e estudos direccionados para o estado de saúde dos Sem-Abrigo, mas é possível estabelecê-las – tendo como atributos a persistência, o empenho e o querer fazer sempre mais e melhor" (p. 27)
(2006) Fernandes, Maria Manuela Dias. <i>Fechados no silêncio: os sem-abrigo</i>	Entrevista não-directiva a responsáveis e/ou técnicos de 7 organizações que trabalham no Porto com as pessoas sem-abrigo. Observação directa não participante e 12 entrevistas semi-directivas, resultantes de 27 contactos, realizados entre Setembro 2004 e Janeiro 2005.	O quotidiano dos inquiridos é marcado por rotinas, por horas de levantar e deitar, pelos locais públicos a percorrer, pelo recurso às instituições, pelas necessidades de consumo de estupefacientes. [...] São pessoas fragilizadas nas interações sociais, vivendo muito sós, predominando a ausência de vínculos familiares. O contacto com as instituições e com outros indivíduos que vivenciam a mesma situação é frágil e de fraca intensidade. Encarando com uma grande angústia o momento presente, refugiam-se num passado lembrado por vivências de acontecimentos e factos gratificantes, que os remete para processos de identificação positiva. [...] O tempo futuro não é mais que a reprodução do presente e, como tal, é um tempo banido nos discursos produzidos. Os entrevistados consideram que o sem-abrigo é associado a uma identidade estigmatizada, existindo uma auto percepção da exclusão em que se encontram e da imagem social negativa que essa condição acarreta. [...] Os inquiridos não estão na condição por uma escolha ou por convicção. Nenhum deles manifestou bem-estar ou tranquilidade por "estar no sem-abrigo" (p. 101)
(2007) Martins, Ana Maria Ferreira. <i>As sem abrigo de Lisboa</i>	Base de dados de atendimentos da AMI e entrevistas semi-directivas a 10 mulheres acompanhadas pela instituição.	"O perfil dominante de sem abrigo neste estudo retrata-se da seguinte forma: é jovem, entre os 21 e os 49 anos. Embora estando em idade activa, trabalhou irregularmente (no momento do estudo) e está desempregado(a), é solteiro(a), possui baixa escolaridade, (1º ciclo seguido do 2º ciclo), não possui formação profissional, está há menos de seis meses na rua, tem familiares vivos, relaciona-se com eles e com os amigos, recebe Rendimento Social de Inserção, não fez, ou fê-lo irregularmente, descontos para a Segurança social, vive na rua (32%) ou em albergues (30%), vive da mendicidade, não consome substâncias aditivas, tem médico de família e não apresenta HIV [...] A maior parte são mães, dormem na casa de amigo(a)s e/ou na rua. Algumas partilham de forma instável, e com grande alternância, as suas vidas com diferentes parceiros, quase sempre sem a presença dos filhos (que estão entregues a familiares e ou instituições)." (p. 96-101)

Quadro 2.6. (b) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo: metodologia e principais resultados obtidos

No Quadro 2.7 procurei reproduzir graficamente o posicionamento das sete pesquisas no interior de um triângulo cujos vértices representam as três dimensões presentes nas pesquisas em que o foco é o indivíduo ou um grupo de indivíduos que partilham características comuns: Indivíduo/grupo, Instituição e Sociedade. Cada um dos trabalhos foi colocado num dos lados que ligam os vértices, em função dos objectivos e resultados expressos em cada uma das pesquisas.



Quadro 2.7. Posicionamento das investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo

Assim, a tese de Fernandes, 2006, foi colocada próxima do topo, junto ao vértice Indivíduo/grupo e no lado que o liga à sociedade, uma vez que, como referido acima, este trabalho foca as pessoas em situação de sem-abrigo sem vínculo formal a uma instituição.

O trabalho de Barreto, 2000, foi igualmente colocado próximo do vértice Indivíduo/grupo, mas no interior do triângulo. Este posicionamento justifica-se pelo facto de, apesar do investigador se centrar nas características dos indivíduos, estes mantinham um vínculo com a instituição onde trabalhava na época da pesquisa. De igual modo, as características estudadas nos sujeitos são implicitamente comparadas com um “tipo-ideal” de sujeito social que é o referencial dos resultados dos testes.

A investigação de Sousa, 1999,¹³ refere-se também ao Indivíduo/grupo e foi colocada

¹³ Esta investigação não foi publicada. Trata-se de uma monografia do Curso de Estudos Superiores Especializados em Saúde Mental Comunitária, realizada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada e

no lado que o liga à instituição. Efectivamente, este trabalho centra-se no grau de satisfação das necessidades dos utilizadores e residentes de uma determinada organização.

A tese de Quintas, 1995, foi colocada no lado Indivíduo/grupo-Instituição, em virtude da investigadora ter orientado a sua pesquisa na procura de uma tipificação dos residentes da instituição e, simultaneamente, na forma como esta se organizava para se adaptar às características dos sujeitos. Ou seja, como a instituição procurava socializar os sujeitos esperando que estes se autonomizassem e se integrassem, futuramente, numa profissão.

O trabalho de Abreu & Antunes, 2005, foi posicionado no interior do triângulo, uma vez que os investigadores procuram analisar as relações entre as pessoas em situação de sem-abrigo, as instituições e os serviços, numa perspectiva integrada, tendo como ponto de partida as pessoas em situação de sem-abrigo e o seu estado de saúde.

Na base do triângulo, no lado Instituição-Sociedade, coloquei as teses de Martins, 2007 e Gomes, 2002. A primeira foi posicionada mais próximo do vértice Instituição, pois o trabalho desta investigadora concentrou-se exclusivamente na população atendida pela instituição onde ela trabalhava na época da pesquisa e também porque os objectivos do estudo se centravam na tipificação destas pessoas. Já o trabalho de Gomes, 2002, foi apostado um pouco mais próximo do vértice Sociedade. Este investigador procurou também traçar o perfil das mulheres sem-abrigo da cidade de Lisboa mas abrangeu uma população mais diversificada que se encontrava em situação de rua e igualmente desvinculada de instituições.

Justificada a colocação das pesquisas no interior/exterior e nos eixos em análise, nas próximas linhas destacarei as principais conclusões de cada uma delas, mantendo a ordenação dos trabalhos como está patente no Quadro 2.7. Assim, começo com as principais conclusões referidas por Fernandes, 2006:

“Efectuámos entrevistas a dez homens e a duas mulheres sem-abrigo, com idades que variam entre os 22 e os 64 anos de idade, sendo a maior parte solteiros. São privilegiadamente oriundos de fora do distrito do Porto e, com excepção de três entrevistados, possuem uma baixa ou nula escolaridade. Nas suas trajectórias de vida verificam-se rupturas com a família, com o trabalho, com as tradicionais redes de sociabilidade. Existem diversos factores despoletadores da situação de sem-abrigo, como seja a toxicodependência, a prisão, o afastamento familiar, os problemas de saúde, a perda ou a precariedade de emprego, as baixas reformas e a perda da habitação. A maior parte dos inquiridos vive há bastante tempo em contexto de rua, cinco deles há mais de 5 e menos de 10 anos, um outro há mais de 15 anos e ainda um que praticamente sempre viveu na rua. Pernoitam em diferentes locais, como as entradas de prédios, debaixo de arcadas, quartos de pensões, casas abandonadas e urgências de hospitais. Um deles, que se assume como toxicodependente, refere pernoitar onde calha, podendo ser o espaço abrigado de um multibanco. O quotidiano dos inquiridos é marcado por rotinas, por horas de levantar e deitar, pelos locais

que me foi enviada pelo autor. Somente na revisão das referências bibliográficas, percebi o meu lapso. Está referenciada na bibliografia como SOUSA, F.M.V.S.; ALMEIDA, S.M. (2001).

públicos a percorrer, pelo recurso às instituições, pelas necessidades de consumo de estupefacientes. Para sobreviverem recorrem a diferentes estratégias, que passam pela mendicidade, pela exposição pública da condição e dos próprios corpos, pelo desempenho de pequenos trabalhos informais, pela utilização de bens e serviços gratuitos, pelo apoio das instituições. São pessoas fragilizadas nas interações sociais, vivendo muito sós, predominando a ausência de vínculos familiares. O contacto com as instituições e com outros indivíduos que vivenciam a mesma situação é frágil e de fraca intensidade. Encarando com uma grande angústia o momento presente, refugiam-se num passado lembrado por vivências de acontecimentos e factos gratificantes, que os remete para processos de identificação positiva. Mas também há um passado recordado de forma dolorosa pelo registo de acontecimentos traumatizantes, por processos de exclusão. O tempo futuro não é mais que a reprodução do presente e, como tal, é um tempo banido nos discursos produzidos. Os entrevistados consideram que o sem-abrigo é associado a uma identidade estigmatizada, existindo uma auto-percepção da exclusão em que se encontram e da imagem social negativa que essa condição acarreta. E, se verificámos que podem tirar ‘proveito’ dessa identidade, pela ostentação da sua condição, constatámos, ainda, que procuram evidenciar percursos e traços de uma identidade legítima. Os inquiridos não estão na condição por uma escolha ou por convicção. Nenhum deles manifestou bem-estar ou tranquilidade por ser sem-abrigo. [...] Fechados no silêncio, os sem-abrigo vivem a (in)certeza de uma vida esquecida ou a esquecer, de uma vida intransponível e parada no tempo. Silêncio sentido e vivido ou silêncio atribuído? Ou ainda silêncios, múltiplos silêncios, um muro de incomunicabilidades que os fecha e os reduz a um mundo interior, a uma dor secreta feita de solidão” (Fernandes, 2006: 154-158).

As conclusões da pesquisa de Barreto, 2000, indicam que as pessoas estudadas revelavam fragilidades interiores capazes de comprometerem o estabelecimento de relações seguras e confiantes; estas pessoas viviam num estado de carência e de privação interna, fazendo pressupor, que antes de estarem em situação de sem-abrigo já assim se encontravam internamente. Dito de outro modo, este estudo sugere que a situação de sem-abrigo tem a sua origem no interior dos indivíduos, sendo o exterior, apenas um reflexo do mundo íntimo destas pessoas.

A investigação de Sousa, realizada em 1999 no mesmo Abrigo da Graça onde Paulo Abreu e Vera Antunes viriam a pesquisar quatro anos mais tarde, procurava responder a três questões relacionadas com a percepção que um grupo de dezasseis pessoas residentes nessa instituição tinha dos serviços e da satisfação das suas necessidades. Na conclusão o autor sintetiza as repostas às questões colocadas no início da investigação.

“Relativamente à primeira questão de investigação – ‘Qual o grau de satisfação de uma amostra de pessoas Sem-Abrigo face aos serviços sociais existentes’ - os resultados do questionário, e os dados recolhidos aquando da observação participante, apontam para que a maior parte dos participantes neste estudo (a) não reconheça na maioria dos serviços sociais a capacidade de os ajudarem de uma forma efectiva, (b) de irem ao encontro das suas necessidades, (c) consideram as respostas dadas insatisfatórias e desfasadas das suas necessidades, (d) para além de lhes precederem um tempo de espera geralmente longo, (e) sendo ainda o empenho dos

técnicos e funcionários desses serviços manifestamente insuficiente. No que concerne à segunda questão de investigação – ‘Que necessidades são apontadas pela amostra relativamente às características e tipo de serviços disponíveis?’ - constatámos que as necessidades mais referidas foram (a) a de apoio na obtenção de alimentação, de vestuário, de abrigo, (b) de um serviço que os apoiasse na identificação e avaliação das suas necessidades, (c) de assistência médica (para problemas de saúde física), (d) de apoio na informação e protecção de direitos, (e) de apoio na área do emprego, (f) e de cuidados dentários. Quanto à terceira questão de investigação – ‘Que aspectos são apontados como susceptíveis de melhor responder às necessidades das pessoas numa situação de Sem-Abrigo?’ - esses aspectos passam por (a) um alargamento do horário de funcionamento dos serviços sociais, (b) pelo desenvolvimento de respostas individualizadas, (c) por um acompanhamento in loco (na comunidade) dos vários aspectos do processo de (re)inserção social, (d) pelo desenvolvimento de esforços de ‘advocacy’ na protecção de direitos, (e) por uma diminuição dos aspectos burocráticos de acesso aos serviços e a programas de apoio, (f) de uma maior celeridade nas respostas, (g) e de uma maior flexibilidade no que concerne às regras e normas de funcionamento dos serviços” (Sousa, 1999: 87).

A pesquisa realizada por Quintas, 1995, procurava identificar os mecanismos que uma determinada instituição accionava para promover a integração social dos seus residentes e, em simultâneo, compreender as mudanças e aprendizagens que estes percepcionavam como decorrentes do processo de ressocialização. As quarenta e duas pessoas residentes na instituição que responderam ao questionário elaborado pela investigadora foram classificadas como pertencentes a um de três grupos: retraídos na aceitação da experiência do grupo; conformistas passivos e inconformistas; e dependentes de tóxicos ou de álcool. Com base nas entrevistas realizadas ao director e a quatro técnicos da instituição, a autora salienta: *“um esforço efectivo da instituição para preparar os indivíduos para uma reinserção no meio societal através da aquisição de conhecimentos e hábitos profissionais”* (Quintas, 1995: 95).

Como referido acima, a investigação-acção desenvolvida por Abreu & Antunes, 2005, salienta várias carências na prestação de cuidados de saúde às pessoas em situação de sem-abrigo e aos residentes na instituição onde o trabalho de campo foi realizado, apontando para a necessidade de se promover a articulação dos serviços de saúde com o das instituições que trabalham nesta área.

A pesquisa de Martins, 2007, tinha por objectivo determinar o perfil sócio demográfico das pessoas sem-abrigo atendidas pelos serviços da AMI, com ênfase na situação das mulheres. Transcrevo aqui as conclusões da pesquisa.

“O perfil dominante de sem abrigo neste estudo retrata-se da seguinte forma: é jovem, entre os 21 e os 49 anos. Embora estando em idade activa, trabalhou irregularmente (no momento do estudo) e está desempregado(a), é solteiro(a), possui baixa escolaridade, (1º ciclo seguido do 2º ciclo), não possui formação profissional, está há menos de seis meses na rua, tem familiares vivos, relaciona-se com eles e com os amigos, recebe Rendimento Social de Inserção, não fez, ou fê-lo irregularmente, descontos para a Segurança social, vive na rua (32%) ou em albergues (30%), vive da

mendicidade, não consome substâncias aditivas, tem médico de família e não apresenta HIV. [...] Na vida destas mulheres a família ou o estado não tiveram um papel protector ou gerador de autonomia a vários níveis (social, económico, psicológico) ” (Martins, 2007: 96-101).

A pesquisa realizada por Gomes, 2002, pretendia igualmente caracterizar e traçar o perfil das mulheres em situação de sem-abrigo na cidade de Lisboa. Este investigador aplicou um questionário a cinquenta mulheres, entre Dezembro e Março de 2001, tanto em situação de rua, como com vínculo institucional formal. Concluiu o seu trabalho definindo dois tipos de perfis de mulheres em situação de sem-abrigo.

“Esta investigação permite avançar para dois tipos de perfis de mulheres sem-abrigo na cidade de Lisboa. Podemos pois apresentar a mulher de naturalidade e nacionalidade portuguesa, com idade superior a 45 anos, não possui escolaridade obrigatória e encontra-se reformada, separada ou viúva e com filhos a viver com familiares, não tendo contactos com a família e pernoita na sua maioria em Albergues, estando em situação de Sem abrigo há mais de três anos para esse motivo apresenta a ruptura familiar. Por outro lado temos a mulher de naturalidade e nacionalidade portuguesa, com idade compreendida entre os 19 e os 39 anos, com escolaridade obrigatória e desempregada; é solteira e sem filhos, não tem contactos familiares e pernoita na sua maioria nas ruas do centro da cidade, estando em situação de Sem Abrigo há menos de um ano: para esse motivo apresenta a dependência de estupefacientes” (Gomes, 2002: 157).

Os perfis traçados por estes dois investigadores são complementares. Gomes, 2001, identifica dois tipos de perfis de sem-abrigo femininos: um grupo mais jovem que pernoita na rua e apresenta dependência de estupefacientes; e um grupo mais idoso de mulheres que dorme em albergue. O perfil traçado por Martins, 2007, é ligeiramente distinto. As pessoas estudadas são todas atendidas pela mesma instituição, razão pela qual obtém, no meu ponto de vista, um único perfil com características mais homogéneas.

Agrupando as pesquisas realizadas em Portugal, em que o foco é o indivíduo, verifica-se que as variáveis estudadas pelos investigadores são, em síntese, de cinco tipos: sócio demográficas; psicológicas; trajetórias de vida; situação de sem-abrigo; e representações dos sujeitos. No Quadro 2.8. apresento as principais variáveis estudadas e as respectivas categorias.

De um modo geral todos os investigadores procuram traçar um perfil sócio demográfico dos inquiridos. No total, estes investigadores estudaram cento e noventa e sete pessoas, oitenta e sete homens e cento e dez mulheres, com idades compreendidas entre os 21 e os 71 anos.

Metade dos estudos indagava sobre a naturalidade dos inquiridos, sendo catorze naturais do distrito de residência e vinte e três deslocados da área de nascimento. Na sua maioria, os sujeitos inquiridos tinham uma escolaridade inferior à obrigatória, 9º ano do ensino básico, dez com o ensino básico completo e três com o ensino secundário. Uma vez que nem todos os autores estudaram esta variável, os que o fizeram apresentam os valores agregados em termos qualitativos. Convém referir que há dados disponíveis para um total de quarenta e nove pessoas.

Variáveis	Sociodemográficas	Idade
		Escolaridade
		Género
		Naturalidade
		Número de filhos
		Situação marital
		Situação profissional
	Psicológicas	Representação da família
		Representação do par parental
	Trajectórias de vida	Cuidados parentais
		Fugas/expulsões
		Rupturas
	Situação de sem-abrigo	Duração
		Estratégias de sobrevivência
		Factores
		Futuro
		Locais de pernoita
		Passado
		Presente
		Rotinas
Sociabilidade		
Vinculação institucional		
Representações dos sujeitos	Auto-imagem	
	Satisfação face aos serviços de apoio existentes	
	Face aos serviços disponíveis	
	Face aos aspectos a melhorar nos serviços	

Quadro 2.8. Variáveis e categorias estudadas nas investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no indivíduo

Dentre os quarenta e nove respondentes, doze tinham tido uma relação conjugal reconhecida por lei, os restantes trinta e sete eram solteiros. Dezasseis tinham filhos e vinte e um não tinham filhos. Doze inquiridos estavam empregados à data da realização da investigação. Estes indivíduos, investigados por Sousa, 1999, encontravam-se a residir num centro de acolhimento dirigido especificamente para as pessoas em situação de sem-abrigo que se encontravam em processo de autonomização por via de emprego.

Os aspectos psicológicos e as trajectórias de vida que englobam os cuidados parentais na infância e os episódios de fuga ou expulsões foram estudados somente por Barreto, 2000. As representações da família, para este grupo de pessoas, são categorizadas como: desligada; indiferenciada, emaranhada; com uma hierarquia disfuncional¹⁴. Em relação à representação do par parental, seis inquiridos tinham uma representação de pai ausente e os restantes quinze, distribuíam-se igualmente por três categorias: par parental próximo; distante; e ausente. Onze, dos vinte e um

¹⁴ Para informação mais detalhadas acerca da descrição das várias categorias, consultar Barreto, 2000.

inquiridos, viveram com ambos os pais, seis em instituições, três com a mãe e padrasto e apenas um recebeu cuidados parentais de outros que não os pais ou instituições. Sete inquiridos não relataram qualquer episódio de expulsão ou fuga, contra catorze que passaram por essa situação durante a sua infância ou juventude.

Fernandes, 2006, categoriza três tipos de rupturas: familiares, redes sociais e trabalho; isto é, para esta investigadora, as trajetórias de vida das doze pessoas inquiridas são assinaladas por uma ou mais destas rupturas. Foi também esta mesma investigadora a única a identificar os factores que conduziram à situação de sem-abrigo, sendo eles: desemprego; família; perda de habitação; prisão; reforma insuficiente; saúde; ou toxicod dependência.

Em relação à duração da situação de sem-abrigo, os investigadores que analisaram esta variável obtiveram resultados distintos. As pessoas inquiridas por Martins, 2007, estavam em situação de sem-abrigo há menos de seis meses. Gomes, 2002, encontrou dois tipos de mulheres a viver nessa situação, um grupo há menos de um ano e um outro há mais de três anos. As pessoas inquiridas por Fernandes, 2007, estavam na situação de sem-abrigo há mais de cinco anos. Estas diferenças explicam-se, na minha opinião, pelos locais onde os pesquisadores realizaram o trabalho de campo. As pessoas abordadas por esta última investigadora não tinham qualquer vínculo formal com uma instituição, razão pela qual, provavelmente, estariam há mais tempo nesta condição. Contudo, os resultados de Gomes são inversos aos de Fernandes. As pessoas por ele inquiridas, que viviam na rua em Lisboa, eram as que se encontravam há menos tempo nesta situação.

Fernandes, 2006, categoriza os locais de pernoita das pessoas inquiridas, referindo os seguintes: arcadas; casas abandonadas; entradas de prédios; espaços abrigados; pensões; e urgências hospitalares. Martins, 2007, e Gomes, 2002, investigam esta categoria distinguindo apenas o albergue, da rua. Ainda Fernandes, 2006, relata a existência de rotinas regulares na satisfação das necessidades básicas dos inquiridos, como a hora de deitar e levantar, os locais de refeição e de higiene e ainda os lugares de procura de outros recursos que permitiam a sobrevivência. São também estes três investigadores que analisam algumas das estratégias de sobrevivência utilizadas: mendicidade; biscates; instituições de apoio; ou rendimento social de inserção (RSI).

Martins, 2007, indagou sobre as práticas de sociabilidade entre as inquiridas, concluindo que estas mantêm relações com familiares e amigos. Fernandes, 2006, caracteriza as relações sociais das pessoas estudadas como sendo frágeis e de fraca intensidade e sem vínculos familiares. O presente destas pessoas é solitário e carregado de angústia. Todos os doze inquiridos referiram que a situação em que vivem não é uma escolha. O passado é povoado de memórias traumáticas, ou noutros casos, gratificantes. O futuro é definido como sem perspectivas.

Dois investigadores procuraram conhecer as representações dos sujeitos. Sousa, 1999, indagou sobre a satisfação face aos serviços de apoio existentes, os serviços disponíveis e os aspectos que estes gostariam de ver melhorados. Fernandes, 2006, procurou conhecer as representações dos inquiridos sobre a sua auto-imagem que descreve como estigmatizada e com a percepção de uma imagem social negativa.

Concluída a apresentação das investigações em que o foco é o indivíduo em situação

de sem-abrigo e as principais variáveis estudadas e conclusões, refiro, nas próximas páginas as investigações em que o objecto de estudo se centra no fenómeno sem-abrigo.

Este conjunto de pesquisas está sintetizado nos três quadros que se apresentam. Os objectivos e as questões de investigação estão evidenciados no Quadro 2.9. (a). No Quadro 2.9. (b) sintetizo as metodologias e os principais resultados obtidos nas várias investigações. Do mesmo modo que nas investigações em que o foco é o indivíduo, nestes nove trabalhos, os objectivos e questões de investigação são também eles, evidentemente, distintos.

Silva, 1996, analisa as relações entre o Estado e as instituições privadas na promoção da providência, da solidariedade e da cidadania para as pessoas em situação de sem-abrigo. Da pesquisa de Bastos, 1997, já apresentada anteriormente neste capítulo, recorro apenas os objectivos e questões de investigação do estudo, em que a investigadora procurava demonstrar a transformação social da figura do vadio mendigo durante o século XX. Sousa, 1999, estuda as relações sociais e de suporte de dois grupos de pessoas em situação de sem-abrigo com hábitos de consumos de estupefacientes. Na tese de mestrado de Vaz, 2001, é apresentada uma proposta de uma tipologia de habitação para pessoas em situação de sem-abrigo, com um controlo de custos de implantação e de viabilidade económica.

Em 2007 as pesquisas realizadas salientam outras dimensões. Mateus, 2007, estuda a distribuição do fenómeno sem-abrigo na cidade de Lisboa, tendo em consideração os locais de sobrevivência à escala local. Miguel, 2007, desenvolve uma pesquisa integrada num estudo transnacional acerca da prevalência e representações da opinião pública portuguesa sobre as pessoas em situação de sem-abrigo.

As pesquisas concluídas em 2008, duas dissertações de mestrado e uma de doutoramento, abarcam ainda outros aspectos do fenómeno sem-abrigo. Ramalho, 2008, centra-se nas representações de um grupo de assistentes sociais acerca das suas práticas no desempenho do trabalho junto das pessoas em situação de sem-abrigo na cidade de Lisboa. Rivotti, 2008, explora duas vertentes acerca do fenómeno sem-abrigo em Lisboa: a ocupação e vivência do espaço de rua pelas pessoas em situação de sem-abrigo; e as representações da população de Lisboa sobre as pessoas sem-abrigo, através da análise das sinalizações recebidas pelo departamento de acção social da Câmara Municipal de Lisboa. Finalmente, na dissertação mais recente, Menezes, 2008, desenvolve uma análise comparativa do fenómeno *homelessness* em Lisboa, Paris e Londres, examinando as trajectórias de vida de pessoas nesta situação, os apoios sociais disponíveis nestas três capitais europeias e os diversos discursos dos agentes de apoio social e das próprias pessoas a viverem nesta situação

As metodologias utilizadas pelos investigadores, conforme se pode verificar nos Quadros 2.9 (b), recorreram, maioritariamente, à técnica do inquérito. Dois investigadores utilizaram o questionário e quatro realizaram entrevistas a vários informantes, pessoas em situação de sem-abrigo, profissionais com cargos de chefia em instituições e técnicos de serviço social.

Dois investigadores sustentaram o desenvolvimento do trabalho empírico através de observação participante, Mateus, 2007 e Rivotti, 2008. A análise documental a diversos tipos de textos foi utilizada por Bastos, 1997 e Rivotti, 2008. Por último, a mestranda de arquitectura, Vaz, 2001, elaborou um levantamento da situação das pessoas sem-abrigo em Lisboa, das várias estruturas existentes e das funções e exigências de espaços de habitação. Foi com base nesse diagnóstico que propôs uma tipologia de habitação para pessoas em situação de sem-abrigo.

Referência	Objectivos da investigação	Questões de investigação
(1996) Silva, Maria Teresa Dinis da, <i>As organizações da sociedade civil face aos sem-abrigo</i> .	Analisar a relação entre o Estado e a sociedade civil enquanto promotores de providência, solidariedade e cidadania destinada às pessoas sem-abrigo de Lisboa.	Não estão explicitadas. Com base na análise das entrevistas realizadas, a investigadora caracteriza as organizações inquiridas; os princípios orientadores; as representações sociais de "sem-abrigo" e o objecto da intervenção das organizações; a responsabilidade social, a relação Estado/Sociedade e; a efectivação da cidadania.
(1997) Bastos, Susana Pereira, <i>O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão</i>	O objectivo da pesquisa centra-se na procura de elementos que mostrem como a categoria mendigo-vadio, que anteriormente tinha uma função apaziguadora na sociedade, passou a ser considerada como um desvio.	"Como compreender que o 'vadio-mendigo, personagem da vida pública no princípio do século [XX] em Portugal, reconhecido pelas próprias autoridades administrativas, fosse, a partir da década de trinta, segregado nos albergues de mendicidade, expulso da cidade, exilado de qualquer lugar público?" (p. 369)
(1999) Sousa, António Monteiro de, <i>Rede social, suporte social e situação de sem-abrigo em toxicodependentes</i>	"Analisar a relação entre o tempo de permanência de um toxicodependente em situação de sem-abrigo e a quantidade e qualidade da Rede Social e do Suporte Social." (p. 56)	Coloca duas hipóteses: "A) - Existem diferenças significativas, ao nível da quantidade e qualidade, nas Redes Sociais e no Suporte Social delineadas por um grupo de toxicodependentes há menos de 2 anos em situação de sem-abrigo e por um grupo de toxicodependentes há mais de 2 anos em situação de sem-abrigo. [...] Hipótese B) - O grupo de toxicodependentes que se encontra há mais tempo em situação de sem-abrigo, dispõe de Sistemas de Suporte menos diversificados" (p. 57-58).
(2001) Vaz, Bárbara Lhansol da Costa Massapina, <i>TA - tipologias de abrigo: uma proposta de solução para os "sem-abrigo"</i>	"A proposta vai no sentido da criação de unidades habitacionais de custos mínimos, com valores compatíveis com as possibilidades dos Sem-abrigo em fase de integração" (p. 7).	Proposta do TA (tipologia de abrigo): dimensões; controlo de custos; implantação; proposta de implantação numa zona da Graça; estudo da viabilidade económica.
(2007) Mateus, João Diogo, <i>Territórios quotidianos de sobrevivência de pessoas sem-abrigo em Lisboa. Uma geografia da exclusão</i>	Estudar a distribuição do fenómeno à escala da cidade de Lisboa e os territórios de sobrevivência à escala local.	"Quais os factores mais importantes na distribuição dos locais de pernoita em Lisboa? [...] Como são organizados os territórios individuais de sobrevivência e os espaços investidos pelo grupo acompanhado, e porque se transformam no tempo? [...] Em que medida a deriva geográfica da população sem-abrigo depende da capacidade individual e grupal de identificar oportunidades para suprir necessidade e de as gerir no tempo, negociando com os actores locais?" (p. 2-3).
(2007) Miguel, Marta Cristina Trindade <i>Prevalência de sem-abrigo ao longo da vida e atitudes face aos sem-abrigo em Portugal</i> .	"O estudo enquadra-se na investigação transnacional desenvolvida pelo Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, E.U.A.), sobre a prevalência e a opinião pública acerca dos sem-abrigo. [...] Tratando-se de um estudo transnacional, o método segue os procedimentos dos estudos originais e das versões já efectuadas noutros países" (p. 77).	O estudo pretendeu "aceder à opinião pública portuguesa, isto é, às atitudes e conhecimentos, da população portuguesa sobre as pessoas sem-abrigo; estimar a prevalência de população que já esteve em situação de sem-abrigo em algum momento da sua vida; confirmar o modelo de atitudes identificado nos estudos de opinião pública realizados nos E.U.A. com a mesma metodologia; e identificar quais as características que podem distinguir a população com diferentes atitudes face aos sem-abrigo" (p III).
(2008) Ramalho, Vanda <i>Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo à inovação das práticas em serviço social</i> .	"Analisar e interpretar os processos, condicionantes, fundamentos e representações concretas da intervenção social realizada pelos assistentes sociais, procurando pistas exploratórias para a qualificação e evolução dessa intervenção" (p. 13).	"Será que a complexidade do fenómeno das pessoas na condição de sem abrigo, no contexto de urbanização e globalização actual, faz emergir estratégias inovadoras de intervenção do assistente social, na perspectiva da prevenção e minimização deste fenómeno?" (p. 13)
(2008) Rivotti, Adília <i>"Do outro lado da rua" - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa</i>	Conhecer como as pessoas sem abrigo vivem no espaço da rua e como negociam os espaços e a natureza dos laços sociais que constroem vivendo a rua e os lugares.	As questões de investigação estão implícitas nos objectivos de investigação.
(2008) Menezes, Filipa Lourenço <i>Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres</i>	"O presente estudo toma como objectivo central desenvolver uma análise comparativa dos vários níveis de discurso acerca do risco de homelessness, visando assim contribuir para o desenvolvimento da compreensão sociológica deste fenómeno. Para tal, distinguem-se dois planos de análise fundamentais: o institucional e os sem-abrigo." (p. 93).	As questões de investigação foram agrupadas em 4 tipos: Trajectórias de Vida; Situação de Sem-Abrigo e Apoio Social; Diálogos de Homelessness: Agentes de Apoio Social e os Sem-Abrigo; os discursos dos agentes de apoio social e dos sem-abrigo, estão em congruência, ou discordância? Discursos de Risco de Homelessness. Para mais informação sobre as questões de investigação, verificar texto no capítulo.

Quadro 2.9. (a) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no fenómeno: objectivos e questões de investigação

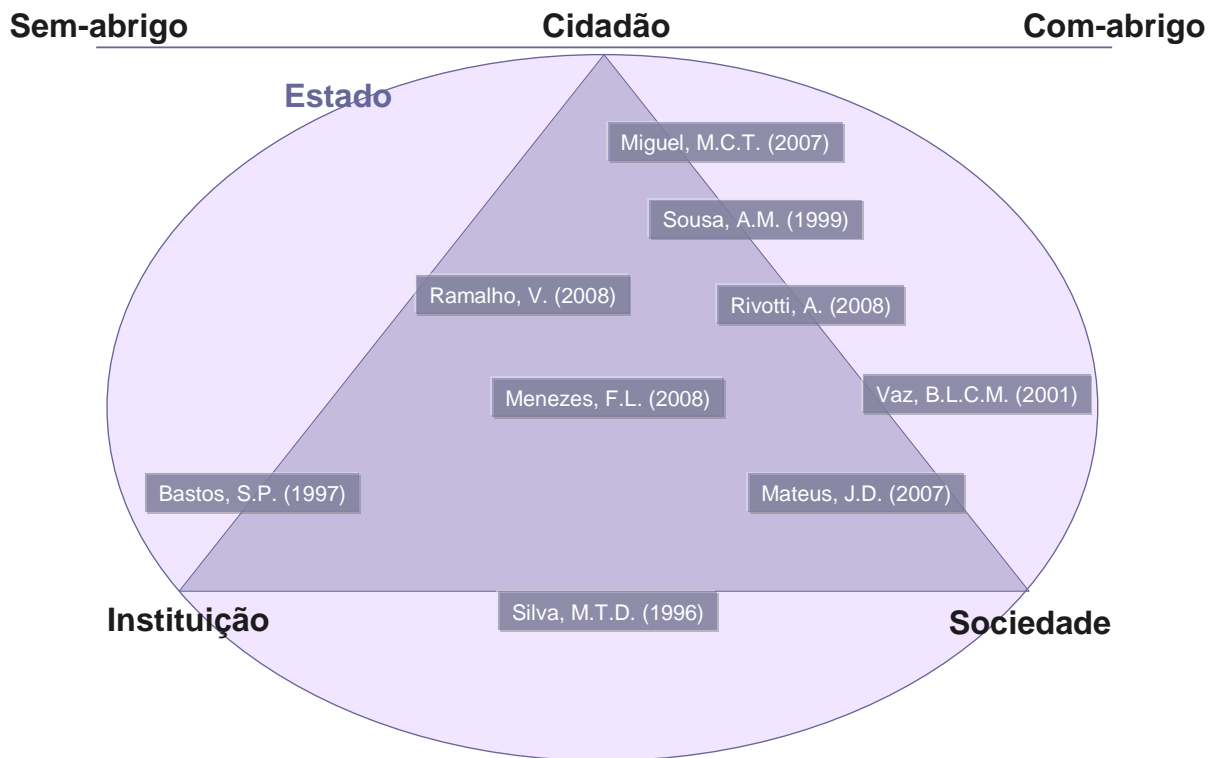
Referência	Metodologia	Principais resultados obtidos
(1996) Silva, Maria Teresa Dinis da, <i>As organizações da sociedade civil face aos sem-abrigo</i> .	Entrevista 7 ONG: Associação Médica Internacional; Instituto de Apoio à Criança; O Companheiro; Ninho; Comunidade Vida e Paz; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Casa de Protecção e Amparo de Santo António para a Mães Solteiras. Associação dos Albergues de Lisboa recusou a realização da entrevista.	Os resultados da investigação são heterogéneos e justificam-se pela variedade das organizações estudadas. Os princípios orientadores das organizações combinam as funções de assistência, pronto-socorro e prestação de serviços, com um carácter assistencial e também de prevenção. As relações entre as instituições e o Estado são de dois tipos: as que mantêm uma relação próxima e directa com o Estado (SCML e O Companheiro) e as que estão mais distanciadas mas dependentes de financiamento do Estado. Representações dos entrevistados sobre as pessoas sem-abrigo "evidenciaram a dificuldade em apreender a génese estrutural e interactiva da conduta destes indivíduos assente, muitas vezes, em torno do mesmo preconceito: jamais poderão adquirir os requisitos necessários à sua própria emancipação. Isto acaba por se reflectir na conservação de práticas institucionais, direccionadas para a reprodução dos laços de dependência, na medida em que os complexos problemas dos utentes são objecto de intervenções descoordenadas e fechadas em si próprias que se alheiam, assim, de perspectivar o seu contributo específico para o objectivo mais amplo da revalorização do estatuto e das capacidades dos utentes" (p. 140-141).
(1997) Bastos, Susana Pereira, <i>O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão</i>	Entrevistas a residentes do Centro de Apoio Social de Lisboa e no Centro de Apoio do Pisão, em Alcabideche e profissionais que tinham tido contacto com o albergue de Lisboa. Análise de livros de registo de entrada na instituição a partir de 1933; arquivos dos hospitais psiquiátricos Miguel Bombarda e Júlio de Matos; Arquivos do Gabinete do Ministro do Interior e do contexto político-social da época.	A pesquisa realizada veio evidenciar de que modo se processou a passagem da imagem do "mendigo-vadio, uma categoria socialmente aceite no início do século XX, para uma nova categoria sujeita a repressão, segregação e enclausuramento. As práticas de enclausuramento destes indivíduos acusados de "perigosidade social" e as lógicas e objectivos deste encarceramento arbitrário são também demonstradas nesta tese.
(1999) Sousa, António Monteiro de, <i>Rede social, suporte social e situação de sem-abrigo em toxicodependentes</i>	Aplicação de questionário adaptado ao estudo a dois grupos de toxicodependentes a viver sem-abrigo. Um grupo de 24 indivíduos a viver sem-abrigo há menos de dois anos e um segundo grupo de 27 indivíduos a viver sem-abrigo há mais de dois anos. Observação participativa em dois centros de apoio a toxicodependentes: Centro Comunitário de Carcavelos e Centro de Abrigo "Fonte da Prata".	"A coerência dos resultados encontrados infirma a pertinência da hipótese A deste estudo, visto que sugere que não existem diferenças significativas na quantidade e qualidade das Redes e do Suporte Social delineadas pelo grupo de toxicodependentes há menos de dois anos em situação de sem-abrigo e pelo grupo de toxicodependentes há mais de 2 anos em situação de sem-abrigo. [...] É de enfatizar que não encontramos evidências reveladoras ao nível da diversidade dos Sistemas de Suporte Social nos grupos estudados, este resultado não traz a confirmação da pertinência da hipótese B do estudo. [...] Em síntese, os resultados do nosso estudo revelam que não existem diferenças entre os grupos estudados ao nível da quantidade e qualidade da rede social e do suporte social. [...] gostaríamos ainda de referir que [...] o que mais nos impressionou no que diz respeito aos indivíduos em situação de sem-abrigo não foram as suas patologias mas as suas normalidades. Confrontados com múltiplas carências de recursos, os toxicodependentes de rua não deixam de lutar para sobreviver, por interagir com os seus pares, com a família de origem, com os profissionais de serviços formais... por muitas rupturas que ocorram durante todo o processo de infortuna" (p. 116-117).
(2001) Vaz, Bárbara Lhansol da Costa Massapina, <i>TA - tipologias de abrigo: uma proposta de solução para os "sem-abrigo"</i>	Diagnóstico da situação das pessoas sem-abrigo em Lisboa; análise dos modelos e estruturas de reinserção na sociedade existentes em países europeus; estudo das funções e exigências de áreas de habitação (Nuno Portas)	Elaboração de uma proposta de Tipologia de Abrigo.
(2007) Mateus, João Diogo, <i>Territórios quotidianos de sobrevivência de pessoas sem-abrigo em Lisboa. Uma geografia da exclusão</i>	1ª fase: estudo da distribuição do fenómeno à escala da cidade de Lisboa; 2ª fase: análise à micro-escala do jardim ou praça através de observação participante.	Sinteticamente: "A pesquisa no terreno mostrou que: 1. O território individual é construído de acordo com o conhecimento dos recursos existentes e da forma de lhes aceder, e em função da possibilidade (endógena e exógena) de os manter e das prioridades pessoais em cada momento; 2. é funcionalmente fragmentado em espaços e trajectos com uma temporalidade própria ao longo do dia: local de pernoita, de higiene, de descanso diurno, de alimentação, de relacionamentos de todo o tipo, de angariação monetária e de consumo de substâncias. [...] 3. os territórios sucedem-se ao longo do percurso de rua: por vezes são ancorados em recursos mantido no tempo e utilizados em várias configurações territoriais, outras vezes são estruturados por recursos e espaços totalmente novos para o indivíduo, cada um traduzindo diferente forma de organizar a sobrevivência quotidiana na situação de sem-abrigo. [...] 4. os espaços apropriados pela população sem-abrigo são-no para determinadas funções. A funcionalidade dos micro-territórios é delimitada na interacção entre os indivíduos e grupos e os agentes locais; 5. o tipo de utilização dos espaços apropriados é negociado com os agentes locais" (p. 146-147).

.../

Referência	Metodologia	Principais resultados obtidos
(2007) Miguel, Marta Cristina Trindade <i>Prevalência de sem-abrigo ao longo da vida e atitudes face aos sem-abrigo em Portugal.</i>	"O instrumento 'A perspectiva da população sobre as pessoas sem-abrigo: estudo em Portugal' – foi aplicado por telefone a uma amostra da população portuguesa gerada aleatoriamente, e composta por um total de 200 pessoas contactadas para telefones fixos". Este estudo, organizado pelo Research Group e ISPA, efectuou 2214 chamadas para a obtenção de 200 entrevistas.	O estudo caracteriza a população inquirida e as representações que estas têm sobre as pessoas sem-abrigo. Os resultados estimam para a prevalência geral e literal de sem-abrigo ao longo da vida, respectivamente de 6,5% e 2%. São medidas atitudes dos inquiridos face às pessoas sem-abrigo, bem como as representações sobre as pessoas sem-abrigo. "É também importante sublinhar, que nenhuma das pessoas que se consideraram sem-abrigo (5%) dormiram em abrigos ou residências temporárias, o que faz supor que os estudos sobre os sem-abrigo efectuados exclusivamente em locais de atendimentos possam induzir resultados tendenciosos, quer de prevalência da situação como de caracterização das pessoas afectadas" (p. 124).
(2008) Ramalho, Vanda <i>Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo à inovação das práticas em serviço social.</i>	Focus Group com a participação de 5 pessoas actualmente na condição de sem-abrigo e 15 entrevistas semi-directivas, correspondendo estas a 2 pessoas na condição actual de sem-abrigo, a pernoitar em centro de acolhimento temporário, 2 pessoas que se encontraram na situação de sem-abrigo no passado e neste momento em processo de reinserção social e ainda 11 assistentes sociais a desenvolverem a sua intervenção junto desta população, em diferentes tipos de valências e respostas sociais na cidade.	"Concluiu-se que as pessoas sem-abrigo entrevistadas abandonaram visões assistencialistas do trabalho do assistente social, criticando a existência deste tipo de culturas no contexto organizacional, que dificultam o seu percurso de inserção. Também os assistentes sociais alteraram a percepção e aprofundaram a compreensão do problema da desafiliação, sobretudo influenciados pelas estruturas europeias, como a FEANTSA, que desafiaram um movimento de reconceptualização da noção de pessoa sem-abrigo, exigindo novas práticas e respostas dirigidas ao problema. Um movimento que levou o assistente social a repensar a sua cultura profissional e a direccionar-se no sentido de uma conduta empreendedora-capacitadora, representada na figura de um profissional confiante e de proximidade, que minimiza as condicionantes provindas das estratégias de sobrevivência, utilizadas pelas pessoas sem-abrigo na aproximação aos serviços, através do estabelecimento de relações flexíveis e de confiança." (p. 253-254)
(2008) Rivotti, Adília <i>"Do outro lado da rua" - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa</i>	Análise de conceitos: mendigo, vadio, sem-abrigo, marginalização, exclusão social e labelling. Análise da rua enquanto 'experiência e suporte de sociabilidade'. Análise da investigação produzida na Europa e em Portugal sobre o fenómeno sem-abrigo. Análise documental dos pedidos de intervenção recebidos pelo Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa e registados entre 2005 e 2007. Acompanhamento de cinco Equipas de Rua e contactos na rua estabelecidos pela investigadora, sem equipa. Observação em dois centros de abrigo de Lisboa. Entrevistas a utilizadores do abrigo, com mais de 30 dias de permanência na instituição.	Na análise das 'sinalizações' enviadas por diversos actores sociais, prevaleceu uma expressão de incómodo e simultaneamente um esvaziamento da personalidade social da pessoa sem abrigo, ela é confundida com insalubridade, insegurança, perigo para a saúde pública. [...] a presença de pessoas sem abrigo é percebida como afectando negativamente a imagem da cidade tendo um 'impacto negativo', provocando uma 'má imagem', 'mau aspecto', 'mau ambiente' e o desagrado, pelos reflexos da sua presença, é sobretudo valorizado na projecção de imagem exterior, acessível aos turistas. [...] Paradoxalmente a uma ideia preconcebida, quem vive na rua tem de obedecer a inúmeras regras e descobrir um conjunto de suportes, rotinas, que permitam a sobrevivência, bem como, aprender a gerir os horários na rua, que são múltiplos e variados, como sejam o das carrinhas que trazem alimentos, roupa ou agasalhos, e aprender a gerir até a intervenção das autoridades ou dos serviços municipais. [...] Mapeando a cidade identificaram-se diversos locais onde, pessoas sem abrigo encontram ao final do dia alguém com quem conversar, trocar informações, esperar ajuda, fazer o 'balanço' do dia, sendo que esse espaço de sociabilidade lhes é familiar" (p. 148-156)
(2008) Menezes, Filipa Lourenço <i>Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres</i>	Entrevistas a agentes de apoio social e sem-abrigo. O total de agentes entrevistados é de "vinte e um, sendo treze a cargos de direcção e coordenação (quatro em Paris, quatro em Lisboa e cinco em Londres), seis de nível intermédio (dois em Paris, três em Lisboa e um em Londres) e dois voluntários (Lisboa). A título exploratório foi realizada uma entrevista na área da investigação social (Lisboa) [...] As entrevistas a sem-abrigo correspondem a um total de cinquenta e quatro (rua e centros, quarenta e cinco no total das três cidades; e outro tipo de situações de habitação insegura, inadequada e subsidiada, um total de nove)".(p. 107).	"Os resultados obtidos permitem salientar que as divergências identificadas ao nível dos vários usos do conceito de risco assumem repercussões relevantes quanto à conceptualização de medidas preventivas, de controlo social, monitorização e de reinserção social. A análise das trajetórias, contemplando a situação de sem-abrigo como um processo, permite salientar a importância do capital social dos indivíduos para a superação dos momentos de crise. Verifica-se que a comparação das percepções de agentes de apoio social e sem-abrigo apresenta vários pontos de convergência, sendo tal fundamental para delinear propostas participativas e concertadas para o desenvolvimento das práticas de apoio social" (Resumo).

Quadro 2.9. (b) Investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no fenómeno: metodologia e principais resultados obtidos

Assim como para o conjunto de pesquisas em que o foco é o indivíduo, procurei sistematizar os vários objectivos dos trabalhos que pretendem conhecer, descrever e delinear os contornos do fenómeno sem-abrigo. O esquema que apresento no Quadro 2.10 propõe uma representação sintética deste conjunto de pesquisas. Trata-se de uma representação gráfica mais complexa do que a anterior – estudar o fenómeno sem-abrigo tem subjacente outras dimensões que estavam implícitas nas pesquisas em que o objecto de estudo era o indivíduo ou o grupo, mas não eram enfatizadas pelo investigador. A base do esquema mantém uma estrutura triangular com os vértices, Instituição e Sociedade; Indivíduo/Grupo foi substituído por Cidadão. O Estado está representado com um círculo que envolve estas três dimensões. Incluí nesta representação gráfica um eixo que atravessa o vértice Cidadão, com dois pólos, o de cidadão com-abrigo e o de cidadão sem-abrigo, ambos estão presentes, implicitamente nuns casos e explicitamente noutros, em algumas pesquisas deste grupo.



Quadro 2.10. Posicionamento das investigações académicas realizadas em Portugal com o foco no fenómeno

Com base no esquema do Quadro 2.10 passo a destacar as dimensões mais relevantes trabalhadas pelos vários investigadores: as representações de cidadãos e técnicos; habitação, habitat e espaços de sobrevivência; os modelos institucionais de repressão/regeneração; e a promoção ou manutenção da assistência às pessoas em situação de sem-abrigo.

As conclusões e discussão dos resultados destas nove pesquisas serão apresentadas

em seguida, em função do posicionamento no esquema representado no Quadro 2.10 que, como explicitado anteriormente, propõe uma disposição dos vários trabalhos em função dos eixos Cidadão/Sociedade, Cidadão/Instituição e Instituição/Sociedade. Em todas as pesquisas deste conjunto, a função do Estado está subjacente. À medida que apresento a síntese dos trabalhos, as suas principais conclusões e alguns aspectos relevantes tratados pelos investigadores, justificarei, também, a razão do seu posicionamento no esquema.

A dissertação de mestrado em Psicologia Comunitária, de Marta Cristina Trindade Miguel, de 2007, intitula-se *Prevalência de sem-abrigo ao longo da vida e atitudes face aos sem-abrigo em Portugal*. Coloquei-a no eixo Cidadão/Sociedade uma vez que o trabalho empírico tem por finalidade estudar as representações sociais da população portuguesa sobre as pessoas sem-abrigo e a prevalência da situação de sem-abrigo. Conforme referido anteriormente neste capítulo, esta pesquisa integrou um projecto de investigação, de âmbito internacional, resultante da colaboração do Núcleo de Psicologia Comunitária do Instituto Superior de Psicologia Aplicada com o Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, EUA). O estudo pretende:

“Aceder à opinião pública portuguesa, isto é, às atitudes e conhecimentos, da população portuguesa sobre as pessoas sem-abrigo; estimar a prevalência de população que já esteve em situação de sem-abrigo em algum momento da sua vida; confirmar o modelo de atitudes identificado nos estudos de opinião pública realizados nos E.U.A. com a mesma metodologia; e identificar quais as características que podem distinguir a população com diferentes atitudes face aos sem-abrigo. O instrumento – ‘A perspectiva da população sobre as pessoas sem-abrigo: estudo em Portugal’ – foi aplicado por telefone a uma amostra da população portuguesa gerada aleatoriamente, e composta por um total de 200 pessoas contactadas para telefones fixos” (Miguel, 2007: III).

Foram cruzados os dados demográficos dos inquiridos sobre as atitudes face às pessoas sem-abrigo, sendo eles o género, idade, habilitações e rendimento familiar. Para este grupo de investigadores, estes têm uma influência particular nas diferentes atitudes.

“A opinião pública revelou-se geralmente compreensiva face ao problema dos sem-abrigo, e relativamente bem informada em relação às pessoas em situação de sem-abrigo literal. A prevalência de sem-abrigo ao longo da vida revelou uma prevalência global de 6,5% e literal de 2%” (Miguel, 2007: III).

Os conceitos de prevalência literal e global utilizados na dissertação clarificam a noção geral de pessoa sem-abrigo. No contexto desta pesquisa, sem-abrigo literal refere-se a: *“pessoas que ficam em abrigos para sem-abrigo, na rua, ou noutros contextos semelhantes, como por exemplo, edifícios abandonados”*. Sem-abrigo global engloba o conceito de sem-abrigo literal e ainda as pessoas em situação de *“precariedade habitacional”* que abrangem todas as situações de *“habitação insegura ou inapropriada”* (Miguel, 2007: 17).

Na discussão dos resultados, a investigadora estabelece o perfil geral dos entrevistados que corresponde, na sua essência, ao seguinte:

"A amostra do presente estudo caracterizou-se por ser constituída maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (74%); de meia-idade (40% com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos); com baixa escolaridade (49% tinham até ao 9º ano); de origem portuguesa (94%); inactivos em termos de emprego (47,7%); de baixo nível sócio-económico (31% com rendimento inferior a 7.500 €); activos em termos de voto político (77,5%); por não revelarem orientação política (45,7%); de religião Católica (87,4%); e pertencentes a agregados familiares constituídos em média por três pessoas" (Miguel, 2007: 121).

Os resultados obtidos em Portugal foram comparados com os alcançados nos Estados Unidos da América e noutros países da Europa: Alemanha, Bélgica, França, Itália e Reino Unido. Portugal é o país com menor prevalência literal ao longo da vida, 2%, e a Alemanha com menor prevalência global ao longo da vida. Os valores mais altos obtidos são no Reino Unido, de 13,2% de prevalência global ao longo da vida e de 7,6% de prevalência literal ao longo da vida.

A autora salienta ainda dois aspectos que considero importantes para a minha própria pesquisa: *"nenhuma das pessoas que se consideraram sem-abrigo (5%) dormiram em abrigos ou residências temporárias, o que faz supor que os estudos sobre os sem-abrigo efectuados exclusivamente em locais de atendimentos possam induzir resultados tendenciosos, quer de prevalência da situação como de caracterização das pessoas afectadas"*. Em relação à influência dos média nas opiniões dos entrevistados, esta é *"concordante com os dados científicos que indicam que a comunicação social desempenha um papel importante na elaboração da opinião pública [...] Mais de metade dos participantes concordam de alguma forma que muitas pessoas são sem-abrigo por opção (55,8%), o que confirma o mito de que as pessoas estão em situação de sem-abrigo por preferirem a liberdade proporcionada pela ausência de responsabilidades"* (Miguel, 2007: 124-126).

Embora, na opinião da autora, seja difícil estabelecer comparações em relação às características individuais que os inquiridos atribuem às pessoas em situação de sem-abrigo, os resultados apontam para a confirmação de estereótipos generalizados que indicam que estas pessoas são:

"Maioritariamente homens sozinhos com problemas de abuso de substâncias. Em concreto, as características individuais mais atribuídas aos sem-abrigo foram as seguintes: maioritariamente homens (85%), sós – não-casados (66%) e sem filhos (55%), sem contacto regular com familiares (76%), que não conseguem encontrar habitação permanente (81%), sem reformas ou subsídios (69%), com problemas de álcool (61%) e de drogas (61%)" (Miguel, 2007: 126-127).

As atitudes de compaixão dos inquiridos face às pessoas em situação de sem-abrigo foram aferidas através das respostas a três questões. Estas permitem concluir que:

"A maior parte dos participantes estaria disponível para ter uma residência para pessoas sem-abrigo na sua área de residência (78,9%), que quase todos se sentem tristes e com compaixão quando pensam em pessoas sem-abrigo (94,5%), e se irritam quando pensam que existem tantas pessoas sem-abrigo num país como o nosso (90,4%), revelando uma atitude compassiva perante os sem-abrigo" (Miguel, 2007: 129).

Para além das conclusões acima apresentadas, parece-me oportuno referir também a revisão da literatura, muito completa e abrangente, sobre várias questões relacionadas com as definições oficiais de sem-abrigo, os critérios utilizados nessas definições, as relações entre o grau de desenvolvimento económico dos países e a percepção do fenómeno, as tipologias e os subgrupos utilizados nalguns países, como é o caso dos Estados Unidos da América onde se distingue: adultos individuais (sós); famílias; e jovens adolescentes. A autora salienta ainda que os preditores mais fortes de sem-abrigo de longa duração são a idade e a história de prisão, indicando que: *“este subgrupo normalmente é o mais visível nas ruas – daí os estereótipos existentes na população em geral –, mas é-o em parte por não preencher os requisitos para o acesso a apoios sociais; e é também aquele que é mais acusado pela opinião pública de estar em situação de sem-abrigo por opção consciente”* (Miguel, 2007: 20).

Assinala ainda os principais factores conducentes à situação de sem-abrigo: os individuais; os estruturais; e os institucionais. De acordo com diversos autores referidos pela investigadora, a abordagem mais adequada à situação de sem-abrigo é a que tem em consideração a complexidade da pessoa, do seu contexto e da conjugação dos diversos factores que podem desencadear a situação.

Dentro dos factores individuais, destacam-se as rupturas das redes sociais (separação, divórcio, rejeição familiar) ou violência no agregado familiar; a doença mental severa e persistente e a dependência ou abuso de substâncias. Em relação a este factor, a autora assinala que esta parece ser bidireccional.

“Se o abuso de substâncias aumenta o risco da pessoa ficar em situação de sem-abrigo, a situação de sem-abrigo também aumenta a probabilidade de pessoas que se tornaram sem-abrigo por outras razões abusarem de álcool e drogas para lidarem com a privação, com sentimentos de medo e de perda de dignidade, e com a depressão associados à situação de sem-abrigo, criando um círculo vicioso [...] Embora muitas pessoas dependentes de álcool e drogas nunca passem pela situação de sem-abrigo, a dependência contribuiu efectivamente para que as pessoas se tornem sem-abrigo. [...] Contudo, só por si a dependência não pode explicar que uma pessoa se torne sem-abrigo” (Miguel, 2007: 31).

Alguns factores individuais agudizam-se quando ligados a outros, como é o caso da pobreza. A etnia, sobretudo nos E.U.A., em que a população afro-americana é de 12%, estima-se que cerca de 50% das pessoas sem-abrigo são desta etnia e viveram em pobreza. A prisão e as doenças crónicas quando aliadas à situação de pobreza aumentam as barreiras à obtenção e manutenção de emprego, influenciando a precipitação para a situação de sem-abrigo.

Dentro dos factores estruturais, a organização da sociedade parece ser a principal responsável pela criação e manutenção de situações de sem-abrigo, concretamente no que concerne as questões de emprego, de mercado habitacional e das políticas públicas de saúde e de segurança social.

“A partir da década de 1980 os níveis de pobreza nos países desenvolvidos começou a aumentar, principalmente nas zonas de aglomerações urbanas, onde se encontra a maioria das pessoas sem-abrigo. [...] Os níveis elevados de custo das habitações, associados a empregos de baixos rendimentos e à contenção económica podem

conduzir mesmo as pessoas pobres que trabalham para a situação de sem-abrigo. [...] Estas dificuldades ao nível do trabalho levam a que seja muito difícil sair da pobreza” (Miguel, 2007: 33-34).

Por factores institucionais entendem-se os serviços direccionados para o apoio a situações de sem-abrigo. Miguel, 2007, enumera alguns: a capacidade limitada de serviços; a descentralização, especialização e selectividade dos serviços; a falta de coordenação entre os diferentes serviços; os problemas na alta de instituições (hospitais, orfanatos e prisões); e a carência de programas comunitários que dêem resposta às necessidades das pessoas em risco ou em situação de sem-abrigo.

A investigadora dedica um capítulo às investigações e intervenções face aos sem-abrigo. Na sua opinião, faz mais sentido fazer inquéritos para se saber se uma pessoa alguma esteve em situação de sem-abrigo, do que realizar contagens pontuais. Em relação às causas da situação, entende que os estudos realizados em abrigos, por exemplo, desviam os resultados acerca das problemáticas. Salienta ainda a importância da realização de estudos de satisfação e que os estudos de prevalência revelam que muitas das pessoas em situação de sem-abrigo eram invisíveis. Assinala ainda a importância dos estudos longitudinais e dos factores que determinam a pessoa a deixar a situação. Estas considerações sobre o desenvolvimento de pesquisa acerca do fenómeno e ainda os modelos utilizados mostram que há distinções ente os desenvolvidos por investigadores europeus e americanos.

“Na Europa, os estudos têm sido predominantemente na área da habitação, com influência da Sociologia e das Ciências Políticas, o que apesar de dados em contrário, faz supor uma centralização em factores de ordem estrutural/social. Nos EUA os campos que mais se têm debruçado pelos sem-abrigo são os da psicologia clínica e comunitária, pressupondo uma ênfase nos factores de ordem individual e comunitária”. A diversidade dos focos permite aumentar o conhecimento e “conduz à necessidade de integração dos diferentes saberes, como forma de melhor compreender e intervir no problema” (Miguel, 2007: 56).

O papel do Estado na promoção e desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção é partilhado por muitos investigadores. Estes: *“acreditam que a resolução do problema dos sem-abrigo passa pelo comprometimento dos governos na disponibilização de habitações económicas, e na tomada de medidas que ajudem os sectores mais pobres da sociedade a encontrar perspectivas de emprego”* (Miguel, 2007: 41).

Sistematiza ainda os vários tipos de prevenção e salienta algumas formas de intervenção: a primária que visa evitar o aparecimento de novos casos; a secundária que tem por objectivo identificar e solucionar os casos já existentes; e a terciária que se centra na identificação e resolução de casos de pessoas sem-abrigo de longa duração ou crónicos. De entre os autores estudados por Miguel, 2007, há os que defendem formas de prevenção em função dos grupos a quem se destinam: universal, seleccionada e indicada. A primeira, a universal, destina-se à população em geral, sobretudo à mais pobre, uma vez que a situação de sem-abrigo resulta da pobreza; a prevenção selectiva e indicada pressupõe a criação e manutenção de subsídios de habitação para pessoas pobres em fases específicas da vida, por exemplo jovens e

grávidas; ou pela criação de programas destinados a grupos vulneráveis: indivíduos deficientes ou diminuídos, com impossibilidade de trabalhar, e programas que evitem despejos.

Em relação às estratégias de resolução, as que estão a ser implementadas actualmente na Europa, promovidas fundamentalmente pela FEANTSA, passam pela resolução de casos já existentes e pela criação de um sistema de base de dados. A solução da habitação é a estratégia mais utilizada tanto na Europa como nos Estados Unidos. As estratégias utilizadas nestes países passam pela criação de diversos tipos de medidas: de saída e abreviação da situação; as de realojamento rápido e de habitação permanente; o modelo “housing first” e a habitação subsidiada. Alguns destes modelos de habitação/alojamento prevêem a disponibilização de serviços de saúde, de suporte social e de assistência individualizada.

Recentemente, em Lisboa, efectuou-se uma experiência baseada na criação de um modelo de habitação primeiro, “housing first” que preconiza a resolução imediata e permanente da necessidade de alojamento adequado para as pessoas em situação de sem-abrigo, aliado a um conjunto de serviços que promovem a estabilidade habitacional e o bem-estar individual. Há data da redacção deste capítulo os resultados dessa experiência ainda não eram conhecidos.

A dissertação de Miguel, 2007, proporciona, no meu entender, diversos contributos relevantes para a compreensão do fenómeno sem-abrigo, situando-o de um modo abrangente, em relação a outros países europeus e norte-americanos e, ao mesmo tempo, posicionando-o, igualmente, no espaço nacional. Tem a vantagem de fornecer informações gerais e concretas sobre a opinião pública a respeito das pessoas sem-abrigo e do papel que o Estado deve desempenhar na prevenção e combate ao fenómeno. Além disso, avança com informação acerca da prevalência das situações de sem-abrigo, tanto literal como global, 2% e 6,5%, respectivamente. De acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, a estimativa da população residente em Portugal era, em 18 de Março de 2010, de 10.627.250. Aplicando as percentagens de situações de sem-abrigo literal e global, poderemos estimar que o número de sem-abrigo literal será de 212.545 pessoas e de sem-abrigo global de 690.771. Como a investigadora adverte, esta metodologia de contagem fornece informação que habitualmente é difícil de captar quando se recorre a outros métodos. Para além destes resultados, o trabalho desenvolvido, proporciona uma visão global dos critérios utilizados na definição da pessoa sem-abrigo, das tipologias, preditores, factores causais e a complementaridade entre alguns desses factores, modelos de investigação sobre as pessoas e o fenómeno, assim como das políticas de prevenção e de intervenção sobre o fenómeno. Assinala ainda a relação entre os estereótipos sobre as pessoas sem-abrigo, os contextos e o papel dos média na manutenção dessas convicções. Por último, a autora mostra como a investigação e os locais de recolha de dados, podem condicionar os resultados obtidos.

A dissertação de mestrado em Saúde Pública de António Monteiro de Sousa foi também colocada no eixo Cidadão/Sociedade, apesar da recolha de dados ter sido efectuada em duas instituições. Contudo, o objectivo deste trabalho exploratório, descarta, de certa forma, o papel das instituições e dos técnicos que ali trabalham,

centrando-se primordialmente no estudo das redes sociais e de suporte social para pessoas em situação de sem-abrigo e consumos de estupefacientes.

“ [Este estudo visa estabelecer uma] *comparação da quantidade e qualidade das Redes Sociais e do Suporte Social delineadas por um grupo de toxicodependentes há menos de 2 anos em situação de sem-abrigo e por um grupo de toxicodependentes há mais de 2 anos em situação de sem-abrigo, como o objectivo de detectar a existência ou não de diferenças significativas entre os grupos e visa a produção de conhecimentos úteis para o desenvolvimento de futuras investigações*” (Sousa, 1999: 1-2).

O trabalho empírico incidu sobre dois grupos de toxicodependentes em situação de sem-abrigo: o grupo I, composto por vinte e quatro indivíduos há menos de dois anos a viver sem-abrigo; e o grupo II, constituído por vinte e sete indivíduos há mais de dois anos nessa situação. A recolha de dados realizou-se em duas IPSS prestadoras de serviços a pessoas toxicodependente sem-abrigo, tendo sido aplicado um questionário utilizado noutras investigações e adaptado ao contexto da pesquisa.

O investigador avança com duas hipóteses que pretendia verificar através da aplicação do questionário. A primeira hipótese é formulada do seguinte modo: *“Existem diferenças significativas, ao nível da quantidade e qualidade, nas Redes Sociais e no Suporte Social delineadas por um grupo de toxicodependentes há menos de dois anos em situação de sem-abrigo e por um grupo de toxicodependentes há mais de dois anos em situação de sem-abrigo”*. A segunda hipótese incluía o factor tempo e previa que o grupo de toxicodependentes que se encontrava há mais tempo em situação de sem-abrigo, disporia de *“Sistemas de Suporte menos diversificados. Neste grupo haverá uma tendência para identificar como fontes primordiais de prestação de suporte os profissionais (técnicos ou outros funcionários) ou a família e como fonte a evitar em caso de necessidade de suporte os outros toxicodependentes”* (Sousa, 1999: 57-58).

Num capítulo dedicado aos toxicodependentes de rua, o investigador avança com um dado importante que apoia, em parte, as afirmações de Miguel, 2007 acerca da relação entre sem-abrigo e toxicodependência: *“Em Portugal existem aproximadamente 100 mil toxicodependentes, várias centenas dos quais sem-abrigo”* (Sousa, 1999: 51). Estes números permitem concluir, como Miguel, 2007, que nem todas as situações de consumo de estupefacientes conduzem à situação de sem-abrigo.

As conclusões do estudo revelam que não há diferenças significativas entre os dois grupos e que também não há uma relação directa tempo de permanência em situação de sem-abrigo e índice estrutural das redes; ambos os grupos apresentam índices reduzidos na estrutura da Rede. Fica por esclarecer a relação entre toxicodependente de rua e a família, *“sobretudo a família de origem, deixa inúmeras questões em aberto, sendo em nosso entender necessário elaborar outros trabalhos que contribuam para o seu esclarecimento. [...] Merece ainda referência o facto dos resultados sugerirem que os profissionais dos serviços formais desempenham um papel de relevo nas Redes Sociais e no Suporte Social dos toxicodependentes de rua estudados. Em síntese, os resultados do nosso estudo revelam que não existem*

diferenças entre os grupos estudados ao nível da quantidade e qualidade da rede social e do suporte social” (Sousa, 1997: 109-112).

Numa nota conclusiva da dissertação o autor confessa que: *“o que mais nos impressionou no que diz respeito aos indivíduos em situação de sem-abrigo não foram as suas patologias mas as suas normalidades. Confrontados com múltiplas carências de recursos, os toxicod dependentes de rua não deixam de lutar para sobreviver, por interagir com os seus pares, com a família de origem, com os profissionais de serviços formais... por muitas rupturas que ocorram durante todo o processo de infortuna” (Sousa, 1999: 116-117).*

A dissertação de mestrado em Serviço Social realizada por Vanda Ramalho em 2008 intitula-se *Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo à inovação das práticas em serviço social*. O objectivo central desta pesquisa situa-se no estudo das práticas dos profissionais de Serviço Social que trabalham com as pessoas sem-abrigo, razão porque foi colocada no interior do eixo Cidadão/Instituição. A autora realizou entrevistas a pessoas sem-abrigo procurando conhecer as suas representações sobre o serviço social. Procurou conhecer também as representações destes profissionais sobre as suas práticas de intervenção junto das pessoas nesta situação.

“Concluiu-se que as pessoas sem-abrigo entrevistadas abandonaram visões assistencialistas do trabalho do assistente social, criticando a existência deste tipo de culturas no contexto organizacional, que dificultam o seu percurso de inserção. Também os assistentes sociais alteraram a percepção e aprofundaram a compreensão do problema da desafiliação, sobretudo influenciados pelas estruturas europeias, como a FEANTSA, que desafiaram um movimento de reconceptualização da noção de pessoa sem-abrigo, exigindo novas práticas e respostas dirigidas ao problema. Um movimento que levou o assistente social a repensar a sua cultura profissional e a direccionar-se no sentido de uma conduta empreendedora-capacitadora, representada na figura de um profissional confiante e de proximidade, que minimiza as condicionantes provindas das estratégias de sobrevivência, utilizadas pelas pessoas sem-abrigo na aproximação aos serviços, através do estabelecimento de relações flexíveis e de confiança” (Ramalho, 2008: 253-254).

Adília Rivotti também concluiu a sua dissertação de mestrado em 2008, na área de Antropologia Urbana, intitulada *“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa*. Coloquei-a no eixo Cidadão/Sociedade uma vez que o seu trabalho exploratório se desenvolveu em três vertentes distintas: análise crítica de investigações produzidas entre 1992 e 2007; estudo de sinalizações enviadas por residentes da cidade de Lisboa, arquivadas nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa; e observação participante junto de cerca de uma centena de pessoas em situação de sem-abrigo a residir na rua ou em centros de abrigo.

As duzentas e vinte e sete sinalizações recebidas pela CML referem-se ao período de tempo entre o final de 2005 e Julho de 2007. A recepção destes documentos foi diferenciada: e-mail, fax, registo da equipa do departamento de Acção Social feito através de telefonemas, de triagem técnicos ou de agentes públicos. As freguesias que registaram sinalizações foram as seguintes: São Jorge de Arroios e Santa Justa, a primeira com trinta sinalizações e a segunda com vinte e cinco; S. João de Deus com

quinze sinalizações; Alvalade, S. José e São Mamede com catorze sinalizações cada. Os autores dessas sinalizações foram desagregados, sendo cento e quarenta e quatro enviadas por privados e oitenta e três por organismos públicos. Das comunicações enviadas por privados, setenta e nove foram assinadas por mulheres e quarenta e uma por homens. As entidades públicas que enviaram sinalizações são, maioritariamente departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, das Juntas de Freguesia, dos serviços de saúde, da PSP e também de Ministérios.

A investigadora fez um levantamento das expressões utilizadas pelos autores das sinalizações para se referirem às pessoas em situação de sem-abrigo. São assinaladas no Quadro 2.11, adaptado da dissertação de Rivotti.

Expressão	Quantidade
Sem-abrigo	82
Indivíduo	56
Pessoa	29
Senhor/senhora	21
Omisso	13
Indigente/marginal	8
S/ informação	18
<i>Total</i>	<i>227</i>

(Fonte: Rivotti, 2008: 45)

Quadro 2.11. Expressões utilizadas nas sinalizações

Os motivos das sinalizações foram também analisados pela investigadora, concluindo que oitenta e cinco referiam preocupação pela situação da pessoa em questão: quarenta e duas comunicavam preocupação pelo estado de saúde ou de necessidade de apoio social; dezasseis sugeriam o apoio médico específico, na área da saúde mental; onze referiam preocupação com a violação de direitos humanos; oito manifestavam preocupação pelas condições climatéricas; seis solicitavam apoio social para idosos; e duas solicitavam apoio habitacional e emprego.

A investigadora agrupou as restantes sinalizações em função do tipo de incómodo que as situações de sem-abrigo suscitavam no autor. Nesta categoria, Rivotti, 2008, incluiu cento e trinta sinalizações: sendo que cinquenta e duas manifestavam incómodo pela insalubridade causada pela pessoa ou pessoas em situação de sem-abrigo; quarenta e três expressavam incómodo pela ocupação de espaços públicos; e trinta e cinco assinalavam a insegurança provocada pela presença da pessoa ou grupo em situação de sem-abrigo. Algumas destas categorias estão associadas a outras preocupações manifestas ou implícitas. A questão da insalubridade está relacionada com os cheiros provenientes de dejectos humanos e restos de comida, da acumulação de resíduos e lixos e também com preocupações relacionadas com infestações de animais, como ratos e pombos. Os pertences das pessoas em situação de sem-abrigo também são causadores de insalubridade. Segundo a autora muitas destas sinalizações foram primeiramente enviadas para os serviços de limpeza da autarquia.

As preocupações com a insegurança são um pouco mais difusas. Entre elas surgem

inquietações face a riscos de incêndio pela ocupação de edifícios abandonados ou aos consumos de estupefacientes injectáveis. Outras, mais difusas, referem o mau ambiente que a permanência destas pessoas nos locais provoca.

O incómodo causado pela ocupação de espaços públicos é expresso de diversos modos: indignação pela utilização de jardins ou passeios, como se fossem “*parques de campismo selvagens*” ou “*verdadeiras casas*” ou ainda com “*fogareiros ao ar livre*” onde cozinham, “*empestando a zona*”; e também pela má imagem que estas ocupações emprestam à cidade.

No eixo de trabalho etnográfico, Adília Rivotti acompanhou as equipas de rua da Câmara Municipal de Lisboa, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Associação Futuro Autónomo. Realizou algumas incursões por conta própria na cidade mantendo contacto com pessoas a viver em situação de sem-abrigo. Realizou entrevistas não directivas às pessoas contactadas na rua, prescindindo da utilização de gravador. Observou duas instituições de apoio às pessoas sem-abrigo de Lisboa: a recepção do maior centro de acolhimento de Lisboa e um Centro de Apoio Social administrado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. No total, a investigadora contactou noventa e oito pessoas em situação de sem-abrigo, tendo procedido à caracterização sócio demográfica de algumas delas, distinguindo género, idade, nacionalidade, estado civil, posse de documentos de identificação, escolaridade e situação profissional passada e actual.

Nos contactos estabelecidos na rua, a investigadora dirigiu o seu olhar para a vivência da pessoas na rua, enquanto espaço de sociabilidade com outras pessoas a viver na mesma situação, ou que já viveram, conhecidos e pessoas que partilhavam o local. Esta imersão da investigadora no espaço social de rua veio contrariar a opinião muitas vezes veiculada de que a pessoa em situação de sem-abrigo se isola e fecha socialmente. Mapeou estes espaços de convivência e efectuou a mesma tarefa para os locais de pernoita, que nem sempre são os mesmo que os espaços de sociabilidade. Em relação aos hábitos de pernoita das pessoas em situação sem-abrigo, Rivotti, 2008, identificou pessoas que dormem isoladas, mas também as que pernoitam em pequenos grupos ou ainda em grupos grandes de cerca de dezassete pessoas.

Alguns excertos do diário de campo ilustram as relações que se estabelecem entre as pessoas em situação de sem-abrigo, as preocupações com a saúde de um ou de outro, com a alimentação, a partilha de notícias do país e do mundo, conversas sobre temas como a educação, o trabalho ou outros interesses, como a leitura. A este propósito cita Goffman: “*qualquer grupo de pessoas (...) desenvolve uma vida própria, que se torna significativa, razoável, normal, desde que nos aproximemos dela*” (Rivotti, 2008: 99).

Nestes locais de sociabilidade há ainda partilha de informação e de estratégias de sobrevivência, de locais, horários e condições para a higiene pessoal, percursos das carrinhas com alimentos, locais de distribuição de agasalhos ou vestuário.

Será provavelmente com as “*rusgas*” que as pessoas em situação de sem-abrigo mais se revoltam. Ilustra, com registos no diário de campo as operações de limpeza dos serviços camarários de higiene urbana, dos horários imprevistos, da remoção dos cartões, cobertores, roupas e sacos com os haveres das pessoas. As operações

ocorridas durante a noite são encaradas com passividade, como descreve no excerto de texto e do diário de campo, numa ocasião em que a investigadora presencia uma dessas operações de limpeza.

“Uma das noites, em acompanhamento das equipas de rua, assiste-se à intervenção dos serviços de limpeza da autarquia, que já tarde, entre as 23 e 24 horas, procede à limpeza das arcadas do Terreiro de Paço. A esta hora já os homens e mulheres que aí pernoitam estão deitados, alguns com ‘camas’ mais ou menos improvisadas com cartão, outros com camas feitas com algum cuidado, réplicas quase perfeitas. Estremunhados pelas circunstâncias, ficam informados que terão de se levantar para que o chão seja lavado. Lentamente, sem queixas, resignados, levantam-se do chão e com os gestos já aprendidos de tantas outras noites, dobram, levantam, afastam os seus haveres e as suas ‘camas’. Nessa noite apesar do constrangimento pela situação regista-se com surpresa os cuidados e os gestos, banais para eles, ... o carro de lavagem passa por toda a zona das arcadas nos dois sentidos. Finalizada esta operação, quem aí dorme começa a varrer o chão, (cada um tem a sua vassoura, um tinha mesmo uma pá de borracha para retirar melhor a água) e varre a zona onde dorme. Passados alguns minutos voltam a colocar os seus cartões, cobertores, uns melhores resguardados que outros. Rapidamente voltam a deitar-se, a arrumar, também os sacos, e não mostram interesse em conversar (extracto do diário de campo de 2 de Fevereiro)” (Rivotti, 2008: 106).

Quando estas operações são feitas de dia há mais revolta por parte das pessoas, como é realçado no relato que transcrevo:

“Pedi, ainda, junto da camioneta que o deixassem tirar algumas coisas, o Polícia disse-lhe: não mexa aí... O Miguel diz que teve vontade de o insultar, de lhe chamar ladrão,... Na próxima vez que vierem fazer a rusga, pego nos sacos, levo para o meio do cimento e lanço-lhes fogo. Ao menos não levam nada (extracto de diário de campo de 17 de Abril). [...] Fui até à carrinha, subi com o apoio da roda e tirei o colchão do Júlio, ele chegava à noite e não tinha como fazer a cama. O polícia viu-me, levantou o cacete e respondi-lhe : - bata, ou tire-me o colchão...Você tem uma boa cama lá em casa e está a querer que um desgraçado não tenha sequer um agasalho. Acabei por trazer o colchão, o tio Julião deixou-o ficar aí de manhã (extracto do diário de campo de 8 de Maio de 2007)” (Rivotti, 2008: 106-108).

As alternativas existentes para sair da rua são também abordadas pela investigadora. Analisa as respostas a quarenta e oito propostas de ingresso em Centros de Abrigo e os resultados são sintomáticos: onze pessoas aceitaram a proposta e cinco saíram do centro ao fim de pouco tempo; três adiaram a resposta; e trinta e quatro recusaram. A investigadora procurou acompanhar a situação das pessoas que aceitaram ingressar no centro. Apenas um homem manteve-se no abrigo por ter receio de dormir na rua.

Analisa ainda as razões invocadas para a recusa de entrar no centro de acolhimento: das duas mulheres a quem foi apresentada a proposta, uma recusou por não querer separar-se do companheiro, outra tinha receio do ambiente no centro. Dos trinta e dois homens que recusaram, sete invocaram uma experiência negativa anterior; outros sete tinham uma percepção negativa do centro; seis receavam o ambiente de consumos, doenças, marginalidade e insegurança; dois deles tinham a percepção de

que viviam melhor na rua; outros dois afirmaram ter apoio; um homem recusou por não querer separar-se do seu cão; e cinco recusaram sem apresentarem justificação.

Rivotti, 2008, observou no Centro de Acolhimento do Beato, a partir da Recepção, a entrada dos residentes habituais e as novas admissões. Descreve as condições de local, com base nas suas próprias observações e no regulamento interno do Centro. Entrevistou alguns residentes e relata a história de três pessoas que aí estão alojadas. São excertos breves de grande intensidade que documentam o dia-a-dia de uma pequena amostra da população do Centro, com capacidade para duzentas e setenta e uma pessoas.

Na conclusão da dissertação a investigadora faz uma revisão dos resultados obtidos cruzando-os com os objectivos da pesquisa. Salienta que as políticas existentes em Portugal são consentâneas com as representações sobre as pessoas sem-abrigo: *“tradicionalmente influenciadas pela forma como se percebe o problema e o afastamento social das pessoas sem abrigo tem sido interpretado como um estilo de vida, uma escolha individual, aliado à visão do sem abrigo como consumidor e abusador de serviços e recursos públicos. [...] As representações actuais, sobre o sem abrigo/sem tecto, continuam a ser persistentes nas concepções e nas atitudes que enfatizam a ligação de uma certa pobreza à proliferação de comportamentos desviantes”* (Rivotti, 2008: 140). Essas representações são suportadas pela análise das sinalizações recebidas pela CML que reflectem a generalidade das opiniões de cidadãos e representantes de instituições sobre as pessoas sem-abrigo.

“Na análise das ‘sinalizações’ enviadas por diversos actores sociais, prevaleceu uma expressão de incómodo e simultaneamente um esvaziamento da personalidade social da pessoa sem abrigo, ela é confundida com insalubridade, insegurança, perigo para a saúde pública. [...] Ainda assim, quando se expressa preocupação com o bem-estar físico e social ela revela, apenas uma necessidade de apoio que remete para o acolhimento em centro de abrigo ou estrutura equivalente. No conjunto, de todos os documentos disponíveis, observou-se uma única referência à necessidade de uma habitação condigna. Na relação com os outros actores o conflito entre os paradigmas do privado e do público, suscita muitas reacções negativas. A situação específica das pessoas que estão sem abrigo/ sem tecto, vivendo o espaço público com as suas ‘experiências de rua’ e que são percebidas, pelos outros cidadãos, como fazendo parte da esfera da vida privada gera diversas situações de conflitualidade. [...] A presença de pessoas sem abrigo é percebida como afectando negativamente a imagem da cidade tendo um ‘impacto negativo’, provocando uma ‘má imagem’, ‘mau aspecto’, ‘mau ambiente’ e o desagrado, pelos reflexos da sua presença, é sobretudo valorizado na projecção de imagem exterior, acessível aos turistas” (Rivotti, 2008: 140-141).

O trabalho etnográfico junto de pessoas a viver em situação de sem-abrigo, na rua ou em centros de acolhimento permitiu desfazer alguns mitos e elucidar aspectos sobre as alternativas à rua que habitualmente são desconhecidos. Um dos mitos que Rivotti procura esclarecer é o da liberdade que se vive na rua: *“Paradoxalmente a uma ideia pré-concebida, quem vive na rua tem de obedecer a inúmeras regras e descobrir um conjunto de suportes, rotinas, que permitam a sobrevivência, bem como, aprender a gerir os horários na rua, que são múltiplos e variados, como sejam o das carrinhas que*

trazem alimentos, roupa ou agasalhos, e aprender a gerir até a intervenção das autoridades ou dos serviços municipais". (Rivotti, 2008: 141). O mito da pessoa sem-abrigo como alguém isolado é também esclarecido através do período longo de tempo em que fez observação no terreno e dos contactos que estabeleceu com as pessoas: *"O estereótipo do sem abrigo como alguém, 'isolado, fechado e excluído do meio social'"* não correspondeu à leitura da sua experiência de rua. *"Grupos partilham espaços, conhecem-se de anos, partilham comida, roupa, agasalhos, informações, constituem-se como grupo de protecção, amigos, 'irmãos do coração'"* (Rivotti, 2008: 142).

Por último, a investigadora refere a situação das pessoas sem-abrigo e com doença mental: *"a ausência de respostas a nível institucional, adequadas, que permitam um acompanhamento no sentido do bem-estar de pessoas com doença mental. O abandono e deambular nos limites da sobrevivência e de cuidados básicos foi algo possível de testemunhar nas ruas. A saúde mental acentua algumas das questões que têm sido analisadas, e as pessoas com doença mental são bastante afectadas na sua auto-estima, devido à percepção que têm da desvalorização e da rejeição social que constantemente os atinge"* (Rivotti, 2008: 142-143).

A dissertação de doutoramento em Sociologia, de Filipa Menezes, concluída em 2008, intitula-se *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*. Trata-se de uma pesquisa abrangente que aborda o fenómeno sem-abrigo, *homelessness*, na perspectiva do conceito de risco, confrontando os discursos institucionais e os das pessoas em situação de sem-abrigo, em contextos de rua e centros de acolhimento. Foi por este motivo que a inscrevi no interior do triângulo do Quadro 2.10.

Não querendo nesta etapa da dissertação aprofundar demasiado as questões teóricas, pois o objectivo deste capítulo é precisamente analisar como os investigadores portugueses estudaram as pessoas e o fenómeno sem-abrigo, julgo importante salientar brevemente as acepções dos conceitos de *homelessness* e risco e como Menezes, 2008, os relacionou nesta investigação.

A autora apresenta as várias tipologias acerca do fenómeno sem-abrigo, dos conceitos utilizados nos três países em estudo e também uma revisão dos principais estudos empíricos ali realizados. As definições actualmente em uso na Europa têm em consideração três tipos de situações: condições habitacionais, utilizada no Reino Unido; mobilidade ou ausência de domicílio fixo, em uso em França; e problema social, noção utilizada em França e Portugal.

A tipologia proposta pela FEANTSA, que visa harmonizar o entendimento sobre o fenómeno entre as organizações dos países membros, tem em consideração três domínios relacionados com a habitação: as condições físicas e materiais da habitação; os aspectos legais; e o social. À data da realização desta pesquisa, o Reino Unido era o único dos países estudados com uma definição legal de *"statutory homeless"* que se fundamenta no direito à habitação social mas que, evidentemente, não abarca todas as situações. Ficam de fora, todos os que não são elegíveis para serem incluídos nesta categoria. O primeiro *"Homelessness Act"*, aprovado em 1977, tem sido revisto periodicamente e a versão em vigor à data da pesquisa, era de 2002. Em França e em

Portugal a inexistência de uma definição legal deixa uma larga margem de critérios de categorização para as organizações governamentais e não-governamentais delimitarem os seus públicos-alvo.

Menezes, 2008, discute as implicações que estas indefinições têm na investigação e nas decisões políticas sobre as pessoas em situação de sem-abrigo. A grande disparidade de dados quantitativos sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, sobretudo em França e Portugal é reflexo da ausência de uma definição comum, aceite pelos vários agentes sociais e também das metodologias de contagem das situações. No Reino Unido o número de “statutory homelessness” é conhecido: em 2003/2004 foram aceites 134.430 sendo 51% das situações por gravidez. Em França os números nacionais variam entre 86.000 e 800.000. Em Portugal, os dados disponíveis no último estudo realizado pelo Instituto de Segurança Social, em 2005, a disparidade das contagens entre as instituições ilustrava bem os efeitos dessa ausência de uma tipologia partilhada entre os vários organismos oficiais e as ONG’s¹⁵.

Sobre o conceito de risco, Menezes, 2008, analisa diversas produções teóricas, que incidem sobre vários aspectos, desde as concepções genéricas, à perspectiva cultural, à noção de sociedade de risco e à percepção individual de risco. Sucintamente, e para contextualizar a pesquisa desenvolvida, o conceito de risco tem associado uma racionalidade, científica ou não, que permite antecipar as consequências de uma acção ou evento. Racionalidade e consequências prováveis são legitimadas individualmente, culturalmente ou socialmente. Menezes, 2008, estabelece uma primeira distinção entre as teorias de risco positivistas e as relativistas: *“De uma forma geral, os positivistas concordam que o risco é uma designação meramente científica para a caracterização e análise integral da realidade, através da compilação de informação e respectivo tratamento quantitativo. Por seu turno, os relativistas defendem que o risco é essencialmente uma reacção subjectiva a uma experiência pessoal ou social”* (Menezes, 2008: 33). Tratando-se ou não de uma percepção objectiva ou subjectiva, a gestão do risco e a sua prevenção tem um carácter individual e social. Nas sociedades ocidentais modernas grande parte da responsabilidade na gestão de risco é repartida entre os cidadãos, individualmente, e o Estado.

No que concerne os factores de vulnerabilidade e risco de exclusão habitacional, Menezes, 2008, considera a existência de quatro tipos de causas: estruturais; institucionais; relacionais; ou pessoais. Nos três países abrangidos por esta pesquisa, a carência de habitação a custo reduzido, sobretudo em meio urbano, é considerada um factor estrutural que se justifica com as mudanças económicas e sociais sentidas, essencialmente, no mundo ocidental.

“Os processos sociais mais relevantes que tiveram um impacto nas condições habitacionais das pessoas de baixos rendimentos (anos oitenta e noventa) foram a expansão do desemprego e desqualificação social, nomeadamente para os indivíduos que são fracos competidores no mercado de trabalho. Sob condições de aumento de

¹⁵ Os resultados deste estudo podem ser consultados em ISS, 2005. Silva, 2007a, discute as discrepâncias nos resultados.

insegurança de rendimento, mais pessoas lutam para se manter nas suas residências e sofrem dificuldades económicas devido ao elevado preço das rendas, que aumentaram a um ritmo superior aos salários. As dificuldades habitacionais repercutem-se a vários níveis, como falta de acesso a bons sistemas de transportes, escolas, serviços de saúde, entre outros básicos, a par da maior concentração de delinquência e criminalidade” (Menezes, 2008: 60).

Assim como no trabalho de Miguel, 2007, Menezes, 2008 enumera alguns dos riscos de *homelessness* que têm sido sistematizados com base nas investigações produzidas sobre o fenómeno e os indivíduos sem-abrigo. Deste modo, os principais preditores de risco são: pais ausentes e condições sociais de pertença desfavorecidas; deslocação geográfica e trabalho itinerante/precário; perda de habitação ou nunca ter tido habitação; saúde e patologias; género; idade; imigração e minorias étnicas.

A investigadora explora ainda as relações entre a gestão de risco, através dos discursos produzidos acerca das pessoas sem-abrigo e o controlo social. Uma das medidas actualmente em implementação em vários países da Comunidade Europeia e que também está em estudo em Portugal é a criação de um sistema, uma base de dados, para monitorização das pessoas em situação de sem-abrigo. Os defensores da implementação deste sistema advogam as vantagens que ele trará para a administração dos serviços de apoio social que serão capazes de dimensionar o problema e equacionar as respostas adequadas à realidade e também para os técnicos que terão acesso facilitado e centralizado à ficha da pessoa. O sistema será ainda útil para as próprias pessoas a viver nessa situação pois evita-lhes uma série de etapas burocráticas e de repetir a sua história sempre que se deslocam a um serviço de apoio. Os opositores vêm neste sistema apenas um instrumento de controlo e de monitorização das pessoas.

As medidas de controlo e de repressão do fenómeno nos três países estudados são também identificadas pela investigadora. Em França, a partir dos anos cinquenta a repressão às pessoas sem-abrigo começou a ser atenuada e o financiamento de instituições de apoio através de dinheiros públicos iniciou-se a partir da segunda metade dos anos setenta do século XX. A lei de despenalização da mendicidade e vagabundagem foi legalmente aprovada em 1994, contudo actualmente há leis que proíbem a permanência de vagabundos e mendigos em locais específicos, especialmente em centros urbanos. A tolerância à presença de pessoas sem-abrigo não é constante no tempo e a introdução de mecanismos de afastamento pode ser observada em diferentes locais, *“os chamados ‘pics anti-clochards’ nas estações de transportes, ou a irrigação permanente de jardins e depósitos de lixo, destruição dos cartões, etc.”* (Menezes, 2008: 74).

Em Portugal, desde 1976, a mendicidade passou a ser aceite como uma forma de subsistência de grupos desfavorecidos. Na área da saúde mental, em 1998, estabelece-se o internamento compulsivo de pessoas portadoras de distúrbios psíquicos ou doença mental.

No Reino Unido a questão é tratada de um modo um pouco diverso, através da repressão e penalização de comportamentos anti-sociais e da promoção de discursos de responsabilidade individual pelo bem-estar da comunidade. A privatização de

espaços públicos, para garantir o bem-estar geral da população, pode passar pela criação de portões e vedações em locais específicos. A título de exemplo, o consumo de álcool em certos locais públicos é considerado um comportamento anti-social e sujeito a repressão. De acordo com a investigadora, a tendência neste país é de erradicar os “*rough sleepers*”, as pessoas sem-abrigo que dormem nas ruas, forçando-os a aceitar alojamentos alternativos:

“Assiste-se a um aumento de medidas mais assertivas e menos tolerância para com os indivíduos que recusam assistência e continuam a permanecer nas ruas. Estas medidas, tidas como do interesse dos “rough sleepers”, adicionaram um elemento de ‘normative social engineering’ ao serviço de respostas sociais desenvolvido durante os últimos nove anos, afectando utilizadores e prestadores. A Rough Sleepers Unit (RSU) intervém ao nível dos programas e agências criando uma cooperação mais próxima. Ao mesmo tempo, trouxe uma flexibilização das regras de expulsão dos centros, que se considerava um obstáculo para atingir o alvo de redução proposto. A polícia uniu-se ao trabalho das equipas de rua tomando uma abordagem mais activa para lidar com a mendicidade, consumo público de álcool e uso de drogas. As forças policiais podem utilizar o Criminal Justice Act e o Police Act 2001 para introduzir áreas de consumo de álcool controladas, bem como incentivar os sem-abrigo a utilizar os serviços disponíveis” (Menezes, 2008: 76).

Saliento ainda a explanação da investigadora acerca da pobreza e exclusão social e do modo como os países da Europa se organizam para a evitar ou corrigir, tendo por base as propostas de Serge Paugam que delimitou três ideais-tipo das relações das esferas económica e social face à pobreza e exclusão: “*pauvreté intégrée*”; “*pauvreté marginale*”; e “*pauvreté disqualifiante*”.

Os países do sul da Europa relacionam-se com a pobreza de uma forma integrada, são países com menos recursos económicos em que a pobreza é aceite, tolerada e em que o suporte é muitas vezes facultado pelas redes sociais da comunidade. Nestes países os apoios sociais promovidos pelos governos são menos desenvolvidos.

O segundo tipo corresponde à presunção de que a pobreza é uma consequência natural e residual decorrente do progresso e industrialização e que deve ser corrigida através de mecanismos próprios que encaminhem e enquadrem as pessoas nesta situação. Este modelo corresponde, grosso modo, à situação dos países nórdicos e Alemanha.

O terceiro tipo é mais visível em França e Reino Unido, países que tiveram um grande crescimento económico durante a segunda metade do século XX seguido de uma grande recessão, deixando de fora da esfera produtiva uma parte substancial da população que estava integrada no mercado de trabalho. Nestes países a pobreza é entendida como a “*nouvelle question sociale*”:

“Aqui os pobres e excluídos são cada vez mais numerosos e ao serem excluídos da esfera produtiva tornam-se dependentes das instituições. A pobreza é vista como um processo de acumulação de vários handicaps, desde a habitação à saúde e laços familiares. Da instabilidade do emprego cria-se uma engrenagem que conduz à inutilidade social” (Menezes, 2008: 79).

Menezes, 2008, aborda ainda o que designa por “*impasses do paradigma do apoio social*” que corresponde às dificuldades práticas de distinguir as vítimas dos culpados para o merecimento e posterior enquadramento no apoio social. Em relação às pessoas sem-abrigo apresenta uma tipologia de respostas dos funcionários dos serviços de apoio social, sistematizada por Rob Rosenthal, que corresponde às seguintes categorias: *slackers*, *lackers* e *unwilling victims*. Os primeiros são considerados incompetentes com responsabilidade própria pela situação; os segundos, também considerados incompetentes, mas sem responsabilidade, são incapazes de fazer escolhas acertadas e merecedores de apoio. Por fim, as vítimas são pessoas merecedoras e competentes, mas que por razões fora do seu controlo se encontram na situação de sem-abrigo. Cada uma destas categorias, atribuída ao cliente do apoio social, promove um tipo de resposta por parte dos serviços. Este mesmo tipo de actuação é também confirmado pela FEANTSA:

“De acordo com a FEANTSA, o apoio disponível para os sem-abrigo reproduz a discriminação social ao seleccionar os clientes ‘mais fáceis’ para as melhores estruturas, e pela estandardização de serviços marginalizantes para os casos não adaptáveis, ou com múltiplos problemas (exemplo, grandes dormitórios). De uma forma geral, os serviços estabelecem critérios de admissão para subgrupos da população sem-abrigo e, por conseguinte, o próprio sistema torna-se assim um quadro de marginalização e segregação dos grupos particularmente complexos.” (Menezes, 2008: 82).

Apresenta uma tipologia dos comportamentos dos assistidos, desenvolvida por Michel Messu, que os identifica como: “*o assistido envergonhado*” que assume um comportamento de sujeição ou mesmo de rejeição dos serviços disponíveis; “*o assistido com direitos*” que desenvolve uma estratégia de manutenção da dependência; e o “*assistido escrupuloso*” que vive conflitos de valores entre a recusa da sujeição e a recusa da categoria da dependência.

Com base na análise desenvolvida por Patrick Declerck, a investigadora refere as práticas de reinserção e de institucionalização desenvolvidas em França. A reflexão de Declerck, antropólogo, psicanalista e filósofo, corresponde de certo modo ao modelo de regeneração descrito no trabalho de Bastos, 1997, referido anteriormente neste capítulo.

“A noção de reinserção corresponde a um fantasma e ideologia que é colocada à frente de qualquer outro aspecto, tanto como objectivo imediato, concreto e realizável, como um ideal modesto e assintomático, mas não menos estruturante e garantia do sentido da acção. O conjunto dos dispositivos de apoio (do RMI¹⁶ à sopa dos pobres) e os discursos do campo reflectem o papel ideológico implícito na noção de reinserção pela ideia de retorno do sujeito ao seio da normalidade social e económica” (Menezes, 2008: 83).

Concluo esta incursão na discussão teórica da dissertação de Menezes, 2008, com uma citação sobre a reinserção, baseada no trabalho de Patrick Declerck:

¹⁶ RMI – Revenu Minimum d’Insertion, corresponde ao RSI – Rendimento Social de Inserção, um programa de apoio à inserção social de indivíduos e famílias carenciadas.

“Como forma de melhoramento da filosofia das práticas institucionais actuais, o autor defende uma alteração do paradigma das práticas de reinserção social, deixando-se de tentar curas impossíveis e de planificar caminhos de reinserção. A terapia deve consistir em evitar o pior: sofrimentos inúteis e mortes prematuras. É uma necessidade ética fundamental permitir aos loucos existirem e encontrarem protecção sem contrapartidas, nem esperança de que se venham a tornar em outros que não eles próprios “ (Menezes, 2008: 86).

As questões de investigação foram agrupadas em quatro blocos: um primeiro que procurava dar conta das trajectórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo; um segundo relacionado com a situação de sem-abrigo e o apoio social; um conjunto de questões relativas aos agentes de apoio social em relação às suas representações acerca das pessoas em situação de sem-abrigo e também às das próprias práticas enquanto profissionais na área social; e um último grupo de questões acerca do conceito de risco e da sua aplicação às práticas de apoio social.

Para além da importante contextualização teórica que a investigadora empreendeu sobre *homelessness* e risco, em termos empíricos realizou um conjunto abrangente de entrevistas semi-directivas a profissionais e pessoas em situação de sem-abrigo. Entrevistou ainda cinquenta e quatro pessoas em situação de sem-abrigo: quarenta e cinco no total das três cidades, na rua e em centros de abrigo e nove pessoas em situações de habitação insegura, inadequada ou subsidiada. Em cada uma das cidades entrevistou quinze pessoas em situação de sem-abrigo e seis agentes de apoio social. Paralelamente à realização das entrevistas, a investigadora participou e observou diversos locais nos três países, enquanto voluntária em equipas de rua e centros de atendimento.

As diferentes condições do acesso aos entrevistados são explicitadas; cada cidade tem especificidades próprias, sobretudo no que respeita ao funcionamento dos serviços de apoio social e à abertura à participação na investigação. As diferentes abordagens às pessoas na rua é esclarecida, assim como os desafios que se colocaram à investigadora no contacto para a realização das entrevistas. Em Londres, por exemplo, foi necessário pagar as entrevistas. No entanto os objectivos traçados para a realização do trabalho empírico foram alcançados com evidente sucesso¹⁷. As entrevistas aos dois grupos, com objectivos distintos, procuraram evidenciar convergências e divergências nos discursos de cada um, assistidos e assistentes.

Os temas das entrevistas aos técnicos são, resumidamente, os seguintes: delimitação do conceito de sem-abrigo: conceito e situações invisíveis; quantificação da população; princípios e modelo de intervenção: características da instituição; grupos-alvo; grupos prioritários; acesso ao apoio; avaliação das respostas de apoio social: design e filosofia dos serviços de apoio; relações interinstitucionais; trajectórias e dinâmicas de risco; evolução qualitativa da população sem-abrigo; práticas de apoio social: características psicossociais das pessoas sem-abrigo e o papel do técnico social;

¹⁷ O capítulo VI é dedicado inteiramente às vivências e reflexões da investigadora na realização do trabalho de campo. Trata-se de um texto mais pessoal que permite contextualizar as condições em que a pesquisa empírica foi realizada e pode, eventualmente, ser útil para outros investigadores que se interessem por realizar pesquisas com estas características.

conceito de risco; e dinâmicas de vida nas ruas.

Já para as entrevistas às pessoas em situação de sem-abrigo foram estabelecidos outros temas: perfil sócio demográfico; ciclos de privação habitacional; trajectórias de *homelessness*: habitacional, familiar, escolar e profissional, saúde geral e mental, institucionalização e, por último, dinâmicas e sucessão de eventos; estratégias de sobrevivência: gestão do local de pernoita, sobrevivência no dia-a-dia, tolerância e repressão, redes familiares e de sociabilidade; avaliação do apoio social e necessidades; construção de identidade e distinção simbólica: porquê sem-abrigo, eu na situação de sem-abrigo e categorias de sem-abrigo.

Os resultados das entrevistas foram analisados separadamente pelos grupos de técnicos e pessoas sem-abrigo, tendo a investigadora o cuidado de assinalar, sempre que considerou oportuno, as diferenças encontradas nos três países. Não é tarefa fácil sintetizar a análise exaustiva que a investigadora realizou, no entanto, dada a riqueza da informação que obteve nas entrevistas e no cruzamento das representações dos técnicos e dos assistidos, procurarei, dar conta, o mais breve possível, desses mesmos resultados¹⁸. Em relação à análise realizada às entrevistas aos agentes de apoio social, se bem que o conhecimento produzido seja valioso, optei por a apresentar apenas no cruzamento com a das pessoas sem-abrigo. Nesta etapa do trabalho importa-me salientar os resultados obtidos nas entrevistas às pessoas em situação de sem-abrigo.

É feita uma primeira caracterização sócio demográfica dos entrevistados, num total de cinquenta e quatro, sete mulheres e quarenta e sete homens, maiores de 18 anos de idade. A faixa etária com maior número de entrevistados, dezassete, é a dos 31-40 anos, seguida de quinze, com idades compreendidas entre os 51-60 anos. As nacionalidades dos entrevistados repartem-se em trinta e quatro nacionais e dezanove estrangeiros. Vinte e oito entrevistados eram solteiros, dos restantes, dezoito eram divorciados, seis casados/união de facto e dois viúvos.

Em relação à educação, vinte e três casos foram omissos, os restantes repartem-se em, oito com estudos superiores e o mesmo número com estudos técnico/secundário e quinze com o ensino básico/preparatório. Na categoria, situação de emprego actual, quarenta e três pessoas estavam desempregadas, duas reformadas e nove tinham emprego. Por último, a actividade profissional actual ou última exercida, é repartida em várias categorias: dezasseis pessoas trabalhavam na área de serviços; dez, noutras áreas não especificadas; oito em trabalhos não qualificados; seis eram operários, artífices ou similar e outros seis trabalhavam na área da inserção social; três pessoas tinham tido uma profissão na área administrativa; e duas na área científica/intelectual; não foram obtidos dados para três situações profissionais.

Relativamente aos cuidados parentais, das vinte e oito pessoas sobre as quais obteve essa informação: oito cresceram numa família estável, sendo sete delas imigrantes; doze ficaram órfãos de um dos progenitores antes dos 18 anos de idade; quatro foram

¹⁸ A análise das entrevistas é apresentada na tese em três capítulos com cerca de 120 páginas: no capítulo VII analisa a informação recolhida junto dos agentes de apoio social; em seguida, no capítulo intitulado *Viver e sobreviver sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*, analisa os dados recolhidos nas três cidades, junto de quarenta e cinco entrevistados; por fim, no capítulo IX, estabelece uma análise comparativa final dos dados empíricos.

entregues aos cuidados de uma instituição durante a infância; três cresceram com outros membros da família que não os pais; e um foi adoptado sem ter desenvolvido laços afectivos estáveis com os pais adoptivos. Ainda em relação às experiências de institucionalização, a investigadora refere que, para além das quatro pessoas que cresceram em instituições, quatro estiveram detidas na prisão, duas internados em hospitais psiquiátricos e uma numa clínica de desintoxicação.

Na noite anterior à realização da entrevista, vinte e dois inquiridos tinham dormido na rua, dezasseis em centros de acolhimento de emergência, sete em centros de acolhimento de longa duração, cinco em quartos arrendados e partilhados com outras pessoas e os restantes quatro em alojamentos subsidiados. As respostas à duração da situação de sem-abrigo foram difíceis de obter, algumas pessoas perderam a noção do tempo, outras oscilavam entre vários tipos de alojamento, centros de acolhimento e rua e não conseguiam precisar exactamente há quanto tempo estavam nessa situação.

No que concerne a análise das trajectórias de *homelessness* e dos percursos de vida das pessoas inquiridas, a dificuldade de se tipificarem as rupturas que eventualmente causaram a situação de sem-abrigo é evidente, como esclarece a investigadora:

“As várias rupturas entrecruzam-se ao ponto de ser redutor estabelecer uma causa única. É neste sentido que ‘percurso de homelessness’ (e de exclusão habitacional) deve ser entendido como um processo. A análise das trajectórias de vida, combinando factores objectivos e percepções simbólicas, destaca um leque de factores interdependentes, que simultaneamente moldam e são produzidos pelas várias rupturas” (Menezes, 2008: 180).

Para ilustrar este percurso, a investigadora produziu um esquema explicitando a combinação de factores que conduzem à situação de sem-abrigo, em que procura clarificar a evolução de alguns percursos das pessoas em situação de sem-abrigo. Partindo de uma socialização primária de risco e mantendo-se uma socialização secundária também de risco, compreende-se, como as situações individuais de partida, já elas frágeis, podem agravar-se ou perpetuar-se com a entrada na vida adulta e com a influência da conjuntura estrutural da sociedade.

“O tipo de rupturas (como desemprego, divórcio) não parece ser específico à população sem-abrigo, mas sim a referida ausência de redes de segurança que as permitam travar, sem que se tornem irreversíveis. O ponto fulcral, ao nível dos recursos dos indivíduos entrevistados, é a sua falta de resistência a momentos de crise, quer por factores de ordem psicossocial, quer ao nível de redes de apoio, ou capital social. Para além das rupturas, e a sua combinação com a ausência de meios de superação, importa o seu próprio ritmo e dinamismos. É possível afirmar que maior a vulnerabilidade social dos indivíduos maior é também a sua susceptibilidade a que as várias crises se intersectem, ao ponto de entrar num bloqueio (perda de emprego/habitação/família)” (Menezes, 2008: 233).

Ainda no capítulo dedicado à sobrevivência em situação de sem-abrigo nas três cidades, a investigadora sistematiza os resultados das entrevistas realizadas, cobrindo uma grande variedade de informação acerca das pessoas. Assim, no tópico dinâmicas de sucessão de eventos, dá conta de algumas situações que esclarecem os

percursos de alguns dos inquiridos.

“Os impactos das várias decisões e acções individuais (irracionalidade, imprevisível, etc.), e as pequenas alterações ou acidentes (que podem ser ao nível quotidiano, de encontros e desencontros, perda de documentos, faltar a um encontro ou reunião) tendem a assumir proporções negativas mais significativas quando o indivíduo se encontra numa situação de vulnerabilidade social, uma vez que capacidade de controlar as consequências é também menor. [...] Face à incapacidade de restabelecimento (financeira, saúde, psicológica) face a um evento negativo, nomeadamente pela inexistência de uma rede de apoio, os momentos de crise tendem a acumular-se. Assim, o processo até chegar a uma situação de sem-abrigo é uma espiral de eventos, em que no final apenas persiste a noção de que tudo se perdeu”. (Menezes, 2008: 190).

A escolha de locais de pernoita e as estratégias de sobrevivência do dia-a-dia são também esclarecidas, assim como as redes familiares e sociais. É interessante referir, ainda, o modo como a própria pessoa se identifica e se distingue das demais e também as representações que detém sobre as outras pessoas em situação de sem-abrigo e sobre os serviços de apoio social. Instantâneos do quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo são descritos com minúcia: a escolha do local de pernoita; o transporte constante dos bens pessoais; o receio da violência, de furtos e de maus-tratos ou agressões; a dependência das condições climatéricas; a conciliação de horários com a vida da cidade; a insegurança sentida nos centros de acolhimento; a solidão e o medo de pernoita em casas abandonadas. São ainda focados os inúmeros obstáculos causados pela ausência de identificação, domicílio, conta bancária; as dificuldades nas deslocações aos vários serviços de apoio e os aspectos burocráticos, por vezes impossíveis de ultrapassar. Questões práticas, como a gestão dos tempos livres, a conjugação das várias actividades, os meios de subsistência, desde as actividades ilegais, aos *“marriage blanche”*¹⁹; as trocas de favores, a necessidade de protecção sentida, essencialmente pelas mulheres, assim como os projectos de poupanças e planos para o futuro, foram descritas em detalhe e ilustrados com excertos de entrevistas.

Em relação à avaliação que os próprios fazem dos serviços de apoio social, os discursos dos entrevistados, segundo Menezes, 2008, foram, em geral, veementes. Uma das críticas mais generaliza é a da organização e dispersão dos vários serviços de atendimento que obrigam a deslocações difíceis e custosas. Para agravar esta situação, vários entrevistados referem que há um *ping-pong* entre as organizações e que a informação dispensada é muitas vezes contraditória. Associada a esta crítica mais geral surgem outras mais específicas relativas à falta de apoios continuados, falta de informação e de especialização dos serviços. Apresentam queixas acerca de imposições burocráticas, muitas vezes irrealizáveis para as pessoas que estão na

¹⁹ *“Para determinados grupos da população existem estratégias alternativas específicas. Este é o caso do “marriage blanche” (Paris) que pode ser cobrado em 200/300€. É afirmado que, na sequência das políticas mais restritivas do ministro da administração interna (Sarkozi), os imigrantes se vêm agora obrigados a recorrer (e pagar) ao “PACS” (“Pacte Civil de Solidarité” - união de facto reconhecida para homossexuais) para obter naturalização”* (Menezes: 2008: 199-199).

situação, como é no caso dos indocumentados. Em relação aos técnicos de apoio social, alguns são vistos como bons e competentes, contudo referem que é necessário ter talento para angariar a sua simpatia de modo a evitarem conflitos que podem resultar em perda de benefícios. Salientam ainda a existência de critérios pouco claros utilizados pelos técnicos, causando a sensação de injustiça e de impotência na afirmação dos seus direitos. Apreciam a existência de centros de dia, as iniciativas de lazer, cultura e formação. Gostariam de acesso facilitado aos serviços de saúde e que estes se deslocassem aos centros de acolhimento. Apreciam os técnicos com competências e profissionais. Gostariam de ser chamados a participar mais activamente na resolução de problemas individuais e do próprio sistema.

As justificações para a situação em que se encontram são diferenciadas: auto-responsabilização; auto-incapacidade; deixar-se arrastar por más companhias; dependência de substâncias; incompreensão pelo sucedido; vítima da exclusão social; abandono conjugal; conflitos familiares; acidentes; guerra; e falta de apoio social.

As representações dos entrevistados sobre as pessoas sem-abrigo são consentâneas nalguns aspectos: população heterogénea com causas muito distintas; são pessoas que perderam tudo; grande parte é alcoólica ou toxicodependente; não são aceites no mercado de trabalho; são socialmente excluídos:

“O facto de que existem diversas razões para a situação de sem-abrigo é partilhado. As mais comuns são: perda da família; divórcio; desemprego; indocumentados; instabilidade e trabalho precário; salários baixos; trabalho ilegal. As causas associadas com drogas, álcool, ser itinerante, depressões, doença mental, são também focadas. A par destes factores que se reflectem na juventude e idade adulta, existem outros relacionados com traumas de infância, como o abuso e conflitos familiares. A falta de serviços sociais de apoio que permitam solucionar estas situações constitui uma dificuldade acrescida” (Menezes, 2008: 224).

Em relação às representações das pessoas em situação de sem-abrigo relativas à sua própria condição de vida actual, esta é descrita por expressões e sentimentos variados: vergonha e humilhação de viver da assistência e não ser um cidadão produtivo; sentir-se socialmente excluído; não valer nada e ter direito a nada; perder a forma física e ter problemas de saúde; segurança e salvaguarda de possíveis decepções; não há felicidade; não é vida para ninguém; não o desejo a ninguém; a um passo da loucura; estar sempre exposto – sem privacidade, sem intimidade, sem autonomia; ter amigos mas de confiança questionável; um mundo animal. No que concerne às aprendizagens feitas pela vivência na situação de sem-abrigo, alguns entrevistados afirmam que: aprenderam a ser humildes; aprenderam a tornar-se mais prudentes; passaram a ver os sem-abrigo de uma outra forma; lamentam ter sido inconsequentes enquanto jovens; aprenderam a manter a calma e a serem pacientes na relação com outros sem-abrigo; aprenderem a manter a motivação (e também a não entrar em consumos e dependências); aprenderam a ser fortes; aprenderam a manter a higiene para não se parecerem com sem-abrigo.

É interessante ainda verificar como as pessoas em situação de sem-abrigo categorizam as pessoas a viver na situação e, de certo modo se distanciam dessas pessoas.

“Os mecanismos de diferenciação em relação aos outros na mesma situação constituem uma estratégia de construção de identidade que vem, em parte, reforçar o processo de atribuição de responsabilidades. Os discursos dos entrevistados permitem identificar duas vertentes fulcrais de categorização: as causas da situação, por um lado, e a capacidade, ou não, de procurar superar a situação vivida, por outro. A partir destes factores são duas as categorias genéricas fundamentais – ‘os desistentes’ e ‘os combatentes’”. (Menezes: 2008: 227).

Para além dos desistentes e combatentes há ainda as categorias de: descontraído; solidário; que não cria problemas; os excluídos da habitação; os acidentais; os isolados e perpetuamente excluídos; os *clochards* e doentes mentais; os toxicodependentes; os imigrantes; e os que vivem da assistência social. Estas representações sobre as pessoas em situação de sem-abrigo foram cruzadas pela investigadora e sistematizadas num quadro com as representações das pessoas sem-abrigo sobre os técnicos e também dos técnicos sobre eles os outros técnicos. Trata-se de uma análise interessante que sintetiza as representações do “outro” enquanto assistido e assistente e também do “outro” enquanto técnico e sem-abrigo.

Na dissertação de Menezes, 2008, há ainda informação pertinente para a compreensão da filosofia e do *design* do sistema de apoio social e também do trabalho dos técnicos. Estes dois aspectos serão aprofundados posteriormente nesta dissertação. Para os objectivos do que se pretende evidenciar neste capítulo, considero que, de um modo geral, os resultados obtidos neste trabalho de doutoramento convocados para este capítulo são suficientes para clarificar o modo como esta investigadora estudou e transmitiu o conhecimento obtido sobre o fenómeno *homelessness*.

A dissertação de mestrado em Arquitectura de Habitação realizada por, Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz, no ano de 2001, intitula-se, *TA - tipologias de abrigo: uma proposta de solução para os ‘sem-abrigo’*. Trata-se de um trabalho que pretende definir uma *“estratégia de intervenção ao nível da criação de uma tipologia especificamente destinada aos sem-abrigo, que se estuda, nas diversas frentes, para amadurecer e argumentar a proposta”* (Vaz, 2001: 11).

A investigadora elaborou um diagnóstico da situação das pessoas sem-abrigo a viver em Lisboa, procurando conhecer as estruturas de reinserção existentes na cidade e nos modelos existentes noutros países europeus. Preocupou-se em analisar as funções e exigências de áreas de habitação, com base nas propostas de Nuno Portas. Este trabalho foi colocado no esquema apresentado no Quadro 2.10, no eixo Cidadão/Sociedade, mais próximo do segundo vértice e do exterior do triângulo. Este posicionamento deve-se aos objectivos da pesquisa e à forma como a investigadora desenvolveu o seu trabalho, tendo em consideração as especificidades dos destinatários das TA, do papel do Estado no financiamento e promoção desta iniciativa e nas possibilidades de aceitação desta unidade de habitação pela sociedade em geral.

Na minha opinião esta pesquisa destaca-se da generalidade dos trabalhos realizados em Portugal, essencialmente pela formação da investigadora, distinta das áreas que habitualmente se têm debruçado por este tema. O olhar que dirige sobre esta

realidade e as interrogações que coloca permitem-lhe detectar paradoxos e incongruências no sistema que considero particularmente interessantes.

O objectivo do trabalho centra-se nas questões do alojamento das pessoas em situação de sem-abrigo e como este se liga ao seu processo de integração. Dito de outro modo, para a investigadora a questão de habitação é crucial para a resolução de algumas dificuldades vividas pelas pessoas em situação de sem-abrigo. Incluo aqui alguns excertos da dissertação que assinalam precisamente os paradoxos da organização dos serviços de apoio social, concretamente a relação contratual que se estabelece entre o direito a alojamento e o dever de inserção:

“O primeiro gesto para a integração passa pela iniciativa individual de procurar uma estrutura de abrigo de emergência para fugir à vida na rua. Para tal encontra equipamentos específicos, vocacionados para receber Sem-abrigo em fase inicial, como o abrigo de Xabregas, que o receberá por apenas 200\$00 por noite, valor simbólico que incluiu pequeno-almoço e jantar. Mas esta possibilidade está sujeita a vagas! Mas este não é propriamente um espaço de auxílio piedoso ou de caridade. Os acabamentos das camaratas são propositadamente frios, rudes e impessoais, e as divisões despidas de decoração. Os balneários são colectivos, do tipo militar. Estas características físicas procuram evitar a sensação de conforto, já que o regresso para a rua está sempre eminente e a diferença, assim, não é tão grande. O tempo máximo estipulado para estadia de 15 dias úteis procura funcionar como catalizador da procura de soluções para a vida de cada um, para impedir a acomodação, o ‘depósito’ dos mais fracos ou de menor iniciativa. Em todo o caso, um princípio é basilar: terá que ser o próprio a inverter a situação, a procurar o seu Projecto-vida” (Vaz, 2001: 79).

A lógica do alojamento temporário, da ausência de conforto e de como essas condições desagradáveis irão predispor a pessoa sem-abrigo na procura de uma solução melhor é apontada como o primeiro passo para o percurso de inserção. A segunda etapa do processo, que passa igualmente pelo alojamento, é assim descrita:

“Quando encontre viabilidade numa proposta de trabalho com perspectivas de continuidade, considera-se que o Sem-abrigo encontrou um Projecto-vida, e que deverá ser ajudado mais algum tempo, para que não perca o que conseguiu. É então transferido para um equipamento do tipo do Abrigo da Graça, exclusivamente para indivíduos em fase de trabalho. O preço da noite é mais caro, mas o mobiliário e decoração são mais confortáveis. O tempo de estadia máximo é, neste Abrigo, de dois meses, embora possa ser equacionado um alargamento, no caso de isso se revelar importante para o indivíduo, para assegurar a sua autosuficiência. Quando os indicadores remuneração/estabilidade parecem assegurar a perenidade da autosuficiência, o indivíduo é convidado a sair. A sair para uma pensão ou quarto barato. Quando se está num processo de reintegração na sociedade, estar instalado no Abrigo da Graça corresponde a uma evolução qualitativa, um patamar superior de um processo de evolução: pertence-se aos que conseguiram passar para aquelas instalações, aos escolhidos” (Vaz, 2001: 80).

Esta análise do percurso de reinserção das pessoas sem-abrigo, premiando com o direito a melhor alojamento, os que vão avançando para uma situação mais estável é reveladora dos pressupostos em que se baseava o apoio social oferecido a estas

peças à época da pesquisa, no início do século XXI.

“Da análise dos elementos apresentados para o percurso de reinserção, e no âmbito dos espaços habitacionais a oferecer a esta população, ressalta como incongruente, por um lado poder existir dificuldade em conseguir uma cama nos equipamentos de emergência, e por outro, coroar este percurso com um quase ‘despejo’. [...] Mas o factor de maior incongruência do processo é o ‘castigo’ que espera os ‘vencedores’. No fim de um processo de recuperação, de socialização, é prejudicial largar os convalescentes em ambientes degradados ou desqualificados, porque quebra o brio do seu esforço. Não existe um prémio que estabeleça a diferença, que justifique o empreendimento em que se lançou” (Vaz, 2001: 80-81).

Julgo que a análise e reflexão de Vaz, 2001, resulta particularmente inédita, evidenciando, por um lado, o pressuposto subjacente de que quem está em situação de sem-abrigo é culpado dessa situação, não há qualquer obrigatoriedade por parte do Estado de providenciar um apoio consistente às pessoas nessa situação. Uma vez que a responsabilidade pela situação da pessoa é assumida como exclusivamente sua, a lógica do alojamento é sempre temporária e assente na recompensa, por um lado, e na interrupção, por outro. Isto é, parte-se do princípio de que quem está na rua não tem emprego e se o perdeu foi porque agiu mal. Os alojamentos servem apenas para apoiar a pessoa a corrigir o erro e a permitir-lhe voltar à normalidade o mais rápido possível.

Prossegue com uma análise singular da situação das pessoas sem-abrigo e a proposta que apresenta tem em consideração a necessidade destas pessoas residirem em locais próximos dos centros urbanos devido, essencialmente, às suas formas de subsistência. A proposta de habitação apresentada tem em consideração os custos, a escolha dos locais, bem como os modos de existência e as necessidades das pessoas. Apresenta ainda um variado conjunto de trabalhos de arquitectos reconhecidos que desenvolveram propostas de habitações de reduzidas dimensões e com baixos custos. Entre outros refere os projectos de Alvar Alto nos anos 50 e 60 para residências estudantis, e apartamentos em Bremen; a cabana abrigo de Corbusier, em 1952, um módulo de 16m², denominado *“Le cabanon”*; o projecto das casas contentores de Marco Zanuso; as células habitacionais em ambientes urbanos propostas por Alfons Soldevila; e o desenvolvimento dos *“Homeless vehiches”* protótipos móveis, criados por Krzysztof Wodiczko, nos finais dos anos 1980.

O trabalho de Bastos, 1997, foi, como já referido, incluído neste conjunto de pesquisas que se debruçam sobre o fenómeno sem-abrigo. Foi colocado no eixo Cidadão/Instituição por se tratar de uma investigação que analisa a instauração de um modelo de repressão aos mendigos e vadios que passou pela criação de duas instituições vocacionadas para esse efeito.

Em 2007, João Diogo Mateus, concluiu a sua tese de mestrado em Estudos Urbanos, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Com formação de base na área da geografia, este investigador centra-se nos usos da cidade pelas pessoas sem-abrigo de Lisboa, incidindo particularmente sobre os locais de pernoita e os de vivência diurna. O trabalho empírico foi desenvolvido entre 2001 e 2005, tendo o investigador passado por várias aproximações ao terreno, em diferentes escalas: uma procurando abarcar a

geografia da exclusão na cidade; outra, centrada em grupos e indivíduos, em que procurava traçar a utilização dos territórios, como espaços de sobrevivência. Para além do interesse científico deste trabalho, saliento a observação participante e os relatos que incidem sobre uma outra etapa da pesquisa, em que o investigador acompanhou estreitamente o quotidiano de um grupo de homens sem-abrigo no Jardim Constantino e na Parada do Cemitério do Alto de São João. Esta perspectiva longitudinal – recorde que Diogo Mateus conheceu e privou com alguns homens durante quatro anos –, permite compreender os ritmos do quotidiano destas pessoas ao longo de um período de tempo prolongado.

Coloquei esta investigação no eixo Cidadão/Sociedade pois todo o trabalho desenvolvido se centra na relação que as pessoas em situação de sem-abrigo estabelecem com o espaço público da rua. Na minha perspectiva, trata-se de uma abordagem que veio trazer uma mudança no panorama da investigação sobre este tema em Portugal. Contrariamente ao que algumas pesquisas anteriormente realizadas procuravam desocultar, com a tentativa de quantificar e caracterizar as pessoas, os serviços ou os profissionais, Mateus, 2007, dirige o seu olhar para as relações que as pessoas sem-abrigo estabelecem com os seus pares, com os moradores da zona onde se instalam para dormir ou trabalhar, e os usos que fazem da cidade para procurar modos de sobrevivência que lhes permitam garantir a sua independência, face aos serviços mais institucionalizantes, bem como a manutenção de relacionamentos afectivos e estratégicos que lhes permitam garantir alguma independência e estabilidade. Pessoalmente, considero esta tese como um ponto de viragem para os modos como a pessoa sem-abrigo é descrita.

“Veremos como a transformação dos territórios diurnos e de pernoita significa, sempre, uma ruptura propositada ou involuntária na rotina: diferentes territórios sucedem-se no tempo, evidenciando não a erraticidade mas a deriva espacial funcional. À insolubilidade de muitos problemas a montante, soma-se a incapacidade ou impossibilidade de resolver os surgidos no decorrer da situação. O indivíduo cristaliza no papel que é obrigado a desempenhar para resolver as exigências do dia-a-dia de tal forma, que começa mentalmente a construir um mapa da funcionalidade dos espaços conhecidos, o que o condiciona e fecha social e territorialmente no mundo extremo” (Mateus, 2007: 116).

Os quase-retratos do quotidiano das pessoas que Mateus, 2007, acompanhou durante a sua pesquisa são intensos e povoados de sentimentos. Transcrevo aqui um excerto de um relato que me agrada especialmente pela riqueza e expressividade da descrição.

“Mestre Zé sofre um ataque epiléptico dentro do Minipreço e é proibido de beber pelo médico das urgências. Odué decide deixar o álcool e torna-se um elemento activo e dinâmico dentro do grupo, apoiado e reforçado pelo primeiro. Cozinha todos os dias: ora carne que o dono do talho lhe dá, ora peixe que vai buscar a uma peixaria cabo-verdiana próxima. Odué dedica-se à culinária, outros à água, à lenha ou a conseguir dinheiro arrumando carros, e a comprar alimentos, cigarros e bebida. Cozinha-se com o que há, mas o resultado é sempre impressionante e atrai cada vez mais homens, alguns vindos do JC (Jardim Constantino) de propósito para o almoço: ‘Pode não haver

um prato, mas há sempre comida para mais um!’, promete Odué, e o frasco de gindungo ou de chutney de manga é passado. [...] Odué experimenta e apropria-se de uma escultura empresarial da PT, uma estrutura oca em forma de pirâmide quadrangular, onde descobre uma porta, e aí passa a dormir e a guardar os seus pertences e de outros. Tal como com a carrinha que teve na Parada, partilha a pirâmide com os companheiros e tal como no passado, acabará por perdê-la por isso” (Mateus, 2007: 126-128).

A dissertação prossegue com relatos de pedaços de vida, quase como se de um romance se tratasse, em que o autor procura expressar as suas observações e sentimentos, com uma preocupação constante de desmistificar estereótipos sobre as pessoas sem-abrigo. *“A falta de poder do sem-abrigo é bem visível nessa subordinação aos ritmos da cidade, às características dos espaços atravessados e na forma como são experienciados e vividos. Também transparece nas formas de adaptação para alcançar e manter recursos vitais” (Mateus, 2007: 131).* Transcrevo aqui as conclusões da pesquisa desenvolvida por este investigador.

“A pesquisa no terreno mostrou que: 1. O território individual é construído de acordo com o conhecimento dos recursos existentes e da forma de lhes aceder, e em função da possibilidade (endógena e exógena) de os manter e das prioridades pessoais em cada momento; 2. é funcionalmente fragmentado em espaços e trajectos com uma temporalidade própria ao longo do dia: local de pernoita, de higiene, de descanso diurno, de alimentação, de relacionamentos de todo o tipo, de angariação monetária e de consumo de substâncias. Alguns espaços têm várias funções, umas prioritárias no sentido que funcionam como âncoras territoriais, outras acessórias ou complementares. São lidos e usados em função dos recursos identificados por vezes em espaços diferenciados à microescala. As pessoas na situação podem atravessar outros espaços, mas os que frequentam quotidianamente fazem-no devido a uma reclusão espacial que sofrem e constroem devido à escassez de recursos ou à sua concentração em áreas da cidade; 3. os territórios sucedem-se ao longo do percurso de rua: por vezes são ancorados em recursos mantidos no tempo e utilizados em várias configurações territoriais, outras vezes são estruturados por recursos e espaços totalmente novos para o indivíduo, cada um traduzindo diferentes formas de organizar a sobrevivência quotidiana na situação de sem-abrigo. [...] 4. os espaços apropriados pela população sem-abrigo são-no para determinadas funções. A funcionalidade dos micro-territórios é delimitada na interacção entre os indivíduos e grupos e os agentes locais; 5. o tipo de utilização dos espaços apropriados é negociado com os agentes locais. A falta de poder do indivíduo na situação de sem-abrigo é interiorizada de acordo com a experiência pessoal ou conhecida (vivida por outros e transmitida entre pares) e resulta numa constante gestão dos comportamentos que podem perturbar o acesso ao recurso. O estudo dos territórios individuais mostra uma transformação no tempo, em função da experiência acumulada mas, também, das práticas estabelecidas, sendo lineares em termos funcionais (local de pernoita – local diurno) e elípticos entre espaços recursos. A escala de análise mostrou-nos a importância de factores pessoais, relacionais-grupais e exógenos – intervenção dos actores locais e municipais – na territorialização do fenómeno” (Mateus, 2007: 146-147).

A tese de mestrado em Sociologia, de Maria Teresa Denis da Silva, concluída em 1996,

intitula-se *As organizações da sociedade civil face aos sem-abrigo*. O tema central deste trabalho baseia-se na relação entre o Estado Providência e a Solidariedade Social. Posicionei-a na base do triângulo que liga os vértices Instituição/Sociedade e nos limites exteriores deste, uma vez que esta pesquisa procura exactamente analisar as relações entre o Estado, a sociedade civil e as instituições, estatais ou não, enquanto promotores da providência, da solidariedade e da cidadania, no âmbito do sistema de apoio às pessoas sem-abrigo de Lisboa.

A investigadora contextualiza historicamente os princípios fundadores do Estado Providência e a crise ou renovação deste sistema na Europa actual. Elucida a distinção entre solidariedade e providência e analisa, numa perspectiva histórica, as organizações de solidariedade civil na Europa. Por último, examina a conceito de sem-abrigo e explora os modos como este se relaciona com a pobreza e a cidadania: *“Excluídos de uma cidadania plena, os pobres usufruem de uma cidadania subsidiária; a sua participação na vida social está dependente do reconhecimento, por parte da sociedade, da necessidade de assistência e do usufruto da mesma”* (Silva, 1996: 58).

A pesquisa empírica centrou-se num conjunto de organizações que trabalham no terceiro sector tendo realizado entrevistas a dirigentes, coordenadores ou técnicos de sete organizações: Associação Médica Internacional; Instituto de Apoio à Criança; O Companheiro; Ninho; Comunidade Vida e Paz; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Casa de Protecção e Amparo de Santo António para a Mães Solteiras. A Associação dos Albergues de Lisboa foi contactada mas recusou a realização da entrevista. Caracteriza as organizações em função de vários parâmetros, como a data e origem da instituição e o financiamento.

Os resultados da investigação são heterogéneos e justificam-se pela diversidade das instituições estudadas. Os princípios orientadores das organizações combinam as funções de assistência, pronto-socorro e prestação de serviços, com um carácter assistencial e também de prevenção, *“numa conjugação com a promoção e defesa dos direitos de cidadania”* As relações entre as instituições e o Estado são de dois tipos: as que mantêm uma relação próxima e directa com o Estado (SCML e O Companheiro) e as que estão mais distanciadas mas dependentes de financiamento do Estado, nestas últimas *“a relação é estritamente financeira, sem articulação de funções, podendo dizer-se que o Estado subsidia as organizações enquanto agentes substitutos da sua função social”*. Em relação às representações dos entrevistados sobre as pessoas sem-abrigo, estes

“Evidenciaram a dificuldade em apreender a génese estrutural e interactiva da conduta destes indivíduos assente, muitas vezes, em torno do mesmo preconceito: jamais poderão adquirir os requisitos necessários à sua própria emancipação. Isto acaba por se reflectir na conservação de práticas institucionais, direccionadas para a reprodução dos laços de dependência, na medida em que os complexos problemas dos utentes são objecto de intervenções descoordenadas e fechadas em si próprias que se alheiam, assim, de perspectivar o seu contributo específico para o objectivo mais amplo da revalorização do estatuto e das capacidades dos utentes”. (Silva, 1996: 132-141).

Terminada a apresentação do conjunto de dissertações que estudam o fenómeno

sem-abrigo e, antes de sistematizar os resultados deste conjunto abrangente de investigações, não poderei deixar de referir um outro trabalho, igualmente importante que, por ser pioneiro e por ter influenciado muitas das pesquisas subsequentes, serviu também de referência, quer aos técnicos no terreno quer à generalidade da sociedade portuguesa interessada neste tema.

Um dos trabalhos mais citados e, aparentemente, o primeiro a tratar especificamente a questão do fenómeno sem-abrigo é o de Manuel Pimenta, intitulado *Os sem-abrigo da cidade de Lisboa*. Este sociólogo e investigador do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) aborda o fenómeno sem-abrigo cruzando dois níveis de análise: as trajectórias individuais, a partir da interrogação, como se chega à situação de sem-abrigo; e o contexto económico incluindo o sistema e as estruturas sociais que produzem a exclusão e a marginalização social. Embora a obra tenha sido editada em 1992 numa publicação da Cáritas, o trabalho empírico foi desenvolvido em 1989. Realizou entrevistas a setenta pessoas, utilizadoras do Refeitório dos Anjos, do Albergue Nocturno de Lisboa e alguns mendigos na rua. Caracterizou o perfil sócio demográfico dos entrevistados, por idade, sexo, etnia, estado civil, naturalidade, grau de instrução e ocupação. Procurou apurar as causas que conduziram a pessoa a ser utilizadora destes serviços, verificando que se deviam a questões relacionadas com habitação, emprego e desemprego, protecção social, saúde e a falta de suporte afectivo familiar ou informal.

Em relação às estratégias de sobrevivência das pessoas inquiridas, concluiu que estas se organizavam em torno do trabalho informal e da mendicidade. O autor considera que as pessoas sem-abrigo constituem *“uma população heterogénea, cujos elementos vivem graus de marginalização diferentes, revelando, por conseguinte, potencialidades, possibilidades e vontade de integração também muito distintas. Existe uma relação directa entre o grau de marginalização e o tempo de permanência na pobreza. [...] Há um denominador comum à totalidade dos entrevistados que é o de não possuir os recursos necessários para assegurar a satisfação das necessidades vitais de alimentação, alojamento e vestuário”*. Afirma ainda que *“a pessoa sem-abrigo é produto da falta de estruturas sociais que apoiam e previnem situações de carência”* (Pimenta, 1992: 57).

Analisou também as respostas institucionais destinadas a apoiar estas pessoas. Estas eram, na época, de três tipos: cartão de acesso ao Refeitório do Anjos; cartão para pernoitar no Albergue Nocturno de Lisboa; e subsídios eventuais. Descreve o refeitório dos Anjos como uma instituição caracterizada por um tratamento autoritário e agressivo por parte dos funcionários, que nessa altura eram *“apenas polícias e funcionários da cozinha”* (Pimenta, 1992: 67). No Albergue Nocturno de Lisboa, a disciplina e o recurso a regras rígidas orientavam a actuação dos funcionários. Verificou que por vezes se utilizavam serviços não remunerados prestados por alguns utilizadores do albergue.

Pimenta, 1992, distingue dois grandes grupos de marginalizados: os ‘marginalizados clássicos’, composto por mendigos e ‘vagabundos’; e *“uma ‘nova geração de excluídos’ cuja origem está relacionada com a crise económica e as mutações no mercado de trabalho, com o desemprego, com as insuficiências das políticas de*

habitação, saúde e segurança social e com o problema da toxicodependência". Concluiu o trabalho citando Alfredo Bruto da Costa, no Relatório Geral do Seminário Europeu sobre os Sem-abrigo nos Países do Sul de 1990: *"reintegração, recuperação, reinserção são palavras que significam que a acção se dirige ao marginalizado, por forma a habilitá-lo a integrar-se numa comunidade que se tem por sã? Ou, implicam que a própria comunidade se tem de modificar, de modo a não excluir os seus membros?"* (Pimenta, 1992: 81-86).

A abordagem do fenómeno sem-abrigo pelos investigadores portugueses incide, maioritariamente, nas relações entre a sociedade e as pessoas na situação, enfatizando, igualmente, as suas condições de vida e as relações com os serviços sociais. Neste tipo de pesquisas, que procuram a compreensão do fenómeno, a análise das variáveis e categorias estudadas é menos óbvia, contrariamente ao que foi possível analisar no grupo de investigações em que o foco era o indivíduo. Seis investigadores analisaram as condições de vida e de sobrevivência das pessoas em situação de sem-abrigo: Sousa, 1999; Vaz, 2001; Mateus, 2007; Rivotti, 2008; Menezes, 2008; e Pimenta, 1992. Silva, 1996; e Bastos, 1997, analisaram as instituições patrocinadas pelo Estado, ou com origem na sociedade civil. Ramalho, 2008, enfatizou o trabalho dos profissionais de serviço social. Miguel, 2007, procurou dar a conhecer as atitudes e representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo, bem como a prevalência do fenómeno. A pesquisa de Menezes, 2007, é, no meu entender, a que estuda o fenómeno numa perspectiva mais alargada, incluindo também no seu estudo as representações dos profissionais que trabalham com este grupo da população.

No próximo ponto apresento, de um modo sintético, a informação exposta neste capítulo, a respeito das investigações realizadas em Portugal sobre o tema sem-abrigo, agrupando as que estudaram o indivíduo e o fenómeno, realçando, igualmente, os aspectos que conduziram a escrita deste texto, ou seja, como são estudadas as pessoas em situação de sem-abrigo, quais as áreas disciplinares que se têm debruçado sobre este tema, como é construído o objecto de estudo e qual a intencionalidade dos discursos dos investigadores.

Síntese da investigação

Uma primeira consideração, de âmbito geral, refere-se às áreas disciplinares que estudam este tema²⁰ em Portugal: dez trabalhos provenientes dos campos da Saúde, Sociologia, Antropologia e Psicologia, contribuindo os dois primeiros com três pesquisas cada, e os dois últimos com duas de cada. As restantes sete investigações repartem-se pelas seguintes áreas: Arquitectura, Ecologia Humana, Estudos sobre Mulheres, Estudos Urbanos, Políticas e Gestão de Recursos Humanos, Relações

²⁰ A investigação de Manuel Pimenta é incluída nesta síntese, apesar de não ter sido inicialmente apresentada por não se tratar de uma dissertação de mestrado, doutoramento ou monografia académica. Assim, no total, refiro-me a um conjunto de dezassete trabalhos.

Interculturais e Serviço Social. Como já foi referido no início deste capítulo, a variedade das áreas disciplinares que concorrem com o desenvolvimento de investigação no tema, denotam o interesse que suscita e fornecem, também, uma pluralidade de abordagens e de resultados.

No Quadro 2.12 apresento uma síntese composta por dez tabelas, cada uma delas focando aspectos tratados nas investigações realizadas em Portugal. As tabelas I e II referem-se aos temas abordados e às principais recomendações sobre futuras pesquisas a realizar nesta área, respectivamente. A tabela III sistematiza as principais características sócio demográficas do conjunto de pessoas inquiridas, em situação de sem-abrigo. A tabela IV agrega as características psicossociais das pessoas estudadas. Já nas tabelas V e VI estão patentes dois aspectos relativos às pessoas em situação de sem-abrigo: as suas trajectórias de vida e o modo como vivem a situação de sem-abrigo. As representações das pessoas em situação de sem-abrigo e as representações sociais face às pessoas denominadas “sem-abrigo” estão sistematizadas nas tabelas VII e VIII, respectivamente. Por último, nas tabelas IX e X, incluem-se aspectos mais gerais ligados às instituições e respostas sociais e outros relativos aos contextos socioeconómicos nos quais se realizaram as pesquisas.

Como se pode verificar pela análise da tabela I, os temas investigados são variados. Saliento, apenas, que a preocupação de desfazer mitos acerca das pessoas em situação de sem-abrigo não foi explicitado como objectivo de investigação, contudo, através da análise dos resultados, esses mitos emergiram e foram contrapostos pelas evidências empíricas: o mito da liberdade, contrariado pelas obrigações quotidianas e adaptação aos diversos ritmos da vida urbana; e o da pessoa isolada, obstado pelas observações dos espaços de sociabilidade. De facto, vários investigadores concluíram que, quem vive na rua tem de obedecer a inúmeras regras e descobrir um conjunto de suportes e rotinas que permitam a sua sobrevivência. Tem ainda de aprender a gerir os horários na rua, que são múltiplos e variados, como sejam o das carrinhas que trazem alimentos, roupa ou agasalhos, e aprender a gerir a intervenção das autoridades ou dos serviços municipais.

Um outro resultado, também geral, e decorrente do próprio acto de se produzir uma investigação, concerne as recomendações dos investigadores sobre temas a aprofundar em próximas investigações. Como se pode verificar na tabela II, essas sugestões apontam para um investimento em estudos longitudinais e de prevalência de pessoas em situação de sem-abrigo. A análise das suas necessidades poderá, evidentemente, contribuir com vários identificadores úteis para a definição de estruturas de apoio a providenciar pelos serviços sociais.

A caracterização sócio demográfica dos participantes nas várias pesquisas parece assumir ainda alguma importância para os investigadores portugueses. No meu entender, a divulgação destas características é pouco interessante e pode, eventualmente, produzir mais efeitos perversos do que benefícios para os leitores. Julgo que o estereótipo generalizado que é reconhecido por Miguel, 2007, poderá ter a sua origem na disseminação de um determinado perfil da pessoa em situação de sem-abrigo: o homem só, com baixa escolaridade. Somente Menezes, 2008, procurou identificar o número de pessoas entrevistadas que possuíam documentos. Julgo que

este dado é particularmente relevante, dada a sua importância para o quotidiano da pessoa em situação de sem-abrigo.

<p>I - Temas investigados</p> <ul style="list-style-type: none"> * Aprendizagens e mudanças pela ressocialização * Atitudes face às pessoas sem-abrigo * Caracterização da "população" e perfis de mulheres sem-abrigo * Construção social do desvio * Estado e políticas sociais * Mitos: gosto pela liberdade e isolamento social * Necessidades e graus de satisfação das pessoas em situação de sem-abrigo * Prevalência de sem-abrigo na população portuguesa * Profissionais de serviço social * Redes sociais e de suporte * Representações sobre si e próprio e os outros * Representações sociais face às pessoas sem-abrigo * Risco e exclusão social * Usos do espaço urbano, habitats e sociabilidades * Vinculação familiar 	<p>II - Recomendações sobre futuras investigações</p> <ul style="list-style-type: none"> * Estudos longitudinais * Necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo * Prevalência de sem-abrigo
<p>III - Caracterização sociodemográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> * Escolaridade * Género * Idade * Naturalidade * Número filhos * Posse de documentos de identificação * Situação marital * Situação profissional 	<p>IV - Caracterização psicossocial</p> <ul style="list-style-type: none"> * Fragilidade interior * Momentos de crise * Representação da família * Representação do par parental * Vulnerabilidade social
<p>V - Trajectórias de vida</p> <ul style="list-style-type: none"> * Cuidados parentais * Espiral de eventos * Factores inter-dependentes * Fugas/expulsões * Rupturas 	<p>VI - Situação de sem-abrigo</p> <ul style="list-style-type: none"> * Duração * Factores conducentes à situação * Futuro * Locais de pernoita * Passado * Rotinas/quotidiano * Sociabilidade * Subsistência * Utilização de "lugares vagos"
<p>VII - Representações dos sujeitos em situação de sem-abrigo</p> <ul style="list-style-type: none"> * Aprendizagens pela situação de sem-abrigo * Auto-imagem * Auto-justificação da situação * Centros de acolhimento * Face aos aspectos a melhorar nos serviços * Face aos serviços disponíveis * Face aos técnicos dos serviços sociais * Outras pessoas em situação de sem-abrigo * Satisfação face aos serviços de apoio existentes 	<p>VIII - Representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo</p> <ul style="list-style-type: none"> * Desvio moral * Doente físico ou mental * Estereótipo generalizado * Gosto pela liberdade * Isolamento * Opinião pública compreensiva * Personalidade * Pessoas necessitadas * Vadio-mendigo
<p>IX - Instituições e respostas sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> * Centros de acolhimento * Controlo social * Fraca articulação dos serviços * Incongruências do sistema * Profissionais: polícias; psiquiatras; serviço social; juizes; administradores * Regeneração/reinserção/punição * Relações com o Estado * Representações profissionais face às pessoas sem-abrigo * Repressão 	<p>X - Contextos sócio-económicos</p> <ul style="list-style-type: none"> * Opinião pública geral * Tolerância/repressão

Quadro 2.12. Síntese da investigação realizada em Portugal

As características psicossociais estudadas e sintetizadas na tabela IV revelam, por um lado, que as pessoas em situação de sem-abrigo possuem fragilidades interiores

capazes de comprometerem o estabelecimento de relações seguras e confiantes, Barreto, 2000. Algumas dessas fragilidades identificadas por Barreto, 2000, têm a sua origem nas relações familiares precoces. Por outro lado, a investigação indica que os momentos de crise associados à vulnerabilidade social estão na origem de algumas trajectórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, Menezes, 2008.

A tabela V agrupa as conclusões acerca das trajectórias de vida, estudadas sobretudo por Menezes, 2008. Uma das trajectórias definidas por esta investigadora é a espiral de eventos e a existência de um leque de factores interdependentes, que simultaneamente moldam e são produzidos por várias rupturas que, frequentemente, se entrecruzam. A ausência de redes de segurança, por vezes, torna as sucessivas rupturas irreversíveis.

Na tabela VI sintetizam-se os vários itens estudados pelos investigadores portugueses relativos à situação de sem-abrigo. Alguns apontam como factores conducentes à situação de sem-abrigo, a toxicodependência, a prisão, o afastamento familiar, problemas de saúde, perda ou precariedade de emprego, baixas reformas e perda da habitação. Outros apontam para factores individuais, estruturais e institucionais. Outros ainda referem que a complexidade da pessoa, do seu contexto e da conjugação dos diversos factores podem desencadear a situação. Este conjunto de investigadores associa a pobreza aos factores que conduzem à situação de sem-abrigo.

Em relação a perspectivas de futuro, abordadas por Fernandes, 2007 e Menezes, 2008, a primeira investigadora concluiu que as pessoas por ela estudadas consideram o futuro sem perspectivas, como se este nada mais fosse do que uma reprodução do presente. Menezes, 2008, refere alguns projectos de poupanças e de planos para o futuro.

Em relação ao passado das pessoas inquiridas, os investigadores concluem que, algumas referem vivências de acontecimentos e factos gratificantes, enquanto outras recordam acontecimentos traumatizantes e processos de exclusão.

O quotidiano das pessoas em situação sem-abrigo é, geralmente, vivido com angústia, receios e por inúmeras dificuldades. Os locais de pernoita das pessoas investigadas são maioritariamente: entradas de prédios, debaixo de arcadas, quartos de pensões, casas abandonadas, urgências de hospitais, albergues e na rua. Alguns investigadores salientam obstáculos a superar no quotidiano das pessoas nesta situação, ligados, essencialmente à falta de documentação ou a aspectos burocráticos impostos no acesso a serviços e benefícios.

As conclusões relativas à sociabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo são diversas. Alguns investigadores evidenciam que as pessoas a viver nesta situação têm poucas interacções sociais, vivendo muito sós, predominando a ausência de vínculos familiares. Salientam ainda que o contacto com as instituições e com outros indivíduos que vivenciam a mesma situação é frágil e de fraca intensidade. Outros salientam que se trata de um mito que a pessoa em situação de sem-abrigo está isolada, evidenciando o que lhes foi dado a conhecer através da permanência em espaços de sociabilidade entre as pessoas nesta situação. Outros destacam ainda que algumas pessoas nesta situação mantêm contactos com a família.

Os meios de subsistência predominantes são a mendicidade, o trabalho informal, as instituições de apoio, o RSI, e também algumas actividades ilícitas.

Por último, e ainda relativamente às conclusões sintetizadas na tabela VI, alguns investigadores, sobretudo Mateus, 2007 e Rivotti, 2008, dão conta da ocupação de lugares vagos por parte das pessoas em situação de sem-abrigo. Nas pesquisas destes dois investigadores a falta de poder da pessoa em situação de sem-abrigo é realçada, quer pela subordinação aos ritmos da cidade, quer necessidade de adaptação a esses mesmos ritmos, para alcançarem e manterem recursos vitais, o que implica uma negociação entre os indivíduos e grupos e os agentes locais.

Na tabela VII sistematizo as representações dos indivíduos em situação de sem-abrigo acerca de diversas questões. A investigação de Menezes, 2008, relata aprendizagens referidas pelas pessoas inquiridas e que remetem para o desenvolvimento de capacidades pessoais de adaptação à situação de vida. Em relação às próprias representações acerca da auto-imagem das pessoas inquiridas, ela é percebida como estigmatizada e acompanhada por sentimentos de vergonha, humilhação e desvalorização, a par do sentimento de perda da forma física e de saúde.

As justificações que as pessoas inquiridas referem para a situação em que se encontram oscilam entre a responsabilização pessoal e a vitimização.

As representações acerca dos centros de acolhimento são expressas indirectamente, através da recusa manifesta no ingresso a este tipo de estrutura, referidas por Rivotti, 2008, que variam entre o receio e a perda de autonomia.

As representações acerca dos aspectos a melhorar nos serviços, estudadas por Sousa, 1999 e por Menezes 2008, incluem vários aspectos relativos ao atendimento e serviços a disponibilizar e à vontade dum participação activa na resolução de problemas individuais e do próprio sistema.

No que concerne as representações dos inquiridos acerca dos serviços disponíveis, também evidenciadas nas investigações de Sousa, 1999, e Menezes, 2008, estas indicam que gostariam de ter mais apoios, quer em questões de saúde, quer na identificação e avaliação das suas necessidades.

Relativamente às representações acerca dos técnicos dos serviços sociais, as pessoas inquiridas referem que o empenho dos técnicos e funcionários desses serviços é manifestamente insuficiente; que é necessário ter talento para angariar a sua simpatia; e que estes utilizam critérios pouco claros e injustos, causadores de impotência na afirmação dos seus direitos.

As representações acerca de outras pessoas em situação de sem-abrigo e das causas que as conduziu a essa condição são variadas e muitas delas parecem reflectir a experiência pessoal dos inquiridos, sendo também, em alguns aspectos, consentâneas com as representações expressas por outros actores sociais. Referem que se trata de uma população heterogénea e que as causas são muito distintas e que são pessoas que perderam tudo, sendo grande parte alcoólica ou toxicodependente. Afirmam que as pessoas em situação de sem-abrigo não são aceites no mercado de trabalho, são socialmente excluídas e perderam a família. Avançam com causas explicativas para a situação como: o divórcio, o desemprego, o estar indocumentado, a instabilidade e o

trabalho precário, os salários baixos e o trabalho ilegal. Referem ainda outras causas associadas com drogas, álcool, com a itinerância, as depressões ou doença mental, traumas de infância, abuso e conflitos familiares. Outros assinalam a falta de serviços sociais de apoio que permitam solucionar estas situações.

Para concluir as representações dos inquiridos, incluem-se ainda a satisfação face aos serviços de apoio existentes, estudadas por Sousa, 1999 e Menezes, 2008. As pessoas estudadas não reconhecem, na maioria dos serviços sociais, a capacidade de serem ajudadas de uma forma efectiva e de estes irem ao encontro das suas necessidades. Alguns consideram as respostas dadas insatisfatórias e desfasadas das suas necessidades, para além de lhes precederem um tempo de espera geralmente longo. Outros apontam a falta de apoios continuados, a falta de informação e de especialização dos serviços, bem como a imposição de resolução de aspectos burocráticos, muitas vezes irrealizáveis para as pessoas que estão na situação, como é no caso dos indocumentados.

Na tabela VIII incluem-se as representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo, estudadas por vários investigadores, como Miguel, 2007, Bastos, 1997 e Rivotti, 2008. A ideia de desvio moral associado, essencialmente, à categoria mendigovadio, é manifesta por expressões como: prostituta; homossexual; ou marginal. Louco, com doença contagiosa, com deficiência física ou mental e alcoólico ou toxicod dependente, são expressões utilizadas para caracterizar a pessoa em situação de sem-abrigo. O estereótipo generalizado é confirmado por grande parte dos participantes no estudo de Miguel, 2007, que confirma que as pessoas sem-abrigo são: maioritariamente homens, sós – não-casados e sem filhos, sem contacto regular com familiares, que não conseguem encontrar habitação permanente, sem reformas ou subsídios, com problemas de álcool e de drogas. Algumas destas representações foram expressas nas sinalizações aos serviços da autarquia e sistematizadas por Rivotti, 2008: ligação de uma certa pobreza à proliferação de comportamentos desviantes; expressão de incómodo, com insalubridade, insegurança, um perigo para a saúde pública; a presença de pessoas sem-abrigo é percebida como afectando negativamente a imagem da cidade.

O gosto pela liberdade e a recusa de assumir compromissos e responsabilidades é também uma representação social identificada pelos investigadores que estudaram este aspecto. Paralelamente às representações sociais negativas face às pessoas em situação de sem-abrigo, foram expressas igualmente preocupações pelo bem-estar físico e social dos indivíduos, assim como o reconhecimento da existência de pessoas necessitadas, como as crianças, os idosos ou os doentes. O conformismo e a passividade são frequentemente expressões utilizadas para representar as pessoas em situação de sem-abrigo.

As tabelas IX e X focam outros aspectos evidenciados nas investigações desenvolvidas em Portugal. São contributos importantes para se contextualizar as representações sociais sobre as pessoas sem-abrigo que serão retomadas no capítulo III desta dissertação.

Os contributos dos investigadores portugueses para a caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo, embora não sejam muito significativos em número,

permitem, contudo, elucidar aspectos menos conhecidos e difundidos sobre as trajetórias de vida, as condições de vida das pessoas em situação de sem-abrigo e também as representações sobre si ou outros na mesma situação. Em relação à intencionalidade dos discursos produzidos pela ciência, parece-me evidente, que de um modo geral os investigadores portugueses procuram, sobretudo, esclarecer mitos, considerando a pessoa em situação numa perspectiva compreensiva que engloba várias dimensões, as individuais, as do contexto socioeconómico e a das instituições de suporte às pessoas na situação.

As pesquisas analisadas e apresentadas neste capítulo não procuram distinguir como as pessoas sem-abrigo se diferenciam das que vivem abrigadas, mas revelam preocupações evidentes relacionadas com a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno. Creio que a generalidade da população portuguesa ficaria mais e melhor informada sobre este fenómeno se o conhecimento produzido pelos investigadores portugueses tivesse um alcance mais abrangente.

2.2. Os média

Neste ponto darei conta da pesquisa realizada, com base nas peças jornalísticas publicadas na imprensa *on-line*, assim como da estratégia metodológica desenvolvida na recolha e análise desse material. As notícias, com os descritores “*sem-abrigo*” ou “*sem-tecto*”, foram coligidas desde o último trimestre de 2005 até ao primeiro trimestre de 2009. Esta iniciativa consistiu, no seu começo, numa experiência. Não tinha, na altura, a ideia dos resultados que iria obter. Contudo, quando semanalmente comecei a receber as ligações para as notícias, fiquei impressionada. Não estava à espera de uma produção de informação tão intensa e regular sobre as pessoas ou o fenómeno sem-abrigo.

Cedo me apercebi que o “mundo” das notícias *on-line* tem as suas regras de funcionamento próprias e muitos dos relatos recebidos eram variações de uma mesma informação escrita. Isto é, o mercado da informação parece ser alimentado por algumas agências noticiosas que fornecem os mais variados jornais locais, espalhados pelo país. Muitas das notícias que recebia eram repetidas, não propriamente iguais, mas os factos relatados e a forma como eram descritos era muito semelhante.

O processo de compilação e organização deste material foi sendo construído ao longo dos anos e foi sofrendo alterações que darei conta, brevemente, nas linhas que seguem.

Numa primeira fase comecei por fazer uma triagem das notícias recebidas, imprimindo-as em papel para posteriormente as analisar. Nesses primeiros tempos de contacto com a matéria informativa, guardava apenas os textos que me pareciam mais relevantes para a pesquisa. Pouco a pouco o volume de notícias foi-se acumulando e a capacidade para seleccionar, distinguindo o que iria desprezar e

conservar tornou-se menos óbvia. Tinha receio de rejeitar informação que poderia ser interessante tratar mais tarde.

Em 2007, já com um número considerável de textos, preocupei-me com a forma como iria tratá-los. Uma vez que o material já estava em formato digital, utilizá-lo em suporte de papel para o tratar posteriormente, fazia pouco sentido. Criei, então, um ficheiro de texto com informação sobre os recortes, registando os seguintes dados: nome da publicação; ano da edição; título da notícia; *link*; e a data de acesso à notícia.

Posteriormente, já o ficheiro continha uma grande quantidade de registos, apercebi-me que algumas ligações ao texto da notícia deixavam de estar acessíveis, o que indicava que estava a perder informação que não poderia recuperar. Mudei, então, de estratégia. A partir dessa altura passei a incluir no ficheiro o texto completo da notícia. O aspecto do ficheiro passou a ficar bastante confuso e com uma usabilidade reduzida, contudo, esta forma de arquivo permitia-me guardar as notícias com um mínimo de segurança. O aspecto deste segundo ficheiro pode ser observado no Quadro 2.13.

Diário de Notícias (2006). "Só devemos receber quem se porte bem". In: http://dn.sapo.pt/2006/11/12/cidades/so_devemos_receber_quem_porte_bem.html Acesso em 2007/08/29.

Só devemos receber quem se porte bem"

Francisco Mangas



O presidente da Junta do Bonfim, no Porto, defende a expulsão dos imigrantes "sem inserção na sociedade", porque "aumentam o número de sem-abrigo" na cidade e passam uma imagem de "degradação da nossa sociedade". Armindo Teixeira, social-democrata, denunciou ontem situações de insegurança na sua freguesia, "agravadas nos últimos três anos", e acusou a PSP de não fazer "o trabalho bem feito".

Os imigrantes sem-abrigo, segundo o autarca, estão associados ao aumento de assaltos na zona do Bonfim. No entanto, Armindo Teixeira não apresentou quaisquer estatísticas ou dado oficial que justificassem a sua afirmação.

"Se passam o dia sem fazer nada, digam-me então do que vivem eles?", questiona o presidente da Junta. Para Armindo Teixeira, "só devemos receber na nossa casa até um limite e apenas os que se comportarem correctamente". Caso contrário, "devem ser expulsos" para o nosso país não ficar "como as favelas do Brasil".

A insegurança na freguesia do Bonfim, na parte oriental da cidade do Porto, tem como foco "mais preocupante" a zona da Lomba. É daí, refere o autarca, que alegadamente "um grupo com cerca de 30 traficantes e consumidores de droga" espalha o "pânico" entre os moradores. "O centro de idosos na Rua do Heroísmo foi assaltado duas vezes em Outubro. Sabemos que os assaltantes estão referenciados, mas nada lhes acontece", sublinha Armindo Teixeira.

Parte substancial do grupo, refere, veio de outras zonas da cidade, principalmente dos bairros sociais "do Lagarteiro, Sé ou do S. João de Deus". A polícia tem actuado "mas não da melhor forma". A política social da Câmara do Porto (governada pela coligação PSD/PP) também merece críticas do social-democrata Armindo Teixeira. "Se a autarquia actuasse a nível da cidade, e não apenas nos bairros camarários, teríamos o problema resolvido".

À acção da polícia, o autarca sugere "a tática do cerco"- a PSP deveria actuar "de forma silenciosa e usar a tática de cerco para evitar a fuga dos marginais". Para isso, a investida policial terá de ser feita a pé, "sem luzes, nem sirenes".

Quadro 2.13. Exemplo do ficheiro de texto com as notícias incluídas

A opção de criar uma base de dados com as notícias foi-me sugerida por Catarina Martins, doutoranda em História da Educação, na Universidade de Lisboa, que estava então a utilizar o FileMaker²¹ para a criação de uma base de dados documental. Com esta base de dados, consegui, finalmente, arquivar, de um modo rápido e fiável, as notícias.

Inicialmente, optei por não estabelecer uma estrutura complexa, uma vez que este

²¹ FileMaker, Inc. · 5201 Patrick Henry Dr.; Santa Clara, CA 95054 USA

software permite a inclusão e alteração dos campos, com muita flexibilidade. Defini os primeiros campos da base de dados que, de facto, não eram mais do que os que já estava a registar nos ficheiros de texto anteriores. O carregamento da base de dados permitiu-me confirmar as potencialidades e riqueza do material que vinha recolhendo.

Através da Professora Rosa Maria Hessel Silveira, da Universidade Luterana do Brasil, tive conhecimento da pesquisa de Cristina Ponte. Esta investigação incidia sobre o tratamento jornalístico da criança e da infância, durante um período de trinta anos, com base nas notícias publicadas em Portugal, entre 1970 e 2000. Esta pesquisa, intitulada *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)* pretendia conhecer ‘quando’ e ‘como’ as crianças são notícia de informação geral. A autora propunha um sistema de análise dos textos, adaptável à base de dados que estava a construir.

É evidente que havia aspectos tratados por Ponte, 2005, que não poderia contemplar no meu trabalho e que provavelmente teriam interesse, como os relativos à localização da notícia no interior do jornal, ao número da página e à proximidade com outras peças. Na imprensa *on-line* esta análise não é possível, pois a localização do texto e o modo de acesso à informação é muito distinto da interacção física e linear que se estabelece com um periódico impresso em papel. No entanto este trabalho proporcionou-me sugestões para a definição dos campos a criar na base de dados, das categorias de análise que poderia utilizar e sobre um outro aspecto que começou a tornar-se muito evidente nas notícias, o que a autora denomina por “vozes no texto”.

Dei por terminada a recolha de notícias no final do primeiro trimestre de 2009. Por coincidência, nessa data, o número de registos na base de dados era de seiscentos. Passei, em seguida, à etapa da análise dos textos. À medida que os ia lendo, apercebi-me que alguns eram totalmente irrelevantes para a pesquisa, apaguei esses registos, tendo posteriormente optado por deixá-los na base de dados criando um indicador de registos a “não tratar”. Finalizados o tratamento e a primeira análise das notícias, a quantidade de registos constante na base de dados passou a ser quinhentos e setenta e oito. Deste conjunto, retirei os assinalados para rejeitar, ficando um total de quinhentos e quarenta e dois textos para tratamento mais aprofundado.

Conforme referido acima no texto, a Lusa Agência de Notícias de Portugal, SA é a única agência noticiosa em Portugal e de âmbito nacional. A missão da agência pode ser consultada na página institucional na internet, e está definida do seguinte modo:

“A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objectivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (mídia nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a prestação ao Estado Português de um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.”²²

Um número considerável de notícias publicada nos média *on-line* tem a sua origem

²² Disponível em <http://www.lusa.pt/info/lusa/lusainfo.html>. (09-2009).

nesta agência. Ao longo do tratamento da informação recolhida, fui verificando notícias repetidas ou com ligeiras variantes. Para solucionar esta situação dispunha de várias alternativas. Optei por marcar como “repetida” as que recordava já ter lido, confirmando, posteriormente, esse facto. No final, verifiquei que cento e nove tinham sido marcadas como repetidas. A fim de evitar comparar, notícia a notícia se se tratava da mesma informação, optei por organizá-las por instituição e desprezar o facto de estarem repetidas. Na verdade, o meu interesse era conhecer como o fenómeno e a pessoa sem-abrigo eram descritos nos média, quando e por quem.

A análise realizou-se por aproximações sucessivas, numa perspectiva top/down, isto é, partindo de categorizações mais gerais, até chegar ao detalhe. Numa primeira etapa criei uma estrutura geral, composta por um reduzido número de campos de informação genérica: Nome da publicação; Ano da notícia; Autor; Título; Indicação do link; Data de acesso ao *link*; e o Texto da notícia.

Apresento, em seguida, informação quantitativa relativa ao conjunto de notícias tratadas. Assim, no Quadro 2.14, sintetizo o número de notícias recolhidas e agrupadas por ano de publicação.

Ano	Total
Out-Dez 2005	16
Jan-Dez 2006	105
Jan-Dez 2007	148
Jan-Dez 2008	222
Jan-Abr 2009	51
Total	542

Quadro 2.14. Notícias recolhidas por ano de publicação

Conforme assinalado anteriormente, em 2005 e 2009 não foram recolhidas notícias abarcando o ano na sua totalidade. Apesar de não estar a trabalhar com cinco períodos completos, verifica-se um crescimento gradual da quantidade de artigos publicados, indiciando um aumento progressivo do interesse deste tema pelos média e pela sociedade em geral.

No Quadro 2.15 apresento os títulos dos periódicos com mais notícias publicadas em Portugal, contendo a expressão sem-abrigo e/ou sem-tecto. Optei por organizar a listagem por ordem decrescente.

Como se pode verificar, há uma grande diversidade de publicações que difundiram informação sobre o tema, desde a agência de notícias da Igreja Católica, Agência Ecclesia, passando pelas publicações regionais ou outras ligadas a partidos políticos, associações desportivas, e ainda pelos jornais diários com maior tiragem, ou distribuídos gratuitamente nas principais cidades do país. O Jornal de Notícias destaca-se claramente das demais publicações, com oitenta e duas peças publicadas.

Publicações On-line	Total
Jornal de Notícias	82
Portugal Diário	38
Agência Ecclesia	36
Correio da Manhã	36
Diário de Notícias	34
Diário Digital	30
Público Última Hora	20
Rádio e Televisão de Portugal	20
Sol	13
Diário dos Açores	12
O Primeiro de Janeiro	12
Jornal da Madeira	11
Fábrica de Conteúdos	10
Rádio Renascença	10
Fátima Missionária	9
Destak	8
Esquerda	8
O Mirante	8
Uefa.Com Magazine	8
Açoriano Oriental	7
O Setubalense	7
TSF Online	7
Lusa	6
Jornal Regional	5

Quadro 2.15. Títulos das publicações *on-line* com maior número de artigos

Um outro aspecto relevante para esta análise está relacionado com a origem geográfica das notícias, isto é, se o texto se refere a um acontecimento ou facto ocorrido em Portugal ou no estrangeiro, distinguindo a região ou o país. O Quadro 2.16 apresenta a origem geográfica das notícias.

Distrito/Região Autónoma	Total	País	Total
Açores	23	Alemanha	5
Aveiro	25	Austrália	1
Beja	1	Bélgica	1
Braga	11	Brasil	2
Coimbra	14	Canadá	1
Évora	1	Coreia do Sul	1
Faro	13	Dinamarca	1
Leiria	9	Espanha	8
Lisboa	195	EUA	21
Madeira	22	Europa	2
Porto	63	França	10
Santarém	3	Itália	7
Setúbal	13	Japão	4
Viana do Castelo	7	Luxemburgo	6
Vila Real	1	Reino Unido	6
Viseu	2	Rússia	1
Total por distrito/região	403	Vaticano	2
		Venezuela	1
		Total por país	80
Portugal (âmbito geral)	46	Mundial	13
Total nacional	449	Total internacional	93

Quadro 2.16. Origem geográfica das notícias: nacionais e internacionais

A nível nacional, os distritos com um peso mais significativo na produção de informação sobre este tema são o de Lisboa, representando 48,39%, seguido do Porto com 15,63%. Os distritos de Aveiro e as Regiões dos Açores e Madeira apresentam percentagens inferiores, com 6,2%, 5,7% e 5,5%, respectivamente, no entanto, são estes os que depois de Lisboa e Porto mais informação produzem sobre o fenómeno ou as pessoas sem-abrigo. São dois os distritos sem notícias, Bragança e Portalegre.

Já a nível internacional, os EUA são os responsáveis por 26,25% do total de notícias por país, seguido da França e da Espanha, cada um deles com percentagens de 12,5% e 10%, respectivamente.

Para além desta análise quantitativa das notícias que num determinado período foram publicadas, focando o fenómeno ou a pessoa sem-abrigo, a visão qualitativa dos conteúdos das notícias é particularmente relevante para a minha pesquisa. Das quinhentas e quarenta e duas notícias, retiraram-se cento e nove que estavam marcadas como repetidas.

Nas fases iniciais do processo de análise, verifiquei que uma quantidade significativa de notícias indicava, explicitamente, uma ou mais organizações. Criei um campo específico para incluir os nomes da instituição, ou instituições presentes nas notícias. Porém, algumas não se referiam a instituições e, nesse caso coloquei-lhe o descritor “Indivíduo” ou “Sociedade”, consoante se tratasse de um artigo acerca duma pessoa isolada ou de um grupo, ou de uma acção promovida pela sociedade em geral. No Quadro 2.17 apresento as quantidades e percentagens de notícias classificadas quanto à instituição.

Instituição	Total	%
Indivíduo	101	23,33%
Instituição	321	74,13%
Sociedade	11	2,54%
Total	433	100,00%

Quadro 2.17. Classificação das notícias em relação à instituição

É importante salientar que o peso das notícias provenientes das instituições representa 74% do total de artigos coligidos. As instituições são variadas, no entanto algumas têm uma maior representatividade dentro do grupo em questão. No Quadro 2.18 identifiquei os nomes das instituições dominantes neste conjunto.

As organizações de solidariedade social representam 45% deste grupo de notícias. A autarquia de Lisboa 14% e as notícias provenientes de instituições governamentais e de organizações católicas são responsáveis por 13%, cada. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social têm um peso de 4% e 3% no conjunto destas notícias. Dentro de todas as organizações que são notícia, concretamente as de Solidariedade Social, a Comunidade Vida e Paz é a que mais proporciona informação mediática.

Instituição	Total
Comunidade Vida e Paz	27
Câmara Municipal de Lisboa	21
Cáritas	11
Associação CAIS Círculo de Apoio à Integração dos Sem Abrigo	10
Legião da Boa Vontade	9
AMI - Assistência Médica Internacional	8
Nóuni, Associação para a Cooperação e Desenvolvimento	8
Instituto de Segurança Social	6
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	6
Autoridade Nacional de Protecção Civil	5
Câmara Municipal de Aveiro	5
Comunidade de Santo Egídio	5
Associação Novo Dia	4
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	4
Cruz Vermelha Portuguesa	4
Movimento de Apoio à Problemática da Sida	4
Serviço Jesuíta aos Refugiados	4
Associação Ares do Pinhal	3
Florinhas do Vouga	3
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	3

Quadro 2.18. Instituições com maior número de notícias publicadas

Em relação às notícias em que a instituição presente é o indivíduo ou a sociedade, por não tratarem de temas relativos a organizações formais, as mais representativas estão apresentados no Quadro 2.19.

Instituição	Total
Indivíduo: homem sem-abrigo	30
Indivíduo: caso Gisberta	8
Indivíduo: artigo de opinião	7
Indivíduo: Presidente da República	5
Sociedade: ocupação urbana	5
Sociedade: solidariedade	5

Quadro 2.19. Notícias, mais representativas, em que o foco é o indivíduo ou a sociedade

A categoria “indivíduo: homem sem-abrigo” é a que contém um maior número de informação nos *média*. O “caso Gisberta” gerou um número considerável de informação, assim como os artigos de opinião de vários escritores nacionais²³. Também as actividades do Presidente da República em que o foco é a pessoa sem-abrigo são motivo de notícia. Por último, na categoria sociedade, incluí os artigos que relatavam situações sobre ocupação urbana de edifícios abandonados e iniciativas de solidariedade para com as pessoas em situação de sem-abrigo, promovidas por grupos informais ou por indivíduos isolados.

À medida que ia aprofundando o conhecimento sobre o material em análise, outras

²³ O caso Gisberta foi uma notícia com grande impacto mediático, em 2006, por se tratar de um crime que resultou na morte de uma pessoa em situação de sem-abrigo, a residir no Porto, confessado por um grupo de jovens residentes numa instituição nessa cidade.

questões se colocavam em relação às pessoas em situação de sem-abrigo veiculadas na imprensa *on-line*: Quando é notícia? Qual o objectivo da notícia? Quem está presente na notícia? Como é descrito? Estas questões foram sendo respondidas, notícia a notícia. Com o avançar da codificação, surgiram, claramente, quatro áreas temáticas: uma relativa às instituições presentes nas notícias; outra que reflectia posições da sociedade face às pessoas ou fenómeno sem-abrigo; uma terceira em que surgiam descrições sobre o individuo sem-abrigo ou um grupo de indivíduos; e uma quarta área com descrições sobre o fenómeno sem-abrigo. Consequentemente, criei um novo *lay-out* da base de dados para incluir a situação da notícia, contendo novos campos com excertos dos textos a incluir em cada um destes quatro grupos.

Esta nova abordagem permitiu obter informação um pouco distinta da anteriormente apresentada, tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos. De facto, numa mesma notícia encontrava, frequentemente, descrições a incluir em todas estas áreas, outras só em uma ou duas. No Quadro 2.20 apresento um exemplo de uma notícia já categorizada em função das várias descrições presentes no texto. Trata-se de um exemplar que contém excertos incluídos nas quatro áreas: Individuo; Fenómeno; Sociedade; Instituição.

		Situação da Notícia	
		Nacional	Zona
Instituição Câmara Municipal de Aveiro		Sim	Aveiro
Objectivo Noticiar a dificuldade em motivar as pessoas sem-abrigo para serem ajudadas pelas várias instituições	Quem está presente equipas de rua do Serviço Móvel de Apoio à Comunidade (SMAC) e dos serviços sociais da autarquia, vereador David Almeida, responsável pela		
Individuo "Ocupam os prédios devolutos no Centro da cidade de Ovar, recusam ajuda das equipas de rua do Serviço Móvel de Apoio à Comunidade (SMAC) e dos serviços sociais da autarquia, persistindo numa vida ligada ao álcool e às drogas. [...] Vivem em condições de higiene deploráveis" e alguns não resistem, como Augusto Arlindo Andrade Soares, de 30 anos, conhecido por 'Biribiri', encontrado morto na passada sexta-feira, numa casa devoluta. "Este homem esteve referenciado pelas equipas de rua, mas não foi localizado nas últimas intervenções, porque se ausentou para o Porto	Sociedade "Em Março de 2005, os moradores do prédio das 'Luzes' fizeram chegar à Câmara de Ovar uma carta onde pediam uma intervenção.	Texto Notícia 28 casos registados em Ovar Sem-abrigo recusam ser ajudados Este é o aspecto de um dos albergues dos sem-abrigo em Ovar Ocupam os prédios devolutos no Centro da cidade de Ovar, recusam ajuda das equipas de rua do Serviço Móvel de Apoio à Comunidade (SMAC) e dos serviços sociais da autarquia, persistindo numa vida ligada ao álcool e às drogas. "Tentamos soluções de tratamento e de reinserção, mas não podemos forçar ninguém a fazer o que não quer", explica o vereador David Almeida, responsável pela área social do Concelho. "Vivem em condições de higiene deploráveis" e alguns não resistem, como Augusto Arlindo Andrade Soares, de 30 anos, conhecido por 'Biribiri', encontrado morto na passada sexta-feira, numa casa devoluta. "Este homem esteve referenciado pelas equipas de rua, mas não foi localizado nas últimas intervenções, porque se ausentou para o Porto onde desenvolvia a sua actividade de mendicidade", explica o mesmo autarca. Neste momento, são 28 os sem-abrigo do Concelho acompanhados pela divisão social, mas já foram muito mais, em particular no Centro da cidade. O trabalho das equipas de rua da divisão social e do SMAC encontra muita resistência, "por causa da desconfiança que passou	
Fenómeno "Neste momento, são 28 os sem-abrigo do Concelho acompanhados pela divisão social, mas já foram muito mais, em particular no Centro da cidade. [...] Com metade do edifício por acabar, por dificuldades financeiras do construtor, este transformou-se em guarida para todas as marginalidades. Os acessos foram bloqueados com paredes de tijolo e de madeira, mas, mesmo assim os sem-abrigo voltaram a entrar. O cenário já não é tão deplorável, mas ainda é possível encontrar vestígios de consumo de droga em alguns apartamentos inacabados. Seringas, lenços com sangue e um cheiro	Instituição "Tentamos soluções de tratamento e de reinserção, mas não podemos forçar ninguém a fazer o que não quer", explica o vereador David Almeida, responsável pela área social do Concelho. [...] O trabalho das equipas de rua da divisão social e do SMAC encontra muita resistência, "por causa da desconfiança que passou a fazer parte da vida destas pessoas". David Almeida garante que a autarquia tem feito tudo para combater o problema. "Distribuímos alimentos, roupas, cobertores e tentamos motivá-los para tratamento", refere.		

Quadro 2.20. Exemplo do *lay-out* da situação de uma notícia constante na base de dados

No Quadro 2.21 apresento as quantidades de descrições incluídas em cada uma das categorias: Sociedade; Instituição; Individuo; e Fenómeno. Dentro do conjunto de notícias em análise, as que fazem referência ao individuo e ao fenómeno são as

menos representadas, isto é, dos quatrocentos e trinta e três textos, 40% incluiu descrições do indivíduo/grupo e 34% do fenómeno. As referências à sociedade e à instituição são mencionadas em 53% e 47% das notícias, respectivamente. Face a estas percentagens, duas primeiras ilações podem ser retiradas: mais de metade das notícias da imprensa *on-line*, que referem as pessoas sem-abrigo, utiliza essa expressão para diversos fins que não se aplicam especificamente à condição de existência do indivíduo ou grupo; sensivelmente metade das notícias refere as instituições que trabalham na área e não às pessoas ou ao fenómeno.

	Sociedade	Instituição	Indivíduo	Fenómeno
Sociedade	227	91	94	82
Instituição		201	77	64
Indivíduo			172	62
Fenómeno				148

Quadro 2.21. Descrições presentes nas notícias nas categorias: sociedades; instituição; indivíduo; e fenómeno

Após a classificação dos textos e da inclusão nos diferentes tipos de descrições nos grupos respectivos era necessário prosseguir a procura dos sentidos expressos nos textos que continham descrições sobre o indivíduo ou grupo. Optei por focar a minha atenção somente nos excertos que continham descrições acerca do indivíduo ou grupo, abandonando a análise das outras dimensões: fenómeno; instituição e sociedade.

Essa análise foi, também, realizada por etapas sucessivas que procuravam captar, de um modo sintético, as características dos indivíduos ou grupo veiculadas nas notícias e quais os descritores utilizados. Com as ferramentas de que dispunha para a realização de uma análise deste tipo e, dada a grande quantidade de informação, depois de algumas tentativas e aproximações, optei por organizar as notícias em função das categorias presentes nos trabalhos de investigação realizados em Portugal, apresentadas no Quadro 2.12, deste capítulo. Procedendo deste modo, para além de facilitar a tarefa de classificação, poderia igualmente estabelecer comparações entre os discursos dos investigadores portugueses e os presentes nos *média*.

Tema Principal	Total
Contexto político, económico e social	14
Estado e políticas sociais	12
Instituições e respostas sociais	19
Representações dos sujeitos em situação de sem-abrigo	6
Representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo	50
Situação de sem-abrigo	65
Trajectórias de vida	6
Total	172

Quadro 2.22. Categorização dos temas das notícias com descrições do indivíduo ou grupo

No Quadro 2.22 apresento os principais temas patentes nas descrições das notícias em que o indivíduo está presente, que pode não coincidir com o tema geral da notícia, mas sim, com o modo como o indivíduo ou grupo é apresentado nos excertos das descrições.

Tendo por base este quadro temático no qual procurei classificar os textos em função de cada um dos temas encontrados, construí uma grelha com o conjunto de subtemas, presentes em cada um deles. Em certos textos, embora o tema principal atribuído à descrição tenha sido só um estão patentes referências a outros subtemas. No Quadro 2.23 apresento a grelha dos temas e subtemas expressos nas notícias contendo descrições do indivíduo em situação de sem-abrigo.

Temas	Subtemas	Total
Contexto político, económico e social	Expulsão (1); Extermínio (7); Repressão (4); Risco e exclusão (11); Tolerância (1)	24
Estado e políticas sociais	Definição nacional do conceito de sem-abrigo (1); Estratégia Municipal de Intervenção para as Dependências (1); Estudo da CML sobre as pessoas sem-abrigo (3); Estudo Segurança Social (2); Estudo sobre sem-abrigo em Faro (1); Habitação de emergência (1); Redução de riscos e minimização de danos da toxicodependência (1); Regeneração/reinserção (2).	12
Instituições e respostas sociais	Caracterização dos utentes da instituição (2); Centros de acolhimento (3); Controlo social (1); Distribuição de alimentos (2); Encaminhamentos (2); Hierarquia de respostas (1); Representações dos profissionais face às pessoas sem-abrigo (6); Sensibilização da sociedade (1); Serviços disponíveis: balneário e vestuário (1).	19
Representações dos sujeitos em situação de sem-abrigo	Face aos serviços disponíveis (6); Centros de Acolhimento (2); Auto-imagem (4); Autojustificação da situação (2); Face ao poder autárquico (1); Outras pessoas em situação de sem-abrigo (1)	16
Representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo	Consumo de substâncias psicoactivas (31); Atributos positivos/neutros das pessoas em situação de sem-abrigo (22): Com vidas complexas; Excluídas; Maltratadas; Marginalizadas; Necessitadas; Regeneradas; Respeitadoras; Sociáveis; Vulneráveis; Atributos negativos das pessoas em situação de sem-abrigo (15): Analfabetas; Degradadas; Esquisitas; Insalubres; Marginais; Não cumprem obrigações nem regras; Querem ser sem-abrigo; Recusam ajuda; Recusam reintegração; vadio-mendigo; Caracterização da "população" e de mulheres sem-abrigo (7); Estereótipo generalizado (7); Doente físico ou mental (7).	89
Situação de sem-abrigo	Utilização de "lugares vagos" (18); Morte (15); Rotinas/quotidiano (7); Futuro (7); Passado (6); Assassínio (6); Sociabilidade (5); Subsistência (5); Agressões (2); Acidente (1); Factores conducentes à situação (1); Furto e ferimento (1); Manifestação (1); Medo, frio (1); Proposta à CML (1)	77
Trajectórias de vida	Espiral de eventos (9); Factores interdependentes (5); Ex-combatentes (2); Cuidados parentais (1); Regeneração/sucesso (1)	18
Total		255

Quadro 2.23. Síntese dos temas e subtemas das notícias com descrições do indivíduo ou grupo

Uma primeira nota explicativa deste quadro refere-se aos totais. Das cento e setenta e duas notícias com descrições sobre o indivíduo ou grupo, obtive duzentos e cinquenta e cinco subtemas. Este facto deve-se à inclusão do mesmo excerto em mais do que um subtema.

Os temas com maior quantidade de informação são, claramente, os que foram incluídos nas representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo e as

descrições relativas à situação de sem-abrigo. Em quantidades significativamente inferiores seguem-se os temas; Contexto político, económico e social; Instituições e respostas sociais; Trajectórias de vida; Representações dos sujeitos em situação de sem-abrigo; e Estado e políticas sociais.

Começando pelo tema com maior número de descrições do indivíduo ou grupo, que agrega as representações sociais face às pessoas sem-abrigo veiculadas na imprensa *on-line*, verifica-se que o consumo de substâncias psicoactivas é o subtema mais frequente.

“Com o corpo marcado por anos de consumo de drogas, Mário recusa desleixar-se na higiene pessoal” (Balneário público de Alcântara fornece quinhentos banhos gratuitos por semana, O Emigrante - Mundo Português, 2007). *“Cada sem-abrigo tem a sua história. Alguns são consumidos pela droga, outros pelo álcool, como o jovem do Chiado que, por entre um elaborado discurso político, admite aos voluntários que bebe seis litros de vinho por dia”* (Espírito de missão nas ruas da capital; Jornal de Notícias; 2007, Luís Garcia).

Ainda que a notícia tenha um objectivo distinto, a referência aos consumos é feita de um modo quase automático.

“Um homem de 44 anos foi encontrado morto, esta terça-feira, numa casa degradada e devoluta no centro da cidade de Viana do Castelo que «costuma ser frequentada» pelos sem-abrigo e toxicodependentes” (Homem encontrado morto em «refúgio» de sem-abrigo; Portugal Diário, 2007); *“Também nos Açores a esmagadora maioria dos sem-abrigo é dependente do álcool e normalmente pede esmola para saciar o seu vício”* (Pesquisadores canadianos distribuem vinho a pessoa sem-abrigo; Diário dos Açores, 2006). *“O ferido é um sem-abrigo que habitualmente arruma carros nas imediações do Bairro do Aleixo. Será também toxicodependente.”* (Jovem baleado diz que fugia de ladrões; Correio da Manhã, 2008).

Os atributos positivos ou neutros acerca das pessoas em situação de sem-abrigo excedem os negativos – vinte e dois, contra quinze. Nos neutros ou positivos incluí os seguintes qualificadores das pessoas em situação de sem-abrigo: Com vidas complexas; Excluídas; Maltratadas; Marginalizadas; Necessitadas; Regeneradas; Respeitadoras; Sociáveis; Vulneráveis. Ilustro estes qualificadores com alguns exemplos, retirados das notícias.

“Quem teve a alegria de contactar alguma vez com estes homens e mulheres, é testemunha de que por detrás de uma aparência desajeitada existem histórias de vidas muito complexas” (Que resposta aos sem-abrigo?; Agência Ecclesia, 2005, Padre Francisco); *“gente que cobre o cão e o gato de mimos, reservando-lhe quase uma suite... enquanto ao lado das suas mansões PESSOAS HUMANAS vivem na rua sem tecto nem afecto”* (A Estrela do nosso Natal, Correio da Manhã, 2008, Padre José Maia); *“Muitos desconhecem que este homem até foi agredido por crianças que na sua liberdade de sair, uma noite, de madrugada, acharam que espancar um ser humano sem um tecto para se abrigar, era divertimento suficiente para 'terminarem bem a noite”* (Quem lhe deu a mão?, Semanário Transmontano, 2009, Leila Cristina Pinto); *“para alguns dos 60 presentes há muito deixou de ser [o Natal, dia] de família. [...] 'Estou muito contente por estar aqui, é um Natal diferente para mim, que vivo na*

rua e da misericórdia das pessoas há já três anos', disse ao DN Henrique Macedo. 'Em poucas horas, já fiz muitos amigos', frisou. Também António Rocha mostrava alegria por 'poder comer coisas de que já não recordava o sabor'. Está 'sozinho na vida', apesar de ter um filho. 'Não quer saber de mim', diz" (A Brasileira ofereceu almoço a 60 sem-abrigo do Porto; Diário de Notícias, 2007); "[Desde há alguns anos a esta parte que também ajuda os repatriados] porque 'são repatriados mas também são sem-abrigo'. Lembra que 'estas pessoas precisam de muito amor e carinho e só os incomoda o facto de as outras pessoas os ignorarem. Eles só precisam de ser tratados como pessoas que são. Eu não tenho medo deles. Muito pelo contrário. Sou muito bem tratada por todos e sempre que me vêem na rua dão-me um beijinho. Eles respeitam quem os respeita', garante" (Evelina Rosa: ela ajuda repatriados e sem-abrigo a viver melhor porque o seu partido é o de Cristo!; Diário dos Açores, 2007, Nélia Câmara); "Garantem que a vulnerabilidade chega pela porta bem fechada e que quando menos esperavam foram atirados para uma situação irremediável. A retórica enoja-os" (Garimpeiros da política local, Jornal da Madeira, 2007, Gilberto Teixeira).

Os atributos negativos das pessoas em situação de sem-abrigo, como se pode verificar no Quadro 2.23, são os seguintes: Analfabetas; Degradadas; Esquisitas; Insalubres; Marginais; Não cumprem obrigações nem regras; Querem ser sem-abrigo; Recusam ajuda; Recusam reintegração; vadio-mendigo. Incluo aqui, também, alguns exemplos de notícias em que as representações sociais veiculadas são negativas.

"Já dormia quando ouvi um estrondo. Levantei-me sobressaltada, fui à janela e vi a casa já tomada pelas chamas. Vim para a rua e pedi a um rapaz de passava ali perto, que chamasse a polícia e os bombeiros', conta a mulher, analfabeta, que nasceu na ilha da Madeira" (Fogo destrói casa ocupada por sem-abrigo; Jornal de Notícias, 2008, Rui Bondoso); "É muito complicado porque vêm os cães, os gatos, os sem-abrigo, remexem nos sacos, espalham tudo e a porcária é cada vez maior. [Não entendo esta greve, quem se prejudica somos nós', lamenta a moradora]" (Lisboa - Greve dos trabalhadores do lixo e da higiene termina esta tarde; Correio da Manhã, 2008, Sofia Rato); "'hotel' de marginais. 'Vem para aqui tudo. Drogados, sem abrigo, prostitutas e casais de namorados', explicam os moradores, mostrando as paredes marcadas por vândalas pinturas e o chão onde abundam os dejectos humanos, embalagens de comida e bebida, seringas e pratos usadas no consumo de droga" (Casa abandonada irrita moradores; Correio da Manhã, 2008, Francisco Manuel); "Quando passo por lá vejo que andam pessoas esquisitas', comenta [Esmeralda Souto, da Direcção da associação de pais]" (Ovar: Auditório inacabado constitui perigo e antro de marginalidade; Diário de Aveiro, 2008, Luís Ventura); "O número de pessoas que escolhem aquele local para permanecer como se fosse 'a sua casa' tem vindo a aumentar. [...] O não querer cumprir com obrigações e com as regras da sociedade é a principal razão para que o Mercado dos Lavradores continue a 'acolher' os sem-abrigo" (O itinerário que fica longe dos "olhos" de Cavaco Silva; Tribuna da Madeira, 2008, Sara Silvino); "pessoas que vivem na rua por pobreza, por isolamento ou porque querem ser sem-abrigo, mas haverá outras pessoas que ocupam casas durante a noite, mas que não se incluem no conceito de sem-abrigo" (Algarve tem 30 sem-abrigo referenciados por estudo Sem Abrigo em Faro; Barlavento Online, 2009); "Oito pessoas 'sem-abrigo' recusaram a possibilidade de pernoitarem nas instalações do

Centro de Acolhimento da Cáritas de Setúbal, apesar de alertadas para essa possibilidade por equipas técnicas da Câmara Municipal, que sábado à noite percorreram a cidade [...] decidiram permanecer nos locais onde se encontravam” (Oito pessoas "sem-abrigo" receberam cobertores da autarquia, mas optaram por passar a noite na rua; Açoriano Oriental, 2007); *“por vezes, as pessoas que exercem a mendicidade praticam crimes de natureza semi-pública e particular, nomeadamente ameaças e injúrias”* (Mendicidade aumenta em Ponta Delgada; Açoriano Oriental, 2009, Luís Pedro Silva).

Ainda dentro do tema das Representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo, encontrei três subtemas que são também recorrentes nas notícias: Caracterização da “população” e de mulheres sem-abrigo; Estereótipo generalizado; Doente físico ou mental. Ilustro com alguns excertos retirados dos textos.

“Cidadão de nacionalidade portuguesa, sexo masculino, solteiro, em idade activa (entre 30 e 59 anos) e com baixo nível de escolaridade. Eis o retrato-robot que resultou de um estudo inédito efectuado pelo Instituto de Segurança Social (ISS) sobre as pessoas sem-tecto”. (Há quase três mil sem-abrigo 3000 sem-abrigo em Portugal continental; Público Última Hora, 2006, Ana Cristina Pereira); “A maioria dos sem-abrigo são homens (83 por cento) e têm entre 34 e os 44 anos (26 por cento), com 22 por cento entre os 25 e os 34 anos. Seguem-se 21 por cento na faixa 45-54 anos. Esta população é constituída principalmente por cidadãos nacionais, 61,7 por cento, sendo que os naturais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa representam 12,8 por cento e os cidadãos de países do Leste da Europa 12,1 por cento. O alcoolismo foi um problema detectado em 49 por cento da população sem-abrigo de Lisboa. Igualmente comum é a toxicodependência, que afecta 32 por cento dos indivíduos, seguida de problemas mentais (20 por cento)” (Revelado estudo sobre população sem-abrigo; Correio da Manhã, 2008); *“Desses 80 casos, 50 são os verdadeiros sem-abrigo, ou seja, que não têm casa e dormem na rua. Mais 30 que são aqueles que, diariamente, circulam na zona do Funchal mas que têm casa para morar”, explicou. ‘Os sem-abrigo que estão na rua, os equilibrados, a Segurança Social paga renda de casa ou quartos para estas pessoas viverem’, adiantou”* (CSSM tem 80 casos referenciados de sem-abrigo no Funchal; Tribuna da Madeira; 2008, Sara Silvino).

O retrato de duas mulheres em situação de sem-abrigo, no Funchal, evidencia as suas características negativas. Querem viver na rua, são doentes mentais e alcoólicas. Saliento o modo como Inês é apresentada, inicialmente como alegre, sorridente e trabalhadora, para logo em seguida essa imagem ser alterada devido ao consumo do álcool.

“Tietá é um dos casos de sem abrigo que, tendo a possibilidade de viver num centro de acolhimento, optou por voltar para a rua. Esta mulher na casa dos 60 anos, de início com ligeira deficiência física e mental, agravada pelo alcoolismo, que veio de Lisboa, onde viveu com sua mãe dezenas de anos, apesar da sua origem do norte da Madeira, cuja família era conhecida socialmente, já recusou várias casas (financiadas pelo CSSM) mas a rua, amiga traiçoeira, chama-a sempre de forma irresistível. Por isso, já foi violada e várias vezes assaltada, confidenciou à Lusa. [...] Inês é uma figura muito conhecida na zona do largo da Cruz Vermelha e naqueles aparentes 70 anos já foi

fisicamente muito maltratada. Todos estão familiarizados com a sua luta diária que é não deixar alguém (nem mesmo os funcionários da Câmara Municipal do Funchal) fazer a limpeza daquele espaço urbano na esperança da recompensa sempre certa de um auxílio financeiro. De vassoura sempre atarefada, Inês apresenta um sorriso alargado, é muito amiga e comunicativa antes de beber e começar a chamar nomes aos circundantes, incluindo os estudantes dos vários estabelecimentos escolares da zona, que brinquem com ela” (Sem Abrigo: Muitos têm apoio mas preferem voltar para a rua; Diário dos Açores, 2008).

Apresento, de seguida alguns exemplos do que denominei por estereótipo generalizado, com base na classificação de Miguel, 2007. Trata-se de um conjunto de atributos sobre as pessoas em situação de sem-abrigo que parecem ser enumerados de forma quase automática.

“Ocupam os prédios devolutos no Centro da cidade de Ovar, recusam ajuda das equipas de rua do Serviço Móvel de Apoio à Comunidade (SMAC) e dos serviços sociais da autarquia, persistindo numa vida ligada ao álcool e às drogas. [...] Vivem em condições de higiene deploráveis” (28 casos registados em Ovar. Sem-abrigo recusam ser ajudados; Correio da Manhã, 2007, Francisco Manuel); “pessoas sem-abrigo, na maioria com problemas de alcoolismo e toxicod dependência [...] pessoas que têm problemas de alcoolismo, toxicod dependência e perturbações mentais [...] em algumas situações, as pessoas sem-abrigo ‘preferem’, contudo, continuar a viver naquela condição. ‘Alguns têm perturbações mentais, problemas de alcoolismo, conflituosidade familiar e social’ [...] ‘São situações muito complicadas. Muitos perderam completamente a sua auto-estima. Têm que enfrentar a solidão’, afirmou o responsável. [...] ‘Vão jantar, mas depois é vê-los a dormir num canto de uma loja no centro da cidade ou até no porto’ de Ponta Delgada, salientou Weber Machado” (Ruas de São Miguel e Terceira são a “casa” para 21 pessoas sem-abrigo; Açoriano Oriental, 2006); “Desagregados, inadaptados, sem regras e responsabilidades sociais, os sem-abrigo têm mais dificuldades em recuperar” (Intervenção rápida é crucial para a reintegração na sociedade; Diário de Notícias, 2007, Artur de Freitas Sousa e Graça Freitas); “Segundo este responsável ‘o falimento do conceito de família teve as suas consequências’ e ‘a primeira das razões – aponta são os problemas conjugais’. [...] problemas de saúde do foro psicológico e mental, ‘e aqui neste grupo – destaca – estão incluídos muitos toxicod dependentes’” (Definição de sem-abrigo tem de ser ampliada, Agência Ecclesia, 2006, Nuno Rosário Fernandes).

A doença física ou mental, frequentemente associada ao alcoolismo e toxicod dependência, é uma outra representação presente em algumas descrições das pessoas em situação de sem-abrigo.

“O maior problema dos sem-abrigo é a ‘doença ou a deficiência física aliado ao alcoolismo e à toxicod dependência’” (É urgente definir o conceito de sem-abrigo, Agência Ecclesia, 2007, Luís Filipe Santos); “Normalmente o sem-abrigo é alcoólico ou consumidor de estupefacientes, havendo em pequena percentagem casos de distúrbios mentais ou doença psiquiátrica associada” (Sem-abrigo “menos excluídos” nos Açores que em Lisboa, Açoriano Oriental, 2009, João Alberto Medeiros).

O segundo tema com maior número de notícias, em que o indivíduo é descrito, é o

que engloba aspectos relativos à situação da pessoa sem-abrigo. Os subtemas com maior expressão são os que denominei por Utilização de “lugares vagos” e as notícias acerca da morte, assassinio, agressões, acidentes, furtos e ferimentos.

Lugares vagos podem ser espaços alternativos que as pessoas utilizam como habitat:

“A esta hora os bancos dos fundos começam a ser ocupados por vários sem-abrigo, para quem o quente abafado da urgência é bem melhor que o frio gélido da noite de Novembro. Deitam-se nos bancos para pernoitar. Não dormem todos os dias lá, apenas quando o frio aperta” (Uma espera angustiante nas urgências do hospital, O Mirante, 2008); *“Num estacionamento reservado a mulheres, habita Bonnee, que há um ano era agente imobiliária, mas agora vive no desemprego por falta de clientes. O jipe é a sua casa, com pilhas de cobertores na bagageira e muitas recordações resumidas em algumas fotografias. Neste parque, Bonnee tem como vizinha Barbara Harvey, de 67 anos, que vive com dois grandes cães da raça golden retriever. Barbara também trabalhava com o financiamento de imóveis, mas ficou quase sem nada”* (Sonho americano desvanece-se: classe média a viver em carros; Diário dos Açores, 2008); *“Um dos residentes do estabelecimento [cibercafé] é Takemitsu Karitachi, um antigo funcionário de uma fábrica que aí tem dormido há dois meses, desde que foi despedido e deixou de ter dinheiro para pagar a renda do apartamento. 'Antes de vir para cá, eu sentava-me nas escadas de locais como supermercados e comia arroz durante o dia inteiro', explicou à Reuters. As dificuldades de encontrar trabalho aumentaram quando as empresas passaram a obrigar os candidatos a emprego a terem uma morada oficial, sublinha Takemitsu Karitachi”* (Sem abrigo japoneses procuram refúgio e ajuda em cybercafé, Sol, 2008).

Os lugares vagos podem ser também grandes espaços, como a cidade fantasma descrita nesta peça.

“É por ali que entra João: muletas no degrau, pé na floreira, e içá-se num ápice. Rodeia a grade, passa as palmeiras, 39 degraus, ali vai, corcovado, molhado, muletas a matracar. Claro que quer sair dali, o João. Lá dentro é sempre de noite, mesmo que se entra de dia. É uma escuridão de betão, grossas colunas à esquerda e à direita, tecto baixo a bordar as ex-lojas, foram 22, a praça é árida e húmida - e no meio aquele imenso monstro escacado, um escombros na calçada portuguesa. É uma microcidade desertada, aquele triângulo, tudo é estilhaço, lixo e devastação, priskas, isqueiros, pacotes, fios, ferros, cacos, cartões queimados, comidos, tudo molhado, mijado, cheira ao cheiro acre da pior solidão. Tudo é igual naquela ruína medrada, tudo foi pilhado, grafitado, excrementado, 22 buracos de lojas, mil vidros partidos a atapetar o chão. É ali que mora João, a três lojas do extinto Café na Praça, ex-Clérigos Shopping, desde Janeiro atrás da cortina, quarto esfoliado, sombrio, sinistro, dois metros por dois, colchão no chão, roupa em dois sacos, o ar rareia, mofado, mofino. João, 50 anos em Agosto, cabelo chovido, olhos parados na parede, na penumbra suga cigarros. É um cabeleireiro perdido, há quatro anos sem-abrigo no Porto, caído no desfavor, drogado há já 20, deixou a heroína, vai ao Aleixo à cocaína. Tem uma rótula rebentada, João, um choque frontal há dois anos, operado e mal resolvido, espera a chamada que não chega. Moram ali quantas pessoas? Partilha com Vera, o generoso João, vida e escuridão, cachimbos e coca, fome e tremor, os agarrados. Ela tem 25 anos, uma voz

troante, viva, pede de dia, faz-se à vida à noite, um número não determinado de 'canecos' [base de cocaína fumada em cachimbo] por dia. Não estão sozinhos, Vera e João; têm vizinhos: pelo menos cinco das 22 ex-lojas dali mantêm sinais de habitação, duas tinham colchões, as outras camas de cartão, vêem-se meias perdidas, descoloridas, cobertores carcomidos, botas sem par. Passar ali uma tarde é ver vultos sempre a entrar, muro subido, passos rápidos nas cracas do vidro, escapulidos para o escuro, escondidos a drogar, metidos nas escadas sem saída, no cheiro feroz da creolina. É um toxicódromo, o fluxo é lento mas duradouro, de dia, de noite, tranquilamente. Também ali entram miúdos, da Cordoaria, das Taipas, das Virtudes, de toda a Vitória, são vizinhos, são miúdos, trazem bola, têm cigarros, conhecem os 'junkies' pelo nome, há meses que vão ali à socapa. Não, ninguém lhes diz nada; não, há muito que não há vigilante; não, nunca ali viram polícia [...] Estar ali, no coração da Baixa, a meros metros da melhor praça soviética do Porto - os Aliados onde festeja o campeão -, é estar no frio fundo, é ser vazio, é a solidão. Naquele imenso silêncio, todos os dias, às seis da tarde, soa seis vezes o fundo badalo, e sai timbrada da Torre dos Clérigos uma sinfonia de sinos. Ouvido dali, do centro tétrico da Praça, é um minuto gelado de ironia - é o 'Hino da Alegria' que repica” (Toxicódromo habitado no coração do Porto, Jornal de Notícias, 2009, José Miguel Gaspar).

Escolher o lixo dos supermercados ou utilizar as fontes da cidade para lavar a louça, são outras formas de utilização dos lugares vagos.

“Com 61 anos, sempre e ainda dedicados ao árduo trabalho, Carlos ainda percorre a noite, todas as noites, em busca de alimento. Fá-lo porque em casa tem filhos. Simões, desempregado, esteve ao frio mais de uma hora à espera do encerramento do supermercado de Entrecampos. Vai directo para casa, carregado com dois sacos que devem chegar para os próximos dias. Há três meses, mãe e filho romenos, chegaram a Lisboa. Ouviram dizer que os portugueses eram generosos na esmola que pedem todos os dias à porta de uma Igreja. Só que esse dinheiro ‘generoso’ não chega para tudo. A maior parte é gasto na pensão onde dormem com o resto da família. A comida têm de ir buscá-la, vezes demais, ao lixo de um supermercado no Rato. Dos caixotes sai de tudo: pedaços de carne, frutas e legumes passados, iogurtes e outros alimentos fora de prazo, produtos que já não podem ser vendidos no dia seguinte. A luta é diária e torna-se violenta quando o alimento não chega para todos. Enquanto esperam, esperam separados. De um lado os de leste, do outro, os portugueses. As duas ‘comunidades’ só se misturam durante o ‘ataque’ desesperado aos caixotes. São histórias de vidas que parecem sobrar nas noites frias e movimentadas da capital” (VÍDEO REPORTAGEM: A cruel realidade dos Sem-abrigo em Portugal, GAIA, 2006); “‘Vivo no jardim há sete anos’, conta Pedro Nóbrega, também conhecido por Suíno, ao PortugalDiário. ‘É o nosso parque de campismo’. Enquanto o PortugalDiário conversa com o Pedro, outro ‘hóspede’ da praça lava na fonte os talheres que usou ao almoço. [...] O Pedro não quis ir e dormiu no jardim. ‘Xabregas? É longe. Quem me paga o transporte até aqui? A minha vida é aqui’. [...] Um amigo do Pedro faz um apelo: ‘Precisam de recuperar os sem-abrigo antes de recuperar o jardim’. Mas ao mencionar o albergue de Xabregas, o ‘hóspede’ torce o nariz e diz que prefere ficar no jardim” («Vivo no jardim há sete anos», Portugal Diário, 2006, Tatiana Alegria).

As notícias sobre a morte das pessoas em situação de sem-abrigo são em número

elevado, sobretudo se associadas aos relatos de assassinios e de acidentes. Os excertos abaixo incluídos ilustram estes subtemas.

“O corpo foi encontrado na fase de rescaldo de um incêndio que deflagrou pouco depois das 02.00 de ontem, quando os bombeiros já se preparavam para dar como concluídas as operações [...] ‘Encontrámos um corpo junto a um parapeito do segundo piso’ [...] ‘Era normal um homem entre os 35 e os 40 anos, da freguesia vizinha do Torrão, dormir lá. Foi visto várias vezes a sair da casa logo pela manhã’” (Fogo mata sem-abrigo em casa abandonada, Diário de Notícias, 2008, Roberto Bessa Moreira); *“A confirmar-se a identidade da vítima mortal, trata-se de um sem-abrigo que vivia numa barraca debaixo de uma ponte depois de perder a mulher e um filho, já adulto e deficiente, num acidente rodoviário”* (Incêndio em casa mata homem que se abrigara na cave, Diário de Notícias, 2008, Jacinta Romão e Nuno Brites); *“Morta à pancada, Isabel Rute foi encontrada, anteontem, por um cão que um popular passeava na mata de Rio de Mouro, no concelho de Sintra. Com 36 anos, a mulher vivia há oito com Vitorino, um homem ‘nascido a 11 de Março de 1969’ [...] ‘Era uma sem-abrigo’, diz, contando que Rute foi parar à rua depois de abandonar o marido, Jorge, que também a maltratava, e a filha de ambos, que hoje é uma mulher casada.”* (Sintra: Cão encontra cadáver na mata de Rio de Mouro, Correio da Manhã, 2006, Natália Ferraz).

As rotinas do quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo são também tratadas com frequência.

“Ex-empregado de mesa e pescador (tinha 12 anos quando andou na pesca do bacalhau), Marco costuma lançar a linha de três canas de pesca ao rio Tejo para ‘arranjar qualquer coisa para comer’. Depois, disse, ‘faço uma fogueira num sítio escondido e cozinho o peixe’” (Bolo-rei e fatias de pizza oferecidos a sem-abrigo, Jornal de Notícias, 2008, Ana Fonseca); *“Aurora Azevedo é das primeiras na fila com centenas de pessoas que afluem diariamente à denominada ‘Sopa dos Pobres’. Leva 29 anos na capital, grande parte dos quais vivida na rua, desde que rumou de Perafita (Matosinhos) [...] Aurora é já vista como uma decano, numa espécie de estranha hierarquia que se estabelece, duas vezes por dia, no espaço existente entre o Centro de Apoio e a igreja dos Anjos.’ ‘Têm-me muito respeitinho porque sabem que sou de Matosinhos e me passo da cabeça facilmente’, atira Aurora, com 69 anos, que recentemente trocou vários anos de rua e marginalidade por um quarto no Bairro Alto, que lhe leva a maior parte da baixa pensão. Na escadaria da igreja, onde Aurora - tal como a maioria - repousa após o almoço, Fernando Fernandes e Alfredo Pinto, oriundos de Baião, preparam-se para regressar às arcadas da Praça do Comércio, onde há uma década pernoitam. Metros à frente, Paulo Amador, de 35 anos, lamenta-se do acidente vascular que lhe paralisou o lado direito do corpo e que o atirou para a pobreza. A todo este quadro junte-se os nomes de Janine, Manuela, João, Nuno, António ou mais uma dezena de outros que vão saindo da ‘Sopa dos Pobres’”* (Lisboa com problema "sério" de pobreza, Jornal de Notícias, 2008, Nuno Miguel Ropio).

Há ainda outro tipo de relatos de jornalistas que experienciam o quotidiano de sem-abrigo, fazendo-se passar por uma pessoa nessa situação, ou enquanto voluntários em instituições. São formas de conhecer e comunicar, de um modo vivencial, a experiência de estar em situação de sem-abrigo:

“Vais lá e dizes que não tens. Eles servem-te na mesma’ – aconselha quem come lá já há quatro meses. ‘Se fores à tua junta de freguesia ou à Segurança Social, eles tratam disso. Se viveres na rua como eu, conheces a praça da Alegria? Sobes aquilo tudo e no 35 da travessa do Rosário, dão-te o cartão.’ Poucos se metem nas conversas. Mas a entreajuda revela-se. Quem, por infortúnio, passar à mesma condição que eles, será aceite. ‘Se tu não puderes almoçar aqui’ – acrescenta um rapaz negro, alto como os jogadores de basquete –, ‘tenta a Vida e Paz, em Alvalade’ [...] Sentado numa está António (nome fictício) de cabelo grisalho, óculos de massa acinzentados e vestido com um casaco cinza sobre uma sweatshirt azul-escuro a dizer: ‘Free Time’ (‘tempos livres’). Há dois meses que toma ali as refeições e, desde então, alugou um quarto para não ficar na rua. Depressa responde ao novato, se a comida é sempre assim? ‘Umaz vezes interessa outras não. É melhor que passar fome’, diz, enquanto tenta, arreliado, cortar os choccos. ‘Queres?’ – pergunta, com a faca prestes a empurrá-los borda fora. [...] ‘Se não puderes jantar aqui, passa uma carrinha em frente ao jardim Constantino, às 19h00, ou, às 20h30, em frente à Igreja dos Anjos’, aconselha. [As várias organizações que distribuem alimentos pela cidade, à noite, cobrem os pontos onde pernoitam os sem-abrigo.] Todos conhecem a rotina [...] Armando (nome fictício), de 63 anos, é doente de Parkinson. As mãos e boca tremem. Perdeu também a perfeição no andar. À noite, no CANG, enfiou--se no vão das escadas de acesso aos quartos. Está a engomar uma camisa com listas diagonais vermelhas, da marca Victor Emanuel. Foi-lhe oferecida. Apesar dos gestos debilitados, espera-o uma pilha de roupa sua para passar. Nascido há apenas 12 dias, já a vida lhe pregava a primeira partida: encontraram-no no lixo e levaram-no para a Santa Casa. Ficou institucionalizado lá até aos 6 anos, tendo sido depois educado na Casa Pia, até aos 17. ‘Eram outros tempos’, diz, à cautela. Saiu com o curso industrial de tipógrafo de ‘primeira classe’, acrescenta garboso. Quando a mulher e o filho morreram, entregou-se à vida na rua. Foi recolhido, há bem pouco tempo, da estação do Oriente. Continua a visitar velhos amigos de mais de uma década de sem-abrigo mas não os pode ter ao lado dele sob o mesmo tecto. ‘A maioria deles bebem ou são toxicodependentes’, explica. No CANG divide o quarto com um ucraniano e outro sem-abrigo. Todos eles se preocupam bastante com o seu estado de saúde, já debilitado. Enquanto conta a vida dele desde que se lembra, vai engomando calças de fazenda castanhas, pretas, azuis; camisas azuis, às riscas e, algumas, com pequenas manchas de óleo. À mesma hora, os outros residentes daquele espaço estão a ver televisão na sala de convívio. Ninguém fala nada. Todos estão absortos no LCD, que transmite ‘A Vida Privada de Salazar’. Apenas há quem desvie o olhar para ler os desportivos do dia, ou alguma revista cor--de-rosa. [...] No último quarto, perto da cama 40, houve tempo ainda para conhecer um guineense que foi evacuado do seu país na sequência de um acidente de viação. Chegou a Portugal para ser operado à bacia e está há quatro meses em convalescença no CANG. Dormiu esta noite num quarto com um imigrante de Leste e com alguém que se foi embora às 7h00, com as mesmas calças pretas, o mesmo casaco e os mesmos óculos, mas já de banho tomado” (Um dia de sem-abrigo, Correio da Manhã, 2009, Bruno Contreiras Mateus).

O tema “Contexto político, económico e social” agrupa notícias que expressam, de um modo implícito ou explícito, diferentes tipos de comportamentos gerais face às pessoas em situação de sem-abrigo. As subcategorias presentes neste tema indicam

quatro tipos de comportamentos ou de intenções: Expulsão; Extermínio; Repressão; Tolerância. Dentro deste conjunto de textos, incluí excertos de notícias que denotam sinais de Risco e de exclusão social. Em seguida apresento alguns exemplos de textos que ilustram cada uma destas subcategorias.

Expulsão:

"[A nova reforma da imigração e segurança estabelece uma pena de quatro anos para os imigrantes com ordem de expulsão que permaneçam em território italiano, eleva de 80 para 200 euros a taxa para obter autorização de residência, e] determina um "registo de vagabundos", [obrigando todos os sem-abrigo a inscreverem-se num registo do Ministério do Interior]" (Itália: médicos podem denunciar imigrantes ilegais; Esquerda, 2009).

Extermínio:

"Vem isto a propósito do chamado «caso Gisberta». O sem abrigo morto por um grupo de jovens com particulares requintes de malvadez. Apesar da gravidade dos factos, jovens, alunos de uma instituição católica, tortura continuada durante dois dias, violação colectiva e por fim despejo do corpo para um buraco imundo, o país não está nada comovido. [...] Tamanha indiferença social perante um acto tão abominável só se pode explicar pela condição da vítima. Sem abrigo, homossexual e estrangeiro, Gisberta era o pária absoluto, o lixo social, sem nenhum direito, nem dignidade. Por isso os rapazes o trataram como uma mosca a que se habituaram a arrancar as asas" (Os homens lixo, Jornal de Negócios, 2006, Leonel Moura); "Rosário Endrinal, que ficou com queimaduras em 70 por cento do corpo, não conseguiu recuperar e morreu 24 horas depois" (17 anos de prisão para dois jovens; Jornal de Notícias, 2008); "os imigrantes 'vão preferir a morte à expulsão' e [lamentou que o Executivo não tenha com os imigrantes 'os valores cristãos' e 'de defesa da vida' que usa para condenar a morte assistida de uma italiana em coma]" (Senado italiano quer médicos a denunciar imigrantes ilegais; Público Última Hora, 2008, Ana Fonseca Pereira).

Repressão: no excerto que transcrevo está patente, também, uma representação social sobre as pessoas em situação de sem-abrigo que é recorrente. Frequentemente, os *média* transmitem a noção de que as pessoas nesta situação "recusam ajuda".

"[A Polícia Municipal fiscaliza diariamente os bairros degradados, nomeadamente os aglomerados de barracas, para evitar construções clandestinas. 'Detectamos e impedimos muitas construções clandestinas na cidade de Lisboa', afirmou André Gomes.] Os sem-abrigo que tentam construir as barracas são encaminhados pelos agentes da PM para os serviços de acção social da autarquia ou para instituições do Estado, mas segundo o responsável é 'muito difícil' apoiar estas pessoas, que se recusam muitas vezes a ser ajudados" (Lisboa: polícia despejou 200 casas ocupadas ilegalmente; Público Última Hora, 2006).

Um outro excerto de notícia que classifiquei no subtema Repressão tem associado representações da pessoa em situação de sem-abrigo face ao poder da autarquia e dos serviços disponíveis para o atendimento.

"'Era feliz com o pouco que tinha e agora sou infeliz'. A frase simples que usa para expressar o que sente é reforçada pelas lágrimas que lhe escorrem do rosto quando

fala da destruição da sua viatura. Muito mais que um meio de transporte, o carro era a casa de Abel Sousa, um sem-abrigo de 64 anos. Reformado, pernoitava no Opel Corsa - o único bem que tinha - habitualmente estacionado junto aos Bombeiros Voluntários de Faro. A situação durava há cerca de um ano até que, no final do mês passado, a Câmara Municipal decidiu rebocar a viatura. 'Disseram-me que vinha cá o presidente da República e era preciso limpar as ruas. Quis ir buscar gasolina e estacionar o carro noutra sítio, mas não me deixaram. Disseram que não tinha inspecção nem selo', conta. Dias depois, o serralheiro reformado regularizou a situação e, autorizado pela autarquia, dirigiu-se ao estaleiro municipal, no Cais Comercial, para levantar o veículo. Encontrou-o completamente destruído. 'Os vidros estão partidos, os bancos arrancados, roubaram a bateria e arrancaram as peças do motor', descreve. Também a roupa, as latas de conserva oferecidas pela Junta de Freguesia de São Pedro e fogareiro que utilizava para preparar refeições foram roubados. 'Agora é que não tenho mesmo nada', lamenta. A autarquia alojou-o num abrigo para toxicodependentes, mas Abel recusa. 'Não sofro desse mal e não quero ajuda de quem me roubou', acusa. Preferiu gastar os 300 euros da reforma numa pensão e agora pernoita na rua e em armazéns cedidos por mariscadores" (Visita de Cavaco tirou-lhe o carro que era a sua casa; Jornal de Notícias, 2007, Marisa Rodrigues).

Risco e Exclusão Social:

"Pessoas em situação de vulnerabilidade grave resultante do repatriamento, da toxicodependência, da condenação a penas de prisão, da violência sexual, da imigração ilegal e de situações permanentes de sem abrigo" (Governo procura melhores estratégias de resposta a novos fenómenos sociais; Açores.net, 2008); "[É para estes que Cavaco Silva vocaciona hoje e amanhã a sua atenção, ao escolher cirurgicamente exemplos dos problemas causados pelo envelhecimento da população urbana, de concentração de imigrantes, e de excluídos,] como é caso dos sem-abrigo e das prostitutas" (Cavaco destapa véu da Lisboa excluída dos toxicodependentes e prostitutas; Diário de Notícias, 2006, Paula Sá).

Neste conjunto de notícias há apenas uma que classifiquei como demonstrativa de Tolerância face às pessoas em situação de sem-abrigo:

"[George Michael tem dedicado as suas horas de serviço comunitário a ensinar] pessoas sem-abrigo a escrever canções. Nelas as pessoas expressam o que sentem em relação à sua condição de pobreza e sobre a comunidade sem-abrigo" (George Michael ensina sem-abrigo a compor canções; Blitz, 2007).

Dentro do tema Instituições e respostas sociais o subtema com maior quantidade de notícias é o das Representações dos profissionais face às pessoas sem-abrigo:

"No Inverno têm mais vontade de deixar a rua e recorrer aos nossos serviços, embora haja alguns que são sempre renitentes. Mas a maioria é mais fácil de tirar da rua, que abandonem a rua de Inverno" (Sem-abrigo "menos excluídos" nos Açores que em Lisboa, Açoriano Oriental, 2009, João Alberto Medeiros); "Muitas vezes, o apoio àqueles que vivem sem tecto e sem rendimento fixo é frustrado pela falta de receptividade dos sem-abrigo à ajuda externa. Muitos deles acabam por aceitar ajudas pontuais, nomeadamente no que diz respeito a comida e roupa, ou outros bens

essenciais, mas não se entusiasma com as tentativas de reintegração na sociedade” (Vida de sem-abrigo em Faro, Barlavento Online, 2009, Hugo Rodrigues); “Existem dois estados de sem abrigo. Por exemplo, eu e você podemos estar sem abrigo, é uma condição que nos pode estar subjacente se não tivermos um abrigo onde passarmos uma noite. Mas as pessoas que aqui pernoitam estão numa condição mais grave: são sem abrigo. É uma condição aglutinadora e continuada, que dificilmente lhes será retirado’ com uma simples reinserção, ‘Os utentes chegam-nos aqui, na maior parte dos casos, voluntariamente. Cerca de 70 por cento tem interesse em sair desta vida. E a reinserção pode ser feita de duas maneiras: ‘na família ou no mercado de trabalho” (Imigrantes coabitam com muitos portugueses, O Primeiro de Janeiro, 2007, José Sá Reis).

A caracterização dos utentes das instituições é um pouco distinta das representações dos profissionais das instituições. Enquanto as primeiras se baseiam em informação sistematizada sobre os utilizadores das instituições, as segundas são percepções dos profissionais, retiradas das suas experiências pessoais e que constituem as suas representações.

“Dos 70 sem abrigo na Madeira que o Centro Porta Amiga tem nos seus registos, apenas 16 frequentam diariamente os serviços de alimentação, higiene e acompanhamento. Três quartos dos sem abrigo não sabe o que é viver debaixo de um tecto e vive na rua, há mais de um ano. Encontram-se mais pessoas com idades compreendidas entre os 24 e os 44 anos (62 por cento). 72.5 por cento é sem abrigo há mais de um ano; 48.8 por cento vivem na rua entre um a três anos, 13.6 por cento entre os quatro e nove anos. Em 2.5 por cento dos casos o problema arrasta-se há mais de 20 anos. Destas pessoas, 86.3 por cento pedem apoio (alimentação e higiene) e 37 por cento dedicam-se à mendicidade e aos biscates” (Grande maioria dos sem abrigo vive na rua há mais de um ano, Fátima Missionária, 2008, Lucília Oliveira); “Relativamente ao estado civil dos utentes do CAT, predominam os solteiros (14 indivíduos), demonstrando a ausência de competências relacionais. Segundo um estudo de caracterização feito pela instituição, a naturalidade dos utentes é muito diversificada, no entanto, os naturais do concelho de Águeda estão em maioria, de referir que há ainda um elevado número de indivíduos estrangeiros (7). A maioria dos utentes foram encaminhados pelos serviços locais do Centro Distrital de Segurança de Aveiro, nomeadamente Águeda, Anadia, Arouca, Espinho e Ovar. As situações sinalizadas pela Linha Nacional de Emergência Social (LNES) foram apenas duas, e as restantes sinalizações provêm de IPSS locais e do distrito de Aveiro. De acrescentar, que foram dois os utentes que se dirigiram, por iniciativa própria, às instalações do Núcleo de Águeda da Cruz Vermelha para procurar apoio” (Cruz Vermelha deu a conhecer resultados do primeiro ano de funcionamento do serviço e concluiu que a maioria dos casos é do concelho de Águeda, Jornal Regional, 2006).

As Trajectórias de vida são o quinto tema com maior número de notícias que contêm descrições dos indivíduos em situação de sem-abrigo. Os subtemas identificados por Menezes, 2008, estão igualmente presentes em excertos de notícias, como a espiral de eventos.

“Jason Kelley, tem apenas 23 anos e regressou da guerra no Iraque para Los Angeles. No entanto não conseguiu encontrar emprego porque não tinha casa e não conseguiu arranjar casa porque não tinha emprego. Ficou num motel até o dinheiro desaparecer e acabou nos programas de apoio aos sem-abrigo, tendo-lhe sido diagnosticado stress pós-traumático. 'O único treino que tive foi de infantaria e no mundo civil isso não vale nada' declarou Kelley” (EUA: um quarto dos sem abrigo são veteranos de Guerra, Esquerda, 2007); “Ed Mitchell tem 54 anos e foi pivô da estação britânica ITN, onde entrevistou personalidades como Margaret Thatcher, John Major e Tony Blair. Chegou a ter um rendimento anual de 140 mil euros. Derrubado por uma enxurrada de dívidas e pelo colapso familiar, hoje, este antigo jornalista de economia e finanças é um sem-abrigo. De 'colarinho-branco', diz o próprio. Mitchell vive na rua, mais concretamente num banco com vista para o mar em Hove, Sussex. Como relata ao jornal "The Guardian", este é o resultado de cartões de crédito acumulados e uma dívida de cerca de 350 mil euros, que precipitou a venda da casa de família, onde vivia com a ex-mulher e dois filhos que hoje, diz, se envergonham dele. 'Há uma ironia no facto de alguém especializado em negócios deixar as suas próprias finanças chegar a este ponto', afirma. Ed Mitchell, que começou a sua carreira jornalística na Reuters, sobrevive hoje com o subsídio de desemprego, cerca de 70 euros por semana” (Ex-pivô britânico vive como sem-abrigo, Jornal de Notícias, 2007); “José Pinto trabalhava como técnico na RTP. Com o falecimento da mulher e dos filhos num acidente de viação entregou-se ao álcool. Até ao despedimento foi um passo. Ficou sem casa. Ontem o ex-funcionário da televisão pública era apenas um entre os sem-abrigo e idosos que participaram na mega-sardinhada de Santo António, na Voz do Operário, em Lisboa” (Sardinhada juntou mil carenciados, Jornal de Notícias, 2007, Nuno Miguel Ropio).

Os factores interdependentes contribuem também para a trajectória de vida das pessoas sem situação de sem-abrigo.

“José Albino sofre de uma doença crónica dos pulmões há cerca de oito anos. Trabalhou sempre nas fábricas de conservas até ao dia em que o sector entrou em crise. As portas fecharam e José Albino ficou sem trabalho. Desde então, tentou arranjar emprego, mas não conseguiu. A piorar a situação, separou-se da mulher já lá vão 15 anos. Tem duas filhas, uma de 27 e outra de 25 anos, mas apenas mantém o contacto com a mais velha, que o visita de vez em quando. Quanto à restante família, o irmão ainda lhe dá algum dinheiro, mas mais nada. Embora reconheça que 'é muito bem tratado no Lar de Sant'Ana” José Albino afirma que está a tentar arranjar um trabalho como segurança ou guarda-nocturno', alguma coisa, para ganhar algum dinheiro, para não estar tão dependente do Lar de Sant'Ana” (O “MH” procurou saber que apoio é prestado aos sem-abrigo, Matosinhos Hoje, 2008, Dulce Salvador); “Daniel Horta Nova, mentor do recém-criado Movimento de Apoio ao Sem-Abrigo (MASA), tem discurso variado. [...] O próprio assume que a queda se deveu, acima de tudo, à incapacidade que teve de lidar com a adversidade” (Sem-abrigo tomam destino nas próprias mãos, Jornal de Notícias, 2009, Pedro Olavo Simões).

As representações dos sujeitos em situação de sem-abrigo estão também patentes nas notícias *on-line*. Embora tenham uma expressividade menor, em termos de quantidade, denotam uma preocupação dos autores em dar voz às pessoas na

situação. As representações das pessoas face aos serviços disponíveis e centros de acolhimento são as que aparecem com mais frequência nas notícias.

"Não é por vivermos na rua que temos que ser porcos", disse Mário à agência Lusa, considerando 'essencial' para os sem-abrigo um serviço como este, que funciona também muitas vezes como armazém. 'Como não têm onde deixar as coisas, deixam-nas aqui e depois vêm buscá-las', referiu Vítor Cruz, que não consegue deixar de se envolver pela má sorte desta gente" (Balneário público de Alcântara fornece quinhentos banhos gratuitos por semana, *O Emigrante - Mundo Português*, 2007); *"'Jaco', 63 anos, contou à Lusa que 'já venho a este centro há 3 anos. Aqui podemos ver televisão, dão nos refeições, um sítio para tomar banho, lavar a roupa, jogar às cartas, até temos um enfermeiro para quando precisamos de alguma coisa. Se o centro fechar vou ter de dormir na rua', disse à Lusa. 'Já tirei dois cursos desde que cá estou, mas com esta idade ninguém me dá trabalho' contava 'Jaco' à Lusa, demonstrando ainda preocupação com 'as pessoas que cá vêm. Se o centro fechar não vão ter onde ir buscar os medicamentos, nem a ajuda do enfermeiro que quando pode ainda nos consegue umas consultas no hospital'"* (Sá Fernandes indignado com possível fecho centro sem-abrigo, *Diário Digital*, 2007); *"Este sem-abrigo, que vive na rua há dois anos, sabe que àquela hora, todos os sábados, os voluntários chegam com uma refeição. 'Estou sempre à espera deles e da minha sopinha quente. São os únicos que vêm aqui para nos ajudar', afirma."* (Voluntários alimentam os sem-abrigo da cidade, *Jornal de Notícias*, 2007, Paulo Rocha, Bruno Pires); *"A Misericórdia de Lisboa paga pensões a africanos e a ucranianos, nas Amoreiras, mas a mim, que sou português, mandaram-me para um centro de acolhimento em Xabregas, onde tinha que dormir com drogados, com seringas e muita porcaria', queixou-se o antigo carpinteiro. 'Saí do centro de Xabregas, porque não aguentava aquilo. Prefiro dormir na rua, no meu sossego. A Comunidade Vida e Paz e a AMI (Assistência Médica Internacional) vão-me ajudando. É assim que vivo, mas longe de drogados e seringas', acrescentou"* (Sem-abrigo: ministro garante políticas de emergência social, *Diário Digital*, 2006).

Por último, incluo as notícias com descrições das pessoas sem-abrigo em que o tema é o Estado e as políticas sociais. Dentro deste tema há apenas 12 excertos de textos, com subtemas variados. O que tem maior número de notícias é o que refere um estudo realizado pela Câmara Municipal de Lisboa sobre as pessoas sem-abrigo, seguido pela divulgação de um outro estudo promovido e coordenado pela Segurança Social.

"O estudo mostra ainda que a maioria dos sem-abrigo de Lisboa é constituída por homens (83%), alcoólicos e com idades entres os 34 e 44 anos. A grande parte tem nacionalidade portuguesa, mas há também de outros países: os naturais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) representam 12,8% dos sem-abrigo da capital e os cidadãos de países do Leste da Europa 12,1%. O alcoolismo é a principal dependência que afecta esta população (49% dos sem-abrigo), seguida da toxicoddependência (32%). Os problemas mentais afectam 20%. Na origem da situação de sem-abrigo está, sobretudo, a insuficiência financeira, seja por fracos rendimentos ou por ausência deles" (*Retrato dos sem-abrigo em Lisboa, Rádio Renascença*, 2008, Vera Pinto); *"Em 2004, foram identificadas 273 pessoas esporadicamente a dormir na*

rua ou num albergue ‘devido a pressão intensa no universo familiar’, 296 esporadicamente sem abrigo ‘devido a problemas de foro psiquiátrico ou dependência’, 489 com alojamento (casa ou pensão) mas incapazes de o manter sem ajuda dos serviços sociais, 1044 a pernoitar em espaço aberto, 170 em centros de acolhimento, 330 em casas abandonadas ou barracas e 115 em arrumos, carros abandonados, varandas cedidas” (Há quase três mil sem-abrigo em Portugal continental, Público Última Hora, 2006, Ana Cristina Pereira).

As políticas de regeneração e/ou reinserção das pessoas em situação de sem-abrigo são subtemas também presentes neste conjunto de notícias.

“Por outro lado, ‘há ainda os casos pontuais, que são os sem-abrigo’. Nestes casos, a opção da Segurança Social é trabalhar ‘no sentido de os tirar da rua’. ‘Mas, são sempre questões pontuais e periódicas’ — sublinha Bernardete Vieira” (Pagar casa só em situações de emergência, Jornal da Madeira, 2008, Miguel Angelo); “a existência de indivíduos com problemas relacionados com a toxicodependência que se encontram em situação de sem abrigo e a necessidade de uma estrutura de desintoxicação e reabilitação vocacionada para pessoas de idade inferior a 18 anos e com intervenção não só ao nível da prevenção secundária, mas, também, primária e terciária, dado que a grande maioria da população alvo são jovens com um reportório de aptidões psicológicas deficitário que raramente mantiveram hábitos saudáveis de lazer e com elevado índice de absentismo ou insucesso escolar” (Região investe um milhão de euros na compra de solar para instalação de unidade de tratamento e reabilitação juvenil, Azores Digital, 2008).

Terminada a apresentação dos temas e subtemas manifestos neste conjunto de notícias, contendo descrições sobre o indivíduo ou grupo em situação de sem-abrigo, nos próximos parágrafos, apresento algumas notas conclusivas desta análise das notícias on-line.

Síntese dos média

Neste ponto sintetizo e exponho algumas considerações gerais acerca da análise realizada e dos resultados obtidos. Em primeiro lugar, creio que é essencial identificar uma limitação desta análise. A grande quantidade de informação e a opção no tratamento de todo o conjunto de notícias pode ter sido uma escolha menos acertada. Se tivesse seleccionado apenas algumas notícias, as que melhor representassem os discursos produzidos e difundidos pelos média, talvez pudesse realizar uma análise mais aprofundada dos conteúdos patentes nos textos. No entanto, o que pudesse ganhar em profundidade perderia em extensão.

A opção tomada foi consciente e desejava ter o tempo necessário e as ferramentas apropriadas para levar este estudo mais além e analisar também as descrições sobre o fenómeno, instituições e sociedade. Trata-se de um material com um potencial interessante que contém informação generalizada sobre os discursos produzidos e

difundidos, sobre o fenómeno, as instituições e as representações da sociedade. Esta pode vir a ser utilizada, mais tarde, por mim própria ou por outros investigadores.

Contudo, julgo que a informação apresentada é relevante e suficientemente esclarecedora, permitindo retirar conclusões: i) o tema sem-abrigo tem vindo a aumentar gradualmente nas notícias *on-line* desde 2005; ii) 74% das notícias recolhidas entre 2005 e 2009 têm a sua origem nas instituições; iii) Lisboa e Porto são os distritos que mais notícias produzem sobre o fenómeno sem-abrigo. O número significativo de notícias do distrito de Aveiro, relativamente a outros distritos do país, ficou por esclarecer. A Madeira e Açores apresentam, igualmente, um número expressivo de notícias sobre o tema. Fica igualmente por explicar a razão desse número elevado, sobretudo, comparando-o com o de outros distritos com grande densidade populacional, como Coimbra, Santarém, Setúbal ou Faro; iv) O Jornal de Notícias é o jornal diário que mais informação publica sobre o tema. Poderia também ser interessante analisar os temas e subtemas em função dos títulos das publicações; v) Em relação às instituições com maior visibilidade nas notícias, sobressai claramente a Comunidade Vida e Paz dentre todas as organizações e demais IPSS; vi) A autarquia de Lisboa e as organizações católicas dividem entre si as notícias sobre assuntos relacionadas com o fenómeno sem-abrigo. Tratando-se de uma questão social, resulta um pouco singular a parcimónia das instâncias governamentais na utilização dos média, concretamente, o Instituto de Segurança Social e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; vii) A relação entre os média e as instituições que trabalham nesta área não ficou completamente clarificada, não foi possível compreender se é o marketing das instituições que se faz presente e alimenta a imprensa, ou se pelo contrário, são os média a utilizar de forma massiva as mesmas fontes de informação; viii) Os temas inscritos nas áreas Sociedade, Instituição e Fenómeno, não foram analisados com a devida profundidade; ix) Os temas e subtemas analisados relativos à pessoa ou grupo de pessoas em situação de sem-abrigo permitem retirar algumas conclusões: a) Os média veiculam, maioritariamente, representações sociais negativas face às pessoas em situação de sem-abrigo: a ligação da pessoa sem-abrigo ao consumo de substâncias psicoactivas está presente numa percentagem elevada de textos; os atributos negativos, a doença física ou mental, e o estereótipo generalizado; b) A pessoa em situação de sem-abrigo é notícia, quando morre, de morte acidental ou criminosa, ou associada à ocupação de espaços públicos ou privados; c) As notícias que relatam situações de pessoas sem-abrigo, as suas rotinas quotidianas, a sociabilidade, a utilização de lugares vagos, assim como as que veiculam representações dos sujeitos em situação de sem-abrigo, surgem, no meu entender, como formas de dar a conhecer à sociedade em geral uma realidade, para muitos, desconhecida. Julgo também que estes temas permitem atenuar os estereótipos e os atributos negativos atribuídos às pessoas em situação de sem-abrigo.

2.3. As artes

A compilação de discursos de artistas sobre pessoas em situação de sem-abrigo

realizou-se paralelamente ao trabalho de investigação. Alguns autores eram já conhecidos antes de esta pesquisa ter sido iniciada. Paul Auster, o novelista norte-americano, escreve sobre coincidências e situações limite. Romances como *Timbuktu*, *No país das últimas coisas* e *O palácio da Lua* transportam o leitor para trajectos e vivências próximas dos mundos sem-abrigo. Em *Na penúria em Paris e em Londres*, George Orwell relata as experiências vividas, na primeira pessoa, com Boris, em Paris e Paddy, em Londres, descrevendo quartos de pensões baratas, camas com percevejos, lojas de penhores, asilos com lençóis cinzentos de sujidade acumulada, o trabalho de *plongeur* e estratégias para se dormir sentado, em Londres, num local público sem a repressão da polícia. Já em Portugal, Filomena Marona Beja ficciona um grupo de personagens num ambiente de um centro de acolhimento para pessoas em situação de sem-abrigo, no romance intitulado *A sopa*.

No cinema há vários filmes e documentários sobre situações limite de pobreza ou de humilhação. O trabalho que considero mais abrangente e actual e sobre o qual irei incidir esta análise é o filme de Rui Simões, intitulado *Ruas da Amargura*, exibido pela primeira vez em Outubro de 2008, no DocLisboa. Trata-se de um belíssimo documentário que acompanha, ao longo de vários meses, sete pessoas a viver em diferentes condições de sem-abrigo ou de pobreza. As personagens vão sendo apresentadas ao espectador, na primeira pessoa, relatando pedaços de memórias passadas e mostrando momentos do quotidiano presente. O conhecimento que vamos tendo de cada uma das pessoas vai sendo gradual, adensando-se a sua aparente simplicidade, em camadas de complexidade mais espessas, profundas e comoventes. A visão deste filme é, no meu entender, uma experiência marcante e inesquecível.

Fernando Moedas, por mim considerado o actor principal, deixa-se acompanhar em vários momentos do seu dia-a-dia, preenchendo-os com relatos fragmentados da sua juventude, cruzados com episódios do presente, pensamentos, reflexões e actividades corriqueiras, como ir ao talho, tomar banho no balneário público, medir a tensão arterial na carrinha dos Médicos do Mundo, ou partilhar conversas com amigos. A sua filosofia de vida é simples: *“Eu vivo no presente. Não vale a pena viveres no futuro, pá. Porque o passado já passou e águas passadas não movem moinhos. E o futuro também não te interessa muito. Se não viveres o presente e se morreres hoje o que é que te interessa o futuro?”*

E é este presente de Fernando Moedas que Rui Simões acompanha com a sua câmara. O despertar no banco de jardim na Praça da Alegria, os cuidados com a sua aparência física, controlados no espelho do carro de bombeiros e o almoço numa esplanada. *La Bohème*, de Charles Aznavour, é-nos oferecida pela voz emocionada de Fernando Moedas. Fala-nos da sua relação com o pai, *“um gajo porreiro”* que o deixa fazer um pouco de tudo na sua juventude. Fala sobre a droga, o LSD, da namorada e do conseqüente desgosto de amor. A imagem do pai porreiro é alternada com a da mãe que chora e se angustia pela eminente desgraça que irá apanhar o filho. Sobre a situação presente, fala vagamente em recuperar em Trás-os-Montes, onde as pessoas bebem vinho e duram até aos cento e tal anos. É impossível não simpatizar com Fernando Moedas. Seguimo-lo nos seus encontros com vários amigos e conhecidos em diversos pontos da cidade: Natalyia, uma amiga ucraniana que arruma carros no

Jardim Constantino; o plastificador de documentos; os funcionários da Ourivesaria da Estefânia, do Bar e do Talho. Acompanhamo-lo no balneário público, na visita à carrinha dos Médicos do Mundo e também numa discussão no Jardim da Praça da Alegria. Outras cenas do quotidiano são acompanhadas indirectamente, como o relato da difícil negociação com uma prostituta, no jardim da Praça da Alegria, ou o murro, que lhe deixou o olho negro, na estação de metro de Arroios. A ida à missa e os planos para entrar numa comunidade que o irá ajudar a mudar de vida são também acompanhados pelo espectador. De facto, o filme termina com um encontro com um voluntário da Comunidade Vida e Paz que o visita na Praça da Alegria e lhe pergunta o que o leva a continuar a sua vida no jardim. O voluntário promete que irá sempre visitá-lo e fazer-lhe a mesma pergunta, ao que Fernando responde: *“Faz isso, Vítor”* e acrescenta: *“Dá-me o número do teu telemóvel”*.

Nataliya Kuzmenko é-nos apresentada por Fernando Moedas, com ele partilha vinho e canções. Nataliya tem as mãos inchadas pelas mordeduras de insectos e Fernando dá-lhe um pouco de pomada para minorar o incómodo. Noutro momento, Nataliya conta que é arrumadora de carros, vive no Jardim e que *“não tem vida”*. Perdeu um filho e: *“quando uma mãe perder um filho, isto não é mãe”*.

Manuel Vicente apresenta-se do seguinte modo: *“sou educado, não sou drogado, tenho um problema com o álcool”*. Acompanhamo-lo em momentos do seu quotidiano: a venda de cautelas, os copos de vinho, não em tabernas, porque *“tabernas é para os bêbados”*. Fala da vida bonita que teve antigamente, antes de se meter na batota e em bailaricos. *“Vou vivendo até chegar a altura de ir para o buraco. [...] O culpado fui eu. É para abrir os olhos”*. Mostra o local onde dorme e deixa-se acompanhar numa tarde de baile num Domingo. Apresenta-nos um outro amigo com quem joga damas, Carlos Ferreira. A vida de Manuel Vicente é também acompanhada por Fados, *O pinheirinho* e um outro cantado por um amigo.

Carlos Ferreira é amigo de Manuel Vicente, jogam damas, partilham comida, cigarros e bebida. Carlos mostra-nos a casa onde vive e conta um pouco da sua história: teve doze anos na droga, deixou a droga e agora tem o vício do vinho. De olhos lassos confessa: *“o meu comer é o vinho”*. A irmã dá-lhe de jantar todos os dias. Acompanhamo-lo numa refeição em casa da irmã, não consegue encher o copo porque as mãos tremem demasiado. No final do jantar joga cartas com a sobrinha. Sobre o seu presente diz: *“isto é uma vida do caraças”*. Tem dois filhos, um de cada mulher, *“não ligo nada a eles, nem sequer os vou visitar”*. Conseguiu curar-se da droga com a metadona mas é difícil largar. *“Isto do vinho não é um vício, é uma doença. Foi o que me explicaram lá na clínica”*. Despedimo-nos de Carlos, no interior silencioso da casa que ocupa. O seu olhar é triste. Come um pouco de fruta e fuma. Tosse e bebe um pouco mais de vinho, fixando a câmara.

Manuel Barbosa descreve os seus consumos da droga milionária, a cocaína, as terríveis ressacas e como ela o deixava bem-disposto: *“não passava sem aquilo”*. Afirma, com orgulho, que sempre conseguiu guardar alguns gramas para o dia seguinte, uma proeza que parece não estar ao alcance de todas as pessoas. É acompanhado pela câmara de Rui Simões ao deitar, num jardim, dentro do seu sacco-cama; ao acordar, pela manhã, e dirigir-se ao bar onde se lava e toma o café. Num

outro momento, Manuel Barbosa inicia um tratamento com metadona e é novamente entrevistado nesse local. É também com orgulho que mostra como faz a sua cama e como esse trabalho é reconhecido pelos técnicos da instituição. Informa que vai entrar para o Vale de Acór para fazer tratamento. Volta a ser entrevistado passados dois meses. Continua com o olhar triste, afirma que está a ser muito difícil mas: *“Já vejo algo em mim. Eu agora só penso um dia de cada vez. Não está a ser nada fácil, mas com a ajuda do grupo eu vou compreendendo as coisas melhor”*.

Cidália Pratas vive num espaço pequeno com o filho de vinte e pouco anos. Conta-nos sobre a sua infância dura, as tarefas da mãe e os trabalhos domésticos pesados. Recorda as discussões entre o pai e a mãe e como culminavam em agressões físicas. Periodicamente o pai desaparecia de casa e *“passávamos mal”*. Vem para Lisboa trabalhar numa casa de uma família e após a morte do pai, a mãe tenta convencê-la a regressar para o Alentejo, pois vai ter um bebé do novo companheiro e pretendia a ajuda da filha. Cidália conta que passou a sua vida a fugir, mantendo sempre o apoio incondicional da sua irmã mais velha. Acompanhamos Cidália em diversos momentos do seu quotidiano, a tomar café, próximo de sua casa, a conversar com o espectador no interior da sua casa, enquanto lava a louça ou faz uma actividade manual para ganhar algum dinheiro. Fala dum tentativa de suicídio, recente, e como foi apoiada pela médica do centro de saúde. Cidália recorre à prostituição quando precisa de dinheiro. Relata um episódio em que foi atacada por vários homens e como a polícia recusou ajudá-la. Vemos ainda Cidália a conversar com uma voluntária dum associação de apoio a prostitutas e ainda no Jardim do Campo Santana a dar de comer aos patos.

Helena Anacleto gosta de pintar. Encontramo-la na rua Augusta. Fala com admiração da mãe que era uma artista e do pai que também tinha estudos. Acompanhamo-la de regresso ao Centro de Acolhimento onde reside, puxando o caixote com os seus pertences e durante o jantar. Afirma que odeia o dinheiro e que procurou a pobreza, convicta que iria encontrar aí o calor humano. Confessa que se enganou, não encontrou beleza alguma na pobreza. Está sozinha, gosta de arte e cita Léo Ferrer: *“la solitude est une forme supérieure de lucidité”*. Helena frequenta o Centro de Apoio Social dos Anjos onde pode pintar. Apesar das dificuldades agradece a Deus diariamente por tudo o que tem. Acredita que está a pagar por algo que fez. A sua opção é: *“não morrer estúpida e não morrer em pecado”*. Despede-se do espectador no Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. Gostaria de ter um lugar para morar, onde pudesse pintar e ter as suas coisas: *“Não tenho vergonha nenhuma de ser mulher-a-dias”*.

Há ainda alguns testemunhos de pessoas em situação de sem-abrigo, algumas moradoras na Praça do Comércio. Um homem diz que é o presidente da Câmara que manda molhar as arcadas da Praça de Comércio, durante a noite. Pergunta-se se o presidente gostaria que lhe molhassem a cama todos os dias! *“Parecem nazis”* – e acrescenta revoltado: *“Os ciganos da Roménia têm casa e recebem 500 euros”*.

Uma senhora idosa diz que veio de Alfragide depois da morte do marido e que gostaria de pedir ao menino Jesus para não estar na rua. Uma outra mulher diz que fala para a câmara porque precisa de ajuda.

Num outro local na cidade, José Manuel diz que é ex-combatente: “*eu sou um herói*”. É toxicodependente mas não vive à conta do Estado: “*Não me pagam a pensão de guerra*”. Um outro homem apresenta o seu testemunho, afirmando que há maus governantes em Portugal e culpa o primeiro-ministro: “*Sócrates, enganaste os portugueses*”.

Rui Simões filma o trabalho voluntário em várias organizações com equipas de rua que fornecem comida, serviços médicos, troca de seringas ou distribuição de preservativos para grupos carenciados da cidade de Lisboa. Segue algumas dessas equipas e filma testemunhos de pessoas atendidas pelos voluntários. Assim como as pessoas em situação de sem-abrigo, alguns voluntários contam histórias do seu passado e mostram igualmente pedaços do seu quotidiano.

Síntese das artes

Qual a novidade do discurso das artes em relação aos dois precedentes? O que o distingue dos discursos das ciências e dos média? Considerando a arte no sentido estético, o dicionário electrónico Houaiss da Língua Portuguesa define-a como: “*uma produção consciente de obras, formas ou objectos, voltada para a concretização de um ideal de beleza e harmonia ou para a expressão da subjectividade humana*”.

O discurso artístico é, dentre os três, o que mais liberdade concede ao seu produtor. Liberdade na forma de comunicar, nos conteúdos e nos modos de expressão. Rui Simões usou da sua liberdade de artista, concedendo-a, quase integralmente, aos seus personagens. O artista esconde-se por detrás da câmara, deixando que os seus sete “*actores*” se apresentem e se mostrem aos espectadores. É evidente que o realizador investiu longamente em tempo de pesquisa sobre o tema, em entrevistas, em horas de filmagens, em conversas e na montagem. Fez escolhas sobre o que filmar, como, quando, onde. Selecionou as cenas, elegeu umas, desprezou outras. A opção por se esconder por detrás da câmara foi também deliberada e aparentemente apolítica e acrítica; concedeu total liberdade aos personagens de se apresentarem e aos espectadores de interpretarem, de sentirem, de ajuizarem o que presenciam. Neste sentido, o artista foi simplesmente um facilitador, ou uma ponte entre dois mundos, o das pessoas que vivem nas ruas e o das pessoas que se deixam impressionar por esse espaço íntimo, desconhecido. O artista não tomou posição, não interferiu, não aconselhou, não criticou, não perguntou, apenas mostrou o que as personagens queriam dar a conhecer.

Esta liberdade de modos de expressão é lícita no discurso artístico. Pelas suas incontáveis opções tudo pode ficar em aberto; no campo das artes tudo é possível. No entanto essa mesma liberdade é simultaneamente um fardo, no sentido em que torna qualquer escolha mais arriscada, perigosa e responsável. Na rigidez e formalismo do discurso científico, não há grande espaço para inovar, e por conseguinte, os riscos são também menores. Bourdieu, 1993, em *La misère du monde*, escondeu-se atrás dos

discursos dos seus entrevistados, os riscos que correu não foram grandes, a sua carreira estava já consagrada, contudo, não ficou imune a críticas pela opção tomada. Alguns investigadores portugueses também se deixaram impressionar pelo mundo das pessoas em situação de sem-abrigo, produzindo relatos expressivos, como os de Rui Simões. Foi o que sucedeu em certos excertos das dissertações de Adília Rivotti ou de Diogo Mateus.

Os discursos mediáticos são também formais, embora seja possível e aceitável um certo espaço para a inovação. Algumas reportagens feitas na primeira pessoa, são incentivadas, as imposições que possam existir sobre estes profissionais estarão, provavelmente, mais ligadas às regras de mercado da compra e venda de informação, do que à credibilidade do autor. Algumas peças escritas na primeira pessoa são também, elas próprias, pequenas obras de arte, como é o texto de José Miguel Gaspar intitulado *“Toxicódromo habitado no coração do Porto”* e transcrito, parcialmente, neste capítulo.

2.4. Notas finais sobre a construção social da pessoa sem-abrigo

Como defende Bourdieu cada campo tem as suas regras e os que escolhi para desenvolver a análise dos discursos sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, têm, evidentemente, as suas especificidades, instituições próprias e critérios estéticos e de legitimidade. Ciência, jornalismo e arte produzem artefactos discursivos distintos mas simultaneamente comparáveis entre si. No limite todos partilham os mesmos instrumentos de base de qualquer discurso: uma língua em acção que produz representações, sentidos e uma retórica. A imagem tem uma outra gramática e estrutura, mas o que transmite e produz tem um efeito e significado equivalente aos das palavras.

O meu objectivo neste capítulo era evidenciar o modo como estas linguagens têm contribuído para a caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo. No caso particular da ciência, importava-me compreender como estas pessoas eram estudadas, por quem e onde, como foram objectivadas, qual a intencionalidade desses discursos e, acima de tudo, captar como a ciência as distinguia das demais que vivem abrigadas. No seguimento da análise apresentada neste capítulo, creio que uma parte dos investigadores portugueses produziu um trabalho rico e com potencial para alargar o conhecimento sobre este fenómeno. Os trabalhos expostos complementam-se e, apesar de não serem abundantes, são, no meu entender, suficientemente variados para fornecerem um panorama extenso e profundo sobre esta problemática. A ausência de pesquisas com um carácter longitudinal resulta, na minha opinião, não da qualidade ou empenho dos nossos investigadores, mas do funcionamento do campo investigativo em Portugal.

Em relação ao discurso dos média, o trabalho aqui apresentado, apesar das suas limitações, é pertinente e oferece pistas interessantes que poderão ser exploradas em

futuras investigações. Com esta análise ficou mais clara a capacidade que estes meios detêm para produzir e disseminar representações sociais. No caso das pessoas em situação de sem-abrigo, considero que uma parte substancial dos discursos difundidos pela imprensa *on-line* em Portugal é pouco inovadora e com falta de originalidade. Os média tendem a reproduzir exaustivamente estereótipos generalizados sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, oscilando entre discursos acusatórios e caritativos. São, contudo, dignas de nota raras peças jornalísticas em que sobressai um investimento no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno e informar acerca do quotidiano das pessoas nesta situação.

Os artistas, como afirmado anteriormente, dispõem de instrumentos e meios de expressão muito abrangentes e variados. O trabalho magnífico de Rui Simões é revelador do potencial que está à disposição dos artistas portugueses, compete-lhes a eles, e aos seus patrocinadores, fazerem as escolhas acertadas.

Capítulo III – As organizações sociais

Neste capítulo procuro dar a conhecer algumas das organizações sociais que trabalham com as pessoas em situação de sem-abrigo, em Lisboa. Existem diversos tipos de instituições, com diferentes missões, objectivos e públicos-alvo bem definidos. O modo de as classificar e categorizar também varia, em função dos objectivos de quem estabelece esses agregados. A Rede Social de Lisboa²⁴ distingue dois tipos de respostas sociais, a rede vocacionada e a rede de suporte, e classifica as instituições por tipo de resposta. O Ministério do Trabalho e da Segurança Social regulamentou, em 2006, seis tipos de respostas sociais para as famílias, comunidade em geral e pessoas em situação de sem-abrigo. Menezes, 2008, analisa as organizações por nível de intervenção, distinguindo quatro tipos. Pela minha parte, o que aqui pretendo apresentar, mais do que uma nova classificação, é antes uma proposta de reflexão sobre o modo como as respostas sociais se estruturam para satisfazer as necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo, utilizando como critério o vínculo que as instituições estabelecem com os seus utilizadores, que poderá ser mais ou menos formal, e explorando, ainda, a intensidade subjectiva e objectiva desse mesmo vínculo.

Porém, o objectivo deste capítulo não é somente dar a conhecer as organizações, as suas características e os tipos de serviços que disponibilizam. Procurei também aprofundar o conhecimento sobre a forma como algumas organizações trabalham, quais os valores que estiveram na sua origem e que actualmente as orientam, como se organizam para responder às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo, o que oferecem aos seus utilizadores e o que exigem em troca. Esta informação foi recolhida recorrendo a diversos tipos de fontes: documentação produzida pela rede social e pelas organizações, sítios da internet e entrevistas a gestores e técnicos que trabalham em algumas destas instituições.

Assim, num primeiro momento, apresento uma configuração geral das respostas

²⁴ “Designa-se por rede social o conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulem entre si e com o Governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Fevereiro). “A 18 de Abril de 2006, a Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (actualmente ISS, I.P. - Centro Distrital de Lisboa) assinaram o Protocolo de Colaboração que visou instituir uma colaboração de carácter regular e permanente entre as três entidades para implementação da Rede Social de Lisboa” Disponível em <http://www.redesocial-lisboa.pt/> (08-2011).

organizacionais existentes em Lisboa, como se estruturam e se interligam para satisfazer as necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo, passando, em seguida a dar a conhecer algumas das organizações estudadas, a partir do ponto de vista dos entrevistados, das suas representações acerca das suas práticas e das pessoas para quem trabalham. Por último, saliento as ideias mais relevantes que me importam fixar neste capítulo.

3.1. Tipos de respostas sociais

Com base na documentação que me foi cedida pelo ISS, IP, e que consta do Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo Lisboa, 2009, sintetizo, aqui, algumas características das repostas institucionais disponíveis, nessa data, para prestar apoio às pessoas em situação de sem-abrigo, na cidade de Lisboa. Embora me tenha sido facultado o acesso à informação sistematizada e produzida pelas redes sociais da Amadora, Coimbra, Braga, Cascais, Porto e Faro, irei apenas tratar aqui os dados que disponho sobre a cidade de Lisboa. Saliento, apenas, que o modo de classificar e estruturar a informação, adoptado nas diferentes cidades, foi distinto, reflectindo, a meu ver, a forma como cada uma das Redes Sociais Locais problematizou a questão e como se organizou para realizar o diagnóstico social das repostas para as pessoas em situação de sem-abrigo.

A caracterização das respostas institucionais em Lisboa foi dividida em dois grupos: a rede vocacionada e a rede de suporte. Embora na documentação disponível estejam por definir os dois tipos de rede, entendo que a vocacionada engloba todas as organizações locais que trabalham especificamente com as pessoas em situação de sem-abrigo e a de suporte reúne um conjunto de serviços abrangendo públicos diversos e que, simultaneamente, apoiam pessoas a viver nessa condição.

No Quadro 3.1 apresento os tipos de respostas sociais para as pessoas em situação de sem-abrigo, inventariados e sistematizados pela rede social de Lisboa. Dentro da rede vocacionada destacam-se os seguintes serviços: treze equipas de rua; um serviço de emergência social de atendimento e acompanhamento social; duas comunidades de inserção sem alojamento; oito centros de alojamento temporário, perfazendo um total de 494 camas; um refeitório/cantina social; e três ateliers ocupacionais. As redes de suporte compreendem dispositivos que abrangem grupos mais alargados da população e estão organizadas por critérios de actividade ou categorias de população a que se destinam: saúde mental; saúde; substâncias psicoactivas; pessoas com VIH/SIDA e suas famílias; imigrantes; outras pessoas em situação de vulnerabilidade; pessoas vítimas de violência; prostituição; e formação/inserção profissional.

Das treze equipas de rua a operar em Lisboa, cinco distribuem alimentos e oito oferecem serviços técnicos de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. Dentro deste último grupo, uma equipa está especializada no acompanhamento de situações de prostituição e de toxicod dependência, e outra vocacionada para situações de

peças sem-abrigo ou toxicodependentes. Algumas destas equipas são promovidas por instituições que oferecem outros serviços, na sua maioria, dispõem de centros de alojamento temporários.

Rede vocacionada	
Equipas de rua sem distribuição de alimentos	8
Equipas de rua com distribuição de alimentos	5
Atendimento/accompanhamento social	1
Comunidades de inserção sem alojamento	2
Centros de alojamento temporário	8
Refeitório/Cantina social	1
Ateliers ocupacionais	3
Rede de suporte	
Saúde mental	19
Saúde geral	12
Substâncias psicoactivas	12
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	13
Imigrantes	11
Outras pessoas em situação de vulnerabilidade	7
Pessoas vítimas de violência	5
Prostituição	4
Formação e inserção profissional	14

(Fonte: Plano Cidade, 2009)

Quadro 3.1. Tipos de respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa

O Serviço de Emergência Social, gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, faz atendimento a pessoas em situação de sem-abrigo ou de emergência social. Dispõe ainda de um grupo de técnicos de serviço social que acompanha algumas das pessoas que necessitam de um seguimento continuado.

Em Lisboa funcionam duas comunidades de inserção sem alojamento, uma gerida pela AMI – Fundação de Assistência Médica Internacional, sediada no Centro Porta Amiga das Olaias, e outra administrada pela CAIS – Associação de Solidariedade Social. Ambas definem o público-alvo como “*pessoas em situação de exclusão ou marginalização social*” (Rede Social Lisboa, 2009: 76).

Alguns centros de alojamento temporário estão especializados por categorias populacionais, discriminando o acesso, em função do género ou do estado da reinserção. Assim, Lisboa dispõe de dois centros para homens, em processo de reinserção ou em fase inicial de trabalho, com um total de 41 camas, geridos por duas instituições, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Fundação AMI. Dispõe, também, de um centro de alojamento para mulheres e crianças, com capacidade para acolher 16 pessoas, gerido igualmente pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. No total, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dispõe de quatro Centros de Alojamento Temporário com capacidade para 67 pessoas (Rede Social Lisboa, 2009: 80). Dois deles são mistos e podem albergar até 36 “*adultos em situação de sem abrigo ou domicílio instável*” (Rede Social Lisboa, 2009: 80). Contudo, nem todos os alojamentos temporários são de pequenas dimensões. Os com maior capacidade são geridos pela Associação Vitae, com 271 camas, pelo Exército de Salvação, com 75 camas e pela

Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa, com capacidade para acolher 55 homens. Os dois primeiros aceitam homens e mulheres. O centro de maior dimensão é, claramente, o da Vitae. É também este o único espaço de alojamento na cidade que acolhe pessoas directamente, sem necessidade de um encaminhamento prévio, realizado por uma instituição ou por um técnico da área social.

O refeitório/cantina social é gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e destina-se a *“indivíduos em situação de risco social grave”* (Rede Social Lisboa, 2009: 81). Embora não esteja especificado no Plano de Cidade, a utilização deste serviço é gratuita, sendo, contudo, fornecido um cartão de acesso com um limite temporal de uso. Na primeira utilização do serviço a pessoa em risco é entrevistada por um técnico que a encaminha para um outro serviço, consoante a avaliação da situação em que a pessoa se encontra, podendo emitir um cartão de acesso ao refeitório. A primeira refeição é sempre servida a qualquer pessoa que assim o solicite, contudo, as seguintes obrigam à apresentação de um cartão válido.

Dos três ateliers ocupacionais existentes em Lisboa, dois são geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e um pela Associação Crescer na Maior. A população-alvo dos dois ateliers ocupacionais da SCML é distinta, enquanto o Centro de Apoio Social dos Anjos se destina à população adulta sem ocupação, o Centro de Apoio Social de São Bento serve a *“população adulta sem ocupação motivada para o cumprimento de um Plano Ocupacional”* (Rede Social Lisboa, 2009: 81). Os destinatários do atelier gerido pela Associação Crescer na Maior são a população sem-abrigo.

O modo como as instituições definem os seus públicos-alvo permite inferir que nem todas as pessoas em situação de sem-abrigo têm possibilidade de aceder aos vários equipamentos sociais existentes na cidade. Todos eles disponibilizam os seus serviços mediante o diagnóstico da situação, elaborado por um técnico. Algumas organizações restringem o acesso ao alojamento em função do género, outras, dependendo do grau de autonomização da pessoa. As condicionantes no acesso às respostas sociais indiciam a existência duma racionalidade na organização das instituições, centrada em competências técnicas específicas, ou em função de problemas, de género ou de percursos individuais.

No Quadro 3.2 reúno a informação disponível acerca das Equipas de Rua, por serem estas as que estão mais próximas das pessoas em situação de sem-abrigo e, nas quais as funções dos técnicos são distintas das demais. São estas equipas que vão ao encontro das pessoas. Isto é, os técnicos das equipas de rua saem dos seus gabinetes para apoiarem, directamente, as pessoas em situação de sem-abrigo, oferecendo os seus serviços sem, para isso terem de efectuar, obrigatoriamente, um diagnóstico avaliativo da situação da pessoa.

Uma primeira distinção já evidenciada na documentação produzida pela rede social de Lisboa refere-se à distribuição ou não de alimentos. Curiosamente, todas as equipas de rua que distribuem alimentos em Lisboa são de inspiração espiritual/religiosa.

Todas, excepto o Centro de Apoio ao Sem-abrigo (CASA), uma iniciativa budista²⁵, são de inspiração cristã. Foi-me impossível confirmar se as organizações com Equipas de Rua que distribuem alimentos fornecem outras respostas sociais. Pelo que me foi dado a conhecer, a única que acumula outros serviços para as pessoas em situação de sem-abrigo é a Comunidade Vida e Paz. As restantes movem-se apenas, segundo tudo indica, pelas suas convicções de apoio às pessoas mais necessitadas. As equipas que distribuem alimentos não são necessariamente compostas por técnicos mas, regra geral, por voluntários.

Rede vocacionada			
Equipas de rua sem distribuição de alimentos	Outras respostas	Equipas de rua com distribuição de alimentos	Outras respostas
AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional	Comunidade de inserção sem alojamento; Centro de Alojamento Temporário	Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA)	---
Centro Social do Exército de Salvação	Centro de Alojamento Temporário	Comunidade de Santo Egídio	---
Câmara Municipal de Lisboa - Dep. Acção Social	---	Comunidade Vida e Paz	Espaço Aberto ao Diálogo
Associação Médicos do Mundo (Unidade móvel)	---	Igreja Evangélica do Sétimo Dia	---
Movimento ao Serviço da Vida	---	Legião da Boa Vontade	---
Novos Rostos... Novos Desafios	---		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Centro de Alojamento Temporário; Refeitório; Atelier ocupacional; Atendimento		
VITAE - Ass. De Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	Centro de Alojamento Temporário		
Rede de suporte			
Substâncias psicoactivas		Equipamentos	
Associação Ares do Pinhal	2 Gabinetes de apoio e 2 Unidades Móveis		
Associação Crescer na Maior	Equipa de rua; UNIVA; atelier ocupacional		
Comunidade Vida e Paz	Espaço Aberto ao Diálogo		
Novos Rostos... Novos Desafios	Equipa de rua		
Desafio Jovem	Equipa de rua/Café Convívio		

Quadro 3.2. Organizações com Equipas de Rua em Lisboa

Em relação às Equipas de Rua que não distribuem alimentos, destaco a da Câmara Municipal de Lisboa e a do Movimento ao Serviço da Vida, que não disponibilizam outras respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo. Os Médicos do Mundo não distribuem alimentos mas disponibilizam serviços de saúde à população mais carenciada, sem-abrigo e toxicodependentes. A Associação Novos Rostos... Novos Desafios está referida duas vezes na documentação consultada. Detém uma Equipa de Rua vocacionada para o atendimento de pessoas com consumos de substâncias psicoactivas e uma outra para as pessoas em situação de sem-abrigo e prostituição. As restantes equipas são promovidas por instituições que dispõem de outros serviços

²⁵ O CASA “é uma associação sem fins lucrativos, fruto da iniciativa e inspiração de Pema Wangyal Rinpoche, Presidente Honorário e foi constituída por escritura pública a 19 de Julho de 2002, lavrada a fls. 71 e 71 v livro nº 187 - F, no Cartório Notarial de Alenquer e é constituída globalmente por voluntários com relevo para a estrutura de coordenadores”. Disponível em <http://www.casa-apoioaosemabrigo.org/acasa.html>; (05-2011).

destinados a estas pessoas. De todas as instituições inventariadas pela rede social somente a CAIS e a Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa não têm Equipa de Rua. Esta última dispõe de um Centro de Acolhimento Temporário e a primeira disponibiliza serviços para “*pessoas em situação de exclusão ou marginalização social*” (Rede Social Lisboa, 2009: 76).

Julgo ainda importante salientar as motivações ou valores que parecem estar subjacentes à criação das organizações com origem na sociedade civil. Metade do universo das dezasseis instituições, promovidas pela sociedade civil e que trabalham com pessoas em situação de sem-abrigo, têm convicções espirituais/religiosas de diversos credos, expressas nos seus objectivos: o CASA – Centro de Apoio ao Sem-abrigo; o Exército de Salvação; a Comunidade de Santo Egídio; a Comunidade Vida e Paz; o Desafio Jovem; a Igreja Evangélica do Sétimo Dia; a Legião da Boa Vontade; e o Movimento ao Serviço da Vida. A outra metade, sem convicções espirituais expressas nos seus objectivos são: a Fundação AMI; a Associação Ares do Pinhal; a Associação Crescer na Maior; a Associação Médicos do Mundo; a Novos Rostos... Novos Desafios; a Vitae; a CAIS; e a Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa. A medicina e a promoção da saúde estiveram na origem da Fundação AMI, da Associação Ares do Pinhal e da Associação Médicos do Mundo. A Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa foi fundada em 1881 pelo Rei D. Luís I com fins filantrópicos. As quatro restantes parecem ter a sua origem na sociedade civil, sem qualquer ligação a convicções religiosas ou de promoção da saúde. A CAIS posiciona-se na luta contra a pobreza e na promoção do melhoramento das condições de vida das pessoas em situação vulnerável. A Vitae, de acordo com o texto publicado no sítio da internet, nasceu de um projecto internacional envolvendo portugueses, angolanos e moçambicanos com o objectivo de melhorar os níveis socioeconómicos ligados à cultura lusófona. A informação disponível acerca da Associação Crescer na Maior é escassa, no entanto foi possível identificar que esta organização, financiada pela Câmara Municipal de Lisboa desde 2003, começou por actuar na zona do Vale de Alcântara junto de arrumadores e consumidores de estupefacientes. A informação sobre a Associação Novos Rostos... Novos Desafios é igualmente parcelar. Através do *blog* foi possível saber que esta foi constituída em 2003, com o objectivo de promover a educação e o desenvolvimento de crianças e jovens. Paralelamente a este objectivo, expresso à data da constituição da associação, esta actua igualmente na área da toxicoddependência e da promoção da saúde em várias freguesias de Lisboa e Cascais.

No Quadro 3.3 apresento, de modo sintético, a informação acima exposta, identificado as organizações e as respostas constantes no Plano para a Cidade de Lisboa, aprovado em 2009. Incluí neste quadro informação acerca do financiamento e dos valores subjacentes à criação destas instituições. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa foram também inscritas, pois, embora a sua origem não seja de iniciativa civil, estas oferecem um conjunto de respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo. Enquanto a primeira teve a sua origem no século XV, instituída pela rainha D. Leonor e com convicções católicas, actualmente é tutelada pelo governo, que nomeia o seu provedor e a ligação à Igreja católica é mais ténue, contando com um representante da Irmandade da Misericórdia e de São Roque, no interior do Conselho Institucional. A Câmara Municipal de Lisboa distingue-

se das demais por ser uma entidade de direito público, com representantes eleitos pelos residentes da autarquia.

Instituição	Respostas	Financiamento	Valores na sua origem	Informação acedida em 2011/05
AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional	Equipa de Rua sem distribuição de alimentos; Comunidade de inserção sem alojamento; Centro de Alojamento Temporário	CML (100% Centro de Alojamento Temporário); fundos próprias	Medicina	http://www.cm-lisboa.pt/?idc=307 ; http://www.ami.org.pt/media/pdf/RelatActividades09.pdf
Associação Ares do Pinhal	2 Gabinetes de apoio e 2 Unidades Móveis	IDT; CML	Medicina	http://dependencias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=48:Ares-dopinhal-um-trajecto-de-recupera%E7%E3o-dos-toxicodependentes-mais-marginalizados
Associação Crescer na Maior	Equipa de rua; UNIVA; atelier ocupacional	CML (2003 e 2008)	Prevenção e redução de danos na área da toxicoddependência	http://www.cm-lisboa.pt/?idc=314
Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa	Centro de Alojamento Temporário	ISS; SCML	Filantropia (soberano)	http://www.aanlisboa.com/index.html
Associação Médicos do Mundo (Unidade móvel)	Equipa de rua sem distribuição de alimentos	Fundos próprios	Medicina	http://www.medicosdomundo.pt/index.jsp?page=about&lang=pt
CAIS - Associação de Solidariedade Social	Comunidade de inserção sem alojamento	---	"contribuir para o melhoramento global das condições de vida de pessoas sem casa/lar, social e economicamente vulneráveis, em situação de privação, exclusão e risco."	http://www.cais.pt/page/view/4/sobre-a-cais/missao
Câmara Municipal de Lisboa - Dep. Acção Social	Equipa de rua sem distribuição de alimentos	Próprios	Autarquia	http://www.cm-lisboa.pt/?idc=307
Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA)	Equipa de rua com distribuição de alimentos	Doações	Religiosa	http://www.casa-apoiamentoabrigos.org/acasa.html
Centro Social do Exército de Salvação	Equipa de rua sem distribuição de alimentos; Centro de Alojamento Temporário	CML; ISS	Religiosa	http://www.exercitodesalvacao.pt/conteudos/SystemPages/page.asp?art_id=1 ; http://www.cm-lisboa.pt/?idc=307
Comunidade de Santo Egidio	Equipa de Rua com distribuição de alimentos	Doações	Religiosa	http://www.santegidio.org/index.php?&idLng=1066
Comunidade Vida e Paz	Equipa de Rua com distribuição de alimentos; Espaço Aberto ao Diálogo	IDT; ISS	Religiosa	http://comvidaepaz.blogspot.com/2009/05/quem-somos.html
Desafio Jovem	Equipa de rua/Café Convívio	IDT	Religiosa	http://www.desafiojovem.com/index.php?id1=17
Igreja Evangélica do Sétimo Dia	Equipa de rua com distribuição de alimentos	---	Religiosa	http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/Plano_Cidade_PSA_Abril_2009_-_Aprovado_a_04_de_Maio_de_2009.pdf
Legião da Boa Vontade	Equipa de rua com distribuição de alimentos	---	Religiosa	http://www.lbv.pt/index.htm
Movimento ao Serviço da Vida	Equipa de rua sem distribuição de alimentos	CML	Religiosa	http://www.msv.pt/index.php?headline=5&visual=1&tema=1
Novos Rostos... Novos Desafios	Equipa de rua substâncias psicoativas	IDT(?)	Educação de crianças e jovens	http://novosrostosnovosdesafios.blogspot.com/
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Equipa de rua sem distribuição de alimentos; Centro de Alojamento Temporário; Refeitório; Atelier ocupacional; Atendimento	Próprios	Religiosa e governamental	http://www.scml.pt/default.asp?sitem=scml&layout=
VITAE - Ass. De Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	Equipa de Rua sem distribuição de alimentos; Centro de Alojamento Temporário	CML e ISS	"melhorar os níveis de desenvolvimento das sociedades ligadas à cultura Lusófona"	http://www.assoc-vitae.org/ ; http://www.cm-lisboa.pt/?idc=307

Quadro 3.3. Organizações vocacionadas e de suporte a pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa

Pela sua importância, refiro ainda o enquadramento legal das respostas sociais disponíveis para as pessoas em situação de sem-abrigo e que fazem parte da rede vocacionada, de acordo com a noção manifesta no Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo Lisboa, de 2009.

As respostas legalmente enquadradas, pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social de Janeiro de 2006, para atender especificamente pessoas em situação de sem-abrigo são duas: as equipas de rua e os ateliers ocupacionais. As restantes têm como destinatários a família e a comunidade em geral e disponibilizam serviços para as pessoas sem-abrigo. São elas, as comunidades de inserção sem alojamento; os centros de alojamento temporário; os refeitórios ou cantinas sociais; e o atendimento/acompanhamento social. No Quadro 3.4 incluo a definição dessas mesmas repostas, que podem ser consultadas no sítio da internet da Carta Social²⁶.

Tipos de repostas	Respostas sociais: nomenclaturas e conceitos (Carta Social, despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, de 19.01.2006)	Destinatários
Comunidades de inserção	"Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social."	Família e comunidade em geral
Equipas de rua para pessoas sem-abrigo	"Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida."	Pessoas em situação de sem-abrigo
Centros de alojamento temporário	"Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada."	Família e comunidade em geral
Refeitórios ou cantinas sociais	"Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas."	Família e comunidade em geral
Atelier ocupacional	"Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de actividades integradas em programas 'estruturados' que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou 'flexíveis' onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação."	Pessoas em situação de sem-abrigo
Atendimento/acompanhamento social	"Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência."	Família e comunidade em geral

Quadro 3.4. Enquadramento legal das repostas sociais para pessoas sem-abrigo ou em situação vulnerável

Atendendo apenas às repostas dirigidas especificamente para as pessoas em situação de sem-abrigo, saliento o carácter multidisciplinar das equipas de rua e os propósitos da sua actividade: abordar as pessoas sem-abrigo; e melhorar as suas condições de vida. Nesta definição dos objectivos da equipa de rua, fica por clarificar o que se entende por "melhorar". O objectivo da Equipa de Rua da Câmara Municipal de Lisboa é ligeiramente diferente: "*desenvolve a intervenção social de rua no Concelho de Lisboa através do contacto, motivação e acompanhamento psicossocial da população sem-abrigo, promovendo o seu encaminhamento para repostas que contribuam para*

²⁶ Disponível em <http://www.cartasocial.pt/index1.php>. (05-2011).

*a integração social. A Equipa intervém aos níveis da Emergência, Motivação e Encaminhamento e Reinserção Social.*²⁷ Os objectivos da Equipa de Rua da autarquia são, então: motivar; encaminhar e reinserir. Isto significa que as linhas orientadoras da acção das Equipas de Rua não são as mesmas. Para a Segurança Social, estes técnicos procuram melhorar as condições de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, para a autarquia, o objectivo é “motivar” a pessoa nessa situação para que esta queira reinserir-se.

Os ateliers ocupacionais, de acordo com a legislação, podem promover dois tipos de actividades: as estruturadas e as flexíveis. As primeiras implicam a assiduidade da pessoa, as últimas, com presença facultativa, variam em função da motivação e disponibilidade da pessoa em situação de sem-abrigo. A definição da resposta “*atelier ocupacional*” tem subjacente o pressuposto que as pessoas em situação de sem-abrigo possuem “*capacidades e competências sociais*” que necessitam de reabilitação. Dito de outro modo, o legislador admite que a pessoa em situação de sem-abrigo terá sido competente antes de se encontrar em tal posição, contudo, essas capacidades dissiparam-se ou estão ocultas. O atelier ocupacional destina-se a auxiliar a pessoa a recuperar aptidões esquecidas, funcionará como uma espécie de “fisioterapia” de comportamentos e modos de sobrevivência aceites socialmente.

A caracterização e definição destas duas respostas, equipas de rua e ateliers ocupacionais, concebidas especificamente para as pessoas em situação de sem-abrigo, assentam, no meu entender, no pressuposto que a pessoa em situação de sem-abrigo esteve, em algum momento da sua vida, inserida na sociedade mas que, por qualquer razão, deixou de estar. O objectivo das organizações sociais e dos técnicos que lá trabalham é ajudar essas pessoas, ou motivá-las, a recuperar o que perderam, de modo a que voltem a inserir-se na sociedade. O sistema parece admitir que a “reabilitação” poderá ser impossível, no entanto, procura assegurar a possibilidade dessas pessoas melhorarem as suas condições de vida.

3.2. Configuração das organizações sociais

A configuração das organizações sociais que actuam em Lisboa suscita alguma reflexão. Em primeiro lugar, revela o papel preponderante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na prestação de serviços às pessoas em situação de sem-abrigo. De facto, esta instituição centenária foi fundada exactamente com o objectivo de providenciar apoio a pessoas em situação vulnerável e, actualmente dá resposta à quase totalidade das necessidades básicas das pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa. Partilha, em paridade com a Câmara Municipal de Lisboa e a Segurança Social, a gestão da rede social de Lisboa. Ou seja, o peso institucional da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é considerável e o quase monopólio desta organização nas

²⁷ Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=307> (05-2011).

questões das pessoas sem-abrigo é notável.

Uma outra consideração que emerge desta análise prende-se com o papel e responsabilidades da autarquia no cenário das organizações sociais e pela existência duma Equipa de Rua da própria Câmara Municipal de Lisboa. De acordo com a entrevista realizada com um técnico superior do Gabinete de Acção Social desta autarquia, e com base na documentação recolhida sobre as actividades da Câmara Municipal de Lisboa, esta tem já uma tradição, de mais de 20 anos, no estudo das pessoas em situação de sem-abrigo. Em Portugal as autarquias têm responsabilidades na área social, são elas que gerem as redes sociais locais. Contudo, a criação e manutenção de uma equipa de rua composta por quadros da autarquia provoca uma certa hesitação acerca dos objectivos que orientam esta acção, tendo em conta que a própria Câmara financia ou financiou, na íntegra ou em parceria com outras instituições, uma parte significativa das organizações existentes, como é o caso da Equipa de Rua do MSV - Movimento ao Serviço da Vida, do Centro de Alojamento Temporário da AMI, da Associação Ares do Pinhal, da Associação Crescer na Maior, do Centro de Alojamento Temporário do Exército de Salvação e do Centro de Alojamento Temporário da Vitae. Se a autarquia é financiadora de uma parte das organizações a actuar na cidade, por que razão o departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa tem uma Equipa de Rua residente nesse departamento? Quando realizei a entrevista ao técnico deste departamento a configuração das organizações estava a ser construída, razão pela qual esta situação não era ainda evidente.

Dentro da configuração das organizações sociais vocacionadas para as questões das pessoas em situação de sem-abrigo há ainda a considerar o IDT – o Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.. Este instituto financia Equipas de Rua e organizações que também se ocupam das pessoas em situação de sem-abrigo, pois, sabe-se que algumas delas são consumidoras de estupefacientes. Assim, para além dos três grandes parceiros financiadores e promotores de respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo, Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Segurança Social, há ainda a considerar este instituto público que financia e tem um papel preponderante na definição das estratégias e manutenção de repostas para as pessoas em situação de sem-abrigo que acumulam o consumo de estupefacientes.

Assim, podemos verificar que em Lisboa existem quatro grandes estruturas organizacionais que partilham entre si a criação e manutenção das respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo. A SCML detém o quase exclusivo das respostas sociais existentes na cidade, parecendo deixar para o IDT todas as questões relacionadas com o consumo de estupefacientes. A Câmara Municipal de Lisboa financia centros de alojamento e equipas de rua, mantendo a sua própria equipa e promovendo também o desenvolvimento de acções concertadas entre as várias organizações. A Segurança Social tem, aparentemente, uma posição clara: financia instituições particulares que pretendem actuar nesta área social; estabelece as normas a cumprir na criação e manutenção destas respostas; e presta apoio técnico a essas instituições.

Em relação ao financiamento das organizações, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

custeia as suas repostas sociais e também estabelece protocolos com outras instituições, por exemplo, com a Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa. Existem ainda três estruturas que financiam as actividades das organizações com origem na sociedade civil. Se o IDT parece ter uma visão clara e objectiva das suas funções na área das drogas e do álcool, os critérios que presidem à atribuição de financiamento às organizações promovidas pela sociedade civil e que não tratam especificamente de aspectos relacionados com as dependências são mais vagos. No que concerne a autarquia, creio que as alterações observáveis em relação ao financiamento de instituições estão relacionadas com as dinâmicas subjacentes ao processo democrático e às perspectivas pessoais dos representantes eleitos para gerir a cidade. Esta descontinuidade reflecte, no meu ponto de vista, a inexistência duma visão e estratégia delineadas a médio e a longo prazo para a questão do fenómeno e das pessoas em situação de sem-abrigo. Julgo que as oscilações políticas que directa ou indirectamente influenciam as orientações estratégicas dos quatro grandes gestores das respostas sociais para as pessoas em situação de sem-abrigo podem estar na origem duma certa ambiguidade nos critérios de elegibilidade para o financiamento das várias organizações. Para além da autarquia, a gestão da Segurança Social depende igualmente dos resultados eleitorais. O mesmo se passa com a administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tutelada pelo Governo e, com o IDT, tutelado pelo Ministério da Saúde.

Por último, saliento o “paradoxo contabilístico” inerente à categorização dos serviços e das respostas sociais. Neste capítulo comecei por identificar as respostas sociais inventariadas no Plano Cidade, servindo-me da distinção entre rede vocacionada e rede de suporte, utilizada pelo grupo de trabalho que elaborou o estudo. No Quadro 3.1 contabilizei treze equipas de rua, incluídas na rede vocacionada. Uma vez que o foco da minha reflexão incide sobre o vínculo que se estabelece entre a pessoa em situação de sem-abrigo e as organizações sociais, e no papel relevante que as equipas de rua têm, por serem estas as que estão mais próximas das pessoas que ainda se encontram a viver na rua, no Quadro 3.2, desta vez organizado em função das instituições com Equipa de Rua, o número passa para dezoito. Este aumento justifica-se, pois incluí ali as equipas de rua existentes na rede de suporte. No Quadro 3.3, listo essas mesmas dezoito organizações com respostas sociais, vocacionadas e de suporte, com equipas de rua e outros serviços destinados às pessoas em situação de sem-abrigo. No Quadro 3.4 estão definidas as respostas sociais, legalmente enquadradas pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, em 2006, destinadas às pessoas em situação de sem-abrigo e às famílias e comunidade em geral, e que são igualmente utilizadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo. No Quadro 3.5 que apresento em seguida, procurei identificar as instituições com respostas regulamentadas e só foi possível incluir doze.

Neste novo quadro, das dezoito instituições identificadas nos quadros 3.2 e 3.3, seis foram omitidas, uma vez que as respostas fornecidas não estão enquadradas legalmente. Isto é, as cinco instituições com equipas de rua que distribuem alimentos, não foram aqui incluídas, pois são respostas sem regulamentação. A Associação Ares do Pinhal não foi incluída, uma vez que as unidades móveis, apesar de terem características semelhantes às das Equipas de Rua, que atendem toxicodependentes,

têm uma outra nomenclatura e, provavelmente, objectivos distintos. Contudo, neste quadro estão inscritas três instituições que, de facto, tenho dúvidas que possam aqui constar: a Associação Médicos do Mundo, incluída na rede vocacionada, dispõe de uma unidade móvel, e está contabilizada no Plano Cidade como Equipa de Rua. A Associação Crescer na Maior e Desafio Jovem foram incluídas neste quadro, talvez indevidamente também. A sua inclusão pareceu-me pertinente visto estas duas organizações disporem de serviços denominados por Equipa de Rua, fazendo parte da Rede de Suporte.

Instituição	Equipa de Ruas/ alimentos	Atelier ocupacional	Comunidade de Inserção s/ alojamento	Centro de Alojamento Temporário	Refeitório/cantina social	Atendimento/acompanhamento social
AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional						
Associação Crescer na Maior						
Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa						
Associação Médicos do Mundo (Unidade móvel)						
CAIS - Associação de Solidariedade Social						
Câmara Municipal de Lisboa - Dep. Acção Social						
Centro Social do Exército de Salvação						
Desafio Jovem						
Movimento ao Serviço da Vida						
Novos Rostos... Novos Desafios						
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa						
VITAE - Ass. De Solidariedade e Desenvolvimento Internacional						

Quadro 3.5. Instituições com repostas regulamentadas para pessoas sem-abrigo ou em situação vulnerável

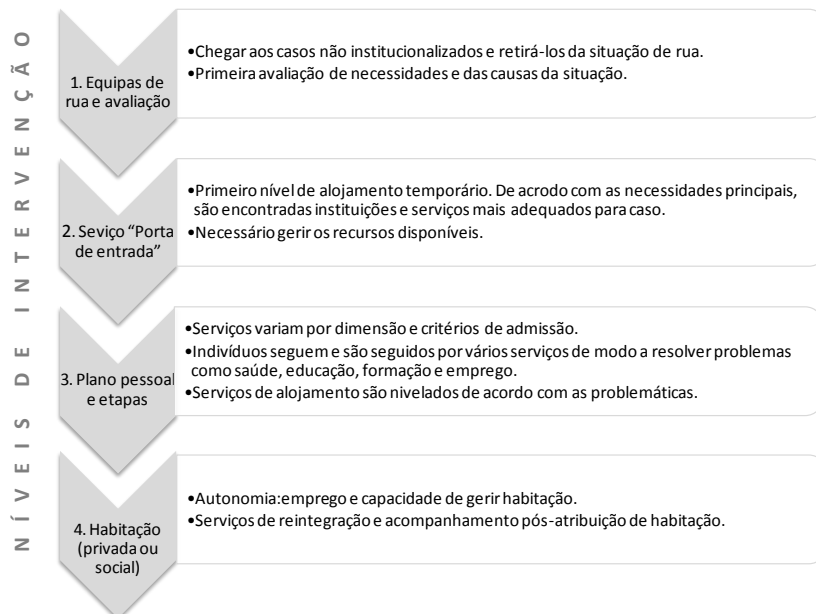
Este exemplo, perceptível nas equipas de rua, parece demonstrar a dificuldade em inventariar as respostas sociais em função de critérios aparentemente claros e isentos de ambiguidade. Este paradoxo contabilístico não pretende ser, de modo algum, uma crítica velada ou aberta aos profissionais que trabalharam na criação do Plano Cidade, mas antes parece-me revelador da dificuldade que a própria rede tem em classificar e contabilizar as respostas sociais existentes em Lisboa que prestam serviços às pessoas em situação de sem-abrigo.

O objectivo da apresentação do Quadro 3.5 não era, de forma alguma, evidenciar a complexidade do sistema social e das instituições, mas antes, sintetizar quais as organizações que se destacam neste cenário. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa cobre a quase totalidade das respostas sociais em Lisboa. A Fundação AMI oferece também um conjunto alargado de respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo. Este quadro permite ainda evidenciar a importância que as instituições atribuem às Equipas de Rua, conforme foi já avançado anteriormente neste capítulo, somente a CAIS e a Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa não dispõe deste

serviço de proximidade. Destaco ainda a situação peculiar da Comunidade Vida e Paz que sobressai claramente nas notícias *on-line*, apresentadas no capítulo II, e desaparece do mapa das organizações sociais que trabalham nesta área. Obviamente que esta ilusão de óptica no inventário das organizações não é propositada. Estou certa que nenhuma das instituições que trabalha nesta área pretende passar despercebida ou ser esquecida, contudo, quando nos detemos numa análise um pouco mais detalhada sobre as organizações, umas evidenciam-se e outras, independentemente da qualidade e pertinência da intervenção, dissipam-se.

3.3. Modelos de intervenção social

Para finalizar a reflexão acerca da configuração e caracterização das organizações sociais, apresento o modelo de níveis de intervenção social, proposto por Menezes, 2008, e reproduzido no Quadro 3.6. De acordo com esta investigadora as respostas institucionais disponíveis nas três cidades por ela estudadas, Lisboa, Londres e Paris, organizam-se por níveis de intervenção, cabendo às equipas de rua contactar as pessoas não-institucionalizadas, de modo a diagnosticar as suas necessidades e a encaminhá-las para que saiam da rua. Este modelo apresenta um percurso de institucionalização que culminará com a atribuição duma habitação à pessoa em situação de sem-abrigo, mediante a demonstração, por parte dela, que é capaz de assegurar a sua autonomia.

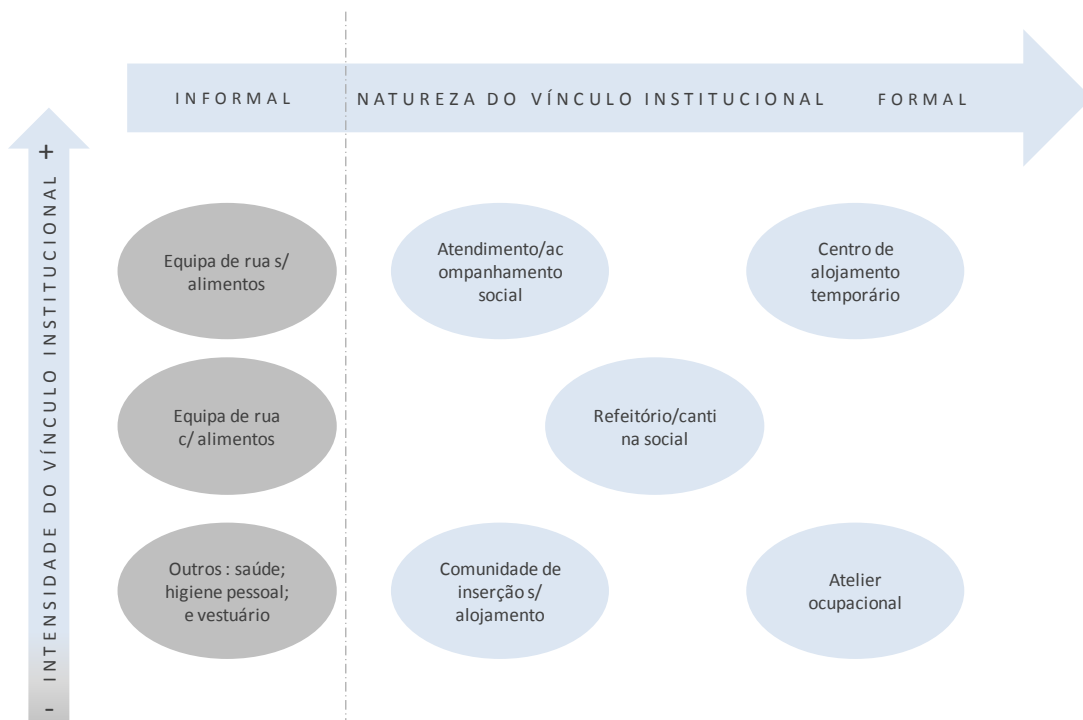


(Fonte: Menezes, 2009: 238)

Quadro 3.6. Modelo base de intervenção institucional proposto por Menezes, 2008

É evidente que nem todas as pessoas em situação de sem-abrigo percorrem este trajecto institucional, algumas contactam directamente o segundo nível, que Menezes, 2008, categoriza como “serviços de porta de entrada”. Este modelo sugere dois modos de acesso ao sistema institucional, o da equipa de rua, que procura as pessoas na situação, e o de porta de entrada, que é procurado pelo próprio. Nestes dois níveis de entrada no sistema é sempre feito um diagnóstico e avaliação pelos técnicos que encaminharão a pessoa para o nível seguinte. O modelo seguido nas três cidades pressupõe que a pessoa poderá aceder aos níveis 3 e 4, dependendo da avaliação técnica do seu desempenho e da sua capacidade de resolução dos seus problemas.

O modelo que proponho para compreensão da configuração das organizações que atendem as pessoas em situação de sem-abrigo, esquematizado no Quadro 3.7, tem como critérios a natureza informal ou formal do vínculo que se estabelece entre a instituição e a pessoa com necessidade de apoio e a intensidade do vínculo.



Quadro 3.7. Respostas sociais institucionais em função da formalização de um vínculo

Uma vez que a proposta de reflexão deste capítulo incide sobre o vínculo que se estabelece entre a pessoa em situação vulnerável e as instituições sociais, julgo necessário esclarecer aqui o que entendo por vínculo, neste contexto. Por vínculo entendo o compromisso que se estabelece entre duas partes, podendo ser encarado como um contrato ou, apenas, como um relacionamento que liga uma ou mais pessoas. Associada à noção de vínculo considerei ainda duas dimensões que pretendem caracterizá-lo: formalização e intensidade. Ou seja, o compromisso que se estabelece entre uma pessoa vulnerável e um técnico representante duma instituição, poderá ser mais formal, obrigando, por assinatura, as partes envolvidas, ou poderá ser

informal, e será considerado apenas como um acordo simples, como o que se estabelece quando vamos a um restaurante e fazemos o nosso pedido, na expectativa de sermos servidos, e somos servidos, na boa-fé que iremos pagar pelo serviço. Esse tipo de vínculo é informal e esporádico, não implica uma relação afectiva ou prolongada no tempo entre as partes. Na situação da pessoa vulnerável, um vínculo informal será o que se estabelece entre a pessoa e um balneário público, por exemplo. O balneário fornece um serviço de higiene gratuito, por a pessoa estar numa situação desfavorecida. A relação que se estabelece entre as partes pode ser afectiva, ou apenas utilitária, o balneário oferece um serviço e a pessoa utiliza-o. A dimensão “intensidade” pretende quantificar a força da obrigatoriedade no cumprimento do acordo que liga duas ou mais pessoas. Ilustrando com uma situação que pode ocorrer a um utilizador de um serviço social, um vínculo de fraca intensidade será o que se estabelece entre a pessoa carenciada e um técnico de um atelier ocupacional ou de um serviço de atendimento social; o técnico acolhe a pessoa, disponibiliza um serviço de atendimento/aconselhamento, ou esclarece como se pode aceder à internet, por exemplo, e o utilizador recebe esse bem ou serviço sem ter de dar nada em troca. Um vínculo de maior intensidade será o que liga uma pessoa que utiliza um centro de alojamento temporário com regras de permanência assentes na sua entrada no mercado de trabalho. A obrigatoriedade da pessoa no cumprimento desse acordo é mais intensa, quer em termos simbólicos quer em termos efectivos, pois pode pôr em risco o direito a permanecer nesse alojamento.

O tipo de vínculo que se estabelece entre uma pessoa vulnerável e uma instituição assenta num processo composto, regra geral, por três etapas: 1) um pedido de apoio; 2) uma avaliação da pertinência do pedido, o estabelecimento de um acordo e a satisfação do pedido; 3) a verificação do cumprimento do acordo estabelecido. Nos vínculos informais e de fraca intensidade as três etapas estão menos marcadas e podem, inclusivamente, não ocorrer.

Assim, das respostas sociais enquadradas legalmente em 2006, só a equipa de rua mantém um vínculo informal e de intensidade variável com a pessoa em situação de sem-abrigo. As duas respostas posicionadas no lado esquerdo do diagrama: equipas de rua com entrega de alimentos, e outros serviços, posto móvel de saúde, balneários e distribuição de vestuário, não implicam a formalização de um vínculo entre quem fornece o serviço e quem o utiliza. Contudo, estas duas respostas não constam da documentação produzida pela Segurança Social mas, de facto, são serviços que actuam em Lisboa e que servem a população em situação de sem-abrigo. Todas as outras, colocadas do lado direito da linha tracejada, implicam a formalização de um vínculo, de intensidade variável, entre a pessoa em situação de sem-abrigo e um técnico da área social.

A concepção do sistema parece assentar no pressuposto de que os serviços sociais só actuam em função do reconhecimento e aceitação por parte da pessoa carenciada que esta depende de um técnico para a auxiliar na resolução dos seus problemas. Este reconhecimento, por parte da pessoa carenciada, permite-lhe aceder aos serviços de atendimento/acompanhamento social, comunidade de inserção sem alojamento, refeições, alojamento temporário e ocupação de tempos livres. O vínculo informal dá

acesso a outros apoios, que serão ainda esclarecidos neste capítulo, no entanto, existe uma barreira entre o que é disponibilizado à pessoa carenciada e o que lhe está vedado. O movimento contrário, da vinculação institucional para a desvinculação, é possível, contudo a pessoa perde o acesso a todos os serviços que se encontram disponíveis para além do tracejado, voltando à situação do lado esquerdo do esquema.

As respostas sociais representadas no diagrama foram posicionadas em relação aos eixos horizontal e vertical, em função da natureza e intensidade do vínculo, no entanto a posição de cada uma das respostas não é rigorosa. Isto por que uma mesma resposta social pode ter múltiplos significados. Ou seja, embora as respostas sociais inscritas no quadro tenham um mesmo enquadramento legal, na realidade o vínculo que estas estabelecem com as pessoas em situação vulnerável pode variar em função de regras internas criadas pelas instituições. Por exemplo, para uma mesma resposta social, Centro de Alojamento Temporário, o vínculo que a pessoa vulnerável estabelece com a instituição varia, uma vez que as regras de acesso são distintas. O centro gerido pela Vitae é o único, em Lisboa, que admite alojar pessoas directamente, sem encaminhamento por um técnico da área social. O vínculo que se estabelece entre um utilizador da Vitae e a instituição é formal mas a sua intensidade pode variar, mesmo dentro desse mesmo serviço. Outros centros, como os que só aceitam pessoas inseridas no mercado de trabalho, estabelecem um vínculo distinto, obrigando a pessoa que lá se encontra alojada a continuar inserida no mercado de trabalho, pois esse é a regra de utilização do equipamento social. Dada esta limitação, causada pela mescla de direitos e deveres no interior de uma mesma resposta, fiquei sem alternativas que me permitissem posicionar com rigor as respostas sociais no interior do diagrama. Procurei, contudo, utilizar o eixo vertical, numa tentativa de hierarquizar as respostas em função da intensidade do vínculo que une a pessoa vulnerável às respostas sociais. Assim, inscrevi as respostas com vínculos de intensidade mais fraca, na base do diagrama, e as de maior intensidade no topo do esquema. Trata-se de uma representação imperfeita, pelas razões apontadas acima, mas que de algum modo fornece uma visão global do sistema social e serve de ponto de partida para a reflexão que me propus realizar neste capítulo.

Este diagrama reconhece que, por parte do sistema que gere os serviços sociais, se admite a existência de pessoas em situação de sem-abrigo que preferem manter-se informalmente vinculadas a uma instituição. Isto é, o sistema aceita a existência de indivíduos nesta condição que não recusam o apoio das equipas de rua, mas que, aparentemente, não pretendem nada mais do que esse apoio, optando por permanecerem à margem das respostas sociais que a sociedade lhes oferece. Julgo que o facto de algumas organizações, em Lisboa, assumirem que a pessoa vulnerável queira manter-se desvinculada das instituições e que esse é um direito seu é, no meu entender, um posicionamento que consagra o direito do indivíduo a manter-se à margem das soluções disponíveis no mercado de serviços sociais, sem que lhe sejam negados ou retirados outros direitos, isto é, a possibilidade de dormir na rua e de ser acompanhado por um técnico. A partir do momento em que a pessoa em situação de sem-abrigo aceita utilizar uma cantina social ou um centro de alojamento temporário, por exemplo, esta passa a ser identificada e seguida por um técnico desse serviço,

estabelecendo um compromisso formal de intensidade variável com essa instituição.

Apesar das equipas de rua compostas por técnicos prestarem apoio informal às pessoas em situação de sem-abrigo, estas recolhem e sistematizam informação acerca delas, alimentando bases de dados mantidas pelas equipas. Ou seja, as equipas de rua mantêm informação, presumivelmente confidencial e anónima, sobre as pessoas que atendem, embora o vínculo que se estabelece entre elas seja de natureza informal.

O trajecto da pessoa em situação de sem-abrigo dentro do sistema social é semelhante ao proposto por Menezes, 2008: uma avaliação positiva do desempenho da pessoa poderá garantir o acesso a um patamar mais próximo da habitação.

Esta primeira abordagem às organizações sociais, na qual procurei identificar os tipos de respostas, a configuração e articulação das organizações e os modelos de intervenção social será complementada com informação recolhida junto de um conjunto de profissionais a trabalhar na área. A análise das suas representações será apresentada nos próximos parágrafos.

3.4. Os práticos nas organizações

Em 2008 e 2009 realizei entrevistas a dezoito profissionais que trabalhavam em instituições sociais em Lisboa. Defini dois objectivos centrais: aprofundar o conhecimento sobre a instituição e as actividades que lá se desenvolviam; e conhecer o sentido que o profissional atribuía à sua prática. Neste segundo objectivo procurava conhecer um pouco mais sobre o percurso profissional do entrevistado, as suas representações acerca das actividades que exercia e, também, identificar competências e métodos de trabalho que, do seu ponto de vista, eram essenciais para o desempenho da profissão.

Defini dois critérios para selecção dos entrevistados: exercer uma actividade profissional remunerada, há mais de um ano, numa instituição que disponibilizava bens ou serviços para as pessoas em situação de sem-abrigo; e os profissionais deviam desempenhar uma de entre várias funções: trabalhar numa equipa de rua ou num serviço de emergência social; trabalhar numa instituição de prestação de serviços básicos de alimentação, alojamento, higiene, vestuário ou saúde; desenvolver acções de animação ou de educação/formação; ou acompanhar pessoas que estivessem a seguir programas de ressocialização.

Realizei entrevistas a três tipos de profissionais: 6 gestores; 3 técnicos a trabalhar em diferentes organizações; 9 técnicos de equipas de rua de três instituições distintas. Efectuei entrevistas individuais e em grupo. As das equipas de rua foram realizadas em grupo, excepto a um profissional, que já não estava a exercer funções na instituição. Foi efectuada uma entrevista conjunta a um gestor e um técnico de serviço social. As restantes foram realizadas individualmente. Atribuí códigos aos vários entrevistados. Aos gestores a letra 'G'; os técnicos em gabinete são referidos

pela inicial 'T'; e as equipas de rua estão identificadas com as iniciais 'ER'.

Os seis gestores exerciam funções em diferentes tipos de instituições e as suas responsabilidades eram, por conseguinte, diversificadas: um coordenador de uma comunidade de trabalho; um director de um centro de alojamento temporário; um director de um departamento de acção social; um director de um centro de atendimento social; um director de uma comunidade de inserção sem alojamento; e um director de um serviço de apoio social. Os técnicos em gabinete também exerciam funções em instituições com características distintas: um técnico de um serviço de atendimento social; um técnico a trabalhar num centro de alojamento temporário; e um outro, num atelier ocupacional. Os técnicos das equipas de rua trabalhavam ou tinham trabalhado em equipas que não distribuíam alimentos e pertenciam a três instituições distintas. Escolhi propositadamente diversos tipos de instituições e de funções que me permitissem obter uma visão mais ampla do modo como diferentes profissionais se posicionavam face à população que serviam e às actividades que desenvolviam nas respectivas instituições onde exerciam a sua profissão.

As funções inerentes à gestão de uma instituição permitem uma visão abrangente da organização, do seu passado, das mudanças ocorridas, dos objectivos actuais e dos projectos futuros. Todos os entrevistados exerciam essa função há mais de dois anos e um deles, com mais tempo no cargo, geria a instituição há vinte e cinco anos. As preocupações de uns e outros resultavam, também, das características das organizações. A título de exemplo, refiro dois entrevistados com preocupações evidentes pelos aspectos financeiros e de gestão corrente da organização. Este tema não foi mencionado pelos restantes gestores. Igualmente, um dos gestores que exercia a sua actividade numa comunidade de inserção sem alojamento há treze anos referiu que notava uma diferença significativa em relação aos utilizadores do serviço. Se no início eram, na sua maioria, pessoas em situação de sem-abrigo, na data da entrevista, cerca de 60% das pessoas que recorriam aos serviços daquele centro tinham habitação mas estavam a passar por dificuldades financeiras.

Apresento, em seguida, os resultados da análise das entrevistas, salientando os temas tratados, realçando as convergências e divergências dos vários discursos e também de aspectos singulares que dêem ao leitor a oportunidade de conhecer um pouco melhor as representações de conjunto alargado de profissionais em relação às suas práticas e às pessoas em situação de sem-abrigo. Optei por agrupar as entrevistas dos gestores e técnicos pois, embora desempenhem funções distintas dentro de organizações também elas diferentes, os temas abordados e as suas representações apresentam algumas similitudes. Os discursos dos profissionais a exercer as suas funções nas Equipas de Rua salientam aspectos particulares, razão pela qual considerei mais profícuo tratá-los separadamente. A minha hipótese explicativa desta diferença assenta no facto deste último grupo de técnicos gozar de uma maior autonomia para exercer a sua actividade. Ou seja, alguns gestores e técnicos tiveram a possibilidade de imprimir uma dinâmica mais pessoal de actuação dentro da instituição, outros, pelo contrário, conformaram-se e integraram o modo como o trabalho se desenvolvia dentro da estrutura organizacional. Os técnicos nas equipas de rua, por terem concebido e implementado este serviço, desenvolveram metodologias de trabalho em

grupo e de relacionamento com o seu público-alvo, impelindo-os a serem inovadores e reflectirem em conjunto acerca das suas práticas. O trabalho destes profissionais é eminentemente relacional e estes não dispõem, ao contrário do primeiro grupo, duma estrutura física e simbólica que legitime a sua acção. Estas diferenças serão discutidas adiante no texto, depois de apresentar os resultados da análise das entrevistas aos dois grupos de praticos.

3.4.1. Os gestores e os técnicos nas instituições

Os temas centrais analisados nas entrevistas aos gestores e técnicos “residentes” nas organizações são de dois tipos. Um, focalizado nas actividades desenvolvidas na instituição, e outro, nas suas representações acerca de um conjunto de questões, agrupadas em quatro tópicos: as práticas profissionais; os desafios e dificuldades na profissão; a formação para o exercício da profissão; e as suas representações acerca dos utilizadores da instituição, das pessoas em situação de sem-abrigo, em geral, e da área social.

Das entrevistas realizadas aos nove profissionais deste grupo, apenas dois referem a missão da instituição ou as suas linhas orientadoras.

“A norma fundamental é o manifesto. E o manifesto não diz, faz assim, ou daquela maneira. Dá linhas gerais do movimento e o fundamental é acolher e servir, em primeiro lugar, os mais pobres. Isso é o primeiro mandamento do manifesto. O resto não é nada de fundamental. E nós devemos ser a única instituição em Portugal que não pergunta nada de ninguém. Isso faz correr mais riscos, mas também dá muito mais protecção ao companheiro, que se sente muito mais à vontade a bater aqui ao portão, do que noutras onde lhe fazem um inquérito. Nós aqui não fazemos porque é assim: um companheiro pode estar cá um dia, umas horas, um mês, 2 meses, um ano, 10 anos, a vida inteira.” (G1).

“Quando vim para aqui, apesar daquele preconceito, eu trazia já algum interesse pela mudança. Quando vim para aqui, o meu lema... Eu vi um filme, já há muitos anos, em Roma, do Ken Loach, era mais relacionado com a parte dos sindicatos e do patronato, mas que tinha um lema muito engraçado, que eu adoptei, e quando vim para aqui achei que era o adequado: 'Pão, mas rosas também'. Bread, but roses too. Quando vim para aqui, fruto disso que a direcção me disse, aquilo é um depósito, é só para dormir, eu achei que esse lema se aplicava aqui. Porque nós de facto damos pão, mas não damos o pão para conseguir outras coisas; damos o pão porque é uma necessidade básica e toda a gente tem direito, mas achei que, para além disso, que já dávamos, podíamos dar rosas também. Podíamos dar-lhes afecto, dar-lhes mais coisas. Então o lema da instituição que tenho tentado pôr em prática é esse. Porque eles têm as necessidades básicas e que nós não negamos e que damos, e fazemos tudo para cada vez terem mais e melhor, mas queremos que eles tenham rosas também. Todas estas actividades são rosas que nós tentamos que eles tenham. O teatro, as

pinturas, as exposições, são rosas, que têm espinhos, que nos custam, e a eles também, mas que eles possam segurar e ver.” (G2).

Os objectivos das respectivas instituições são expressos de um outro modo por gestores e técnicos, não no sentido da missão ou das linhas gerais de orientação, mas em função de propósitos mais concretos. Para um dos gestores, o objectivo do centro que dirige é: *“tirar mais pessoas da rua para o centro, como um ponto de referência, alguém que apoia”* (G3). Para outro, a finalidade principal da instituição é: *“preparar as pessoas para a integração no mundo do trabalho”* (G6). Para dois técnicos os objectivos das respectivas instituições onde exercem as suas funções são: tirar as pessoas da rua; promover a reacquirição de hábitos de trabalho; facilitar ou promover a reorganização dos utilizadores; e ainda, retirar as pessoas do circuito “sem-abrigo”.

“O objectivo passa por ‘tirá-los’ da rua, sabendo sempre que é muito complicado. O encaminhamento que fazemos se for um num mês já é muito bom. São pessoas bastante desestruturadas, a nível físico e psicológico, e não aderem assim tão facilmente às estruturas que existem. Mas, ultimamente, alguns utentes conseguiram aproveitar o início do curso de formação aqui, e conseguimos que eles aderissem, e está a correr muito bem, com dois ou três, sendo que o curso começou há pouco tempo” (T2).

“As pessoas estão aqui a readquirir hábitos de trabalho... [...] O objectivo é que elas estejam aqui temporariamente, até se reorganizarem, até estabilizarem, a nível de alojamento, de toma de medicação, porque muitas, muitas destas pessoas não conseguem fazer a medicação em condições, e não tendo medicação, 80% descompensa. É medicação não só para saúde física, mas essencialmente saúde mental, e é preciso ser tudo muito cumprido [...] para não haver falhas nas tomas, porque depois temos descompensações a sério e é complicado. [...] E nós pretendemos retirar as pessoas que estão aqui dos circuitos... Dos ‘sem-abrigo’, pronto! Portanto, eles têm a possibilidade de fazer a refeição aqui” (T3).

Deste primeiro conjunto de entrevistados, somente um gestor refere o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo utilizado na instituição, desde que esta iniciou a actividade na área social. Nesta organização considera-se que a pessoa em situação de sem-abrigo é alguém que está excluída de habitação, conforme a tipologia proposta pela FEANTSA. É ainda este o único gestor que refere ser manifestamente apologista da intervenção centrada na metodologia *Housing First*, já referida no capítulo II. Este mesmo gestor esclarece que uma das funções que lhe compete é de *lobby*, isto é, o desenvolvimento de actividades de pressão sobre os poderes públicos e governamentais, de modo a influenciá-los para a tomada de decisões relacionadas com as pessoas em situação de exclusão habitacional.

O modo como é realizada a admissão dos utilizadores é um tema relevante para a compreensão do funcionamento das organizações que actuam no interior do sistema social. Algumas instituições recebem pessoas directamente, outras só por encaminhamento e, outras ainda adoptam uma postura mista, isto é, embora o acesso habitual seja feito por encaminhamento, aceitam pessoas que vão ao seu encontro directamente, embora isso aconteça pontualmente.

Na instituição gerida por G1 a admissão dos residentes é simples, basta dizer o primeiro nome e não se fazem mais perguntas. Com o passar do tempo, o residente pode ir fornecendo mais informações sobre a sua vida, mas só se assim o entender.

“Bater ao portão. Nós aqui vivemos assim, pergunta-se o primeiro nome e mais nada. Eu não sei o nome completo de nenhum companheiro que está cá dentro. E mais nada. Podia ser uma ficha, mas não. Aqui não dá, pelo menos em Portugal; há países onde eles já estão a fazer com as normas todas, mas aqui não. [...] Agora, começar a fazer um inquérito... Claro que o bilhete de identidade é o bilhete de identidade. Mas tudo o resto, pode ser fantasia. O companheiro é que, com o tempo, vai dizendo o nome completo, se tem que ir ao médico tem que levar um papel, uma certificação daqui a dizer que está cá, e aí tem que dizer o nome. Agora estar a fazer-lhe um inquérito, todas as doenças, estiveste na prisão ou não, acho que não é por aí que se acolhe as pessoas. Quando se recebe cá um presidente de um país, não se lhe vai perguntar, ‘Olhe, o senhor já matou alguém?’ E ele pode tê-lo feito. Se um companheiro esteve na prisão 18 anos não se lhe vai perguntar ‘O que é que fizeste para ir para a prisão?’” (G1).

A organização onde G6 exerce a sua actividade faz atendimentos a pessoas em situação vulnerável que ali se deslocam ou que são encaminhadas pela PSP ou por outros técnicos do serviço social: *“Normalmente vêm ou pela linha 144 ou pela PSP” (G6).*

Embora a regra de admissão da maioria das organizações em Lisboa seja feita por encaminhamento, há instituições que têm flexibilidade para aceitar pessoas que aparecem directamente.

“As pessoas vêm sempre encaminhadas por alguém. Ou equipas de rua, que os conhecem, ou pela Misericórdia, ou por instituições que funcionem com ‘sem abrigo’ e que tenham alguma dificuldade com algum, e portanto encaminham; ou por hospitais, pessoas que já tenham alta mas que não têm sítio... Contactam-nos e nós, desde que tenhamos vaga, aceitamos. As pessoas são sempre encaminhadas [...] A política é esta: as pessoas são encaminhadas. Agora também temos consciência que... Há um dia ou outro que os senhores dizem: ‘Nós vamos estar 3 dias sem vir, ou 4...’ E nós reservamos-lhes a cama. Porque ele vai à família, ou porque tem uma consulta e precisa de ficar, e portanto nós não lhes tiramos a cama. Nós sabemos que essa cama vai estar 4, 5 dias livre. Às vezes, o que acontece é que, se aparece alguém à porta, que não foi encaminhado por ninguém, e diz ‘eu só precisava de ficar esta noite...’ Nós abrimos a porta e acolhemos. Isto não acontece muitas vezes porque as pessoas que estão nesta situação também já sabem que para vir para aqui, ou para outros centros do género, têm que ser encaminhadas. Já não aparecem à porta, vão logo aos sítios onde sabem...” (G2).

O processo de encaminhamento passa, regra geral, por uma triagem realizada por um técnico a exercer funções na área social.

“O funcionamento é muito simples. A Misericórdia de Lisboa substituiu a Segurança Social na cidade. [...] E todas as pessoas que vão às nossas técnicas, nós temos técnicas em todas as freguesias, temos a cidade dividida em zonas, e as técnicas fazem

uma triagem, vêm quais são as necessidades das pessoas e encaminham-nas para aqui ou para outros sítios. Se a pessoa for sem-abrigo ou com carência muito grave ao nível socioeconómico, ou daquelas pessoas que estão com necessidades imediatas, são encaminhadas para aqui. Ou então são pessoas que também são encaminhadas para aqui através do Serviço de Emergência Social” (G3).

Este mesmo gestor esclarece que o princípio do centro que dirige é nunca recusar um serviço solicitado directamente por uma pessoa carenciada.

“A pessoa vem, almoça ou janta e depois é encaminhada para a respectiva técnica ou para o serviço de emergência social. [...] Depois as nossas técnicas passam um cartão que tem a periodicidade, digamos assim, da frequência do nosso serviço, em que a técnica entende, e depois esse cartão pode ser ou não renovado, mas portanto, a técnica entende que é um mês, ou uma semana, ou um dia ou dois dias, e portanto ele chega aqui, apresenta esse cartão e pode comer ou frequentar qualquer das valências que nós temos aqui” (G3).

A entrevista, realizada por um técnico, para conhecer a situação e a história da pessoa que solicita apoio, uma primeira vez, é uma prática corrente utilizada pelas instituições, e tem diversas finalidades.

“Sim, a entrevista é obrigatório, é a única coisa obrigatória deste centro. Toda a pessoa que aqui vem uma primeira vez vai a uma entrevista com um assistente social de cá. Mesmo que venha para utilizar o roupeiro ou só para tomar banho, ou só para vir buscar medicamentos... tem de passar sempre por uma entrevista da assistente social. [...] Temos de saber a história daquela pessoa. [...] Até porque muitas vezes essa entrevista pode servir para darmos mais algum tipo de ajuda” (G5).

A entrevista, mais ou menos formal que o técnico faz ao visitante, da primeira vez que acede ao serviço, permite-lhe avaliar a situação da pessoa e tomar decisões. O processo de triagem nem sempre é feito nas condições óptimas, como esclarece T2, explicando as limitações deste procedimento. No entanto, esta é a forma usual utilizada na instituição para gerir os espaços, em função da avaliação da situação do utilizador e das vagas existentes.

“Tentamos perceber se a pessoa é toxicodependente, isso é básico. Se bem que eles não são logo sinceros na primeira abordagem. Na nossa ficha de inscrição há lá uma parte... Todos os técnicos tentam perceber... [...] Tentamos perceber minimamente, não com muitas perguntas para não ser muito invasivo, até porque na recepção não é local para se fazer esse tipo de perguntas, mas tentamos perceber se a pessoa tem apenas insuficiência económica, que ficou desempregada e não tem consumo; se a pessoa é a primeira vez que está nesta situação; ou se é uma pessoa que já anda há não sei quantos anos a dormir na rua; ou se consome, se abusa de bebidas alcoólicas. Até porque o técnico que está na recepção tem a responsabilidade da atribuição do quarto. Porque existem quartos mais próximos da entrada, do pátio, com 3, 4 pessoas, que se calhar servem mais para pessoas que não têm grande mobilidade, por exemplo, idosos. São quartos mais sossegados. Mas claro que nem sempre nós temos logo a capacidade de compreender se aquela pessoa é mais estável ou se vai ser mais complicada. Há camaratas para onde tentamos encaminhar as pessoas directamente

da rua, com consumos. Normalmente é para essas camaratas que vão, algumas com 14 camas. [...] Nós temos conhecimento que não é o mais adequado, que nem sempre resulta, mas é o que temos. E temos que fazer minimamente essa triagem para que não haja muitos conflitos entre as pessoas. Porque uns são toxicodependentes, é uma população muito específica, o alcoólico é diferente do toxicodependente, por exemplo. Uma pessoa que não tem consumos é diferente. Tentamos então fazer essa triagem de início, com o que nós observamos e com a experiência que vamos tendo aqui no centro, e conhecimento das diversas camaratas e dos diversos quartos. Às vezes não conseguimos ver logo onde é que a pessoa se encaixará melhor, mas depois também há a possibilidade da troca de quartos. Por exemplo, se a pessoa entra em programa de metadona, no início estava na camarata, pára os consumos, está a correr bem o programa de metadona, conseguiu arranjar um trabalho ou conseguiu inserir-se aqui num curso, se calhar propomos-lhe, ou ela propõe-nos, que também acontece, saírem da camarata para um quarto mais pequenino. Se houver vagas não há qualquer problema, até é produtivo. Essa gestão é feita informalmente por nós” (T2).

Para além da entrevista, realizada pela generalidade dos serviços sociais existentes na cidade de Lisboa, as equipas utilizam outras metodologias de trabalho. Um gestor esclarece de que forma a equipa aborda as situações dos utilizadores. Trata-se de um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar. A equipa técnica, como refere este profissional, é bastante estável e quem entra de novo terá de se integrar neste modo de actuação. O espírito de equipa é uma das características essenciais para se trabalhar neste serviço. Os casos, isto é, a situação dos utilizadores, são discutidos em equipa e há uma partilha regular entre os técnicos, acerca da intervenção que está a ser feita de modo a que seja conhecida pelos diferentes profissionais. Este serviço trabalha com esta metodologia, centrada na pessoa, desde 1999. Contudo, conforme afirma o entrevistado, nesta organização há muitos utilizadores que não querem apoio suplementar, nem conversa. De facto, o que se pretende aqui, conforme assegura o entrevistado, é que as pessoas utilizem os serviços e que criem um relacionamento com os técnicos.

Para além da actividade principal das instituições, que na verdade visa a integração dos utilizadores na sociedade, parte das organizações onde foram realizadas as entrevistas procuram oferecer outros serviços. Numa delas procura-se que os residentes participem em actividades diversificadas, umas propostas pelos próprios, outras sugeridas pela instituição.

“Quando cheguei cá era um depósito e a direcção disse: ‘Temos que fazer alguma coisa porque as pessoas... Se não se lhes dá nada, eles não querem nada. Vamos criar-lhes outras possibilidades’. Então o que foi feito, juntamente com a direcção procurámos um animador sociocultural [...] O que nós temos feito ao longo destes dois anos é criar vários espaços, das 18 até à noite, onde eles possam ter opções, não ser só a televisão e a cama. Criámos vários ateliers [...] de pintura, de escrita - eles ainda têm muita dificuldade com a palavra, e ainda a têm; não resolvemos nada, mas pelo menos damos essa possibilidade. De pintura, de escrita, de teatro - já tivemos cá 3 peças de teatro, porque achamos que é difícil eles irem ao teatro, é difícil eles saírem daqui para terem esse espaço; alguns também não querem. É verdade, porque estas

peças que aqui criámos nunca as pusemos com critério de obrigatoriedade, vai quem quer; e também vemos que alguns não querem. Mesmo que os actores, que o cenário venha tudo para aqui, eles não querem. Mas há muitos que querem. Nós o que tentámos é, se a montanha não vai a Maomé, o Maomé vai à montanha. É trazer aqui um pouco de cultura para eles. Já tivemos 3 peças; tivemos, sem muito sucesso, os contadores de histórias [...] Não tivemos muito sucesso, se calhar também deixamos cair por terra muito cedo essa iniciativa, mas é uma iniciativa que ainda está no ar. Temos tentado que eles venham cá novamente. Porque não é à segunda nem à terceira vez que se conseguem as coisas. Leva tempo. Apesar de não termos tido sucesso, tivemos pessoas que com isso começaram a desabrochar, a partilhar mais, pelo menos a dizerem uma palavra. Temos aqui utentes que entravam, diziam só o número da cama e não falavam mais. [...] São mais conversadores, já partilham mais, já estão mais nas iniciativas que a instituição lhes coloca. Estas iniciativas foram para isto não ser só uma cama e uma mesa, mas ter algo mais. E temos tido umas exposições, umas aqui, outras na cidade. Tivemos com uma associação [...] uma exposição durante um mês dos trabalhos dos utentes. Tivemos uma exposição, que não foi possível ser visível porque foi para Macau, com o trabalho dos utentes. Porque o A. tem contactos lá e então um pintor chinês ofereceu-se para na galeria dele expor os trabalhos dos utentes e nós enviámos para lá... [...] Quer dizer, não puderam ver, mas nós temos aí um cartaz que eles de lá nos enviaram e esteve todo o tempo ali exposto. Eles sentiram-se... Pelo menos, reconhecidos. Porque alguns dizem: 'Isso são pinturas, mas não servem para nada! Para que é que estamos aí a fazer?' Depois quando vêem que o trabalho deles ou aparece numa capa da instituição, que vai para a Segurança Social, ou então numa exposição, então, pelo menos, o que estamos a fazer, é-lhe dado algum valor e é reconhecido. Portanto ficaram sensibilizados. [...] Mas penso que essa dinâmica que foi criada com uma série de actividades, ajudou muito para que eles sentissem, primeiro, a casa diferente, não é uma casa onde eles vêm aqui só dormem e não se preocupam com mais nada; ou seja, a casa preocupa-se que eles tenham várias portas que possam abrir e que possam utilizar; não quer dizer que as utilizem, mas pelo menos dar-lhes essa oferta. Isso também ajudou a que eles sentissem que as paredes desta casa fossem diferentes. Apesar do gelo que esta casa é, se sentissem mais acolhidos, e que as pessoas não só se preocupam com eles, mas também se ocupam deles. [...] Outra coisa: aquilo que perguntou, se eles podiam ficar durante o dia. De facto, não podem. O que acontece é que nós temos alguns utentes que ficam cá durante o dia. Porque o espaço é um espaço grande, tem um jardim e um terreno que ainda está devoluto [...] Com alguns, os que querem, que alguns também não querem, agora temos aí 3 ou 4 que ficam, estamos a tentar fazer uma horta, que eles cultivam, temos aí umas galinhas, aí umas 60 ou 80 galinhas, que eles cuidam. [...] Ovos, que nos dão muito jeito para as refeições. E depois há sempre arranjos a fazer, e uma instituição destas, uma casa destas, tão antiga, implica sempre... Porque um vidro partiu, e temos aí alguns que temos que colocar; uma torneira que está avariada; e alguns deles têm conhecimentos e sabem, se não têm, ajeitam; e portanto alguns ficam aí e vão fazendo esses cuidados da instituição. Eles ficam, e em vez de fazer quilómetros, porque fazem muitos quilómetros durante o dia, ficam aqui, damos-lhes as refeições, e depois ao final da semana, ou ao final do mês, damos-lhes sempre uma gratificação, para eles... Alguns vícios, tabaco, ou para umas refeições. Por

exemplo, temos cá um agora, um moço novo, o X., que fica cá durante a semana, ajuda-nos nas camas e isso, mas ao fim-de-semana não quer ficar aqui. Eu digo-lhe: ‘Mas X., se quiseres, está a chover, podes ficar; não vás para a rua.’ ‘Não, eu quero sair.’ E então ao fim-de-semana aproveita para ir sair com os amigos, para comer e isso. E eu acho muito bem, acho que é muito saudável, higienicamente saudável para ele. Esse dinheirinho ele utiliza-o nessas coisas” (G2).

Este mesmo entrevistado relata ainda um outro projecto, que estava em curso na instituição, para a realização de um documentário sobre a vida de alguns dos utilizadores do serviço que dirigia.

“Estamos agora a fazer um documentário para tentar que seja passado no DocLisboa, não só sobre a instituição. A princípio pensámo-lo só sobre a instituição, mas depois dissemos: ‘Vamos versá-lo sobre as pessoas que fazem a instituição’. Com uma produtora de filmes, a K. Filmes, entre eles e nós, estamos a fazer esse documentário, com os utentes. [...] Alguns não quiseram, mas também não era para todos. A. viu alguns que achava que seriam os actores, e portanto conversou. Uns não quiseram, mas a maioria dos que ele conversou, quis. Penso que são uns 10, não tenho a certeza. O documentário versa a vida deles. A. anda há uns dias já aí com a produtora a filmá-los. Corre a cidade com eles, os trajectos que eles fazem, o comer, o acordar... Vamos tentar que eles nos deixem filmar nas camaratas, porque nós não filmámos os espaços deles sem autorização deles. E as camaratas como são umas mais pequenas, outras grandes, alguns não querem, outros querem... Portanto estamos a tentar encontrar um ponto de equilíbrio. O documentário é isso: a vida deles. Se têm família, vão até à família e tentam perceber um pouco o porquê deste elemento ter enveredado por esta vida. É um pouco o trajecto deles, o terreno que eles pisam. As tascas, as cantorias, um ou outro que canta o fado, onde é que costuma cantar o fado, aqui ou acolá, e então vamos filmar. ‘Então o que é que faz?’; ‘Eu levanto-me às 6 da manhã e vou logo recolher cobre, ou vou aos caixotes do lixo...’ Então nós vamos consigo e filmamos. [...] Por exemplo, eles para a semana vão ter, no Museu de Arte Antiga, aqui nas Janelas Verdes, 2ª feira vai ser para eles. Como está fechado, então pediu-se para filmar umas salas com uns quadros, e eles deram autorização, e vai a equipa com 2 ou 3 utentes, passar lá o dia a filmar umas cenas que eles acham que têm interesse. Para além das entrevistas, vai ter essencialmente a vida deles” (G2).

A participação dos utilizadores nas actividades da instituição não se trata, meramente, de um convite à partilha. Algumas ideias propostas pelos utilizadores são postas em prática e, segundo este entrevistado, a participação continuará a ser promovida. A capacidade e disponibilidade dos técnicos para conversarem com os utilizadores são, portanto, essenciais.

“Mas, se calhar, há mais coisas que podem ser feitas e que muito provavelmente só com o contacto com eles é que nós vamos descobrir. Houve um caso de um senhor: quando começou o atelier da palavra, esse senhor, [...] que já não está cá, mas que nos escreveu um texto muito engraçado, assim um pouco delirante, mas a dizer mal dos portugueses. Uma das coisas que eles diziam mal aqui da instituição era que era inadmissível que nós tivéssemos um espaço tão grande, um terreno tão grande e não o aproveitássemos. O que ele dizia era: ‘Eu se fosse dono disto já tinha posto aqui 2

porcos, tinha posto aqui uns cavalos, tinha posto aqui uma piscina...’ Uma série de coisas mirabolantes, mas que nos despertou. De facto, ele tem razão. Nós temos aqui um espaço enorme, que está desaproveitado. A horta, de certa forma, surgiu daí; as galinhas vieram depois por arrasto, ouvindo-nos eles depois vão dando ideias. Acho que isso ainda nos falta um bocadinho. Estarmos mais com eles” (G2).

Um outro gestor refere alguns projectos que a instituição oferece aos seus utilizadores. Um deles envolve a junta de freguesia da zona onde o serviço está localizado e a paróquia. Um pequeno grupo de pessoas que frequenta os serviços da instituição trata, também, das zonas verdes nas imediações do edifício, faz a limpeza das instalações públicas sanitárias e recebe uma remuneração. Dado o sucesso desta iniciativa, a direcção está a tentar estabelecer protocolos similares com outras juntas de freguesia. Neste serviço organizam-se e propõem-se outras actividades, como a natação, as visitas culturais ou a frequência de acções de formação.

A criação de ateliers ocupacionais de utilização livre é também uma prática promovida por algumas instituições que foram criadas com uma outra finalidade. Outras organizações proporcionam cursos de formação profissional que vão ao encontro dos interesses dos seus utilizadores.

“Eu não estou muito por dentro dos cursos, mas penso que tem vindo ao longo dos anos a haver uma articulação estreita entre pessoas aqui da direcção e outra empresa que costuma ser a parceira. Não sei como é que eles funcionam. Eu penso que eles tentam escolher cursos que tenham futuro profissional, e que se enquadrem aqui nas nossas oficinas, que têm determinadas maquinarias. De carpintaria, de serralharia e de cerâmica. Tenta-se que haja um consenso entre os recursos da instituição e o que as outras podem oferecer” (T2).

“Tivemos em tempos também, que já não temos, a alfabetização, com uma professora do ensino especial. Há pessoas que não sabem ler nem escrever. Ainda temos utentes nessas condições, e alguns não são muito idosos. [...] Temos a formação social e humana, aqui também a funcionar, que era coordenada pela psicóloga F., e estava eu enquanto assistente social, e a Dra. N. lá em baixo enquanto terapeuta. Organizamos a formação e demos uma parte, com temas de saúde, de cidadania, etc., e estabelecemos muitas parcerias informais com várias instituições, com a polícia, com a Junta de freguesia, com os Alcoólicos Anónimos, CRAS, Médicos do Mundo, as próprias unidades de saúde [...], portanto, em cada sessão específica vinha uma pessoa de fora para dar. E isso também serve um bocadinho para lhes alargar os horizontes, para lhes dar uma noção do que são os direitos e os deveres deles, porque eles às vezes acham que só têm direitos” (T3).

Alguns obstáculos sentidos pelos práticos, no exercício da sua função, estão relacionados com aspectos estruturais e, ainda, com limitações do próprio sistema.

“Agora os estrangeiros chegam-nos sem qualquer enquadramento. Chegam-nos estrangeiros que estão cá há 20 anos sem qualquer documentação, que trabalharam irregularmente, que foram fazendo biscates e que nos aparecem depois sem nada e que já também não têm raízes nenhuma nos países de origem, nomeadamente dos PALOP’s. Temos também os acordos de saúde. Os protocolos [...] na área da saúde são

protocolos que são estabelecidos entre os PALOP's e o Ministério da Saúde português e as embaixadas. As pessoas são encaminhadas para Portugal, ao abrigo do acordo de cooperação, o Ministério da Saúde fica encarregue pelas despesas da saúde e as embaixadas pelas outras coisas. As experiências que temos centram-se muito ao nível das crianças que vêm dos PALOP's, porque lá não têm condições para fazerem determinados tratamentos e as embaixadas, à partida, deveriam assumir as responsabilidades das outras despesas, nomeadamente, o alojamento, a alimentação, transportes, etc. No entanto, as embaixadas dos PALOP's, como todos sabemos, estão falidas. Muitas delas estão de porta fechada porque não têm dinheiro para água e luz. Nestes casos, as embaixadas pedem-nos o nosso apoio. E somos nós, perante os pedidos das embaixadas, que vamos assegurando as despesas de subsistência. Temos situações que vêm ao abrigo dos acordos que é suposto ficarem 1 mês, 2 meses, 3 meses, mas que ficam 1, 2, 3 anos" (G6).

"Quando eu fui ver, ele tinha processo social na Segurança Social de B. Mas como ele já tinha estado aqui e como era sem-abrigo de Lisboa, tive que ficar com ele. São estes pequenos entraves na nossa intervenção e no próprio dia de atendimento que nos vamos apercebendo. E, às vezes, há atendimentos que se prolongam no tempo e no espaço e é quando nos apercebemos de algumas limitações, não só do próprio indivíduo, mas também do historial, do background que está para trás. Porque eles, evidentemente, na tentativa de defesa, omitem determinadas coisas que são importantes para a intervenção. E eles omitem, principalmente, problemas com toxicod dependência, álcool, doentes do foro psiquiátrico que já estiveram várias vezes internados e omitem isso. Nós temos que estar sempre com muita atenção nos atendimentos" (T1).

Para além das dificuldades estruturais há outros relatos mais ligados à prática do dia-a-dia, ou seja, ao próprio exercício da profissão. Os técnicos que fazem atendimentos nos serviços, a pessoas que lá se deslocam directamente ou que são encaminhadas pela PSP ou pela Emergência Social estão mais expostos a situações muito diversas e que por vezes parecem surreais, como descreve um desses profissionais.

"Temos que andar aqui a fazer sempre grandes jogos e ter alguma tarimba para... Porque depois é assim: tudo nesta cidade recai, muitas vezes, sobre o nosso Serviço... [...] Às vezes não é fácil! Eu já tive situações, nos meus atendimentos, e que eu tive que chegar aqui ao gabinete da chefe e dizer ' – Não sei o que hei-de fazer!'. [...] Fiquei congelado, mas acabei por pensar: 'Não. Este senhor está aqui. Está a pedir-me ajuda, vou ajudá-lo'. Ou tipo, alguém que assassinou 4 ou 5 pessoas, que vem aqui e que faz... como já me aconteceu também. E depois há jogos, pequenas chantagens dos utentes, e depois cabe-nos a nós dar a volta à questão e perceber se este tipo de chantagem é para magoar... o que é muito complicado. Imagine o que é estar às 3 ou 4 da tarde, depois de ter atendido praticamente o dia inteiro, depois ter uma situação destas, tipo, alguém tirar um navalhão, como já me aconteceu ' – Ah, eu ando sempre com esta navalha aqui'. Nós ficamos assim a olhar e eu pergunto ' – Então mas essa navalha tem algum simbolismo, alguma coisa'... Tentar trabalhar estas questões. Isto são os riscos que nós temos e, às vezes, preocupa-me as pessoas que falam da rede social e, às vezes, não têm noção da perspectiva do outro lado. Evidentemente tudo na

vida tem as duas visões, não é? E se nós não percebermos a visão global das coisas, é muito complicado. Evidentemente que temos indivíduos que recorrem aos nossos serviços que é um prazer mesmo. Muitas vezes, acabo a intervenção e digo 'Foi um prazer, porque você cumpriu as coisas todas, melhorou imenso, fez uma evolução fantástica, já consegue 'voar' sozinho'... E isso é fundamental incentivar as pessoas nesse sentido, porque há pessoas que vêm aqui por n razões e há pessoas que apareceram aqui e nem sabem como. Quer dizer, saber, sabem, mas não sabem como é que a vida chegou àquele ponto. Eu, por exemplo, tenho um guião, um tipo de entrevista que construí para mim próprio. Eu, às vezes, também sou um bocadinho esquecido no historial deles. Então construí um guião de entrevista, para saber algumas coisas na primeira intervenção. E, de facto, é interessante verificar... Porque eu depois faço uma situação e digo que agora estão nesta situação, no final da seta, como é que chegou até aqui? É curioso verificar, depois da seta estar toda preenchida... 'Interessante, nunca tinha visto a minha vida assim nesta perspectiva'. O que é fundamental, muitas vezes, é tentar que os indivíduos percebam onde estão. Estão aqui mas podem eventualmente melhorar. Só que isto dá muito trabalho. É preciso haver disponibilidade, é preciso não haver tantos atendimentos, tantos processos. [...] Há alguns critérios que temos que ter em linha de conta. Para quem esteja de fora é assustador e para nós, às vezes, neste serviço, é assustador, é surreal. As coisas mais estranhas acontecem neste sítio. A realidade, muitas vezes, supera a ficção, garantidamente. E, neste serviço, há dias em que só me apetece mandar-me de cabeça ao Rio Tejo, porque é horrível. Cai tudo, são situações a cair constantemente, porque depois vamos imaginar, eu tenho estas agendadas e tenho situações novas, depois o Sr. Joaquim, o Sr. Manuel descompensaram, depois aparece a PSP, depois aparece a mãe com um menor que, entretanto, tem que ser retirado... Isto tudo, todos os dias neste serviço..." (T1).

Para T2, que trabalha numa outra instituição, o grande desafio na sua prática é gerir as suas próprias expectativas em relação aos utilizadores, não ceder à tentação de fazer planos pelas pessoas e aprender a lidar com a frustração.

"É, conseguirmos que as nossas expectativas sejam superadas, sendo que as pessoas acabam por se desligar, muitas delas. Às vezes nós temos planos, entre aspas, para elas, e não somos nós que os temos que ter, são elas. [...] É uma área em que podemos sempre trabalhar e que pode sempre surpreender-nos. É muito complicado, temos que saber lidar muito bem com a frustração. Às vezes pensamos que aquela pessoa foi para uma comunidade e que agora vai correr tudo bem na vida dela, e nem sempre é assim. Volta passado um mês ou dois, dizendo que aquilo não foi possível, que não estava preparado para um trabalho tão intenso, digamos nas comunidades, ou que na família não correu bem, ou o patrão despedi-os novamente. Têm muitas fragilidades. Temos que ter a percepção e o realismo para aceitar que se calhar elas nunca vão conseguir reabilitar-se. Apesar de termos que ter consciência que existem aspectos positivos e progressos, existem casos de sucesso, entre aspas, que eu não gosto nada desta palavra, mas vão existindo e esse é o objectivo último que nós temos" (T2).

Alguns dos profissionais entrevistados são responsáveis pela gestão e distribuição de recursos financeiros. São eles que decidem a quem, em que circunstâncias e quanto

dinheiro atribuem a uma pessoa em situação vulnerável. Apesar de existirem regras e critérios dentro dos serviços, esta gestão nem sempre é fácil e os profissionais procuram, acima de tudo, a seriedade e justiça na intervenção, como refere um dos gestores.

“Por exemplo, a um toxicodependente, nós não damos dinheiro. Tentamos outras formas de intervenção que não passem pelo recurso económico, porque sabemos, perfeitamente, que é enviar todo o processo. Pessoas com problemas de alcoolismo, tentamos também não dar dinheiro. Pessoas com problemas do foro psicológico e psiquiátrico, tentamos não dar... Não quer dizer que nós não demos esse apoio, mas tentamos outras vias. Por exemplo, se é estritamente necessário, porque é preciso pagar um alojamento, recorremos de um recurso que é o procurador. E, portanto, em vez de darmos o dinheiro àquele utente, fazemos a proposta do apoio, mas temos um procurador. E é ao procurador que é dado esse dinheiro, para garantirmos que a despesa do alojamento está assegurada e que ele tem um alojamento assegurado. Não é só garantir o pagamento, mas é garantir que ele tenha um sítio onde ficar, porque podemos estar a dar o dinheiro para o alojamento e ele, pura e simplesmente, não ir ao alojamento e gastar noutra coisa qualquer. Portanto, não inviabilizamos a intervenção pela necessidade de dar um apoio económico, tentamos é outras vias de o fazer chegar àquela pessoa. Temos que assegurar que a nossa intervenção tem o mínimo de estrutura e de seriedade também” (G6).

O dinheiro é um assunto que causa atritos entre profissionais e utilizadores. Um dos técnicos entrevistados guia-se pelos critérios estabelecidos pela instituição e estabeleceu as suas próprias linhas de actuação.

“Aqui temos muito atrito com a questão do dinheiro. Eu, às vezes, pareço que estou a negociar carne, é uma coisa impressionante. Eu tenho que fazer isto, ‘está bem, eu vou apoiá-lo, mas vai ter que fazer isto, isto e isto’. ‘Vamos fazer o seu plano por escrito’, que eu faço sempre o plano por escrito com eles, porque é uma tentativa de defesa como outra qualquer e é um direito. Quer dizer, não é um direito eles terem dinheiro sempre, mas é algum direito que eles sejam apoiados economicamente para determinadas coisas. Temos que pensar também uma coisa, às vezes: nós próprios tomamos banho todos os dias, temos o nosso sabonete, temos as nossas coisas, não é? [...] Quando há dinheiro envolvido, é fundamental ter um plano de intervenção assinado com o utente. Imaginemos que um utente diz que precisa de tratar de uma série de coisas, tudo bem. Mas com um plano assinado, se não cumprir, automaticamente já sabe que não cumpriu e, assim, não tem tendência a pedir logo novamente. Depois também tenho os outros utentes que cumprem tudo, que vão pagando as dívidas, as confissões de dívida que nós habitualmente emprestamos e, de facto, são exemplares, não é [...] Eu tendo a orientar-me pelos critérios da própria casa, porque é fundamental [...] Agora situações em que... por exemplo, uma pessoa que chega aqui e me pede um passe. Ok, nós estamos disponíveis para... Mas, eu só atribuo o passe, tendo em conta os meus próprios critérios. Tenho que ser justo para com todos eles. Tenho 400 e tal processos. Isto não é brincadeira nenhuma. Nesses casos dos passes, eu tomei uma posição: só dou passe em duas alternativas. Pessoas que vão para o mercado de trabalho com contrato, trazem-me o contrato cá, fazem

uma contracção de dívida, eu empresto o dinheiro, eles quando recebem o 1º salário, vêm-me cá pagar. Ou então situações de saúde, mas com um diagnóstico bem aprofundado. E porquê o passe? Porque é fundamental... Se uma pessoa tem uma consulta num Centro de Saúde e depois mora ao lado, não faz muito sentido. Acabamos por ter depois os nossos próprios critérios de avaliação. A única coisa que tento ter em mente é que tenho que ser o mais justo possível com os utentes. E houve uma coisa que eu fiz inicialmente, e que não me arrependo nada, foi dar a oportunidade e a possibilidade como se não conhecesse os indivíduos. Há situações que, quando eu cheguei aqui, tinham processo há 10 anos [...]. Ora não faz sentido. Nalgumas situações faz sentido, noutras não faz. Porque são indivíduos que passam, por vezes, despercebidos pela malha do sistema, como não dão trabalho, acabam por passar. E era um senhor que já estava comigo há não sei quanto tempo e houve um dia que eu tive que lhe dizer ‘ – Então como é que é? Vamos alterar aí qualquer coisa. Há não sei quantos anos que está na rua a dormir, com o RSI, temos que fazer alguma coisa’. E, efectivamente, o senhor actualmente já está num alojamento, já está nos ateliers Z.. Ao princípio via-me quase como um diabo porque alterei o seu ritual de vida... porque eles depois são pessoas que têm rituais. A maior parte dos meus utentes não gosta de estar em albergues, mas depois tenho outros que amam... E passado aquele alojamento colectivo para um mais individualizado, desaparece o medo, porque parece que eles se sentem mais protegidos. E pronto! Digamos que é esse o meu fio condutor. Se as pessoas não têm fio condutor no meio de tanto trabalho, tanta necessidade de coisas para ontem, é complicado. Temos dois dias inteiros de atendimento e, às vezes, tenho que sair daqui e fazer qualquer coisa completamente diferente, nem que seja ir para casa e fazer o jantar, porque é muito complicado, é muito intenso. E depois há coisas que, por mais técnicos que sejamos, há coisas que nos tocam muito, não é? Por exemplo, quando nos telefonam do hospital e dizem que têm um utente nosso e que ninguém o vai visitar. E depois nós recebemos esses telefonemas todos. O historial clínico e social é uma coisa brutal, horrível mesmo. E depois ter que trabalhar estas questões todas, ter que trabalhar estas situações que não têm rigorosamente nada, não têm o tal fio condutor, é muito complicado, é muito desgastante. E depois não é fácil estar de atendimento o dia inteiro. São duas vezes por semana. Eventualmente, três” (T1).

Ser visto pelos utilizadores como controladores, como um potencial provedor de recursos ou como um “euro com pernas” são algumas das representações que estes profissionais, por vezes, têm de si próprios.

“Aliás, temos fama de sermos controladores. Altamente controladores. [...] É muito complicado. Eu posso dizer-lhe que já tive as várias experiências. Eu estive no atendimento aqui, neste Serviço, depois fui ali ao F., 6 anos e agora voltei e é completamente diferente a relação que criamos com o utente quando ele vê em nós um potencial dador de recursos económicos ou quando nós não temos esse recurso para dar. A relação é totalmente diferente. [...] Muitas vezes, os utentes vêm ao atendimento na expectativa do apoio económico. Uma vez vim aqui, ainda estava ali no F. e vinha aqui a passar com a Dra. L., e apanhámos dois utentes a falarem entre eles e dizia um para o outro ‘- Essa? Essa não me dá nada. Se me der 5euros já é muito. Dá-te o cartão para ires ao refeitório e já tens muita sorte!’. Portanto, os

utentes vêm mesmo com esta expectativa do apoio económico. [...] Ele pede-nos um apoio económico para fazer as refeições, por exemplo. E nós temos um recurso para o qual o podemos encaminhar, que é mais enquadrado, que consideramos que é mais adequado para aquela pessoa, porque até o simples facto de ele ir para aquele local que nós encaminhámos, mais uma vez, estamos a controlá-lo. Portanto, estamos a perceber se ele está a aderir ou não àquele projecto que foi desenhado com ele. Enquanto que, se lhe dermos um apoio económico, ele pode comer ou pode beber, ou pode mil e outras coisas com aquele dinheiro, não é? O dinheiro pode não ser utilizado para a finalidade que nós estamos a atribuir. E, portanto, tentamos, sempre que é possível, em vez do dinheiro, darmos uma resposta social que nos parece muito mais enquadradora do que o simples dinheiro” (G6).

“Eu, às vezes, sinto que sou um euro com pernas a andar aqui pelo Serviço” (T1).

São ainda estes técnicos que mais sentem necessidade de supervisão, mas na sua falta, acabam por se apoiar nas chefias ou na família.

“Não. Neste Serviço, não. Temos supervisão, [...] na Casa de Apoio Vítimas de Violência [...]. Nós não. [...] Sem dúvida que era fundamental, até porque os técnicos aqui, todos os dias lidam com questões muito à flor da pele, em que a pessoa está ali com um indivíduo e, de um momento para o outro, ele faz um silêncio e desata a chorar e a gente não percebe porquê. E temos que fazer uma pausa e, se calhar, terminar o atendimento ali e, para nós, todos os momentos são cruciais, não é? E muitas vezes não conseguimos, no atendimento, ter informação que nos permita desencadear logo ali uma intervenção e andamos aqui com processos, muitas vezes, pendurados no tempo, porquê? Porque as situações não nos permitem evoluir tão rapidamente quanto queríamos. É complicado. E gerir questões básicas e materiais com questões de sentimentos, emoções e percursos de vida, muitas vezes, muito sofridos, com várias rupturas sucessivas, quer familiares, quer em termos do emprego, quer... outras relações, outras rupturas, é extremamente complexo. [...] Eu recorro às minhas chefias e, às vezes, olhe, recorro ao meu silêncio (risos). Sem dúvida que esta é uma equipa que se articula muito bem. Eu trabalho de porta aberta, não trabalho... Eu, às vezes, digo ‘-Eu vou fechar a porta!’, mas não consigo, porque o Serviço é mesmo isto. É eles precisarem de um apoio, de um reforço e virem aqui e saberem que, a qualquer momento, podem entrar, que eu não lhes digo para se irem embora. Por outro lado, eu recorro à Dra. L, como é óbvio e às vezes digo-lhe: ‘ – Olha, eu tenho que desabafar com alguém, tem que ser contigo!’ [...] E depois também temos as nossas próprias estruturas familiares que nos suportam também, que é fundamental. Porque se saímos daqui e chegamos lá fora e temos umas vidas tão complexas como as deles, então não conseguimos trabalhar. E eu acho que é fundamental, a estabilidade pessoal, familiar, emocional, é fundamental para trabalhar neste Serviço. Sem dúvida nenhuma. Porque senão, vamos todos por aí abaixo” (G6).

Aprender a ser técnico exercita-se com a prática, sendo relevante um espírito de abertura para a mudança.

“Não, não se aprende com o curso. Acho que se aprende com a própria vida, com os próprios atendimentos. Acima de tudo, partir do pressuposto que as pessoas são pessoas, mesmo que tenham este tipo de discursos alucinados, porque elas estão a

viver aquilo. [...] Isto agora está tudo à espera de novas orientações e reestruturações, porque já se percebeu que esses planos vão ter implicações depois na prática. E nós temos que nos ir adaptando. Eu acho que é fundamental, nós, na área social, estarmos em constante mutação. Senão, se estamos aqui estagnados com apoios e com respostas do século passado, quer dizer, não faz muito sentido. A cidade evoluiu, as respostas tendem a ser outras, é fundamental repensar-se nesta questão dos guetos. Acaba por ser um gueto o Refeitório dos Anjos. O nosso próprio Serviço também precisava de... Já houve uma modificação dos nossos horários. Claro que, se calhar, para nós não é muito agradável, logicamente, não é? Mas para as pessoas é óptimo e é para isso que nós estamos aqui. E tem uma coisa que eu acho que é fundamental, que é não chegar eu às 9 da manhã e estar a sala completamente lotada de pessoas. Porque depois isto gera conflitos sem necessidade, porque ninguém gosta de estar à espera [...] Estamos a trabalhar com pessoas, atenção. E muitas vezes problemáticas. Porque aparece aqui o tóxico que tem esquizofrenia de último grau, que está consigo no atendimento e, de repente, começa a olhar assim para cima a dizer que tem uns bichos a subir pela sua cabeça e nós temos que estar no atendimento, a tentar ao máximo... ou então com ideias delirantes, chegam e dizem que se estão a candidatar a Ministro não sei das quantas, ou então dizer que é a Madonna e que esta lhe rouba as músicas todas... São pequenas coisas que nós temos que ter uma capacidade de..." (T1).

Para um dos entrevistados, passar pela experiência de trabalho na rua foi essencial para a sua formação enquanto profissional.

"Uma pessoa que nunca tenha estado na rua acho que tem outra ideia. Sabe mais ou menos que ele vivia ali, agora ir ao encontro deles, saber o que eles lá fazem, é diferente. É muito importante" (T2).

Outros consideram que a realidade com que se enfrentam no seu quotidiano profissional é muito mais complicada do que alguma vez poderiam imaginar.

"No início, não sabia para o que vinha. Uma pessoa pode até ter uma imagem do que pode ser esta realidade, mas rapidamente percebe que é muito diferente e é muito pior do que se possa imaginar. Há situações complicadas, que mexem connosco, e eu não consigo controlar-me às vezes em termos emocionais. Rapidamente fico com a lágrima no olho, mas esse é um aspecto que vai sendo trabalhado, e ao longo do tempo vamos ganhando defesas e resistências. É uma realidade muito complicada, e na nossa vidinha normal nunca nos passa pela cabeça que possam existir. As histórias de vida destas pessoas são muito duras." (T3).

Diagnosticar, avaliar, encaminhar e acompanhar são, em suma, as actividades fulcrais do exercício da profissão. A entrevista e o conhecimento da história de vida da pessoa em situação vulnerável é um dos instrumentos fundamentais de diagnóstico utilizado por estes profissionais. A avaliação da situação da pessoa é feita por um profissional e, nalguns serviços, pelo corpo técnico da instituição. Como vimos, alguns entrevistados relatam a importância do trabalho multidisciplinar das equipas. O encaminhamento das pessoas pressupõe que estes profissionais detenham um conhecimento substancial das estruturas sociais e das redes organizacionais com respostas adequadas à situação de cada utilizador. O acompanhamento da situação e a evolução

da pessoa dentro do sistema é igualmente importante.

“É fundamental um ponto de diagnóstico. Quando um indivíduo chega ao pé de nós, chega muitas vezes com a ideia do apoio pecuniário. Cabe-nos a nós perceber muito bem o historial, fazer um ponto de diagnóstico, para depois poder intervir. Para os utentes é muito chato se tiver que andar a mudar de técnico. Nos primórdios era assim, mas é impossível. Não é nada salutar. Se nós estamos a trabalhar e a estruturar o indivíduo, não faz sentido determinadas coisas. O técnico não está cá e tem que estar sempre a contar a mesma história. Com [...] a nossa base de dados, conseguimos saber o que fez a colega em 2005. Por isso, conseguimos perceber, mais ou menos, como é que o indivíduo está” (T1).

“Sim, [...] o objectivo é fazer encaminhamento de utentes. Tentar identificar a pessoa, perceber o que é que se passa, e tentar articular com outras estruturas no sentido de saber qual é que é a melhor resposta para a pessoa. O centro de atendimento continua a ser uma estrutura com uma articulação muito privilegiada” (T2).

“Há casos que depois são sinalizados para nós, para entrevista. Por exemplo, há pessoas que estão no centro Z. e que são encaminhadas para cá, para selecção, para entrevista, porque depois aqui há um processo: as pessoas podem vir encaminhadas de Z., podem vir encaminhadas de F., onde esteve também, vêm encaminhadas da equipa de rua, e vêm encaminhadas dos outros serviços [...]. Qualquer técnico pode sinalizar uma situação com que se depare e fazer a inscrição do utente. É feita uma entrevista pelo psicólogo e pelo assistente social daqui, e é discutido em equipa; depois com a Directora é decidido se a entrada do utente é adequada ou não é, de acordo também com as pessoas que temos no grupo na altura, em termos de necessidades, vê-se quem é que teria mais vantagens em frequentar nesta altura, e a selecção é feita e as pessoas entram, mediante a apresentação de uma série de documentos. [...] Não é tão linear assim. Há pessoas que estão em Z. e que poderiam estar aqui. Isso depois também vai do técnico que faz o acompanhamento. A primeira fase é sempre dele. Se acha que é uma situação adequada para vir frequentar G. ou não” (T3).

As práticas e os procedimentos de triagem e avaliação vão mudando ao longo do tempo e, actualmente, com a implementação dos planos de inserção, essas práticas alteraram-se.

“Isto, fazíamos mais antigamente, a triagem e a avaliação e encaminhamento interno ou externo, isto porque dantes qualquer pessoa podia encaminhar para cá, não eram os técnicos, muitas vezes eram mesmo os colegas de rua, e nessa altura fazíamos nós a triagem. Agora já não fazemos porque se pensou que seria melhor implicar mais os técnicos de acolhimento neste processo. Porque dantes estava o trabalho mais dividido e as pessoas que estavam aqui não podiam estar na rua, mas éramos nós que tínhamos o dinheiro para o apoio e tínhamos que trabalhar o alojamento e a estabilidade. Depois decidiu-se envolver mais os técnicos de acolhimento, até porque [...] é impossível nós sabermos tudo o que funciona cá dentro, as respostas que há. E eles muitas vezes nem sequer tinham conhecimento que isto existia. Assim é uma forma de implicar o técnico, que está presente na primeira assinatura do plano. No período experimental também é suposto que esteja. Para não se quebrarem as

ligações e para os utentes perceberem também que há articulação. Não vão ao técnico dizer uma coisa, e depois chegam aqui e dizem outra. Eles entram rapidamente e muitas vezes em contradição...” (T3).

De facto, todos estes profissionais trabalham no sentido de apoiar a integração dos utilizadores nos modelos convencionais de sobrevivência e de convivência social, satisfazendo as suas necessidades básicas de alojamento, alimentação, higiene e segurança, ou promovendo actividades que apoiem a sua reinserção. O trabalho ou a ocupação são relevantes para a concretização da integração.

As representações dos profissionais a respeito dos utilizadores dos serviços onde exercem a sua actividade são indispensáveis para complementar o conhecimento acerca das organizações sociais que trabalham com as pessoas em situação de sem-abrigo. Essas representações resultam da experiência profissional e pessoal de cada um dos entrevistados e, por conseguinte, são contextuais e reflectem as imagens que cada um construiu acerca do grupo de pessoas para quem trabalha. Essas concepções variam, como se poderá verificar a partir dos excertos das entrevistas que aqui incluo.

G1 não gosta de utilizar a expressão, pessoa sem-abrigo, para descrever situações de pessoas que têm pouco em comum. Considera-a vaga e pouco esclarecedora. Prefere, por conseguinte, utilizar a expressão “companheiro da rua”.

“Nós não gostamos muito de usar esse termo. Para nós, são companheiros da rua. Penso que tem muito mais lógica do que “sem-abrigo”. Porque é um termo muito vago; há pessoas que estão sem abrigo momentaneamente, há outras que estão duradouramente, é mais complicado. A denominação ‘sem-abrigo’ não diz nada, porque as razões de estarem sem abrigo momentaneamente ou de longa duração são tão variadas e tão complicadas que não tem sentido dar o mesmo nome a situações tão diferentes. Há pessoas que por um divórcio, por desemprego, por problemas de álcool, por problemas de droga, começaram aos trambolhões e vão caindo, vão deslizando, momentaneamente. Os que caem de repente têm muito mais probabilidades de vir à superfície. Como quando nós mergulhamos e batemos no fundo da piscina ou do mar, a reacção dos pés traz-nos para cima outra vez. Os que vão deslizando é uma situação muito mais difícil porque a cada deslize é um acumular mais de problemas, é o ‘viciar-se’ em mais problemas. Faz lembrar o puto quando está no escorrega: o puto desce, desliza por ali abaixo, mas quando tenta subir pelo escorrega é muito mais complicado e quase nunca consegue. Tem que vir à volta e subir pelas escadas. O problema do companheiro da rua é muito semelhante ao do puto que está no escorrega” (G1).

Este gestor não menciona apenas o significado de “companheiro de rua”.

“E o companheiro da rua a primeira coisa que perde, mais gravosa ou menos gravosa, é a saúde mental. E é uma pena. E a sociedade não o ajuda nesse sentido. É muito mais fácil passar na rua e deitar a mão ao bolso, dar 50 cêntimos ou atirar para a caixinha que ele lá tem, do que dizer-lhe ‘Bom dia’. Dizer ‘Bom dia’ é uma chatice porque ele pode cheirar mal, porque ele pode também responder, porque pode estar de mau humor, e assim com a moeda já resolvi o problema como cidadão. Deixei cair a moeda e fui à minha vida” (G1).

Este mesmo entrevistado considera que a pessoa que vive na rua, caso prolongue demasiado essa condição, acaba por ficar inerte, incapaz de reverter a sua situação.

“Depois, o estar na rua, é um clic da sorte. É apanhar o momento exacto em que alguém dê o clic: ‘Sai daí, vai acolá, apanha esta deixa, vai falar com fulano, vai ter com esta instituição’. Se ele tiver essa chance, aqueles que bateram no fundo, rapidamente saem. Vêm para uma instituição, seja ela qual for, estão lá uns tempos, reorganizam mentalmente a cabeça, porque no fundo o problema começa por aí, e partem de novo para a estrada. Os que vão deslizando, esses ficam, porque chega a um ponto que não querem outra coisa que não seja a rua. Querem tirar alguns benefícios que têm em estar na rua, serem uns coitadinhos, porque assim vão-lhes dando dinheiro, roupa, chamando para aqui e para acolá, e eles viciam-se na rua, como há muita gente que vive em barracas e só saem de lá quando lhes deitam as barracas abaixo. Deitam abaixo e eles encontram solução, ressuscitaram. E enquanto não foram forçados a isso, estavam ali inertes, como se estivessem mortos. E nos companheiros da rua há uma percentagem muito grande, que se for ter com eles, eles podem dizer que sim, que querem sair da rua, mas não fazem literalmente nada para saírem. Não fazem uma experiência numa instituição porque a instituição tem regras e o companheiro da rua perdeu a noção de regras, perdeu a noção de trabalho, da sociedade, dele próprio como pessoa, com dignidade, e portanto deixa-se estar. ‘Amanhã apareço, depois apareço.’ E depois aparecem aqui na instituição [...] estão cá 24 horas e vão-se embora. Porque percebem que aqui, embora nós façamos um estilo de vida um pouco anarca há mínimas regras! Tem que se tomar banho, e assim, e tem que trabalhar. E nós só vivemos do trabalho. [...] O dia de amanhã para já não conta; conta o hoje. E isso faz degradar mesmo mentalmente e intelectualmente as pessoas. Penso que a maior queda de todos os companheiros da rua está muito mais no mental que no físico. Há muita gente que tem muito mais doenças físicas do que os companheiros da rua. Só que não perderam ainda a saúde mental. [...] Isto faz com que o companheiro que chegue cá percebe que tem que trabalhar para ele e para os outros. Desabitua de tudo e de trabalhar, primeiro que recupere pequeninos hábitos de trabalho, de organização, de horários, é muito complicado. E há todo o facilitismo da rua: ele bebe quando quer, ele fuma quando quer...” (G1).

Reaprender a viver em grupo é, por conseguinte, o objectivo da instituição que este entrevistado dirige.

“O problema é esse. É que muitos deles tiveram família e desfizeram-na. Ou alguém a desfez por eles. Não estou a acusar nenhum. Houve um desfecho infeliz. Se houve, é porque algum deles falhou ou falharam todos. E aqui há que reaprender a viver em grupo, sabendo que cada um de nós é diferente do outro” (G1).

Um outro entrevistado, G2, também gestor de uma instituição, tem uma experiência distinta. Quando iniciou o seu trabalho na organização que dirige, tinha preconceitos em relação às pessoas em situação de sem-abrigo.

“Nem é tanto receio, é um pouco aquela imagem, que se calhar hoje já nem a tenho, mas que tinha e que algumas pessoas ainda têm: ‘sem abrigo’, eu tinha a ideia de que são pessoas que não querem trabalhar, são pessoas que querem estar na rua... [...] Tinha, reconheço... Quer dizer, já tinha também feito, não aqui em Lisboa mas noutra

sítio, um pouco de voluntariado, não só com equipas de rua, mas mais ligado à parte do IDT, da toxicoddependência, onde se convive também com 'sem abrigo'. Não era preconceitos de que eles não merecem apoio, não. Mas tinha um pouco essas ideias de que eles estão na rua porque querem, não trabalham porque querem, e portanto estar a dedicar-me a uma área de que eu à partida... ...não tinha muito afecto, não tinha muita paixão, não era... [...] Mas a princípio tinha... Não era tanto receio, porque eu estou aqui há dois anos e nunca tive nenhum problema. Às vezes as pessoas têm um pouco essa ideia: 'Mas são «sem abrigo», são violentos, agressivos'. Nunca. Estou aqui há dois anos, um ou outro que vem um pouco perturbado e grita mais um bocado, mas só isso. Nunca aqui tivemos um caso de agressividade, assim mais excessiva. Eles não são agressivos. Tinha era, da minha parte, alguns preconceitos, que foram trabalhados, foram mudados" (G2).

A experiência no contacto com os utilizadores da instituição e a predisposição para a mudança alteraram as suas ideias iniciais em relação às pessoas a viver nesta situação.

"Eram muito fechados, muito reservados. Viviam muito no mundo deles. E já temos alguns que já não são assim, que... [...] Mas outros dias que estou ali com eles, mesmo na portaria. Eles vão entrando e vamos conversando. Depois alguns quando me vêem: 'Ah! Este problema queria...'; 'Então, vamos conversar.' E portanto é do contacto com eles que a minha ideia se foi transformando. Não é por causa de ler mais uns livros ou isso..." (G2).

Também este entrevistado considera que há pessoas que estão na rua porque querem, mas compete aos profissionais que trabalham na área descobrir o porquê dessa situação.

"É. De facto há pessoas que estão na rua porque querem, mas se calhar temos que descobrir o porquê de eles quererem estar na rua. Mas a maioria não está nesta situação porque quer." (G2).

Um pouco na mesma linha de pensamento do entrevistado G1, este gestor, tem a ideia que foram as circunstâncias de vida que originaram a situação de vulnerabilidade extrema.

"Foram circunstâncias da vida que os conduziram para aqui e merecem todo o nosso trabalho, e merecem toda a nossa dedicação, e tudo aquilo que nós fazemos é muito pouco por eles. Esta ideia de nós criarmos esta panóplia de actividades para eles, ainda fica muito aquém daquilo que eu gostaria que eles tivessem, porque eles merecem. Se eles não têm isto, ou então se não merecem isto, então fazemos como os Romanos ou como os Gregos, vamos à falésia e atiramo-los ao rio ou ao mar, e ficam lá. E eu acho que isso não, e se calhar era um pouco a ideia que tinha" (G2).

Relativamente aos utilizadores da instituição considera que há pessoas muito distintas, algumas trabalham, outras não têm essa possibilidade.

"Os que trabalham. Temos uns a trabalhar, e outros que não fazem nada. Eles sabem que têm um sítio para dormir. É essa a finalidade deste e doutros centros. [...] E, de facto, eu posso dizer que temos aqui pessoas que estão há mais tempo porque são pessoas que não têm outro sítio, não conhecem outro caminho a não ser o do centro

para o supermercado e do supermercado para o centro, e que são pessoas com debilidade mental e portanto... Só conhecem este trajecto, não conhecem mais nenhum. E não têm a possibilidade de ir para outro sítio. Entre pô-los na rua e dormirem no passeio, e nós quebrarmos essa regra dos 3 a 6 meses” (G2).

Um outro gestor tem uma perspectiva complementar à dos dois entrevistados anteriores. O serviço que dirige destina-se a pessoas em “fim de linha”.

“As pessoas que frequentam o centro são as chamadas ‘fim de linha’. São pessoas com problemas muito graves que se acredita que não conseguem recuperar. Contudo, continuamos a tentar apoiar essas pessoas para que tentem sair dessa situação. [...] É uma população muito complicada, com problemáticas cumulativas” (G3).

Os entrevistados G4 e G5 não expressaram as suas representações acerca dos utilizadores das instituições que dirigem. Como já foi afirmado anteriormente, o conceito de pessoa sem-abrigo, utilizado nesta organização é o proposto pela tipologia da FEANTSA, que parte da noção de exclusão habitacional. De acordo com G4, *“A definição da FEANTSA previne a existência de sem-abrigo” (G4).*

A experiência do gestor G6 é, também ela, singular. O serviço que dirige atende uma grande diversidade de pessoas em situação vulnerável. Reconhece que há pessoas que irão permanecer “eternamente” nessa condição e que o sistema deve assegurar respostas para “pessoas crónicas”.

“São pessoas que, dados os seus percursos, dadas as suas perturbações, não conseguem dar o salto para o trabalho e, portanto, permanecem ‘eternamente’ nesta situação. E portanto, é para esses que estamos a pensar, neste momento, o tal atelier ocupacional, para pessoas que têm mais dificuldades em avançar para a outra etapa que a colocação laboral. Portanto, temos, neste momento, esse projecto, em princípio, para funcionar ainda no decorrer deste ano. [...] Provavelmente ainda durante este ano há um projecto de funcionamento também, neste Serviço, de ateliers ocupacionais para pessoas crónicas. H. tem ateliers ocupacionais. Esses ateliers ocupacionais ocupam pessoas em situações crónicas” (G6).

Para um dos técnicos, as pessoas em situação de sem-abrigo, a viver na rua, estão completamente indefesas.

“É sempre bom passar-se pela rua para depois ter uma opinião real sobre o que a pessoa já viveu, sobre o que é que se passa na rua. Eles estão completamente indefesos na rua, não é?” (T2).

Alguns utilizadores do centro onde este técnico trabalha apoiam-se mutuamente, desenvolvendo um sentido de comunidade. Realça a ideia de vínculo que os utilizadores estabelecem com o centro e entre si.

“Eles criam depois uma espécie de clã entre eles, nem todos são completamente desligados... Há pessoas que se protegem entre elas [...] temos muitas reentradas. Muitos deles, nomeadamente os toxicodependentes, vêm bater à porta. Muitos deles que tinham um percurso de restabelecimento dos laços familiares, mas que foi uma coisa muito frágil, muito ténue, que depois se vê que aquilo não funcionou e que nos voltam a bater à porta, e todas essas pessoas, se tivermos vagas, entram aqui no

centro. Muitos já conhecem: nós normalmente preenchemos a ficha de entrada e tentamos perceber o que é que se passou. E voltam a ser nossos utentes. Todos os dias aparecem pessoas. [...] Não temos limite temporal. Tentamos que isto seja um centro temporário, mas não é fácil, porque muitas pessoas criam laços estreitos aqui com o centro, e, ou por um motivo ou por outro, é complicado encaminhá-los para outros sítios. Pessoas que neste centro não têm as condições físicas que outros centros têm, mas como não têm que cumprir regras, como não têm ninguém que lhes cobra nada, entre aspas, preferem andar durante o dia a passear, a fazer as vidinhas deles, a desenrascarem-se, como eles dizem, e depois passar aqui só a noite. E temos casos em que as pessoas fazem este tipo de vida há anos. E já tentámos, todos os técnicos daqui, cada um na sua área, já tentou encaminhá-los, mas é muito complicado porque eles não querem, não aderem a outros serviços, a outros centros. Criam um laço e criam hábitos aqui com o funcionamento do nosso centro. O objectivo é que seja temporário, que eles entrem aqui e que isto seja um ponto de partida para a reinserção laboral e psicossocial. O caso das comunidades terapêuticas, por exemplo. Mas não há esse limite, como eu sei que existe noutros sítios. Nem sequer têm que prestar provas. Têm que assinar a ficha de entrada em como têm conhecimento das regras, mas não têm logo à partida que fazer um contrato. Embora todos eles quando entram sejam acompanhados, tanto a nível social como psicológico, de se tentar fazer um projecto para cada um deles, não é nada que seja definido logo no primeiro dia, nem, nada disso.” (T2).

As representações sobre os utilizadores apoiados pelo centro onde T3 exerce a sua actividade profissional são muito homogéneas, reflectindo, a meu ver, a concentração das pessoas em situação vulnerável por tipologias e pela especialização das respostas sociais.

“Rapidamente se percebeu que estas pessoas estavam, e estão, as pessoas que estão na rua e que recorrem ao M., numa situação muito debilitada e de muita desorganização. Em termos de trabalho, as pessoas não tinham, não cumpriam regras de trabalho, portanto era muito difícil em termos da formação profissional, porque tem uma carga muito grande de horas, e depois tem que se cumprir porque se não se cumpre, há reflexos na bolsa e até reflexos no deixar de frequentar a formação por ausência... [...] Uma pessoa tem que vir todos os dias, como num horário de trabalho. Supõe-se que se trabalha os hábitos de trabalho. Se queremos que uma pessoa destas vá trabalhar e consiga dar resposta, tem que entrar e sair sempre há mesma hora. E isso é uma regra. Tanto é que há folhas de assiduidade, mensais, e se eles faltarem injustificadamente, têm falta e é-lhes descontado na bolsa. Há determinadas faltas que não são consideradas, que eles assinam como se estivessem, que é ao nível da psiquiatria, para todos, e da ginecologia, para as mulheres. Fora isso, sempre que vão ao médico de família ou têm que tratar de um assunto qualquer, eles trazem uma justificação. Se faltam sem justificação, e nem telefonam, a dizer ‘não vou porque isto ou porque aquilo’, aí é descontada a falta automaticamente. É como se fosse uma folha de ponto.” (T3).

O objectivo principal do local onde este técnico exerce a sua profissão é preparar os utilizadores para a integração no mercado de trabalho. Contudo, este reconhece que

há pessoas que terão grande dificuldade em aceder a esse mercado.

“Sim, há pessoas muito desorganizadas. Há pessoas com debilidade também... [...] Estas pessoas, mais de 90% dos casos, têm problemas psiquiátricos, com adições, às vezes, portanto é muito difícil a integração profissional destas pessoas. O desemprego está como está, para pessoas que não têm problemas, pelo menos identificados desta maneira, portanto é muito difícil conseguir integrar estas pessoas. Muitas delas estão aqui há muito tempo, muitas delas estão aqui desde que o equipamento abriu, há mais de 10 anos. Eu estou cá há 12, e quando entrei já havia pessoas que tinham vindo de T., há pessoas aqui há muitos anos. [...] Sim, temos muita esquizofrenia, alcoolismo, temos imenso, doença física, também temos, temos uma série de situações que é muito difícil integrar. Esta resposta, enquanto existir, contribui de alguma forma para eles estarem, pelo menos é assim: o facto de frequentarem aqui, de realizarem as actividades que realizam, dá-lhes um sentido de... Eles sentem-se úteis. Vêm o trabalho deles ser valorizado.” (T3).

Apesar das dificuldades e recaídas dos utilizadores, há situações em que a integração no mercado de trabalho é possível.

“Há recaídas constantes. E eles quando entram aqui assinam um plano de inserção, têm um período experimental, inicial, fim do qual é-lhes dado um plano de intervenção, um plano de inserção, que é suposto eles cumprirem. Eles cumprem a parte deles e nós cumprimos a nossa. Nós fazemos todos os possíveis para cumprir as necessidades deles, e eles têm que aderir às coisas que são propostas. [...] Temos casos em que resulta. Isso faz com que eles tenham um plano de integração diferente, de acordo com as capacidades que têm, com os objectivos que têm, e dos nossos objectivos para eles também. Se não cumprirem ficam desvinculados daqui, mas não sem apoio porque têm os técnicos do acolhimento, mas vão procurar outra resposta, porque se não estão a querer andar para a frente aqui, se estão a boicotar o trabalho, a dizer uma coisa e depois não cumprem, isso é que não se pode.” (T3).

Embora o objectivo da instituição seja preparar os utilizadores para a inserção profissional, as saídas para o mercado de trabalho são reduzidas.

“Não, ultimamente não temos tido. Temos tido saídas mas por integração, ou na família, ou em centros de dia, a partir dos 65: ficam ligados ao técnico, mas acabou ‘o tempo de trabalho’. Há desistências também. Em 2008, tivemos 3 integrações em centros de dia, uma colocação profissional e uma integração noutra curso. 2007, não tenho os dados comigo. Em 2006 houve 3 desistências, ou por incumprimento do plano ou porque a pessoa não quis mais. Se tivermos uma ou duas colocações profissionais por ano, já é muito e já é muito bom!” (T3).

Este técnico verbaliza, explicitamente, a representação que tem sobre a sua prática e a da equipa de trabalho na qual está inserido.

“Penso que nós aqui, e não sou eu, somos nós, conseguimos fazer a diferença na vida destas pessoas. E isso é o fundamental. Uma melhoria, mesmo que seja pequenina, ínfima, já é qualquer coisa, para os ajudar a subir. Quem chega aqui já foi muito ao fundo. Os nossos colegas da rua já viram morrer gente à frente deles.” (T3).

Em relação às representações dos entrevistados sobre a área social em Lisboa, estas são, também, um pouco dispersas e apontam, igualmente, para a noção que essas imagens estão ancoradas na experiência profissional de cada um.

“Lisboa está completamente esgotada. Porque nota-se muito, e principalmente aqui no atendimento, que aqui nas cidades na zona de Lisboa, como não têm locais, residenciais, pensões..., então acabam por mandar tudo para Lisboa. Acabam por pôr as pessoas nas pensões daqui, acabam por pôr os sem-abrigo de lá aqui e, depois, acabam por, indirectamente encaminhar para nós. E depois temos outra coisa que é as questões económicas do nosso país, em que as pessoas pensam que Lisboa é só aquelas coisas bonitas que aparecem nas novelas. Lisboa não é só as imagens fantásticas. Tem o lado positivo e tem o lado negativo. Se calhar é muito mais fácil que as pessoas se tentem organizar junto da família. Porque esse também é um bocadinho do nosso papel, tentar ser conciliador da família... Porque, de facto, eles muitas vezes vêm na ilusão de ser actor, de ser alguém e é muito complicado. Porque o mundo é muito competitivo, como todos nós sabemos... Depois as pessoas passam mal, passam fome, têm que recorrer a práticas que às vezes não são as mais correctas apanham não sei quantas doenças, porque, realmente, quem está aqui no atendimento apercebe-se diariamente do ponto de doenças, de situações de só quem não tem mesmo a noção do que é o social...” (T1).

Um dos técnicos integra uma das equipas de rua da organização onde exerce a sua actividade.

“Supostamente devia haver alguma delimitação do espaço de cada equipa de rua. Surgiram imensas organizações a trabalhar com esta população, então a nossa área ficou na zona de A. As freguesias abrangidas são: [...]. O objectivo seria trabalhar com a população sem-abrigo, sejam eles alcoólicos, toxicodependentes, pessoas que estivessem na rua” (T2).

A concorrência entre instituições foi focada por um dos gestores. Outro contraria essa ideia afirmando que em Lisboa se trabalha em rede, e que as equipas de rua estabelecem zonas de intervenção e estão especializadas por problemáticas.

“E isto é uma questão de definir algumas regras. Aí as instituições fazem mais concorrência umas às outras do que se ajudam, e isso faz com que cada instituição queira ter os seus pobrezinhos” (G1).

“Neste caso, excepcional em Lisboa, a rede social é presidida pela Câmara, pela Santa Casa da Misericórdia e pela Segurança Social [...] o que acontece é que a rede social tem grupos de trabalho a funcionar. Tem dois, e um deles é sobre os sem-abrigo. [...] Ou seja, nessas reuniões onde as equipas de rua estão reunidas, inclusive a da Santa Casa da Misericórdia, que isto é herança do Plano Lx, mas herança... [...] já no Plano Lx, a divisão da cidade de Lisboa, para as equipas de rua, e não tem a ver com outras divisões que possam existir, mas para as equipas de rua, dividiu-se a cidade pelas várias equipas de rua. [...] Cada equipa de rua cobre uma área geográfica e isso mantém-se ainda. O que não quer dizer que se diagnosticarem um caso [...] sim, e não há conflito entre as zonas das equipas de rua [...] se bem que as equipas de rua não tenham a ver só com as zonas mas também com as problemáticas. Por exemplo, a

nossa está mais relacionada com o alcoolismo, outras mais com os pedintes e aí, se calhar, o colega quando está com uma dessas situações encaminha para outra equipa” (G4).

Concluída a apresentação da análise das entrevistas aos gestores e técnicos a exercer funções em diferentes tipos de instituições, sintetizo as principais ideias a reter, evidenciando, não só o que dos seus discursos considero importante salientar, mas também os contributos que permitem elucidar sobre a natureza e a intensidade do vínculo que se estabelece entre a pessoa vulnerável e a instituição.

No Quadro 3.8 sintetizo os principais temas analisados nas entrevistas e apresentados nos parágrafos anteriores. Estes incluem informação acerca da instituição, das práticas profissionais, dos desafios que a profissão representa para cada um deles e o que consideram ser formador para se tornarem bons profissionais. São ainda sintetizadas as representações dos profissionais acerca dos utilizadores, das pessoas em situação de sem-abrigo, em geral, e da área social.

No que concerne a instituição, os discursos dos entrevistados centram-se em torno de quatro temas: a missão e objectivos da organização; o processo de admissão dos utilizadores; os serviços oferecidos em complementaridade à actividade principal da organização; e a prestação de serviços dos utilizadores, com valor para a instituição ou para a zona onde está implantada.

Relativamente às práticas destes profissionais foram tratados três temas: um, referente às metodologias usadas pelos técnicos no atendimento e acompanhamento dos utilizadores; outro, centrado nos instrumentos de trabalho; e por fim, a identificação das actividades nucleares da profissão.

Os desafios profissionais identificados pelos gestores e técnicos são diversificados: obstáculos estruturais com que se deparam no seu quotidiano e que dificultam um atendimento eficaz; a multiplicidade e complexidade de situações de vida das pessoas que necessitam de apoio social; a gestão dos recursos financeiros e a concessão de apoios aos utilizadores dos serviços; a gestão das expectativas e a frustração face ao “fracasso”; a gestão das emoções, pela proximidade com histórias de vida duras e lidar com essas emoções, sem supervisão; e por último, ser visto como controladores.

Um outro tema que considere importante está relacionado com a formação dos técnicos para o exercício da profissão. Alguns entrevistados referem a aprendizagem pela experiência, isto é, não é apenas a formação inicial que os prepara para o exercício da profissão mas sim a prática do quotidiano. O conhecimento da “vida na rua” foi referido como importante para a formação dos profissionais que trabalham com as pessoas em situação vulnerável. Também o conhecimento das respostas existentes na rede social e dos técnicos que lá trabalham é uma mais-valia para o exercício da profissão. Por último, são salientadas duas características pessoais dos profissionais relevantes para o exercício da profissão: a capacidade de ouvir; e a disponibilidade para estar com os utilizadores.

As representações dos entrevistados acerca da área social, das pessoas em situação de sem-abrigo e dos utilizadores das respectivas instituições foram, também, referidas e sintetizadas no Quadro 3.8.

Instituição	Missão, linhas orientadoras e objectivos	<i>"acolher e servir os mais pobres"; "pão, mas rosas também"; "tirar as pessoas da rua"; "acolher as pessoas temporariamente até se reorganizarem, estabilizarem a nível de saúde e de alojamento e readquirirem hábitos de trabalho"; "reaprender a viver em grupo"; "tirar mais pessoas da rua, para o centro"; "retirar as pessoas dos circuitos dos sem-abrigo"; "preparar as pessoas para a integração no mundo do trabalho"; "utilizar os serviços e criar relacionamento com técnicos da instituição".</i>
	Admissão dos utilizadores	<i>"bater ao portão e dizer o primeiro nome"; "encaminhamento e acolhimento se houver vaga"; "encaminhamento"; "linha 144 ou PSP"; as pessoas procuram o centro directamente e é feita a triagem; directamente ou por encaminhamento, é feita uma entrevista com um técnico.</i>
	Oferta de serviços extra	Ateliers de pintura, escrita; teatro; contadores de histórias; exposição das pinturas; DocLisboa; natação; visitas culturais; acções de formação; cursos de alfabetização; formação social e humana.
	Serviços remunerados	Cuidar da instituição, fazer pequenas reparações, cuidar do espaço exterior; cuidar das zonas verdes.
Práticas profissionais	Metodologias de trabalho	Discussão de casos em equipa; metodologia centrada na pessoa.
	Instrumentos de trabalho	Entrevista: conhecer a história da pessoa para tomar decisões acerca do encaminhamento; perceber a situação da pessoa, o historial, consumos; triagem para tomada de decisão; base de dados de utilizadores dos serviços e de atendimentos; plano de inserção.
	Funções base	Diagnosticar; fazer triagem; avaliar, encaminhar; acompanhar; articular várias respostas sociais; apoiar a inserção social dos utilizadores.
Desafios profissionais	Estruturais	Atendimento de estrangeiros; atendimentos prolongados no tempo.
	Multiplicidade de situações	<i>"tudo nesta cidade recai, muitas vezes no nosso serviço"; "O historial clínico e social é uma coisa brutal, horrível mesmo"; "passar despercebido pelas malhas do sistema".</i>
	Gestão de recursos financeiros	seriedade e justiça; negociar apoios financeiros com critérios justos; a relação é diferente quando não há recursos envolvidos; <i>"sinto-me um euro com pernas".</i>
	Gestão de expectativas	<i>"conseguirmos que as nossas expectativas sejam superadas".</i>
	Lidar com a frustração	<i>"ter a percepção e o realismo para aceitar que se calhar elas nunca vão conseguir reabilitar-se".</i>
	Trabalhar sem supervisão	<i>"gerir questões básicas e materiais com questões de sentimentos, emoções e percursos de vida muito sofridos".</i>
	Gerir as emoções	uma realidade muito pior do que se pode imaginar; situações complicadas que mexem connosco.
Formação para a profissão	Auto-representações	<i>"temos fama de sermos controladores".</i>
	Aprendizagem pela experiência	<i>"não se aprende com o curso. Acho que se aprende com a própria vida, com os próprios atendimentos".</i>
	Passar pela rua	Essencial para a formação.
	Conhecimentos	Conhecer as respostas sociais para articular e encaminhar.
Representações dos profissionais	Capacidade de ouvir	Disponibilidade para estar com os utilizadores.
	Utilizadores da instituição	<i>"pessoas fechadas e reservadas que viviam no seu mundo"; "pessoas que trabalham e outras não fazem nada"; "pessoas que não conheciam outro caminho"; "pessoas no 'fim de linha"; "população muito complicada, com problemáticas cumulativas"; "pessoas com percursos e perturbações que irão ficar eternamente na situação; pessoas com dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho; pessoas em situações crónicas"; "pessoas que criam uma espécie de um clã; protegem-se entre elas"; pessoas que criam um laço e hábitos de utilização com o centro; "pessoas muito desorganizadas e com debilidades; pessoas com problemas psiquiátricos; pessoas com adições; pessoas que é difícil integrar profissionalmente"; "pessoas com doença física, esquizofrenia, alcoolismo"; "recaldas constantes"; "pessoas bastante desestruturadas, a nível físico e psicológico".</i>
	Pessoas em situação de sem-abrigo	<i>"um termo que não diz nada"; razões distintas sob uma mesma nomenclatura; "perda de saúde mental"; "não quer outra coisa que não seja a rua"; "não fazem nada para sair da rua"; "sem noção de regras; perdeu a noção do trabalho, da sociedade, dele próprio enquanto pessoa, com dignidade; o dia de amanhã não conta, conta o hoje"; "desabitado de trabalhar"; "o facilitismo da rua"; "há pessoas que estão na rua porque querem"; "circunstâncias da vida que conduzem à situação"; "pessoas sem habitação"; "pessoas completamente indefesas".</i>
Área social	<i>"Lisboa está esgotada"; "muitas organizações a trabalhar com a população"; "as instituições fazem mais concorrência umas às outras do que se ajudam, e isso faz com que cada instituição queira ter os seus pobrezinhos"; "não há conflito entre as zonas das equipas de rua"; "Cada equipa de rua cobre uma área geográfica"; "a rede social tem grupos de trabalho a funcionar".</i>	

Quadro 3.8. Síntese da análise das entrevistas a gestores e técnicos nas instituições

As experiências pessoais e profissionais dos nove entrevistados, a trabalhar em diferentes locais, são abrangentes e diversificadas, incluindo uma variedade de práticas. Todos eles desempenhavam funções em organizações com respostas sociais reguladas pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, à excepção de um gestor, responsável pela coordenação duma comunidade de trabalho, com características específicas: a organização era auto-suficiente e não recorria a financiamento por parte de organismos públicos.

O conhecimento da realidade social na qual os entrevistados exercem a sua prática profissional foi obtido dentro da mesma instituição. Este facto origina, a meu ver, que as representações dos gestores e técnicos acerca das suas práticas e das pessoas com quem trabalham sejam, de certo modo, circunscritas aos contextos profissionais que conhecem. Isto é, os entrevistados parecem ter as suas experiências muito ligadas aos locais onde exercem a profissão; e nenhum deles tinha passado por situações profissionais equivalentes, a trabalhar noutra instituição com o mesmo tipo de população. Assim, as suas representações parecem estar ancoradas às respectivas experiências e às reflexões que essas mesmas vivências lhes suscitaram.

As organizações onde estes entrevistados trabalhavam também são diversificadas, quer na sua dimensão, quer na consolidação da experiência de actuação na área social. Tudo indica que os técnicos e gestores que exerciam a sua actividade em organizações mais especializadas apresentavam uma tendência a especializar igualmente as suas representações, de acordo com a realidade que conheciam. Ou seja, a especialização reduz o universo de situações percebidas e compreendidas e, em contrapartida, aumenta a profundidade do conhecimento sobre a realidade vivenciada. No entanto, apesar da especialização das instituições, alguns entrevistados procuraram alargar o seu conhecimento acerca dos utilizadores dos serviços onde exerciam a sua actividade profissional, demonstrando abertura à participação dos utilizadores no quotidiano da instituição ou procurando conhecer outras realidades, com o contacto com as pessoas a viver na rua. Do mesmo modo, mas no sentido inverso, os técnicos que, pelas suas funções, contactavam com pessoas em situações muito diversas pareciam mais propensos a desenvolver estratégias de actuação que lhes permitissem responder às solicitações com que se confrontavam no quotidiano, isto é, pareciam socorrer-se das suas experiências e conhecimentos duma multiplicidade de situações para especializarem as suas respostas.

Retomando aqui o esquema apresentado no Quadro 3.7 relativo à configuração das respostas sociais institucionais organizadas em função da formalização de um vínculo, importa ainda referir que todos os entrevistados exerciam funções em organizações que pressupõem a existência de um vínculo formal entre a pessoa em situação vulnerável e um técnico a actuar em representação da organização, excepto o gestor, G1, que coordenava uma comunidade de trabalho. Os cinco tipos de instituições incluídos no lado direito do diagrama estão representados, por um ou mais profissionais, presentes neste conjunto de entrevistas. A intensidade do vínculo que se estabelece entre a pessoa vulnerável e as instituições onde estes profissionais exerciam a sua actividade, é também variável. A diversidade de experiências e dos

relatos apontam para a noção de que dentro duma mesma instituição criam-se vínculos de intensidade distinta. Com base nos relatos apresentados, assinalo a intensidade do vínculo que, na minha opinião, se estabelece nas várias instituições onde estes profissionais exerciam a sua actividade.

Na comunidade de trabalho, gerida por G1 e que não está enquadrada pela regulamentação de 2006, o vínculo que se estabelece entre a pessoa que solicita apoio e a organização tem uma intensidade fraca, no momento de admissão. Nesse primeiro contacto entre a pessoa e os representantes formais não é feita uma entrevista formal, nem um interrogatório ou questionário. Aparentemente, basta bater ao portão e pedir abrigo. O entrevistado não mencionou claramente que tipo de ligação os utilizadores estabelecem posteriormente com a instituição, referiu apenas que o tempo de permanência na comunidade varia muito, horas, dias, semanas, vários meses ou anos, ou mesmo a vida toda. Assim, a permanência na instituição não estará relacionada com a formalização do vínculo mas antes, com outros factores.

O serviço onde G6 e T1 exercem funções, estabelece vínculos, com os utilizadores, de intensidade variável. Por exemplo, quando se trata de disponibilizar recursos, sejam eles em espécie ou de acesso a serviços, é assinado um acordo entre as partes. Também aqui o vínculo pode ser de menor intensidade, dependendo do tipo de apoio que a pessoa em situação vulnerável necessita.

Na organização onde T2 desenvolve a sua actividade, o compromisso que se estabelece entre as partes é pouco intenso. Para além do vínculo formal, estabelece-se, regra geral, um vínculo de intensidade fraca: o utilizador é entrevistado, preenche uma ficha e assina um documento no qual afirma o seu acordo na aceitação das regras da instituição. Aqui os utilizadores podem estabelecer acordos com os técnicos e elaboram planos que por vezes não são cumpridos. O não cumprimento do plano não implica necessariamente a recusa da instituição em acolher a pessoa. Apesar de existir um vínculo formal entre as partes e da intensidade do vínculo ser variável, tendencialmente fraca, de acordo com o técnico entrevistado, parte dos utilizadores ligam-se afectivamente à instituição e aos seus pares, desvirtuando o conceito de centro de alojamento temporário e acabando por ultrapassar, em larga medida, os prazos de permanência estabelecidos.

No serviço onde G5 exerce a sua actividade é sempre feita uma entrevista à pessoa que solicita apoio. De acordo com o discurso deste profissional, não é referido o estabelecimento de um vínculo de forte intensidade entre as partes.

A instituição gerida por G2 recebe pessoas encaminhadas por técnicos e o cumprimento de um plano ou de um acordo entre as partes não foi perceptível na entrevista. Também aqui se estabelece um vínculo afectivo entre a pessoa e a instituição; muitos utilizadores excedem o prazo regulamentar para permanecerem neste centro de alojamento temporário.

No serviço gerido por G3 realiza-se uma entrevista de admissão e os técnicos que ali exercem a sua actividade decidem com a pessoa durante quanto tempo esta pode ter acesso a esse serviço. Aqui, o vínculo que se estabelece com o utilizador é de intensidade média. Este entrevistado afirma que há utilizadores que não têm

interesse no acompanhamento de um técnico e essa decisão não impede que continuem a usufruir dos serviços que ali são disponibilizados. No entanto, para obterem a renovação do cartão de acesso ao serviço necessitam de contactar o técnico e renegociar esse mesmo acesso.

Por último, na organização onde T3 exerce a sua actividade profissional, a intensidade do vínculo entre a instituição e os utilizadores é forte. Se estes não cumprirem o que foi estabelecido no plano de inserção, podem ser impedidos de usufruir dos serviços disponíveis neste centro.

Assim, parece-me legítimo concluir que em todas as respostas sociais onde realizei entrevistas, a gestores e técnicos, o vínculo que se estabelece entre a pessoa em situação vulnerável e a instituição é de natureza formal e de intensidade variável. Do mesmo modo, julgo correcto inferir que a formalidade e intensidade do vínculo não implicam, necessariamente, uma ligação afectiva dos utilizadores à instituição. Nos locais onde se estabelecem vínculos de intensidade fraca, os entrevistados referem notar a existência duma ligação afectiva dos utilizadores à instituição. De igual modo, mas no sentido inverso, os entrevistados que trabalham em organizações em que o vínculo formal é mais intenso, referem com mais frequência o incumprimento dos acordos estabelecidos. Dito de outro modo, a existência de um vínculo formal de intensidade forte não parece estar directamente relacionada com a ligação afectiva dos utilizadores à instituição. Ou ainda, a fraca intensidade na formalização do vínculo parece favorecer uma ligação afectiva da pessoa à instituição.

Concluída a apresentação e síntese da análise dos discursos do primeiro conjunto de entrevistados, composto por gestores e técnicos nas instituições, exponho, em seguida, os temas tratados junto dos profissionais a trabalhar em equipas de rua na cidade de Lisboa.

3.4.2. Os técnicos nas equipas de rua

Os temas essenciais analisados neste segundo conjunto de entrevistas são dois: os antecedentes, a constituição e a consolidação do trabalho das equipas de rua; e as representações destes técnicos acerca de várias questões relacionadas com o exercício da profissão e a experiência adquirida no contacto com as pessoas em situação de sem-abrigo.

Conforme referi anteriormente no texto, a maioria dos entrevistados participou na criação das respectivas equipas de rua, em três períodos distintos, 1994, 2001 e 2003, respectivamente, ER4, ER3 e ER1. Os técnicos da equipa ER2 deram continuidade ao trabalho iniciado em 1994, não tendo passado pela experiência de conceber e definir os objectivos da sua intervenção. Da equipa pioneira, entrevistei apenas um dos profissionais, referido no texto por ER4. A experiência profissional e académica deste entrevistado é particularmente interessante pois iniciou a sua actividade na instituição, após concluir a licenciatura em psicologia e, à data da entrevista, já não trabalhava nessa organização. O seu discurso é, por conseguinte, mais distanciado dos

demais entrevistados que estavam envolvidos e imersos nas suas práticas quotidianas. Este facto torna o seu testemunho singular. Acresce, ainda, uma outra diferença em relação aos demais profissionais, uma vez que se tratou da única entrevista, deste grupo, realizada individualmente. Começarei, assim, pela experiência de trabalho deste entrevistado que iniciou a sua carreira profissional numa instituição exercendo dois tipos de actividades relacionadas com as pessoas em situação de sem-abrigo: responsabilidade pela organização e dinamização de um módulo de formação social e humana; e constituição da equipa de rua, composta exclusivamente por técnicos.

“Em 1992 foi criado um projecto-piloto [...] foi na altura em que se criaram diversos projectos de formação profissional. Quando entrei [...] em 1994 [...] havia um curso de cabeleireiro e um curso de costura. Havia uma equipa técnica formada por duas assistentes sociais e duas psicólogas e eu entrei, como psicólogo, para dar um módulo de formação social e humana, que era um espaço de formação mais geral, fora da formação profissional, onde era suposto que eu desenvolvesse um programa e fizesse o que achasse que era mais adequado. [...] Na altura, havia um pouco a ideia de que a solução para todos os problemas era a formação. E havia a ideia – vamos dar formação profissional aos sem-abrigo porque assim eles deixam de ser sem-abrigo. Arranjam um emprego e resolve-se o problema. [...] Devo dizer que foi uma experiência muito exigente para mim porque eu tinha vários grupos e as sessões eram duas vezes por semana com cada grupo. Eu não tinha assim muita experiência de dar aulas ou de dar formação mas eu tinha um trabalho enorme a preparar as coisas e depois, chegava lá, e parecia que em dez minutos já tinha esgotado o tema. Ou porque eles não reagiam, ou ficava desmoralizado por achar que não conseguia chegar a eles. [...] Nós ao fim de um ano fizemos uma reflexão e um relatório e o que dissemos foi que se calhar antes da formação profissional os sem-abrigo precisavam de outras coisas. A formação tinha um conjunto de regras muito rígidas, com assiduidade, um princípio e um fim, aproveitamento. O modelo de formação não se adequava muito. Os formandos tinham sido seleccionados junto de B. e tinham aceitado integrar o projecto. As contrapartidas eram alojamento pago, bolsa de formação, subsídio de alimentação e subsídio de transporte. Tinha esse aliciante de lhes ser atribuído um valor mínimo de dinheiro, no total era superior ao ordenado mínimo, que lhes permitia fazer face às despesas básicas. Claro que havia todas as regras inerentes à formação, se faltassem era-lhes descontado no subsídio, etc. E o que detectámos, ao fim de um ano, era que as pessoas não estavam aptas a integrar o mercado de trabalho, pois não era aí, na falta de formação, que estava o problema. Algumas delas tinham até formação profissional e experiência de trabalho, algumas tinham trabalhado aqui e ali, mas o problema delas era outro. E então, na altura, propusemos uma coisa menos exigente que foi os ateliers ocupacionais. Contratámos assim uma terapeuta ocupacional, como monitora, e iniciaram estes ateliers ocupacionais mais no sentido de se desenvolverem as capacidades dos indivíduos mas sem o objectivo de os preparar para uma profissão. O curso de cabeleireiro manteve-se pois criava uma dinâmica interessante porque atendia pessoas de fora que iam lá arranjar o cabelo, as vizinhas e tal, e pagavam pelo serviço e depois, também, quem se inscrevia nestes cursos eram essencialmente jovens, que não eram necessariamente sem-abrigo, eram jovens carenciadas, acho que não havia assim propriamente sem-abrigo. E aquilo

combinava bem com as próprias pessoas que estavam no atelier e era bom também para os próprios sem-abrigo, porque iam lá arranjar-se e cuidavam da sua higiene. Agora, olhando para trás, penso que foi um grande mérito da [instituição] aceitar a nossa proposta, apesar das regras impostas pelos fundos comunitários serem pouco flexíveis. [...] Esta era uma vertente do meu trabalho, a outra vertente foi a de integrar uma Equipa de Rua que estava a ser criada na altura, com a minha entrada, com a entrada da Assistente Social, que era a M. e também, uns meses depois, foi contratado um psiquiatra, que era G., que não trabalhava na instituição, [...], mas era um indivíduo que se interessava pelos sem-abrigo. E então, passados alguns meses nós os três começamos a sair para a rua para estar com os sem-abrigo” (ER4).

A criação desta equipa de rua tratou-se de um trabalho de vanguarda e, de certa forma, arriscado. Os técnicos estavam cientes que não tinham formação para actuar neste contexto, fora da instituição. Contudo, de acordo com o entrevistado, esta foi uma experiência muito útil para ambos, técnicos e pessoas em situação de sem-abrigo.

“E eu lembro-me das primeiras vezes de pensar, isto vai correr mal. Então nós vamos para a rua fazer o quê? Vamos falar com os sem-abrigo e não temos nada. Saíamos uma vez por semana à noite e uma vez por semana de dia. Normalmente era à quarta à noite e à terça de manhã. Mas devo dizer que de facto, a experiência de irmos para a rua sem nada, revelou-se uma estratégia bastante útil porque deu-nos imensa liberdade e espaço para falar com os sem-abrigo, o que provavelmente não aconteceria se fôssemos para a rua dar coisas. Por vezes tínhamos conversas em profundidade, às vezes podíamos estar ali os três à conversa com uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas, mas com tempo e com calma, sem eles nos estarem a pedir isto ou aquilo. Na abordagem às pessoas tentávamos ser naturais, apresentávamo-nos sempre, e também ao fim de algum tempo já não era necessária essa apresentação pois já éramos conhecidos” (ER4).

Os objectivos da equipa de rua visavam estabelecer uma relação com as pessoas em situação de sem-abrigo, intervir junto delas de modo a colmatar necessidades percebidas pelos técnicos ou solicitadas pelas pessoas, e caracterizar a população a nível social, psicológico e psiquiátrico.

“O objectivo da Equipa de Rua era ir para a rua e, devo dizer que na altura era um pouco estranho haver técnicos na rua, e para mim foi também uma dificuldade porque nós não íamos dar nada, como por exemplo a Comunidade Vida e Paz, que distribuía alimentação, ou cobertores, no Inverno. Nós não íamos com nada na mão, não tínhamos nada para dar às pessoas [...] Havia primeiro um objectivo de estabelecer uma relação. Nós íamos regularmente aos locais e procurávamos estabelecer uma relação com eles. Normalmente depois dávamos um cartão nosso e convidávamos a pessoa para ir ao nosso centro. Quando a pessoa aparecia no nosso centro, aí já tínhamos uma abordagem mais interventiva, procurando ajudar a pessoa, encaminhando-a para as soluções mais adequadas às necessidades das pessoas: saúde, ateliers, serviço de emergência, etc. Ou seja, tentávamos ajudar a pessoa no que ela necessitasse [...] Na nossa equipa não tínhamos a preocupação de tirar as pessoas da rua, em oposição ao trabalho de outras equipas, como a que funcionou,

nos finais dos anos 90, com a Câmara de Lisboa [...] Não havia directrizes da [instituição] sobre o trabalho a desenvolver pela equipa, apenas a ideia de que tinha que existir uma equipa. Os objectivos da equipa de rua foram definidos pela própria equipa. Os objectivos definidos foram: primeiro criar uma relação pessoal com os sem-abrigo; promover a melhoria de condições de vida da pessoa, a nível da saúde, etc.; caracterizar e contactar as pessoas, sobretudo, as que não se dirigiam aos serviços. Um ponto de partida para iniciar o projecto e dar-lhe continuidade. Tratava-se essencialmente de um trabalho técnico” (ER4).

A experiência de trabalho deste entrevistado foi significativa, durou cerca de nove anos. A constituição da equipa de rua e a experiência que aí adquiriu, bem como o desenvolvimento do módulo de formação social e humana, permitiram-lhe construir, no meu entender, uma visão abrangente e aprofundada sobre as pessoas a viver nas ruas de Lisboa. Na entrevista referiu aspectos interessantes da sua prática profissional e académica, sempre relacionados com as pessoas em situação de sem-abrigo. Três ou quatro anos após o início do seu percurso profissional, decidiu estudar, duma forma mais profunda e sistemática, questões relacionadas com a vinculação de um grupo de pessoas em situação de sem-abrigo.

“O mestrado foi uma forma de arejar as ideias, fora do circuito profissional, e permitiu-me pensar também nos sem-abrigo mas numa outra perspectiva. [...] O trabalho com as pessoas sem-abrigo é de tal forma duro que se pode correr o risco de, com o tempo, as pessoas serem apenas práticos e deixarem de reflectir. O mestrado serviu então para esse espaço de reflexão e também porque na altura não havia nenhuma bíblia sobre como se trabalhar com os sem-abrigo [...] Não havia modelos de como trabalhar, o que é de estranhar porque os psicólogos escrevem e trabalham sobre tudo, mas sobre os sem-abrigo e como trabalhar com os sem-abrigo não havia nada [...] Na altura, o meu grande problema era como poderia captar esta realidade e também como poder pensá-la em termos psicológicos. [...] Há uma coisa muito difícil e quando eu comecei a trabalhar falava-se muito de exclusão social, e havia um discurso mais sociológico e talvez um pouco economicista, que se impunha. O discurso psiquiátrico também havia um pouco, mesmo lá fora, nos Estados Unidos sobretudo, e esta questão das patologias psiquiátricas nos sem-abrigo foi um tema muito tratado. Em Portugal não, foi-o feito pelo António Bento e a nossa equipa também fez alguns estudos... as primeiras caracterizações psiquiátricas feitas em Portugal foram feitas pela nossa equipa. E antes disso também não havia muita informação, dados concretos. Isto do trabalho de rua também era importante, porque nós começamos a tratar os casos logo no início do nosso trabalho de rua. Nos primeiros 150 casos, procurámos logo tentar saber que tipo de pessoas eram, que tipo de problemáticas é que tinham, que tipo de patologias. E depois fomos sempre aumentando, quando atingimos os 511 e depois quando atingimos os 1000 casos. Mas foi importante porque os discursos eram sempre muito paternalistas, mas as pessoas não sabiam o que é que era e não havia dados. E apesar de tudo também é importante poder fornecer dados e estatísticas e também poder fornecer dados seguros e fiáveis. Acho que têm alguma fiabilidade. A tese permitiu-me também descobrir e discutir alguns conceitos psicológicos que são relevantes para se pensar sobre os sem-abrigo. Que foi o conceito da vinculação insegura. Penso que é importante a perspectiva económica e

social destas pessoas, pois são pobres e carecem de meios de sobrevivência. A perspectiva psiquiátrica também é importante mas não é tudo. E a perspectiva psicológica é também importante. Por exemplo, eu quando comecei a ouvir as histórias dos sem-abrigo, eu fiquei sempre muito impressionado com algumas das histórias. Acho que as pessoas têm trajectos de vida que me impressionam. [...] A mim impressionava-me imenso falar com pessoas que tinham crescido em instituições, tipo Casa Pia e assim. Uma vez fizemos uma contagem e descobrimos que um em cada três sem-abrigo não tinha sido criado com os pais, tinha sido criado em instituições, em orfanatos, em famílias de acolhimento. O que mostra que, por vezes, o abandono começa muito cedo. Depois há uma série de coisas, mesmo as pessoas que foram criadas na família são sempre relatos de famílias complicadas, com violência ou muito álcool ou mesmo de loucura na família e há muitos casos de pessoas que começaram a fugir de casa, em crianças. Havia uma percentagem enorme de pessoas adultas, que eu conhecia, que já em criança fugiam para a rua [...] O que eu procuro mostrar é mais a dimensão intrapsíquica do indivíduo, o viver consigo próprio, como o indivíduo se sente dentro de si próprio: sozinho ou abandonado e isso é uma dimensão mais interna que normalmente não se traduz directamente na família. Há pessoas que até podem ter crescido num ambiente mais ou menos normal e internamente se sintam completamente sozinhas ou despojadas, e há também pessoas que cresceram em ambientes muito difíceis mas conseguiram sentir-se internamente consolidadas. Acho que nos sem-abrigo tende a haver sempre esta característica intrapsíquica. Como se eles tivessem ou sentissem que perderam uma espécie de âncora. Todos nós temos uma espécie de âncora que nos segura e nos ajuda a perceber quem somos. Às vezes o que eu sinto é como se os sem-abrigo tivessem perdido este centro de gravitação... [...] o que me chama a atenção, no caso dos sem-abrigo, é que essas complicações são sempre muito precoces e sempre muito intensas. Às vezes são coisas muito fortes. Raramente se encontrava uma pessoa que tivesse uma ligação forte ao pai e à mãe em simultâneo. No caso das pessoas sem-abrigo, as descrições do pai e da mãe são sempre muito contrastantes.” (ER4).

Uma outra equipa de rua, ER2, criada em 2001, preparou a sua actividade partindo da observação das pessoas a viver junto duma estação de caminho-de-ferro. Após essa primeira fase de levantamento da situação, a equipa desenvolveu o seu plano de actuação, junto destas pessoas, com o objectivo de as apoiar em diferentes níveis: social, psicológico e de saúde. O objectivo da equipa teve sempre a vertente da saúde. *“Quando toca a saúde há sempre uma certa abertura e é uma forma de chegarmos a mais pessoas”* (ER2). Desde a sua criação a equipa sofreu alterações, na área geográfica de actuação e nos técnicos que a compunham, mas o objectivo da intervenção foi sempre o mesmo. O reajustamento do espaço geográfico foi sendo feito pela chegada ao terreno de novas equipas de rua.

A equipa ER1 foi criada em 2003. A história da constituição desta equipa é um pouco distinta das demais, pois o seu estabelecimento não surgiu duma iniciativa da organização, fundada em 1991, mas antes de um pedido exterior, efectuado pela Câmara Municipal de Lisboa. Este foi aceite pela instituição e a autarquia financiou parcialmente a equipa até 2006, altura em que cessou a contribuição pecuniária. À data da realização da entrevista, a equipa era financiada por fundos próprios.

“Foi uma outra instituição que nos perguntou se achávamos que tínhamos capacidade para isso, pois já estávamos no local e tínhamos algum reconhecimento em termos de intervenção, não nesta área, mas noutras, e a instituição decidiu aceitar. O projecto foi todo construído por nós. A Câmara não interveio no sentido de nos dar especificações sobre o tipo de trabalho que nós teríamos de fazer e nós decidimos trabalhar também com pessoas em situação de mendicidade. Ou seja, pessoas que têm casa mas que se encontrem nesta área a pedir [...] A Câmara identificou que a zona da Baixa de Lisboa tinha uma lacuna em termos de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo, da área... apesar de a Câmara ter a sua própria equipa de rua, e tudo isso, achou que era uma área que merecia uma atenção especial, tendo uma equipa que tivesse uma área com uma intervenção restrita, e não na cidade inteira. Seria pensar num apoio mais consistente” (ER1).

Os três técnicos entrevistados da equipa ER1 criaram o projecto, passando os primeiros meses a estudar e a planear a sua estratégia de actuação.

“Foi um grupo que se constituiu para desenhar o projecto. Depois haveria algumas pessoas que continuariam a trabalhar e outras não. E então no início criámos o grupo, estivemos a ler coisas e a investigar sobre o que poderia ser adequado, o que era exactamente uma equipa de rua, porque nós não sabíamos, e portanto estamos todos desde o início da construção do projecto. [...] Passamos o primeiro mês de trabalho a construir e a conhecer quase todas as instituições que trabalhavam na altura, em Lisboa, nesta área [...] Contactámos com as pessoas que já trabalhavam na área, fomos falar com o Dr. António Bento que foi a primeira pessoa, que foi o precursor das Equipas de Rua... [...] Portanto, em Outubro e Novembro foi a primeira parte mais teórica, em Dezembro já estávamos todos, a equipa que iria trabalhar, começámos a ir às instituições e em Janeiro começámos a fazer umas saídas de rua só para observação... fizemos uns mapazinhos onde púnhamos onde é que a pessoa estava, que era para ver se a pessoa estava lá mais do que uma vez ou não, e só depois disso é que começámos mesmo a intervir...” (ER1).

A actividade das três equipas foi precedida por estudos prévios, teóricos e práticos, com a finalidade de conhecerem um pouco mais sobre o contexto das pessoas a viver na rua e para, conseqüentemente, definirem os objectivos e estratégias de actuação. Estes estudos iniciais foram realizados por uma parte dos entrevistados. A todas as equipas foi dada uma autonomia considerável na forma de se organizarem e definirem os propósitos da sua intervenção. A equipa ER1, que iniciou a sua actividade em 2003, baseou-se no conhecimento e experiência de terreno das equipas mais antigas. Os técnicos da equipa ER2 não foram os fundadores, iniciaram a sua actividade profissional uns anos mais tarde, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos criadores da iniciativa. A equipa ER3, com início em 2001, também realizou um estudo prévio junto do grupo de pessoas com quem iria trabalhar. O entrevistado ER4 foi pioneiro neste tipo de trabalho. Dentre as várias equipas entrevistadas, a ER1 foi a única com financiamento externo, durante uns anos e, também, a que foi criada por solicitação da autarquia. As restantes surgiram por iniciativa das instituições.

Após o arranque do trabalho destas equipas, a experiência dos técnicos foi-se

consolidando, quer a nível individual, profissional e pessoal, quer no seu fortalecimento, enquanto grupo a trabalhar em estreita colaboração.

“Houve dois processos: um processo de crescimento pessoal e profissional que eu também estava a fazer. Um crescimento enquanto trabalho em equipa, essencialmente” (ER4).

De acordo com o entrevistado ER4, os três técnicos não estavam na rua a cumprir as funções que habitualmente desempenhavam em gabinete, pois tratava-se de um trabalho diferente. Numa primeira fase aprenderam a conhecer a linguagem técnica de cada um e a criaram uma linguagem comum que todos entendessem, aprendendo a olhar para a pessoa sob outros pontos de vista. Todos contribuíram, com os seus saberes, para a consolidação da equipa e aprenderam uns com os outros. Trabalharam juntos vários anos. *“Mantivemos sempre esta prática” (ER4).* Os aspectos externos não mudaram muito: uma saída à noite; outra durante o dia; e a criação de um grupo, de frequência livre, para as pessoas em situação de sem-abrigo. Foi este o quadro que sempre se manteve e que permitiu a equipa trabalhar mais de 1000 pessoas, umas a um nível mais profundo do que outras.

“Depois havia uma outra parte importante do nosso trabalho que era toda a articulação com os serviços. Como a pessoa estava numa situação de sem-abrigo, nós tentávamos encaminhá-la para os sítios certos. Por exemplo, se a pessoa não tinha assistente social, tentávamos encaminhá-la para a assistente social [...] Estou a dizer isto porque não era só blá-blá-blá. Quer dizer, tínhamos meios e estávamos bem posicionados para poder articular com os vários serviços e com os vários técnicos. [...] Depois houve um treino, nós fazíamos uma avaliação técnica, de facto. Fazíamos uma avaliação do ponto de vista social, do ponto de vista psiquiátrico e psicológico. Tentávamos caracterizar essa pessoa enquanto estávamos a conversar naturalmente com ela. Tínhamos uma ferramenta útil de trabalho em que todas estas informações que tínhamos recolhido eram registadas numa base de dados” (ER4).

Os encontros semanais com as pessoas em situação de sem-abrigo, num espaço específico da instituição, foi uma iniciativa com grandes potencialidades. Tratava-se de um espaço para, em grupo, se conversar sobre temas do interesse dos participantes, organizado como um encontro aberto não-directivo.

“Na abordagem da rua, informávamos sempre que não íamos dar nada, para não se criarem promessas ou expectativas infundadas ou a salvação. Havia coisas curiosas, pois havia indivíduos que ficavam à porta do Centro hesitantes, e depois diziam-nos: ‘ah, estive lá à porta’. E nós dizíamos: ‘venha para a próxima, se quiser’. E nós procurávamos acolhê-los bem, também não tínhamos uma atitude de reabilitadores... e algumas destas pessoas passavam a semana mais ou menos sozinhas e o grupo era um espaço em que se podia criar ali uma sensação de calor humano. Eu estou a frisar isto porque nós às vezes na intervenção temos a tendência para nos focarmos nas coisas objectivas, nos fundos, nos dinheiros, nas repostas, nos programas espectaculares. Mas depois, se não cuidamos deste aspecto relacional, a coisa não funciona. [...] Nesse centro tínhamos também um espaço, um grupo de sem-abrigo. Nós saíamos à quarta e convidávamos as pessoas para aparecerem à sexta-feira. Nesse espaço atendíamos primeiro a pessoa e depois tínhamos um grupo aberto com

cerca de vinte ou trinta sem-abrigo que podiam estar ali a conversar. O grupo era orientado duma forma não-directiva. Não era um grupo para dar formação, nem propúnhamos temas. Era um grupo para dar espaço para que cada um contasse o que quisesse. E aquilo era muito útil porque as pessoas começavam a ligar-se também ao grupo. Às vezes havia pessoas que iam a pé, atravessavam a cidade só para ir ao grupo, e nem queriam nada de nós, nem ajuda, nem nada, iam só para participarem no grupo. Como o grupo era não-directivo, as conversas surgiam naturalmente e por vezes tocavam-se assuntos mais pessoais. Os assuntos iam sendo falados entre o grupo e era imprevisível, gerando uma dinâmica bastante curiosa. Verificámos que tinha um efeito terapêutico e prático muito importante. [...] O que é que eles iam à procura? Havia pessoas que não iam à procura de nada, iam lá para estar com o grupo e nós também não propúnhamos nada, respeitávamos isso. Mas depois podíamos assistir a transformações incríveis. Por exemplo, um indivíduo que começou a participar regularmente, porque nós registávamos isso, sem nós nunca termos falado na família, um dia, de repente, começou a contar que tinha ido visitar a irmã, que já não via há mais de vinte anos. E passados uns tempos contou que a irmã lhe tinha dado um chazinho e que ele tinha deixado de beber, porque era um indivíduo que bebia bem. O que nós verificámos foi que as pessoas que começavam a frequentar o grupo, ao fim de algum tempo... começávamos a notar algumas transformações. Às vezes eram até silenciosas, às vezes nem dávamos por isso. O que quer dizer que às vezes conversando sobre assuntos aparentemente ao lado, as pessoas fazem movimentos importantes.” (ER4).

A equipa ER2 deu continuidade ao trabalho iniciado pelo entrevistado ER4. No essencial, a rotina semanal da equipa manteve-se: uma saída à noite e outra de dia, os encontros do grupo-aberto, na instituição, uma vez por semana e o acompanhamento das situações.

“A equipa tem sempre um assistente social e um psicólogo. [...] Há menos de um mês temos também a companhia duma enfermeira da unidade móvel e que agora vai estar sempre connosco. [...] A questão da enfermeira não partiu duma necessidade sentida por nós, foi uma necessidade sentida pela administração. E ao termos uma enfermeira connosco a trabalhar podemos agilizar alguns processos relacionados com as questões de saúde das pessoas com quem trabalhamos. E nesse aspecto a presença da enfermeira poderá ser benéfica para a equipa. Ainda não temos muita experiência porque está connosco há menos de um mês” (ER2).

A equipa de rua ER3 sofreu algumas mudanças no seu corpo técnico. À data da entrevista era composta por três técnicos com formações distintas, serviço social, psicologia e sociologia, e chefiada por um gestor responsável pela equipa. Contudo, no quotidiano, os três técnicos gozavam duma grande autonomia para desenvolverem as suas actividades. Definem o seu trabalho como um apoio não solicitado, mas continuado.

“Há uma chefia da equipa [...] São os serviços que vão ter com as pessoas. Estamos a oferecer algo que as pessoas não solicitaram. [...] O nosso trabalho é e tem de ser sempre... somos e devemos funcionar como o primeiro serviço que chega até às pessoas que possam... nunca se deve ter a ambição de querer fazer muitos serviços, há

coisas que precisam de tempo, de dignidade...” (ER3).

A equipa ER1, financiada pela Câmara Municipal de Lisboa, também gozou duma grande autonomia na sua concepção e definição dos objectivos.

“A proposta foi simplesmente essa, foi feito um protocolo e a nossa responsabilidade é enviar o relatório de actividades e o plano de acção por ano. [...] Sim. A política de intervenção era totalmente nossa. E nós tínhamos definido um objectivo da nossa autoria [...] Sim, nós começámos logo por definir que o objectivo do projecto não é, e isto não está escrito, não é tirar ninguém da rua. [...] A nossa finalidade é então promover o exercício da cidadania, e que se reflecte em termos práticos na identificação e sinalização das pessoas em situação de rua, e acompanhamento e encaminhamento das situações. [...] Voltando outra vez à nossa própria intervenção, e aos nossos objectivos, nós dizemos que a nossa finalidade é começar pelo exercício da cidadania, porque é isso mesmo, não é fazer com que a pessoa faça aquilo que nós achamos melhor ou que a sociedade acha que é melhor, é muito mais a descoberta dela própria, do que ela pretende e que nós podemos ajudar a proporcionar exactamente isso” (ER1).

Os objectivos das três equipas de rua são similares, apesar dos técnicos os formularem de um modo ligeiramente distinto. A equipa ER1 define o seu objectivo primordial na promoção do exercício da cidadania, que se reflecte no acompanhamento das pessoas, com vista à resolução de obstáculos que as impedem de exercer essa mesma cidadania. A equipa ER2 prossegue os objectivos definidos em 1994, aquando da criação deste serviço; os objectivos não são motivar nem encaminhar: *“Há muitas pessoas que pensam que o trabalho da equipa de rua é motivar e encaminhar, mas isso é uma grande parvoíce. Porque motivador não é, e encaminhar também não, porque para isso bastava uma secretária, para encaminhar” (ER2).* Para estes técnicos, o objectivo da equipa é, igualmente acompanhar as pessoas em situação de sem-abrigo na resolução de diversos assuntos, como tratar do Bilhete de Identidade, deslocarem-se aos serviços de saúde, tratar de documentação, ou ajudando a fazer mudanças. Os técnicos da equipa ER3 asseguram que não lhes é feita qualquer pressão superior para tirarem as pessoas da rua; acompanhar e apoiar as pessoas é o foco da sua intervenção.

O acompanhamento a diversos locais permite o estabelecimento de uma relação mais profunda de confiança entre o técnico e a pessoa em situação de sem-abrigo.

“A questão de irmos ao banco com alguém, ou a questão de irmos a um Centro de Saúde [...] estar três horas com um senhor, só porque foi ao banco ou ao Centro de Saúde... [...] À farmácia, foi carregar o passe, faz parte de todo o processo do trabalho de uma Equipa de Rua também, do trabalho de uma Equipa de Rua como a nossa. Nem tudo são coisas urgentes, nem tudo são... isto faz parte de... isto quando trabalhamos com pessoas que não têm capacidade e autonomia para fazerem isso sozinhas. Que nós vamos tentado e vamos explorando essa autonomia progressiva. [...] Quer dizer, nós já fomos tomar café com as pessoas nos dias de anos delas e coisas assim no género, faz também parte do trabalho... nós já fomos a um museu com pessoas ou fomos passear a alguns sítios e isso faz com que a relação fique diferente, [...] estarmos a ir os dois, ou nós com essa pessoa a um sítio diferente e que é diferente

para os dois. E então necessariamente aí, não é uma relação de amigos, porque não é isso que se pretende, mas a relação é diferente. Por vezes até é um espaço que é novidade para os dois e há uma maior libertação e uma distância de... do discurso das necessidades e de... do discurso de fachada de necessidade que às vezes as pessoas fazem das suas necessidades e do pensamento sobre o que querem e desejam para a sua vida. E isto abre portas muito interessantes” (ER1).

Todos os técnicos entrevistados estabelecem este tipo de relação com as pessoas em situação de sem-abrigo em que acompanhá-la, deslocando-se com ela a um serviço para tratar de um assunto relacionado com a saúde, ou com documentos, permite a construção de um relacionamento de confiança mútua. Para além do aspecto relacional, a presença constante dos técnicos na rua é realçada pelos entrevistados como um aspecto fundamental do seu trabalho. Os técnicos são vistos pelas pessoas em situação vulnerável como uma referência, alguém com quem podem contar para as apoiar na resolução de diversos tipos de problemas.

“Isso realça a importância de se ter sempre uma presença na rua e que seja uma referência para quando a pessoa quiser sair da rua poder fazê-lo.” (ER2).

A equipa ER1 definiu ainda um outro objectivo; o estabelecimento de relações de confiança com os comerciantes da zona onde actuam, com os serviços públicos aí presentes, juntas de freguesia, centros de saúde, etc. A presença constante da equipa no local onde intervém, torna-a conhecida de todos.

“E portanto, tanto as pessoas com quem nós intervimos como as pessoas, os comerciantes e mais pessoas que existem nesta área possam contar connosco como uma presença constante. Isso não quer dizer que nós temos que estar sempre disponíveis, as pessoas é que sabem que nós, mais cedo ou mais tarde, vamos passar por ali e temos capacidade para intervir em áreas específicas. E isso é importante, é tornar realidade aquela necessidade inicial que é sentida, que é ter uma equipa numa área restrita. Porque se não fosse uma área restrita havia uma série de intervenções que nós não fazíamos. Há pessoas que pelo facto de nós sairmos à rua todos os dias, nem que seja só para ir almoçar, em que nós não estamos a intervir nessa altura, em que reparamos em algumas situações. Por exemplo, há uma pessoa que está sentada todos os dias nas mesmas escadas, e se calhar se nós viéssemos aqui simplesmente fazer umas compras, nunca repararíamos. Portanto, só alguém que está numa área, de forma tão permanente, consegue reparar e fazer com que as pessoas reparem em nós. Porque, por exemplo, os pretensos dealers da Rua Augusta já nos conhecem e já não nos vêm propor comprar...” (ER1).

Apesar destes técnicos estarem de acordo de que não há regras na forma como actuam com o grupo de pessoas com quem trabalham, há funções específicas, comuns a todas estas equipas: estar disponível; alertar; encaminhar; informar; e acompanhar. O pressuposto teórico que está na base do trabalho da equipa de rua é o da criação de um vínculo com a pessoa em situação de sem-abrigo.

“Esta equipa de rua, quando foi criada há catorze anos atrás, tinha como pressuposto, ou seja, há uma série de pressupostos teóricos que estão por detrás e um dos mais importantes, na minha opinião, tem a ver com a criação de um vínculo que não é um

vínculo institucional, ou seja, o Elias no estudo dele fala sobre a questão da vinculação... e que, de alguma forma, as equipas possam servir como figuras de vinculação e de religação a serviços que as pessoas já não recorrem, porque se frustram muito na procura de solução, vão bater a uma porta e não encontram a solução que procuram e então começam a fazer um corte, que é mais um conceito teórico, o de anorexia institucional, que faz com que muitas vezes as pessoas que estão na rua, conheçam as respostas mas não as procuram. [...] E muitas vezes não vale a pena lá ir, a verdade é essa. E portanto, através do trabalho de proximidade e de ir junto das pessoas, permite que as pessoas possam fazer esse caminho sem estarem sozinhas e permite que nós possamos, de alguma forma mediar, embora eu não goste muito desta expressão mas por outras razões, mas nós sermos os mediadores entre elas e os serviços. E não é caso virgem termos tido que fazer uma reconciliação entre utentes e técnicos do serviço social dentro da instituição, porque se zangam. [...] O importante é, de facto as pessoas sentirem que até podem voltar a experimentar o albergue onde já estiveram há vinte anos atrás, ou há quinze anos atrás ou há dez anos atrás e que não correu muito bem e que desta vez se acontecer alguma coisa podem vir cá bater à porta e nós contactamos e nós falamos e cria-se aqui esta noção de haver uma rede de segurança, uma rede de apoio, rede no sentido de, como no trapézio, de segurança, que muitas vezes é o que falta nestas pessoas” (ER2).

A aprendizagem dos técnicos, a actuar em cooperação no terreno, foi também referida pelos entrevistados. São vários os aspectos focados relativamente ao seu crescimento enquanto equipa. Um deles prende-se com o trabalho na rua, que não foi aprendido na formação académica destes técnicos.

“A aprendizagem foi um processo que se foi fazendo e foi sendo construído ao longo dos anos. No início estávamos todos um bocado à nora.” (ER4).

“A maior parte das pessoas sente-se sempre mais confortável para trabalhar em contexto de gabinete, apesar de tudo. [...] Sim, porque a maior parte... acaba por ser um ambiente mais seguro, no aspecto de... porque a pessoa sente-se... [...] Ou seja, um psicólogo quando vai para a rua, uma vez que não tem a formação em psicologia para trabalhar na rua, deve manter o olhar do psicólogo mas esquecer-se que é psicólogo. Isto porque não foi instruído para trabalhar naquele contexto. Portanto deve primeiro perceber quais são as regras daquele contexto que ainda não conhece” (ER1).

“Quando trabalhamos na rua nós não somos psicólogos, nem psiquiatras, nem assistentes sociais, nós somos interventores sociais. E nós temos de estar para a pessoa, não como técnicos, como técnicos mas não como especialistas em determinada área. Depois, obviamente que o nosso conhecimento técnico e o nosso conhecimento profissional nos permite analisar os encaminhamentos e analisar e diagnosticar as situações numa forma diferente, mas é um diagnóstico que é feito em conjunto e, portanto, [em que cada um contribuiu com o seu saber], claro, e isso é importante. E aquilo que se tem conseguido fazer é que não há tarefas de psicólogo ou tarefas de técnico de serviço social. Tanto posso ser eu a contactar o técnico do serviço social, como pode ser ele [o técnico do serviço social] a contactar o hospital porque a pessoa está a descompensar. [...] E eu tenho defendido isto, para se trabalhar e se nós

queremos um bom trabalho de proximidade com as pessoas que estão na rua, nós temos que pensar nos técnicos que estão na rua numa forma diferente, dar-lhes outro tipo de formação e prepará-los doutra forma. Meter-lhes um chip diferente, de alguma forma” (ER2).

“Apesar de nós termos formações diferentes, o trabalho é igual com a formação que cada um de nós trás, e que pode não ser só formação académica, é também a formação pessoal e interesses pessoais, é a maneira como estamos com as pessoas e o que nos toca mais, portanto há aspectos a nível psicológico que eu a mim não me fazem tocar campainhas e que a eles os dois faz. E tal como outros aspectos, se calhar de ordem muito mais social e de outras formações que fui tendo que me chamam a atenção. E isso é mais pela parte de formação profissional e daí sermos de profissões diferentes e mesmo entre a Lara e o Ricardo que têm a mesma formação académica mas são de escolas diferentes e tiveram experiências diferentes e isso reflecte-se depois na forma também como trabalham com a própria pessoa. E isso é valorizado aqui.” (ER1).

O técnico deve aprender a desaparecer, isto é, a ouvir a pessoa, deixando-a manifestar-se, procurando perceber o que é importante para ela, valorizando os seus saberes, interesses e experiências.

“Desaparecer é uma forma de dar ao objecto uma forma particular e ouvir a pessoa é uma forma de fazer isso tudo... [...] Pois bem, o técnico quando vai tentar tirar a fotografia a uma pessoa que está na rua, se ainda não tem instrumentos para compreender profundamente o que é que se passa com a pessoa, a primeira coisa que tem que fazer é aprender a desaparecer, para a pessoa poder manifestar-se e aquilo que acontece é que, quanto mais inseguro o técnico está, menos capaz de desaparecer ele é. [...] E se nós conseguirmos ter interesse pelas coisas que as pessoas nos podem ensinar isso faz com que, quando nós dizemos que estamos a trabalhar as dimensões humanas e que estamos a trabalhar as potencialidades da pessoa e essa coisa toda, que isso seja mesmo verdade. Porque nós estamos de facto interessados naquilo que ele tem para ensinar. Mas isso é uma motivação que o técnico pode criar. Que é uma coisa muito interessante! É aprender a interessar-se pelas coisas que são interessantes para a pessoa que se está a tentar ajudar. [...] Nós temos um senhor, por exemplo, que é... pede aqui na rua e canta o fado. E nós vamos com ele ao Museu do Fado e onde não vamos ser nós a mostrar o museu, porque ele é que conhece tudo... ele não conhece o museu mas vai-nos mostrar, no fundo, o museu, porque ele vendo aquilo vai-nos poder explicar o que é que está por detrás. De quem é aquela fotografia, aquela música, aquele tipo de fado, etc. Portanto, isto é um espaço... é de valorizarmos os seus principais interesses da vida. [...] É perceber o que elas querem, se é importante para elas receber o RSI, então o que nós fazemos é encaminhar para o Serviço de Emergência Social onde está a técnica que vai acompanhar esse processo e que vai construir com a pessoa, e isso é o papel dela, o plano de inserção, de acordo com, mais ou menos adequado à pessoa, o nosso papel aqui será depois, por exemplo, acompanhar se for pensado que para a pessoa é importante tratar da saúde, se calhar depois é ir com ela andar a tratar dessa situação...” (ER1).

Outras aprendizagens no trabalho de rua foram apontadas pelos entrevistados: lidar

com o envolvimento emocional e gerir o equilíbrio entre distância e envolvimento.

“O voluntário [e o técnico] tem de aprender a lidar com o envolvimento emocional”. (ER2).

“É um trabalho muito envolvente no dia-a-dia. Há alturas em que interagimos mais com uma pessoa e noutras alturas menos, há altos e baixos na intervenção com as pessoas, vamo-nos focalizando em espaços e pessoas diferentes, mas é envolvente sem ser demasiado. Ou seja, se calhar não estou a conseguir explicar muito bem. A ideia é, sem tornarmos as nossas necessidades, necessidades deles, não é!? Isto é um trabalho técnico de distância. A partir do momento em que nos envolvemos tanto em que as necessidades que nós achamos que a pessoa tem, queremos que sejam as necessidades dela própria, aí é demasiado. Mas ao mesmo tempo é um trabalho envolvente, ou seja, de preocupação em perceber a pessoa, o que está por detrás do que ela quer, o que ela quer realmente, o poder propiciar isso e acompanhar isso e fazer tudo isso. Portanto há uma envolvimento na vida das pessoas mas sem que fiquemos submersos nesse processo, e em que levemos para casa essas coisas... [...] Isto é tudo uma questão de equilíbrio, é para esta área e para a maior parte das áreas, mas se nós pensarmos que o estado de equilíbrio do técnico que vai para a rua é determinante da forma como pode ajudar as pessoas, então é importante que o equilíbrio do técnico seja também salvaguardado. E também não se deve por uma pressão sobre a pessoa, nem desconsiderar a sua dimensão pessoal, em função do trabalho, porque isso provoca desequilíbrio” (ER1).

O trabalho do técnico na equipa de rua não é feito por amor ao próximo, é uma actividade profissional que implica disponibilidade e persistência.

“Não é amor ao próximo, é trabalho, e o trabalho implica disponibilidade. [...] Disponibilidade implica estar livre de constrangimentos. [...] É um trabalho com uma grande responsabilidade porque tem uma perspectiva longitudinal é muito importante e depois há pequenos truques que só se aprendem com a prática.” (ER2).

“Por vezes idealizamos objectivos e nem sempre são partilhados pela pessoa. [...] Não vamos virar as costas porque o caminho que a pessoa escolheu é diferente. [...] Uma pessoa que recusou sempre ajuda. Deve-se estar nos locais mesmo que as pessoas não queiram ter nada a ver connosco.” (ER3).

Também, para estes técnicos, a questão do dinheiro pode ser um obstáculo na relação entre as pessoas em situação de sem-abrigo e os profissionais.

“É [a gestão do dinheiro é difícil]. Eu acho que o trabalho dos assistentes sociais é difícil por causa disso. Mas não é pela selecção, quem tem ou não, o problema é que como o assistente social tem o poder de dar ou não dar dinheiro, isso complica logo a relação. Enquanto nós, como psicólogo ou como psiquiatra, isso não se atravessava na nossa relação. Essa questão torna a relação bastante complicada, porque há a questão do poder e também porque da parte do próprio sem-abrigo parece que há uma obrigação. Parece que, se recebe dinheiro depois tem de se portar bem, tem que deixar de beber... são aspectos complicados” (ER4).

Dada a singularidade do trabalho dos técnicos na equipa de rua, procurei que os

entrevistados esboçassem um perfil profissional “ideal” do técnico a trabalhar neste contexto. Embora, no parecer de alguns entrevistados não exista um perfil profissional ideal para exercer funções numa equipa de rua, foi possível identificar algumas características úteis para o bom desempenho da profissão: aceitar a incerteza; abertura de espírito para perceber as regras inerentes ao contexto; capacidade de gostar das pessoas; criatividade; e resiliência.

“Mas acho que há determinadas características pessoais que podem facilitar um desenvolvimento profissional mais saudável. Por exemplo, uma vez que é uma área que está a ser sensível agora, portanto é uma área que é muito virgem do ponto de vista teórico, quem compreende isso, mais rapidamente terá facilidade em perceber aquilo que se passa, quem não compreender isso e quem quiser agarrar-se a referências que não são indicadas para esta área, referências académicas, ou seja, quem se quiser agarrar à formação que teve e aplicá-la na rua, que não é o contexto para o qual ele recebeu a formação, demora mais tempo a perceber isso. Ou seja, quem perceber rapidamente que não há regras, tem mais facilidade em perceber as regras. [...] Eu estava aqui a pensar, não sei muito bem responder quais as melhores competências que se tem, mas há uma essencial que é saber ouvir. A capacidade de escuta é essencial. [...] Estar preparado é ser capaz de gostar das pessoas, é isso que é importante. É verdade. E quando digo gostar não é que a pessoa vire uma extensão das nossas necessidades e das nossas coisas mas é gostar, no sentido, está aqui um outro ser humano e que eu gostava de lhe poder ser útil. Mas é só isso, não é nada de extraordinário [...] Capacidade de resiliência ligada à frustração porque é um trabalho que muitas vezes exige capacidade para lidar com a frustração. Quando a sociedade não tem respostas e a pessoa tem tudo, ela está preparada para... um percurso que não existe, quando a pessoa esteve preparada e não está, quando... os avanços e recuos do trabalho, que são muitos... aí a capacidade de resiliência conta muito, sem dúvida. [...] É não ir pelo caminho óbvio... E por exemplo, ainda agora houve uma situação que é assim parecida. Há pessoas que às vezes, nós fazemos várias combinações e a pessoa nunca vai comparecer. Um percurso que podemos fazer era chegar ao pé da pessoa e dizer-lhe: ‘então?’ e criticar, ‘nós ficámos aqui à espera’. Outra seria desistir, e dizer: ‘olhe, mais uma vez e vamo-nos embora’ e comentar mais nada. Ou a terceira opção, para nós neste momento é o que nos faz mais sentido e não que, e, se calhar no futuro pode ser diferente, é dizer simplesmente: ‘não tem problema nenhum, acontece que as vezes que eu estou aqui à sua espera e não comparece, não estamos com outras pessoas. Portanto, há outras pessoas que estiveram à espera e que não puderam conversar connosco’. Portanto, aí fica a responsabilização na pessoa, não fica a culpabilidade, quer dizer que a pessoa pode sentir algum peso, mas não se pretende isso, o que se pretende é um trabalho de responsabilização da própria pessoa, e se não quer ou não pode, não combina e sente-se à vontade para isso, sabendo que nós estamos disponíveis à mesma sem estarmos a ser sonsos ou tontinhos, estamos disponíveis” (ER1).

Sendo o trabalho da equipa de rua realizado em grupo, o estilo pessoal de cada técnico tem um impacto importante na relação com a pessoa em situação de sem-abrigo. Uma das equipas privilegia o estilo pessoal de cada elemento.

“Uma das coisas boas deste trabalho é a possibilidade que nós temos de ajustar a nossa intervenção ao nosso estilo pessoal, ou seja, o estilo não é fechado. Há determinados critérios, há determinados conceitos em termos da abordagem que são importantes e que todos nós partilhamos, mas depois é óbvio que cada um de nós tem o seu estilo [...] e depois as pessoas diferentes foram trazendo coisas diferentes à equipa e foram trazendo o seu estilo pessoal [...] isto não tem nada a ver com a formação de cada um, no contacto de rua a formação do técnico não tem nada a ver com o seu estilo de abordagem à pessoa. [...] Mas isto para dizer que os objectivos se cumprem mas de forma diferente, numa forma mais flexível. [...] E neste trabalho de rua há uma coisa muito importante e ainda bem que nós somos diferentes porque as pessoas podem escolher com quem se sentem mais à vontade. E isto pode ter um impacto muito importante na intervenção. [...] Isto não é uma competição entre duas pessoas para ver quem é que tem mais atenção das pessoas. É, nós estamos aqui para eles, e portanto há alturas em que, se calhar, faz mais sentido estar o técnico G., outras que faz mais sentido estar o H. e outras que faz mais sentido estarem os dois. [...] É um jogo de relação... que não se aprende nos livros, que se aprende na prática” (ER2).

Para além das características pessoais, a formação de base do técnico é um importante contributo para o trabalho em contexto de rua, assim como a sua preparação para exercer essa actividade.

“Quando se diz que as equipas que intervêm nesta área, as equipas e os recursos, são multidisciplinares e que devem ser multidisciplinares, nós não estamos a falar de multidisciplinaridade verdadeiramente, porque as equipas são compostas, quase absolutamente por psicólogos e assistentes sociais. E portanto isso não é multidisciplinaridade. Isso são duas perspectivas [...] Sim, mas era interessante que houvesse mais pessoas doutras áreas a trabalhar nesta área. Pessoas com formação noutras áreas que não simplesmente a psicologia e o serviço social. [...] A questão não é o que a formação conta, o que conta é como a formação é utilizada. A formação é um instrumento [...] Sim, mas a questão da preparação dos técnicos é um aspecto essencial nesta área porque é uma área em que se sabe muito pouco ainda. [...] Sim, mas agora que toda a gente precisa e que é importante que deve haver formação para pessoas que intervêm nesta área, sem dúvida. [...] É exactamente por ser numa área em que há ainda muito pouco conhecimento, portanto a formação, é necessário uma formação específica nesta área, uma formação para trabalhar na rua, uma formação para estar nos centros de acolhimento, uma formação... [...] Mas isso provavelmente um técnico que está num centro de acolhimento temporário para pessoas sem-abrigo, se calhar pode estar bem a trabalhar num lar para idosos. As pessoas têm alguma vocação no trabalho. [...] Portanto podemos pensar que há realmente estruturas de trabalho que além da própria população que é importante existir uma formação e que na área das pessoas sem-abrigo naturalmente tem de haver... se não for uma formação, pelo menos propiciar a reflexão sobre a realidade” (ER1).

Outro entrevistado considera que a equipa de rua ideal devia ser constituída por “super-especialistas maduros”.

“Acho que é um trabalho difícil e exigente e até diria que o ideal, o que seria desejável

era que a pessoa quando fosse para a rua já fosse um profissional maduro na sua área, já tivesse uma identidade bem constituída, já com uma experiência também sólida para poder trabalhar nisto. E isto muitas vezes não é o que acontece, acaba por se contratar as pessoas mais jovens e é como se estivessemos a lançar as pessoas para os leões. Porque na rua tu podes encontrar todo o tipo de situações, algumas que não são fáceis de ler, nem de entender, sobretudo do ponto de vista mental e psicológico, que eu penso que é muito fácil uma pessoa na rua, não apanhar coisas... confundir-se... sim, pelo contexto, pelas coisas que lhe são dadas a perceber. Por isso, e o que eu queria dizer é que não é um trabalho menor, antes pelo contrário, é um trabalho que deveria ser feito por super-especialistas, neste sentido de que deviam ir os mais experientes. Se calhar é o equivalente a trabalhar num cenário de catástrofe ou de guerra, assim na rua, sem a segurança do gabinete e das instituições, onde tu ali tens de imediatamente de ter de saber qual a resposta mais adequada. Porque é tudo muito imprevisível. É uma coisa que te põe à prova enquanto profissional, e enquanto pessoa. [...] Eu imagino que a tendência seja que os mais jovens que estão à procura do primeiro emprego é que vão integrar estas equipas. Imagino que a tendência seja essa mas com certeza que também haverá excepções...” (ER4).

O trabalho em parceria com outras equipas de rua e com as organizações da rede social tem sido uma prática regular, instituída desde 2003. Os temas das reuniões reflectem as preocupações destes profissionais ou centram-se em aspectos relacionados com a própria gestão da rede social. Houve períodos em que os encontros entre os técnicos se centravam essencialmente na partilha de informação e na discussão de casos. Actualmente as reuniões têm-se focalizado em aspectos mais burocráticos e de organização da própria rede social. Alguns dos entrevistados participam na construção do plano para a cidade de Lisboa e em encontros motivados pela elaboração da Estratégia Nacional²⁸.

“Agora as reuniões das equipas de rua têm sido mais dominadas por questões mais burocráticas, até porque agora está-se a trabalhar na Estratégia Nacional e no Plano para a cidade e têm andado à volta destes assuntos. Mas as reuniões, dantes, eram mais direccionadas ao trabalho, discutir casos, às vezes procurar intervenções conjuntas, outras vezes quando a intervenção duma equipa... por exemplo, numa zona complicada e uma equipa que era constituída só por mulheres e acharam que essa zona era um pouco perigosa e na altura estava já eu e o H. na equipa e lembraram-se de falar connosco [...] e que podia ser mais adequado e passarmos por lá. [...] As reuniões das equipas de rua iniciaram-se em 2003 ou 2004. [...] Mas estas reuniões também foram muito importantes porque dentro das equipas as pessoas não se conheciam e as equipas não conheciam quais eram as rotas de cada uma e essas reuniões permitiram a troca dessa informação e permitiram aos técnicos conhecerem-

²⁸ Em Março de 2009 foi apresentada publicamente a Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-abrigo, Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015. Esta iniciativa que envolveu vinte e duas entidades públicas e privadas, coordenadas pelo Instituto de Segurança Social, IP teve o seu arranque formal em Maio de 2007. Foi criado um Grupo Interinstitucional para estudar as questões relacionadas com as pessoas em situação de sem-abrigo e, simultaneamente, apresentar um conjunto de orientações de âmbito nacional e local, com o objectivo de erradicar este fenómeno, até 2015. Disponível em <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.06.07.03.02> (08-2011).

se uns aos outros, e depois aí desenvolver um trabalho, em termos de discussão de casos, etc. [...] E aliás, o objectivo das reuniões continua a ser este, agora é que está a haver outras solicitações. [...] Nessas reuniões e durante algum tempo tentou-se... não é especializar, mas em função dos casos que existiam, olhar para os casos numa forma mais global e ver por problemática qual era... porque existem certas e determinadas características em cada equipa. Por exemplo, no caso do CEPAC, que estão mais habituados a trabalhar com população dos PALOP's. E, normalmente quando havia dificuldades com casos desses eram encaminhados. Houve uma altura em que nós começámos a ter algum trabalho, e a haver algum trabalho reconhecido com população alcoólica, com população que tinha problemas de alcoolismo e que tivemos alguns casos que até acabaram bem [...] e então também se começou a tentar ver, dentro dos casos de alcoolismo, quais eram os que nós poderíamos começar a intervir ou a prestar alguma ajuda. [...] Até por que agora quando o alcoolismo passou a fazer parte do IDT... existem outras reuniões das equipas de rua, que são da parte da toxicodependência e nos vieram convidar para fazer parte, quando o alcoolismo passou para o IDT” (ER3).

As representações dos entrevistados acerca da especialização das equipas de rua e dos serviços por problemáticas foi um outro tema tratado nas entrevistas. Embora, como já vimos, uma parte das respostas sociais esteja organizada em função de “problemas” diagnosticados, a estruturação das respostas e da intervenção por problemáticas parece não ser ainda consensual.

“Não tem que haver equipas de rua para todas essas problemáticas. Tem que haver serviços para atender estas pessoas. [...] E quando eu digo que a problemática da toxicodependência habitualmente é vista pelas equipas como sendo diferente das outras problemáticas, como tendo uma primazia diferente, as equipas que trabalham com a toxicodependência não entendem isto desta maneira. Porquê? Porque trabalham directamente com estas pessoas. [...] Sim. Eles olham para o toxicodependente que está na rua e nós olhamos para a pessoa sem-abrigo que tem um problema de toxicodependência. O que acontece é que eles trabalham com as pessoas toxicodependentes que estão na rua, as que estão em casa... e a intervenção deles é igual. Porquê? Porque estão a tratar a questão da toxicodependência. [...] Quando eu disse que não é consensual esta ideia de que a toxicodependência tem um focus diferente é porque as equipas que fazem essa intervenção com a população que está na rua, não fazem essa distinção. Ou seja, não conseguem habitualmente compreender porque é que nós e outras equipas achamos que é diferente. [...] E isso coloca um aspecto interessante porque é quase consensual entre as equipas de rua que a questão da toxicodependência tem um papel diferencial enquanto problemática.” (ER1).

Para alguns entrevistados a dependência de estupefacientes é um aspecto central na existência da pessoa em situação de sem-abrigo. Enquanto essa dependência existir, a intervenção dos técnicos deve ser especializada.

“Por alguma razão a nossa equipa não trabalha com toxicodependentes [...] obviamente que há casos pontuais e lembro-me de alguns casos com algum sucesso... normalmente não rejeitamos se estivermos já dentro da relação, ou se a pessoa nos

procurar... [...] mas temos consciência que há respostas mais adequadas e mais específicas para a problemática da toxicod dependência, há equipas de rua só para toxicod dependentes e portanto, nós não temos que nos sobrepor ao trabalho que os outros fazem, temos é que encaminhar, porque eles é que têm depois os recursos para fazer face a isto, e portanto, isto é um dos exemplos. [...] E nós percebemos uma coisa que às vezes as pessoas se esquecem, é que nós, com os nossos estudos internos e a análise dos nossos 1600 casos que temos em base de dados de há catorze anos, indicam-nos que cerca de 90% das pessoas sofrem de problemática psiquiátrica que pode ir de uma simples, entre aspas, depressão, até uma esquizofrenia paranóide, uma coisa muito complicada. E isto tem que nos fazer logo perceber que a perspectiva não pode ser... nós não podemos dar soluções em função daquilo que estamos a pensar que faz sentido para aquela pessoa... e muitas vezes o que é importante para algumas destas pessoas não é uma cama, não é um quarto normal, não é uma cama normal, se calhar é um pouco como eu dizia, um sítio onde as pessoas possam pernoitar, ainda que no chão, mas com alguma dignidade e onde possam depois tomar banho de manhã, antes de sair, sem que isso lhes implique mais nada. Esta ideia de que algumas pessoas defendem de que não devemos dar sem pedir nada em troca, também não faz sentido com a população sem-abrigo.” (ER2).

“E o nosso olhar sobre as problemáticas é um olhar sobre aspectos que impossibilitam a pessoa de decidir livremente sobre a sua vida. É assim que nós pensamos as problemáticas. São obstáculos à liberdade da pessoa, e portanto para nós é muito evidente que a toxicod dependência tem uma tendência de se tornar central. É uma problemática ou um obstáculo à liberdade que tem a tendência para dominar completamente tudo. [...] É uma coisa que absorve completamente a pessoa e que torna tudo o resto irrelevante. Isso para nós é muito evidente. [...] Acho que convém que as problemáticas se distingam e que se estude o fenómeno para se perceber se realmente existem problemáticas, ou se aquilo que existe... [...] Eu acho que a função dos técnicos é ajudar as pessoas a libertarem-se de tudo aquilo que as impedem de decidir em liberdade. E as problemáticas são habitualmente os obstáculos evidentes porque impedem a pessoa de optar. Depois da pessoa estar livre daquilo que a impede de optar, se a pessoa nesse momento disser: ‘não, eu quero viver na rua, não tenho interesse em viver numa casa, descobri uma forma de existir alternativa, ou quero viver na rua’ ou seja, gostava de ter simplesmente um sítio onde possa dormir sem ter que lhe ser exigido um processo de reinserção com um compromisso assumido. [...] Eu acho que a nossa grande missão é promover o exercício da cidadania e para que isso seja possível têm de ser trabalhos obstáculos que... que impedem a pessoa de exercer plenamente a cidadania. Agora a questão é, o que é a cidadania?” (ER1).

Questionados sobre as razões que conduziam as pessoas em situação de sem-abrigo a sair da rua, os entrevistados não têm uma explicação formada. Parece consensual que a saúde pode estar relacionada com essa decisão, embora a motivação para sair da rua seja “*uma caixa negra*” (ER2).

“Há pessoas que só saem da rua quando se sentem doentes. As pessoas só quando chegam a um limiar... “ (ER2)

“A saúde por vezes implica uma mudança” (ER3).

A experiência que os técnicos nas equipas de rua adquirem na relação com as pessoas em situação de sem-abrigo permite-lhes obter uma visão mais ampla do sistema e da articulação entre as várias respostas sociais e, de certa forma, de vanguarda em relação a outros profissionais a trabalharem nesta área. Alguns sabem que, por vezes, têm de desenvolver o seu trabalho à margem do sistema e que, com esse tipo de intervenção podem obter os resultados esperados, isto é a integração profissional e a autonomia da pessoa em situação de sem-abrigo.

“Uma das coisas que a equipa de rua tem conseguido ao longo destes anos é ser um caminho ao lado do sistema. Nós conseguimos com algumas pessoas fazer uma intervenção que levou à saída de rua e à integração profissional, à margem do que é o regulamento da instituição. [...] E o que aconteceu é que sabíamos que se fôssemos por aquele caminho seríamos barrados, nós não, as pessoas é que são, e pensamos, então OK, e isto até foi por causa do cartão do refeitório, fomos passando o cartão do refeitório a essa pessoa, para pelo menos garantir que essa subsistência estava coberta e estávamos aqui para ele, e ajudando no que fosse possível e a verdade é que um ano e tal depois, arranjou trabalho [...] e isto vale o quê? Nada, porque é um trabalho e como é fora do sistema parece que nós estamos a boicotar o sistema mas não é, porque nós, no fundo estamos a arranjar uma solução.” (ER2).

O trabalho em contexto de rua proporciona uma visão abrangente e aprofundada da multiplicidade de situações das pessoas a viver em situação de sem-abrigo, do funcionamento do sistema, da forma como está estruturado e como se organizam as respostas sociais. Estas questões foram mais aprofundadas numas entrevistas do que noutras. Darei conta das representações dos entrevistados sobre estes aspectos.

“O trabalho na equipa de rua faz-nos ter uma visão muito mais ampla das respostas que existem [...]. A vantagem das equipas de rua, na minha opinião é a flexibilidade que pode ter na intervenção. [...] Aquilo que tem sido defendido e apresentado, no âmbito da Estratégia Nacional, é que a intervenção de rua é aquela onde é preciso fazer-se menos alterações. [...] Não está totalmente, há coisas que têm de ser mudadas, mas as coisas estão a funcionar muito melhor. Em termos de intervenção de rua nós estamos a anos-luz daquilo que se faz no atendimento social, no acolhimento, em termos de albergues e portanto, porque não aproveitar isto? Porque não aproveitar isto numa perspectiva bottom up [...] porque na realidade nós só podemos fazer a diferença se conseguirmos ser diferentes, e é isso que cada vez mais nós estamos a precisar. E não voltar a modelos assistencialistas que é claramente o que as pessoas têm preconizado” (ER2).

A utilização de recursos sociais por alguns técnicos, como moeda de troca para forçar as pessoas em situação vulnerável a assumirem compromissos, foi um dos aspectos negativos apontados por uma equipa de rua.

“E não é só o dinheiro, há uma coisa que tecnicamente e pessoalmente me deixam extremamente irritado que é quando se vê técnicos que utilizam recursos, como por exemplo o cartão do refeitório como moeda de troca, do tipo, se não fizer isto não lhe dou o cartão do refeitório, isto para mim é inaceitável, não faz sentido. Não faz sentido porque, afinal nós queremos que as pessoas continuem ligadas ao serviço ou não? E se nós queremos que continuem ligadas ao serviço temos de garantir que há

um mínimo que lhes é dado, e estamos a falar de comida, não estamos a falar de mais nada” (ER2).

A crença de que é possível retirar as pessoas em situação de sem-abrigo da rua, colocando-as em alojamentos, foi apontada como uma falha grave nos responsáveis pela gestão da área social.

“Eu ouço gente com responsabilidade, hoje em dia, a defender esta ideia de que temos de arranjar alojamento para toda a gente e que toda a gente tem de estar alojada e não pode haver ninguém a dormir na rua. [esse é o objectivo a atingir até 2015]. Pois, mas esta ideia existiu em França nos anos 70 e 80 e esta ideia não funciona, porque há pessoas que lhes podem oferecer um palácio que não vão sair da rua. [...] Tem alguma coisa que não sabemos o que é, é a tal caixa negra que falávamos há pouco. [...] Ou o seu pensamento está estruturado daquela forma e voltamos aqui à questão da saúde mental. E nós não nos podemos atrever a dizer que as pessoas estão na rua porque coitadinhas não têm dinheiro ou porque não têm possibilidades. Se calhar há pessoas com muito dinheiro na rua. [...] Mas há, não são assim muitos mas há casos. [...] Há um senhor a viver na rua [...] que foi professor do ensino secundário e está na rua tem uma perturbação psiquiátrica [...] isto em bom português é, está passado. E vive na rua, diz que está à espera de um barco. E agora, vamos por esta pessoa dentro de um albergue?” (ER2).

Catalogar as pessoas em situação de sem-abrigo como “crónicas” é uma discriminação estigmatizante, na opinião de um dos entrevistados. Mais do que classificar as pessoas, para este técnico é importante distinguir se a pessoa em situação de sem-abrigo tem interesse ou não em aceitar as propostas disponíveis no interior do sistema social. Esta distinção implica que o sistema social reconheça o direito a modos alternativos de sobrevivência.

“Eu acho que é uma forma extrema de discriminar as pessoas. Chamar-lhe crónica de qualquer coisa. Não é só de estar na rua. Acho que ninguém é crónico de nada. Acho que só se é crónico de uma coisa, de ser humano. É uma coisa que nós seremos sempre todos crónicos. De resto nós não somos crónicos de mais nada. E portanto, acho que aquilo que tem de ser possível é distinguir entre as pessoas que têm de facto interesse num processo de reinserção e daquelas que não têm. [...] A questão é, que para os serviços, nós temos que perceber muito bem quanto é que custa, cada vez que se mobiliza uma série de recursos para uma pessoa que diz que quer mas que na verdade não quer. Que diz que quer porque o apoio, apoia com base na confissão da indignidade da pessoa. Ou seja, a pessoa tem que se confessar indigna, e de dizer, estou a viver num processo de degradação absoluta, ajudem-me por amor de Deus, para ter ajuda. E de dizer que sim a tudo aquilo que a técnica propõe. Para ter um sítio para dormir. [...] E acho que essa abertura será cada vez maior quanto mais se esbater a tal relação entre a integração e a felicidade. Quanto menos certeza as pessoas tiverem... [...] Que o modelo de que só assim é que somos todos muito felizes, quanto menos certeza tiverem nisso, mais alternativas admitem nessa forma de existir. Isto é um discurso filosófico mas é um discurso prático, também. [...] Isso às vezes pode-se traduzir como uma coisa libertadora, eventualmente. Pode-se traduzir, como: ‘não quero que me chateiem mais porque eu já não acredito em mais nada, deixem-me em

paz, deixem-me estar a viver a minha vida porque eu já encontrei um ponto de equilíbrio no meio disto tudo. Portanto, não me venham com mais coisas, não venham com mais parvoíces porque eu já não acredito em nada disso'. Pode ser isso também, pode ser já uma frustração que já não suporta mais... ou um processo que já não suporta mais desilusões, pode ser isso também.” (ER1).

As ideias deste técnico acerca de modelos de vida alternativos são partilhadas por mais profissionais, práticos e peritos, a trabalhar na área social, conforme esclarece um outro técnico da mesma equipa de rua. Um dos sinais de que estes modelos alternativos podem ter o seu direito a existirem é a aceitação duma noção mais flexível do conceito de reinserção.

“Sim, porque estas ideias que o Ricardo está a transmitir não estão só dentro destas quatro paredes. Já estão através do grupo de reflexão, através de reuniões em que o Ricardo faz parte, em representação do grupo de reflexão para a criação da Rede Social, do grupo de trabalho para as pessoas sem-abrigo, já são transmitidas essas ideias e as outras pessoas que são de altas instituições, segurança social, e tudo o mais, estão abertas a essas ideias, por incrível que pareça. O Ricardo nem quer acreditar! [...] Mas depois se olharmos às questões económicas, fazendo uma análise dos custos de manter uma pessoa só a comer e a dormir num sítio, e aquilo que se gasta a fazer tudo aquilo que ela diz que quer quando na realidade não quer, se isso for provado que realmente sai mais barato manter a pessoa só naquilo que ela quer, pode ser que não haja já necessidade desses serviços. E outra coisa. Há aquele processo todo bonitinho de reinserção mas para nós e quero acreditar que para outras equipas e também para outras instituições, só fazer parte desse percurso, para nós já é uma reintegração. Se o importante for voltar a ir ao médico regularmente, ainda mantendo-se a dormir na rua, voltar a ir ao médico regularmente, voltar a accionar serviços e vincular-se novamente... já é uma reintegração. [...] Sim, há processos que nós simplesmente fazemos... para ir propiciando à pessoa uma aproximação às instituições. Há pessoas que estão às vezes anos afastadas. Simplesmente, muitas vezes, por exemplo, começar a ir ao refeitório dos Anjos, e isso depois é conversado com a técnica e em conjunto, é um trabalho conjunto não é só nós nem nada que se pareça, mas é fazer simplesmente isso, por exemplo, a pessoa precisa de ter uma morada para receber uma carta, então a pessoa recebe essa carta nos Anjos e além de receber essa carta começa a ir ao refeitório e isso vai-se fazendo uma aproximação aos serviços e a pessoa deixa-se de se criar... deixa de ser um papão e aquela experiência negativa que teve no passado se calhar pode ser reconstruída de uma maneira mais positiva, não é. Portanto, muitas vezes o que nós tentamos é, nós e as outras equipas, é fazer esta ligação... é sermos facilitadores entre as outras instituições e a própria pessoa” (ER1).

A representação de que há pessoas que vivem na rua e que esse habitat é o seu círculo vital, é defendida por um outro técnico.

“E entre as pessoas que estão na rua, ao contrário. Pessoas que conseguem descobrir na rua, ou inventar, ou melhor, descobrirem na rua uma forma de existir que as mantêm em actividade. Por exemplo, nós temos pessoas que estão em resistência contra o sistema, ou vamos supor que existem, um caso que nós conhecemos muito

bem há bastantes anos. E nessa resistência contra o sistema, aquilo é uma batalha diária. [...] Destruir isso é tirar-lhe uma razão para a pessoa existir. Diariamente batalhar em nome de uma ideia. Não é muito diferente do resto das outras pessoas que diariamente trabalham para ter o que comer e para não terem fome. [...] Sim, e há casos em que, e eu penso que não falo só por mim, em que nós achamos que a pessoa está muito melhor na rua do que se estivesse só num quarto, por exemplo. Pelo menos neste momento” (ER2).

Para um outro técnico, viver na rua pressupõe um processo de desvinculação da sociedade.

“Agora, se nós quisermos apanhar, assim, o traço fundamental e a dificuldade fundamental [...] nós temos que falar necessariamente em desvinculação. No processo de desvinculação que a pessoa vai fazendo ao longo do tempo. Vai-se afastando cada vez mais da família, dos amigos, de tudo aquilo que a aproximava da sociedade. E portanto, por vezes, acontecem situações destas em que as pessoas estão completamente apartadas dos serviços que só existem para as ajudar e elas nem sabem que os serviços existem, nem querem saber. E às vezes é necessário este trabalho...” (ER1).

A concepção do sistema social baseado no mito da reinserção ilustra o modo como esta equipa interpreta a configuração do contexto onde exerce a sua profissão.

“As respostas sociais estão... partem de um princípio que é: toda a gente tem o direito a reinserir-se e nós temos a obrigação de arranjar uma solução. [...] Nós fazemos parte de uma estrutura de apoio que parte deste princípio, que aquilo que é a responsabilidade de dar às pessoas a possibilidade das pessoas se reinserirem e toda a estrutura assume que isto é um dado adquirido, ou seja, que o único objectivo é a reinserção. [...] E portanto, assume-se isto, que se a pessoa tiver saúde mental, portanto quando a pessoa diz que não quer, é porque não tem saúde mental, habitualmente é assim que se classifica, quer ficar na rua... [...] E portanto todo o apoio parte deste princípio, que a pessoa se quer reinserir, e quando a pessoa não quer ou quando a pessoa mostra insuficiência nas suas competências para se reinserir, aquilo que o apoio faz invariavelmente é classificar a pessoa como crónica. [...] Isso é muito curioso... porque é que as pessoas dizem que precisam de um emprego, e dizem, a maior parte delas dizem que o problema delas é estarem desempregadas. É curioso. As pessoas dizem que precisam de um emprego, habitualmente, porque é preferível dizer que aquilo que têm é um problema monetário ou financeiro e que a resolução de todas as suas complicações passa simplesmente por resolver um problema monetário, do que assumir que há coisas mais profundas que têm de ser resolvidas. Isso é uma estratégia. Dizer, uma pessoa que está na rua, tem um problema com o álcool, que está completamente desvinculada da família e da sociedade em geral que nos diz que o seu único problema é um problema de emprego, nós não podemos levar isso à letra, nós temos que perceber o que é que a pessoa está a tentar dizer com isso. [...] As estruturas só funcionam a partir do momento em que a pessoa tem de facto vontade de se reinserir, até esse momento, não há. E portanto, aquilo que falta é dar oportunidade a todos aqueles que não se querem reinserir de o dizerem frontalmente: ‘eu não quero, eu não quero pertencer a esse esquema como vocês me propõem, mas

no entanto, se me derem sítio para dormir e sítio para comer, eu vou usar esses serviços'. E isso não é nada de extraordinário, arranjar um sítio para as pessoas dormirem para não estarem ao relento, ou até num mínimo de condições, isso não será nada de extraordinário. E coloca-se muitas vezes a questão: - 'vai-se agora arranjar uma resposta social, ou várias respostas sociais para pessoas que não querem reinserir-se', isso é estar a gastar dinheiro com pessoas que não querem. [...] Mas como diz o Ricardo é um passo que a sociedade tem que dar porque até lá estamos a gastar recursos com pessoas que não querem, ou seja, estamos a assinar coisas com uma pessoa que não quer, e que na verdade não quer, mas como sabe que só dizendo que quer é que vai conseguir comer e dormir num sítio digno, então ela diz que quer. [...] Eu aceito que a pessoa não queira... não percebo... ou ainda não foi estudado como é que a pessoa pode querer só isso, não é. Eu não queria só isso, mas eu, sou eu, eu nunca vivi na rua... [...] Há pessoas que dizem que só querem isso mas são pessoas que continuam a dormir na rua. Mas agora uma pessoa que para além do BI gostava de dormir num sítio quentinho mas sabe que não pode dizer que só quer o BI porque senão não vai dormir naquele sítio. Vai dizer que quer o BI e que quer arranjar um emprego e que quer arranjar um quarto... [...] ninguém está preparado para isso porque as respostas sociais estão feitas para que as pessoas digam muito mais do que isso, mesmo quando simplesmente só queiram isso, só queiram o BI. [...] Sim e percebemos nas pessoas. E às vezes há sinais e isso é os anos de trabalho que vão trazendo. Nós vamos percebendo na pessoa que na realidade ela está a tentar agradar ao que ela acha que nós... [...] Sim, sobre as expectativas que julga que nós temos. E claro que nós às vezes entramos nesse esquema e até ir deixando andar e às vezes podemos dizer ou confrontar mais com isso, agora as repostas sociais, de intervenção social, estão construídas para as pessoas que querem se integrar. [...] A questão é que nós não conseguimos ainda que as pessoas tenham o à-vontade ou a confiança para dizer aquilo que realmente querem. [...] Exactamente. Muitas vezes nem a própria pessoa... quando a pessoa, o que ela diz invariavelmente, 90% das situações, a única coisa que precisa é de um emprego... muitas vezes para ela própria é a razão que ela própria sente... e que ela própria pensa que vai chegar para a resolução dessa mesma situação. Agora, não há ninguém que nós digamos, mostramos desesperança perante isso. [...] Sim, agora claro que há pessoas que... só para pegar naquilo que estavas a colocar... há pessoas que nós atendemos mais ou menos, há pessoas que nós vamos mantemos um contacto e nos mostramos presentes mas não temos um contacto intensivo de acções, e vamos pensar nisto e fazer aquilo. Há pessoas que quando vamos tendo várias demonstrações que a pessoa não vai querendo ou não vai conseguindo ao longo do tempo, acabamos às vezes por nos desligar mais um pouco..." (ER1).

Terminada a apresentação da análise das entrevistas aos técnicos das equipas de rua, sintetizo aqui os principais temas expostos, confrontando-os com os tratados no primeiro conjunto de entrevistas. Dois deles diferem dos tratados nas entrevistas aos gestores e técnicos, pois incluem os antecedentes da criação da primeira equipa de rua e como esta e as restantes se constituíram. Os temas relacionados com as práticas profissionais, os desafios e a formação para a profissão, assim como as representações dos entrevistados sobre a área social e as pessoas em situação de

sem-abrigo, são comuns aos do primeiro grupo, embora com distinções que serão assinaladas no texto.

No Quadro 3.9 apresento uma grelha de síntese destes dois temas, destacando as categorias mais relevantes. Inseri aqui citações retiradas das entrevistas que ilustram os temas e as categorias.

Antecedentes das Equipas de Rua	Formação profissional	"Em 1992 foi criado um projecto-piloto [...] diversos projectos de formação profissional "; "Na altura, havia um pouco a ideia de que a solução para todos os problemas era a formação. E havia a ideia – vamos dar formação profissional aos sem-abrigo porque assim eles deixam de ser sem-abrigo. Arranjam um emprego e resolve-se o problema "; "as pessoas não estavam aptas a integrar o mercado de trabalho "; "não era aí, na falta de formação, que estava o problema "
	Formação social e humana	"desenvolvesse um programa e fizesse o que achasse que era mais adequado "; "chegava lá, e parecia que em dez minutos já tinha esgotado o tema. Ou porque eles não reagem, ou ficava desmoralizado por achar que não conseguia chegar a eles".
	Ateliers ocupacionais	"antes da formação profissional os sem-abrigo precisavam de outras coisas "; "propusemos uma coisa menos exigente que foi os ateliers ocupacionais. [...] mais no sentido de se desenvolverem as capacidades dos indivíduos mas sem o objectivo de os preparar para uma profissão "
Constituição das equipas de rua	Equipa técnica	Assistente social, psicólogo e psiquiatra. Assistente social; psicólogo e enfermeira. Psicólogos e assistente social. Assistente social, sociólogo e psicólogo.
	Objectivos	Estabelecer uma relação; conversar sobre vários assuntos, sem haver pedidos; convidar para ir ao centro; ajudar a pessoa no que necessitasse; criar uma relação pessoal; promover a melhoria de condições de vida da pessoa; caracterizar as pessoas; "decidimos trabalhar também com pessoas em situação de mendicidade"; "primeiro serviço que chega às pessoas"; "não é tirar ninguém da rua"; "promover o exercício da cidadania"
	Sem directrizes institucionais	objectivos definidos pela equipa; "O projecto foi todo construído por nós. A Câmara não interveio no sentido de nos dar especificações sobre o tipo de trabalho que nós teríamos de fazer "; modelo de intervenção definido pela equipa
	Modelos de intervenção	"não havia nenhuma bíblia sobre como se trabalhar com os sem-abrigo"; "articulação com os serviços"; encaminhar para assistente social; avaliação técnica: social; psicológica; psiquiátrica. Não criar expectativas infundadas ou a salvação; sem atitude reabilitadora

Quadro 3.9. Síntese da análise das entrevistas aos técnicos das Equipas de Rua: antecedentes e constituição das respectivas equipas

No que concerne os antecedentes da criação da primeira equipa de rua importa salientar a ideia, generalizada nos anos 90, que a solução para a situação das pessoas sem-abrigo estaria na formação profissional. A prática veio mostrar que a formação profissional organizada não obtinha os resultados esperados, acabando por ser substituída pelos *ateliers* ocupacionais.

Relativamente à constituição das equipas de rua e, de acordo com os entrevistados, não foram dadas directrizes precisas por parte da gestão de topo das respectivas organizações ou dos financiadores, acerca dos objectivos das equipas. Os entrevistados realizaram estudos prévios, definiram os objectivos da sua acção, conceberam o modelo de intervenção e foram ajustando as suas práticas em função dos resultados obtidos. Julgo que o sentimento de pertença ao projecto de intervenção promove a reflexão dos profissionais acerca das suas práticas, dos resultados observados com as iniciativas que vão experimentando e do ajustamento às necessidades percebidas nos seus utilizadores, assim como dos efeitos dessas mesmas iniciativas junto das pessoas para as quais trabalham.

Os entrevistados do primeiro grupo, à excepção do gestor que fundou a comunidade de trabalho que geria, não passaram pela experiência de concepção dos dispositivos de atendimento às pessoas em situação de sem-abrigo, pois integraram estruturas já existentes. Dois gestores iniciaram departamentos ou serviços dentro de instituições que já detinham experiência de intervenção na área social mas nos seus discursos não sobressai o esforço desenvolvido na concepção e implementação desses serviços. Os

relatos do gestor G2 denotam também um sentimento de pertença ao projecto que estava a tentar implementar, “dar pão mas rosas também”.

No Quadro 3.10 estão sintetizados os quatro temas comuns aos dos do primeiro grupo, contudo, as categorias não são exactamente as mesmas. Darei conta dessas diferenças ao longo do texto.

Práticas profissionais	Metodologias de trabalho	Encontro semanal grupo aberto de orientação não-directiva (pessoas em situação de sem-abrigo e técnicos da Equipa de Rua); saídas diárias; saídas à noite; saídas de dia; "deve-se estar nos locais mesmo que as pessoas não queiram ter nada a ver connosco"; "as primeiras caracterizações psiquiátricas feitas em Portugal"; pressupostos teóricos: vinculação e anorexia institucional
	Funções base	Identificar; sinalizar; acompanhar; encaminhar; conversar; criar uma relação que não é de amizade; presença constante; estar disponível
Desafios profissionais	Envolvimento emocional	"Aprender a lidar com o envolvimento emocional"; "equilíbrio do técnico"; "nós não podemos dar soluções em função daquilo que estamos a pensar que faz sentido para aquela pessoa..."
	Formação para o trabalho	"é uma área em que se sabe muito pouco ainda"; "é necessário uma formação específica nesta área, uma formação para trabalhar na rua"; "propiciar a reflexão sobre a realidade"; "o ideal, o que seria desejável era que a pessoa quando fosse para a rua já fosse um profissional maduro na sua área, já tivesse uma identidade bem constituída, já com uma experiência também sólida para poder trabalhar nisto"
	Dificuldades	"capacidade de lidar com a frustração" "trabalho difícil e exigente"; "Se calhar é o equivalente a trabalhar num cenário de catástrofe ou de guerra, assim na rua, sem a segurança do gabinete e das instituições, onde tu ali tens de imediatamente de ter de saber qual a resposta mais adequada. Porque é tudo muito imprevisível. É uma coisa que te põe à prova enquanto profissional, e enquanto pessoa.
Formação para a profissão	Aprendizagem pela experiência	"A aprendizagem foi um processo que se foi fazendo e foi sendo construído ao longo dos anos";
	Conhecimentos	"perceber aquilo que se passa"; "pessoas com formação noutras áreas que não simplesmente a psicologia e o serviço social"
	Características pessoais/profissionais	"ouvir a pessoa"; "aprender a desaparecer"; "ter interesse pelas coisas que as pessoas nos podem ensinar"; "aprender a interessar-se pelas coisas que são interessantes para a pessoa que se está a tentar ajudar"; valorizar os seus principais interesses da vida"; "perceber o que elas querem"; "diponibilidade implica estar livre de estrangamentos". "capacidade de escuta"; "capacidade de resiliência"; "capacidade de gostar das pessoas"
Representações dos profissionais	Problemáticas	"Não tem que haver equipas de rua para todas essas problemáticas. Tem que haver serviços para atender estas pessoas."; "não é consensual esta ideia de que a toxicoddependência tem um focus diferente é porque as equipas que fazem essa intervenção com a população que está na rua, não fazem essa distinção"; "cerca de 90% das pessoas sogram de problemática psiquiátrica"
	Equipa de rua	"um caminho ao lado do sistema."; "O trabalho na equipa de rua faz-nos ter uma visão muito mais ampla das respostas que existem"; "flexibilidade que pode ter na intervenção"; "Em termos de intervenção de rua nós estamos a anos-luz daquilo que se faz no atendimento social, no acolhimento, em termos de albergues"; "Portanto, muitas vezes o que nós tentamos é, nós e as outras equipas, é fazer esta ligação... é sermos facilitadores entre as outras instituições e a própria pessoa"; "serviço de proximidade".
	Pessoas em situação de sem-abrigo	"nos sem-abrigo tende a haver sempre esta característica intrapsíquica. Como se eles tivessem ou sentissem que perderam uma espécie de âncora. Todos nós temos uma espécie de âncora que nos segura e nos ajuda a perceber quem somos. Às vezes o que eu sinto é como se os sem-abrigo tivessem perdido este centro de gravitação..."; "descrições do pai e da mãe sempre muito contrastantes"; "muitas vezes o que é importante para algumas destas pessoas não é uma cama, não é um quarto normal, não é uma cama normal, se calhar é um pouco como eu dizia, um sítio onde as pessoas possam pernoitar, ainda que no chão, mas com alguma dignidade e onde possam depois tomar banho de manhã, antes de sair, sem que isso lhes implique mais nada"; "Há pessoas que só saem da rua quando se sentem doentes."; "há pessoas que não vão sair da rua"
	Área social	"se nós queremos que continuem ligadas ao serviço temos de garantir que há um mínimo que lhes é dado, e estamos a falar de comida, não estamos a falar de mais nada"; "distinguir entre as pessoas que têm de facto interesse num processo de reinserção e daquelas que não têm"; "esbater a relação entre a integração e a felicidade"; "o único objectivo é a reinserção"; "dar oportunidade a todos aqueles que não se querem reinserir de o dizerem frontalmente"

Quadro 3.10. Síntese da análise das entrevistas aos técnicos das Equipas de Rua, parte II

As práticas dos técnicos nas equipas de rua, patentes nos seus discursos, referem as metodologias de trabalho e as funções que desempenham. No primeiro grupo foi

incluída uma categoria relativa aos instrumentos de trabalho. Esta não está presente no segundo grupo de entrevistados. As metodologias de trabalho são similares nos dois grupos, ambas se centram na pessoa e na discussão dos casos em equipa.

Creio que a principal diferença entre os dois grupos de entrevistados está patente na identificação que os próprios fazem das suas práticas. As funções de diagnosticar, avaliar e fazer a triagem são referidas apenas pelos profissionais do primeiro grupo. As funções de acompanhar e encaminhar estão presentes nos dois grupos. Embora ambos utilizem os mesmos verbos, o significado da acção não é exactamente igual. Isto é, nos discursos dos técnicos das equipas de rua, acompanhar as pessoas em situação de sem-abrigo é muito clara. Para estes profissionais acompanhar significa deslocar-se com a pessoa a diversos locais importantes para a sua sobrevivência. Desses acompanhamentos pode resultar a base para a construção duma relação de confiança entre os técnicos e as pessoas em situação de sem-abrigo. A função de acompanhar, expressa por alguns entrevistados do primeiro grupo parece-me um pouco distinta; interpreto-a como uma acção de monitorização de um processo e não como o acto de 'estar junto com'. O mesmo se passa com a função de encaminhar. Os técnicos do primeiro grupo fazem encaminhamentos mas não especificam como realizam essa acção. Nas entrevistas aos técnicos das equipas de rua, encaminhar é também acompanhar e estabelecer uma ponte entre a pessoa em situação vulnerável e um outro serviço que irá apoiá-la. Alguns entrevistados do segundo grupo expressam a ideia de que são facilitadores entre os serviços sociais e as pessoas em situação de sem-abrigo, ou mediadores entre os técnicos doutros serviços e as pessoas que apoiam. A razão desta diferença reside, creio eu, no facto dos profissionais das equipas de rua terem uma maior liberdade de acção, não estão presos aos seus lugares nos gabinetes e sujeitos a horários rígidos, permitindo-lhes uma maior disponibilidade para se dedicarem aos seus utilizadores.

O segundo tema presente no Quadro 3.10 refere os desafios profissionais expressos pelos entrevistados das equipas de rua. De um modo geral são os mesmos referidos pelo primeiro grupo de entrevistados: o envolvimento emocional e a gestão das emoções; a capacidade para lidar com a frustração; e as dificuldades no exercício da profissão por se tratar de situações imprevisíveis, ou devido a obstáculos, estruturais ou da própria organização da área social, que impedem os técnicos de actuarem como desejariam. Há, no entanto, uma distinção a assinalar entre este grupo e o primeiro. As representações dos entrevistados sobre a formação para o trabalho foram referidas apenas pelos técnicos das equipas de rua. Julgo que o contexto em que estes profissionais exercem a profissão, a rua e a oferta de um apoio não solicitado, estimula o desenvolvimento de novas competências que não tinham sido aprendidas na sua formação inicial.

As representações dos dois grupos de entrevistados acerca da formação para a profissão são convergentes: a aprendizagem pela experiência; o conhecimento alargado da área social; e as características pessoais e profissionais, em que saber ouvir e estar disponível é destacado pelos dois grupos. Contudo, parece-me que no segundo grupo de entrevistados há uma maior abertura em relação ao outro, ou seja, nos seus discursos é mais visível a importância atribuída a características pessoais que

valorizam a capacidade para perceber o outro e os seus interesses. Essas características foram menos evidentes nos discursos do primeiro grupo de entrevistados, exceptuando o gestor G2 e o técnico T2 que expressam essa mesma capacidade de abertura para ouvir, conhecer e compreender os utilizadores da instituição.

O último tema apresentado no Quadro 3.10 refere as representações dos entrevistados acerca de vários assuntos. Neste tema há diferenças entre os dois grupos. No primeiro foram referidas as representações dos profissionais acerca dos utilizadores da instituição, das pessoas em situação de sem-abrigo e da área social. No segundo grupo não foram expressas representações acerca dos utilizadores, apenas das pessoas em situação de sem-abrigo, pois, para estes profissionais não há distinção entre uns e outro, isto é, os utilizadores da instituição são as pessoas a viver na rua.

As representações acerca das problemáticas não foram referidas pelos entrevistados do primeiro grupo. Esta diferença deve-se, no meu entender, à multiplicidade de situações que os técnicos das equipas de rua atendem. Como foi referido anteriormente, a maioria dos entrevistados do primeiro grupo trabalha em serviços em que há uma grande homogeneidade de utilizadores e esta questão parece ser menos relevante para estes profissionais.

Uma outra distinção entre os dois grupos de entrevistados refere-se às representações expressas acerca da equipa de rua que não estão presentes nos profissionais do primeiro grupo. Para alguns técnicos das equipas de rua as funções que desempenham e os modelos de intervenção utilizados são muito distintos dos que percebem existir nos profissionais em gabinete. Alguns entrevistados do segundo grupo consideram que estão a anos-luz em termos de intervenção em relação aos outros técnicos da área social.

No que concerne a área social há algumas distinções a assinalar. Os entrevistados do segundo grupo mostram-se mais críticos em relação aos pressupostos em que se baseia a concepção dos serviços sociais para as pessoas em situação de sem-abrigo. Enquanto nos técnicos do primeiro grupo sobressai a noção de reinserção, no segundo grupo questiona-se essa mesma concepção do sistema baseada na ideia de reinserir as pessoas em situação de sem-abrigo. Para estes técnicos a questão coloca-se de um outro modo, ou seja, em vez de se procurar reinserir as pessoas na sociedade, porque não fazer o contrário, passando a sociedade a aceitar a existência de pessoas que escolhem outros modelos de sobrevivência.

Comparando as representações dos dois grupos de entrevistados relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo e aos utilizadores das instituições verifica-se que as do primeiro grupo são tendencialmente negativas enquanto nas representações do segundo grupo essa negatividade acerca das pessoas em situação de sem-abrigo, que em boa verdade são os seus utilizadores, não é perceptível.

Destaco agora as principais diferenças entre o trabalho destes dois grupos de entrevistados e as ideias centrais que concorrem para a reflexão acerca do tipo de vínculo que se estabelece entre a pessoa carenciada e o técnico.

Julgo ser evidente que o trabalho dos profissionais das equipas de rua se distingue do

dos gestores e técnicos “residentes” nas instituições. O primeiro é realizado na rua e trata-se da oferta de um serviço não solicitado. O segundo assume que as pessoas em situação de sem-abrigo pretendem e aceitam o apoio social disponibilizado pelos serviços. Os técnicos das equipas de rua estiveram presentes na implementação, criação e consolidação deste serviço. A todos eles foi, e ainda é dada, uma margem de manobra considerável para definirem os objectivos do seu trabalho e de que modo devem actuar no terreno. Trata-se de um trabalho técnico baseado em pressupostos teóricos e que, como todos eles afirmam, se vai aprendendo e aperfeiçoando com a prática. Esta experiência como que forçou os entrevistados a empreender uma reflexão sobre o sentido das suas práticas, provavelmente, de um modo mais sistemático do que os entrevistados do primeiro grupo.

Sobressai ainda uma distinção importante entre o trabalho de uns e de outros. Enquanto no primeiro grupo parece haver uma tendência para a obrigação no cumprimento de regras ou de compromissos estabelecidos entre os técnicos e os utilizadores dos serviços, nas equipas de rua, essa obrigação é menos evidente, parecendo existir uma maior flexibilidade e aceitação, por parte destes profissionais, dos condicionalismos a que as pessoas em situação de sem-abrigo estão sujeitas. A falta de comparência aos encontros marcados, por exemplo, não tem um carácter punitivo, enquanto as falhas nos compromissos estabelecidos entre um técnico de gabinete e um utilizador tendem a ser mais penalizantes para a pessoa em situação vulnerável.

Um outro aspecto que se destaca nos discursos dos profissionais deste segundo grupo relaciona-se com as representações que detém acerca do sistema social e de como este está estruturado. Estes técnicos parecem aceitar com mais facilidade a possibilidade das pessoas em situação de sem-abrigo escolherem outros modelos de existência que não se baseiam, necessariamente, na procura de um trabalho ou numa ocupação convencional. Em suma, o que me parece evidente é que para estes profissionais a ideia de reinserção é um mito, enquanto para os outros, cujo objectivo é reinserir a pessoa em situação de sem-abrigo, existe também a noção que há um conjunto de pessoas que, pelas suas características, ficarão “eternamente” numa situação intermédia de inserção, e que as respostas sociais precisam de ter em consideração pessoas com essas fragilidades.

As equipas de rua estabelecem um vínculo informal com as pessoas em situação de sem-abrigo, baseado na permanência constante nos locais frequentados por essas pessoas. A intensidade do vínculo, ou seja a obrigação que se cria entre as partes, é fraca. O não cumprimento não é penalizado pelos técnicos. Tudo indica que este tipo de vínculo informal e de intensidade fraca se assemelha mais a uma ligação de natureza afectiva do que institucional. Alguns entrevistados fornecem pistas em relação ao tipo de ligação que se estabelece entre os técnicos da equipa de rua e as pessoas em situação de sem-abrigo. Uns dizem que não se trata de uma relação de amizade, outros afirmam que não se trabalha por amor ao próximo. De facto, o que os técnicos das equipas de rua fazem é construir uma relação de confiança com as pessoas em situação de sem-abrigo, mostrando-se disponíveis para as acompanhar aos mais variados lugares e nas mais distintas actividades, e predispostos para as

conhecerem, valorizando os seus interesses e os seus saberes. Esse tipo de apoio é também referido por alguns profissionais do primeiro grupo de entrevistados, contudo, a disponibilidade para deixar o outro manifestar-se e de o aceitar, parece ser mais evidente no discurso dos técnicos das equipas de rua.

3.5. Considerações finais

Neste capítulo procurei dar a conhecer ao leitor diferentes aspectos a respeito da configuração do sistema social destinado ao atendimento e apoio às pessoas em situação de sem-abrigo, das características das organizações e das actividades e representações de um grupo de profissionais que exerce as suas funções nesta área. Procurei proporcionar uma visão abrangente do sistema e promover a reflexão sobre alguns aspectos que me parecem relevantes para aprofundar a compreensão sobre a organização e funcionamento da área social destinada a apoiar as pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa.

O modo como o sistema social está concebido e organizado para atender pessoas em situação vulnerável parece partir de um pressuposto de base: as pessoas nesta situação estão desinseridas da sociedade ou em risco de exclusão e a missão das organizações é promover e apoiar a sua inserção social. As respostas sociais, regulamentadas pela Secretaria de Estado da Segurança Social, em 2006, prevêem um conjunto de serviços e de equipamentos que se destinam a apoiar as pessoas em situação desfavorecida, quer na satisfação das suas necessidades básicas de alojamento, alimentação e cuidados de higiene, quer na melhoria das suas condições de vida e de reabilitação de competências sociais. Tudo indica que estas respostas parecem suficientes para solucionar a questão das pessoas em situação de sem-abrigo, ao nível macro.

Quando se passa para um nível intermédio, o da rede social local, apercebemo-nos que as organizações no terreno promovem outro tipo de actividades que não estão regulamentadas, mas que não deixam de ser pertinentes, e que nem sempre se enquadram nas respostas sociais definidas pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Ou seja, todas as organizações estudadas já existiam e trabalhavam nesta área antes de 2006 e algumas não estão identificadas no Plano Cidade, com é o caso da comunidade de trabalho gerida por um dos entrevistados. A legislação surge, portanto, mais tarde, com a preocupação, no meu ponto de vista, de legitimar e regular o que se passa no terreno. Esta legislação *a posteriori* explica, em parte, o paradoxo contabilístico, referido no ponto 3.2 deste capítulo. A título ilustrativo, recordo que as equipas de rua com distribuição de alimentos existem, foram consideradas no Plano Cidade mas não estão regulamentadas; as unidades móveis, como a dos Médicos do Mundo, exercem actividades de grande utilidade e foram incluídas no plano da cidade, mas não estão regulamentadas; os centros de alojamento temporário vocacionados para homens adultos próximos da inserção existem mas esta especificidade não está regulada.

As práticas dos profissionais nas organizações baseiam-se, na sua maioria, na criação de um vínculo mais ou menos formal e mais ou menos intenso com as pessoas em situação vulnerável e orientam-se por normas internas e pela experiência e saberes dos técnicos, adquiridos no exercício profissional. Neste nível micro existe também coerência entre os objectivos das organizações, o atendimento a públicos específicos, a especialização técnica das respostas e as normas orientadoras da acção dos profissionais. As organizações criadas pela sociedade civil ou por instituições de direito público tendem a especializar-se por áreas de conhecimento técnico, por públicos que apresentam características homogéneas assim como por áreas geográficas. A especialização dos serviços não representa, por si só, um entrave à prestação de um apoio de qualidade e eficaz às pessoas vulneráveis. No entanto, a excessiva especialização dos técnicos e a consequente homogeneização dos utilizadores das instituições pode condicionar e limitar uma percepção mais abrangente da realidade e a criação de obstáculos que barram o acesso aos serviços.

Analisados em separado, tudo indica que os três níveis do sistema tratados neste capítulo procuram a coerência e a clareza. O legislador regula e prevê a existência de um conjunto de respostas sociais que visam a inserção social de grupos em situação de exclusão: o alojamento, a alimentação e a ocupação, estruturada ou flexível. A rede social local inventariou as instituições vocacionadas e de suporte existentes na cidade, identificando os públicos-alvo de cada uma delas, numa tentativa de clarificar o panorama das organizações. As organizações procuram adaptar as suas actividades às normas vigentes, em função das suas competências técnicas específicas e das necessidades dos seus utilizadores.

No entanto, quando se observa e analisa o sistema no seu conjunto, da base para o topo, ou seja, partindo das práticas dos profissionais na área social para as políticas, verifica-se que são poucas as organizações que actuam em conformidade com essas mesmas políticas, não por desobediência às normas mas porque a realidade social as supera e, na tentativa de simplificar a complexidade, alteram-se os pressupostos gerais sobre os quais assenta o sistema. Darei alguns exemplos ilustrativos desta afirmação.

Os dois centros de alojamento temporário onde dois entrevistados trabalham são incapazes de cumprir a regra de utilização do serviço por tempo limitado, pois na prática não é isso que sucede, uma vez que as pessoas que aí residem não encontram outra solução de alojamento.

O serviço de primeira linha, o atendimento/acompanhamento social, procura apoiar as pessoas em situação de exclusão social, mas na prática vê-se impossibilitado de o fazer, como desejaria, quando se trata de um estrangeiro, ou quando acompanha pessoas a dormir na rua, pois algumas não aceitam as regras do alojamento, ou não correspondem aos pré-requisitos impostos pelas organizações, ou não cumprem os planos estabelecidos em conjunto com o técnico.

As equipas de rua procuram melhorar as condições de vida das pessoas em situação de sem-abrigo. Embora todos os técnicos entrevistados partilhem uma interpretação idêntica sobre o que consideram ser “melhorar” as condições de vida da pessoa, sentem-se impotentes para apoiar pessoas com consumos de estupefacientes;

reconhecem que o melhor para a pessoa não é necessariamente o que a sociedade lhe oferece, seja o alojamento num centro ou num quarto arrendado; ou trabalham à margem do sistema pois este impõe barreiras intransponíveis.

Os ateliers ocupacionais estruturados visam reabilitar as capacidades e competências sociais dos utilizadores, no entanto, pelas características das pessoas, os profissionais nas organizações reconhecem que há muitas delas em que essa reabilitação é irrealista e que poderá, eventualmente, nunca ocorrer. Os refeitórios fornecem refeições e promovem outras actividades por tempo limitado e sujeito a avaliação técnica. Aparentemente, as comunidades de inserção sem alojamento são as que prática e norma estão mais em consonância. Os técnicos diagnosticam a situação da pessoa e actuam no sentido de a apoiar na sua inserção social.

Analisando as organizações verifica-se que uma resposta social regulamentada impõe normas e restrições no acesso aos serviços que disponibiliza. As respostas especializam-se em função das competências dos profissionais que aí trabalham, ou em função do tipo de utilizadores que estão preparadas para atender. O vínculo que se estabelece entre uma pessoa em situação de sem-abrigo e um representante duma organização social tem características distintas para uma mesma resposta social, e também, no interior de um mesmo serviço.

A proposta de reflexão que orientou a construção deste capítulo teve por base a noção de vínculo institucional, da formalização e da intensidade da ligação que se estabelece entre a pessoa em situação de sem-abrigo e um representante duma instituição. A aplicação prática desta noção não permite classificar ou distinguir claramente as instituições que actuam na área social, à excepção da Equipa de Rua que estabelece um vínculo institucional informal com as pessoas que aceitam apoio. No entanto, creio que esta análise permite compreender o funcionamento da área social de um outro modo, ao mesmo tempo que promove, é essa a minha expectativa, a reflexão acerca das finalidades das organizações que actuam nesta área e dos pressupostos em que se baseia a criação, regulamentação e manutenção das respostas sociais para as pessoas em situação de sem-abrigo.

As noções de inserção e de reinserção estão presentes neste capítulo. Não foram definidas na legislação mas são utilizadas pelos entrevistados, pela legislação e também por mim. Os serviços sociais visam a inserção ou reinserção das pessoas em situação de sem-abrigo mas o que se entende por estar inserido ou reinserido não é claro. Por vezes a palavra inserção está relacionada com a entrada ou reentrada no mercado de trabalho, outras está ligada a um plano de inserção e outras ainda à noção de reinserção psicossocial. Estas noções não estão suficientemente clarificadas, no meu entender. Parece-me, todavia que este é um conceito central na concepção do sistema social de atendimento e apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. Acredito que a definição e aceitação por parte dos decisores, gestores, e técnicos duma noção clara deste conceito poderão simplificar algumas ambiguidades que parecem ainda existir no interior da área social e nos objectivos do sistema.

Capítulo IV – Percursos de vulnerabilidade e ocupação de lugares vagos

"Rather than studying people, ethnography means learning from people"

(Spradley, J.P., 1979: 3)

Este capítulo tem por objectivo dar conta da pesquisa realizada junto de um conjunto alargado de pessoas a viver em situação de sem-abrigo, em Lisboa. Cobre dois momentos distintos da investigação, conforme explicitado no capítulo I desta dissertação, e baseia-se em dois tipos de dados: os recolhidos através das anotações do diário de campo; e os discursos dos entrevistados. Foram realizados dois tipos de entrevista com objectivos distintos: um primeiro conjunto de carácter biográfico com o objectivo de conhecer a história de vida dos indivíduos e as razões que os conduziram à situação de sem-abrigo; e um segundo, em que o foco se centrava nos percursos de vulnerabilidade de diversas pessoas, com vínculos institucionais de diferentes natureza e intensidade.

Apesar do objectivo deste capítulo ser evidente, narrar o resultado da pesquisa etnográfica e das entrevistas realizadas, a sua concretização esteve longe de ser imediata. Trata-se de um processo que envolve operações distintas e interdependentes: organizar, analisar e categorizar os dados empíricos; e encontrar uma forma de comunicar ao leitor, não só o que o investigador vivenciou no terreno, mas também como procedeu para recolher a informação, para a analisar e, evidentemente, às conclusões a que chegou.

O ofício do etnógrafo é, neste sentido, o de um duplo mediador: num primeiro momento interpreta e atribui significados à realidade social observada e como estes ecoam e reflectem junto dos seus próprios significados; em seguida, constrói e estabelece um elo entre as interpretações que anotou, as que estão inscritas na sua memória e nos seus sentidos, que por vezes se esquivam à verbalização, e a narrativa que irá devolver ao leitor sobre a realidade observada. O texto, resultado final da pesquisa, terá assim três propósitos: explicitar a realização do trabalho de campo, tornando-o acessível ao leitor; clarificar como se procedeu à análise dos dados; e transmitir os resultados da pesquisa. Ao leitor devem ser oferecidos os meios necessários que lhe permitam ser, em última análise, o pleno juiz da investigação.

Assim, comecei por organizar o diário de campo e rever as transcrições das entrevistas realizadas. Apercebi-me, então, da abundância da informação recolhida ao longo da

pesquisa e das centenas de páginas escritas com registos das voltas, as saídas das equipas da noite constituídas por voluntários da Comunidade Vida e Paz, as transcrições das entrevistas e, ainda, documentação dispersa acerca do trabalho de voluntária e investigadora. As categorias resultantes da análise foram tornando-se claras. Trata-se de um vai e vem entre os dados e a teoria emergente contida nesses mesmos dados. Esta tensão entre explicação e generalização, como refere Davies, 1999, é, de facto, um desafio à criatividade do investigador: "*Thus the process of ethnographic analysis involves a constant and hopefully creative tension between the necessarily, if risky, processes of generalizing and explaining, and ethnographic knowledge of real people, their actions and interactions gleaned through the experiences of field research*" (Davies, 1999: 193).

Na etapa da narração do resultado da pesquisa, a questão “como fazer” torna-se decisiva. Procurei na literatura, acerca da investigação etnográfica, modelos para apresentação dos resultados da investigação. Descobri que, de facto, não existem normas para relatar e descrever o que foi observado e experienciado no terreno pelo investigador. Procurei ver como outros o fizeram, desde o pioneiro Malinowski, em *Argonauts of the Western Pacific*, até aos investigadores portugueses que realizaram, mais recentemente, pesquisas etnográficas, como Luís Fernandes, em *O Sítio das Drogas* e Machado Pais, *Nos rastos da solidão*. Revisitei igualmente etnógrafos das décadas de 1940 e 1950, como White, em *Street Corner Society*, e Goffman, em *Manicômicos, Prisões e Conventos*. Cada um destes investigadores utilizou a sua própria metodologia para dar a conhecer a realidade social observada.

O uso de uma metáfora que simplifique e esclareça de um modo evidente o que o investigador observou e concluiu no terreno da pesquisa é um dos recursos utilizados pelos etnógrafos (Davies, 1999). Goffman, 1961, ofereceu-nos a metáfora das instituições totais. Com este mesmo objectivo, recorro e retomo neste capítulo o conceito de lugar vago, apresentado no capítulo I e utilizado para análise das notícias no capítulo II, como metáfora do uso dos espaços urbanos por parte das pessoas em situação de sem-abrigo. Como já afirmado anteriormente, estes espaços remetem para a ideia de sistemas de vida, teoricamente possíveis, mas não praticados, e englobam todo um conjunto de condições de organização do meio em que se vive, dos modos de alimentação, de protecção e de ataque.

Utilizo aqui o conceito de vulnerabilidade trabalhado por Robert Castel em diferentes obras.

“Ansi, la vulnérabilité telle que j’essaie de la mettre en scène est une situation sociale vécue par un grand nombre de gens – en témoigne d’ailleurs le fait que j’emploie souvent l’expression ‘vulnérabilité de masse’. Il s’agit de la situation d’un ensemble de personnes prises dans des systèmes de contraintes qui, justement, les rendent fragiles, vulnérables, incertaines du lendemain” (Castel & Haroche, 2001: 174).

Iniciei a tarefa de codificação e análise importando para uma base de dados as entradas do diário de campo. Trata-se de notas pessoais, uma mistura de apontamentos sobre sentimentos, emoções e reflexões, juntamente com informação sobre as pessoas com quem interagia, quer durante as voltas, quer nas actividades de apoio que prestei. Contém também registos das interacções estabelecidas com os

voluntários da equipa da noite, os coordenadores doutras equipas, os membros do Núcleo de Apoio à Direcção, que acabei por fazer parte, membros da direcção e profissionais da instituição, e, também, profissionais de outras organizações que fui conhecendo ao longo do tempo. Em seguida, procedi à análise das entrevistas que realizei a quinze pessoas que viviam ou tinha vivido em situação de sem-abrigo.

Uma primeira consideração refere-se às características da investigação etnográfica e ao tempo que me manteve ligada ao terreno da pesquisa, o que lhe confere, desde logo, duas perspectivas complementares: uma longitudinal que cobre um período de tempo considerável; outra pontual, que reflecte a informação recolhida num único momento, através da entrevista. A primeira perspectiva baseia-se no diário de campo e na análise desses registos. Esta informação é mais densa e dispersa, pois estes apontamentos são de diferentes naturezas, relatam diversos tipos de actividades e interacções com uma multiplicidade de actores que circulam nos espaços observados. As entrevistas contêm informação mais concentrada num único tema, numa única pessoa, na sua história e representações. Procurarei, também aqui, dar conta destas duas perspectivas da pesquisa empírica.

Estruturei o capítulo em três partes: uma primeira em que procuro informar acerca da pesquisa etnográfica, das interacções estabelecidas com os informantes e com outros actores e dos cenários em que essas interacções se realizaram; em seguida apresento a análise das entrevistas biográficas e dos percursos de vulnerabilidade; e por último sintetizo as ideias principais que me parecem importantes realçar aqui.

4.1. A pesquisa etnográfica

Em Agosto de 2004 iniciei o trabalho de voluntária numa das equipas de rua da Comunidade Vida Paz. Foi uma experiência avassaladora. As emoções sentidas pelo contacto com uma realidade social visível mas simultaneamente encoberta foram intensas e difíceis de nomear. A escrita de pequenos textos ajudou-me a, lentamente, processar a amálgama de emoções fortes e contrastantes que a imersão nesta realidade me suscitou. Escrever, reviver a volta e desafogar as emoções foi o modo como fui capaz de ir integrando os sentimentos experimentados pelo contacto com esta nova realidade, para mim desconhecida até então. Um mundo contraditório, simultaneamente próximo e distante, simples e complexo, violento e pacífico.

Em Setembro desse mesmo ano iniciei o curso de mestrado em Formação de Adultos e, quando alguns meses mais tarde fomos convidados a apresentar o tema de pesquisa, este foi um dos três que sugeri como possíveis. Foi, de imediato, o preferido do coordenador do curso. Senti-me um pouco assustada com a sua aceitação: a relação entre o mundo das pessoas sem-abrigo e a Formação de Adultos não era, para mim, imediata; os sentimentos e pensamentos que esta minha nova experiência me causava invadiam-me, sem ter grande controlo sobre eles; a acumulação de papéis novos era um desafio: voluntária e investigadora, em simultâneo. Um pouco

surpreendida e intimidada, aceitei investigar este tema, desconhecendo como iria fazê-lo.

Comecei a tomar notas sobre as voltas de um modo mais sistemático, procurando descrever o que via e sentia. Gradualmente, integrei-me noutras actividades da organização: participação na Festa de Natal e coordenação da equipa da noite. Desconhecia quais as competências necessárias a um coordenador, quais as suas funções e o que dele se esperava. Mensalmente realizavam-se reuniões com os coordenadores das várias equipas da noite e, efectivamente, as minhas obrigações não eram complicadas: garantir antecipadamente que havia um número suficiente de voluntários para se realizar a volta; registar o número de pessoas que eram atendidas nos vários pontos do trajecto; garantir o cuidado com a carrinha e outros materiais e equipamentos; elaborar e enviar os relatórios da volta para o grupo de voluntários; participar nas reuniões dos coordenadores; decidir o que fazer em situações imprevistas que pudessem ocorrer durante a volta. Aceitei, também, este novo desafio. Mantive o trabalho como voluntária e coordenadora da equipa até ao Outono de 2007.

Entre 2004 e 2010 alimentei o diário de campo, ou um registo de acontecimentos, sentimentos e emoções com origem nas interacções com a realidade social que estava a observar. Não se tratava de um diário, na verdadeira acepção da palavra, em que fazia entradas sistemáticas e diárias, essa autodisciplina foi-me difícil manter. Contudo as anotações que fui fazendo ao longo dos anos de contacto com o terreno da pesquisa foram-me úteis para posteriormente analisar e compreender as transformações que se operaram em mim, enquanto voluntária e investigadora, as mudanças nas pessoas que fui conhecendo e com quem fui criando laços de afecto, as oscilações sobre os usos dos espaços públicos pelas pessoas em situação de sem-abrigo e as alterações na própria instituição na qual colaborava.

Conforme esclareci no início deste capítulo, importei as notas de campo para uma base de dados, por mim construída, que me auxiliasse no desenvolvimento da análise. São, no total, cento e quarenta registos de entradas do diário de campo. Criei uma primeira tabela, contendo poucos campos: data de entrada; tipo de entrada; e um título esclarecedor dos assuntos tratados em cada um dos textos. Em seguida procedi à identificação dos actores, dos cenários em que as acções se desenrolaram e das instituições presentes em cada um dos registos. Criei, então, três novas tabelas relacionadas com a primeira: uma de actores; outra de cenários; e uma terceira de instituições. Por cada um dos registos de entrada, criei um registo dos actores presentes.

A tabela de actores continha informação mais específica de modo a permitir identificar as pessoas observadas no contexto da pesquisa: tipo de actor; nome do actor; ou se era referido através de uma terceira pessoa; a situação ou contexto em que se desenrolava a acção; informação sobre as interacções com outros actores; referências à sua história de vida; descrições das emoções verbalizadas ou visíveis exteriormente; aspectos físicos do actor; aspectos psicológicos; representações expressas; e por fim, a situação da pessoa sem-abrigo. Na tabela de cenários incluí outros descritores da situação em que se desenrolou a interacção: tipo de cenário;

nome; descrição; dinâmicas presentes; e informação adicional. A tabela das organizações acabou por ser descartada, pois essa informação podia ser acedida através da tabela de cenários.

Iniciei o preenchimento manual das duas novas tabelas auxiliares: actores e cenários e, à medida que avançava com a codificação, apercebi-me que tinha criado uma série de campos que, apesar de poderem ser interessantes, tornavam esta tarefa demasiado minuciosa e, também, morosa. Para além disso, faltava-me uma visão de conjunto da informação que tinha recolhido. Optei, assim, por identificar, num primeiro momento, todos os actores presentes nas notas de campo e todos os locais que serviram de cenário às observações. Nos quadros que se seguem apresento a síntese da informação geral contida na base de dados.

No Quadro 4.1 agrupei as entradas do diário de campo por ano. O trabalho dos voluntários das equipas de noite da Comunidade Vida e Paz é, regra geral, quinzenal, razão pela qual há poucos registos em 2004 e um decréscimo substancial em 2007, ano em que terminei o voluntariado.

Ano	Total por ano
2004	5
2005	55
2006	39
2007	9
2008	7
2009	24
2010	1
<i>Total geral</i>	<i>140</i>

Quadro 4.1. Entradas do diário de campo agrupadas por ano

O meu envolvimento com as pessoas em situação de sem-abrigo intensificou-se a partir do início de 2005. Estas entradas não se limitavam a registar os acontecimentos observados durante as voltas, mas também as actividades de apoio que prestava a várias pessoas que me solicitavam ajuda, as reuniões de coordenação, ou visitas aos equipamentos da Comunidade Vida e Paz, informação que recolhia através de telefonemas ou conversas informais com outros voluntários, ou, ainda, pessoas em situação de sem-abrigo. Entre Abril e Setembro de 2005, registei poucas entradas no diário de campo. Nesse período, encontrava-me muito envolvida com o projecto do Curso de Mestrado e, embora planeasse recorrer às notas que tinha registado até à data, a entrevista biográfica seria o instrumento principal de recolha de dados junto dos informantes. Retomei o registo no diário de campo no final de Setembro desse mesmo ano, quando fui convidada pelo meu orientador a aprofundar o projecto de investigação, candidatando-me ao Curso de Doutoramento. Em 2009, o número de entradas no diário de campo aumenta ligeiramente e reflecte o segundo momento de observações e entrevistas realizadas noutras instituições que escolhi estudar.

Organizei a apresentação da pesquisa etnográfica em três partes: uma, em que dou conta dos cenários em que decorreram as observações; outra, contendo descrições de vários locais de pernoita; e, por fim, a apresentação de alguns actores, procurando proporcionar ao leitor diversos tipos de interações que com eles estabeleci e que

ilustram a multiplicidade de circunstâncias de vida de pessoas a viver em situação de sem-abrigo.

4.1.1. Cenários de rua

No Quadro 4.2 identifico os tipos de cenários onde ocorreram as situações observadas e registadas no diário de campo. As notas relativas às “Volta” e “Volta C” são as que mais entradas suscitaram, num total de oitenta e cinco. A Volta C refere-se a um trabalho que realizei em 2005, para a organização, em conjunto com outros voluntários. Pretendia-se efectuar um levantamento doutros locais onde pudessem existir pessoas a viver em situação de sem-abrigo. Denominou-se volta C, pois as voltas A e B tinham já um percurso estabelecido e consolidado.

As notas classificadas com o tipo de cenário “Apoio” referem-se a encontros com pessoas que me solicitaram diversos tipos de auxílio: desde acompanhá-las a uma primeira reunião para conhecerem as várias opções existentes para saírem da rua; até consultas médicas ou visitas em hospitais; apoio para tratar dos documentos de identificação; ou, ainda, pedidos de peças de vestuário usado que acabaram por me ser entregues por pessoas com quem trabalhava, por amigos e familiares. Os registos do tipo “Rua” referem-se a situações pontuais em que encontrava, por um acaso, alguma pessoa conhecida. Tomei ainda notas relativas a outras actividades, como a participação em seminários, ou em encontros, como o do Grupo de Reflexão, promovido pelo MSV – Movimento ao Serviço da Vida.

Tipo de cenário	Total
Volta	75
Apoio	25
CVPaz	12
Entrevista	10
Volta C	10
Seminário	5
Festa de Natal	4
Observação	4
Comunidade	3
Observação/Entrevista	3
Albergue: entrevista	2
Comunidade Terapêutica	2
Grupo de reflexão	2
Rua	2
<i>Total geral</i>	<i>159</i>

Quadro 4.2. Tipos de cenários registados no diário de campo

No Quadro 4.3 listo, por ordem crescente, os nomes dos locais onde as interações se desenrolaram. As notas que referem os locais de paragem da volta da equipa da noite são as mais significativas. Em cada um destes locais, quer pela própria geografia do espaço, quer pela quantidade de pessoas que lá se reunia, ou ainda pelo facto de viver uma pessoa em particular à qual a equipa dedicava mais tempo, são referidos mais

vezes.

Cenário	Total
Praça da Alegria	14
Aeroporto	12
Largo	11
Entrecampos	9
Saldanha	9
Chiado	7
Rua P.	7
Sede da Comunidade Vida e Paz	6
Casa da Moeda	5
Igreja S.	5
Cantina Reitoria da Universidade de Lisboa	4
CRAS - Centro Regional de Alcoologia do Sul	4
Graça	4
Lidl	4
Praça de Espanha	4
Quinta	4
CASA - Centro de Apoio Social dos Anjos	3
Comunidade de trabalho	3
São Pedro de Alcântara	3

Quadro 4.3. Identificação dos locais registados no diário de campo

A Praça da Alegria era, de facto, um cenário único onde se encontravam várias pessoas: as que se deslocavam à carrinha e ficavam a conversar, um pouco, sobre os mais variados assuntos; as que já se encontravam deitadas nos bancos de jardim ou no interior dos canteiros; outras, que vivendo nas proximidades, aí se reuniam para conversarem com os conhecidos num banco de jardim.

“Na Praça da Alegria estavam montes de pessoas, a D. Teodora e as velhinhas do Chiado, o Quim e as crianças, a mãe da Lara, a D. Lívia... Estivemos lá na conversa, estavam todos à espera dos ‘amarelos’. Perguntei o que eram os ‘amarelos’ e percebi que era a carrinha do Exército da Salvação, pareceu-me que eles dão comida quente e roupa” (Diário de campo: 30/12/2004).

“Fui novamente à praça da Alegria. A carrinha que entrega sopa, sanduíches e fruta estava a chegar nesse momento e as pessoas estavam a dirigir-se para lá. A D. Lívia toda sorridente. Como estava a chover não havia pessoas nos bancos. [...] Fui conversar um pouco com a D. Lívia que comia a sopa ao lado dum outra senhora vestida de camponesa. Falámos da chuva. A senhora perguntou-me pelo meu chapéu-de-chuva e respondi-lhe que gosto de apanhar chuva e de ficar molhada. A D. Lívia começou a falar sobre os benefícios da água da chuva, para a pele, cabelo e mesmo para a roupa. A camponesa dizia que não, que a chuva vinha da água do mar e que a água era suja. Deixei-as a conversar sobre como é que se formava a chuva, uma dizia que a água era suja e a outra dizia que não. O senhor Nicolau, muito trôpego, foi ter com elas. Trazia a caixa da sopa aberta e estava a entornar tudo enquanto andava. Disse-lhes adeus e entrei no carro. A D. Lívia disse-me adeus com a mão e atirou-me

um beijo com os dedos. Acenei-lhes [...] A Praça da Alegria é um lugar especial. Há solidariedade entre as pessoas, vive-se em comunidade” (Diário de campo: 08/12/2005).

Mas a praça não era apenas um local de paragem das carrinhas de distribuição de alimentos e um espaço convivial. Era também um local disputado por outros moradores que se sentiam incomodados, com a usurpação do jardim pelas pessoas sem-abrigo.

“Parece estar a ‘nascer’ um movimento de limpeza das pessoas sem-abrigo. [...] Na Praça da Alegria foi uma pessoa da Junta de Freguesia, solicitava a colaboração para que os ajudássemos a retirar as pessoas dali e encaminhá-las para outro lado, albergues ou outras soluções. O argumento: os moradores da freguesia querem utilizar o jardim, dizem que também é deles e não o podem fazer porque estão lá a dormir as pessoas sem-abrigo. De quem é a rua, afinal?” (Diário de campo: 05/05/2006).

Era também um local de coexistência forçada e nem sempre pacífica e harmoniosa.

“Veio um senhor ralhar-nos porque nunca tinha acontecido, era a primeira vez, dizia ele, que tínhamos passado por ele e não tínhamos deixado o saco. Pedimos-lhe desculpa, explicámos que chamámos [...] mas nada, o homem dizia sempre a mesma coisa, que tinha sido a primeira vez e que estava muito ofendido com o assunto. Mais à frente estava um senhor deitado no banco a discutir com um rapaz jovem e bonito. O senhor idoso estava zangado, mandava o rapaz estar calado porque queria descansar e já estava farto de o ouvir. O rapaz viu-me e começou a falar comigo, queria saber porque é que todos os relógios estavam parados nas 10 e 10. ‘Mas todos os relógios do mundo estão parados nas 10 e 10?’ - Perguntei-lhe. ‘Não são todos, mas os das ourivesarias e os das relojoarias estão todos nas 10 e 10’. E eu disse-lhe que se calhar era porque os ponteiros dos relógios ficavam bonitos assim, a fazer aquele ângulo. Mas o rapaz dizia que queria saber, que eram sempre as 10 e 10 ou as 10 para as 10. [...] Pediu-me uma t-shirt e disse-lhe para ir à carrinha buscar uma. O senhor de idade virou-se para mim e disse-me: - ‘Viu como ele é, é um chato e eu já não o posso ouvir, está sempre a falar e depois diz que é o diabo e nunca se cala. Eu quero descansar mas ele nunca se cala!’ Tente não ligar, disse-lhe eu, ‘não consigo, ele está sempre a falar’. Pois era preciso paciência e nós não temos sempre paciência. ‘Pois é’: - disse o senhor. Despedimo-nos, o rapaz lá veio para o sítio dele e continuou a falar, sempre a falar”. (Diário de campo: 22/10/2005).

O Aeroporto não se tratava propriamente da área do edifício mas da paragem na Rotunda do Relógio. Este era o primeiro local e várias pessoas que viviam no interior do edifício do aeroporto ou nas proximidades deslocavam-se à carrinha. Na mesma data em que fui abordada pelo representante da Junta de Freguesia, na Praça da Alegria, no aeroporto passou-se uma situação semelhante:

“No aeroporto fomos abordados por uma senhora que liderava um projecto da Segurança Social, Santa Casa e Câmara de Lisboa incumbida pela ANA (Aeroportos de Portugal, SA) para retirar as pessoas sem-abrigo do aeroporto. Pediu-nos para não pararmos lá durante os próximos dias. Respondi-lhe que teria de contactar com a

Direcção da Comunidade Vida e Paz porque somos muitas equipas e essa informação teria de ser dada pela Direcção aos Coordenadores das Equipas da Noite” (Diário de campo: 05/05/2006).

Uns dias mais tarde obtive a confirmação do resultado da operação conjunta no aeroporto:

“No Saldanha estava muita gente. O senhor do corte de cabelo que vivia no aeroporto confirmou que foram todos corridos de lá, agora anda a dormir por todo o lado” (Diário de campo: 01/06/2006).

No Largo residia apenas Sérgio, um dos entrevistados. Era muito conversador e, por vezes, monopolizava a atenção da equipa.

“Encontrámos o Senhor Sérgio e ele gostou de estar ali a falar para uma audiência tão interessada. Expliquei-lhe que os quatro rapazes eram alunos da Academia Militar e Sérgio fez questão de dizer que a formação humana é muito importante para este tipo de profissionais que terão autoridade sobre as pessoas. Ele não simpatiza muito com polícias, pois não costumam tratar bem as pessoas que vivem na rua” (Diário de campo: 26/01/2006).

Entrecampos era outro dos pontos de encontro dos voluntários com das pessoas que por lá apareciam. Foi também um dos locais onde residia uma das pessoas que apoiei e entrevistei, Jorge.

“Por volta das 23 horas fui ter com o Jorge à nova casa dele. Gosto de ficar ali sentada a conversar com ele. Ele senta-se na cama e ficamos ali. [...] Estavam lá, perto dele, alguns miúdos e uma ou duas raparigas a fumar um charro. O Jorge costuma conversar com eles e noutra dia tinha estado a beber whisky com eles” (Diário de campo: 29/03/2005).

O Saldanha era uma paragem geralmente muito movimentada, por vezes reuniam-se aí mais de oitenta pessoas aguardando a chegada da carrinha. O tempo para conversar não era muito, no entanto várias pessoas destacavam-se e apareciam com regularidade nesse local, como é o caso do Poeta que oferecia flores e poemas às voluntárias. Outras vezes, por razões desconhecidas, o Saldanha estava praticamente deserto:

“No Saldanha estavam só duas ou três pessoas. O Senhor Filipe e um rapaz com cerca de 40 anos que está a dormir na rua. Pareceu-me um recém-chegado, estava com frio mas não queria cobertor porque não pode andar com ele” (Diário de campo: 29/01/2007).

No Chiado éramos aguardados durante muito tempo, pois por vezes atrasávamo-nos e quando chegávamos a este local passava já da meia-noite. Duas idosas costumavam esperar pacientemente que chegássemos, davam abraços e beijos carinhosos e falavam sobre a sua saúde ou outras preocupações do seu quotidiano. Era também um ponto de encontro com outras pessoas mais jovens que faziam malabarismo na zona, ou vendedores ambulantes que nos contavam um pouco sobre as suas vidas.

Na Rua P. vivia um jovem que acabámos por apoiar e ajudar a deixar a rua. Muitas vezes ficávamos a conversar com Martim, uma outra, fomos, de surpresa, cantar-lhe

os parabéns, pois era o seu aniversário. Noutras, apenas para conversarmos, para saber como se sentia ou para o avisar dos locais onde poderia dormir numa das vagas de frio. Lá ficávamos, sentados nos cartões, à conversa.

No Jardim junto à Casa da Moeda dormiam poucas pessoas, Jorge era uma delas. Quando decidi sair da rua, várias vezes detínhamo-nos nesse local um pouco mais, para sabermos como estava e se o processo de admissão à instituição para onde iria residir estava a evoluir favoravelmente. Junto à Igreja S. vivia também um senhor que apoiei directamente. Por qualquer razão confiou em mim e acabou por sair da rua com o apoio da Equipa de Rua da AMI.

Todos os locais estão relacionados com as pessoas que fui conhecendo. Exceptuando a Praça da Alegria que tinha, como já esclareci, características próprias de um espaço convivial, como o Jardim Constantino ou a Praça da Parada, no Alto de São João, já mencionados no capítulo II quando apresentei a pesquisa de Mateus, 2007. Contudo, os locais aqui referidos são sempre espaços de encontro dos voluntários, das pessoas em situação de sem-abrigo e, por vezes, também, dos moradores da zona. Juntos, trocávamos impressões sobre assuntos correntes, como o campeonato de futebol ou as mudanças de tempo ou de governo.

4.1.2. Locais de pernoita

O diário de campo referencia ainda outro tipo de cenários, como as casas improvisadas que algumas pessoas transformam para sua habitação, ou outros espaços com características mais inóspitas. Insiro aqui alguns apontamentos que descrevem vários tipos de habitação improvisada: um contentor; um túnel por debaixo de um jardim; a entrada de um restaurante; um canteiro encostado a um muro de sustentação de um miradouro; o topo de um pequeno edifício numa praça; um espaço livre num canto junto de um teatro; e um carro abandonado.

“No Teatro da Comuna fomos ao contentor e lá estava um senhor muito pequenino. Abriu a porta e pude ver como o contentor estava bem arranjado por dentro. Tinha uma caminha linda, uma mesa com velas e um senhor muito pequenino. Parecia tudo uma daquelas histórias infantis da polgarzinha, em que tudo era feito à medida dela, tudo muito pequenino. Foi a primeira vez que conversei com o senhor. O Mário voltou lá para lhe dar algumas roupas e confirmou que é um trabalhador sem casa (no sentido duma habitação convencional), até já tinha preparada a roupa para vestir no dia seguinte para o trabalho.” (Diário de Campo: 08/10/2005).

“O Senhor Amado estava muito zangado com o Dino. Disse-me que o Dino o roubava. [...] Não sei se já expliquei que estes dois senhores vivem [...] debaixo do Jardim [...] num túnel de escoamento das águas que passa por debaixo do relvado” (Diário de Campo: 08/10/2005).

“No restaurante [...] há 3 pessoas que eu nunca tinha visto. São dois homens e uma mulher, todos na casa dos 50 anos tardios. A mulher parece estar com um dos homens. É tão magra que impressiona. Levei-lhe um par de calças 38 mas ela parece

usar o 34. Ficou também com um casaco quente. Têm uma casa montada na entrada do prédio, com dois colchões grandes e pediram-nos cobertores. Lá ficaram com uma manta. (Diário de Campo: 08/10/2005).

“Ele dorme encostado a um muro todo coberto de hera e é lá que esconde as coisas para ninguém roubar. Ainda nos rimos porque ele diz que às vezes esconde tão bem as coisas que não as encontra, outras vezes esquece-se e ficam para lá, enfiadas entre os ramos da hera. (Diário de Campo: 08/10/2005).

“A Praça da Alegria às 9H30 da manhã é completamente diferente. Já estava muita gente a levantar-se, vi que a Ivana estava a dormir sozinha, profundamente, no meio do relvado do jardim. Perguntei a dois senhores se sabiam do Mingo. Disseram-me que ainda estava a dormir. Chamei por ele mas nem se mexia. Estava uma grade amarela a fazer de escada para a casa do Mingo e acabei por ter de subir lá acima para o acordar. É uma grande confusão, lá em cima. Uma enorme caixa de cartão com muitas coisas lá dentro. Ele e um amigo estavam a dormir profundamente. Reconheci o Mingo porque as grandes botas amarelas da Timberland estavam ao lado dele. Chamei-o e ele acordou sobressaltado. Ficou surpreendido por me ver lá em cima e expliquei-lhe como tinha subido. O Mingo tem o olho todo vermelho de sangue. Perguntei-lhe o que era aquilo e ele explicou que tinha sido a polícia com gás pimenta. Ele estava muito embriagado e a polícia tinha-lhe deitado o gás. Disse que estava a tratar-se num médico. Mostrei-lhe as roupas e os ténis cinco estrelas do marido da Corina. É claro que ele ficou encantado com os ténis. Disse-lhe que eram 43, ele calça 44. Em relação às botas Timberland, os ténis pareciam minúsculos. O Mingo explicou-me que as botas pareciam muito grandes porque eram 46. Falámos mais um bocadinho e descí. [...] Voltei para o carro, o Mingo disse-me adeus do alto do seu castelo.” (Diário de Campo: 08/10/2005).

“Depois fomos para o Teatro Aberto. Só estavam dois senhores no novo sítio mais abrigado. Chamei-os e disse-lhes que éramos da Comunidade se eles queriam comer alguma coisa. Quando voltei com a comida já estavam os dois cá fora. Eram dois senhores com cerca de 50 anos, um bastante falador e o outro mais reservado. [...] Perguntei-lhes se estava a correr tudo bem naquele sítio, é um local novo e eles estão a morar lá há pouco tempo. O mais conversador explicou que não estava a haver nenhum problema, o segurança do teatro já tinha falado com eles e eles têm o cuidado de limpar o sítio todos os dias para não haver problemas. Dizia ele (mais ou menos assim): ‘nós somos pobres mas isso não implica que não tenhamos cuidado com o sítio onde estamos a viver. Há pessoas que não têm cuidado nenhum, fazem lá as necessidades, deixam as seringas nos sítios e depois as pessoas ficam aborrecidas. É por isso que há muitos prédios em Lisboa que estão com as portas e janelas todas tapadas com tijolos, assim ninguém lá entra para fazer porcarias.’ [...] Falámos dos dias de chuva e o mais falador explicou que tinha arranjado um plástico especial e conseguiam tapar-se, mesmo quando o vento empurrava a chuva num determinado ângulo que os molhava. Despedimo-nos, trocámos votos de um Feliz 2005 e seguimos para a Praça de Espanha. (Diário de campo: 30/12/2004).

“Fomos ao novo sítio ao pé da Churrasqueira do Campo Grande onde estão dois toxicod dependentes a viver num carro. Estavam a preparar a dose [...] Claro que ficam

gratos por lhes irmos bater à porta a perguntar se querem comer alguma coisa. É óbvio que adoraram os chocolates que a Flora arranjou. A Ilse perguntou-lhes se costumavam ficar sempre ali para começarmos a levar-lhes o saco e o rapaz respondeu que sim.” (Diário de campo: 24/02/2005).

O diário de campo está repleto de descrições como as que aqui incluí. Julgo que elucidam, de um modo inequívoco, como os espaços urbanos, tendo sido concebidos como zonas de circulação ou de estada, vão sendo apropriados por outros habitantes da cidade, excluídos ou esquecidos dos ideais urbanísticos da modernidade.

4.1.3. Actores

O diário de campo contém ainda relatos das interações estabelecidas com diversas pessoas com quem me cruzava em diferentes momentos do meu trabalho enquanto voluntária. Neste ponto apresento alguns desses actores com que mantive relações mais próximas ou que me parecem relevantes para dar a conhecer ao leitor as circunstâncias de vida de algumas pessoas a viver em situação de sem-abrigo.

No Quadro 4.4 apresento a classificação dos actores, por tipo. Informante longitudinal refere-se a pessoas com quem mantive um contacto mais prolongado ou com quem me cruzava com mais frequência. Informante ocasional designa uma pessoa ou um grupo que, por qualquer razão, apenas me cruzei uma vez, muitas delas nem cheguei a saber o seu nome. As equipas da Comunidade Vida e Paz acompanham, também, famílias em situação vulnerável; por vezes prestei apoio a algumas destas famílias. Informante indirecto foi encontrado apenas uma vez, tratava-se de um senhor que conheci no início do trabalho como voluntária e que desapareceu do lugar onde vivia. Em conversa com outro informante, soube que este tinha recebido uma herança e voltado para o lugar onde nascera. Profissional e perito constam das entradas relativas a entrevistas efectuadas a estas duas categorias de profissionais nesta área. As interações com uma pessoa dos serviços sociais dizem respeito à intervenção no aeroporto, relatada anteriormente.

Para além dos informantes longitudinais, mencionados no quadro, uma parte significativa das notas de campo incluiu os voluntários. Estes são, de facto, actores essenciais no apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. Inseri apenas um na tabela de actores mas frequentemente os seus nomes aparecem nas notas, como é o caso de Flora, uma das voluntárias com quem mantive uma relação mais estreita e que se empenhava activamente no apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. Outros voluntários faziam parte da equipa da noite que então coordenava, outros ainda, fui conhecendo nas reuniões de coordenação ou nas reuniões do Núcleo de Apoio à Direcção. Não os tratei separadamente pois, no âmbito desta pesquisa, optei por não analisar o trabalho específico dos voluntários, embora o considere importante para explorar numa outra oportunidade.

Tipo actor	Total
Informante longitudinal	225
Investigador	81
Informante ocasional	8
Família	5
Profissional	4
Perito	3
Informante indirecto	1
Serviços sociais	1
Voluntário	1
<i>Total geral</i>	<i>329</i>

Quadro 4.4. Tipos de actores

Cada pessoa referida no diário de campo foi inscrita na tabela de actores. Na sua maioria, sabia os nomes das pessoas que contactava na rua. Considerei informantes longitudinais sessenta e uma pessoas.

No Quadro 4.5 listo os nomes dos actores referidos com mais frequência nas notas de campo. Alguns deles, os que aparecem a sombreado na tabela, foram entrevistados e serão referidos mais adiante no ponto 4.2. deste capítulo: Jorge, Sérgio e Afonso. Outros, com quem me cruzei apenas uma vez, serão mencionados por se tratar de episódios sobre situações peculiares observadas.

Nome	Total
Jorge	33
Sérgio	26
Martim	19
Jacob	13
Omar Rivca	12
Anselmo	9
Tiã	8
Bartolomeu	7
Guido	7
Afonso	5
Lénio	5
Lourenço	5

Quadro 4.5. Nomes dos informantes longitudinais com maior número de registos

Dado o número considerável de pessoas que conheci e com quem me relacionei mais proximamente, referirei apenas algumas delas, realçando as circunstâncias em que viviam, pedaços das suas histórias de vida, dos seus percursos de vulnerabilidade e, também, dos seus projectos para o futuro ou desejos expressos. Tentei apagar-me desses relatos, muitas vezes não foi possível; os actores revelavam-se, frequentemente, em função das interacções que com eles estabelecia.

Martim

Conheci Martim em Outubro de 2005. Foi-nos indicado por Flora, uma voluntária que começou por trabalhar na minha equipa e, posteriormente, mudou-se para uma outra que fazia o mesmo percurso. A colaboração e partilha de informação entre várias equipas que faziam o mesmo trajecto possibilitavam um acompanhamento mais próximo e continuado às pessoas que se encontravam mais carenciadas ou que se sentiam tentadas a sair da rua.

“O rapaz da baixa, Martim ou Delfim é tão bonito! Dorme todo encolhido na entrada duma loja com um saco de plástico transparente e uma almofada cheia de sacos de plástico dentro. A Flora mandou-lhe cigarros e chocolates. O amigo francês tinha ido para outro sítio. Perguntei-lhe se queria um cobertor e ele respondeu que não, pois não tinha sítio para o guardar. Presenteou-me com um lindo sorriso, daqueles que chegam aos olhos e desejamo-nos boa noite” (Diário de campo: 23/10/2005).

Algumas semanas mais tarde tive oportunidade de conversar um pouco mais longamente com Martim. Nesse dia tínhamos recebido uma oferta espontânea: *“Na praça da Alegria ofereceram-nos um bolo cheio de creme de café, foi um rapaz que passou lá e disse-nos que o bolo tinha sobrado duma festa e se nós o dávamos às pessoas sem-abrigo. Assim foi, o pessoal ficava todo sujo a comer o bolo com a mão, mas não se importava muito.” (Diário de campo: 17/11/2005).* Joel e eu fomos levar um pouco de bolo, também ao Martim. Ficámos a conversar com ele, parecia sentir essa necessidade.

“Contou-nos a sua história – os pais separaram-se quando era pequeno, o pai batia na mãe mas como tinha mais dinheiro ficou com a guarda dos três filhos, duas raparigas mais velhas do que o Martim e o próprio. Até atingirem os 18 anos os filhos viam a mãe às escondidas e quando faziam os 18 anos saíam de casa do pai e iam viver com a mãe. Quando a segunda irmã se foi embora, Martim ficou só com o pai mais dois anos, e foi terrível, disse ele. O pai era muito mau. Quando fez 18 anos foi viver para casa da mãe que tinha, entretanto, casado. Martim ficou decepcionado com a vida em casa da mãe, parecia que ela não lhe dava a atenção e amor que ele precisava. Uma desilusão de amor veio agravar a situação e um belo dia, quando tinha 25 anos, Martim foi embora de casa, sem nada, deixou o computador e um quarto confortável em casa da mãe e acabou por ir dormir para a rua. Confessou-nos que nessa semana tinha visto a ex-namorada no metro e tinha-se escondido com vergonha. Não quer sair da rua porque ninguém gosta dele, ninguém o procurou desde que foi viver para a rua, há cerca de três anos, nem a mãe, nem o pai, nem as irmãs. Ninguém o ama. [...] Martim estava muito emocionado, quase a chorar. Combinei com ele passar por ‘casa dele’ no Sábado. Nos apontamentos que tomei, no caderno, escrevi a seguinte frase: ‘Martim está na rua porque foi abandonado de amor’. (Diário de campo: 17/11/2005).

Dois dias depois desta conversa, Flora e eu fomos encontrar-nos com Martim, como tinha prometido.

“Voltámos para Lisboa e a Flora disse que gostava de ir comigo à baixa para falarmos com o Martim. [...] Lá fomos para o Rossio atulhado de pessoas. Era a inauguração da

árvore de Natal gigante da Praça do Comércio e havia muita gente na rua. Era cedo e as lojas ainda estavam abertas. Passámos várias vezes na loja mas o Martim não aparecia. [...] Andámos às voltas pelas ruas da baixa, cheias de pessoas, pais-natais ao vivo a fazerem de estátuas, castanhas assadas e pessoas a passear. Cheirava a Natal e a festa. Há uma grande discrepância entre o mundo das pessoas ricas que vão às lojas fazer compras para o Natal e o mundo dos arrumadores que precisam dessas pessoas para ganhar a vida. A cidade toda em festa e iluminada parece mostrar-se insensível às dificuldades de muitas pessoas que vivem nas ruas. Causa alguma estranheza esta distância tão grande entre os habitantes da mesma cidade que partilham os mesmos espaços, parecem dois mundos distintos. E eu em que mundo me posiciono, no dos ricos? No dos pobres que dormem no chão? Não durmo no chão mas também não me considero rica, não faço compras de Natal mas como castanhas assadas na brasa a € 1,00 a meia dúzia. [...] Já eram quase oito horas quando resolvemos desistir de encontrar o Martim.” (Diário de campo: 19/11/2005).

No dia seguinte, um Domingo, voltei à Rua P. em busca de Martim, mas foi em vão, tinha desaparecido sem deixar rasto. Só o reencontramos a meio de Dezembro.

“Tivemos a surpresa de encontrar o Martim [...]. Esteve hospitalizado quase três semanas porque uma veia (ou artéria) da perna tinha entupido. Foi de ambulância no dia exacto em que tínhamos marcado encontro. Diz que quer sair da rua, pois iniciou um tratamento com metadona e está a dar-se muito bem. Disseram-lhe que na Comunidade não aceitam pessoas que estão a consumir metadona. Como não sabia quais eram as regras disse-lhe que o melhor seria ir ao Espaço Aberto que estaria a funcionar na Festa. Ficámos a conversar quase uma hora”. (Diário de campo: 15/12/2005).

Na Festa de Natal da Comunidade Vida e Paz encontrei-me com Martim. Teve uma reunião no Espaço Aberto ao Diálogo com uma profissional que o esclareceu sobre os diversos passos a seguir para ser admitido numa das comunidades terapêuticas da organização. Quando alguém quer sair da rua as ajudas multiplicam-se, como se todos quisessem apoiar a pessoa a dar o grande salto.

“Procurei o Cursino para pedir-lhe se arranjava um albergue para o Martim, foi lá conversar com o Martim, o albergue que o Cursino ‘domina’ é em Xabregas e o Martim já lá esteve e não gostou, disse que prefere estar na rua a estar nesse albergue. Parece que há lá uma grande Máfia e ele não quer confusões. O Cursino disse-lhe que talvez conseguisse um lugar no albergue que fica próximo da Praça da Alegria. [...] O Humberto também foi conversar com o Martim e explicou-lhe que a ressaca de metadona é muito pior do que a ressaca de heroína, aconselhou o Martim a consumir pouca metadona, pois caso contrário, iria sofrer bastante. Arranjei umas meias, cuecas e camisola para o Martim e fui embora, tinha o jantar de departamento” (Diário de campo: 16/12/2005).

A Festa de Natal da Comunidade Vida e Paz dura três dias. No dia seguinte lá nos encontrámos, novamente.

“O Martim também vinha embora e combinámos ir juntos de metro. O Jorge disse-me para dar um cigarro ao Martim, pois tinha-o visto a apanhar beatas do cinzeiro e isso

tinha-lhe causado tristeza. Apresentei-os e ficaram a conversar. O Martim estava cheio de curiosidade sobre a vida nas Quintas. [...] Vim de metro com o Martim até ao Areeiro. Fiquei de lhe emprestar uns livros para ele ler. Explicou que a metadona o altera um pouco, já não consegue pedir dinheiro. Ele costuma pedir dinheiro na linha de Sintra, precisava de € 40,00 para a dose de heroína. Agora, que está a fazer a metadona, não lhe apetece pedir e não sabe como ocupar o tempo. Disse-lhe que lhe emprestava um livro, ele tinha muita vontade de ler 'O Código Da Vinci' pois costumava ver muita gente a lê-lo e tinha imensa curiosidade em conhecer o conteúdo do livro. Disse-lhe que no Domingo não estava a pensar ir à Festa e despedimo-nos no Areeiro.” (Diário de campo: 17/12/2005).

Depois de Martim decidir sair da rua e ingressar na comunidade terapêutica, intensificámos as visitas. O processo de admissão por vezes tarda mais do que é esperado e é uma fase em que algumas pessoas se sentem mais fragilizadas, ou porque sentem medo de trocar o conhecido pelo desconhecido, ou porque a demora lhes causa muita ansiedade. É um período sensível pois a motivação para a mudança pode esmorecer facilmente. Não foi o que se passou com Martim pois estava bem firme na sua decisão de mudar de vida.

“O Martim telefonou-me a desejar um Bom Ano. Fiquei agradavelmente surpreendida.” (Diário de campo: 31/12/2005).

“Visitei o Martim na Rua P.. Levei-lhe o jantar e estivemos à conversa sobre o Código da Vinci.” (Diário de campo: 02/01/2006).

“Fomos todos conversar com o Martim, fica sempre muito contente por nos ver, apesar de o acordarmos, pois quando passamos lá costuma ser 1 hora da manhã. Conversámos sobre várias coisas, sobre o processo de entrada na Comunidade e sobre a vida na rua. Em relação à entrada, o assunto está enrolado, como está a tornar-se habitual quando não somos nós a tratar das burocracias. Faz-me um bocado de pena não poder ficar mais tempo a conversar com ele, ele adora conversar, mas a volta tem que continuar e eu durante a semana ando cansada, só me apetece ficar por casa quando acabo de trabalhar.” (Diário de campo: 12/01/2006).

Fui visitando o Martim, não só quinzenalmente no dia da volta. O mês de Janeiro foi particularmente frio nesse ano e as organizações sociais em Lisboa prepararam-se para a “Vaga de Frio”.

“Fui para a baixa ter com o Martim, tinha-lhe prometido passar lá nesse dia. Levei-lhe o resto do almoço, ervilhas com ovos escalfados e arroz. Como estava muito frio ainda aqueci um chá que levei no termo, juntei umas bolachas e chocolate. Estava um frio dos diabos. Passei no sítio dele, mas nada, não estava lá. Fui até ao Rossio, a Flora tinha-me dito que no telejornal estavam a informar que algumas estações do metro iam ficar abertas durante a noite e que estavam a dar alimentos quentes e cobertores no Regueirão dos Anjos. No Rossio estava um arrumador, olhei-o com mais atenção mas vi que não era o Frederico. Na entrada do metro estava um carro da polícia municipal. Perguntei se a estação do Rossio estava aberta para os sem-abrigo. Eles sabiam que havia umas mudanças mas não tinham a certeza. Desci à estação e não vi ninguém, perguntei a um segurança se eles estavam à espera de receber pessoas sem-

abrigo e ele disse que a estação estaria aberta a noite toda, mas eles só podiam ir para lá depois da 1 hora. Voltei para cima e passei mais uma vez na loja, nada de Martim. Telefonei à Flora para ver se ela me dava alguma ideia brilhante e decidi oferecer a comida ao arrumador. Era o Mário e ficou muito contente com a minha oferta, ainda não tinha comido nada quente nesse dia e desde a manhã não comia nada. Bebeu o chá, ficou com as bolachas. Tinha um sotaque estranho e perguntei-lhe se era brasileiro, não, é açoriano, de S. Miguel, está a fazer o tratamento de metadona e está à espera de vez para entrar num Centro em Alcântara. Disse-lhe das estações de metro abertas e dos cobertores no Regueiras. Ele dorme numa casa abandonada mas diz que faz muito frio, se conseguisse arranjar dinheiro suficiente ia dormir para uma pensão, com 6 euros já conseguia dormir. Não queria ir para o metro porque tem medo que lhe batam ou que o assaltem. Despedimo-nos, deu-me dois beijos de agradecimento. Ia para o carro mas ainda passei pelo Martim, por descargo de consciência. Tinha acabado de chegar, tinha ficado no terminal de autocarros em Sete Rios a ver o jogo do Porto Rio-Ave. Fomos tomar um café. Na Rua P. soprava um vento gelado. O Martim é muito falador, conversa sobre o que vê na televisão, sobre o livro que está a ler e sobre as notícias que lê no Jornal. Disse-lhe que tinha dado o jantar dele a outra pessoa, ficou com um bocadinho de pena mas como já tinha comido bolos, não estava com muita fome. Voltámos para o sítio dele. Dei-lhe os cigarros que tinha comprado para ele e para a Catarina. Tinham-lhe levado o cartão para ele se deitar e tinha de dormir em cima dos jornais. Falei-lhe da estação de metro do Rossio, ele não sabia de nada. Disse que preferia ficar no sítio dele, pois só podia ir para lá à uma e tinha de se levantar às seis da manhã porque o punham na rua. O chão da rua deve estar frio. Custou-me despedir-me dele. Mas o que podia fazer? Agora que escrevo, podia ter-lhe dado dinheiro para ir para uma pensão, mas isso também não resolve nada, nem eu tenho dinheiro para gastar assim em extras. Gosto do miúdo e faz-me pena, embora ele não peça nada, nem seja nada choringas, parece que está conformado com a vida que tem.” (Diário de campo: 27/01/2006).

Soube mais tarde, pelo telejornal, que as pessoas sem-abrigo não foram dormir para as estações de Metro. Somente um sem-abrigo tinha aproveitado a generosidade do Metropolitano de Lisboa e dormido na estação do Rossio. Curiosamente, foi Martim o único a aceitar a oferta.

“Tinha prometido ir visitar o Martim na quinta-feira, não me apetecia nada ir, pois chovia torrencialmente e ando cansada, mas não gosto de falhar com as promessas. Quando cheguei [...] o Martim estava deitado a ler o Diário de Notícias. Ficou surpreendido por me ver ali debaixo daquela chuva e com um chapéu-de-chuva do MIT (brincadeira familiar). Levei-lhe um jantar que ele comeu agradecido. Passou-me o Jornal para eu ler enquanto ele comia. Sentei-me aos pés dele, tinha arranjado uma placa de esferovite muito alta que o devia proteger do frio e humidade. Ficou a comer enquanto eu tentava ler a notícia sobre o novo planeta 2003 UBI 313, já tínhamos conversado sobre este novo planeta na semana passada. O Martim é muito conversador, não sei a que propósito começou a contar que o pai dele esteve quase a ir para padre mas depois desistiu. O Martim estudou em M. e depois foi estudar para o Liceu de A.. O pai sempre insistiu muito para as irmãs e o Martim estudarem. Mas o Martim não gosta muito de matemática, apesar de ter feito o 12º ano.” (Diário de

campo: 02/02/2006).

O aniversário do Martim é em Fevereiro e organizámo-nos para lhe fazermos uma surpresa nessa data.

“Às onze e pouco fui ter com a Assunção para irmos para a baixa ter com o Martim. Comprámos um brigadeiro para cantar os parabéns ao Benício. À hora marcada apareceu o Joel e depois as manas da equipa da Flora. O Benício chegou com a Helga, a irmã, o namorado da irmã e mais um amigo, miúdo. Éramos 10. Esperámos pela meia-noite e fomos pela rua fora com o bolo na mão e as velas acesas. Levei umas cornetas de carnaval e o Martim acordou estremunhado mas muito sorridente, teve de sair da ‘cama’ para vir tirar fotografias e ficámos a comer bolo e a conversar. O Martim estava um bocado triste porque o CAT não permite que ele faça a desintoxicação na Comunidade, alegam que não conhecem o tratamento que se faz na Comunidade, e fazem eles a desintoxicação. Como está com 80 miligramas, tem de reduzir até 40 para poder fazer a desintoxicação da metadona. Ia reduzir 5 mg no dia seguinte e outros 5 na sexta-feira. Depois continuaria a reduzir 2 mg por semana até chegar aos 50 mg. É um processo que irá demorar cerca de 6 semanas. Estava um bocado desanimado mas eu lá disse aquelas frases encorajadoras que o fazem rir. Disse-lhe para nos chamar quando estivesse desanimado e tocávamos a corneta para ficar corajoso. Enfim, brincadeiras, para aliviar o ambiente. Despedimo-nos” (Diário de campo: 15/02/2006).

Benício, um jovem voluntário da minha equipa da noite, que fazia anos no dia seguinte ao de Martim, organizou uma grande festa para celebrarem em conjunto os aniversários.

“No final do dia fui à festa de aniversário do Benício e do Martim. [...] Era um grande jantar num restaurante com sala reservada para o efeito. O Martim apareceu todo bem-posto e cheiroso. O Benício tinha ido buscá-lo nessa manhã, tinham ido ao barbeiro, tinha tomado banho em casa do Benício, creio eu, e estava com umas roupas catitas. Os amigos do Benício foram muito simpáticos com o Martim e ele parecia bastante feliz. Depois do jantar voltámos para Lisboa e fomos para Santos beber um copo e dançar. Estivemos num bar simpático, junto às escadas do Plateau. O Martim dançou e bebeu umas cervejas connosco. Ainda fomos comer um caldo verde na 24 de Julho. Não sabia como a festa iria acabar para o Martim. Às tantas o Benício pediu-me para eu deixar o Martim em casa dele, ou seja à porta da loja [...] pois não tinha coragem de o deixar lá. Disse ao Martim que me custava deixá-lo a dormir na rua, estava frio e meio de chuva e parecia-me a história da gata borracheira, depois do baile com o príncipe, desfazia-se a magia e voltava tudo à normalidade. O Martim sorriu-me e disse para eu não me preocupar que ele ficava bem. E assim foi, despedimo-nos, ele foi dormir para a rua e nós voltámos para as nossas casas”. (Diário de campo: 18/02/2006).

Mantive o contacto com o Martim até ingressar na Comunidade Terapêutica e durante o período longo em que lá ficou a viver. Julgo que lhe telefonei uma ou outra vez. Enviou uma carta à Flora pedindo-lhe para lhe escrevermos e dizendo que tinha saudades da equipa maravilha, como acabámos por nos autodenominar. Em Maio desse mesmo ano fui a N., visitar o Anselmo. Martim estava “com medidas” e não

podia falar comigo. Vi-o de fugida.

“Pedi ao senhor se podia falar um bocadinho com o Martim, no final da visita ao Anselmo e ele disse que podia ser por uns minutos mas que devia falar com o monitor quando fosse lá deixar o Anselmo. Tive uma míni visita guiada ao centro e enquanto estávamos no pátio passou o Martim e falámos por breves instantes. Está tão bonito e com boa cara, mais gordinho, a pele da cara menos seca, gostei muito de o ver, apesar de parecer que tinha uma pequenina tristeza no olhar.” (Diário de campo: 21/05/2006).

Depois desse encontro fugaz, escreveu-me uma carta contando dos seus progressos, o tratamento e a reaproximação com a família. Quando teve autorização para passar o fim-de-semana em casa, visitou-me algumas vezes, em Lisboa. Só em Janeiro de 2007 voltei a registar uma entrada sobre o Martim.

“O Martim também me veio visitar. Anda meio aborrecido em N., esteve com medidas e não pôde sair durante algum tempo. Esteve bastante tempo a conversar comigo no café, num Sábado, antes de ir passar o fim-de-semana com a mãe. Contou muitas coisas sobre o tratamento e sobre a relação dos conselheiros com os internados e da forma como os primeiros usam do seu poder. Contou que lhe apetecia desistir, sentia que não estava ali a fazer nada, procurei demovê-lo e dar-lhe alguma força para se manter lá até ao final. Falou do dinheiro que a Comunidade recebe por cada internado, 250 contos por mês, 80% são da Segurança Social e 20% são da Misericórdia. [...] No início do ano estive aqui novamente, no almoço do dia de Reis. Conversámos pouco porque tinha a casa cheia de pessoas e ele disse-me que ia iniciar uma nova etapa bastante difícil no tratamento, teria que rever todo o seu passado e escrever sobre isso. Ele não queria passar por essa etapa, apetecia-lhe deixar as recordações tristes escondidas na sua memória, mas isto faz parte do tratamento, dizem os especialistas. Tentei animá-lo, dizendo-lhe que provavelmente esse processo lhe iria fazer bem, podia ser encarado como uma arrumação e limpeza da cabeça, seria bom aliviar-se das tristezas. Penso que só voltarei a falar com ele nos anos dele.” (Diário de campo: 20/01/2007).

Em Maio de 2007 voltei a ter notícias do Martim, através da Flora.

“Soube que o Martim está a trabalhar [...] e que está muito satisfeito. A irmã comprou-lhe um andar lá.” (Diário de campo: 03/05/2007).

Em Abril de 2008 participou num documentário televisivo que, ironicamente, descrevi como um programa: “sobre voluntários salvadores e pessoas salvas”. O Martim tinha-me telefonado uns dias antes a convidar para almoçar com ele, as irmãs e a mãe e que iriam também alguns voluntários amigos. Não me falou que esse almoço fazia parte de uma das cenas do programa.

“Quando cheguei percebi que estavam a filmar uma parte do programa para a televisão. O local, a entrada da loja [...] onde o Martim dormiu durante vários anos. A ideia do programa era, segundo percebi, simular o reencontro do salvo com o salvador principal e os salvadores secundários, à porta do local onde o salvo foi salvo, já todos agora pertencendo ao mundo dos salvos. Nós, salvadores secundários devíamos simular o encontro para tornar a cena mais viva. A Flora, uma das manas gémeas e a

Alice acederam a serem filmadas para o programa, eu disse que não queria. Depois fomos almoçar e gostei de conhecer a família do Martim” (Diário de campo: 05/04/2008).

Esta foi a última entrada no diário de campo sobre o Martim. De vez em quando telefona-me a saber como estou, como estão as minhas filhas e a contar novidades da sua vida. Quando soube que tinha passado por um período difícil na minha vida pessoal, disse-me que eu lhe poderia ter pedido ajuda, como ele soube fazer quando precisou. Por vezes acontece que nos esquecemos de pedir ajuda. No Natal e Ano Novo envia-me uma mensagem. Trocamos mensagens ou telefonemas nos nossos aniversários.

Jacob

Conheci Jacob na paragem do Aeroporto, no final de Dezembro de 2004. Os primeiros registos dos encontros com Jacob são de Janeiro de 2005.

“O Jacob é angolano, está a viver no terminal do aeroporto há 2 meses e 1 semana. Os papéis do subsídio de desemprego desapareceram e, um dia, não se sabe bem quando, vai receber o dinheiro. Com o dinheiro que receber quer pagar os dois meses que deixou atrasado na casa onde morava. Não quis ir para os sítios criados para a vaga de frio pois diz que é uma grande confusão. Quando falei de Angola ele disse que era um país lindo mas devastado pela guerra. [...] Ficou com umas calças de ganga nº 42, mas o número dele é o 40.” (Diário de campo: 27/01/2005).

Apesar de Jacob não parecer muito interessado em falar com Fabrício, um voluntário da Comunidade Vida e Paz com uma vasta rede de conhecimentos nos meandros da área social em Lisboa, aceitou encontrar-se comigo, em Março, na sede, para ter uma reunião com este voluntário. Estava convicta que seria possível encontrar uma solução para Jacob. Na verdade, apenas precisava de um empurrão que desbloqueasse a questão do subsídio de desemprego.

“Às duas horas lá estava na Comunidade e o Jacob apareceu um pouco depois. Estava um pouco estranho, pouco à-vontade e com pouco entusiasmo. [...] Fabrício [...] arranhou umas soluções para o Jacob: uma entrevista para fazer um curso de formação remunerado e uma entrevista para poder voltar para Angola, com um bilhete só de ida. Ainda falou para o Olho Vivo para saber do passaporte mas não conseguiu encontrar nada. No meio da conversa, falei do subsídio de desemprego e percebi que tinha feito asneira, o Jacob não tinha falado de nada... [...] Mas Fabrício não se importou nada com a omissão de Jacob, disse-me que notava que o Jacob estava muito sentido com o país e que não se podia fazer mais nada por ele. [...] Levei o Jacob ao aeroporto, perguntei-lhe se tinha gostado de ir à Comunidade falar com o Fabrício e ele respondeu alguma coisa que não gostei muito. Às vezes as pessoas estão tão aborrecidas com a vida que só mandam para fora coisas antipáticas. Despedi-me do Jacob” (Diário de campo: 04/03/2005).

Passados uns dias: *“Jacob pediu-me dinheiro depois de lhe ter perguntado o que tinha*

acontecido com o Olho Vivo. Não lhe dei os € 3,00 que me pediu. Senti-me mesquinha mas não quis dar-lhe o dinheiro, disse-lhe que não podia ser” (Diário de campo: 24/03/2005).

Em Abril, Jacob estava muito feliz pois tinha chegado o cheque da Segurança Social. Mas para grande azar tinha havido um erro no seu nome e o banco tinha recusado o pagamento. Teria de aguardar mais algum tempo. Em Maio recebi um correio electrónico duma outra voluntária, informando que Jacob precisava de dinheiro para transportes para ir buscar o cheque do subsídio de desemprego a Loures. A voluntária ofereceu-se para comprar-lhes os bilhetes de autocarro na manhã seguinte mas Jacob recusou. *“Disse que ia contactar a Susana quando tivesse o cheque para que ela fosse com ele levá-lo”* (Relatórios das equipas da noite: 11/05/2005).

Foi no Verão de 2005 que sucedeu o episódio com Jacob. Não tenho registos no diário de campo, no entanto, tenho os relatórios das voltas das equipas da noite, os correios electrónicos trocados e a minha memória. Depois da reunião com Fabrício e de Jacob ter recusado as propostas que este lhe apresentou, continuei a vê-lo nas voltas. Para além da questão do subsídio de desemprego, havia ainda o passaporte angolano caducado. Por duas vezes fomos à Associação Olho Vivo que apoiava pessoas estrangeiras indocumentadas, para tentarmos renovar o passaporte. Tentei ainda, junto de um familiar, obter uma certidão de nascimento em Angola para que Jacob pudesse fazer um novo passaporte.

Por essa altura, disse-me, muito feliz, que tinha recebido notícias duma freira em Angola que tinha tomado conta dele na sua infância e juventude, pois os pais tinham já falecido. A freira queria que ele regressasse a Angola mas primeiro queria que tirasse a carta de condução em Portugal, pois isso seria uma mais-valia quando voltasse. Jacob foi aperfeiçoando esta notícia com mais pormenores. A freira ia enviar-lhe dinheiro para que Jacob pudesse tirar a carta. A chegada eminente do dinheiro aos bolsos de Jacob serviu-lhe de desculpa para pedir emprestado uma quantia mais elevada. Recusei. Soube, pelos voluntários doutras equipas, que este ia pedindo dinheiro a outras pessoas, contando sempre a história que estava para breve a chegada de ajuda vinda de Angola para poder regressar ao seu país. Usava o meu nome para tornar a história mais convincente.

O seu desespero devia ser de tal forma intenso que uma manhã recebi um telefonema de Jacob, fingindo ser um funcionário importante de um Banco em Angola. Com esse telefonema procurava convencer-me que havia uma dificuldade em fazer chegar dinheiro a Lisboa mas que muito brevemente isso iria suceder. Quando recebi esse telefonema reconheci de imediato a voz de Jacob. Fiquei de tal forma surpreendida com a mentira e simultaneamente com a sua ingenuidade, julgando que conseguiria convencer-me de que estava, de facto, a falar com um funcionário importante, em Luanda, que não fui capaz de o desmascarar durante o telefonema. Fiquei sem saber o que fazer. Nesse dia, durante a tarde, Jacob telefonou-me para saber se tinha alguma notícia para ele, respondi que não, não havia nenhuma novidade. Jacob ficou surpreendido por não lhe falar sobre o telefonema de Angola. Decidi não referir o assunto, aguardando o seu próximo passo. Foi mantendo a história que o dinheiro iria chegar em breve, como se pode confirmar pelas notas de campo que retomei em

Outubro de 2005.

“No aeroporto estava o Jacob, disse que já tinha os documentos e que tinha recebido o dinheiro em travellers’ cheques. Eu já não acredito nestas histórias do Jacob e o Mário confirmou que a minha cara é condizente com o que penso.” (Diário de campo: 08/10/2005).

“No aeroporto o Jacob continuou com a história dos documentos e que não consegue movimentar os cheques. Ouvi tudo mas não reagi, se ele quiser ajuda vai ter de pedir claramente – por vezes tenho a mania de antecipar os pedidos de ajuda.” (Diário de campo: 22/10/2005).

“No aeroporto o Jacob pediu-me para ver se eu conseguia fazer-lhe a reserva do bilhete para Angola, respondi-lhe que não conheço ninguém que trate de reservas. Ficou chateado comigo e foi embora.” (Diário de campo: 17/11/2005).

“Também encontrei o Jacob, disse que não consegue a viagem para Angola, só em Fevereiro. Continuo a pensar que a esta história é inventada, mas não há muita forma de a confirmar, só o tempo pode demonstrar se o dinheiro existe ou não.” (Diário de campo: 17/12/2005).

“Ficámos à espera da carrinha da volta A porque houve um engano e ficámos com os sacos das entregas da Volta A, em vez da nossa. Às tantas apareceu o Jacob todo sorridente, saí da carrinha para o cumprimentar. Disse que já tirou a carta de condução e agora está a fazer um curso. Disse que me telefonava quando fosse para Angola. Perguntei-lhe se queria o saco, ele disse que não que agora já não precisava mas aceitou os chocolates que levávamos” (Diário de campo: 15/06/2006).

Este foi o último registo com entradas sobre Jacob. Um dia telefonou-me pedindo-me dinheiro, somente nessa altura o confrontei com o telefonema falso. Ficou atrapalhado mas disse-me que podia explicar o que tinha acontecido. Respondi-lhe que não era necessário explicar nada. Em 2011 vi Jacob no supermercado do bairro onde vivo. Evitei o olhar e ele também.

Omar

Não registei a data em que conheci, pela primeira vez, Omar Rivca, um senhor indiano que morava junto à Igreja S.. Recordo que esta era uma das paragens obrigatórias da carrinha e, como acabei por ser a condutora habitual, por vezes, se a paragem era curta, ficava a aguardar o regresso dos elementos da equipa que tinham ido deixar o saco com os alimentos. Já tinha ouvido falar do senhor que ali ficava. Diziam-me que não era muito simpático e que tinha mau feitio. Creio, mas não disponho desse registo, que mantinha com ele uma relação cordial, quando estava bem-disposto, e firme, quando estava de mau humor.

A primeira entrada no diário de campo é de Outubro de 2005, um dia em que fui ajudar uma outra equipa na volta. As histórias que circulam entre os voluntários acerca das pessoas que se conhece acontecem, inevitavelmente. Algumas delas

pareciam verídicas, outras, como esta que me contaram sobre Omar, não lhes dava muita atenção. Também as narrativas do próprio eram muitas vezes por mim consideradas como tal. Apenas histórias em parte verídicas, com alguma verdade à mistura, ou inventadas por qualquer razão que não me importava averiguar. A que me contaram sobre Omar parecia-me pura ficção.

“Prosseguimos a volta e duas pessoas da equipa do Mário, a mãe e filha contaram que o senhor [...] era um suspeito assassino que tinha morto um rapaz no teatro e ferido duas pessoas. Fomos ter com ele, estava com aquele comportamento meio chato, quando pede coisas e respondemos que não temos e ele continua pedir e a exigir atenção. Contaram também, a mãe e a filha, que ele é um suspeito terrorista e que ainda não foi preso porque acham que ele é um elo de ligação terrorista que pertence a um grupo (não percebi qual). Na última volta, ou há mais tempo, ele contou que não podia voltar para a Índia porque era terrorista e se entrasse lá prendiam-no. Estas histórias da rua são muito confusas e raramente se podem considerar verdadeiras” (Diário de campo: 08/10/2005).

Imagino que nesse mesmo dia marquei com Omar levar-lhe alguma roupa. Houve períodos que no meu trabalho me davam roupa usada para oferecer às pessoas que moravam na rua. Guardava-a em casa, pois podia servir para uma necessidade mais urgente. Pelos registos, sei que voltei no dia seguinte, de manhã, ao local onde Omar dormia para lhe deixar alguma coisa que me tinha pedido.

“De manhã [...] preparei dois sacos, um para o Rivca e outro para o Mingo [...] O Rivca estava a dormir com uma ponta do cobertor enrolada na cabeça, como se fosse um turbante. Chamei-o, disse-lhe quem era. Ele entreabriu um olho, sorriu-me, disse-lhe que ia deixar o saco debaixo do colchão. Ele acenou com a cabeça e voltei para o carro.” (Diário de campo: 08/10/2005).

Creio, agora, visto à distância, que nos aproximámos mais a partir dessa data. Numa das voltas, no início de Outubro, não registei que se tinha queixado de uma dor forte no ombro. Eram tantas coisas que aconteciam nas voltas, mas passados uns dias, em 26 de Outubro soube que essa queixa tinha fundamento.

“Soube que o [...] Rivca estava internado no Hospital, afinal tinha uma clavícula partida e foi operado duas vezes. Fiquei cheia de remorsos porque tinha estado a brincar com ele no dia em que fiz a volta com o Mário, ele pediu-me para lhe segurar no pulso para me mostrar o ombro. Estava todo pisado e na altura pedi-lhe desculpa por estar a troçar dos dói-dóis dele. Bom, abreviando a história [...] tinha o ombro partido desde o dia 3 de Outubro, tinha ido ao hospital, fizeram-lhe vários exames mas nada ao ombro, foram TAC's e radiografias e mandaram-no embora. No dia 13 a equipa decidiu levá-lo à urgência do Curry Cabral e então descobriram que tinha a clavícula partida e foi operado duas vezes, teve direito a parafusos e tudo! Fui visitá-lo ao hospital, estava no Curry Cabral. Estivemos à conversa quase 1 hora, contou-me do trabalho nas obras e do dinheiro que ganhava. Ele caiu quando estava na obra em A. e veio para Lisboa. Parece que ainda viu o patrão uma vez, na Praça de Espanha e ia trabalhar numa obra em Beja quando o patrão desapareceu e ele adoeceu e foi para o Hospital. O resultado foi que ficou sem trabalho, sem casa, sem dinheiro e acabou por ficar sem documentos porque alguém pegou fogo às coisas dele. Acabou por pedir-me

cigarros e fui visitá-lo hoje outra vez. Fiquei a saber algumas coisas sobre ele, é do Punjab. [...] Contou-me que tem duas irmãs casadas, uma vive na Bélgica e o cunhado trabalha na agricultura, separa maçãs e pêras por tamanhos. A outra irmã vive nos Estados Unidos da América. O marido é taxista e vivem em Nova Iorque. Os pais do Rivca já morreram mas a avó materna ainda é viva. Soube também que esteve na Alemanha, na Bélgica e agora em Portugal, onde quer ficar a residir.” (Diário de campo: 26/10/2005).

No hospital foi muito bem tratado, tinha um quarto só para ele e, recordo-me de pensar como seria custoso sair de um ambiente quente e confortável, como era o do hospital, para voltar para o seu banco de pedra junto da Igreja. Provavelmente Rivca sentiu o mesmo, pois já em Novembro, disse-me que queria sair da rua.

“O Rivca, [...] quer sair da rua, tem dores provocadas ainda pela operação e eu não soube o que lhe dizer. Ontem falei com o Fabrício sobre esta situação e ele diz que o Rivca só poderá ser admitido numa Quinta se aceitar ‘tratar-se’. Como o Fabrício estava com muita pressa, não fiquei elucidada sobre o que é isto de ‘tratar-se’. Mas ainda acrescentou que não pode ser, o Rivca ocupar um lugar de uma pessoa, quando ele pretende apenas que a Comunidade o ajude a tratar dos papéis e não quer tratar-se. A Comunidade existe para ajudar as pessoas?” (Diário de campo: 05/11/2005).

Pedi-nos ajuda para ligar para a Índia.

“O Rivca pediu-me para lhe ligar para a Índia, uma senhora tinha-lhe comprado um cartão para usar na cabine. Tentei ligar mas a ligação era interrompida. Pedi ao Benício para ligar para casa, para testar se o cartão estava bom. O Benício não queria acordar os pais, e ligou para os bombeiros. Fiquei espantada por ele saber o número de telefone dos bombeiros.” (Diário de campo: 17/11/2005).

Voltou a pedir-me ajuda em Janeiro de 2006.

“No sábado lembrei-me que tinha combinado encontrar-me com o Rivca para irmos levantar o dinheiro na Western Union. Fui ter com ele à Igreja S. ainda não eram dez horas da manhã, estava sentado ao sol, cheirava a vinho e tinha um pé magoado. Pediu-me para ir sozinha porque ele não podia andar. Não queria ir sozinha tratar de receber o dinheiro dele, disse-lhe que íamos de carro e assim ele não se cansava. Pediu-me desculpa de estar a cheirar mal, mas não podia tomar banho porque está com um penso no ombro e levou pontos na cabeça e não se pode molhar. Perguntei-lhe onde costumava tomar banho e ele disse que era na Alameda. Realmente cheirava um bocado mal. Perguntei-lhe porque é que andava sempre a cair e ele confessou que anda a beber muito, pois por vezes começa a pensar na situação em que se encontra e então bebe para não pensar em nada. Na verdade a situação dele não é nada boa, é indiano, não tem documentos, não tem trabalho, vive na rua, não tem dinheiro, passa a vida a cair e está com o braço ligado. [...] Parei o carro e fomos até à WU. Não se pode fazer nada, a ordem de pagamento estava em nome do Rivca e só ele é que podia receber o dinheiro. Explicámos aos senhores que o Rivca não tem papéis, o dinheiro está a ser mandado pelo cunhado e pela irmã para ele poder tirar o passaporte. Mas os empregados foram firmes, tinham ordens de que só podiam entregar o dinheiro mediante a apresentação de documentos válidos. Este mundo é de

uma burocracia exagerada, para um desgraçado que vive na rua poder receber uns míseros € 199,25 precisa de documentos e como não tem documentos não pode receber o dinheiro. Telefonámos para os Estados Unidos, falou com a irmã e pediu-lhe para mudarem o nome para o meu, disse à irmã que eu era da Amnistia Internacional e que o estava a ajudar, isto explicou-me mais tarde. No sábado já não havia mais nada a fazer. A senhora da agência disse-me que podia voltar lá no Domingo, pois estão abertos todos os dias até às 19 horas. Ficámos desanimados. O Rivca queria que eu lhe guardasse o dinheiro para ele não gastar em vinho. Convenci-o a vir comigo à Comunidade para irmos buscar um blusão. Até foi bom porque o Olavo arranjou-lhe um blusão bestial, da Gore-tex enorme que espero o proteja do vento e da chuva. Pedi ao Tomás uns sumos, ele deu-me 8 frascos e o Rivca estava alucinado com tanta abundância. Perguntei-lhe se queria comer e ele disse que não. Passei por uma caixa com bolos e peguei num caracol, já eram quase onze horas e ele não devia ter comido muito. Pedi-me para eu lhe fechar o blusão porque ele tem o braço magoado e não tem grande mobilidade. [...] Deixei-o na ‘casa dele’, como ele diz. É um rapaz com sentido de humor, apesar da vida tão complicada que tem. [...]. Passei pela Igreja S. antes de vir para casa. Lá estava ele pendurado no muro da Igreja, com o belo blusão azul... Ficou muito contente por me ver. Expliquei-lhe que a transferência ainda não tinha sido modificada para o meu nome. Mostrou-me um papel da polícia em que dizia que tinha sido roubado. [...] Metemo-nos no carro até à Praça da Figueira. Agarrou-me o braço porque está coxo, ia-me partindo o braço em dois. [...] O empregado disse que não havia nada a fazer, sem documentos a responsabilidade da entrega seria dele, no caso de haver complicações, e é óbvio que o homem não queria complicações. O Rivca começou a ficar nervoso, a falar alto e a dizer palavrões. [...] Lá falou com a irmã, paguei o telefonema e viemos embora. O papel tinha desaparecido e o cunhado tinha de voltar a uma agência mais importante para mudar a ordem de pagamento para o meu nome. Voltámos para o carro e levei-o para ‘casa’ dele na Igreja S..” (Diário de campo: 27/01/2006).

Sobreviver sem documentos válidos pode ser uma verdadeira tormenta para quem reside em Portugal. As dificuldades que passámos para conseguir receber o dinheiro que a família de Rivca tinha enviado dos Estados Unidos foi uma verdadeira odisseia. Este dinheiro seria utilizado para emitir um novo passaporte, pois o seu tinha sido queimado. Esses momentos que passei com Omar Rivca para levantar o dinheiro e fazer o passaporte serviram, também, para conhecer um pouco mais sobre a sua história de vida, percurso de vulnerabilidade e como se organizava para sobreviver. O apoio que aceitei dar-lhe nem sempre foi pacífico para mim. No meu percurso enquanto voluntária procurava manter-me à margem das escolhas que cada um fazia para si. Não me sentia de forma alguma “a salvadora” ou “a alma caridosa”. Julgo que as minhas motivações, apesar de não estar ainda certa, estão relacionadas mais com uma forma de estar no mundo e com os valores que me orientam. Esta é, efectivamente, uma questão de foro íntimo que ainda não está totalmente resolvida, razão pela qual me sinto ainda incapaz de produzir um discurso tranquilo sobre as minhas motivações para ser voluntária.

“Eram quase sete horas quando [...] fui buscar o Rivca à Igreja S.. Tinha estado a tirar sangue, ele diz que vai entrar para a Comunidade Vida e Paz na próxima semana. Não

sei quem lhe meteu essa ideia na cabeça, mas ele está convencido que o vão buscar na próxima semana. Lá voltámos para a Praça da Figueira, sempre a conversar no caminho. [...] Falámos de vários assuntos: ele bebe vinho porque diz que é a única forma de dormir, quando não bebe não consegue dormir. [...] Perguntei ao Rivca como é que ele fazia para comer, explicou que há duas pessoas que lhe dão de comer, uma pessoa de um restaurante leva-lhe restos de comida, e outra dá-lhe coisas de comer. Ele não gosta da comida que a Comunidade Vida e Paz lhe leva. Diz que é sempre a mesma coisa e ele não come. Da Comunidade gosta de receber roupa e os cobertores. Levantámos o dinheiro, passada quase meia hora, a agência tinha bastantes pessoas. O Rivca ia ficar com 20 euros e pediu-me para eu guardar o resto pois tem medo de ser roubado [...] Acabou por ficar só com 10 euros, 5 para tirar as fotografias e o resto para comprar vinho e uma Gillette para a barba. Quer fazer a barba antes de tirar as fotografias. Parece que vai tirar os pontos da cabeça amanhã, mas ele diz que lhe dói sempre que tira pontos. Combinei com ele deixá-lo na embaixada da Índia na próxima sexta-feira para ir tratar do passaporte. Quando vínhamos para cima estava mais contente. Pediu-me para o levar ao Minipreço para comprar vinho, como estava fechado, fomos ao Pingo Doce. Ainda me pediu para ficar à espera e o levar para casa, mas eu disse-lhe que estava muito cansada". (Diário de campo: 31/01/2006).

"Conforme prometido passei pela Igreja S. às 9 da manhã para levar o Rivca à embaixada da Índia para fazer o passaporte. Fiquei decepcionada pois ele estava com um aspecto lastimoso. Tinha caído ao chão dentro de uma poça de água e estava todo molhado, sem meias, com um cheiro péssimo a urina e tinha estado a beber. Era óbvio que não tinha feito nada do que tinha pensado, comprar a Gillette, fazer a barba, tomar banho e tirar as fotografias. [...] Pediu-me mais dinheiro. [...] Disse-lhe que seria melhor ele ficar com o dinheiro todo pois eu não tinha nada que estar a guardar-lhe o dinheiro e estar a dá-lo às pingas até se acabar. Ele ria-se para mim e lamentava-se que cheirava mal e queria tomar banho, não tinha calças. Fui ao carro buscar umas que me tinham dado no trabalho. Acabou por ficar só com 5 euros e pediu-me para eu guardar o resto, já só há 185 euros. Estava zangada com toda a história" (Diário de campo: 03/02/2006).

"Tinha prometido ao Rivca passar na Igreja para o levar à embaixada. [...] Para grande surpresa minha já estava sentado nas escadas onde se consegue apanhar um pouco de sol matinal e ficou satisfeito por me ver. Tinha tirado as fotografias mas estava de olhos fechados. [...]. Lá fomos para o carro e iniciamos a viagem para o Restelo. No caminho deu-me um cartão de uma pessoa da AMI que queria falar comigo. Contou-me que a senhora amiga dele que mora perto da Igreja lhe arranjou a roupa e deixou-o tomar banho na casa dela. Tinha ido tirar as fotografias com ele e, segundo parece, dá-lhe comida diariamente. Passámos na embaixada para vermos onde era e ainda não eram nove horas. Queria deixá-lo rapidamente [...] Estacionei em frente da loja de fotografias, 4 fotos eram 6 euros. O Rivca ficou aborrecido pois as outras tinham custado 4 euros. Tirou o barrete de lã, passou as mãos pelo cabelo ralo e sorriu-se para o espelho. O resultado final superou em muito as expectativas dele. Adorou as fotos e já não estava zangado com o preço. Queria uma fotocópia da participação da perda de documentos na Polícia. [...] Aproveitei a espera para telefonar para a AMI. Falei com um rapaz da Equipa de Rua que me disse várias coisas sobre o Rivca e que

era melhor evitar que ele fizesse o passaporte, ‘mas não o contrarie que ele não gosta de ser contrariado’ [...] Disse que estava a seguir o caso do Rivca há mais de um ano e que ele era um bocado agressivo quando estava muito alcoolizado. A mensagem urgente que ele me queria transmitir era que ele não fizesse o passaporte e investisse as energias dele nos exames médicos para ser aceite no CRAS e depois entrar na Comunidade. O Rivca chegou ao carro sem fotocópias, sentou-se com a porta aberta e puxou duma beata já quase no fim, fumou enquanto eu acabava o telefonema com o rapaz da AMI. Voltámos para cima, para o Restelo, ele ia mais animado. [...] Decidi que era melhor ajudá-lo na embaixada. [...] Ele mandou-me sentar numa cadeira enquanto preenchia os papéis mas eu estava com pressa [...] Acabei por ajudá-lo a preencher o formulário. Inventou algumas coisas, como a morada de casa dele e eu acabei por incluir a minha morada [...] como uma das pessoas a contactar, em caso de necessidade. [...]. No guichet de entrega dos papéis passei por uma experiência embaraçosa. A senhora, uma mulher com uns trinta e tal anos, indiana e muito séria, explicou ao Rivca, primeiro em indiano e depois traduziu para mim que para ele pedir o passaporte tinha que trazer uma declaração da entidade empregadora ou um papel do SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com a autorização de residência. O Rivca ficou zangadíssimo e começou a discutir em indiano com a senhora. Ela perguntou-me se eu estava a acompanhá-lo e eu respondi afirmativamente. Acabou por dizer que não atendia pessoas alcoolizadas e que teríamos de sair dali, pois não podíamos estar na embaixada. As pessoas na sala olhavam para mim com um ar muito reprovador, parecia que eu tinha cometido um crime grave por estar ali com uma pessoa ‘alcoolizada’. Disse ao Rivca para irmos embora e ele foi até à porta, sempre a falar muito alto: — ‘Embaixada da Índia é merda! Embaixada da Índia é merda!’. [...] Deixei o Rivca, mais o saco de plástico com vinho e as moedas que sobraram do troco das fotografias, na paragem do 49 [...] Telefonei ao rapaz da AMI e contei-lhe que não ia ser possível fazer o passaporte sem o documento do SEF. Perguntei-lhe como estava a entrada do Rivca para a Comunidade e, aparentemente, o rapaz tem tudo conversado com as pessoas da Comunidade.” (Diário de campo: 07/02/2006).

Continuei a guardar o dinheiro de Omar Rivca, apesar de ser uma responsabilidade que tinha assumido contrafeita.

“Passei no Rivca para saber como estava. Estava ainda deitado na ‘cama’, todo enrolado em vários cobertores. Chamei-o e acordou estremunhado. Não tinha ido ao SEF, estava a ficar mal cheiroso novamente e pediu-me o telefone para entregar a um amigo advogado que o está a ajudar a tratar dos papéis no SEF. Escrevi num post-it os meus contactos e os do rapaz da AMI e disse ao Rivca que passava por lá na terça-feira para saber notícias. Pediu-me um euro, perguntei-lhe se era do meu dinheiro ou se era do dele. Ele riu-se e disse para ser do meu. Só tinha dois euros e ele disse-me para lhe dar e descontar do dinheiro dele.” (Diário de campo: 12/02/2006).

A responsabilidade com o dinheiro de Rivca iria terminar passados uns dias.

“Não fui à volta. Estava doente. O Benício telefonou no dia 24. O Rivca fartou-se de dizer mal de mim, que tinha fugido com o dinheiro dele.” (Diário de campo: 23/02/2006).

Fiquei zangada e escrevi no diário de campo: *“Passei no Rivca, dei-lhe o dinheiro e as*

fotos e ele mostrou-me o papel do SEF. Disse que ia à embaixada na segunda-feira. Eu respondi-lhe que não podia ir com ele e desejei-lhe boa sorte. Ele nem percebeu muito bem porque é que eu estava zangada” (Diário de campo: 24/02/2006).

Omar Rivca desapareceu da sua casa junto à Igreja. Fiquei preocupada, telefonei para o rapaz da AMI, disse-me que tinha iniciado o seu processo de inserção na Comunidade Vida e Paz. Em Maio de 2007 voltei a ter notícias dele. A Flora, a voluntária com quem mantinha uma relação mais estreita, disse-me que tinha estado numa festa numa das Quintas da Comunidade Vida e Paz: *“Não viu o Rivca que preferiu ficar no quarto, não gosta muito de festas e de convívios.”* (Diário de campo: 03/05/2007).

A última entrada sobre Rivca é de Janeiro de 2009, data em que realizei uma entrevista.

“No final da entrevista chamou F. e tive notícias do Omar Rivca. Terminou o tratamento na Comunidade, na Quinta M. e ficou empregado numa fábrica [...] Telefonou há pouco tempo para F. informando que ia de férias à Índia e queria saber o que eles queriam que ele trouxesse.” (Diário de campo: 19/01/2009).

Anselmo

A informação sobre Anselmo foi-me dada por Flora, a voluntária.

“Fui ao Jardim T. procurar o Anselmo, a Flora tinha-lhe mandado um saquinho com cuecas e meias. Ele estava a dormir, acordou com um sorriso para nos dar, começou logo a comer e a beber o leite. Disse-nos para nunca começarmos a fumar, que tinha vontade de sair da rua mas ainda não tinha chegado o momento. [...] Disse que adorava a Flora e que chora sempre que ela o visita. Começou a chorar um bocadinho e eu dei-lhe um dos meus lenços.” (Diário de Campo: 08/10/2005).

O local onde Anselmo morava, juntamente com outro companheiro, não fazia parte do percurso habitual da volta B. Os novos locais eram transmitidos às equipas, por correio electrónico, e pelos relatórios das voltas mas por vezes tardavam a tornarem-se conhecidos por todos.

“Depois fomos ao Jardim T., estavam o Anselmo e o Júlio deitados, encostados ao muro e tapados com um plástico preto. Ficámos muito tempo a conversar, o Anselmo quer sair da rua, está doente, fraco e cansado daquela vida, mas ainda não chegou a altura. O Júlio tinha o olhar perdido no vazio. Às tantas meti-me com ele e disse-lhe: - ‘Esta conversa de sair da rua não lhe diz nada, pois não?’ – ‘Não quero estar aqui quando chegar o Natal’. Ficámos lá muito tempo a conversar, a Flora levou-lhes cigarros que eles começaram logo a fumar. O Anselmo disse que tinha ficado sem comer nada na quarta-feira porque as equipas não tinham passado lá. Disse que estava muito fraco e com fome. [...] Eles estão sem roupa para trocar e combinámos que na sexta-feira ou no sábado passávamos lá a levar-lhes calças e para conversarmos com mais calma” (Diário de campo: 23/10/2005).

Fui, juntamente com a Flora, no Sábado, visitar o Anselmo e o Júlio.

“Quando chegámos o Anselmo estava sentado a arrumar as coisas debaixo do saco [...] A Flora mostrou-lhe o saco com a comida, bolachas, leite e chocolates e ainda um maço de cigarros. Eu dei os meus poucos cigarros e mostrei-lhe as calças, estivemos a medir as bainhas nas calças mais compridas, outras estavam-lhe bem e não precisavam de ajustes. Gostou muito do blusão do marido da Corina, vestiu-o logo. Depois sentámo-nos no chão a conversar, estava um fim de tarde muito bonito e o sítio é lindo, havia pequenas nuvens cor-de-rosa no céu. A certa altura ele disse que viver ali podia ser um vício, parecia um paradoxo querer sair da vida da rua e da situação precária em que vive e ao mesmo tempo querer ficar. Não sei explicar, mas na altura penso que o compreendi. Falámos de várias coisas, dos vários trabalhos que teve, dos três filhos, do dia-a-dia dele, do medo que tem de ressacar. Falou dos Domingos e do que sofreu no Domingo anterior por não ter dinheiro para a dose. Começou a cair a noite [...] Fomos para cima procurar um café e o Anselmo explicou que só precisa de 6 euros por dia para consumir, pareceu-me pouco mas foi o que ele disse. É estranho – será que todos dizem que precisam de tão pouco, ou será que ele disse 6 euros porque era uma quantia fácil de nos pedir [...] Percebi que ele estava a pedir-nos o dinheiro para a dose do dia seguinte, mesmo sem pedir e tive de ir direita ao assunto [...] expliquei-lhe que a questão do dinheiro era uma grande chatice. Por um lado podia dar-lhe seis euros mas não queria. Por outro, não quero ter de saber que ele consome, é um problema dele e tem de se organizar sem mim e sem a Flora. Se ele consome e sempre consumiu não vai agora depender de nós para consumir. Enfim, fiz um pequeno discurso e dei-lhe dois euros, era o que tinha na carteira. Dois euros não davam para a dose total, mas era um incentivo para continuar a arranjar dinheiro até ter o que precisava. Será que fui má? Era preferível não dar-lhe nada? Ou dar-lhe os seis euros? Ou não falar do assunto, fingir que não percebia que ele estava completamente incapaz de falar ou de ouvir uma única palavra pois o que o preocupava naquele momento era o pânico de voltar a ressacar. Os dois euros deixaram-nos a todos mais ou menos contentes, pelo menos foi o que pareceu. A Flora deu-lhe o número de telefone de casa (da dela e da minha). Não gosto muito porque a minha privacidade fica devassada, qualquer pessoa fica a saber onde moro através do meu telefone e eu não quero que saibam onde moro e que possa vir a haver problemas com as miúdas. [...] Despedimo-nos do Anselmo”. (Diário de campo: 23/10/2005).

A Flora ia apoiando o Anselmo, procurando motivá-lo a entrar para um dos centros de recuperação da Comunidade. Por vezes pedia-me para a acompanhar nessas visitas.

“O Anselmo estava com pena de irmos embora pois gostava de nos apresentar os dois filhos mais velhos que estavam ali na zona, no restaurante onde trabalha o mais velho (o do meio estava a ajudar o mais velho). Confirmou com a Flora que vai ao Espaço Aberto ao Diálogo na segunda-feira às 14h00.” (Diário de campo: 06/11/2005).

Uns dias mais tarde, estava novamente com a Flora, numa das nossas visitas.

“Por qualquer razão que desconheço voltámos para casa passando pelo Q. e quando estávamos a passar na Igreja B. vimos o Anselmo parado, encostado à parede com um ar desolado. A Flora tinha-me contado que uma senhora, amiga do Anselmo, lhe tinha telefonado na terça-feira a dizer que ele já não estava na rua, pois ela estava a pagar-

lhe uma pensão até ele entrar para a Comunidade. Parámos o carro e ele viu-nos logo, ficou muito feliz, achava que tinha sido Deus a enviar-nos. A senhora, a Fabíola tinha pago a pensão até sexta-feira e nessa noite ele já não podia dormir lá a não ser que pagasse. Já tinha telefonado várias vezes para a Flora, para casa através do 120 (um número que permite fazer chamadas a pagar no destino) só que a Flora não atendia. A Fabíola também não atendia, pois tinha ido para fora. A Flora deu-lhe os € 10,00 para a pensão, ele queria mostrar-nos o quarto e queria que fôssemos lá pagar, para mostrar que o dinheiro não era para a dose. [...] A Flora pagou o dia e subimos ao quarto. A pensão F. parece um labirinto de corredores muito estreitos e paredes de 1 centímetro de espessura. Para o Anselmo, o quarto dele parece um palácio. Tem uma cama de casal, um roupeiro e um duche no quarto. Fez questão de nos mostrar a vista do quarto, uma vista muito semelhante à que ele tinha quando dormia no Jardim T.. Ficámos a conversar por uns minutos. Ele quer apresentar-nos os filhos e a Fabíola e gostava muito de jantar com todos antes de entrar na Quinta, em N.. Ele já lá esteve e sabe que é muito duro mas diz que vai aguentar e não nos vai desapontar. Está muito feliz por sair da rua e cheio de vontade de retomar a vida que deixou suspensa. Falou sobre a Fabíola, a namorada antes de ele ter ido para a rua e das dificuldades que passaram. Falou do dinheiro que gastou muito mal em heroína e de quando era rico. Sentia-se triste pelas asneiras que tinha feito. Agora já não consome, está a tomar medicamentos e mostrou-nos os braços, satisfeito por não estarem marcados. [...] Perguntei-lhe o que é que ele fazia durante o dia: não faço nada, fico aqui no quarto a olhar pela janela e leio um livro muito devagar. É um livro sobre a droga [...] Diz que lê 10 ou 15 páginas e depois volta atrás e volta a lê-las. De dia almoça com a irmã da Fabíola que trabalha na baixa e à noite o patrão do filho, que trabalha num restaurante, deixa-o jantar lá, antes de chegarem os clientes. [...] Levou-nos à porta da pensão e ficou a dizer-nos adeus. Quando nos estávamos a afastar, acenou-nos e disse-nos que não nos iria desapontar. É curioso como algumas pessoas sentem esta necessidade de garantir que não nos vão desapontar. [...] Parece que o facto de assumir um compromisso com alguém que não lhes exige nada, lhes dá um certo alento e uma certa força para cumprirem a promessa”. (Diário de campo: 19/11/2005).

Anselmo entrou para a Comunidade em Dezembro.

“No dia anterior estava num estado de ansiedade terrível. Telefonei-lhe a dizer que gostava de me despedir dele. Estava aborrecido com a Fabíola, a ex-namorada que o tem ajudado mas que também o deixa num estado lastimoso, segundo o Anselmo. A Fabíola deixou-o a secar um fim-de-semana inteiro sem lhe ligar nem responder aos telefonemas e sem lhe deixar comida. Por sugestão do Julião e da Mabília, o Anselmo devia evitar qualquer contacto com a Fabíola.” (Diário de campo: 10/12/2005).

Julião e Mabília são dois profissionais da Comunidade Vida e Paz. Quando a pessoa em situação de sem-abrigo aceita ingressar num dos centros, o processo passa a ser administrado pelos técnicos da organização. Após a admissão para a unidade terapêutica, há um período, de cerca de um mês em que os iniciados não podem contactar com o mundo exterior. Um pouco como se passa nas instituições totais que Goffman, 1961, descreve. Deixei passar o período regulamentar.

“No Domingo, dia 15, telefonei para a Quinta, queria falar com o Anselmo, mas fui informada que os quinze minutos semanais que tem para falar ao telefone já tinham sido utilizados. O senhor que me atendeu perguntou-me o meu nome para informar o Anselmo que eu tinha ligado. Perguntou-me se eu ia telefonar na terça-feira, fiquei meia indecisa, pois parecia-me um bocado egoísta da minha parte estar a telefonar e a usar os minutos que ele dispõe para falar com tanta gente. [...] À noite telefonei para N. e consegui falar com o Anselmo. É um pouco aflitivo ter de cronometrar o tempo, não queria abusar. Gostei muito de falar com ele, estive no médico e, apesar de ter vivido nas condições em que ele estava, a doença não se agravou muito [...]. Pedi para ligarmos ao conselheiro para saber se ele pode receber visitas dos voluntários. [...] O conselheiro Polónio recebe telefonemas das 14H00 às 15H00 e informou-me que o Anselmo não pode receber visitas. Neste momento estão a organizar a reunião com a família mas disse-me para ligar dali a uma semana. Pedi-lhe se podia dizer ao Anselmo que tínhamos ligado. O Conselheiro disse que não dava recados, apenas os que eram pertinentes e, pelos vistos, aquele recado não era relevante.” (Diário de campo: 25/01/2006).

Fui contactando telefonicamente o Anselmo pois pedia-me para lhe telefonar.

“O Anselmo ainda tinha 3 minutos para falar nesta semana. Tinha recebido um telefonema na terça-feira e os filhos estiveram com ele na quinta-feira para a primeira conferência. Contou que se emocionou muito com os filhos, pois ele sente-se muito culpado pelos consumos mas ficou contente pois os filhos não lhe guardam ressentimento. Imagino que tenha sido um encontro muito intenso. Disse-me que tinha chorado muito e que não chorava há muito tempo. [...] Mas a visita dos filhos não foi só tristeza, também se divertiram e saíram. [...] Confessou que ainda se sente com muitas culpas [...] e que tem de aprender a lidar com esse sentimento de culpa. [...] O Anselmo agradeceu o telefonema, disse-me que gostava muito de conversar comigo e que estava desejoso que o fossemos visitar” (Diário de campo: 05/02/2006).

No final de Maio, e depois de vários pedidos, fui visitar o Anselmo ao centro em N.

“Apesar de todo o cansaço fui a N. visitar o Anselmo. [...] Acabei por ir de carro. Cheguei às 3 horas em ponto e fui recebida por um rapaz jovem e simpático. O Anselmo apareceu, já não nos víamos desde antes do Natal, altura em que ingressou na Comunidade Vida e Paz. [...] O Anselmo perguntou-me se podia dar boleia a uns colegas [...] Demos um passeio grande a pé e o Anselmo foi contando várias coisas, como tinham sido os primeiros tempos do tratamento e como tinha criado uma relação de conforto com uma idealização da minha pessoa. Falou muito sobre o que sentia, o percurso que estava a fazer, sobre os filhos, os colegas, o pessoal técnico que os acompanha. [...] Contou sobre as saídas que fazem à noite e sobre as muitas pessoas com quem conversa, sobretudo mulheres. Explicou que lhe custa muito voltar para o Centro, depois destas saídas. Mas ele não se lamenta, está triste. Senti que estava bem, mas um pouco triste. Estava a ser a hora de voltarmos para o Centro. [...] Despedimo-nos e o Anselmo perguntou se podia escrever-me e eu disse que sim.” (Diário de campo: 21/05/2006).

Anselmo não escreveu. Esta foi a última vez que o vi. Soube que foi expulso do centro por incumprimento das regras, sem ter concluído o programa de reinserção. Deixei de

ter notícias suas.

Tião

No Verão de 2005, Mário, um voluntário doutra equipa, pediu-me se podia apoiar o Tião a tratar das burocracias para ser admitido na Comunidade. Conhecia o Tião de vista, costumava estar no Saldanha, sempre sorridente. Chamava-lhe, em privado, o Tom Hanks, em versão cabo-verdiana. Apesar de sentir uma grande simpatia por Tião, as nossas interações eram mais expressivas do que faladas. Tião fala crioulo e eu não o entendia muito bem. Por outro lado, tinha dúvidas que ele compreendesse bem a língua portuguesa. Embora este obstáculo da língua pudesse ser impeditivo de nos aproximarmos, o facto é que criámos uma ligação afectuosa que não necessitava de muita conversa. Nesse Verão acompanhei-o para fazer os exames médicos: electrocardiograma, ecografia e consulta para admissão ao CRAS – O Centro de Alcoologia em Lisboa. Marcava as consultas e encontrávamo-nos, sem falta, às horas marcadas. Em Outubro foi internado no CRAS.

“O Tião entra amanhã para o CRAS, soube hoje através de um telefonema que fiz para a Comunidade. Fui com a Flora ao Saldanha, encontrarmo-nos com o Tião, lá estava ele sentado e bastante satisfeito, sempre a sorrir. Fomos a casa dele fazer a mala e amanhã vou entregá-la ao CRAS. Estive lá um bocado à conversa com o pessoal do Saldanha, também são simpáticos e bem-dispostos, todos contentes com a entrada do Tião. O Senhor Filipe estava a ouvir o relato e falámos de futebol, do Porto, Benfica e das derrotas do Sporting, enfim, ficámos lá na treta mais de meia hora.” (Diário de campo: 18/10/2005).

Uma das dificuldades que as pessoas em situação de sem-abrigo experimentam, quando ingressam numa comunidade terapêutica, é de preparem a mala. Muitos não têm um stock de roupa que permita preparar uma mala. Nessa altura, os voluntários organizam-se para preparem um “enxoval”. Procuramos roupa na Comunidade, junto de familiares ou amigos, outras roupas ou artigos de higiene acabam por ser comprados. Já tínhamos passado por essa experiência quando Jorge tinha entrado no CRAS.

“Na quarta-feira (19/10) levei a mala ao Tião. Eram umas 8h15 da manhã, estava muito irritada com o trânsito [...] e queria fazer muitas coisas [...] Enfim, o jardim do Hospital Júlio de Matos é lindíssimo e eu adoro o Tião, tem o ar mais calmo do mundo e ri-se com a cara toda, os olhos parecem umas luzes na carinha franzina. Bastou-me vê-lo encostado à porta do CRAS para me passar toda a irritação. Apresentei-lhe a Catarina, entreguei-lhe a mala, procurei o chocolate que lhe levava sem o conseguir encontrar – tive de esvaziar a mala toda. Ele sorria, sempre com aquele ar de paz, de quem vive noutra dimensão e agradeceu. Disse-lhe que lhe telefonava à noite para saber como é que ele estava. [...] Liguei para o Tião e disseram-me que estava numa reunião, para eu lhe ligar mais tarde. [...] Falei com o Tião, ou melhor, ouvi a voz dele porque não conseguimos falar muito bem um com o outro. Eu tenho a sensação que

estou a falar com um estrangeiro e ele dever ter a mesma sensação que eu. De qualquer modo, percebi que ele estava bem-disposto, perguntei-lhe se precisava de alguma coisa e fiquei de lhe levar cigarros no sábado (hoje). Perguntei-lhe se queria que lhe telefonasse, nós conversamos tão pouco que não sei se ele prefere nem ter que vir ao telefone, mas ele disse para eu lhe telefonar. Marcámos para sexta-feira". (Diário de campo: 22/10/2005).

O CRAS, em certas situações, serve de antecâmara para a admissão à Comunidade, quando as pessoas são consideradas alcoólicas. Confesso que o diagnóstico do alcoolismo, sobretudo nas pessoas em situação de sem-abrigo, me confunde um pouco. Recordo que quando acompanhei Tião à consulta com a médica do CRAS, esta se mostrou surpreendida pelo resultado da ecografia. O fígado de Tião não apresentava os sinais característicos dos alcoólicos, mas, mesmo assim, foi admitido.

"Às 16h00 fui ver o Tião, estava já lá a Flora. Estavam lá fora no Jardim. O Tião estava bem, com bom aspecto. Fomos mostrar ao enfermeiro as coisas que lhe tínhamos trazido, o Tião foi à frente, já conhece os cantos à casa. Tínhamos levado chocolates a mais e o enfermeiro disse-nos que não podia ser, que por vezes acontecia que eles substituíam o álcool por chocolates. O Tião escolheu o Kit-kat e guardei os outros chocolates. Subimos ao quarto do Tião, tem o armário número oito e tirou a chave muito satisfeito. Levámos a roupa suja, a Flora encarrega-se desse serviço, o Tião mostrou-nos a cama dele, muito orgulhoso, pois é ele que faz a cama. Mais tarde explicou que nunca lhe tinham ensinado a fazer, mas que ele tentou fazer na mesma. Foi engraçado o modo como ele se agarrava à chave, parecia que tinha ali a chave de um tesouro. Viemos para baixo e ele contou que no dia anterior tinha ido à rua comprar fósforos e que o enfermeiro espanhol, o Pedro, tinha avisado que não podia voltar a sair sozinho, quando precisasse tinha de pedir a um colega. Teve de soprar no balão e não acusou nada. Dissemos-lhe para ele não voltar a fazer aquilo porque se era posto na rua era uma grande chatice, porque tinha de voltar para a casa dele. Rimo-nos um bocado e já passava das 5 horas quando nos fomos embora." (Diário de campo: 23/10/2005).

Durante o Verão tinha ido a casa de Tião, num prédio abandonado próximo da Av. M. Entrar em casa dele não era fácil, embora tivesse uma porta directa do quarto para a rua, mas que ele tinha o cuidado de a trancar por dentro. Tínhamos de entrar pelo jardim, contíguo ao prédio, depois de passarmos por uma abertura escondida no portão, atravessar o jardim, em ruínas, e entrar na casa pelas traseiras. Estava tudo muito sujo e partido. O quarto do Tião era espaçoso mas sem janelas. Parecia a antiga garagem do prédio. As visitas foram sempre à noite e podia-se ouvir as ratazanas a passear nas proximidades. Tião acumulava no seu quarto muitas coisas, roupas e outros bens que ia apanhando pela cidade. Voltei lá no seu aniversário e mais uma vez quando fui buscar a mala para prepararmos a entrada no CRAS.

"Esta tarde fui visitar o Tião [...] estava com muito bom aspecto: barba feita, sapatos azuis e um grande sorriso. Acabou por confessar que tinha ido à rua comprar cigarros. Os enfermeiros não sabem, ele fugiu e preferem nem saber, penso eu." (Diário de campo: 05/11/2005).

Enquanto Tião ficou internado no CRAS costumava visitá-lo aos fins-de-semana.

Estava sempre bem-disposto e parecia feliz por nos ver. O crioulo parecia jogar a seu favor.

“Está óptimo, bem-disposto e gordinho, já faz recados ilícitos aos colegas do CRAS, vai comprar cigarros à rua sozinho. Os enfermeiros, Carolina e Pedro, disseram-nos que o Tião é uma pessoa com muitas capacidades e ‘faz-se’ de incapaz para não ter de fazer actividades que não gosta” (Diário de campo: 06/11/2005).

No final de Novembro, Tião teve alta do CRAS e, soube pela Flora, que iria entrar para a Quinta M. onde está o Jorge, numa fase mais avançada, pois já lá se encontrava desde Junho. Conhecia a experiência de Jorge e estava apreensiva com a adaptação de Tião. Sabia, através do Jorge, que o Tião ia fazendo a vida dele, um pouco à margem dos monitores. Continuava a refugiar-se no crioulo e na dificuldade em compreender português, como estratégia para seleccionar o que lhe interessava ouvir. De vez em quando ficava de castigo, era mandado para Lisboa, para reflectir se pretendia ou não continuar o programa de reinserção. Tião tinha uma grande capacidade para transformar os castigos a seu favor, no entanto, tinha receio que pudesse ser expulso da comunidade. A ideia de ele ter de voltar para o sítio onde tinha morado não me era de todo agradável.

“Ao entrar na Praça de Espanha vejo uma figura igual à do Tião a atravessar muito rapidamente o relvado, junto à entrada do túnel [...]. Parecia que ia a fugir. Fiquei assustada, o Tião tinha fugido da Comunidade e ia voltar para a ‘casa dele’! Fiz uma transgressão e logo a seguir outra, virei em direcção ao Estoril para poder cruzar-me com ele e parei o carro em cima de um dos separadores. Deixei os piscas ligados e nem me lembro bem do que fiz... Acho que deixei a chave na ignição e devo ter trazido a mala porque me lembro de ter pensado em dar-lhe algum dinheiro. Fui a correr direita a ele, reconheceu-me e começou a sorrir com aquele sorriso único que só o Tião sabe fazer. Demos um abraço tão forte e ficámos os dois cheios de lágrimas nos olhos [...] Demos dois grandes beijos. Ele estava muito sorridente e fresco, perguntei-lhe se ele ia fugir da comunidade, respondeu que não, que ia encontrar-se com o amigo dele, suponho que será o Sr. Filipe. Perguntei-lhe se tinha bebido e ele respondeu que não e ninguém sabia que ele ali estava? Não, ele tinha saído do albergue de Xabregas, para onde o mandaram por quinze dias, para pensar se quer ou não abandonar o programa de reinserção ou lá como se chama o que ele está a fazer na Quinta M. Tinha-se levantado às seis da manhã e tinha vindo visitar o amigo. Devia ter vindo a pé. [...] Na linguagem dele, explicou-me que ia ficar na sede durante 15 dias, que não tinha bebido nem ia beber e que só queria ir visitar o amigo dele. Ainda lhe perguntei se precisava de boleia e ele agradeceu e respondeu que não. Já estava perto, pois imagino que ia para Av. M.. Despedimo-nos com dois grandes beijos, abracei-o como faço às pessoas de que gosto, na esperança que o meu abraço as proteja dos males do mundo e lhes transmita todo o amor que por elas sinto. Fiquei com medo que ele fosse descoberto e que o expulsassem da Quinta. Não é que ele esteja lá muito bem, mas só de pensar que pode voltar a viver na casa onde vivia, fico assustada. Mas ele é mais esperto do que eu e saberá safar-se dos problemas. [...] A dificuldade que o Tião tem em falar português e a nossa dificuldade em perceber até que ponto ele consegue compreender o que se lhe diz tornam-se um óptimo aliado dele, pois permite-lhe jogar

com isso da melhor maneira que pode para que as situações lhe sejam mais favoráveis. No CRAS acabou por fazer o que lhe apetecia, entrava e saía sem que ninguém se apercebesse ou se importasse. Na Quinta foi posto de castigo, o que acaba por lhe ser favorável pois tem muita mais liberdade, está em Lisboa onde moram as pessoas de que ele gosta e não tem de aturar o Conselheiro. Conseguiu escapar-se [...] Na Quinta pode não ser grande coisa o dia-a-dia mas pelo menos come, vive com algum conforto e está à espera de alguma coisa, não consegui perceber ainda quais são os planos dele para o futuro, se é que tem algum plano. Na verdade ele decidiu que ia para a Comunidade e fez tudo o que foi necessário para que isso acontecesse. Não sei bem por que o quis fazer mas ele há-de saber o que quer, bem melhor do que eu” (Diário de campo: 19/02/2006).

Em Junho, Tião voltou a ser castigado.

“Éramos seis na volta. [...] Quando chegámos tinha uma surpresa, o Tião estava de castigo porque mandou uma pessoa à merda. Conversámos um pouco. Ele diz que está a gostar da Quinta mas que o pessoal é todo maluco. O Cursino veio juntar-se ao grupo, dizendo que esta era a última oportunidade que era dada ao Tião. Ou se comporta de acordo com as regras ou tem de ir embora” (Diário de campo: 15/06/2006).

Não voltei a ver o Tião. Flora encontrou-o numa visita a uma Quinta, lembrava-se do meu nome e perguntou por mim. Sei que terminou o programa e está a trabalhar numa empresa fora de Lisboa.

Bartolomeu

A primeira vez que contactei com Bartolomeu foi em Fevereiro de 2005. Estivemos juntos poucas vezes, apesar de gostar de conversar com ele. Tinha-o na minha lista como potencial entrevistado, pois parecia-me uma pessoa organizada e cuidadosa: tratava das plantas nos canteiros junto ao local onde dormia.

“No Teatro Aberto só encontrámos um rapaz muito simpático, com uns bonitos olhos azuis. Estava sozinho porque os outros mais velhos tinham sido postos fora, parece que abriu ali um novo restaurante e as pessoas não podem entrar no restaurante e verem aquele espectáculo de pessoas a dormirem no chão. Os mais velhos que ele se referia eram os que até tinham esfregona para limpar o chão e já tinham tudo muito arranjado, mesmo nos dias de chuva. Tiverem de procurar lugar noutra sítio. O rapaz chama-se Bartolomeu e ficou a conversar um pedaço connosco. Quis mostrar-nos o novo amigo de estimação - foi lá ao fundo, com um grande ar de mistério buscar o seu amigo novo, o pessoal da equipa fazia conjecturas, será um cão, será um gato? Mas não, o amigo do Bartolomeu é o Adriano, um ratinho muito engraçado branco com riscas pretas, mas não é um rato nada vulgar, o Bartolomeu gosta tanto dele e ele do Bartolomeu que o Adriano anda solto, brinca onde lhe apetece e quando o Bartolomeu o chama, vem ter com ele, quando lhe apetece, diz o Bartolomeu. O Bartolomeu encontrou-o dentro da casota que estava no balde do lixo. ‘Como é possível alguém

deitar fora o animal dentro da gaiola', dizia ele. Mas pelos vistos é possível! Bartolomeu está a fazer um tratamento com metadona e parece que está a correr bem. Diz que já fez 42 anos e que já devia começar a mudar de vida - reatou o contacto com o filho, o Nicolau, e passam bons momentos juntos, pelo que diz o Bartolomeu. Agora está sozinho naquele sítio, porque os outros foram embora, não percebi bem para onde. O Bartolomeu agradeceu-nos a visita e o tempo que usámos a conversar com ele” (Diário de campo: 24/02/2005).

Voltei a encontrá-lo uns meses mais tarde.

“Bartolomeu do Teatro Aberto está doente, diz que tem suores frios todos os fins de tarde e está com muito mau aspecto, perguntei-lhe pelo filho e se ia passar o Natal com ele. Bartolomeu sorriu tristemente e disse que não, que o Nicolau iria adorar, seria o melhor presente que lhe poderia oferecer, mas o mais provável era não ir” (Diário de campo: 17/11/2005).

Só voltei a rever Bartolomeu em Junho do ano seguinte.

“No Teatro Aberto o Bartolomeu estava muito desolado. Vai ter que deixar a casa dele até 4ª feira e ainda não sabe bem para onde irá” (Diário de campo: 01/06/2006).

Depois desta entrada nunca mais o vi nem soube mais nada dele.

Guido

O senhor Guido aparece, pela primeira vez, no diário de campo em Janeiro de 2005. Conhecia muitas pessoas de vista mas demorava algum tempo a criar confiança com elas, a saber o seu nome e a encontrar algum tema de conversa que nos aproximasse um pouco mais, para além da relação “saco de alimentos e copo de leite”.

“O Guido (do boné vermelho) estava muito conversador, ficou satisfeito por o ter reconhecido no peditório da CERCI qualquer coisa. Esteve a contar, muito satisfeito que um dos bilhetes premiados tinha sido vendido por ele à senhora do quiosque no Campo Grande, o prémio foi uma viagem para duas pessoas às Canárias. Foi engraçado porque a alegria dele era por ter vendido o prémio, não parecia sentir a mínima inveja da pessoa ir às Canárias, o que ele gostava mesmo era de ter vendido um dos dois primeiros prémios, dois BMW's! Mesmo em relação a esses prémios, parecia que a alegria dele seria mais intensa por vender os bilhetes premiados, e não por ganhar ele. Porque será? Será que ele acha que não iria fazer bom proveito dos prémios? Foi pena não lhe ter perguntado!” (Diário de campo: 24/02/2005).

Conheci um pouco melhor o Sr. Guido quando Jorge, um dos entrevistados, foi morar com ele para as traseiras de um edifício próximo de Entrecampos. Nesse período, como já esclareci, não registei notas no diário de campo, mas gostava bastante de conversar com o Sr. Guido que arrumava carros, junto à Igreja do Campo Grande. Um dia, em conversa, disse-me que havia alguém a ganhar muito dinheiro com os sem-abrigo, pois o dinheiro que havia disponível para estas pessoas nunca chegava à rua. O Sr. Guido era conversador e morava na rua há vários anos, era um verdadeiro perito.

“Na CGD de Entrecampos estava lá o Noé com a conversa do costume, saco-cama, a D. Mágui, um rapaz novo que diz que está há pouco tempo na rua, perdeu a casa e o emprego. O Mário sugeriu-lhe ir ao Espaço Aberto, expliquei-lhe onde fica mas dei-lhe a minha opinião, a Comunidade Vida e Paz não arranja casas, nem emprego. Seria melhor ir à Câmara de Lisboa. Ele disse que já se tinha informado e disseram-lhe que na AMI ajudavam. Entretanto apareceu o Sr. Guido [...] apresentei-os pois o Guido é um veterano e gosta muito da AMI. Não sei como ficou o assunto. Conversei um pouco com o Guido, continua a dormir no mesmo sítio com o Orestes. Mais tarde vi-o na carrinha do Pita Shoarma no Campo Grande!” (Diário de campo: 08/10/2005).

Coloquei o Sr. Guido na minha lista de pessoas a entrevistar. Gostava dele e tinha a sensação que seria uma boa entrevista, dada a sua longa experiência de vida e também pela inteligência que conseguia perceber das nossas conversas. Foi uma das poucas pessoas que afirmou claramente que gostava de dormir na rua, era sem-abrigo porque queria. Entre Maio e Junho de 2006 procurei falar-lhe sobre a entrevista. Das vezes que o encontrava estava a dormir, muitas outras, não estava no seu local de pernoita.

“Soube que o Senhor Guido morreu há cerca de dois meses. Fiquei surpresa e triste com a notícia. Já não conversava com ele há muito tempo [...]. Tinha-o na minha lista para o entrevistar e parece-me mentira. É muito estranho saber que as pessoas morrem, assim, de um momento para o outro. O Senhor Guido era novo, cinquenta e tal anos. [...] Era um homem bonito, de olho azul” (Diário de campo: 06/02/2007).

Lourenço

Lourenço, ou o senhor Lourenço, como o tratava, era um homem com cerca de sessenta anos, sempre bem arranjado e que dormia ao relento encostado a uma casa prefabricada junto a um parque de estacionamento em G.. Gostava de conversar com ele e era uma das pessoas que me parecia que estava desejava de sair da rua.

“O resto do caminho foi normal, quase nem saí da carrinha, excepto para ir falar com o senhor Lourenço. Ele queria arranjar um sítio para dormir, uma casa ou um quarto onde pudesse trabalhar. É desenhador, só que na rua não pode desenhar. Prometi-lhe que ia procurar uma solução. Hoje é domingo e ainda não tratei de nada.” (Diário de campo: 23/10/2005).

Recorria a Fabrício, o voluntário da Comunidade com grandes conhecimentos, sempre que considerava que a ajuda não era muito complicada.

“Ontem falei com o Fabrício por causa da situação do Sr. Lourenço. Pode ser que haja uma solução para o caso dele na próxima semana, vamos ver” (Diário de campo: 26/10/2005).

“Sobre o Sr. Lourenço que vive em G. a sugestão é, uma vez que ele tem algum dinheiro, tentar conseguir obter casa ou quarto através da Misericórdia” (Diário de campo: 05/11/2005).

“Estive com o Sr. Lourenço e dei-lhe o recado que podia ir para a Misericórdia, ficou interessado na hipótese e disse que ia pensar.” (Diário de campo: 17/11/2005).

“Ontem depois do jantar troquei de roupa e meti-me à chuva (de carro) para dar a morada da Misericórdia ao Sr. Lourenço [...] Estava a chover a potes e o Sr. Lourenço lá estava debaixo de um grande chapéu-de-chuva azul a pensar. Estava a pensar onde é que ia dormir, na noite anterior tinha ficado debaixo duma ponte e tinha sido muito mau. Quando os carros passavam sobre a rua cheia de água, molhavam-no. Ofereci-lhe chá quente e scones que tinha levado de casa. Aceitou o chá, não quis os bolos, tinha tido uma crise de biliar umas horas antes e ainda estava mal disposto. Ficámos uns minutos a conversar debaixo do guarda-chuva, em pé. Expliquei ao Sr. Lourenço que a Santa Casa da Misericórdia, por vezes arranja quartos ou casas de renda muito baixa para pessoas necessitadas. O Fabrício da Comunidade tinha-me dado a morada desse gabinete da Santa Casa e tinha-me sugerido dizer ao Sr. Lourenço para ir lá, explicar a situação em que vivia e o que pretendia. O Sr. Lourenço agradeceu mas disse que não queria ir para um albergue, nem queria dormir com outras pessoas, pois não quer ter que se habituar aos barulhos nocturnos de outras pessoas. Contou-me mais um bocadinho da vida dele, da irmã que vive em Lisboa com um marido alcoólico que a maltrata e que não gosta dele. Apesar de ver a irmã todos os dias, não pode ir viver com ela. A casa onde vive a irmã era da mãe deles, mas não podem viver juntos. Explicou que tem um filho em Lisboa, os outros dois moram em França, que lhe dá alguma ajuda financeira, de vez em quando, mas tem problemas com a mulher e o Sr. Lourenço não pode ir viver com eles. Disse que foi casado com uma mulher de E. e tem pensado voltar para lá, pelo menos tem esperança de arranjar um canto para dormir. Perguntou-me a minha opinião, ao que lhe respondi que não sabia bem o que era melhor para ele, mas que dormir na rua é que não podia ser, pois a saúde dele estava a ressentir-se e dormir à chuva e ao frio não iria ajudar muito. [...] Conversámos sobre a possibilidade da Santa Casa solucionar o problema. O Sr. Lourenço estava bastante renitente em ir à Santa Casa, não queria estar lá horas à espera de ser atendido e não tinha nenhuma esperança que o pudessem auxiliar. Perguntei-lhe se fosse alguém da Comunidade com ele se seria melhor. Ele disse que sim, se eu pudesse ir com ele que então já se sentia melhor. Expliquei-lhe que trabalho e não tenho muita facilidade em faltar pelo que resolvi telefonar à Flora a pedir-lhe ajuda. A Flora disse logo que sim [...] Marcaram para hoje às 11 horas da manhã ao lado duma tabacaria numa Avenida que não recordo o nome. (Acabei de falar com a Flora e o Sr. Lourenço não apareceu, as senhoras da tabacaria disseram-lhe que o conhecem, mas não o viram hoje). Despedi-me do Sr. Lourenço e fui para a baixa procurar o Martim” (Diário de campo: 20/11/2005).

O senhor Lourenço andou desaparecido durante vários meses. Voltei a vê-lo, uma última vez, em Junho de 2006:

“O Senhor Lourenço voltou para G., estava com ar doente e não quis comida” (Diário de campo: 01/06/2006).

Lénio

Conheci Lénio na Festa de Natal da Comunidade, em Dezembro de 2004. Era um dos jogadores de dominó.

“O Lénio tem um ar mais tristonho, é tímido e pouco falador, consegui saber que nasceu em 1962, como eu. Acabei por falar pouco com ele” (Diário de campo: 18/12/2004).

Reencontrei-o, uns dias mais tarde, no Saldanha.

“Estive a conversar um bocado com o Lénio, o que esteve na festa de Natal a jogar dominó e tem a mesma idade que eu. Ele precisa duma casa ou dum quarto e dumas luvas. As luvas são mais fáceis, em relação à casa dei-lhe o cartão do Espaço Aberto, não sei se o podem ajudar, mas gostaria que sim. Ele tem um ar tão triste, é muito tímido e fala muito pouco, mas lá fez um esforço para nos cumprimentar a todos e desejar um Bom Ano” (Diário de campo: 30/12/2004).

Pedi ajuda à minha filha para lhe comprar umas luvas e voltei ao Saldanha para lhas entregar.

“Comprou umas luvas cinzentas pequeninas e quentes. Às 10 e tal fui para o Saldanha ver se via o Lénio. Vi lá um senhor que já conheço de vista – perguntei-lhe se conhecia o Lénio e ele disse que sim, que viviam os dois na mesma casa. O amigo do Lénio chama-se Simão, é Madeirense e cozinheiro sindicalizado. O Lénio tinha ido comer ao Jardim Constantino, às Quartas-feiras passa lá uma carrinha que leva sopa quente, sanduíches, fruta e sumo, tudo muito bem apresentado, contou o amigo. Estive à conversa com o Simão uma boa meia hora. Esteve a contar-me coisas da vida dele. Está a morar com o Lénio num barracão perto da Estefânia. O barracão está fechado com umas trancas mas eles entram pela janela. Noutra dia um polícia viu-o sair e perguntou-lhe se ele morava ali e ele explicou que sim, mas o polícia não se importou, nem fez nada. Contou que estava desempregado desde Agosto e que teve de deixar a casa onde pagava 35 contos, sem emprego não há casa. Não tem direito ao subsídio de desemprego porque a empresa faliu e os donos desapareceram, fez queixa ao sindicato mas não está fácil encontrar os espanhóis. Contou que arruma carros, hoje só tinha feito € 6,50, que é pouco, disse mal da comida dos Anjos que está estragada muitas vezes. Contou-me uma parte gira. Costuma tomar banho na casa de banho da sala de espera da Maternidade Alfredo da Costa, lá têm água quente e ele tranca a porta e lava-se todo. O Lénio já tinha chegado e disse que na Maternidade não dava para tomar banho completo, mas o Simão disse que assim não era mau porque lavava-se na mesma, às partes, uns dias lavava a cabeça e tal. Depois contou coisas da AMI disse que os serviços eram muito caros, lavar roupa custa € 1 e tal, também se paga a comida, à volta de € 1 também. O Lénio ficou meio desconfiado com as luvas mas acabou por gostar delas. Disse que eram melhores do que as que já tinha, entretanto tinha arranjado umas... Falou da casa que os irmãos querem vender mas que ele não quer que se venda. E falou que era electricista e se eu soubesse de trabalho... O Simão não tem documentos foi roubado. Tirar o BI custa muito caro. É preciso uma certidão vinda da Madeira e mais as fotografias e os papéis, e com o

dinheiro que ele ganha não dá. Pediu-me uma toalha de banho e uns lençóis de solteiro. Por volta das 11 ainda não tinha chegado a carrinha, despedi-me e vim embora” (Diário de campo: 05/01/2005).

“Estive a conversar com o Lénio e com a Flora. O Lénio está a ficar mesmo abatido, ele vai contanto a história aos poucos. Em Janeiro foi ao Espaço Aberto, mas não ficou muito satisfeito, ele na verdade precisa dum trabalho para poder pagar a casa que a Acção Social da Câmara lhe arranja, mas sem trabalho não pode pagar a casa e sem casa tem de continuar a viver no barracão que é quase como se vivesse ao ar livre. Estava cheio de frio e com umas grandes olheiras, não tem dormido bem, anda aflito dos dentes. Eu vejo-o a definhar de dia para dia [...] A Flora vai com ele falar com o Fabrício” (Diário de campo. 24/02/2005).

Flora, a voluntária e companheira de muitos dos apoios que fui dando a algumas pessoas, acabou por acompanhar mais Lénio que decidiu ir para Espanha trabalhar. Sei que Flora o apoiava financeiramente, em situações pontuais, carregando-lhe o telemóvel ou comprando-lhe algumas coisas que ele precisava. O assunto dinheiro era para mim bastante simples: como vivia à justa não tinha que reflectir muito sobre se havia ou não de ajudar financeiramente uma pessoa, pois, mesmo que o conseguisse fazer, sabia que seria sempre uma solução pontual pois não a poderia manter. A situação de Flora era um pouco diferente da minha e apoiava financeiramente algumas pessoas. Mas esses apoios financeiros podem tornar-se complicados, como me confidenciou Flora.

“A Flora pagou € 70,00 para o Lénio vir a Lisboa tratar dos papéis do subsídio de inserção. O Lénio tinha ido para Espanha trabalhar na agricultura. Pelo que contou a Flora, não conseguiram tratar de nada e o Lénio terá que vir a Lisboa tratar do assunto. [...] Em relação ao Lénio a zanga esteve relacionada com o facto de Lénio pedir dinheiro à Flora para vir de Espanha para Lisboa para tratar dos papéis do Rendimento de Inserção. A Flora conseguiu fazer uma transferência para a conta do Lénio, € 70,00, para ele comprar o bilhete, pois o patrão não lhe pagou por ele não ter cumprido o prazo estabelecido. Quando o Lénio chegou a Lisboa tinha cerca de 6 horas para tratar de vários assuntos burocráticos, nas Finanças, Centro de Emprego e sabe-se lá mais o quê. Acabou por não conseguir tratar de nada, era um dia não para as burocracias e pediu à Flora mais € 70,00 para voltar para Espanha e acabar o trabalho. A pobre da Flora que não tinha comido durante o dia inteiro (por sinal o Lénio também não) deu-lhe um ataque e disse que não emprestava pois já era muito dinheiro” (Diário de campo: 10/12/2005).

Não tive mais notícias de Lénio, provavelmente esqueci-me de perguntar por ele à Flora.

Veterano de guerra e senhora dos gatos

Incluo aqui dois relatos sobre pessoas com quem me cruzei apenas uma vez. São duas pequenas histórias que permitem ao leitor conhecer um pouco melhor alguns actores

que pude observar durante o período em que decorreu a pesquisa:

“No Holmes Place da Defensores de Chaves estava um senhor sentado com um ar desolado – não o deixam montar a casa e ele tem de dormir sentado. Estivemos a conversar um pouco, contou-me que tinha sido combatente na guerra em África e agora que estava velho não tinha sítio para dormir e nem sequer lhe permitiam que estendesse os cartões no chão. Ofereci-me para o ajudarmos a transportar a ‘casa dele’ na carrinha e procurarmos um outro sítio para ele dormir. Ele recusou a ajuda disse que não, que passaria a noite a andar de um lado para o outro para não gelar, mas que não havia mais nenhum sítio para ir. Dei-lhe algumas sugestões mas ele recusou todas e até estava a ficar um bocado aborrecido comigo. Estava mesmo desesperado” (Diário de campo: 17/11/2005).

“Estacionámos o carro junto à praça e atravessámos o Jardim. Uma mulher com dois gatos bonitos e um cão começou a falar connosco muito precipitadamente. Era do Algarve e dizia ser professora universitária, estava na rua porque a casa dela tinha ardido e tinha vindo para Lisboa tratar de qualquer coisa relacionada com o trabalho ou com a casa. Falava muito depressa e contou coisas sobre um preto que a tratava mal, ela para se vingar disse-nos que tinha urinado na sopa dele. Depois falou de várias mulheres que tinham aparecido mortas. Levámos com uma quantidade de histórias todas engatadas umas nas outras. A Flora ainda consegue dizer algumas coisas, mas eu fico quase sem palavras quando me deparo com estas conversas meio loucas” (Diário de campo: 19/11/2005).

4.1.4. Síntese da pesquisa etnográfica

Narrar e explicar o que foi observado é uma das componentes da pesquisa etnográfica, foi esse o meu propósito, na primeira parte deste ponto. Sintetizo agora a informação apresentada. Descrevi nove cenários e sete locais de pernoita. Desses nove cenários, seis eram também locais de pernoita: Praça da Alegria; Entrecampos; Largo; Rua P.; Igreja S.; e Casa da Moeda. Aeroporto, Saldanha e Chiado, embora não fossem locais de pernoita, situavam-se nas proximidades desses lugares. Dentro do aeroporto residia a maioria das pessoas que se deslocava à carrinha. Próximo do Saldanha, havia também locais de pernoita, sobretudo de pessoas que ocupavam casas abandonadas, como Lénio, Simão, Tião, o Poeta e Filipe. As duas idosas que apareciam no Chiado moravam em quartos alugados.

Com base nestes exemplos, parece-me lícito inferir que o local de pernoita funciona, para uma grande parte das pessoas em situação de sem-abrigo, como um lugar de protecção e de referência, organizador da sua existência – um lugar vago no espaço urbano. Saliento, para reforçar essa mesma ideia, o senhor que ficou meio perdido depois de ter sido evacuado do aeroporto, andava a dormir num sítio e noutra, sem se ter ainda fixado num lugar estável. Ou o desalento do senhor do Holmes Place por lhe ter sido vedada a possibilidade de se deitar e de ter de procurar um novo local. Ou ainda, a confusão de Bartolomeu por ter de deixar o seu lugar junto do Teatro Aberto.

Perder o local de pernoita e encontrar um novo espaço implica um esforço de reorganização do modo de sobrevivência: alimentação; higiene; e recursos financeiros.

Dos nove actores apresentados no texto, quatro decidiram sair da rua. Dois deles, Martim e Omar, tomaram essa decisão depois de terem sido hospitalizados. As motivações de Tião e Anselmo não são claras. Destas quatro pessoas, apenas Anselmo abandonou o programa antes de o terminar. Todos eles solicitaram explicitamente ou aceitaram apoio por parte dos voluntários, e não só, como foi o caso de Omar que contou com o trabalho dos profissionais da AMI. Tião e Omar tinham hábitos de consumos de álcool. Martim e Anselmo consumiam heroína. Dos cinco restantes, apenas Bartolomeu e Guido tinham problemas de consumos de heroína e álcool, respectivamente. Guido confirmou-me que gostava de viver na rua. A relação com Bartolomeu não foi suficientemente aprofundada para perceber quais os seus projectos futuros, apenas sei que gostaria de deixar de consumir e de se aproximar mais do filho.

Lénio, Lourenço e Jacob não tinham hábitos de consumos de estupefacientes nem de álcool. As motivações de Jacob para aceitar o apoio dos voluntários são pouco claras. Lourenço e Lénio pretendiam viver num quarto. Provavelmente, por não terem hábitos de consumos problemáticos, o apoio que os voluntários lhes puderam oferecer, foi insuficiente. As soluções institucionais para pessoas “não problemáticas” não são satisfatórias, pois trocar o local de pernoita por um lugar num centro de acolhimento não era aceitável por nenhum dos actores descritos neste texto.

As histórias de vida e percursos de vulnerabilidade dos nove actores descritos são muito parcelares, contudo, dos que disponho de informação posso concluir o seguinte: Martim ficou a viver em situação de sem-abrigo voluntariamente; o que conduziu Anselmo à situação de sem-abrigo parece estar relacionado com o consumo de heroína; Omar viu-se nessa situação involuntariamente, por perda de trabalho e falta de uma rede de suporte familiar ou de amigos; Lourenço recebia uma pequena reforma, sendo o valor insuficiente, teve de optar: ou tinha um lugar para dormir, ou se alimentava; apesar de Lénio não o ter explicitado, julgo que a perda de habitação estava relacionada com a falta de recursos financeiros por se encontrar sem trabalho; a situação de Jacob é pouco clara; e as razões que conduziram Tião, Bartolomeu e Guido para a situação de sem-abrigo não foram, tampouco, clarificadas.

Os meios de subsistência destas nove pessoas não foram explicitados por todos. Contudo, dos que me deram alguma explicação, sei que uma parte sobrevivia como arrumador, outra pedindo dinheiro. Anselmo, Tião e Guido eram arrumadores. Guido fazia também alguns biscates, como a colaboração no peditório da CERC. Martim pedia dinheiro na linha de Sintra. Omar alimentava-se com a ajuda dos vizinhos, o restaurante e a senhora que, para além da alimentação, o auxiliava noutros aspectos: foi com ele tirar as fotografias, deixou-o tomar banho em sua casa e arranjava-lhe roupa, se necessário. É provável que Omar pedisse dinheiro, ou arrumasse carros, na Igreja S.. Lourenço tinha apoio da irmã e de um dos filhos. O modo de subsistência de Jacob, Lénio e Bartolomeu não ficaram claros.

No Quadro 4.6 apresento, de forma esquemática, o que acabo de sintetizar,

organizando-o em função de três eixos de análise: ocupação de lugares vagos; percurso de vulnerabilidade; e projectos futuros.

A primeira dimensão, à esquerda no quadro, engloba os meios necessários para a sobrevivência dos actores: local de pernoita; alimentação; higiene; e recursos financeiros. Não incluí o vestuário, pois, apesar de ser uma necessidade básica, o acesso das pessoas em situação de sem-abrigo a este bem, está facilitado pela diversidade de soluções que dispõe. Muitas instituições e associações disponibilizam vestuário para pessoas carenciadas. O segundo eixo de análise, percurso de vulnerabilidade, inclui a duração e as razões. Isto é, importava-me reter há quanto tempo a pessoa se encontrava na situação de sem-abrigo e quais as razões que apresentava para a justificar. Na última coluna, coloquei as ideias base que sintetizam os projectos futuros ou desejos expressos das pessoas observadas.

.

Nome	Ocupação de lugares vagos				Percurso de vulnerabilidade		Projectos futuros
	Local de pernoita	Alimentação	Higiene	Recursos financeiros	Duração	Razões	
Anselmo	Jardim	Apoio familiares e instituições	---	Arrumador	---	---	Deixar de consumir
Bartolomeu	Junto teatro	---	---	---	---	---	Deixar de consumir; estar com o filho
Guido	Entrada edifício	---	AMI	Arrumador e outros trabalhos	---	---	---
Jacob	Aeroporto	---	---	---	2 meses	Sem habitação; sem recursos	Regressar a Angola
Lénio	Casa abandonada	Apoios institucionais	Balneários	---	---	Sem habitação; sem recursos	Ter um quarto e trabalho
Lourenço	Parque de estacionamento	Apoio familiares e instituições	Apoio familiar	Reforma	---	Sem habitação; sem recursos	Ter um quarto onde possa trabalhar
Martim	Entrada loja	Autónomo	---	Mendigo	3 anos	Abandono casa de família	Sair da rua
Omar	Banco de jardim	Apoios particulares	Balneários	---	> 1 ano	Sem trabalho; sem habitação; sem documentos; sem família	Sair da rua; passaporte
Tião	Casa abandonada	---	---	Arrumador	---	---	Sair da rua

Quadro 4.6. Síntese da pesquisa etnográfica: percursos de vulnerabilidade e ocupação de lugares vagos

4.1.5. Percurso pessoal enquanto voluntária e investigadora

Neste ponto da escrita, julgo necessário introduzir algumas questões que não foram ainda explicitadas. A relação que estabeleci com os vários tipos de informantes presentes neste texto foi sempre iniciada enquanto voluntária da Comunidade Vida e Paz, e posteriormente, depois de já conhecer as pessoas, em incursões independentes que fazia no terreno da pesquisa. Contudo, julgo que a maioria das relações estabelecidas foi marcada por uma certa desigualdade: eu dava apoio; o outro aceitava-o. Para além desta relação já em si desigual “voluntário/carenciado” há uma outra desigualdade, a de “observador/observado”, isto é, eu apoiava aquelas pessoas, e parte delas, sem o saberem, estavam a ajudar-me na minha pesquisa. É evidente que o meu gesto não era interesseiro, no sentido de apoiar para obter mais informação sobre a pessoa. O facto é que, durante a análise das notas de campo, os actores mais salientes são os com quem estabeleci uma relação mais próxima, e que coincidiu com o apoio que lhes prestei. A troca de informação entre mim e os actores não foi de forma alguma unidireccional. Um deles visitou a minha casa, outros conheceram as minhas filhas e todos eles tinham um conhecimento, ainda que parcelar, sobre mim e sobre a minha situação de vida.

Para além do meu papel de “agente duplo”, durante a observação no terreno, as questões éticas da publicação dos dados recolhidos sem a autorização expressa dos actores não é menos relevante, pelo contrário. Não foi pedido o consentimento dos participantes neste estudo. No início da pesquisa tive o cuidado de informar a direcção da Comunidade Vida e Paz da investigação que estava a realizar e de solicitar autorização. Esta foi-me concedida. Contudo, a direcção da instituição não tem autoridade sobre os actores que contactei durante o meu trabalho enquanto voluntária. Sérgio e Jorge foram entrevistados e aceitaram participar na pesquisa. Dos restantes que não foram entrevistados, alguns sabiam que estava a realizar uma pesquisa. No entanto, desconheciam que eles próprios faziam parte do meu objecto de estudo. Procurei não causar danos físicos, psicológicos nem morais aos participantes. Tentei salvaguardar as suas identidades, apresentando-os de modo a que não fossem identificados, os nomes foram alterados, e incluí apenas a informação que considerei necessária para a compreensão do contexto das situações relatadas. Poderia ainda contactar alguns actores presentes no texto, solicitando-lhe uma autorização com base no texto que apresento. Só poderei fazê-lo com Martim, perdi o rasto dos restantes.

Ainda em relação à ética na investigação qualitativa, Hennink et ali., 2011, indicam duas outras questões a considerar na concepção e desenvolvimento da pesquisa: benefício; e justiça. Em relação ao benefício, propõem uma reflexão sobre os objectivos e resultados da pesquisa, assente na pergunta: Quem são os beneficiários da investigação? Numa resposta simplista, o primeiro beneficiário sou eu, enquanto investigadora que pretende obter o grau de doutoramento com a realização desta pesquisa. É de facto verdade, no entanto, poderia investigar qualquer outro tema que se enquadrasse na área da educação. Quando o aceitei como tema, já tinha contacto

com a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo e pretendia que esta pesquisa beneficiasse, de algum modo, as pessoas nesta situação. Ainda que esse benefício possa não ser directamente sentido por elas, espero, que indirectamente o venha a ser, motivando, eventualmente, para uma mudança de atitudes dos leitores relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo. Essa é a minha expectativa. As reflexões relativas à justiça prendem-se com a decepção que a investigação possa gerar junto das pessoas estudadas. A melhor forma de salvaguardar este princípio assenta no conhecimento dos participantes sobre os objectivos da pesquisa e na sua aceitação em participar. Esse cuidado foi possível com os entrevistados e impossível em relação às pessoas observadas.

Para além das questões éticas decorrentes do meu papel de “voluntária/investigadora” e da utilização dos actores “careniciados/observados” como fontes de informação para a minha pesquisa, há ainda outras dificuldades sentidas no meu próprio trabalho enquanto voluntária. Qual a função do voluntário dentro da instituição? Distribuir alimentos? Motivar as pessoas para uma entrevista com os profissionais da organização? Ajudar as pessoas a encontrar uma outra solução para satisfação das suas necessidades básicas? As respostas a estas questões nunca foram totalmente claras, pelo menos para mim, enquanto voluntária.

Se algum papel mais relevante exerci durante a minha colaboração como voluntária dentro da instituição, foi o de me debater pela qualidade dos alimentos distribuídos pelas equipas da noite. Esta, não foi somente uma “luta” pessoal. Todos os coordenadores se empenhavam para que os alimentos entregues fossem de boa qualidade. Julgo que ao fim de vários anos de insistência, conseguimos ser bem-sucedidos. A nossa mensagem, neste assunto em concreto, era muito simples e fácil de compreender: “só podemos oferecer um alimento a uma pessoa quando somos capazes de o comer”. Das últimas vezes que tive contacto com a instituição verifiquei que os alimentos oferecidos estavam bem embalados e podiam ser ingeridos, também, por qualquer voluntário.

Dediquei-me ainda a uma outra questão, que julgo devia ser promovida pela organização: providenciar algum tipo de suporte aos voluntários no sentido de os apoiar a lidar com os sentimentos experimentados pelo contacto com a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo. A instituição, na altura, contava com mais de duas centenas de voluntários e, apesar de ter promovido um curso de formação inicial sobre vários temas relacionados com o trabalho que desenvolvia nos centros terapêuticos e residências, essa preparação não era suficiente para ajudar os voluntários na sua prática. Desafogar a tristeza e procurar ser útil às pessoas em situação de sem-abrigo, foi a forma como processei e integrei o contacto com esta realidade. Eventualmente, se tivesse tido algum apoio ou acesso a um espaço onde fosse possível partilhar, com outros voluntários, os meus sentimentos e dúvidas, o meu percurso, enquanto voluntária, teria sido diferente.

Outras dificuldades que sentia em relação à missão e objectivos da instituição levaram-me a reflectir se, de facto, deveria continuar a ser voluntária, ou coordenadora da equipa da noite. Acabei por decidir parar com o meu trabalho voluntário. Havia demasiadas perguntas que não conseguia obter resposta e a minha

acção junto das pessoas em situação de sem-abrigo era posta em causa por mim própria: para além de um saco de plástico contendo fruta e dois pães e um copo de leite, que mais poderia oferecer às pessoas que se deslocavam às carrinhas? Que alternativas institucionais existiam para apoiar as pessoas em situação de sem-abrigo, em termos de habitação, ou de obtenção de um rendimento mais ou menos estável?

Esta última questão orientou o sentido da pesquisa na procura destas respostas, razão por que em 2008/2009 voltei ao terreno novamente, para um segundo momento de observações e de entrevistas em que o foco era, exactamente, procurar conhecer as políticas sociais e as organizações e de que forma se ajustam às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo.

4.2. Biografias e percursos de vulnerabilidade dos entrevistados

A realização de entrevistas ocorreu em dois momentos distintos da pesquisa, conforme adiantei no capítulo I. Em 2006 entrevistei três pessoas com o objectivo de compreender o que tinha sucedido nas suas vidas que as teria conduzido à situação de sem-abrigo. Tratava-se de entrevistas biográficas. Duas delas foram analisadas e descritas em Silva, 2007a e 2007b. Após esta análise, orientei a investigação numa outra direcção, a das políticas sociais e das organizações, primeiro num pendor teórico e posteriormente, em 2008 e 2009, numa vertente empírica. Aprofundar o conhecimento acerca das respostas institucionais disponíveis para as pessoas em situação de sem-abrigo, passou a ser, um objectivo a seguir.

Assim, o segundo conjunto de entrevistas que realizei em 2009, já não tinha como objectivo principal a biografia do entrevistado, mas sim, a forma como a pessoa se tinha ligado à instituição e as suas representações sobre a mesma. É evidente que os entrevistados, respondendo à questão como se tinham ligado à instituição, relatavam pedaços das suas histórias de vida. No entanto, o foco da entrevista não era esse. Neste segundo momento entrevistei doze pessoas, quatro utilizadores de serviços de instituições, e oito residentes em três organizações observadas.

No Quadro 4.7 apresento a informação geral das entrevistas realizadas. Foram efectuadas duas entrevistas a Jorge, a primeira de carácter biográfico e a segunda incidindo sobre o seu percurso de vulnerabilidade, isto é, importava-me compreender como se organizou para sobreviver na rua. Nesta segunda fase das entrevistas selecionei dois tipos de entrevistados: um, com vínculo a uma instituição; e outro, sem vínculo a uma instituição. Pretendia, com esta diferenciação, aferir se existiam divergências substanciais entre os discursos dos entrevistados e compreender, também, as suas motivações para se ligarem ou não a uma organização social.

Nome	Data	Situação habitacional	Tipo de entrevista
Sérgio	11-01-2006	Rua	Biográfica
Tomás	27-01-2006	A viver com-abrigo	Biográfica
Jorge	13-05-2006	Comunidade terapêutica	Biográfica
	10-06-2006		Percurso vulnerabilidade
Fred	16-02-2009	Centro de acolhimento	Percurso vulnerabilidade
Isa	16-02-2009	Quarto arrendado	Percurso vulnerabilidade
António	16-02-2009	Casa abandonada	Percurso vulnerabilidade
João	18-02-2009	Rua	Percurso vulnerabilidade
Luís	18-02-2009	Rua	Percurso vulnerabilidade
Afonso	23-02-2009	Comunidade de trabalho	Percurso vulnerabilidade
Alfredo	23-02-2009	Comunidade de trabalho	Percurso vulnerabilidade
David	23-02-2009	Comunidade de trabalho	Percurso vulnerabilidade
Leonardo	23-02-2009	Comunidade de trabalho	Percurso vulnerabilidade
Roberto	23-02-2009	Comunidade de trabalho	Percurso vulnerabilidade
Romeu	23-02-2009	Comunidade de trabalho	Percurso vulnerabilidade
Maura	26-02-2009	Centro de acolhimento	Percurso vulnerabilidade

Quadro 4.7. Relação das entrevistas realizadas

Não foi possível entrevistar nenhuma pessoa sem qualquer vínculo institucional. Embora António, João e Luís não tivessem uma ligação forte a uma instituição, por exemplo, utilizar diariamente os seus serviços, os dois últimos estavam a ser acompanhados por equipas de rua. António aceitou apoio profissional durante a “vaga de frio” de 2009. Isa morava num quarto alugado, no entanto, dada a escassez dos seus recursos financeiros, utilizava um Centro de Apoio para aí tomar as suas refeições diárias, conviver com um ou dois amigos e aceder à internet.

As análises das entrevistas são, desta forma, de dois tipos. Enquanto nas de Sérgio e Tomás foi possível utilizar o modelo proposto por Josso, 1991, relativo ao processo de formação relacionado com a história de vida, nas restantes entrevistas, que denomino do tipo, “Percurso de vulnerabilidade”, as análises foram efectuadas com base num modelo temático, em torno de quatro tópicos: história de vida; percurso de vulnerabilidade; representações; e projectos futuros/desejos. Na análise às duas entrevistas de Jorge utilizei os dois modelos: biográfico e percurso de vulnerabilidade.

Recordo, no essencial, o modelo de análise proposto por Josso, 1991, assente no pressuposto que ao longo da existência de cada um, sucedem acontecimentos ou rupturas que são vivenciados individualmente como momentos charneira. Estes momentos são potencialmente transformadores, impelindo os indivíduos a abandonarem aquisições e, ou, a abrirem-se a novas oportunidades. Apesar desses momentos poderem ser possibilidades potencialmente transformadoras, as atitudes e qualidades dos sujeitos são determinantes nos seus processos de escolha.

Para que o leitor possa conhecer um pouco mais sobre as circunstâncias de vida de cada um dos entrevistados, procuro proporcionar nas próximas páginas, alguma informação sobre as quinze pessoas. Opto por apresentá-las seguindo a ordem cronológica da realização das entrevistas.

Sérgio

Conheci Sérgio em Fevereiro de 2005, através de Flora, a voluntária expedita, referida por diversas vezes neste capítulo. Conversámos, pela primeira vez, no Largo onde vivia e arrumava carros. Logo nesse primeiro dia contou-me um pouco da sua história. Sérgio é o participante que, depois de Jorge, mais registos de entrada tem no diário de campo. Só passado um ano, após esse primeiro contacto, lhe perguntei se aceitava ser entrevistado para colaborar, desta forma, na pesquisa que estava a realizar. Concordou.

Sérgio nasceu numa aldeia alentejana e aí viveu até ao final do ensino primário. A família migrou para os arredores de Lisboa, tinha ele cerca de 10 anos, idade em que começou a trabalhar com o pai numa fábrica, como aprendiz de torneiro mecânico. A sua capacidade de adaptação ajudou-o a integrar-se com sucesso no mundo profissional, transformando-o num operário bem-sucedido. O gosto pela música levou-o a confrontar-se com os pais, comprando às escondidas uma viola. Esse confronto com a autoridade materna valeu-lhe uma tarefa, mas abriu-lhe novas possibilidades: tornou-se, nos seus tempos livres, músico numa banda.

Aos 17 anos fugiu para França: *“foi para fugir a tudo, fugir àquilo que estava a passar dentro da minha casa, dos meus amigos, e tentar encontrar-me e ao mesmo tempo para fugir à guerra, fugir ao serviço militar. Então depois de arranjar trabalho em França...”*.

Manteve-se em França até ser sido forçado, pela família, a regressar a Portugal para cumprir o serviço militar: *“Um dia recebi uma carta a dizer que se não me apresentasse em Portugal para ir à inspecção, para ir para a tropa, que o meu pai é que tinha que... (autocarro a passar) O meu pai teria de fazer o meu lugar, no caso de que eu não viesse...”*.

De regresso a Portugal ingressou na tropa e foi mobilizado para Angola onde aprendeu a ser combatente. Esteve ainda em Moçambique e Timor, local onde se encontrava em Abril de 1974. Para além de aprender a combater, começou a consumir “analgésicos”.

“... Eu para aguentar o que aguentei na tropa e nas operações militares, conseguia aguentar aquilo que me obrigaram a fazer, tirar a vida a um homem sem nunca... que não me tinha feito mal nenhum, a mais de setecentos metros... O primeiro dia que dei o tiro que dei em Angola... Ele não me tinha feito mal nenhum, eu nem sequer o conhecia, estava a mais de setecentos metros... Dei-lhe cabo da cabeça com um tiro... Mas ou era ele ou éramos nós. Aí comecei... O meu oficial de Angola, mulato, disse-me: — ‘Fuma isto porque isto dá-te coragem para aguentares isso e muito mais...’ E eu comecei a fumar, boi cola, depois foi (?) russo, liamba, congonha, maconha, surumba, marijuana... Depois em Timor comecei a fumar ópio, heroína, comecei a mascar a folha da coca, para mim era tudo muito normal...”

No final da guerra colonial regressou a Portugal e retomou o trabalho na fábrica onde tinha iniciado a sua carreira, como torneiro mecânico. Recuperou o trabalho como

músico, formando uma banda, “Os morcegos”. Contudo, confrontou-se novamente com as dificuldades sentidas nos seus 17 anos, o mau ambiente familiar, e decidiu abandonar a vida com a família, partindo de novo para França. Aí, dado o controlo das autoridades sobre a imigração ilegal, acabou por se alistar na Legião Estrangeira com o objectivo de, desta forma, obter autorização para residir e trabalhar nesse país. A integração neste exército foi-lhe fácil, já tinha aprendido a combater na guerra colonial. No entanto, pouco tempo antes de terminar o serviço militar, a sua Companhia foi praticamente dizimada, em África, e, de regresso a França decidiu desertar.

Uma outra fuga, desta vez para a Suíça. Viveu como trabalhador clandestino, em Genebra, até que conseguiu obter um visto de trabalho. Decidiu, então, estudar línguas e mais tarde foi convidado para trabalhar num hotel, mudando em seguida para uma agência de aviação. Regressou a Portugal como visitante e a sua situação financeira desafogada provoca a inveja de alguns familiares. Conta então que foi vítima de bruxedo, uma acção encomendada à sogra de um dos irmãos. Regressou ao seu trabalho mas já nada lhe parecia como dantes: despediu-se e fugiu novamente, desta feita para Gibraltar. Aí iniciou uma nova profissão, na marinha mercante. Aprendeu a arte da navegação e iniciou uma actividade de contrabando, por via marítima, primeiro de tabaco e depois de droga.

“Parávamos em Gibraltar porque a Companhia era de Gibraltar, era a R. Shipping Company, o barco chamava-se D.. Comecei a ver os contrabandistas de tabaco a andar em lanchas rápidas, carregavam, cinco, seis, sete, dez caixas de tabaco, em Gibraltar e iam a Espanha, descarregavam e voltavam para trás. E eu comecei a achar piada àquilo, porque via eles a ganharem dinheiro e pensei fazer o mesmo, foi o erro que eu fiz. Começo... Apanhei um barco para venda, em segunda mão, um barco com doze metros, tinha dois motores anteriores a gasóleo... (...) E então comecei a comprar tabaco em Espanha, navegava na mesma, no barco onde eu trabalhava e aquele era quando eu estava em Gibraltar e comprava quatro ou cinco caixas de tabaco e vendia-o em Espanha. Ganhava mais, comecei a ter demasiado dinheiro e comecei a comprar motores fora de bordo. Comprei um Johnson e depois comprei outro de 400 cavalos, para um barco de 12 metros... Era uma lancha. Cheguei a ter quatro motores fora de bordo de 400 cavalos cada um. Aquele barco não navegava, voava. [...] Podiam ter-me apanhado, mas nunca me apanharam, eu tive sorte. Sempre andei sozinho. Quando comecei a ganhar muito dinheiro no tabaco, comecei a fazer transporte de outras coisas, haxixe. Três, quatro toneladas de haxixe, de Gibraltar para a Galiza, à terça-feira, todas as terças-feiras, levava três mil quilos de haxixe. Pagavam-me mil pesetas por quilo, ganhava três milhões de pesetas, em doze horas. Eu matava-me... podia-me... Velocidades loucas! Velocidades loucas. E à quinta-feira ou à sexta, eram mais três mil quilos, três mil e quinhentos quilos, de Gibraltar a Itália. Fazia em dezoito horas, são setecentas milhas. [...] Não, ia à Sicília, Catânia, Trapani. Catânia no sul, Trapani no norte. Mas nunca ia mesmo à ilha, ficava ali a umas milhas, descarregava para um barco de pesca italiano. E depois voltava para trás, descarregado. Viagens loucas! Velocidades loucas! Eu hoje não sei... Mas ganhava muito dinheiro nisso. Um dia tinha vinte quilos de haxixe, que um marroquino me tinha dado, a mim, porque eu

trabalhava mas era sempre sozinho, não levava ninguém comigo. Eu punha os olhos no radar e a mão no timão, era um acelerador de mão... “

O negócio de transporte começou a correr mal, as autoridades perseguiram-no. Conseguiu escapar e regressar a Portugal por algum tempo, voltando a fugir novamente, agora para Andorra. Fazendo uso da sua experiência anterior, conseguiu trabalho num hotel e a vida começou a correr-lhe bem novamente. Conheceu uma mulher, namoram e decidiram casar. Desse casamento nasceu uma filha. A sua vida estabilizou até que o hotel onde trabalhava foi vendido, acabando por ser despedido. A família instalou-se em L. mas, sem conseguir arranjar trabalho nessa cidade, regressou a Portugal e começa a trabalhar como mineiro. Adaptou-se a este novo trabalho até que tem um acidente nas minas.

“Passados dois anos de estar a trabalhar e de levantar cabeça, de estar outra vez bem, a vida estar a correr mais ou menos bem, fiquei soterrado a mais de setecentos metros de profundidade. Ficámos aí perdidos dois dias... Um colega meu faleceu, o outro está numa cadeira de rodas, eu estou na situação em que estou, a perna nesta situação e o outro, não sei o que é que é feito dele. Fomos encontrados, graças a Deus.”

O acidente provocou uma lesão numa perna, impedindo-o de voltar a trabalhar nas minas. Descobriu que a empresa que o subcontratara não tinha seguro e a família decidiu mudar-se para Lisboa para tratarem das questões com o tribunal. Aí, viveram os três, durante algum tempo, numa garagem. Sérgio conseguia algum dinheiro arrumando carros ou pedindo. Voltou a fumar droga e percebeu que estava viciado:

“E esse de vez em quando começou a ser muito próximo um do outro. Eu não sabia que aquilo fazia tanto mal. E já sabia o que era a droga há tantos anos... Mas não sabia que aquilo deixava dependência. Como já tinha deixado de beber água, porque a certa altura cheguei a um ponto... Antes que fiques alcoólico... Deixei de beber, ainda hoje não bebo, nunca mais bebi, desde os 37 anos que não bebo... Não bebo porque não sei se sei parar. A droga... Um dia a falar com eles aí na rua, venho a saber que o que eu sentia é a tal ressaca, ou seja, que eu sei que se chama de ressaca. Eu não sabia... [...] Eu digo, eu não sou toxicodependente, mas sou, ao fim e ao cabo. Não sou, mas sou. Agora, eu não quero que as pessoas sintam... Façam de mim um coitadinho. Eu sou obrigado a viver desta forma, com honra e vergonha. Bolas, mas tenho a minha dignidade”

A mulher e a filha regressaram a L. e Sérgio manteve-se em Lisboa à espera, aparentemente, do desenvolvimento do processo que decorre no Tribunal.

No Quadro 4.8 apresento, de forma esquemática, o resultado da análise da entrevista a Sérgio. Conforme referido anteriormente, adoptei o modelo proposto por Josso, 1991 para analisar a história de vida deste entrevistado. Julgo ser claro, através da análise deste quadro, que os momentos de ruptura na vida de Sérgio foram, para si, oportunidades de transformação.

Esta entrevista já tinha sido por mim analisada, em Silva, 2007a, no entanto, esta segunda análise mostrou-se mais profícua pois evidencia algumas pistas que não foram perceptíveis anteriormente. Aqui compreendi que este entrevistado se adaptou aos novos desafios que se colocaram ao longo da sua vida: aprender a trabalhar como

torneiro mecânico; aprender música; viver no estrangeiro; viver em situação de combate; viver clandestino; aprender línguas; aprender a navegar; contrabandear; e consumir analgésicos. Essas novas aprendizagens que integrou permitiram-lhe abandonar ou recuperar, aquisições anteriores, conforme as circunstâncias que o seu percurso de vida exigiu. O acidente nas minas e as suas consequências parecem ter deixado Sérgio num impasse difícil de ultrapassar. Manteve aquisições anteriores, como o consumo de analgésicos e adaptou-se a novas situações – mendigar e arrumar carros. No entanto, o percurso de vida de Sérgio e as aprendizagens que foi fazendo ao longo da sua vida preparam-no, creio eu, para enfrentar a vida na rua, pois tinha já um conjunto de competências específicas de sobrevivência em situações limite: viver clandestino na Suíça, em situação muito precária; ou a própria experiência de combatente. Embora estas competências não tenham sido verbalizadas pelo entrevistado, creio que são notórias se utilizarmos esta análise como suporte para a inferência.

M O M E N T O S C H A R N E I R A (R U P T U R A S)	Infância - migração para a cidade	P R O C E S S O S D E T R A N S F O R M A Ç Ã O	Adaptação	H I S T Ó R I A D E V I D A	Naturalidade
					Família
					Escolaridade
					Trabalho: Torneiro mecânico
					Gosto pela música
			Confronto		Gosto pela música: compra viola
			Integração		Músico banda
	Fuga para França		Adaptação		Viver no estrangeiro
	Chantagem familiar: regresso de França		Adaptação		Serviço militar
	Guerra colonial		Adaptação		Aprender a combater
	Final guerra colonial: regresso a Portugal		Integração		Consumo "analgésicos"
	Maus-tratos familiares: fuga para França		Integração		Trabalho e músico banda
					Clandestino em França
		Legião Estrangeira			
		Trabalho: hotelaria e aviação			
		Clandestino na Suíça			
		Trabalho: marinha mercante			
		Contrabando tabaco/estupefacientes			
		Namoro, casamento e nascimento da filha			
		Trabalho: hotelaria			
		Trabalho: minas Panasqueira			
		Vida em Lisboa: arrumador e mendigo			
		Viver na rua: consumo de "analgésicos"			

Quadro 4.8. Síntese do percurso biográfico de Sérgio

As entradas no diário de campo sobre Sérgio prosseguiram. Actualmente ainda me encontro com Sérgio com alguma regularidade. Curiosamente, após um internamento prolongado no hospital, devido a uma infecção grave, Sérgio decidiu deixar a rua. Primeiro ingressou numa comunidade, acabando por abandonar o programa antes do seu término regulamentar. Ingressou posteriormente numa outra instituição. Aí completou os seus estudos e encontra-se actualmente a viver num quarto arrendado

e à procura de trabalho.

Tomás

A entrevista a Tomás foi também realizada em 2006. Conheci-o na Comunidade Vida e Paz quando aí trabalhávamos, Tomás como funcionário e eu como voluntária. Concordeu em colaborar nesta pesquisa, aceitando ser entrevistado.

Tomás nasceu e cresceu em Lisboa num bairro bastante degradado. Vivia com a mãe e quatro irmãos mais velhos. Os três irmãos do meio eram filhos de um segundo marido de sua mãe, que ficando viúva voltou a relacionar-se com o primeiro marido, pai de Tomás e também do irmão mais velho. O pai faleceu, quando este era ainda criança, com 7 anos de idade, ficando a mãe com a guarda e cuidado dos cinco filhos. De acordo com Tomás, a mãe trabalhava de manhã até à noite para garantir o sustento e educação dos filhos, contudo, este sabe agora que cresceu muito só, sem a presença de adultos que o orientassem. Aprendeu, assim, a crescer autónomo, contando com um grupo de amigos do bairro onde morava. Com estes iniciou o consumo de drogas, primeiro haxixe, por volta dos 13 ou 14 anos, passando, posteriormente, a consumir heroína e cocaína, a partir dos 16 ou 17 anos. Foi também com os amigos que aprendeu a roubar. Ainda trabalhou cerca dois anos, num armazém, em Lisboa, mas, com pouco mais de 18 anos, autonomizou-se. Abandonou a casa de família e foi viver com os amigos para uma tenda no Casal Ventoso²⁹:

“Foi o que eu fiz. Não quis prejudicar a minha família directamente a nível de bens materiais, estar a roubar a casa, estar a deixá-los a viver na miséria por isto ou por aquilo ou por aqueloutro que eu fizesse. [...] E decidi fazer-me à vida sozinho, ou juntamente com os meus amigos. Quando digo sozinho, sem a família. [...] E não sabiam nada de mim, desapareci. Pura e simplesmente, desapareci.”

Iniciou, neste bairro, um período que durou cerca de 20 anos. Integrou, na sua nova vida, aprendizagens que tinha feito anteriormente: consumir e roubar, passando a ser este o seu modo de vida e subsistência: *“Era arranjar dinheiro para consumir. Acabar de consumir e arranjar dinheiro para outro consumo. E para outro consumo e para outro consumo”*.

Tomás viveu num vai e vem entre o Casal Ventoso e outros locais para onde era forçado a ausentar-se quando o seu modo de vida se tornava mais arriscado. Numa dessas saídas do bairro conheceu uma mulher, namoraram, casaram e tiveram um filho. Mantinha as suas actividades e consumos em segredo e quando foi descoberto, fugiu novamente para o Casal Ventoso. Aí permaneceu, perdendo o contacto com a mulher e o filho. Contudo, com o passar dos anos começou a sentir-se debilitado fisicamente. Confessa que alimentava uma esperança, quase infantil, que uma solução mágica o livraria do vício.

²⁹ O Bairro do Casal Ventoso esteve ligado à comercialização de drogas duras, heroína e cocaína, desde a década de 1980 e foi alvo de uma demolição, sem reconstrução, a partir da década de 1990.

“E eu andei... Eu fiz trinta por uma linha sempre com aquela esperança de encontrar um dia a solução mágica para me curar das drogas. [...] Eu tinha esperança que aquilo passasse. Eu tentei todos os métodos possíveis e imaginários. Todos aqueles que podiam haver e não haver.”

Foi confrontado com a demolição do Casal Ventoso, e também, com a necessidade premente de mudar de vida. Sentia-se numa encruzilhada.

“Ou ia para um hospital, ou ia preso definitivamente, ou morria. Não tinha outro desses três caminhos. [...] Porque o que uma pessoa faz naquela vida, apesar de ter dinheiro, apesar de ter... De não me faltar nada, porque nunca me faltou nada, eu não vivo, eu sobrevivo. Eu não consigo viver. Quem é que consegue viver, a fechar os olhos, ou com os olhos muito abertos com um flash de cocaína? Ou ou... E estar ali naqueles flashes de droga e ter que me acordar de manhã... E dizer: — ‘Agora vou-me fazer à vida para arranjar dinheiro.’ Ninguém consegue viver assim, conseguem sobreviver, ir sobrevivendo, sobrevivendo... Até um dia que as coisas... Que uma pessoa se apaga, não há outro caminho”.

Decidiu pedir ajuda à psicóloga que o acompanhou durante o seu período de vida no Casal Ventoso.

“E eu só parei quando me vi na situação de dizer assim: — ‘Prontos, agora o que é que eu faço da minha vida? Ou morro daqui a um mês, seis meses ou um ano, não sei quanto tempo, ou paro e vou sair.’ E foi o que eu fiz. Fui ter com a minha psicóloga, que eu tinha nas Taipas, tive uma conversa séria com ela e disse-lhe que eu sabia o que é que não queria mas não sabia o que é que queria. Foi tal e qual assim que eu lhe disse. Eu disse-lhe: — ‘Olhe, eu não quero mais isto. Eu não quero mais drogas...’ [...] E fui ter com ela e pedi-lhe ajuda. E foi assim, tal e qual o que eu lhe disse: — ‘Olhe, eu sei aquilo que eu não quero mas também não sei aquilo que eu quero da vida. Que eu sei que não quero usar mais drogas porque eu vou morrer. Eu vou acabar com a minha vida. Agora, o que é que eu quero é que eu não sei. Eu ando aqui perdido.’ E ela disse-me: — ‘Então, vais fazer uma desintoxicação, primeiro e, depois vais ser encaminhado para uma Comunidade...’ que ela já me acompanhava há 20 anos, que ela me acompanhava”.

Aceitou a sugestão da psicóloga sem grande esperança nos resultados desta nova tentativa. Iniciou a desintoxicação e entrou para uma comunidade terapêutica. Contou com o apoio dos profissionais da instituição e dos seus companheiros. Para além do processo de desintoxicação, Tomás viu-se confrontado com a sua auto-imagem, com o reatar das relações com a família e também com o filho, que não via há anos. Conta como estes confrontos consigo mesmo e com os outros lhe foram penosos.

“Porque houve uma conferência familiar, com os meus irmãos, e eu, prontos, todo cheio de nervos, e ok, tudo bem, eu vou-lhes pedir desculpa daquilo que fiz e não sei quê, não sei quê, e aquilo correu tudo muito bem ao princípio e quando chegou a altura de, pronto, o seu irmão pode ir um dia a sua casa e eles fecharam-me a porta. [...] E prontos, logo a cabeça começou a ficar toda bloqueada, e: — ‘Já não quero saber de mais ninguém, e... Então, agora que eu estou a fazer por mim é que estão-me

a virar as costas.’ Mais uma vez errado, eu pensar desta maneira. Porque eles... Porque eu não tenho obrigação... Não tenho... Porque é que eles têm de confiar em mim, né?”

O reencontro com o filho foi também um episódio marcante para Tomás.

“A partir daí, veio outra parte mais difícil que foi ter que encarar o meu filho e como é que eu ia fazer aquilo! Como é que eu ia falar com o meu filho, há oito anos que eu não o via e como é que eu ia falar com ele, como é que eu me ia dirigir a ele, como é que eu... Como é que ia ser? [...] Oh pá, o encontro com o meu filho foi muito esquisito, porque eu não sabia se lhe havia de dar dois beijos, se havia de lhe apertar a mão, se havia de agarrá-lo ao colo, e depois, olha... [...] E depois de o ver, ficámos a olhar um para o outro com cara de estúpidos. (risos) [...] Depois fomos para uma reunião, mais o conselheiro, começamos a falar e depois aconteceu uma coisa caricata, que eu não estava à espera que acontecesse mas aconteceu e é normal, ele desatou a chorar, e eu comecei-me a passar e viemos os dois pela sala fora e ficou só o conselheiro com a mãe do meu filho a falar. E depois começamo-nos a relacionar um com o outro e prontos, e a partir daí, a mãe começou a dizer que... Antigamente ele não podia falar, ninguém lhe podia falar do pai, porque ele dizia mal e de tudo do pai, e depois foi o contrário. Já era Deus no céu e eu na terra e já, ui que está cá o meu pai. Prontos, e as coisas começaram a acontecer e hoje em dia somos inseparáveis, não... Nem nos passa pela cabeça a gente estar uma semana sem estarmos juntos ou sem estarmos a falar constantemente...”

Depois de concluir o seu percurso na comunidade terapêutica, Tomás reiniciou um novo processo de adaptação: viver sem consumir; aprender a cuidar de si e dos outros; assumir as suas responsabilidades; aprender a ser pai; aprender a descobrir o prazer na existência simples; e a valorizar a amizade.

“É claro que me controlo, tenho que me controlar nas minhas despesas e saber que ando aqui de um lado para o outro e tenho amigos, principalmente, tenho amigos, não tenho conhecidos, os tais conhecidos que eu te dizia que tinha [...]. Eu hoje vou para a cama e tenho um sono descansado. Tenho um sono, eh pá, descansado e rio-me com um prazer que tu... Oh pá, e tenho amigos de verdade, prontos, que me ajudam sem quererem nada em troca. Ajudam-me só porque são meus amigos. E eu poder fazer a mesma coisa. Poder ajudar outras pessoas, porque são meus amigos, percebes, e pronto, e viver tudo aquilo que a vida nos dá. Pronto, oh pá, é mesmo assim. Descobrir coisas novas... ah... Coisas que eu nunca pensei que existissem. Eu para mim só existia uma coisa, eu via tudo o que se passava à minha volta, só que não queria ver com os olhos de ver. Não queria ver daquela maneira, eu estou a ver que aquilo pode-me levar a ter mais consumo de droga. E isto depois foi o decorrer da minha vida, houve aquelas razões que me levaram a ir para a rua, estando nas ruas levaram-me às razões que eu te disse para começar a consumir drogas, para conseguir sobreviver e foi tudo uma vida de sobreviver.”

A entrevista de Tomás, também de carácter biográfico, adaptou-se ao modelo proposto por Josso, 1991, já aplicado à entrevista de Sérgio.

No Quadro 4.9 apresento a grelha de análise desta entrevista, identificando os períodos de vida, os momentos charneira e os processos de transformação provocados por essas mesmas rupturas.

MOMENTOS CHARNEIRA (RUPTURAS)	Infância - Sair de casa	Adaptação	Naturalidade
	Acontecimento marcante: sair de casa Viver na rua	Integração	Bairro degradado
		Autonomização	Dificuldades familiares
	Acontecimento marcante: sair da rua	Adaptação	Escolaridade
		Confronto	Crescer autónomo
		Integração	Roubar
	Comunidade terapêutica	Adaptação	Trabalho
		Confronto	Relação com estupefacientes
	Viver com abrigo	Processo terapêutico	Consumir e roubar
		Adaptação	Abandono da casa de família
		Viver no Casal Ventoso	
		Vai e vem: Casal Ventoso e outros locais	
		Namoro, casamento e nascimento do filho	
		Esperança numa solução mágica	
		Dificuldades pelo modo de vida	
		Debilidade física	
		Consumir estupefacientes	
		Modo de vida: roubar e consumir	
		Desintoxicação	
		Destruição do Casal Ventoso	
		Encruzilhada	
		Sair da rua	
		Desintoxicação	
		Suporte dos profissionais	
		Auto-imagem	
		Reatar ligação com a família	
		Reatar ligação com o filho	
		Desintoxicação	
		Autonomia e responsabilidade	
		Cuidar de outros	
		Cuidar de si	
		Descobrir prazer na existência	
		Oferecer ajuda	
		Pedir ajuda	
		Relação com ex-mulher	
		Ser pai	
		Valorizar a amizade	
		Viver sem consumir	

Quadro 4.9. Síntese do percurso biográfico de Tomás

Ao longo da sua vida Tomás foi integrando as aprendizagens anteriores para fazer face aos novos desafios com que se deparou. No seu percurso é notória a integração das aprendizagens, roubar e consumir, que viria a utilizar mais tarde quando se instalou no Casal Ventoso. À saída da comunidade terapêutica, precisou de se adaptar a novas situações, bem como abandonar aquisições anteriores. Por diversas vezes Tomás viu-se confrontado com várias situações que o impeliram a uma escolha: umas com origem exterior, outras provenientes do seu próprio processo de transformação ou das suas características pessoais.

Jorge

Conheci Jorge nas voltas da Comunidade Vida e Paz, no final de 2004. Em Janeiro, encontrei-o casualmente na Praça de Londres, andava ele ao papel, cumprimentei-o e

conversarmos um pouco.

“Quando lhe falei estava debruçado sobre uns sacos do lixo. Ficou contente por me ver e ficámos a conversar um bocadinho. Contou que na passagem do ano uma senhora ofereceu-lhe um grande banquete, cabrito, vinho tinto engarrafado, pastéis de bacalhau, bolo-rei, uns doces que ele não sabia o nome, foi um belo banquete. Mas nessa noite ele estava acelerado, tinha bebido 4 litros de vinho com dois conhecidos com quem ele se encontra ao pé da Caixa Geral de Depósitos. Ficam a conversar e bebem muito. ‘Eu quando estou sozinho não bebo, pelo menos não bebo tanto, só um bocadinho. Tenho que deixar de me encontrar com eles.’ Parecia satisfeito, o banquete da passagem do ano tinha sido bom e ele gosta de ser bem tratado, além do mais já tinha feito o dia, a seguir ia ao pão, e a senhora punha-lhe sempre dois bolos, oferecidos. E na terça-feira vou ao espaço aberto outra vez. ‘Ótimo – disse eu’. [...] Despedimo-nos com um aperto de mão.” (Diário de campo: 02/01/2005).

Julgo que esse encontro, fora do espaço habitual das voltas, permitiu uma maior aproximação entre os dois. Apesar de Jorge reconhecer que por vezes bebia muito, não se considerava alcoólico. Desde o final de Janeiro começou a falar que estava a pensar deixar a rua, e em 17 de Fevereiro foi a uma primeira reunião no Espaço Aberto ao Diálogo. Pediu-nos, à Flora e a mim, se podíamos acompanhá-lo. Encontrámo-nos no Largo, curiosamente no mesmo dia em que conversei com Sérgio pela primeira vez, e a partir dessa data, Jorge foi pedindo apoio, ora para o acompanharmos às consultas no CRAS, ora para irmos com ele realizar exames médicos. Flora tinha mais tempo livre e acompanhou-o nessas diligências.

Em Março, Jorge desapareceu do local onde costumava dormir, tinha mudado de casa, para as traseiras de um prédio no Campo Grande. Aí viveu com Guido e Orestes, até ingressar no CRAS, em Junho de 2005. Como já referi anteriormente, o período de tempo que decorre entre a tomada de decisão para ingressar numa instituição e a data de admissão, pode ser vivido por algumas pessoas, com uma certa ansiedade. Foi o que se sucedeu com Jorge, passando a solicitar um apoio quase permanente, não apenas a mim, mas também a Flora e Mário, um outro voluntário que conhecia Jorge há bastante tempo. Quando, finalmente, iniciou o processo de desintoxicação no CRAS, continuámos a visitá-lo e a telefonar-lhe para saber como se sentia. Estava a gostar muito do tratamento, do pessoal médico e de enfermagem, das sessões de relaxamento e do livro dos Doze Passos, a metodologia seguida pelos Alcoólicos Anónimos. No final de Junho ingressou na comunidade terapêutica e a meio de Julho telefonou-me informando que já tinha passado o período de isolamento do mundo exterior e que já podia receber telefonemas e visitas.

Em Agosto o corpo técnico da comunidade considerou que Jorge tinha demasiada atenção dos voluntários: Flora e vários voluntários da sua equipa, Mário e eu. A conselheira do Jorge pediu que lhe telefonasse. Explicou-me que as visitas ao Jorge estavam a prejudicar o seu tratamento e que teriam de ser por ela autorizadas. Acedeu a que Flora e eu o visitássemos no final de Agosto, altura em que estava de serviço na instituição. Fez questão de nos conhecer e, a partir dessa data, foi criando dificuldades nas visitas a Jorge. Por várias vezes as visitas foram recusadas em cima da hora. Umas vezes por que tinha trabalhos a cumprir, outras por que não estava a ser

honesto com os companheiros e o corpo técnico em relação aos sentimentos que nutria por mim. Jorge vivia essas recusas por parte da conselheira, com uma grande ansiedade.

No início de Outubro, Fernanda, a psicóloga que acompanhava Jorge, telefonou-me.

“Hoje telefonou-me a Fernanda, conselheira do Jorge. Disse-me para ir lá à Quinta amanhã às 14H00 para falar com ela sobre o Jorge. Respondi que teria que falar com a Flora para confirmar se ela tinha disponibilidade, ao que a Fernanda respondeu que não era para a Flora ir, nem qualquer dos outros voluntários, só queria que fosse eu porque era eu que estava a quebrar as regras. Disse-lhe que ela teria que me adiantar o assunto pelo telefone, pois eu não ia fazer 80 km sem saber qual era o motivo e se era a quebra de regras que estava em questão, ela que me dissesse pelo telefone. Foi uma pena a conversa ter azedado! O telefonema acabou comigo a dizer-lhe, ou a confirmar-lhe que não ia amanhã à reunião com ela. Fiquei super enervada comigo, por me ter irritado [...] Algumas das coisas que lhe disse: ‘Que eu não era uma residente, para ela não confundir o poder que tem sobre os residentes com o poder que tem sobre as outras pessoas’; ‘Que a obrigação dela era trabalhar e fazer um trabalho decente pois era paga com o dinheiro dos meus impostos.’ Foi uma conversa muito edificante! Ela disse-me que eu era uma arrogante, que eu não sabia do que estava a falar, nem tinha consciência do que fazia e que tinha de ser ela a dizer-me. Ir à reunião com ela era uma obrigação minha, fazia parte do meu trabalho e se eu queria que o Jorge fizesse um bom tratamento, tinha de ir lá falar com ela. Disse-me também que eu tinha quebrado regras e que estava sempre a quebrar as regras” (Diário de campo: 03/10/2005)

Não fui à reunião com a conselheira Fernanda, em breve Jorge iria mudar de fase e teria uma nova conselheira. E assim foi, passados cinco dias, Jorge mudou de fase. A segunda conselheira, uma profissional mais experiente, convocou-nos para uma reunião, em 23 de Outubro. Flora e eu deslocámo-nos à Quinta para a reunião.

“Chegámos à Quinta antes das 14H30 e tivemos de esperar até às 15H30 para falar com a Dra. Cátia. A Flora estava em brasa, eu estava calma [...]. Por acaso a reunião até foi muito melhor do que esperava, gostei dela, apesar de me parecer que está a analisar o Jorge numa forma um pouco estranha, é possível que tenham razão. A Cátia explicou que nesta fase o que se pretende é iniciar e fortalecer os contactos com a família e ela quis perceber que tipo de relação iríamos manter com o Jorge depois do internamento. A Flora disse-lhe que era muito amiga do Jorge mas que ele não iria passar o Natal em casa dela, eu expliquei qual era a minha postura, sou voluntária e ajudo as pessoas a sair da rua, dou-lhes o meu apoio até que elas possam organizar-se sozinhas, mas não as abandono à porta da comunidade. Falámos da conselheira Fernanda. A Dra. Cátia disse que parecia haver um braço de ferro entre nós. Expliquei-lhe que o meu braço era bastante forte e não precisava de estar a fazer braços de ferro com os conselheiros, já sabia qual era a minha força. Pediu-nos para irmos esclarecendo a nossa postura com o Jorge, de forma a fazermos o desmame da dependência. Expliquei-lhe que essa tinha sido sempre a minha ideia mas que devido às confusões com a Fernanda isso não tinha sido possível. Acabámos a reunião quase às 16H30, o Jorge estava todo nervoso e com aquele mau feitio que eu não gosto, fica

a olhar para o chão e bastante agressivo. Conseguimos falar pouco, explicámos-lhe que só iríamos lá dali a três semanas” (Diário de campo: 23/10/2005).

Em Novembro, Flora e eu visitámos Jorge.

“Chegámos à Quinta já passava das 3 e meia e o Jorge estava à nossa espera no Jardim, onde podia ver a rua. A assistente social apresentou-se e deu autorização para sairmos com o Jorge, fomos a um café muito elegante próximo da Quinta. Estava todo nervoso e queria mostrar tudo ao mesmo tempo, as fotocópias dos trabalhos que já tinha finalizado, mais os trabalhos que tinha que entregar na próxima semana. A Flora e eu temos sempre dificuldade em nos mantermos sérias quando lemos as questões que os conselheiros pedem, sinto-me um pouco perdida com aquelas perguntas difíceis. A que nos deixou mais perplexas era a dos 20 pensamentos que nunca tinham sido partilhados com ninguém. Não sei como o Jorge faz mas consegue sempre arranjar respostas para tudo e as conselheiras parecem ficar satisfeitas com os resultados dos trabalhos. Não sei até que ponto estes trabalhos são úteis, pois parece-me que o Jorge inventa um bocado para poder acabá-los. Havia uma questão complicada sobre Deus que podia ser respondida com uma oração. Por acaso tinha comprado o Borda de Água e tinha visto que havia orações aos anjos numa das páginas do final. Jorge gostou muito da oração e copiou-a para incluir no trabalho. [...] Perguntei-lhe se o podia entrevistar para o trabalho da faculdade e ele respondeu logo que sim que sabia todas as respostas e que me ajudava. Pedi-lhe para me dizer onde é que se pode tomar banho, comer e conseguir roupa, deu-me os contactos com toda a alegria. Ele gosta muito de ajudar” (Diário de campo: 19/11/2005).

Jorge prosseguiu o seu tratamento e em Dezembro participou na festa de Natal da Comunidade Vida e Paz. Em Fevereiro, ficou de faxina na cozinha e estava a gostar muito, até criou uma sopa *Floriana* em homenagem a Flora. Em Maio encontrámo-nos na Faculdade para a primeira entrevista. Foi uma longa entrevista, Jorge emocionou-se por várias vezes. Em Junho encontrámo-nos para a segunda entrevista. Em Agosto, Jorge conseguiu um emprego na área de construção civil. Soube, através de Flora, que Jorge estava a trabalhar muito.

“Faz horas extraordinárias para ganhar mais dinheiro e também porque lhe pedem. Quer abater na dívida que tem para com a Comunidade. São 300 e tal euros. Vão começar a fazer-lhe análise ao sangue para saber se está alcoolizado” (Diário de campo: 18/09/2005).

Em Janeiro de 2007, registei uma retrospectiva dos acontecimentos.

“Jorge arranjou trabalho e uma casa, com um quarto para alugar. Precisava de coisas para a casa nova e disse-lhe para fazer uma lista que logo víamos como é que se podia fazer. [...] Consegui umas coisas para o Jorge e ele acabou por vir cá buscar uma televisão e algumas roupas de casa, a Flora ofereceu-lhe um fogão a gás e outras pessoas deram-lhe mais mobílias e coisas para o enxoval. Veio a casa [...] buscar tudo e [...] parecia muito feliz com a nova vida que estava a iniciar. Mais tarde falou-me porque tinha sido contactado pela TVI para ser entrevistado para um programa que iria passar perto da festa de Natal. [...] Jorge aceitou ser entrevistado, primeiro pensou que iria receber um monte de dinheiro mas mesmo sabendo que não lhe pagariam um

tostão, excepto as deslocações e as horas que teria de faltar ao trabalho, [...] fez o programa de televisão com uma menina muito gira que não me recordo do nome” (Diário de campo: 20/01/2007).

Em Fevereiro de 2007, Jorge levou louças e um aspirador para a sua nova casa. Depois dessa data andou desaparecido, soube por Flora que não atendia o telefone. Esta foi a última entrada no diário de campo.

Na biografia de Jorge os momentos charneira, que na análise da sua história de vida nomeei de “acontecimentos marcantes”, são um pouco distintos dos que se pode observar nas biografias de Sérgio e de Tomás, momentos de abertura para novas potencialidades e de abandono de aquisições. Os acontecimentos marcantes na vida de Jorge foram por ele vividos como tal, mas dado as suas características pessoais, julgo que o deixaram num estado de grande tristeza e depressão, poucas vezes o impeliram para iniciar processos de transformação. Retomarei esta discussão mais adiante, no texto. Por agora, apresento apenas o Quadro 4.10 que julgo facilitará a compreensão do percurso biográfico deste entrevistado.

Início	Fim
Nascimento	Abandono da escola
Inserção mercado trabalho	Gravidez da irmã
Autonomização/conformismo	Morte da mãe
Viver sem mãe	Morte do pai
Viver sem pai	Incêndio
Viver com irmã	1ª vez na rua
Retorno à vida com abrigo	2ª vez na rua
Viver na rua	Comunidade de inserção

Quadro 4.10. Síntese dos períodos marcantes na biografia de Jorge

Os períodos de vida têm um início e um fim, como se pode verificar através do Quadro 4.10. O final de um período coincide com um acontecimento marcante. Exceptua-se a morte do pai, que evidentemente foi um acontecimento relevante na vida de Jorge mas com um impacto distinto a nível da estabilidade interna do entrevistado. Com a morte do pai, Jorge passou a viver só e o seu quotidiano alterou-se. Passou a contar apenas consigo próprio.

Jorge nasceu na década de 60, numa aldeia alentejana. O pai migrou para Lisboa e algum tempo depois a família juntou-se-lhe. Foram viver para a zona de Loures, primeiro para uma habitação provisória e mais tarde para um bairro de arrendamento social. Cumpriu a escolaridade até ao 4º ano. No 5º ano sentiu mais dificuldades e uma das professoras ofereceu-se para lhe dar explicações, mediante o pagamento de 200 escudos por mês, mas Jorge decidiu abandonar a escola.

“Eu ia chumbar o ano... Eu como nunca estive habituado a chumbar, eu sempre fui inteligente para a escola e não me senti... Cheguei ao pé dela [da mãe] e disse-lhe: — ‘Olha, eu não quero mais ir à escola.’”

Inicia-se assim o segundo período da vida de Jorge, com a sua inserção no mercado de trabalho, com cerca de 11 anos de idade. Com a ajuda da mãe, começou a trabalhar, primeiro como ajudante numa carpintaria, passando para uma droguaria e, em seguida,

como ajudante de padeiro, na distribuição de pão.

“E fui trabalhar para o padeiro, distribuição de pão. [...] Só que ele batia-me [...] Dizia que eu tinha uma cara boa para levar estaladas. [...] Só que eu não dizia nada à minha mãe e um dia contei-lhe e disse-lhe que não ia mais... Não ia mais, fomos responder para um... Ah, eu quero ir trabalhar para outro lado... E depois viemos a um... Eu não fui trabalhar e ele foi lá à rua vender pão... Abria a carrinha... O pessoal ia lá... A minha mãe foi lá... Levava um pau... [...] Amanda-lhe duas cacetadas com o pau... ‘Porque é que você não deixou ir o seu filho?’; ‘então você anda a bater no meu filho?’ ‘Pumba, pumba’ ele não vai mais trabalhar para si’. Abriu-lhe a cabeça, o gajo pirou-se ainda com a carrinha... A porta... Devia ter fechado a porta por dentro... E coiso, ficaram lá os clientes para atender e tudo”.

Depois deste episódio, a mãe procurou-lhe um outro trabalho, em Lisboa, tendo gostado, particularmente do dono duma loja de tecidos, na baixa. Jorge tinha 13 anos e alteraram a idade para que ele pudesse ser admitido. Na loja de tecidos tinha alguma autonomia financeira, embora entregasse o seu ordenado à mãe, mas o patrão ia-lhe dando algum dinheiro extra, outro, recebia em gorjetas. Jorge gostava de cinema e sempre que podia escapava-se ao controlo materno e do patrão.

“Eu às vezes, eu saía às 7 horas, 7 e um quarto... E enfiava-me no cinema e depois chegava a casa e dizia à minha mãe que fazia serão. [...] Eram filmes de acção. [...] Eram policiais. Filmes de terror, na altura gostava, agora não gosto. [...] O Olympia. Ia ao Salão Lisboa. Ia ao Arco Bandeira. Eu também às vezes também tinha gorjetas, quando ia levar um embrulho a uma senhora, quando comprava um cortinado, dava-me por exemplo, 20 escudos, 5 escudos, 10...”.

Tentou autonomizar-se da mãe e do patrão, sem grande sucesso.

“Não, eram filmes, eu era miúdo ainda, nessa altura ainda não havia cinema, praticamente na televisão, eu ficava em Lisboa, saía às 7, metia-me no cinema daqueles de reprise, via dois filmes e depois chegava a casa às 10 e meia, 11 horas da noite. [...] O patrão também não sabia [que ia ao cinema às escondidas]. Só que uma altura viram-me na estação do metro do Rossio, às 10 horas, 10 e meia. E foram-lhe dizer a ele. [...] E ele disse e o meu patrão: — ‘Mas o que é que se passa?’; ‘ah, mas...’; ‘E então?’; ‘Ah, não se preocupe’; ‘O quê? Não, tu ainda não tens idade para essa vida.’. Ele chamou lá a minha mãe e contou-lhe tudo”.

Teve a sua primeira namorada com 14 anos. Esta queria que Jorge pedisse autorização ao seu pai para namorar mas adiou a decisão com receio do pai da Catarina.

“E a Catarina, depois houve uma altura que chegou ao pé de mim e disse-me para ir falar... Se eu queria ir falar... Que a mãe sabia mas que como o pai já tinha descoberto... Que achava melhor eu ir falar com os pais... O que é que eu pensava, o que é que havíamos de fazer... Não havia problema que ela era muito nova... Tinha 14 anos também mas os pais dela tinham casado aos 14, os pais dela. Mas eu, o pai dela, não... Sempre tive muito respeito ao tio Joaquim”.

Jorge não falou com os pais da namorada e algum tempo depois: *“acho que houve uma coisa... Ela depois viu outro e... Começou-se a afastar um bocado e depois*

acabámos por acabar”.

Ficou triste e foi um período difícil: *“Não, não esperava. O primeiro amor marca sempre. [...] Foi. (pausa) Mas sofri um bocado. Na altura estava na loja de tecidos...”.*

Mais tarde conheceu e começou a namorar outra rapariga: *“Mas também tive poucos meses com ela... Aconteceu aquilo...”.*

“Aquilo” foi a gravidez da irmã mais nova, com 14 anos. Este acontecimento foi muito marcante para Jorge, por várias razões entre as quais destaco as que me parecem mais relevantes: o rapaz que engravidou a irmã era irmão da sua namorada, fazendo com que Jorge se culpasse desse facto; perante a gravidez da filha, os pais de Jorge organizaram-se para albergar na sua casa o novo casal. Desta forma, deram o quarto ao jovem casal, e foram dormir para a sala, onde anteriormente dormia a irmã.

“E depois, o meu cunhado aproveitou-se daquilo e atirou-se à minha irmã. [...] Tinha vinte anos nessa altura, ele também tinha 20, ele é da minha idade, só que a minha irmã tinha 14. [...] Sim e depois quando aconteceu aquilo eu até quis sair de casa. [...] Ele enganou-a e a minha mãe meteu-o logo lá em casa. Já que enganou a minha irmã... Sim. Acabaram por mete-lo lá em casa. [...] Sentia-me culpado porque depois eu tinha o meu quarto. A minha irmã ainda era muito nova e a minha mãe tinha o quarto dela, não era. [...] E eu tinha o quarto, como trabalhava... E a minha irmã como ainda era novita dormia na sala. [...] Já. Depois a minha mãe meteu... Deu-lhe o quarto dela e ela e o meu pai foram para a sala. [...] Que eu comecei logo: — ‘mas vai-lhe tirar o quarto’; ‘não, não que a gente...’ mas eu depois pensei bem: — ‘não, não então eu fico na sala’. Não tinha lógica, não era? [...] Nunca lhe perdoei de ele ter enganado a minha irmã. [...] Tinha 20 anos, ela era muita criança. [...] E ainda não... [não perdoou o cunhado] acho que isso marcou-me muito. [...] Eu às vezes ainda penso que se não tivesse acontecido isso eu ainda... Fazia agora trinta e tal anos de serviço na baixa... [Investigador: Mas o que é que tu sentias? É só para perceber um bocadinho melhor.] Eh pá, revolta, raiva, não o poder ver. [...] Ainda mais ele depois ainda tratava mal a minha mãe, respondia-lhe mal e isso tudo”.

Com as mudanças na vida familiar, Jorge ficou revoltado. Iniciou-se um novo período que considerei como um balancear entre tentativas de se autonomizar e de se conformar com a nova situação. Ainda procurou sair de casa dos pais e arrendar um quarto em Lisboa.

“Quando foi da minha irmã fui ver de um quarto. [...] Fui ver ali no Intendente, lá dizia 4 contos com alimentação. [...] E eu fui lá ver o quarto, mas veio uma criança toda suja à porta... Que fiquei assim... Perguntei pela mãe e o outro meu colega, o moço que trabalhava comigo começou a fazer caretas também... E a partir daí... E eu disse ao meu patrão o que se estava a passar e ele disse: — ‘oh Jorge se arranjares um quarto, eu ajudo-te a pagar o quarto.’ [...] Só que aquilo foi um flash. [...] Que me passou pela cabeça... O quarto. [...] A minha mãe soube... [...] Ela chorou bastante. Não coiso, não admitia e não admitia e [...] Sim, [a mãe não queria que Jorge saísse de casa] e eu acabei por ficar em casa. E depois, pronto, aceitei aquilo mas sempre a viver com os meus pais e com a minha irmã e com o meu cunhado, mas nunca houve aquele... Era mais um lá em casa, nera. Falava com a minha irmã...”.

Desistiu de arrendar um quarto e, sentindo vontade de mudar de vida, despediu-se do emprego na loja de tecidos.

“Claro que não me sentia bem. Praticamente ia a casa só para dormir e para as refeições. (pausa) depois pensei em sair de Lisboa. Para ter mais tempo com os amigos... Saía de casa às sete da manhã, só regressava às nove. E eu não tinha tempo para jogar à bola... O que é que eu pensei... Na altura havia umas inscrições para Israel, um amigo meu foi para lá e eu preguei uma peta ao meu patrão. Cheguei ao pé dele: — ‘Quero-me ir embora.’; — ‘Mas porquê, o que é que se passa? Tem algum problema?’; E disse: — ‘Não. Apareceram aí uns contratos para Israel e tenho que ir quarta-feira, já.’; E ele: — ‘quarta-feira? Isso não pode ser. Tem passaporte?’; — ‘Isso, o passaporte, estou a tratar.’ E ele deu-me mais dinheiro e disse-me que a gente fala melhor. Fala melhor... [Investigador: então disseste ao patrão que querias ir para Israel, que tinhas um projecto de ir para Israel.] Pois, e eu estava para receber férias, subsídio de férias e isso tudo... Chegou à hora e ele só me pagou os treze dias do mês de Março. E eu disse: — ‘Não, isto falta mais, faltam dois meses de ordenado.’; — ‘Não, tu...’; — ‘Nem férias, nem...’; — ‘Ah, as férias tinhas que as gozar não sei quando.’; — ‘Então eu vou saber como é que é.’. Fui ao sindicato e no sindicato disseram: — ‘Olhe, você trabalhou lá oito anos, se foi um bom empregado, ele está a por os olhos a isso, mas você tem que lhe dar dois meses de pré-aviso. Porque senão ele pode-lhe exigir dois meses de indemnização.’ E ele também foi saber. Quando chegou a altura da verdade, ele descontou-me logo na segunda-feira dois meses, deu-me só mais cinco contos. — ‘Olhe o seu ordenado é para se cumprir.’ Mas fiquei amigo dele”.

Ficou sem emprego e permaneceu em casa dos pais. A mãe tentou ainda falar com o ex-patrão, mas Jorge não permitiu. Acabou por arranjar trabalho na construção civil.

“Depois arranjei trabalho... Estive ali um mês ou que é que foi sem fazer nada, fui trabalhar para as obras. Só trabalhei dia e meio. Chovia torrencialmente, a descarregar bilhas de cimento, as mãos cheias de calos. Cheguei a casa a chorar. A minha mãe: — ‘Bem-feita, eu vou telefonar para ele, para o Senhor Pereira, que ele mete-te outra vez.’; — ‘não, não.’”.

Fez ainda outras experiências de trabalho, acabando por ser admitido na empresa onde estavam empregados o pai, como guarda e a mãe como cozinheira. Narra, visivelmente emocionado, a morte da mãe. Para Jorge, tudo começou com uma discussão entre a mãe e o cunhado. A situação agravou-se e a irmã, o cunhado e a sobrinha, ainda bebé, foram embora de casa.

“Depois no Sábado fui trabalhar, que eu trabalhava aos sábados que era a 200%, a minha mãe também trabalhava, [...] A minha mãe tinha comprado umas gambas para a gente comer lá no refeitório da empresa. Ela fez as gambas, deu a coiso, e depois estive a chorar, antes, por causa da minha irmã, e disse assim para o carpinteiro: — ‘Olhe, estão aqui estas gambas, tu... Vais mais o... Já nem me lembro o nome dele. Que eu vou já a seguir e o teu pai começa a comer gambas, porque ele está sozinho... Por causa daquele malvado e isto e aquilo... Aquele está sozinho lá em casa, vão comendo as gambas que eu vou já a seguir.’ [...] Ela guardou algumas gambas para a gente levar para casa. Para o meu pai. Eu e o outro viemos, eu estava a fazer a barba.

[...] Depois quando... Eu cheguei a casa, dei as gambas ao meu pai, eu estava a fazer companhia lá um bocado ao carpinteiro... Eu comecei a fazer a barba, era sábado... Depois tocaram à campainha. À campainha e quem era? Era o encarregado geral que ia para casa e apanhou a minha mãe no caminho. [...] No caminho antes de chegar a casa... Quem vem da obra, no coiso... ah... Pediu ajuda... Eu fui no coiso... Só tinha feito a barba ainda só de um lado... [...] Metemo-la na cama... Metemo-la na cama e disseram não sei o quê: 'Dá-lhe aos braços, não sei o quê, que ela...' E depois eu fiz-lhe assim... Foi quando começou a deitar espuma. [...] Chamamos a ambulância mas nunca mais vinha, demoram tanto tempo, mais de vinte minutos. [...] E isto tudo à minha volta... A minha irmã, na altura, foi nessa semana que eles não estavam lá em casa... Que a minha mãe... Que eles tinham ido para a casa da outra... Quando foi a discussão. Que eu comecei logo, ah a culpa, não sei quê, é deles... Depois veio a ambulância, fomos para o hospital, o meu pai foi também, o meu pai depois apareceu lá... Fui eu com ela... Ela não respondia (está muito emocionado) [...] Depois às tantas chegou o meu pai... (pausa)... Eles não deram notícias, nem sim, nem não. O outro senhor foi ao gabinete... E perguntou... — 'A fulana de tal, [...] como é que está?' 'O senhor é da família?' E ele disse: — 'Não, mas é este moço que aí está.'; (pausa) 'Ah, está em estado estacionário. Ainda não se pode dizer nada, portanto, é só amanhã, para vir cá amanhã de manhã, às onze horas.' [...] Apanhei um horror àquele hospital. Mas isso foi... Nós na altura, por causa de um funcionário não vamos deitar um hospital abaixo. Eu meti-me mais o meu pai numa camioneta, apanhámos um táxi até Entrecampos e voltámos para [...]. (pausa). No Domingo... Tinham mandado... Para o meu pai lá ir... Eu quando vinha para cá disse ao meu pai: — (está muito emocionado) 'Pode ser que eu me engane... mas... Acho que temos de estar preparados para o pior.' [...] Nós quando perdemos uma pessoa querida sentimos... Depois, de manhã, ele foi logo avisar... Mandeí recado para a minha irmã... [...] Sim, para vir para casa... E mandei recado por uma pessoa à minha irmã mais velha [...] quando eu cheguei do hospital... [...] Eu fui lá perguntar, fui mais o meu pai. E disseram-me que estava na mesma".

Jorge e o pai regressaram a casa e, nesse mesmo dia, passadas escassas horas, telefonaram do hospital dando a notícia que a mãe tinha falecido. Para Jorge, a mãe estava já morta desde o dia em que entrou no hospital, razão para a sua revolta ser ainda maior.

"Só soube depois que ela já estava morta, foi logo... Só que eles deviam ter dito a nós, não nos faziam lá ir outra vez no Domingo fazer figura de parvos. Só disseram: — 'Vá para casa que ela não pode ter...' [...] telefonaram do hospital a dar a notícia. Depois já a minha irmã ficou lá em casa e o meu cunhado. Eu fui o único que a consegui ver. [...] Vi, mas como me lembro dela é quando ela era viva. Vi-a montes de vezes... Ela no caixão, mas quando me recordo é a cara dela, pronto, não a vejo como morta, tás a ver?"

A vida de Jorge, depois da morte da mãe, modificou-se. Vai dando imagens parcelares desse período.

"Depois entrei no desemprego. Trabalhava, não trabalhava, bebedeiras, bebedeiras [...] Não fazia nada, praticamente. Sentia-me desligado da vida. Tentei-me suicidar

duas ou três vezes. [...] Perdi o interesse pela vida, não tinha, nem responsabilidade, não tinha nada. Eu queria um cigarro, não tinha, eu pedia ao meu pai e o meu pai dava-me. Claro que o meu pai não podia estar... A explorar o meu pai. Ficava deitado dias inteiros, nem encarava as pessoas cá de fora e isso tudo. [...] Uma altura tentei-me suicidar com uma faca, só que aí também não estava, comecei primeiro a espetar deste lado, só que a força era tanta que nem furava, e depois é que eu pensei, espera aí que este lado é o coração. E depois desisti... Nem para isso dava... Era tudo maluquices. Depois lá arranjei trabalho, lá numa firma também de construção civil, lá em [...] sempre fui mais ligado à minha mãe. Tanto que eu sempre disse que se a minha mãe voltasse eu cortava as minhas duas pernas e os meus dois braços porque sabia que não me faltava nada”.

O pai de Jorge também parecia ressentir-se com a ausência da mulher.

“O meu pai depois teve... Já tinha tido um enfarte do miocárdio antes, mas conseguiu recuperar... Mas depois pronto... Teve ali uma fase... Trabalhava com o meu cunhado mais velho, ele não lhe dava dinheiro, era aquele tipo gandaia, pronto. [...] O meu pai foi-se muito abaixo”.

Jorge recuperou um pouco da sua tristeza quando teve a possibilidade de voltar a trabalhar na loja dos tecidos.

“Eu telefonei-lhe logo a dar a notícia [da morte da mãe]. E ele disse-me assim: — ‘se houver assim...’ ele não tinha falta de pessoal ‘se houvesse a hipótese de coiso...’ e eu a partir daí... À espera que eu me oferecesse, mas eu também não me ofereci ainda. Só que ele telefonou para mim. Dei-lhe o número de telefone de um vizinho, estava a trabalhar nessa altura nas obras, fui um dia almoçar a casa, eu ia almoçar a casa, e o meu pai disse-me: — ‘Olha, o Senhor Pereira telefonou.’ Eu, a partir daí, senti-me logo outro”.

Manteve-se nesse trabalho cerca de dois anos. Jorge começou a consumir bebidas alcoólicas cedo, mas após a morte da mãe as “bebedeiras” eram mais fortes e menos espaçadas. Na sequência de uma delas, Jorge deixou de aparecer na loja de tecidos.

“Não, isso foi por causa duma excursão que eu fui e a Elizabete também [...]... Apanhei uma bebedeira e depois não apareci na segunda-feira e depois já não apareci mais lá na loja dos tecidos, só apareci passados vinte e cinco dias e ele disse que o meu problema era psíquico e mandou-me descansar três meses. E depois não me voltou a meter a trabalhar lá. [...] Gastei o dinheiro que ele me pagou, cento e tal contos... Gastei o dinheiro todo, em bebedeira e em comida”.

Seguiu-se mais um período de isolamento e depressão.

“Foi outra depressão. Essa foi a pior depressão. [...] Depois... Eu quando tinha dinheiro andei na ‘baiela’ depois quando se acabou o dinheiro, fechava-me em casa. Já não saía. [...] O meu pai não dizia nada. Dizia: — ‘vai trabalhar, vai trabalhar’, punha-me a olhar para a televisão, assim, sem rumos, sem... Pronto, depressão...”.

Recuperou da depressão, sozinho, sem pedir apoio médico, e iniciou uma nova carreira profissional, desta vez na área da restauração.

“Depois, era preciso um empregado lá para um restaurante, a G., que eu era lá cliente. Precisava de um coiso... Falou lá com uns amigos, os meus amigos, o homem estava enrascado, põe aqui o Jorge, então o Jorge não percebe nada disto, ele está em casa, não o vejo há uns três, quatro meses, então mas se o Jorge trabalhou numa loja de tecidos também deve perceber disto! Foi então, foram-me lá dois amigos a casa, a gente precisa de falar contigo. Porque eu... Eu fugia dos amigos. Isolamento, eu estava isolado. Eu só queria isolamento. Fui trabalhar, ele ofereceu-me 12 contos por mês, jantar... E eu... Era para trabalhar das sete à meia-noite. E eu fui trabalhar no primeiro dia...”

Logo no dia seguinte, o novo patrão disse-lhe para fazer o horário completo e esta foi, segundo Jorge, uma boa fase da sua vida.

“Foi logo a tempo inteiro. Ele foi para Braga, deixou-me lá mais o cunhado dele... Ah, foi uma boa fase... A minha irmã depois... Habituei-me àquilo, ao restaurante, comecei-me a adaptar, bebia também na mesma mas já era assim um bocado mais controlado, já dava algum dinheiro ao meu pai... [...] A minha irmã depois já tinha comprado casa, comprou casa lá ao pé, também... Estava grávida da Sónia... Aí já eu falava mais ou menos com o meu cunhado...”

Mas este período não iria durar muito tempo: *“Resolvi vir-me embora por que... Na altura andava a beber bem, também... alcoolizado... E fechei-me outra vez em casa, no isolamento”*

Quando conseguia recuperar dos períodos de isolamento, Jorge tinha facilidade em encontrar trabalho. Assim se manteve alguns anos, alternando períodos de estabilidade com períodos de isolamento. As razões que o levavam a abandonar os trabalhos e a isolar-se estavam, segundo diz, relacionadas com a vergonha e o medo que sentia de enfrentar os patrões pelo facto de beber. Da sua narração, tudo indica que se tratava de um ciclo que se repetia: um período de isolamento e tristeza; seguido por uma fase de recuperação com um novo trabalho; um período de estabilidade; consumo excessivo de álcool; ausência no trabalho; sentimentos de culpa e vergonha; medo de enfrentar o empregador; abandono do trabalho; e novo período de isolamento.

Entretanto o pai de Jorge faleceu, vítima de um ataque cardíaco, ficando este a morar sozinho na casa que era dos seus pais.

“Depois o meu pai faleceu, eu tive que mudar o nome à casa, tive uns meses sem dar o nome, mudar, porque a casa estava em nome do meu pai [...] depois foi lá o fiscal da Caixa... ah... Fez a participação à Segurança Social e eles aumentaram-me, fizeram-me um contrato de 700 escudos para 9 contos. Tive que o aceitar, mas passaram a casa para meu nome porque eu nunca saí de lá de casa. Na altura, eu acho que foi um grande aumento, foi mil e tal por cento, mas também tinha lá, onde eu trabalhava, no B., tinha lá advogados que lá iam, que eu considero amigos, pessoal do tribunal e tudo, funcionários, que o meu patrão conhecia já há mais tempo de que eu, porque davam-me muitos conselhos, então Jorge olha, num sentido torna-se caro, mas também uma casa por nove contos. Isso também não arranjas. [...] E eu pronto, aí mantive-me... Tive que aceitar, fiz o contrato com eles... depois... Fiquei sozinho, nunca

olhei para o meu conforto lá em casa, o meu patrão avisava-me muito: - 'Jorge, não gastes dinheiro...' só que à quarta-feira, tu só vives para o dia de folga, dizia ele, que era à quarta-feira... [...] E ele dizia que eu só vivia para o dia de folga, porquê? Porque eu já na altura, eu já estou a falar para aí para a altura de 89, para 90 e 91, eu recebia cento e tal contos, eu trazia 20, 25 contos, às terças-feiras. E ele dizia: — 'Jorge, não leves tanto. Tu só descansas quando o tiveres todo gasto.' E eu, nem que tivesse a dormir até às seis, sete da noite. Eu levantava-me e ia jantar fora, ou ia para os Martini, ou ia para este café, aparecia-me logo uma mão cheia de amigos, saía de um ia para outro e aparecia-me logo... Ele já sabia, ele já sabia onde eu parava. E eu depois chegava à hora da comida e não comia. Outras vezes ia almoçar a casa da minha comadre, ou do meu compadre que moravam lá ao pé, outras ia ao Daniel, que é o filho deles que agora está um homem, já tem 26 anos, vínhamos a Lisboa que eu gostava muito de trazer o miúdo ao cinema, ver o Dick Tracy, na altura havia aí a saga das tartarugas ninja... Vimo-los todos, o assalto ao aeroporto, e isso tudo... E eu gastava o dinheiro todo. Comprava ovos de chocolate Kinder, era sempre à meia dúzia... Comprava prendas para os miúdos e ele dizia-me: — 'Jorge, Jorge' e era as bebedeiras que eu apanhava, porque eu às vezes estava uma semana em casa, na quinta-feira não me conseguia levantar para ir trabalhar...".

Por vezes deixava de pagar as contas de água e luz, em seguida, quando recebia algum dinheiro pagava algumas dívidas. Acabou por se despedir do restaurante onde trabalhava e deixou de pagar, também as rendas de casa.

"Aquilo não era propriamente uma casa, aquilo era um (não se ouve pois está a passar um avião)... Às vezes deixava cortar a água, a luz. Houve uma altura andava numa fase dessas, andei a tomar banho com garrafas de água do luso, comprava-os no supermercado, só que... [...] E foi a partir daí que eu deixei de pagar as rendas de casa, por isso acho que devem ser mais rendas de casa. A partir daí nunca mais paguei rendas de casa."

Continuou a viver um pouco "desleixado", como descreve. Esta situação culminou com o incêndio na sua casa.

"Eu lembro-me desse dia perfeitamente porque eu não tinha electricidade em casa, podia ter já pago porque na altura já trabalhava... Água tinha, electricidade não. Estava era desleixado com isso... Se me mandassem pagar uma conta de outra pessoa, eu pagava, agora como era para mim era sempre até à última da hora. Eu até... Estava a dormir na sala, nessa altura. Eu levava os jornais, todos os dias comprava jornais, agarrava no jornal e em vez de o pôr direitinho, chão, praticamente fazia dos jornais tapete. E tinha uma vela, ao lado do sofá. Eu só sei que a meio da noite acordei... Senti calor, senti calor, estava no sofá, estava em trousses só... e vi fogo, vi fogo ao lado e em frente... o que é que eu faço? Penso ir à casa de banho apagar o fogo, buscar um balde de água, às escuras, claro, não tinha iluminação, só que quando me levanto da cama eu caio ao comprido, na sala... [...] Consegui-me levantar e vou à casa de banho. Eu como conhecia a casa, a planta da casa, abri a torneira da casa de banho, é quando eu caio outra vez para a banheira... Começo a tossir, a tossir, a tossir e eu não sabia, tinha aberto a água... Eu não sabia se... Eu já vi que eu não tinha hipóteses de voltar para trás... [...] Eu não tinha a certeza o que é que eu faço, vou à

cozinha, consigo chegar à cozinha, abro a janela da cozinha, quando eu abro a janela da cozinha, já estão duas pessoas, dois amigos meus do prédio ao lado, já tinham dado pelo fogo: — ‘Jorge, Jorge, eu vou-te aí buscar.’; ‘Não, eu consigo.’ Tanto que me amandei da janela para baixo, parti as cordas do estendal, eles ampararam-me, puseram-me ali à entrada e já tinham telefonado para os bombeiros (pausa) ... tinham telefonado para os bombeiros, eles arrombaram a porta, apagaram o fogo, a casa praticamente ficou destruída, eu como não tinha gás em casa não... [...] Não foi mais grave... O resto ardeu quase tudo, roupa, fiquei sem nada... Até a prótese... [...] Depois trouxeram-me para Santa Maria e entrei na Unidade dos Queimados. Tive sorte! Passados seis dias entrei em coma”.

Ficou internado no hospital cinquenta e dois dias. Teve visitas das irmãs e dos amigos, julgavam que não iria sobreviver às queimaduras.

“Ah... sofri bastante, quando era aquela... quando era a hora do banho. Aquilo era tipo de uma lixívia, que eu não sabia o nome daquilo, esfregava tudo, entrava mesmo dentro da carne, cá dentro... Nem a morfina fazia efeito. [...] Pedia para me matarem, matarem-me, matarem-me. Atavam-me com os braços à cama que era para eu não me coçar para não fazer ferida nos transplantes. Eu próprio pedia ao médico que eu não conseguia aguentar, que o Dr. P. para mim foi muito... foi um... que os enfermeiros disseram que se eu estou vivo posso agradecer ao Dr. P.. Eu quando estava no Hospital eu sabia o nome dos 32 elementos todos, enfermeiras, auxiliares, tudo, tudo, tudo. Elas comigo... diziam que eu andava muito mimado. Que eu dava-me muito bem, não sei. O meu patrão também telefonava para ali quase todos os dias. [...] Depois de sair dali o médico veio ao meu quarto. Aos outros perguntava à enfermeira-chefe, a enfermeira-chefe, quando mandava vir com as enfermeiras, as paredes até estremeciam, mas eu gostava muito dela, que ela era... eu um dia, quando ela me foi dar banho, que ela disse: - ‘Hoje quem vai dar banho ao Jorge sou eu.’ Eu não sabia onde havia de me meter, eu não... com bastante receio, medo. [...] Ela era mesmo má, má, má... eu já nem sabia, só que depois do banho, foi o melhor banho que me deram no hospital. Não senti nada, não senti nada. (pausa) Tinha as regalias todas, tinha tudo, tinha televisão, tinha aquecimento, tinha tudo, tinha comida, eles davam-me tudo. Havia lá uma auxiliar que só queria dar 4 carcaças por dia, mas eu falava com o médico e o médico dizia que o hospital pagava tudo que eu comia, que se eu quisesse um prego ao pequeno-almoço, tinha autorização do médico para pedir. (pausa) Depois desse sofrimento, depois é que me deram alta. E deram-me alta porque o médico queria que eu ficasse mais um tempo, só que entraram dois feridos graves de Coimbra, passaram para a enfermaria e depois ele deu-me alta. Até hoje ainda não fui lá agradecer-lhes. Mas hei-de lá ir um dia”.

Quando Jorge teve alta do hospital a casa estava inabitável. A irmã recebeu-o para se restabelecer do acidente. Não tratou da recuperação da casa onde morava, desleixou-se, novamente.

“Tive lá até Setembro e depois fui trabalhar para o Senhor Xavier outra vez (está emocionado). Ele precisava de um empregado, eu não tinha placa, prótese, ele adiantou-me logo 25 contos para a prótese. O Vítor queria-me pagar a prótese, o meu amigo... [...] A segurança social mandou-me uma carta para eu lhes fazer uma carta

também dos haveres que eu tinha perdido na casa, comecei a fazer a carta, rasguei a carta, não entreguei nada, desleixei-me com a casa, nunca mais quis saber em recuperar a casa... se soubesse podia-a ter recuperado, pagava as rendas em atraso... Não quis... fiquei marcado, também, não era para eu ir viver para lá, que eu já não conseguia, fiquei traumatizado, mas podia trocar a casa por outro lado, por exemplo, aqui na Encarnação, as casas são iguais... (pausa) ou ter uma casa como a de uma sobrinha minha, não sei... eu nunca olhei muito para o meu bem-estar (pausa, está emocionado, bate com os dedos na mesa e parece ter alguma dificuldade em falar) ... hum...”.

Ficou a viver com a irmã mais nova, o cunhado e as sobrinhas. Recuperou do acidente, voltou a trabalhar mas o ciclo isolamento / trabalho / estabilidade / excessos / vergonha / abandono do trabalho / isolamento, recomeçou. Num desses períodos, vivia ainda com a irmã, o cunhado mandou um recado dizendo-lhe que não o queria a viver mais com eles. Jorge foi viver para a rua, pela primeira vez, durante duas semanas. Aí ficou no Jardim do Campo Grande.

“Sentia-me mal, muito deprimido. Uma altura estava no Jardim do Campo Grande, apareceu lá um Senhor que... parou um casal, viu-me com aquela cara, parou: - ‘O senhor precisa de alguma coisa?’; ‘Não’; ‘Então, você está assim com essa cara, de deprimido, não tem...’; e eu disse: - ‘Não, não preciso porque quando a gente comete erros temos que pagar por eles.’. O homem tinha a mão no bolso devia ser para me dar... Qualquer dinheiro, eu não tinha cigarros, não tinha nada, não tinha comida, sentia fome. E eu deixei o homem ir embora e fiquei todo, contra mim mesmo, tinha aceitado o que ele me tinha dado”.

Embora essa primeira experiência de vida na rua tivesse sido um choque para Jorge, foi ainda capaz de, ao fim de uns dias, reunir forças e de voltar ao local onde vivia. Com a ajuda dos amigos, conseguiu um emprego, arrendou um quarto e retomou a sua existência. Mas o ciclo voltaria a repetir-se. Depois da primeira experiência de vida na rua, Jorge regressou uma segunda vez, mantendo-se aí por um período de cerca de três anos, até decidir ingressar numa comunidade de inserção.

Em Junho de 2006, data da segunda entrevista, Jorge estava prestes a finalizar o seu percurso na comunidade de inserção. Já tinha feito uma reflexão sobre o seu passado e tinha, também, projectos de futuro. Nessa entrevista retomámos o seu percurso a partir da primeira experiência de vida na rua.

A análise desta segunda entrevista foi um pouco distinta da anterior, a identificação dos momentos charneira e como Jorge os vivenciou e os processos de transformação que experienciou, deixou de ser o foco. Procurei, antes, identificar como se adaptou a esta nova realidade da vida na rua.

Assim, nessa primeira experiência de viver na rua, procurei identificar como se organizou para prover as suas necessidades básicas: local de pernoita; alimentação; higiene e vestuário; ocupação do tempo; recursos; socialização; self; e como fez para recuperar o abrigo. São estes os tópicos que irei apresentar em seguida.

Jorge veio para a rua pela primeira vez: *“Para Lisboa, agarrei nas coisas, com a roupa que eu trago vestida, deixei lá a roupa minha, lá... Na minha irmã e depois disse que*

havia de um dia lá voltar e andei a vaguear na rua durante duas semanas. Sim na rua, no Campo Grande, dormia em qualquer lado, dormi no Campo Grande... [...] foi a minha pior fase. [...] Estava mesmo em baixo, estava muito deprimido. (pausa) Sem coragem para nada, nada, nada... não tinha só... não sabia, não sabia... Não queria ver ninguém”.

Dormia no jardim do Campo Grande, junto ao lago: *“Dormia todo encolhido. Com um cartão por cima. A primeira vez foi com uma alcatifa. [...] Sim, sentia muito frio”.*

Comia pão duro que encontrava no lixo, ou roubava fruta nas mercearias: *“Não, nos passeios, eu passava e tirava... eu já tinha seleccionado e tudo, as mercearias. Nunca fui visto, nunca me viram roubar. A primeira vez que eu roubei, senti culpa”.*

Em relação aos cuidados pessoais com a sua higiene e vestuário: *“Nada, nada, nem tomava banho nem nada [...] Nada, nada, nesse período andava sempre com a mesma roupa”.*

Ocupava os tempos livres no jardim e, no final do dia, andava a pé pela cidade.

“Porque passava sem comer, o dia todo... e depois quando chegava as oito horas da noite foi quando eu fui... ia dar uma volta e metia-me a pé, Saldanha, Rossio... foi uma altura... acho que foi, deram-me uma sopa... mas acho que isso foi a... uma Igreja Evangélica que estava em frente à Ginjinha, depois vim para cima, nesse dia... e foi quando encontrei a carrinha... mas a carrinha era doutra Igreja... não era da Comunidade Vida e Paz... [...] até que uma altura vi uma carrinha, acho que foi desses da... duma Igreja que era na Joaquim Bonifácio... que estavam a dar sandes e sopa ali no, onde é a sopa dos pobres... [...] Sim, e eu perguntei à frente se aquilo era para dar, ninguém me respondeu, depois é que eu vi que eles eram Ucrrianos, não compreenderam a minha língua. No outro dia eu fui lá à mesma hora, a carrinha não apareceu. (pausa) Aí já começava a roubar fruta”.

Por qualquer razão que não ficou clara, Jorge decidiu voltar à zona onde viveu e trabalhou.

“Depois foi uma sexta-feira, arranjei coragem e fui a pé a Loures... fui por atalhos e fui falar com uma pessoa do quiosque que era lá ao pé de um café onde eu tinha trabalhado. E essa pessoa disse-me assim: - ‘Olha que... vai ao Senhor Xavier que ele precisa de falar contigo.’; ‘Precisa de falar comigo, mas porquê?’; ‘Não, é que ele anda à tua procura’. [...] Era um patrão que eu tinha trabalhado para ele. E eu, como ainda tinha uns dinheiros a receber lá de um patrão meu em Loures, meti-me a pé que era para ir buscar dinheiro, para cortar o cabelo e fazer a barba, que eu estava todo sujo. [...] O Senhor Alves. O Senhor Alves viu-me, parou logo o carro: - ‘Então anda cá, entra aí para dentro.’ Levou-me ao café que ele tinha na Bela Vista tive a falar com ele e disse-me: - ‘Olha, o Xavier anda à tua procura e não sei o quê, já foi lá perguntar ao meu café e isso tudo.’ E eu disse: - ‘Ah, eu já tenho...’; ‘Eu tenho é essa barba, nem esse cabelo...’; ‘Eu vou-te pagar o corte de cabelo e a barba.’ Mas antes, disse lá ao empregado dele para me dar duas sandes e eu não quis comer. Com vergonha. Não, não aceitei, com vergonha, de já estar com fome. [...] Depois, apareceu lá um amigo meu, pagou-me uma imperial, bebi antes uma imperial, até fazer tempo, que o cabeleireiro era logo em frente, depois ele foi logo dizer à senhora para me cortar o

cabelo e fazer-me a barba, só que a senhora não fazia barbas, a cabeleireira. [...] O que é que ele fez? Comprou-me Gillette e um sabonete. E eu fui... mandou-me fazer a barba à casa de banho lá do Centro Comercial, que aquele café era dentro do Centro Comercial. Fiz a barba e ele depois foi para uma obra que ele tinha uma obra no outro Centro Comercial, foi que ele também trabalhava com electricidade. Ele deixou-me lá, fiz a barba, cortei o cabelo, já me sentia um bocado melhor, depois fui lá outra vez ao café, ele não estava lá, mas o empregado deu-me, que ele tinha ordens, e deu-me uma sande, já tinha uma sanduiche feita, obrigou-me a comer e deu-me mais uma imperial. Deu-me mais uma imperial... não me deu... ele... até acabou por coiso... eu não sei se foi 10 euros? [...] Pois, ainda não foi, era escudos. Eu sei que depois fui a mais um café, comprei mais um maço de cigarros, com aquele dinheiro, que era para fazer tempo para lá ir falar com esse tal Senhor Xavier...”.

Conseguiu falar com o Senhor Xavier, contou-lhe o que tinha sucedido, e este ofereceu-lhe trabalho. Procurou um quarto para arrendar. Ainda ficou na rua mais uma noite. Encontrou um quarto e o patrão emprestou-lhe dinheiro para pagar essa despesa e começou a trabalhar.

“No Domingo fui lá, tudo certo... falei com ela, fui logo ao meu patrão: - ‘Olhe, já arranjei quarto, acertei com ela, trinta contos.’ Perguntei logo se podia lá ficar, ela disse que sim, foi uma grande satisfação para mim, comecei logo a lá ficar, dois, três dias. Já que lhe paguei o quarto logo, e depois na quarta-feira... e depois estive aí quatro meses. [...] Na altura apanhei mais uma bebedeira, fora de horas, e depois já não fui mais, fui lá só fazer contas com ele.”

Passado pouco tempo de voltar a trabalhar, entrou novamente no ciclo. Jorge explica como tudo se passava quando apanhava uma bebedeira forte.

“É daquelas que me custa a levantar. [...] E eu digo, ah, vou amanhã, e começo a adiar... [...] Depois começo a pensar, eu ponho coragem, eu ponho coragem não que isso é estar-me a enganar a mim próprio e aos outros, amanhã já vou ter coragem de aparecer, mas depois quando começa, três ou quatro horas antes, tou todo moralizado, tou todo focado, todo determinado a ir... Quando começa-se a aproximar a hora... Começa-me a faltar a coragem. [...] E quando falhava um dia, falhava dois, três, quatro, cinco, seis, alongava... era depressões... pensava em tudo. Até pensava muito, porque é que eu nasci, fazia essa pergunta muitas vezes”.

Quando Jorge perdeu o emprego no Senhor Xavier, a senhoria apercebeu-se e mandou-o embora dizendo que não queria pessoas em sua casa que não trabalhassem. Jorge pediu ajuda a um casal amigo, aí ficou a viver algumas semanas. Arranjou um novo trabalho e outro quarto.

“Trabalhei aqueles 15 dias seguidos, já estava no sexto ou sétimo dia depois de ter recebido, foi a minha primeira folga, ainda fui trabalhar nesse dia... embebedei-me, apareci no trabalho alcoolizado, o patrão chegou ao pé de... eu já me enganava nas mesas... aquilo era por computador, trocava o serviço todo, ele chegou ao pé de mim e disse assim: - ‘Olhe, desculpe lá, amanhã venha fazer as contas comigo.’ ‘Que eu não quero cá pessoas alcoólicas.’ Nunca mais tive coragem de ir receber o resto. Arranjei logo trabalho no outro dia a seguir para Odivelas, estive lá, 15 dias também, apanhei

outra bebedeira... [...] Depois foi quando eu vim para Lisboa, para o Valente, para o Chile, só tive um mês, foi o mês de Agosto, estava um de férias, que era o filho dele, o Álvaro ou o que era, trabalhei com o José ou o que é que foi... não gostei muito do feitio dele, também ali já bebia um bocado, às escondidas, quando vinha cá abaixo, aquilo tem a parte de cima, tem um primeiro andar e tem um rés-do-chão, as bebidas também estão cá em baixo, eu aí acho que... dois dias antes já tinha descoberto assim qualquer coisa, quando nós estamos a usar, as outras pessoas, nota-se, nós é que pensamos que não... depois aconteceu aquilo de ele não me pagar o ordenado logo todo, que as empregadas que ele tem, as pretas, aquilo é quase só pretas, é metade dos ordenados que ele paga (pausa) ... ele já me tinha dado metade do ordenado, 50 contos, o combinado tinha sido 100 contos, ainda se ganha menos em Lisboa do que lá para os meus lados, para a zona Norte de Lisboa, e ainda ficaram lá 50 contos para receber, dos 50 contos é que... depois apanhei uma bebedeira na segunda-feira tinha comprado o passe no Sábado... eu não tive coragem de aparecer, ela quando eu saí às 10 e meia, para vir trabalhar para o... ela disse-me logo que queria o dinheiro, eu nesse dia tinha apanhado a bebedeira e não tive coragem de aparecer no trabalho já fiquei em Entrecampos, Entrecampos, não, no Campo Grande, passei ali dois ou três dias... E à noite ia lá ficar a Loures... À noite ia à hora do autocarro, para ela não pensar que eu não estava a trabalhar... [...] Mas ela disse-me que queria o dinheiro e não sei o quê que eu podia ir embora, ela também não chegou ao pé de mim e disse, olha vai-te embora... depois ainda vim aí uns dias para Lisboa... [...] Numa altura estive para ir apanhar fruta, para França... [...] Respondi, era à caixa, doze contos por dia, à caixa. Tinha que levar cobertores, respondi, tomou nota do nome e mandou-me ir numa segunda-feira, quando o autocarro abriu... Partia dali em frente à Feira Popular, só que... eu nesse Domingo fui a Loures, meti a chave à porta, mudei de roupa, tomei banho... deixei lá a roupa suja, na casa de banho, vesti roupa lavada, à espera de arranjar, trinta, cinquenta euros, na altura ainda era... era para comprar qualquer coisa para comer no caminho até chegar a França, mas eu também não tive coragem de oferecer o... de pedir dinheiro emprestado. Mas vim a Lisboa... [...] Depois (pausa) fiquei em Loures, estive lá no café, pagaram-me lá umas imperiais, eu fiz que ia dormir lá a casa dela mas não tive coragem, ela já estava em casa, vim dormir cá em baixo no Jardim de Loures, perdi a primeira camioneta para Lisboa, tinha passe, como tinha deixado de trabalhar em Lisboa o passe ainda era desse mês, vim ver as camionetas, ali em frente à Feira Popular, e vi lá as duas camionetas e o pessoal a arrancar para França... [...] Falta de coragem. Voltei para Loures, almocei lá, deram-me lá o almoço, ele deu-me um maço de tabaco, e disse: - 'Ó Jorge fica aí mais um bocado que eu vou ali descansar um bocado.' E estive lá eu e o rapaz do café, à noite vim outra vez para Lisboa, às 11 horas, até ele próprio pensava que eu estava em casa da... e a partir daí nunca mais fui...".

Jorge voltou para a rua pela segunda vez. Perguntei-lhe como era para ele viver na rua.

"Os primeiros dias... então... primeiro, viver na rua é viver dias depressivos e isolado, isolamento, viver muito no isolamento (pausa) Nunca estamos à vontade, estamos sempre em insegurança. [...] Durante o dia, não temos... Não sabemos, parece que estamos presos, amarrados, não... Eu falo por mim. Sentia-me, não sei, preso, não

tinha coragem para enfrentar nada. Os primeiros dias foram muito difíceis. (pausa) Depois começamos a aprender outras coisas, a procurar onde se pode sobreviver, a roubar, por exemplo, ou a achar coisas... sucata. [...] Depois comecei a vir, a vir para aqui, a pouco e pouco... apanhava beatas do chão... não olhava coiso... olhava sempre, se vinha alguém, não conseguia apanhar uma beata... pedir cigarros, nunca pedia a ninguém... Tinha vontade de pedir mas não pedia. [...] Sentia-me muito em baixo. Pronto, não tinha coragem de... Para mim estar vivo ou estar morto, era-me indiferente. [...] Até que depois numa altura estava ali no Campo Pequeno... depois comecei a parar no Campo Pequeno... já não sei porque é que eu soube das carrinhas da comida ali no Jardim Constantino, depois já sabia que ia ao Saldanha... Sim, eu comecei a conhecer, a primeira pessoa da rua que eu comecei a conhecer foi o Eduardo, ali na Televisão no Campo Pequeno... ele vivia na rua, mais dois ou três colegas”.

Explicou que os mais experientes da vida na rua ensinam os recém-chegados. Parece existir um reconhecimento mútuo.

“Tive um pressentimento ou uma aura (?) porque nós, praticamente, parece que nos conhecemos [...] Parece que temos um carimbo, parece que temos um sinal na testa. [a dizer] Que somos sem-abrigo [...] Conheci o Eduardo e mais dois amigos, lá, e uma altura perguntei-lhe a um deles como é que se podia sobreviver na rua. E eles disseram-me, papel de arquivo ao pé dos ministérios e isso tudo, gandaias, o Eduardo e o outro amigo ensinaram-me como é que era e eu comecei a apanhar papel e sucata e a vender ali à Estefânia e a partir daí...”.

Gradualmente foi aprendendo onde comer, onde encontrar roupa e tomar banho.

“Depois mais tarde, por exemplo, quando apanhei aquela pastelaria onde tem sandes frescas e bolos, praticamente eu já não ia às carrinhas da Comunidade por causa da comida. [...] O senhor mete a comida numa caixa de cartão cá fora. É, tudo limpinho, bolos... [...] Eu na altura andava sempre, andava muito tempo com a mesma roupa, depois é que comecei a ver que a Comunidade Vida e Paz dava roupa quando se pedia, era a bota fora, não lavava nem nada. [...] Banho, ia lá abaixo ao Martim Moniz. [...] Era grátis mas eu dava cinquenta cêntimos à senhora”.

Aprendeu as regras da rua, são simples e passadas dos mais experientes para os recém-chegados. Arranjou trabalho, a separar papel para reciclagem, no alto duma camioneta. Encontrou um bom local de pernoita, num banco de jardim junto à Casa da Moeda. Explica que era melhor dormir num banco, por causa dos ratos.

Na fase inicial da vida na rua foi contactado por uma equipa da Comunidade Vida e Paz, na qual Mário era voluntário. Chegou a ir a uma reunião mas desistiu antes de ir fazer as análises. Arranjou um trabalho aos fins-de-semana, com as pessoas que recolhiam papel. Aceitou viver com essa família, às escondidas, na fábrica onde trabalhavam. Aí ficou cerca de quatro meses, acabando por fugir.

“Um dia fiquei na cama, ela disse-me para ir ao Hospital, eu disse-lhe a ela que ia ao Hospital e ainda tinha dinheiro lá a receber, vinte contos, ela deu-me dez contos, ainda ficaram lá vinte, nunca mais apareci. Eu já tinha... já estava premeditado... deixei lá a roupa, deixei tudo... só trouxe... [...] era muito mal tratado... [...] não gostava, eram só

discussões entre eles. [...] Tinha que sair às escondidas e entrar às escondidas para ninguém se aperceber. Ainda estive aí uns meses, depois vim-me embora... [...] Depois vim-me embora, andei na gandaia aí, continuei na gandaia...”.

Passado algum tempo, voltou a reencontrar a família com quem tinha vivido.

“A senhora e o motorista que era genro dela, vieram falar comigo, que precisavam de mim que eu ainda tinha 20 contos a receber e isso tudo, eu sim senhor, fui lá falar com eles no domingo, acertar tudo, vim-me, vim-me embora e na segunda-feira fui para lá e depois estive lá mais... um ano e tal... [...] mas aquilo era só discussões, ela tratava-me abaixo de cão, não tinha horários, estavam sempre a mandar vir comigo, pronto, não me tratavam como um ser humano! Eu tinha de comer o que eles queriam (pausa) até que um dia apanhei uma bebedeira e disse: - ‘Olhe, eu vou-me embora.’ Ainda tinha 40 contos comigo, trouxe a roupa que eu via que ia necessitar dela, uma sacola, e vim para a rua outra vez. Depois conheci esse tal meu amigo que me tinha ajudado ao princípio na sucata, ensinado... [...] O Eduardo. Ele disse-me que os jornais e isso tudo e, a partir daí... acumulava, jornais e papel. Eu já sabia os sítios bons onde é que havia o papel bom, porque com o serviço da camioneta tinham-me ensinado certos sítios... [...] Durante a noite, às vezes quando era muito papel... não foi, também não era muitas vezes, juntava os sacos e ia escondê-los ali na Barbosa du Bocage (pausa) depois apanhava um caixote desses do lixo para não andar a carregar com ele às costas, aquilo levava-me três ou quatro sacos, levava quase cem quilos... [...] acarretava-os por aqui, por esta rua... [...] Ia levar, trazia o caixote e depois quando já não precisava do... começava a acarretar o papel aí às três da manhã para às oito horas ter já lá o papel todo... [...] Durante a noite fui apanhado uma vez ou duas pela polícia, a polícia disse o que é que eu andava a fazer, eu dizia que era papel de arquivo que era para me alimentar, nunca me causaram problemas”.

Com o tempo, Jorge conseguiu organizar-se na rua.

“Aí já estava mais organizado mas não tinha, não via meios para sair da vida que levava. Tinha receio... eu sabia que... tinha esperança de sair só que não sabia como é que havia de... de torneir o assunto. Tinha... precisava de ajuda. Só que eu não via ninguém que me ajudasse. Eu também, eu próprio, não procurava. Estava à espera, quer dizer, andava bem durante o dia, só há noite é que eu me lembrava que vivia na rua... Sentia-me confiante e isso tudo, não me faltava nada, já ia aos supermercados, já era respeitado, entrava aqui nas casas de comércio, as pessoas já me conheciam, não quer dizer que apanhei respeito lá por ser conhecido ali das pessoas do quiosque, eu próprio me fiz dar ao respeito aqui à volta do Saldanha... mas quer dizer, já vivia razoavelmente bem, até estou convencido que até se tivesse outros projectos ou isso ou outro, aquilo já dava para pagar um quarto, com essas marcações que eu fazia, era 50 euros por semana, ao fim do mês era 40, duzentos euros, já me dava para um quarto, com mais o dinheiro do papel e gandaia e dos jornais já dava perfeitamente para me alimentar”.

Tinha possibilidade de arrendar um quarto mas desistiu dessa ideia.

“Cheguei a pensar uma vez, uma vez ou duas, cheguei a pensar, mas depois não... Desisti. Uma altura ainda fui ali pedir ajuda à assistente social, à travessa do Rosário,

mas cheguei lá e disseram-me que era só por marcação... Vim-me embora, não fui lá mais”.

Perguntei-lhe porque decidiu aceitar, pela segunda vez, a ajuda dos voluntários da Comunidade Vida e Paz.

“Foi praticamente... era a única equipa que eu tinha assim intimidade com eles (pausa) depois desta segunda vez é que eu comecei a apanhar, como é que se diz, aquele calor humano, aquela amizade, carinho... há quem diga que o carinho é só mulher para o homem, mas eu não acredito... [...] eu por exemplo nas carrinhas recebi compreensão, recebi ajuda, recebi moral, recebi força... que é que eu recebi mais? Eu interpreto isso como amor e carinho, não sei. Recebi ajuda, claro. Compreensão, principalmente que é o que nos falta, respeito. Porque mesmo a própria sociedade, há aí uma parte da sociedade que quando olha para nós pensa que nós somos uns bichos. (pausa) eu só ia às carrinhas por causa de... para conviver e receber apoio e coiso e compreensão. Mas não ia já lá pela comida porque eu tinha comida, tinha dinheiro e tinha a pastelaria... [...] Decidi aceitar porque era a única solução que eu tinha. [...] Fui eu próprio que resolvi, mas se não fosse a ajuda das pessoas eu sozinho não era capaz. É como diz o programa, o primeiro passo diz: ‘nós sozinhos, não somos capazes’ e é verdade, só com a ajuda. [...] Tive um bocado de receio ao princípio, quando foi o coiso das análises... Pensei que tivesse alguma doença... [...] a minha ideia era outra... Ao princípio era só para lá passar dois, três meses. Pensava que não ia fazer o programa todo, treze meses, eu nunca estava consciente”.

Conta com foi a sua adaptação ao programa de reinserção.

“Eu só comecei a estar consciente que ia fazer o programa só ao fim do sexto, sétimo mês... [...] no CRAS tinha uma ideia diferente... no CRAS já comecei a entrar mais porque no CRAS eu não me sentia cá fora também... porque vê-se os carros a passar, vê-se... e lá dentro, na Comunidade, é diferente, as regras são diferentes, também... Os primeiros meses custaram. Os primeiros três, quatro meses... a Primária custa um bocado e depois é o décimo mês, quando chegamos a esta fase de um ano, quando estamos para sair, começa a aproximar-se, começa a ansiedade, a tomar conta de nós. Nós quando estamos na Primária, nós vemos certas coisas... não vemos certas coisas, não ligamos, é isso, enquanto agora quando já estamos numa fase terminal tudo o que é mal feito ao pé de nós, nós sentimos. Quer dizer, como já estamos crescidos... [...] Mas sinto um crescimento saudável. Mas... aprendi muito... aprendi a ser governado, eu por exemplo, quando morava sozinho, tinha a minha casa, não... era muito desarrumado! Hoje em dia já não sou. Hoje em dia não posso ver uns peúgos fora do lugar... Então, gosto de ter tudo arrumadinho. Falo em peúgos... as próprias pessoas ensinaram-me isso, a ser assim. Dá motivação, pronto”.

Perguntei-lhe quais os seus projectos para futuro.

“Nos meus projectos para futuro vou ter, vou... agora, primeiro é um emprego estável... Arranjar, ter uma casa saudável... Arranjar comodidade, conforto... As duas primeiras metas... e depois arranjar uma pessoa para fazer a vida com ela [...] Que seja uma mulher séria, honesta, que tenha auto-estima com ela própria e respeitosa... da

minha parte, eu respeito. Levar uma vida em comum com ela. A mim já me diziam antigamente... que eu se casasse era uma pessoa responsável.”

Como foi referido anteriormente, Jorge terminou o processo de reinserção na comunidade onde foi admitido em 2005. Desde a última entrada no diário de campo, em Fevereiro de 2007, telefonava ocasionalmente contando como estava a decorrer a sua vida. A empresa onde trabalhava estava com problemas financeiros e deixou de pagar-lhe o ordenado durante alguns meses. Sentia-se muito angustiado e telefonou uma outra vez pedindo-me conselhos. Ficou sem emprego e a receber o subsídio de desemprego. Recomeçou a beber e recordei que um dia telefonou a pedir-me dinheiro, já todos o tinham ajudado, excepto eu. Recusei a ajuda financeira, mas mostrei-me disponível para encontrar-me com ele para conversarmos. Zangou-se comigo e esteve sem dar notícias até Agosto de 2010, altura em que me telefonou para me desejar os parabéns. Em Fevereiro de 2011, Jorge voltou para a rua. Encontrámo-nos em Abril para conversarmos. Retomou a existência que tinha deixado suspensa em Junho de 2005, data em que iniciou o seu processo terapêutico.

Fred

A entrevista de Fred foi realizada no local onde este estava a residir, num Centro Temporário de Alojamento para homens adultos em vias de reinserção social.

Fred é de nacionalidade brasileira. Viveu durante seis anos em Portugal e tentou regressar ao Brasil. Porém, não se adaptou, voltando novamente para a Europa, desta vez para Madrid.

“Em Madrid eu fiquei desde o início do ano 2008, as coisas não correram como eu esperava em termos de salário, ter uma vida confortável, digna, como toda a gente quer, não é? E eu acabei voltando para Lisboa e fui proprietário de um restaurante aqui... É... que eu também sou chefe de cozinha. Entretanto a sociedade não correu muito bem. [...] Então como eu fiquei sem dinheiro, fiquei em Madrid gastando. Falei, eu vou até Lisboa, tentar reaver algum dinheiro para poder me manter. Mas eu vim aqui e não consegui reaver nada [...] A sociedade, depois quando eu saí não correu muito bem, eles me ficaram a dever dinheiro...”

Não consegui reaver o dinheiro que os sócios lhe deviam e entrou em depressão. Decidiu pedir auxílio médico, pois tinha tido um episódio anterior de tentativa de suicídio.

“E eu tive uma crise muito grande, uma depressão muito grande... e já tinha um histórico de suicídio e vi que estava embarcando de novo nisso e resolvi procurar ajuda de uma médica. [...] Então eu procurei uma médica e a médica me deu um suporte em relação a isso. [...] E falei assim: eu estou desesperado, porque eu não quero voltar para o Brasil, gosto de viver aqui na Europa, seja aqui em Portugal ou em Madrid... [...] Eu vim aqui ao Hospital de S. José e encaminharam-me para um outro que eu não conheço e desse outro, eu fui para um outro. E aí, fiquei alguns dias lá até me acalmar”.

Do hospital foi encaminhado para o centro de acolhimento, onde estava a residir há quatro ou cinco meses da data em que realizámos a entrevista. Fred nunca tinha estado numa instituição do tipo, adaptou-se com uma certa facilidade, embora tivesse sido, para si, um choque.

“Quer dizer, houve um choque muito grande, porque eu nunca tinha convivido com pessoas dessa camada, com pessoas assim tão próximas de droga e de roubo, pessoas que já foram presas... enfim, eu nunca tinha convivido com estas pessoas, foi a primeira vez que eu fiquei num Centro Comunitário compartilhando o quarto, essas coisas. São 3 pessoas em cada quarto... Então para mim foi um pouco um choque, a qualidade da comida. Eu acho que é positivo no sentido que mata a fome, então as minhas necessidades básicas estão garantidas que é dormir, tomar banho / higiene e comer. [...] Nesse sentido de necessidade básica, de não estar dormindo na rua, foi muito bom e eu tive a possibilidade de me recuperar, fazer contactos...”

Para além de procurar compreender as razões para a institucionalização e como o entrevistado se adaptou a esta situação, importava-me também conhecer as suas representações acerca da instituição. Fred considera que os serviços da instituição são positivos e cumprem os objectivos: satisfazer as necessidades básicas dos seus utilizadores. Aprecia particularmente o atelier que a instituição mantém. Aí sente-se bem e acredita que a sua presença tem um efeito positivo no ambiente e nas pessoas que o frequentam.

“Porque eu acho que também quem acaba por vir aqui tem uma percepção diferente. Até as pessoas que me olham aqui, falam: deixa eu fazer como você está fazendo também. Então acaba por ter um vínculo saudável, que as pessoas estão aqui, não estão falando besteira, não estão pensando em roubar, em se drogar... pelo menos enquanto estão aqui. Então acho que rola uma energia melhor, mais saudável, não é? Um clima mais saudável.”

O que menos aprecia na instituição é a aparência de alguns utilizadores.

“A aparência que alguns têm. A aparência das pessoas que frequentam a instituição. Às vezes é desagradável, porque você está comendo com uma pessoa que cheira mal, que tem uma aparência ruim, que não sabem... É assim, não é não saber comer, comem como um animal mesmo, não é? E cheiram mal, pior que um animal, pior que um cachorro, não é? Então, isso para mim é muito... Incomoda. Incomoda muito mesmo.”

Fred é utilizador dos serviços da instituição por necessidade: não tem recursos financeiros; os documentos para residir em Portugal estão caducados; e teve um problema de saúde que o impossibilitou de cuidar de si, precisando de recorrer a um apoio institucional. Pretende restabelecer-se, do ponto de vista da sua saúde e tem outros projectos.

“É, me legalizar, arrumar um emprego decente, que me paguem decentemente, ter uma vida como um mortal, normal. [...] E o problema de quem não está legal é que é muito explorado. O salário é baixo, por vezes não pagam, o salário é pouco, fazem trabalhar muitas horas... É uma coisa que também não me quero submeter, porque se for para passar aqui uma vida sem qualidade, tipo escravo branco, eu vou para o

Brasil. Eu lá tenho casa, tenho família, uma estrutura já boa e garantida, então eu volto para o Brasil. Mas eu não gosto de viver no Brasil, gosto do Brasil só para passar férias, ver amigos e família, mas para viver não. É muito perigoso, uma vida muito stressante também... Então eu gosto daqui, me adapto bem ao estilo europeu, à maneira de ser, gosto”.

As actividades que desenvolve no atelier abrem-lhe espaço para procurar outras alternativas de vida.

“Eu tenho algum projecto, quero ver se consigo desenvolver alguma coisa nessa área que eu estou fazendo. Eu estou fazendo esses trabalhos que eu quero ver se levo para a Galeria ou se alguém olha e se interessa pelo trabalho e isso seria uma maneira de eu ganhar um dinheiro para eu poder me manter e fazer alguma coisa que eu também tenho prazer, não é? Então, eu gostaria de associar esses dois lados. Então é mais um tiro que eu estou tentando dar... e para acertar.”

Isa

Isa utiliza os serviços da instituição onde Fred está a residir. Conheceram-se aí e mantêm uma relação de amizade. Vive num quarto alugado, subsidiado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e toma as refeições no Centro de Apoio Social. Trabalhou na entrega de jornais de distribuição gratuita mas na data da entrevista estava desempregada e a tratar dos papéis para requerer o subsídio de desemprego. Mesmo enquanto trabalhava, o salário de Isa não lhe permitia sobreviver sem um apoio financeiro institucional.

“Estou a ser acompanhada, acompanhada monetariamente, recebia à volta de 200, 200 e pouco... Porque eu fazia dois jornais, fazia o Sexta e o Metro. [...] Eu comprava o passe, carregava o telemóvel, pagava a minha parte no quarto, comprava alguma coisa e ficava sem dinheiro. [...] Mas era assim, se me durasse para uma semana era muito”.

Embora tenha apoio institucional há cinco ou seis anos, relaciona-se regularmente com a instituição há cerca de três anos, utilizando apenas os serviços de refeições e de acesso à internet. Isa tem um neto pequeno, de quatro anos e tomou conta dele enquanto foi necessário. Para além desta instituição, utiliza a CAIS, tendo já frequentado um curso de belas-artes e, actualmente, está inscrita num curso de inglês.

Isa é uma mulher independente e gosta de estar sozinha. Não aprecia a maioria dos utilizadores da instituição, excepto Fred de quem é amiga. Na instituição dá-se bem com todos os funcionários. O que menos aprecia é a falta de higiene da maioria dos utilizadores.

“Agora que começa a chegar mais o calor, começa a acentuar-se mais o cheiro. Mas é que as pessoas não tomam banho porque não querem, porque há aí montes de sítios para tomarem banho, olha na AMI, há aí montes de sítios... Pois, há aqui montes de

sítios onde se pode tomar banho... [...] a gente não consegue mudar porque as pessoas já estão mentalizadas para isso, só tomarem banho quando lhes apetece.”

Os seus projectos futuros são muitos, mas gostaria de: *“Ir morar para o país do Fred. [...] Tirar o meu curso superior. Contabilidade e administração de empresas. Tenho o 12º ano, mas agora tenho que ir tirar o RVCC... [...] eles disseram para ir revalidar novamente o 12º ano, porque houve muita coisa que eu esqueci”*.

António

Cruzei-me com António pela primeira vez numa instituição de apoio social onde ia realizar uma entrevista. Não conversámos, apenas partilhamos o vestíbulo enquanto aguardávamos pelas pessoas que nos iriam atender. Encontrámo-nos novamente uns dias mais tarde no local onde estava a fazer observação, num refeitório e, enquanto aguardava a minha vez para ser servida, António reconheceu-me e convidou-me a sentar-me na sua mesa. Almoçámos juntos, expliquei-lhe o que estava ali a fazer e perguntei-lhe se o podia entrevistar. Acedeu prontamente. Depois do almoço tomámos um café. A entrevista foi gravada na rua, próximo do local onde almoçámos.

António tem dois filhos, está separado da mulher e vive, desde 2000, em casas desabitadas que vai ocupando com o consentimento dos donos.

“Na rua... Não é bem na rua. Eu nunca dormi mesmo na rua. Sempre dormi em casas abandonadas que não tinham dono. Dormi 3 anos e tal numa vivenda, porque aquilo tinha tudo e o senhor disse-me: ‘Sr. António, pode ficar aqui até isto ir abaixo’... depois chegaram lá e disseram: ‘Temos muita pena, mas vai ter que sair. Tem um mês para arranjar outro sítio’... Foi na altura em que fui para os Anjos e estive lá... Gostei sempre de viver assim. Na rua nunca dormi... Sempre escondido”.

Actualmente partilha a casa com um rapaz que conheceu e com quem estabeleceu uma relação de companheirismo.

“Conheci-o já há bastante tempo... Eu andava a trabalhar e ia muitas vezes para Caxias, lá para a praia e ia lá para o jardim e via esse Alexandre lá a fazer comer num tacho, a fazer massa com chouriço e toucinho... Fui a um sítio onde tinha 7 ou 8 cervejas escondidas e dei-lhe as cervejas... Dei-lhe os trocados todos que tinha, na altura ganhava 2 contos por dia, tinha dinheiro... Depois encontrei-o na Vida e Paz, na Universidade...[Alexandre] Mora na mesma casa que eu. [...] Ele é que me mandou para lá.... Ele é que me disse: ‘olha, vais lá ter comigo e vês o sítio onde eu durmo, se quiseres dormir lá ao lado, há lá muito espaço”.

Ambos sabem que podem ter de deixar a casa a qualquer momento, mas enquanto isso não acontece, utilizam-na para viverem independentes e em segurança.

“Tenho aqui as chaves dos cadeados e tenho aquilo tudo fechado... O senhor deixa-nos lá estar até aquilo ir abaixo. [...] A gente entra para dentro e fecha. Os portões são todos em ferro, depois fecha-se com dois cadeados e depois fecha-se a porta e eu fecho a minha que também tem uma tranca por dentro... Para me matar, só partindo

aquilo. [...] Quando isto for abaixo, saímos todos... Até lá cada um arranja o seu quartozinho”.

António e a mulher separam-se quando este ficou sem trabalho.

“Essa anda aí com quem quiser. Já não estou com ela, nem vê-la!... Isto é assim, quando eu ganhava muito dinheiro... depois quando eu deixei de ir trabalhar, começou... Tomava o pequeno-almoço nos cafés, fumava (eu não fumo), chegava ao dia 15 queria comer e não tinha dinheiro... Então? Não dá!... O meu filho mais novo é que me disse: ‘Oh pai, não ponha o dinheiro na conta dela’, porque eu nunca tive o dinheiro na minha conta... Eu não tenho complexos, se mexer num cartão e me enganar, não me entendo... É como com os telemóveis, não me entendo”.

O filho mais novo viveu algum tempo com António e o mais velho tem emprego e uma vida estável.

“O meu menino também viveu comigo muito tempo nessa vivenda... O meu mais novo... Depois arranhou uma rapariguita lá para Sacavém, e o outro mais velho está a trabalhar lá na Câmara de Loures, é chauffeur. Esse vejo-o quase sempre e com este falei mesmo agora com ele ao telefone”.

Tendo a questão da habitação assegurada, António utiliza os serviços sociais disponíveis em função das suas necessidades de alimentação e de higiene, que variam com as estações do ano e com o facto de ter ou não trabalho.

“Olhe, há hortas... Não tem que se comer tudo quente... Uma salada de tomate e um bocadinho de atum, já se come bem... Agora no Inverno, tem que ser uma sopa quente para aquecer o estômago... Agora quando chega o Verão... [...] E agora quando vier o Verão nem venho cá, tomo banho lá no poço. Tenho lá onde lavo a roupa... [...] Porque isto é assim: no Inverno há pouco trabalho e não há nada para se comer na rua... Agora chega o Verão, pronto, já há muito comer...”.

É também no inverno que necessita de utilizar os balneários públicos e explica quais são os que mais aprecia.

“Na Madragoa, você entrega a roupinha, vai para um saquinho preto, mete o seu nome ou espera que seja lavada e seca e leva-a para casa... E em Alcântara é a mesma coisa... Esse senhor dá a roupa, tem a máquina de lavar, tira o seu nome, quantas peças de roupa tem, mete tudo num saco e num cesto... Aquele saco tem lá o seu nome, é seu e depois vai lá buscar... Ali na Madragoa, você leva hoje, toma banho, espera que ela é lavada na hora... [...] São os dois bons... E este aqui também não é mau... Um que é na rua que se vai para a Praça da Alegria, está ali um na Rua das Estacas, também há um... Nesse paga-se 30 cêntimos, mas para os sem-abrigo eles não levam dinheiro”.

António sempre trabalhou e dispõe de algumas alternativas para conseguir os recursos financeiros necessários à sua sobrevivência.

“Eu trabalhava sempre. Trabalhava, mas dormia lá. Há muito trabalho, mas desta maneira em que está a crise, ninguém dá trabalho. [...] Eu trabalhava para a Câmara de Lisboa, para um empreiteiro que se chamava X, andava lá a trabalhar. Então a falta de verba na Câmara, como o Senhor tinha lá muito pessoal efectivo e a gente

trabalhava ao dia, saíram as pessoas ao dia e ficaram só os efectivos. [...] A gente ganhava ao dia, ganhávamos 12 contos por dia, não tínhamos subsídio. [...] Entrego umas bilhas de gás, arranjo um bocadinho de sucata, e pronto... Agora também está barata, como a crise está, baixou tudo. [...] [Papel] Não... Nem arrumar carros... Depois, quando está no tempo, vou ao caracol... Vendo para os restaurantes. É na zona de Carcavelos. Apanha-se muito. Dá, dá. Dá para ganhar mais dinheiro do que se estivesse a trabalhar... Se andar sempre a apanhar, tem dias que tiro 10 contos e 12 contos. [...] Há! Há muito caracol... É preciso é correr muito... Por exemplo, se eu for hoje de manhã e apanhar... Apanho hoje e amanhã. Amanhã vou vender, já tenho... Já tenho clientes, restaurantes. Pagam logo... Nada!... Tenho um senhor na Praça de Paço D’Arcos que compra o caracol todo que eu lá for levar. Pois... O caracol é a partir de Maio até Setembro ou Outubro”.

António utiliza os serviços de alimentação numa instituição desde Janeiro, altura em que se dirigiu à tenda da Câmara Municipal de Lisboa durante a vaga de frio.

“Foi na tenda... Naqueles dias de frio. [Fui lá] Para comer. Como estava frio, para comer uma sopinha quente”.

Nessa ocasião conheceu uma técnica que o apoiou, encaminhando-o para outras instituições.

“Foi daquela menina da Câmara. Ela é que me trouxe. Trouxe-me cá! Veio ali à Travessa do Rosário... Foi lá comigo, deram-me o cartão, depois viemos aqui... Fomos lá acima, à Loja do Cidadão tratar do bilhete de identidade. Não tratámos, depois marcámos para outro dia... Depois na quinta-feira fui ao Centro Social da Câmara, nas Olaias... [...] Lá é que eu tirei o bilhete de identidade. [...] Venho porque elas dão-me o cartão... E como eu não tenho agora assim trabalho, como aqui. Se tivesse trabalho já não comia. [...] ‘Já falei com a Carmo, já falei com eles para telefonarem lá para [empresa X], mas eles não metem ninguém agora... Tenho que esperar. Mas a menina ali do posto de saúde deu-me uma carta para lá ir com o Hugo... [...] Isto é o papel para tratar dos dentes... [...] Para uma senhora que arranja... Para um fundo de desemprego que diz que arranja emprego. [...] Tenho que falar com o Bruno, tenho... Está aqui!... Dia 20 do 2 às 10h no CEPAC...”.

António é solitário e, na instituição onde toma as refeições, não conhece muita gente. *“Não, não. Não falo com ninguém.”* Gosta de preservar a sua individualidade e, essa foi a razão, por que não gostou dos balneários da instituição onde toma as refeições.

“Eu gosto da minha roupa... Agora chegar ali, você veste a minha, eu visto a sua... O que é isto? Não. Fui lá um dia tomar banho, trazia um frasco de champô, trazia um frasco de amaciador, trazia sabonete, trazia Gillette, trazia tudo... Roupa de baixo. Que ela me dizia ‘ah, quando tirar a roupa de baixo, meta aqui que é para haver sempre para os outros’. E eu disse: ‘esta é minha, não quero essa. Trago aqui uma muda de roupa lavada minha, não quero nenhuma roupa dessa.’ [...] Não... Tinha que levar a roupa para casa. Mas eu levei a minha... [...] É complicado... Diga-me lá se não tem amor a esta camisola. Se a deixa lá, nunca mais a veste. [...] Pois, mas nunca mais a vê... Nunca mais vai para a sua mão, vai para outro... aqui. [...] Tomara eu ter um sítio para pôr a minha roupa. Nas carrinhas dão-me muita roupa e aqui não... Isto é

assim, a menina ponha-se no meu lugar... Você vai tomar banho, a sua roupa nunca mais a vê...”.

Antes da vaga de frio, António alimentava-se noutros locais.

“Ia comer à Santa Maria de Belém, ao jantar comia por aí uma coisinha qualquer. [...] Tenho este cartãozinho de Belém, se quiser, vou comer a Carcavelos... Tenho sempre onde comer, tem é que se andar muito...”.

Apesar de considerar que o ambiente da instituição é pesado, aprecia as refeições e sente que sempre foi bem tratado.

“O ambiente... É complicado. É pesado... Vê-se muitas coisas aqui... Nah... Nah... Nunca se meteram comigo. É só o que vejo, nunca se meteram comigo. Nunca me fizeram mal nenhum... Olhe, já aquele mocito que esteve a falar consigo, já foi roubado... Foi roubado... Tiraram-lhe o casaco e 10 euros e deram-lhe cabo de um braço que ele andava aí todo arrumado. Não é por isso... É muito pesado para mim, Susana. [...] Nenhum, nenhum. Nunca me chateei com ninguém, nem por causa do comer... nada, nada, nada! Fui sempre bem tratado. [...] Olhe [o que mais gosto é], a ‘chispalhada’! A feijoadada à transmontana. É... É uma comida mais forte. Não é muito mal servido. É bem servido, é bom... Para uma primeira necessidade, é bom”.

Em relação aos desejos de António, afirma que gostaria de ter trabalho e um quarto para morar.

“Era trabalho e um quarto. [...] Para um quartinho e depois com o meu ordenado, pagar... Mas eu ia para lá todos os dias. Davam-me um ordenado e ajudava a pagar o quarto. Assim não me importava... Ia dormir para um quarto e tinha que ir trabalhar todos os dias... Isso está bem. Tinha o quarto, trabalhava, tomava um banhinho e ia passear... Pois... E entrava à hora do trabalho. Agora estar ali obrigado? Era o melhor... Trabalhar lá. Com a minha idade, 60 anos, já dava para estar ali. Fazia o meu trabalho, saía, jantava e dava uma voltinha, depois regressava ao meu quarto e depois de manhã ia trabalhar outra vez”.

João

João foi-me apresentado pelos técnicos de uma das Equipas de Rua que entrevistei. Interessava-me conhecer pessoas em situação de sem-abrigo e sem vínculo formal com uma instituição. Embora João seja acompanhado por esta equipa, o vínculo institucional é informal e de fraca intensidade.

João vive na rua, na entrada de um prédio, próximo da Conde Redondo. Está há um ano a pernoitar nesse local, e *“Antes estava na Alexandre Braga, ao pé da padaria.”* Há oito anos que vive na rua, habituou-se e gosta. Tem vantagens e desvantagens: ar condicionado; a protecção da Polícia e de Deus; e ninguém o chateia.

“Porque eu gosto. [...] Então, tenho ar condicionado... Ao menos aqui ninguém me chateia. [...] Sim, é isso... Sem abrigo, mas sempre abrigado. [...] Por isso é que estou

protegido pela Polícia Judiciária e estou protegido por todos, graças a Deus... Agora aprendi essa, a palavra de Deus... [...] vai ali o Pastor aqui da Igreja. [...] No outro dia estava com os copos e fui lá à Igreja assistir. [...] Fui e vou. Gostei... E eles... e gosto de lá ir, depois têm aquele recital de música e as palestras, é bonito... [...] Às vezes falta-me o carinho das pessoas... [...] Olhe, disto é que eu não gosto. Do barulho das ambulâncias à noite. [...] Aqui só faz é barulho. De resto, aqui está-se bem”.

Foi casado duas vezes. Tem filhos: - “*Já não os vejo há dez anos.*”, uma neta, irmãs e sobrinhos. Sabem onde encontrá-lo quando é necessário. Caracteriza-se como uma pessoa independente: “*Eles vêm ter comigo e eu vou ter com eles.*”. Gosta de conversar: - “*Eu gosto muito de falar com pessoas que me tratem bem*” e não prescinde da sua liberdade: - “*Galinha de campo, não quer capoeira*”.

Esteve institucionalizado duas vezes, na Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa e na Remar: - “*Foi só na Remar e não quero mais outros*”.

Organiza o seu modo de subsistência próximo do local de pernoita.

“Eu, de manhã, das 8h até ao meio-dia ando às compras. [...] ‘João vai buscar isto, vai buscar aquilo’... E eu vou buscar... Depois vem o marido ‘Preciso disto, preciso daquilo, preciso daquilo’... E eu ando ali a correr. [...] Já nesta rua há um Talho de esquina, há uma Peixaria a seguir... Eu vou a todo o lado. [...] Dão-me a amizade deles. [...] Hoje convidaram-me para almoçar aqui. [...] Mas eu gosto dela. Ela só diz assim: ‘ – Oh Sr. João vamos fumar um cigarrinho.’ Ela saca dos cigarros do avental, um cigarro para mim, outro para ela e ficamos cá fora. Ela diz ‘Você é um anjo para mim’. [...] Eu não sei o nome dela... Mas eu gosto dela. No outro dia disse-me ‘Sr. João, qualquer dia vamos os dois ao baile’. Tem lá sempre boa música. [...]. É porque tenho as responsabilidades cá fora, de manhã. [...] De manhã vou às compras, depois dão-me o almoço e arrumo aí uns carrinhos...”.

Toma banho e veste-se em casa de um amigo: “*E tenho roupa, tenho tudo*”.

A Equipa de Rua que acompanha João está a tratar dos papéis para o Rendimento Social de Inserção. Assim que começar a receber, João pretende alugar um quarto, manter o trabalho e a sua independência.

“Eu tenho já aqui os papéis para tratar do rendimento mínimo. Quando eu tiver o rendimento mínimo, aí posso alugar um quarto. [...] Mas eu não vou se não tiver dinheiro. Mais vale ir, mas pagar e estar à vontade. [...] 200 Euros por mês. [...] Exactamente. Desde a hora que tenha a chave, entro à meia-noite ou entro à uma ou entro às nove ou às oito...”.

Luís

Luís foi-me igualmente apresentado pela Equipa de Rua que o acompanhava. Mantém, como João, um vínculo informal com a Equipa de Rua, embora seja acompanhado por um técnico de serviço social.

Luís nasceu e viveu em Vila Nova de Gaia, até casar. Morava com os pais e os quatro irmãos: *“dois irmãos mais velhos e dois mais novos”*. O pai faleceu quando era ainda criança *“Sim, só queria fumar e beber...”*.

Começou a trabalhar cedo, dava indicações aos turistas de locais onde podiam, dormir, comer ou beber.

“Trabalho, comecei de pequenino e levei muitos estalinhos na cara, da minha mãe: ‘então esse dinheiro?!’ [...] Pois... mas eu explicava-lhe que o dinheiro, foram os camones, que não sei quê que foram beber ao hotel, e não sei quê, e que isto, aquilo e aqueloutro... Depois uma mãe nunca fica contente. Mas depois, com um aninho, dois, três, mais assim, começou a receber cartas de vários países e tudo e começou já a... [...] Trabalhava com turistas, angariava turistas para os hotéis, para as caves do vinho do Porto”.

Aos 17 anos fugiu com a namorada, de 15 anos, para a Lagoa de Santo André.

“Apaixonámo-nos. Foi uma pancada... [...] Para a Lagoa de Santo André, já ouviu falar? Tem lagoa, tem mar... [...] Não, nós fomos para Santo André, porque nos piramos, depois voltamos para o Porto. Tínhamos casa, depois. A mãe dela tinha um tio [...] Depois mobilaram-me a casa, porque tinha aquelas saudadezinhas de mulher... Nós casamos, rico casamento, bonito, lindo mesmo... Não foi no Porto, foi em Vila Nova de Gaia, junto a uma praia, num restaurante, que espectáculo... (pausa) Saudades da menina... e lá fomos, e depois casamos. [...] Só engravidou depois”.

Tiveram um filho que agora tem 21 anos de idade: - *“É Leão, faz anos a 12 de Agosto.”* Mas a relação não iria durar muito. Luís consumia heroína e cocaína, às escondidas, até ter sido descoberto. O casamento acabou em divórcio.

“Pois. Mas como eu tinha dinheiro, e ela... ninguém se apercebia que eu fumava. [...] [Heroína] E cocaína. Não me injectava, era na prata. [...] É a mesma coisa. Estragou tudo. [...] Pois, divorciámo-nos. [...] Não, não. (pausa) Divorciámo-nos mas ficamos amigos”.

Um dia decidiu ir a pé do Porto até Fátima, não foi em peregrinação, mas para ver se conseguia livrar-se da droga.

“Depois do Porto, fui a Fátima a pé. [...] Qual promessa... para deixar a droga. [...] Ao fim de 3 dias, já estava arrependido... [...] eu levava uns Roipnois... eram uns comprimidos... E levava whisky e tudo... Sim. Ao fim de três dias acabou tudo. Só olhei para trás...ai, ai, ai, ai... [...] Pois... e disse e agora para ir para trás... não aguento a ressaca para ir para trás... fui para a frente, sabia que ia ser mais dias, mas olha... Passado mais dois dias... e procurava sempre a noite para fugir da estrada e das luzes e tal, pronto... O dia vinha, que as pessoas dizem, não... há uma coisa que admirei muito, comes e podes comer... pronto, tão simples quanto isso... de manhã pedia moedas e mais uma garrafa de vinho... Ao fim de 8 dias estava em Ourém. Já estava a jogar matrecos com outros rapazes que não conhecia de lado nenhum... já estava a beber imperiais que estavam-me lá a pagar, estava a conseguir orientar-me, já não era problema nenhum... dormi dentro de uma ambulância, estavam lá uns bombeiros voluntários de Ourém, e em frente tem a Santa Casa, e depois fui lá, tomei banho,

mudei de roupa e tudo, e eles deixaram-me, deram-me comida e tudo, já estava perto, acho que 12 Km,... [...] Cheguei eram 11.15 da manhã, e estava um grupo de jovens a tocar, lá mesmo... [...] Sim, sim. Juntei-me lá a eles... Azar o meu nenhum deles fumava! E eu tinha vinho... [...] Não fumavam, eu tinha ali amigos, fui ter com eles, sentei-me ao lado deles, e era para cravar um cigarro... não fumavam... eram aqueles jovens, assim, mesmo,... [...] Não chegou a três, dois dias... [o tempo que permaneceu em Fátima]”.

De Fátima apanhou um autocarro para Lisboa.

“Então depois quando vim para Lisboa, mas já não vim a pé! [...] Vim de autocarro, cravei lá algum dinheiro e vim... [...] A dormir para aí, nas arcadas e tudo... mas depois fui para um albergue, para o Exército de Salvação, depois arranjei trabalho, nas papelarias R., tem várias filiais... nos armazéns...”.

Gostou do albergue mas não ficou ali muito tempo.

“Eu gostei, mas antigamente no albergue, uma pessoa é assim uma pessoa fica 15 dias, depois tem que sair 3 dias, depois tem que procurar a vaga para entrar... mas agora parece que é diferente...”.

A narrativa de Luís é parcelar, foi impossível estabelecer uma sequência do seu percurso de vida. Passou um tempo no Algarve. Recorda com agrado a relação com Juba, o cão, e as reuniões com os amigos.

“Juba... não era meu, era de um amigo meu... ele é de Faro mesmo... mas pronto como a casa dele tinha ardido e ele teve preso e tudo, depois arranjou uma barraca junto à Ria Formosa, nós vivíamos lá e o cão apareceu... [...] Pois, eu era muito raro ir lá... mas depois comecei a ir, já tinha amigos, um trabalhava lá na praça, levava o peixe, o outro levava a carne, vinho levávamos todos e tabaco e essa coisa toda... Sim, aquilo era uma estância turística autêntica... [...] Os aviões a passar mesmo ali ao lado... às vezes dormia lá... depois ele ficava zangado, porque o cão gostava mais de mim do que dele. [...] Eu acho que sim [era ciúme]... (risos) acho mesmo. Mas depois não sei o que é que aconteceu, puseram fogo àquilo. [...] Sim... uma barraca... bonita, e ele gostava, ele tinha estimação por essas coisas todas, ele é que limpava, ele é que fazia a comida, não queria que ninguém mexesse na cozinha. Ele era mau...”.

A propósito da sua relação com o técnico dos serviços sociais, o Dr. A., Luís conta uma outra história quando esteve internado num hospital.

“Depois fui para o hospital, foi aí. [...] Foi por causa da doença, já desconfiava e depois de São José, mandaram-me para os Capuchos, e nos Capuchos tive internado. [...] Pois não sabia [que doença tinha] ... Foi para descobrir. Eu já não sei se descobriram. [...] Não. Deram-me uma receita que eram dois comprimidos. A assistente social lá dos Capuchos e também falei com o Dr. A., que eu também conheço, ele deve ser muito conhecido, então era para ir lá ter com ele. [...] Deram-me umas botas que não me serviam, eram bonitas, a assistente social, então arranjou-me uns sapatos, consegui calçar os sapatos, andei um bocadinho, um bocadinho, um bocadinho... [...] [Doíam] E de que maneira... Até fui comprar, sei lá como é que se chama isto, aquelas coisas da... pensos rápidos... [...] Pois era por causa das bolhas que estava a fazer, eu comprei isto,

fui gastar dinheiro nisto, tinha saído do hospital... [...] (risos) Eu sabia lá, eu pensei que ia poder andar. Só que os sapatos começaram-me a apertar, a apertar, a apertar. E depois ia ter com o Dr. A. que era para ir comprar... Pois mas deram roupa, com os sapatos é que não deu. Por isso eu não fui ter com o Dr. A. [...] Não podia! Depois mais abaixo, eu disse, vou por aqui, ... e lembrei-me, eu tenho um amigo que é padre, ele agora está em África, tem um escritório ali, naquela avenida, como é que se chama?! Na Almirante Reis. Depois onde é que eu me vou sentar? [...] Não é padre, é irmão do padre, o irmão que tem lá o escritório, onde é que eu me vou sentar, pus-me a olhar, grande ideia, vou comprar uns sapatos, do irmão, eu estava lá sentado, ele não me via porque eu me sentei nas escadas, então mas se tinha lá uma sala com sofás e tudo, porquê não me sentei lá? Estúpido! Depois entrou o irmão. Então o que é que faz por aqui Sr. Luís? Eu tenho estes sapatos mas não consigo andar com eles. Precisava de uns sapatos. Está bom, vamos comprar uns sapatos, eles são assim mesmo, assim mesmo, gosta desses, são assim mais ou menos... Está bom! [...] Não apertam, mas acha que algum dia eu comprava isto? E ele comprou, depois estivemos a falar sobre o irmão, o irmão dele teve três dias com malária, não ele já tinha estado, no Congo e também tinha estado com a malária, mas depois melhorou. E ele disse: ‘eu fui ao Camões ter com o Sr., mas eu não o vi’, pois porque eu não estava lá. Aquilo é muito boa família, mesmo”.

Luís faltou à reunião com o Dr. A., o técnico de serviço social e narra um outro episódio em que perdeu o acesso ao centro de apoio social.

“A outra vez eu não pude, porque da última vez que eu fui, eu fiquei tão chateado, tão chateado, tão chateado, que eu fui comer aos Anjos, almocei, a assistente social disse... [...] ela disse, eu tive a falar com o Dr. A., você esta tarde, vai lá buscar o cartão, até vou escrever aqui, sem cartão não pode comer, eu disse... a Dra. falou comigo, eu estava a comer, Dra. se chover eu não vou, choveu... fiquei a dormir ali em frente dois dias seguidos, ... [em frente à Igreja dos Anjos] Em frente, mesmo. Sim, ali ao lado tem aquele patamarzito, fiquei lá a dormir, a aturar aqueles malvados todos, um deles malcriado, como sei lá o quê! [...] Pois, mas os outros não, que eu também tenho ali muita gente conhecida. [...] Depois era para ir lá, mas não deu. Estava a chover, não tinha transporte, não tinha nada, não fui. [...] [não teve autorização para jantar] Não, nada, nada... pois então a Dra. avisou e falou com o Dr., só que eu não consegui ir. É com frio e chuva, para andar para mim é um bocado muito difícil. [...] Eu disse-lhe Dra. se chover eu não vou. Eu não quero saber, eu falei com o Dr.. Depois choveu. [...] Foi uma estupidez. [...] Eu avisei, se chover não posso. [...] Depois fui para o hospital, foi aí”.

Luís dorme na entrada de um multibanco na baixa de Lisboa. Costuma arrumar carros, mas ultimamente, não o tem feito, e tem-se descuidado de si.

“Sr. Luís, você, foi mesmo muito abaixo.’ [...] Então eu não tomo banho. [...] Estou triste porquê? Não tenho razões! [...] Mas para que é que eu também vou andar aí às voltinhas, assim? Por isso eu não sei... [...] Não me apetece andar muito. Não me apetece. Arrumava carros, principalmente aos fins-de-semana na Praça do Comércio. [...] Ouvi dizer que sim... mas também arrumava aqui na Calçada do Sacramento, a sorte é que tenho tido muitas pessoas amigas, aqui...”.

Sobre os seus planos futuros, Luís, apenas refere o desejo de ter uma casa.

Afonso

À data da entrevista, Afonso, residia numa comunidade de trabalho há quatro anos e meio.

“Estive em Moçambique, fui refugiado para a África do Sul, depois na África do Sul houve mudanças políticas [...] Eu vim para cá mas depois devido à minha idade foi difícil arranjar emprego. Trabalhei em vários locais e um deles foi na Madeira onde eu... Sim, na ilha da Madeira onde o meu irmão tinha uma escola de pintura para crianças. E aí, ou talvez por direcção, ou má gerência da escola, fechou. [...] Da Madeira, onde eu gostava de estar. E o que eu gostava de fazer, que é o que eu gosto, é de pintar. E costumo fazer pinturas, direccionado a crianças e pinturas modernas”.

Esclarece as razões para a institucionalização: sem trabalho e deprimido, regressou a Lisboa. Por sugestão da família, visitou a comunidade e, não tendo alternativa, aí ficou a residir.

“Vim para cá e uma sobrinha minha indicou-me esta instituição que eu não conhecia, nunca tinha ouvido falar. E disseram-me que era uma instituição que recolhia pessoas que estivessem aflitas, que davam algum dinheiro no bolso, que podíamos sair quando quiséssemos. E eu vim cá uma vez e vim ver. Logo ao princípio tive logo má impressão disto. Não gostei pela maneira como as coisas estão distribuídas [...] mas como eu não tinha para onde ir tive de me sujeitar. [...] Era a única alternativa que tinha. [...] Eu vim muito deprimido...”.

Confessa que nunca se adaptou totalmente à vida na comunidade. - *“Não, não, não... nunca me ambientei a isto a 100%, não gosto de cá estar”.*

As razões que invoca para a sua inadaptação prendem-se, essencialmente, com a gestão da instituição, com as suas características pessoais e mal-estar psicológico.

“A senhora no outro dia fez um bacalhau qualquer, com grão ou não sei o quê. E houve uns colegas que se queixaram, de não sei quê, por causa do azeite, uma conversa qualquer por causa do azeite... e ela disse logo ‘Azeite? Pois eu agora não dou azeite a ninguém!’. Não cabe na cabeça de ninguém dizer uma série de coisas ‘está velha, está xexé, ele está velho, está xexé’... pronto, deviam-se reformar. Deviam gozar aquilo que criaram... [...] Está muitíssimo trabalho. Está 25 anos de trabalho... Deviam estar aqui sossegados, tomavam conta de coisas pequenas... e deixavam isto, evoluir. Que isto não evoluiu nada, é uma [...] e quando andar aí e começar... viu o inglês que se chegou ao pé de mim? ‘O que é que vou fazer com os livros?’ Há bocado... E eu disse: ‘Não sei. E o que é que te disseram? Não disseram nada’. [...] É de idade, de cansaço... são muitos anos, é cansaço. Depois saiu de uma geração má, que é a geração de Salazar, aquela altura do ‘eu quero, posso e mando. Eu é que sei’... o meu pai era assim. O meu pai era oficial do exército e pronto: ‘eu quero, posso e mando. Eu é que sei e acabou e andou.’ [...] Quer dizer, há discussões mas eles só

querem ouvir aquilo que lhes interessa e aquilo que nos interessa, ou cortam a reunião ou como me diziam no Domingo: 'se não queres vai-te embora' porque se aproveitam da parte fraca da pessoa... E vêm dizer isso... mas como a mim já me disseram tantas vezes, agora quero mesmo ir-me embora. Não quero saber disso para nada, eles que façam o que quiserem. Dou-me muitíssimo bem com a D. Glória, é muito minha amiga, gosto muito dela mas ela também precisa de ajuda. A outra é uma besta. Quando está mal disposto embirra com toda a gente, por aí acima. E depois houve coisas que já se passaram com este inglês, aqui dentro, que ele ficou admirado. Coisas, coisas sem importância, coisas pequeninas. Mas isso só releva é a personalidade da pessoa. É assim, nós temos de fazer recolhas para haver material novo, para fazer a renovação daquilo que há. Isto funciona como se fosse uma loja e se não houver material novo... [...] Pois... somos todos muito simpáticos, rimo-nos muito uns para os outros mas pronto, quando chega àquele ponto... Para ver o que é que se passa. Porque é que eu estou de castigo? Por uma coisa que eu não fiz? [...] Pois, e depois vir para aqui para tomar conta das ovelhas. Para tomar conta das ovelhas? No outro dia irritei-me com as ovelhas, atirei-lhes com um cajado em cima. Mas começou logo a dizer, lá em baixo, assim, 'Pois, vê lá... se elas comerem as árvores'; 'Comerem as árvores?'; 'tens que pagar...'. Quer dizer, começou logo a implicar. Porque eles não dão, não gostam que a gente evolua. Porquê? Para não serem ultrapassados. (pausa) Mas quer dizer, com ideias novas, com... pronto, é uma pessoa que não aceita, e aceita mal. Só aceita aquilo que lhe interessa. Aquilo que não interessa elimina... ou cria obstáculos. (pausa) E isto, para se ver isto, tinha que cá estar muito tempo, não é só em um, dois dias... [...] Pois, mas é estas coisas que me... eu como vivi numa cidade inglesa, em comum penso muito... [...] eu estou com uma depressão horrível e deviam ter a obrigação de ter uma pessoa dessas. Chegar lá e dizer 'olhe, estou com uma depressão, de manhã acordo mal, não sei quê não sei quê... o que é que eu devo fazer?' e falar com ele".

Afonso ficou de castigo, assim como todos os residentes, por que alguns deles estiveram a beber álcool e a fumar, duas práticas interditas na comunidade.

"Se uma pessoa sabe que não se pode entrar num sítio bêbado, é porque não se pode entrar bêbado. E se me mostrar drogado, porque fumou um charro... agora está muito na moda de vez em quando fumar um charro. Que fume um charro, mas eu também não percebo, têm aqui tanto espaço para fumar charros, vêm aqui para fora fumar um charro, mas fumar aqui fora. [...] Fumam nos quartos, na sala... e o cheiro fica todo lá dentro. [...] E a gente aqui está a ser tratado como criancinhas. [...] E quando contei à minha irmã o que me tinha acontecido, a minha irmã até pensava que eu estava metido na droga. 'Então, Afonso, tens 65 anos...'. A minha irmã é assim toda moderna! 'E agora andas metido nessas coisas? Então o que é que se passa?' E eu expliquei-lhe. E a minha irmã disse logo 'Oh pá, tens que te por a mexer...' (pausa) E há os que gostam de cá estar, e ficam assim. Eu é que me enervo, eu sou uma pessoa... gosto muito... Olhe, é assim, primeiro está a minha saúde... E depois não é só o dinheiro, está a minha liberdade e depois é que está o dinheiro. E estão-me a tocar na parte mais sensível, que é a minha liberdade. E agora estou praqui a tomar contas das ovelhas e depois não posso sair por causa das ovelhas? Não faço isso, eu saio mesmo. Ainda ontem à tarde devia ter vindo, não vim. Veio outro... quero que se lixe. Então mandem-

me embora. Isto às vezes até é bom que aconteça essas coisas, dão-nos assim um pontapé e a gente sai mesmo”.

Apesar de Afonso estar indisposto com a instituição, reconhece que esta tem grandes potencialidades.

“Aqui estou chateado, estou aborrecido... aqui [a guardar as ovelhas junto ao pequeno bosque] estou mais calmo, porque estou aqui a ler um livro, nem sequer tenho de olhar para ali, porque estou de costas, agora que isto tem grandes possibilidades tem. Isto precisava era de pessoas novas”.

Os projectos de futuro de Afonso são sair da comunidade, deixar Portugal e ir para outra comunidade na Alemanha ou em Inglaterra.

“E agora pretendo largar esta instituição o mais depressa possível porque não gosto de cá estar. [...] Ele [um residente estrangeiro] vai telefonar hoje, para um, para ver se me recebem. E se me receber vou, mas se não receber acho que para a Inglaterra também há. [...] Ele também disse uma coisa. ‘Mal você se porta mal um bocadinho...’ [...] está feito”.

Alfredo

Alfredo estava a viver numa comunidade há três anos. Consumiu estupefacientes durante muitos anos, segundo afirma. Antes de viver no local onde o conheci, esteve cinco anos numa outra instituição.

“Cinco anos. Foi o processo de cura das drogas... o encontrar-me um pouco... saber dizer que não às coisas que não queríamos, foi um pouco mais disso. [...] Eu já vinha de uma comunidade e que funcionava um pouco mais ou menos igual. Tinha mais regras, não se podia beber, não se podia fumar, outro tipo de regras. Estava ligado ao... [...] Não, são estilos diferentes. A outra associação não tinha nada a ver com isto, tinha mais a ver com a palavra de Deus, era mais para esse lado... [...] Era uma terapia, a terapia lá, era a palavra, o trabalho de ajuda, ir à rua, buscar pessoas, tentar tirar sem-abrigo, prostituição, drogas e álcool... Era divulgar um pouco a obra onde nós estávamos e o que fazíamos, alguns projectos, também, mas não tem nada a ver com isto. Isto, acho que tem uns projectos emocionantes, mesmo bons. Não é fácil, não é, a gente tem o seu tempo mas acho que se consegue fazer alguma coisa em prol desses tais projectos”.

Alfredo considera que não tem uma grande vida, na comunidade onde reside, mas uma vida normal, o suficiente para ali se manter.

“Pois, exactamente, não temos grandes vidas mas temos uma vida normal, como uma pessoa normal que tenha trabalho, casa, os seus deveres, as suas obrigações. Poderia ser melhor, não é, mas a experiência também não é grande... [...] É, actualmente acho que é o suficiente para a gente poder estar aqui”.

Nem sempre é fácil a vida em comunidade, mas o que mais aprecia na instituição é o

bom relacionamento entre os residentes.

“Sim, e nós conseguimos estar todos juntos aqui neste espaço... [...] Sim. E estar aqui neste espaço, dia e noite, dia e noite. E não é fácil. [...] Não, claro que há sempre chatices mas isso... [...] Sim, isso há em todo o lado. Mas acho que há um bom relacionamento entre nós todos. Acho que sim, apesar de estarmos muito tempo juntos mas conseguimos manter um relacionamento mais ou menos”.

O que menos aprecia na instituição onde reside é o modo como os residentes são tratados: fraco reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem; a incompreensão, por parte dos responsáveis da organização; a punição; e a falta de ajuda.

“Por vezes, por vezes. Podia haver mais ajuda, não é? Mas também é assim que funciona... [...] Não, a nível de responsáveis. Mais compreensão pelos companheiros, talvez. Mais valor, talvez! Mais valor. [...] Acho que é muito pouco reconhecido. Pode haver algum reconhecimento, não é muito vulgar, mas acho que devia de haver mais. [...] Sim e de diálogo, de sabermos se nós estamos bem, e o que é que se passa e o que é que não se passa... não naquela base sempre do ralhar, do corrigir o que está mal, mas sim do ouvir os problemas, porque nós todos temos problemas”.

Considera que a instituição o tem ajudado a recuperar a sua autonomia e auto-estima.

“Já me sinto um pouco mais auto-suficiente, já estou aqui há três anos, tenho conseguido algumas coisas, o relacionamento com a família, mais confiança, não está como eu gostava de estar, mas pronto!”.

Os projectos futuros de Alfredo são sair da instituição, mas antes disso sente que necessita de aumentar a sua autoconfiança e vencer o medo.

“Gostava de sair daqui. [...] Eu acho que até já estava preparado para sair, mas isto está muito complicado da parte de fora. Acho que há uma crise muito grande, muita falta de emprego... [...] Assusta-me um pouco o sair daqui, o que é que eu vou fazer e para onde é que eu vou, isso é muito complicado. [...] Sinto um bocado [de medo]. De receio, de me perder novamente. [...] Mais confiança em mim próprio. [...] Sinto, mas também tenho um bocado de receio daquilo que possa acontecer lá fora, não é? Porque as coisas não estão fáceis. E nós já temos uma certa idade. Nós já não somos nenhuns miúdos. Nós vemos pessoas com trinta anos ou com trinta e tal anos, alguns estão no desemprego não sei quanto tempo porque não conseguem, quanto mais a gente, não é? [...] E ouvimos reportagens sobre pessoas com quarenta anos e que estão à procura de emprego e que já têm uma certa idade e não são dados, torna-se complicado. Nós aqui não vamos sentindo muito esse lado...”.

David

Quando entrevistei David, este relacionava-se com a instituição há três meses. Tinha entrado para a comunidade por motivos financeiros e por sugestão de uma organização que actua na área social.

“Estou a utilizar isto, porque trabalhei para diversas empresas, de há um ano e tal para cá e nenhuma me pagava. E acabei por, a pouco e pouco fiquei sem dinheiro nenhum e se havia de estar a passar fome preferi vir para aqui algum tempo até repor a minha vida, até receber alguns dinheiros que estou à espera para receber, para repor a minha vida outra vez porque é preferível estar aqui do que estar a passar fome na rua. [...] Foi através de uma organização da Amadora que está relacionada com a Segurança Social e com a câmara da Amadora, que é o Olho Vivo. [...] Foi a Dra. Carla e a Dra. Ana... O Olho Vivo, não, o Abre a Pestana... O Olho Vivo é em Queluz. Foi através do Passe a Palavra... eles estão sempre a mudar de nome... foi a Dra. Carla e a Dra. Ana que... e a Dra. Sónia, que depois vieram cá comigo falar com a D. Glória à entrevista e ela disse: - ‘Olhe, neste momento não podemos, mas dentro de poucos dias pode vir’. Depois dentro de uma semana, sensivelmente, telefonou a dizer que podia vir e vim e cá estou”.

Para David, o tempo que ficará a viver na comunidade será curto, sente que está ali de passagem.

“Ah isso é aquilo que eu digo, eu aí... isto é uma passagem na minha vida, agora se eu tivesse a fazer como alguns deles, a fazer futuro, a passar aqui a vida, aí tentava mudar alguma coisa, ou muita coisa, mudava muita coisa, [...] mas isso era se fosse eu que mandasse... mas como não sou também não me chateia, é aquilo que eu digo, mais dois ou três meses, se Deus quiser estou lá fora e com a minha vida...”.

A adaptação de David à instituição foi boa, conforme as suas expectativas. Embora a vida que lá se vive seja diferente de “cá fora”.

“Adaptei-me bem porque eu já sabia por outros amigos que já andaram em situações destas, já sabia como é que funcionava mais ou menos. Eu já vinha à espera disto. [...] Para uma pessoa que está habituada a fazer uma vida solta, lá fora, é um bocadinho difícil, porque não pode sair, sai do trabalho tem que jantar e ir-se deitar, que é um bocadinho diferente do que as pessoas fazem normalmente. Não podem ir um bocadinho ao café e então eu como já sabia, não foi nada de especial, não foi nenhum choque. [...] Sim eu já sabia que tinha que me adaptar às regras e isso portanto isso para mim foi tudo fácil”.

David sente que conseguiu conquistar a confiança dos gestores da instituição. Isto deve-se, segundo diz, ao facto de aceitar e cumprir as regras, e também às suas características pessoais.

“A gerência é que... eu comparo a gerência da instituição como seja um patrão... uma empresa. O patrão tem que pensar e os companheiros neste campo têm que executar. E então para mim é isso mais ou menos. Agora quando me dizem assim, percebes daquilo, sabes fazer aquilo? Se sei digo que sei, olhe pronto então eu faço à minha maneira porque eu sei, se não sei, digo olhe não sei, como é que eu hei-de fazer, pronto e é assim que eu trabalho e até hoje nunca levei nenhuma repreensão, tenho-me portado bem. [...] Sim. Sempre. É uma coisa que eu aí vejo que talvez por a minha maneira ser diferente nunca me repreenderam nisto nem naquilo, nunca nada. [...] Nesse aspecto foi impecável e eu vejo que eles gostam de mim e que fazem confiança em mim, também nunca os traí em nada, nunca os enganei em nada, por esse motivo

talvez, talvez, não, deve ser de certeza. Ainda hoje me mandaram matar o carneiro, nem cá vieram ver se estava a matar bem, se estava a cortar bem a carne. Só disse a D. Glória, 'por acaso está bom, o outro trazia para aqui o carneiro inteiro, e eu tinha que me desenrascar'. E eu cortei e não parti ossos, como cortei pelo sítio dos ligamentos, como faz um profissional, porque foi assim que eu aprendi. E então nem se preocuparam em vir ver se eu estava a fazer bem isto nas primeiras vezes que matei aqui, é isso que eu analiso e vejo que fazem confiança em mim".

Tem preferência por algumas actividades que se desenvolvem na organização e sente que as suas capacidades e gostos são respeitados pelos gestores da instituição.

"O que eu gosto mais aqui é do campo e da agricultura, porque eu nunca mexi em móveis, pronto é uma coisa que não é bem o meu tipo, nunca trabalhei nisso. Eu já trabalhei em diversas coisas, mas móveis nunca tinha trabalhado. E então se me mandarem passar um bocado de produto eu faço, não tem nada que saber, mas não, gosto mais do trabalho do campo ou ir às recolhas, por exemplo, com as carrinhas, vai-se dar uma volta, também já tenho ido diversas vezes, depois conduzo. [...] Sim, como eles sabem disso, não me metem nunca a trabalhar nos móveis, é carrinhas ou agricultura".

David considera que a instituição é muito útil para apoiar pessoas em situação vulnerável.

"Na minha opinião isto deve ser mesmo utilizado para aquelas pessoas que tenham um azar, que caem num buraco querem sair e pronto... Para sobreviver... às vezes até psicologicamente, às vezes quando uma pessoa cai num buraco... Uma pessoa desde que venha para aqui, praticamente, eu nunca dei por falta de nada, para já até dão algum dinheiro, não é muito mas dão. Para mim, como não tenho vícios, não fumo, às vezes bebo um copito lá fora mas também não bebo muito, a gente aqui tem tudo, tem comida, tem que vestir, tem calçado. Depois o dinheiro que dão, se a gente o gerir bem, vai sobrando alguma coisita, pouco, porque a gente recebe pouco, pois a gente recebe pouco mas pronto. Vai dando para a gente ir pensando, tendo sangue frio, analisando, e tentar crescer novamente".

O que David menos aprecia na instituição são as agressões verbais entre os residentes e o tratamento dado aos residentes, que considera injusto.

"O que eu às vezes gosto menos, mas isso não é da parte da gerência é da parte dos companheiros, é, às vezes alguns são brutos na maneira de falar, por acaso para mim, só foram uma vez, ainda hoje já tiveram aí a discutir por coisas sem nexos nenhuns. Discutem porque foram criados nas barracas, é mesmo o meio que eles foram criados, é a maneira deles falarem, é só tentar agredir uns aos outros, como não pode ser fisicamente é verbalmente, que é o caso de alguns, que são ali das barracas, não passa fome, é o que mais discute. E são sempre os outros os culpados, pronto, manda sempre as culpas para os outros. Ele já esteve aqui antes, já saiu, já voltou, está aqui outra vez, não tem culpa nenhuma mas não faz nada nem para sair daqui nem para melhorar. [...] Pronto eu sou um bocadinho contra este aspecto, um faz o mal e os outros têm que pagar por isso. Quer dizer, eu acho que para mim que é injusto. Se ele

faz o mal ele é que tem que pagar por ele. [...] Sim, mas pronto, mas isso aí é errado, cada um faz mal e todos pagam por isso, eu acho que isso é uma injustiça”.

David pretende ficar pouco tempo na instituição, está a aguardar a resolução de alguns dos seus problemas e tem o projecto de montar um negócio quando sair.

“Estou a fazer conta de Maio, Junho, de sair... [...] Tenho, tenho, tenho um projecto... talvez enquanto estiver aqui ainda, a partir de 5ª feira, temos uma liberdade de sair. Começar a tratar de papéis, de papelada que eu tenho que tratar, para quando chegar a Maio, Junho ter a minha vida montada lá fora. [...] Eu quero-me estabelecer por minha conta... [...] Montar mesmo um negócio e tal, ... só tenho que tratar da papelada. [...] Tenho aqui dois sítios pensados a nível de zonas, agora tenho que ir ao terreno tenho que ver bem e depois os câmbios que é uma coisa muito importante e depois avançar devagar, conforme as possibilidades”.

Leonardo

Aquando da entrevista, Leonardo estava a viver na instituição há quatro anos. Tinha estado três anos e meio preso e, quando de lá saiu não se adaptou à vida “fora da prisão”.

“Isto é assim: Eu estava... tive preso e então quando saí da prisão, quando entrei em casa e passado aí dois ou três meses, pessoas que já não me viam há uns tempos, há uns bons tempos, ‘Eh, toma lá, isto é para entregar a fulano, e isto é para ti!’ E eu tinha o cabelo rapado... ‘Desculpa lá, tas a falar com quem?’; ‘Ah, tu és o Leonardo’. Não. ‘Ah desculpa lá’. Fogo! Eu ainda agora entrei aqui, e já toda a gente ali a dizer que... eu fui ali criado, nasci ali, e conheço bem o sítio onde moro... ó que eu pensei, não pode ser, eu tenho que desaparecer daqui. Então fui a Sintra, eu tinha que ir a Sintra para assinar lá, todos os meses, e falei lá com a Dra. e ela disse: ‘Olha há uma instituição que é capaz de ser boa para ti’ [...] Sim, não é a questão de... Como é que eu hei-de explicar? Não é a questão de me sentir bem ou mal, só que pronto... porque a minha mãe sempre disse que eu estava noutra país, que eu vivi na Holanda e assim, ah tá na Holanda, tá na Holanda. [...] Exactamente, só que uma pessoa está habituada a estar preso, vem para a rua, sabe que a mãe que nunca disse que esteve preso, só que as pessoas, parece que olhavam de uma maneira diferente, ou então uma pessoa está habituada... [...] Não, não, eu adaptei-me, não me adaptei foi ao mundo, a isto, ao mundo normal. Pronto, a gente pode andar na rua como deve ser, pode beber um café, ou isso, só que a vida que eu tinha anterior a esta era tráfico, então era muito diferente”.

A adaptação de Leonardo à vida na instituição foi fácil.

“Não, não custou muito, porque eu estava habituado a estar preso, na cadeia, e então entrar aqui dentro, as coisas foram indo muito mais fáceis. [...] E então quando entrei aquilo foi fácil para mim, porque eu conhecia quase tudo. Então quando começaram a saber toda a gente tinha preocupação em saber se eu me sentia bem se não, pronto era diferente. E aqui... Foi... não foi assim difícil entrar aqui dentro, não. [...] Mas de

resto, eu gosto de estar aqui e tem-me ajudado muito porque psicologicamente, andava, não era problema do resto, era, não andava bem comigo próprio. [...] Sim e agora já me começo a habituar a estar na rua e a falar com as pessoas e as pessoas que num dia falaram... já falo e já não me preocupo. E então há aqui também muitas coisas que gosto... tudo o que é antiguidades... gosto do restauro...”.

Leonardo sente que o tratamento dado aos residentes não está correcto, por parte dos gestores da instituição: o trabalho é pouco valorizado; há falta de organização; e há injustiça na aplicação dos castigos.

“Não, de maneira nenhuma. Aqui não há ninguém que diga, ah ta bom [o trabalho realizado]. Ele pode dizer ah tudo... [...] Aqui não há. Porque hoje é um dia comunitário. Achas que isto é um dia comunitário? [...] Porque é assim, eu já paguei aqui castigos, porque uma das vezes fui beber café a uma hora de trabalho e depois quando vim, o Álvaro viu-me, e disse-me: ‘Vais onde?’, ‘fui beber café e vim-me logo embora’ Já sabia. Tive duas semanas de castigo. Pronto, eu fiz... [...] A gente está de castigo, acaba agora na quinta-feira, só que ele na quarta, ele diz que vai, e vai haver uma reunião para ver como é que as coisas ficam ou não ficam, mas é... [...] Ah, eu não acho boa ideia, porque é assim, quem fez mal tem que pagar”.

Para Leonardo, a única coisa que falta à instituição é organização: *“Eu acho que a única coisa que falta é organização. É a única coisa que falta, porque de resto acho que está tudo...”.*

Leonardo tem um projecto futuro, casar com a namorada com quem tem uma relação há três anos.

Roberto

Roberto aceitou ser entrevistado mas recusou a gravação. Informei-o, também, que poderia recusar responder às questões que lhe colocava e que se o fizesse não haveria qualquer problema.

Vive na instituição há quase nove anos e considera que a sua adaptação foi boa: *“É uma comunidade de trabalho onde existem regras e desde que se aceite as regras consegue-se viver bem com elas”.*

Gosta bastante do trabalho que desenvolve: *“Gosto bastante do trabalho que faço aqui, na oficina, de recuperação de móveis e de peças de madeira. É um trabalho bastante especializado. No início, quando cá cheguei fiz outras actividades mas estou aqui há cerca de sete anos a trabalhar no restauro da madeira. Foi um trabalho que aprendi aqui e que faço com gosto. Aliás faço com gosto a maior parte dos trabalhos. Por exemplo, há trabalhos em que me sinto mais inseguro, como é o caso da cozinha, onde não me importo nada de ajudar, mas sei que não posso ficar sozinho, porque tenho receio de fazer asneira”.*

Considera que a instituição é útil: *“Penso que é uma instituição que trabalha por um boa causa e que ajuda os próprios que estão com alguma dificuldade e ajuda também*

outros que ainda têm mais dificuldades”.

Sente que o seu trabalho é útil e isso fá-lo sentir-se bem.

“O que mais aprecio é a forma como ocupo o tempo, de uma forma útil para mim próprio e para os outros. Gosto de sentir que o meu trabalho é útil e que também serve para apoiar outras instituições. [...] Não estou nada arrependido de estar na comunidade e considero que foram uns anos bem empregues”.

Os seus projectos futuros são viver um dia de cada vez, ao que lhe perguntei o que era para si um bom dia.

“Um dia de cada vez. O futuro a Deus pertence e, como lhe digo, não tenho planos de maior para a minha vida. Enquanto quiser estar aqui, estarei, fazendo o meu trabalho da melhor maneira possível. [...] Um dia bom seria um dia em que trabalhe dentro das possibilidades e que não prejudique ninguém e não sinta que estou a ser prejudicado”.

Romeu

Quando realizei a entrevista, Romeu tinha entrado para a instituição há um ano e meio. Antes de estar a residir nesta comunidade, tinha estado numa outra instituição.

“Acontece que eu estava numa outra instituição num certo período da minha vida e estava noutra instituição, onde eu não me sentia muito bem e então decidi trocar. Saí da outra e vim directamente... [...] Sim. Tive dois dias ou coisa assim e vim directo praqui”.

No início, quando entrou, Romeu, sentiu-se bem, contudo, há cerca de seis meses, sente uma certa desmotivação, ou saturação pela vida em comunidade.

“Foi boa. Integrei-me bem mas acho que começo agora... não, até há 6 meses atrás as coisas correram lindamente. Mas agora acho que estou a acusar um pouco a saturação da comunidade e de viver em comunidade. Não quer dizer que seja por causa desta, talvez eu esteja a chegar a essa integração e dizer ‘já chega, tenho 48 anos, já chega’. Mas depois há sempre aquele medo que eu ganhei, que eu tenho de dar certos passos que dantes não tinha medo de os dar, atirava-me de cabeça. Agora, antes de tomar qualquer decisão tenho medo e adio as decisões, adio, adio. Vinha para ficar aqui num período máximo de 6 meses e já vão 3 vezes esses 6 meses. [...] Sim, a vida em comunidade... principalmente, eu comparo isto a uma mini-sociedade... lá fora são milhões e aqui somos 17 ou 18 e, por isso, torna-se mais intenso. As pessoas chegam a uma certa altura que basta olharem umas para as outras, já se sabe o que querem dizer, já se conhecem... já se conhece os hábitos de cada um e nisso é bom mas... [...] Sim, vai sempre chegando [novas pessoas] e ainda bem, que chega sangue novo, pessoas capazes de ajudar a levar isto para a frente e talvez motivar aquelas que já tão cá há mais tempo que já se sentem mais cansados, mais saturados... pronto, cada um fala por si. [...] Essa renovação acho que é interessante mas depois fico triste porque falo dos companheiros novos e que estão aqui há muito pouco tempo, 2 e 3 meses assim, mas vejo que eles estão a entrar... como eu estou ao

fim de ano e meio, e eles ao fim de 2 meses já se sentem assim, quer dizer... e isso inquieta-me um bocadinho, às vezes tanto pela vida em comunidade, como pela vida de cada um, e isso às vezes inquieta-me um bocadinho. [...] Mas agora acho que estou a acusar um pouco a saturação da comunidade e de viver em comunidade”.

Romeu sente que está a acomodar-se à instituição e não se sente confortável por estar a adiar uma tomada de decisão. Acredita que é o medo e o estado depressivo em que se encontra, que o fazem entrar num conflito pessoal.

“Adio. Penso em fazer isto, tenho soluções mas não, deixo para amanhã. E ando assim há 6 meses. Deixo para amanhã porque, lá está, é aquele medo que eu lhe falava ao princípio que aprendi a ter. Por vezes é bom em certas situações, agora estou a ver que está a ser prejudicial e depois acomodo-me e depois quanto mais tarde for pior é, né? Para dar certos passos na vida para fazer certas mudanças da vida, mas pronto, vamos lá ver. O que é preciso é não perder a vontade, a esperança e a força... [...] Pois não, não é [a sensação de estar acomodado]. E sinto que me estou a acomodar, estou a perder outras coisas e estou-me a acomodar. E como estou a perder a minha vida própria, a minha própria liberdade, sinto que já está em perigo e depois começa-me a faltar as pessoas lá de fora. Acho que também estou a acusar este castigo de... [...] às vezes tenho essa sensação, e isso é terrível para mim. Tenho um conflito pessoal que é terrível para mim”.

A sua experiência anterior noutras instituições permite-lhe estabelecer comparações, entre as comunidades terapêuticas e as de trabalho. Sente que neste tipo de comunidade onde agora se encontra é dada pouca atenção aos residentes.

“Olhe, eu felizmente por um lado e infelizmente por outro, eu já conheci algumas instituições, já fiz um programa terapêutico, não tem nada a ver com este, no Vale de Acór, vivi lá 3 anos e tal e onde é uma comunidade terapêutica em que as pessoas... acho que é outro trabalho, em que as pessoas aprendem a conhecer-se a pouco e pouco ou aprendem talvez a dizer ‘não’ a muita coisa na vida que não foram capazes de dizer ‘não’ e isso a mim ajudou-me, ajudou-me a identificar certos sentimentos que eu vivia e não sabia bem o que é que tinha vivido, tomar certos comportamentos que estavam errados e esse conhecimento. Agora, quando entro nesta, numa do género desta, como a Remar ou Repto que também conheço... [...] São comunidades de trabalho. Acho que há outros interesses, as pessoas já não são tão importantes como numa comunidade terapêutica, enquanto eu como utente de uma comunidade terapêutica, neste caso no Vale de Acór, onde estive três anos e tal como lhe disse em que me sentia apoiado nos meus problemas, onde encontrava alguém para me ajudar, não para me resolver o problema mas para me ajudar a perceber o problema que tinha e sempre me disseram ‘não, a decisão és tu que a tomas’. Seja bom ou seja mau, havia sempre alguém que me escutava. E essa comparação que faço com essas instituições, isso não existe. Não existe e depois as pessoas podem-se confundir um pouco e começar-se a interrogar-se ‘o que é que eu estou aqui a fazer? Porque é que eu estou aqui’. Como eu me interrogo agora”.

Interrogado sobre o que mais aprecia na instituição, Romeu, mostrou-se hesitante, era uma pergunta complicada.

“Agora neste momento é um bocado complicado. [...] Neste momento, estou a apreciar muito este grupo, talvez esta lufada de ar novo que veio, esta gente nova. Foram 4 ou 5 e todas pessoas que, pronto, estou a gostar de as conhecer e vejo que são pessoas amigas. Acho que é a parte mais interessante neste momento da fase talvez que eu esteja a atravessar, a única coisa positiva que eu vejo neste momento aqui dentro. E talvez essa relação que eu ganhei com pessoas aqui dentro, e como às vezes me leva a adiar e é talvez isso que me tem deixado arrastar e acomodar e a ficar cá. [...] E o convívio, conhecer novas pessoas com problemas como eu. Não há ninguém que esteja aqui e que não tenha um problema, não há aqui ninguém que não queira. Eu estou aqui de livre vontade. De livre vontade estamos todos mas uma pessoa que diga assim ‘estou aqui porque não tenho problemas’. Como eu costumo dizer, eu só tenho um problema... é a minha vida toda (risos) e enquanto eu não resolver esse problema...”

Apesar dos portões da instituição estarem abertos, por vezes, Romeu, sente que está numa prisão.

“Eu às vezes... eu também já tive um problema na minha vida, infelizmente tive preso e há certos dias nesta casa que me sinto, apesar de ter os portões abertos e poder sair quando quero, quer dizer, quando quero, neste momento não posso, estou de castigo, mas se me quiser ir embora ninguém me impede. Mas por vezes sinto-me mais preso, não digo preso... mas, não me sinto tão livre como nessa experiência que eu tive de estar...”

O que Romeu menos aprecia na instituição é a falta de respeito pelos residentes e a ausência de regras claras e explícitas.

“O que eu menos aprecio aqui... a falta de respeito pelos companheiros, por vezes... [por parte da administração] É uma falta de respeito pelos meus companheiros quando por exemplo ‘isto é vosso, vocês têm que fazer, vocês têm que mudar, vocês têm que fazer isto... de acordo, mas a nível de laboral, a nível laboral. Se há uma saída, se há isto, se há aquilo, ou se alguém tem de sair e isto tem de ficar... quer dizer, não se sabe nada, as pessoas escondem as coisas. Só em cima do lugar, não há uma planificação, não há uma conversa ‘para amanhã, temos isto para resolver’. Não dá, é assim, assim, e vocês estão aqui, como já me foi dito... a mim e a todos os companheiros que estavam numa reunião, ‘vocês não estão aqui para pensar, estão aqui para executar’. Quer dizer, e foi essa palavra que talvez me marcasse há seis meses atrás e que talvez mudasse a minha maneira de... [...] Há pequenas coisas aqui que cada vez nos é tirado mais a nossa escolha de vida pessoal... acho que vai-nos sendo retirado a pouco e pouco sem ninguém se aperceber, um pouco da sua vida pessoal. E nós todos, seja em que ramo for, onde estivermos, precisamos sempre da parte laboral ocupacional mas precisamos dos nossos momentos, dos bocadinhos para nós. De outro estilo. [...] Às vezes sinto... não é até, mas às vezes sentes, não há respeito pelo nosso trabalho, não há respeito por... [...] Já foi prometido uma carta comunitária que ia ser afixada há um mês mas arranjou-se aqui uma confusão, nunca vi carta comunitária nenhuma. Eu acho que sim, segunda-feira é um dia comunitário em todas as [comunidades]. Mesmo aqui nos nossos vizinhos do Porto e as nossas segundas-feiras comunitárias, ajudamos, e ainda tínhamos a manhã para limpar a

casa e a pouco e pouco é-nos tudo tirado, acabou. Temos que trabalhar como noutra dia qualquer... Acho que isso tudo se torna... e pelo menos dizer aos companheiros quando entram, o que é que se vai passar, o que é que não se vai passar porque, afinal anda tudo com problemas, anda tudo confundido e depois quem somos nós, os mais velhos, para dizer: 'oh companheiro, não faças isto, não faças aquilo se também não sabemos o que está certo ou o que está errado' [...] A única regra que há aqui é 'fazem isso' e todos os dias é dito o que há para fazer, ou podes ou não podes, ou fazes ou não fazes, e aqui se anda... isso a mim anda muito mudado, e depois falo com os companheiros, ainda ontem estive a tentar dar ânimo aos mais novos, sabe Deus como eu estava e depois fico a pensar... para mim, não lhes digo, mas como aconteceu ontem 'ao fim ao cabo, se calhar até nem estou a aconselhar bem as pessoas, o conselho que eu lhes devia dizer, era: 'Olha, pira-te daqui para fora o mais depressa possível, senão vais cá ficar como eu... ao fim de um ano e tal e ainda não sei o que hei-de fazer à minha vida', mas claro que não digo, obviamente que não digo''.

Perguntei a Romeu quais os seus projectos para o futuro.

"Tenho projectos para o futuro que vou adiando-os. E vou adiando e... [...] já cá estou há tempo a mais... Já vai tempo a mais, porque não sinto, eu sinto que aqui não tenho o tempo que necessito para dar esse salto, para apanhar outra vez a estrada, para concretizar os meus objectivos, e não tenho tempo para isso. Não tenho tempo porque vou precisar de tempo para tratar disso e aqui não. Por isso, a única solução que eu vejo às vezes é ter que sair mesmo daqui para conseguir os meus objectivos. Porque aqui dentro não os vou conseguir concretizar porque o stress é tão grande, sou tão absorvido... porque depois, eu também sou uma pessoa que me dedico às coisas e sou incapaz, mesmo estando revoltado, não fazer o meu melhor possível no trabalho. Sou assim, não tenho a culpa de ser assim, e às vezes vou-me envolvendo tanto, já sei que tenho isto, isto e isto para fazer, envolvo-me tanto... e sei porque os companheiros já me disseram isso, envolvo-me tanto com o trabalho que me esqueço do meu... [...] E depois, chego à noite ando super cansado [...] e... os meus projectos, como fui dizendo lá para cima, vão adiando, adiando, adiando. Vamos lá ver até quando, mas eu ainda vou concretizá-los, não é?!".

Maura

Maura vivia há dois anos e meio num centro de alojamento temporário, onde foi realizada a entrevista. As razões que atribuiu à sua institucionalização devem-se a uma depressão profunda e à consequente perda de habitação. Tem três filhos a residir no estrangeiro mas só os informou da sua situação quando já se encontrava no centro. Pediu ajuda através do 144, a linha de emergência social.

"Olhe... eu tinha uma vida normalíssima mas entretanto tive três depressões seguidas, que ocuparam p'raí três ou quatro anos em que eu não pude trabalhar, tive de parar de trabalhar e... as depressões que nunca as tratei devidamente... [...] O que é que acontece? Acontece que eu sabia que estava a caminhar monetariamente para o zero

e não conseguia fazer nada. [...] Bloqueada. Completamente bloqueada. Sei agora que isso é típico da depressão, que eu não sabia. [...] [Os filhos] Souberam quando eu já cá estava. [...] Não, não, não... não porque eu sei que eles não têm possibilidade de resolver nada. [...] Ah sim, o mais velho então... a grande preocupação dele é eu estar aqui. Mas ele não pode fazer nada. Olhe, eu fui passar o Natal à Holanda, que ele está na Holanda... quando eu me vim embora, tinha ele sido despedido. [...] As coisas também não estão boas lá fora, grandes dificuldades económicas e... portanto, quando fiquei realmente sem dinheiro, acabei por vir para [aqui]”.

A adaptação de Maura à instituição não foi fácil. Não se identifica com os utilizadores do centro e teve dificuldade em se adaptar à falta de privacidade.

“Aqui, eu não me consegui integrar, curiosamente, eu não me consigo integrar no meio das utentes... [...] Não tenho interesse em relacionar-me com as pessoas. [...] Bom, agora há uma coisa que é uma verdade, é que aquilo que interessa a estas pessoas não me interessa a mim. Eu não me interessa a droga, eu não me interessa o álcool... [...] Eu não me interessa andar a roubar para ir vender coisas à feira da ladra. [...] Foi. Houve por exemplo, aqui o tomar-se banho é obrigatório, toma-se banho, veste-se o pijama. Eu por exemplo não visto porque tenho de abrir a biblioteca agora mas ao princípio vestia. É desagradável, uma pessoa estar ao pé de fulanos e fulanas que nunca viu na vida e está tudo em pijama. [...] Sim, somos cinco e eu estou sempre no mesmo quarto e na mesma cama desde que entrei. [...] Tenho, tenho. Eu procuro ter roupa minha e muitas vezes até, nesse aspecto, talvez eu seja privilegiada, mas por exemplo, a minha toalha era da casa e eu marquei-a, são marcas que não são fáceis de sair, e portanto só vai à lavandaria para lavar e... [...] Para evitar contaminações... Sabe que o mais grave aqui nem sequer é o serem seropositivas porque eu posso-lhe dizer que, de umas vinte e cinco, praí umas dezoito são seropositivas... mas nem é a SIDA o principal problema, para mim é a Hepatite... uma pessoa... tem que se ter um jogo de cintura muito grande para saber defender-se”.

No entanto, graças ao seu sentido de humor e à sua capacidade de iniciativa, Maura sente-se bem na instituição.

“Por isso, a certa altura comecei também a explorar um pouco o sentido de humor porque isto é uma autêntica anedota. Eu oiço coisas aqui dentro que são uma anedota. Havia uma rapariga aqui que era muito masculina, só vestia mesmo coisas de homem, ela dizia mesmo “eu só visto roupa de homem”... Aqui fala-se muito mal, dizem-se muitos palavrões, as mulheres mais do que os homens até, meu Deus... e então havia uma que estava no quarto, aqui nos quartos ouve-se tudo, estava a mostrar-lhe roupa: ‘olha, estás a ver esta camisolinha, ficava-te tão bem’, e a outra: ‘eh pá, eu só visto roupa de homem’, ‘ah, mas olha esta blusinha, ia-te ficar tão bem’, ‘já te disse que só visto roupa de homem’, ‘mas olha este top’ e ela sai-se com um palavrão e diz: ‘tu já viste algum homem a usar top?’. Olhe, eu estava no meu quarto e dei uma gargalhada (risos) [...] Eu tenho assistido a coisas nesta casa, olhe que comecei a escrever um livro sobre o abrigo. [...] Foi, já tenho praí quarenta e tal folhas escritas mas... [...] Peguei com a minha entrada... [...] Não, era mesmo sobre o Centro em si e depois há uma coisa que eu acho que é essencial para se viver em qualquer lado e em qualquer situação que é o sentido de humor”.

Maura conseguiu ultrapassar outras dificuldades da vida no centro, oferecendo-se como voluntária para criar a biblioteca.

“Aqui... isto tem um aspecto muito mau que é as pessoas que têm de sair daqui às 9h da manhã e só podem entrar às 18h da tarde, ainda estive um mês nessa situação. Depois dei a possibilidade de montar a biblioteca e então passei a estar dentro da... [...] E uma vez até me disseram: ‘eu acho que a D. Maura é uma privilegiada aqui’, ‘ai é, então porquê? Estou a trabalhar sem ganhar, sou voluntária, qualquer pessoa que entrasse aqui como voluntária ao fim de um mês já vos estava a pedir um ordenado. Nunca vos pedi um tostão’. Mas lá estamos nós, o dinheiro não é só aquilo que se ganha, é também aquilo que não se gasta. E como eu não fumo, não bebo, não tenho hábitos de consumo... de maneira que as minhas despesas são mínimas, não é...”

O que Maura mais aprecia na instituição é o sentimento de protecção que ali consegue experimentar.

“Talvez seja o sentimento de protecção que também, mesmo sem se querer, também é dado. [...] Sim. E eu tenho agora combatido muito isso porque eu chegava a não sair daqui. Era aqui que eu me sentia bem”.

Em relação aos seus projectos futuros, Maura está a tratar da obtenção do Rendimento Social de Inserção. Pretende arrendar um quarto, pois não quer continuar a dormir na instituição, manter o seu trabalho na biblioteca, continuar a escrever e ingressar na universidade.

“Os meus projectos futuros continuam ligados à [instituição]. Quando o meu filho tiver possibilidades, conseguir ter um quarto lá fora [...] Estou agora a tentar o RSI. Já pedi e estou à espera. [...] Mas foi o que me disse o meu filho: ‘oh mãe, se tu conseguires isso e eu organizar a minha vida, posso-te pagar um quarto, tens comida na [instituição], com 36 contos livres, oh pá, não vives muito bem, mas’... [...] aquilo o que eu não quero é dormir aqui. [...] Mantendo-me na biblioteca, isso resolve o meu problema de alimentação, pronto, [...] e continuar a escrever que é uma coisa que eu não consigo parar de fazer. Aquilo que eu gostaria de fazer, para além disto, que ainda não perdi essa ideia, era ir para a universidade da terceira idade”.

4.2.1. Síntese das entrevistas

Concluída a apresentação da análise das entrevistas, saliento, agora as principais ideias que considero importantes reter.

A análise dos processos de aprendizagem emergentes das biografias revela que dois dos entrevistados, Tomás e Sérgio, se autonomizaram cedo da vida familiar; ambos fugiram de casa dos pais. Sérgio não tinha, tanto quanto relatou na sua entrevista, experiência anterior que suportasse o salto para o desconhecido, na sua primeira fuga para França. Tomás tinha já um conjunto de competências quando decidiu autonomizar-se.

Embora Jorge tentasse tornar-se independente da família, não foi bem-sucedido. A

insistência da mãe para que continuasse a viver com eles demoveu-o. Procurou, ainda, uma outra forma de se autonomizar, fazendo uma tentativa para ir trabalhar para Israel, acabando por perder o emprego e por se manter numa situação que lhe era incómoda. Continuar em casa dos pais e ter um trabalho menos interessante do que tinha tido na loja de tecidos.

Após o primeiro momento charneira, em que os entrevistados se confrontaram com uma escolha entre autonomização ou conformismo, a forma como as rupturas subsequentes foram vividas, parecem estar ancoradas nessa primeira experiência de autonomia. Sérgio conformou-se com a obrigação de regressar a Portugal para cumprir o serviço militar e adaptou-se às novas exigências que a guerra lhe impôs. Tomás andou sempre em fuga, entre o Casal Ventoso e outros locais, esperando que algum milagre o livrasse das drogas até se ver confrontado novamente com a necessidade de fazer uma escolha. Jorge não chegou a autonomizar-se, parecendo ficar sempre preso a um conformismo forçado. O facto de não ter sido capaz de se autonomizar no seguimento da gravidez da irmã, parece tê-lo conduzindo aos ciclos de excessos/depressão que se foram intensificando após a morte da mãe. Este foi o modo como, provavelmente, foi capaz de se adaptar aos acontecimentos vividos por si como rupturas. A primeira vez que Jorge é confrontado com a perda de habitação e escolhe ficar na rua, conseguiu adaptar-se a esse grande desafio. Foi uma “quase-adaptação”. Talvez tenha sido essa a razão por que decidiu voltar ao local onde cresceu e procurar reverter a sua situação. Da segunda vez que Jorge perdeu o abrigo, foi-lhe mais fácil adaptar-se à vida na rua, pois já tinha passado por uma experiência anterior, negativa, mas transformadora. Embora alimentasse o desejo de sair da rua, não parecia encontrar dentro de si a força suficiente para o fazer. Segundo afirma, o apoio que sentiu por parte dos voluntários ajudou-o a procurar viver doutro modo.

Tomás escolheu modificar a vida que levou durante vinte anos e estava, à data da entrevista, motivado para prosseguir com a sua escolha. Jorge, na segunda entrevista, fazia planos para viver abrigado e autónomo. Foi capaz de alcançar os seus objectivos e de assim se manter durante pouco mais de cinco anos. O desemprego parece tê-lo desestabilizado, fazendo com que acabasse por voltar para a vida na rua. Sérgio manteve-se vários anos a viver na rua, depois da entrevista. O internamento hospitalar parece tê-lo feito desejar a mudança. Tentou e, apesar de algumas dificuldades, ainda se mantém abrigado.

No Quadro 4.11 sistematizo a informação apresentada neste ponto. As dimensões analisadas nos percursos de vulnerabilidade são três: ocupação de lugares vagos; percurso de vulnerabilidade; e projectos futuros. A primeira engloba o local de pernoita, alimentação, higiene, e recursos financeiros. O segundo aspecto analisado, percurso de vulnerabilidade, compreende a duração da institucionalização ou da não institucionalização e sintetiza as razões para a sua ocorrência. Por último, na coluna dos projectos futuros, sintetizo os desejos expressos pelos entrevistados. Optei por juntar todas as entrevistas numa só tabela, apesar dos objectivos serem distintos e das circunstâncias de vida dos quinze entrevistados serem igualmente diferentes.

À data da realização da entrevista, Tomás já não se encontrava na rua, nem institucionalizado. A informação que incluí no quadro refere-se à situação em que se

encontrava na data da entrevista. Uma vez que o objectivo era conhecer a sua história de vida, a informação disponível para incluir na tabela é escassa. Apenas sei que vivia numa instituição e que aí trabalhava. Os seus projectos futuros eram viver sem consumir.

Em relação à entrevista de Jorge, optei por incluir a informação relativa ao período anterior à sua entrada na comunidade terapêutica. Na entrevista a Sérgio não o questionei sobre o seu percurso de vulnerabilidade, mas a informação que disponho, permitiu-me completar o quadro, excepto a coluna relativa à higiene e aos seus projectos futuros. Roberto não respondeu à questão relativa às razões para a institucionalização. Na entrevista a Luís, não consegui obter informação acerca do local usado para cuidar da sua higiene, tampouco, do tempo em que se encontrava em situação de sem-abrigo.

Optei por ordenar a tabela em função da ocupação dos lugares vagos, isto é, dei primazia ao local de pernoita, apresentando em primeiro lugar Tomás e Isa por se encontrarem em situações mais estáveis e autónomas, seguido dos entrevistados em centro de acolhimento e a viver em comunidades de trabalho. Os restantes entrevistados estão ordenadas alfabeticamente.

Deste modo podemos afirmar que a situação de Tomás era mais estável do que a dos restantes entrevistados. Apesar de viver no local onde trabalhava, recebia um vencimento mensal que lhe permitia viver com uma certa autonomia. Isa vivia num quarto alugado, contudo, os seus recursos não lhe permitiam prescindir de apoio financeiro institucional. Há seis anos que estava nessa situação de dependência. Utilizava o centro de apoio social apenas para tomar as refeições e ocupar algum do seu tempo livre. Os lugares ocupados por estes dois entrevistados parecem mais confortáveis e estáveis do que o dos restantes, no entanto, ambos são dependentes, o primeiro habita no sítio onde trabalha, Isa necessita de apoio institucional para sobreviver e se alimentar. Ambos vivem numa situação relativamente precária. Se por qualquer razão Tomás pretendesse mudar de emprego, perderia o direito ao local de pernoita? Os apoios de Isa poderão falhar? Poderá ficar excluída dos critérios para beneficiar de apoio financeiro?

Os entrevistados que se encontram a viver em centros de acolhimento têm aí garantidas as necessidades básicas para a sua sobrevivência, no entanto não dispõem de qualquer recurso financeiro. Os que se encontram nas comunidades de trabalho têm aí assegurada toda a sua subsistência. A duração da institucionalização destes entrevistados varia entre os 3 meses e os 9 anos, traduzível numa média de 3 anos. Dos oito indivíduos a viver em instituições, três referem que as razões para a sua institucionalização se devem à falta de recursos, de habitação e do seu estado de saúde, depressão. Alfredo e Romeu entraram na comunidade de trabalho, vindos de outras instituições. Leonardo não se adaptou à vida fora da prisão e de não-trafficante, razão que o levou a integrar a instituição. David apresentou como razão para a institucionalização a falta de recursos financeiros, embora não o tenha explicitado, tudo indica que perdeu a habitação. Dos oito entrevistados a viver institucionalizados, apenas um afirma querer continuar a viver nesta situação, “viver um dia de cada vez”. Dois deles referem o medo de saírem da instituição, um sente que necessita de

aumentar a sua autoconfiança, o outro quer deixar de adiar o projecto de sair da instituição. Os restantes cinco estão a procurar soluções para se autonomizarem.

Em relação aos cinco entrevistados com um vínculo fraco a instituições de apoio social, os seus locais de pernoita são semelhantes, excepto no caso de António, que aparentemente vive com maior autonomia e segurança por estar alojado numa casa abandonada. É também António que afirma ser no Inverno que a sua sobrevivência fica mais fragilizada. Todos eles se alimentam recorrendo a apoios institucionais ou dum modo autónomo, possivelmente, dependendo dos seus recursos financeiros. Dois utilizavam os balneários públicos, João usava a casa de um amigo e o modo como Luís e Sérgio solucionavam a questão da higiene não ficou claro. Em relação aos recursos financeiros, António e Jorge são os que dispunham de uma maior variedade de fontes de rendimento. O ofício de arrumador parece ser insuficiente para a manutenção da sobrevivência, excepto no caso de Luís que apenas referiu esta actividade. João permutava serviços a dois restaurantes próximos do local onde vivia, por refeições. Sérgio mendigava para colmatar as suas necessidades financeiras.

A duração dos percursos de vulnerabilidade de quatro dos entrevistados é longa, entre os 3 e os 10 anos. A situação de Luís não ficou clara. Para João, viver na rua tornou-se um hábito, afirma que gosta de ali estar, no entanto aguardava com uma certa esperança a possibilidade de poder viver num quarto. António perdeu a sua fonte de rendimento estável, razão que o levou a ocupar, por duas vezes, casas abandonadas. Os restantes entrevistados perderam a sua habitação. Sérgio viu-se impossibilitado de trabalhar devido a um acidente. Luís também perdeu a habitação, mas as razões não foram explicitadas, aparentemente desde a sua ida a Fátima, não voltou a ter um local estável para viver. As razões que levaram Jorge a perder o quarto alugado são por ele esclarecidas, devem-se ao consumo excessivo de álcool. Os motivos de João não são claros, apenas se habituou a essa situação. Quatro pessoas deste grupo de entrevistados pretendem sair da rua, não para um centro de acolhimento mas para um local onde possam manter a sua autonomia.

Nome	Ocupação de lugares vagos				Percurso de vulnerabilidade		Projectos futuros
	Local de pernoita	Alimentação	Higiene	Recursos financeiros	Duração da (não)institucionalização	Razões para a (não)institucionalização	
Tomás	Instituição	---	---	Assalariado	---	---	Viver sem consumir
Isa	Quarto subsidiado	Centro de apoio social	Quarto subsidiado	Fundo de desemprego e apoio social	6 anos (apoio social)	Recursos financeiros	RVCC; Universidade; viver no Brasil
Fred	Centro de acolhimento			---	5 meses	Sem habitação; sem recursos; depressão	Documentação; trabalho; e habitação
Maura	Centro de acolhimento			---	2 anos e meio	Sem habitação; sem recursos; depressão	RSI; quarto; trabalho biblioteca; escrever; Universidade da Terceira Idade
Afonso	Comunidade de trabalho				4 anos e meio	Sem habitação; sem recursos; depressão	Sair da instituição; comunidade de trabalho estrangeiro
Alfredo	Comunidade de trabalho				3 anos	Saída de comunidade de trabalho	Aumentar auto-confiança; perder o medo; sair da instituição
David	Comunidade de trabalho				3 meses	Recursos financeiros	Sair da instituição; montar um negócio
Leonardo	Comunidade de trabalho				4 anos	Indaptação à vida fora da prisão	Casar com namorada
Roberto	Comunidade de trabalho				9 anos	---	Viver um dia de cada vez
Romeu	Comunidade de trabalho				1 ano e meio	Saída de instituição	Não adiar os projectos
António	Casa abandonada	Autónoma no Verão; apoio no Inverno	Casa ou balneários públicos	Gandaia; entrega gás; apanha de caracol	10 anos	Sem trabalho	Ter um quarto; trabalho
João	Entrada edifício	Apoios institucionais e particulares	Apoio amigo	Serviços restaurantes e arrumador	8 anos	Hábito e gosto	RSI; quarto; serviços restaurante
Jorge	Jardim/entrada edifício	Autónoma e apoios particulares	Balneários	Gandaia; jornais; marcação de lugares	3 anos	Sem habitação	Sair da rua
Luís	Atrio Multibanco	Apoio institucional e outros	---	Arrumador	---	Sem habitação	Ter casa
Sérgio	Entrada edifício	Autónoma	---	Arrumador e mendigo	> 3 anos	Acidente de trabalho; sem habitação	---

Quadro 4.11. Síntese das entrevistas: percursos de vulnerabilidade e ocupação de lugares vagos

4.3. Considerações finais

Ao longo deste capítulo procurei dar conta da realidade social estudada. Os métodos utilizados, observação e entrevista, permitiram obter uma visão multifacetada desta realidade, e foi em função deles que estruturei a narração: a observação das situações de rua alimentou o texto relativo aos cenários e actores; as entrevistas serviram de base à análise das biografias e dos percursos de vulnerabilidade. Descrevi dois tipos de cenários: os de encontro dos voluntários com as pessoas em situação de sem-abrigo e os locais de pernoita. Enquanto os primeiros são espaços conviviais, de solidariedade, de tensões ou de disputa, os últimos são o suporte estruturador do quotidiano destas pessoas.

As vinte e quatro pessoas aqui apresentadas não são de forma alguma representativas do universo de indivíduos em situação de sem-abrigo, o qual, como se sabe, é difícil de determinar. As que aqui são dadas a conhecer, com maior ou menor detalhe, encontravam-se em diferentes situações: dez dormiam na rua; três ocupavam casas abandonadas; uma dormia no interior de um edifício público; seis residiam em comunidades de trabalho; duas em centros de acolhimento; uma num quarto alugado e subsidiado; e outra, que tendo saído da situação de sem-abrigo, residia na instituição onde tinha terminado o seu processo terapêutico. A variedade das situações das pessoas presentes nesta narrativa demonstram, desde logo, como o conceito sem-abrigo é redutor e simplificador quando utilizado na classificação de uma pessoa que perdeu o acesso à habitação e a uma fonte de rendimento estável.

A utilização do conceito de lugar vago exige alguma reflexão. Se a metáfora parece ajustar-se, sem grandes dificuldades, à situação das pessoas que vivem na rua, em casas abandonadas ou edifícios públicos, poderá também ser utilizada para caracterizar o habitat das pessoas a viver em comunidades de trabalho, centros de alojamento temporário ou em habitação apoiada? Em que medida estes sistemas de vida diferem dos lugares convencionais utilizados pelas pessoas com-abrigo?

A principal diferença entre um lugar vago e um lugar convencional, prende-se com o facto de, aquele ser caracterizado pela incerteza, pela necessidade duma preocupação e cuidados constantes, ou pela aceitação de regras que não sendo cumpridas, põem em causa a sobrevivência da pessoa, ao contrário do lugar convencional. Assegurar o local de pernoita, e todos os meios de sobrevivência que lhe estão associados, numa base diária, consome um tempo e uma energia consideráveis. Se nos detivermos apenas no local de pernoita, as diferenças entre estes dois tipos de lugares são inúmeras: a exposição pública ou a falta de privacidade; a insegurança quotidiana ou a convivência forçada; a preocupação diária pela preservação do lugar ou a aceitação das regras que regem a instituição; a manutenção constante pela salvaguarda duma certa dignidade e autonomia; a obrigação de aceitar regras por vezes arbitrárias.

O mesmo se passa em relação à alimentação. As pessoas que ocupam lugares vagos precisam de assegurar diariamente que vão poder alimentar-se; mesmo que tenham essa preocupação resolvida, como as pessoas que estão a residir em centros de

alojamento temporário, em comunidades de trabalho, ou as que utilizam os centros de apoio social, são forçadas a comer o que lhes é servido, a conviver e a partilhar o espaço de refeição com outras pessoas que, eventualmente, as incomodam ou causam repulsa. Creio que estes dois exemplos legitimam a utilização da metáfora dos lugares vagos para descrever a situação em que todas as pessoas aqui referidas viviam.

Parece-me evidente que o seu quotidiano é marcado pela incerteza, a conquistar diariamente, ou pela necessidade de reprimir os seus desejos, preferências, gostos e também pela necessidade de acatar punições e arbitrariedades, sob o risco de perder o acesso aos meios de subsistência.

O local de pernoita das pessoas apresentadas neste estudo, as que viviam na rua ou em casas abandonadas, não é um lugar indiscriminado que estas encontram para se deitar e descansar. Pelo contrário, ele é o elemento estruturador do seu quotidiano. Dispondo de recursos financeiros escassos, a mobilidade das pessoas em situação de sem-abrigo é reduzida, razão pela qual procuram organizar todos os aspectos do seu quotidiano em função de um lugar, evitando deslocações desnecessárias. É a partir do seu local de pernoita que acedem aos seus meios de subsistência, aí estabelecem relações com outros moradores da cidade, aí se organizam para se alimentar e cuidar da sua higiene.

As pessoas a viver em comunidades de trabalho têm aí todas as suas necessidades de sobrevivência garantidas, contudo, estão sujeitas às arbitrariedades dos corpos gerentes e ao poder das equipas técnicas. Os centros de alojamento temporário asseguram o local de pernoita, a alimentação e higiene, ficando os recursos financeiros por conta de cada um dos residentes. A preservação dos seus espaços pessoais de privacidade tende a ser reprimida.

Em relação aos percursos de vulnerabilidade, a perda da habitação e de recursos financeiros estáveis foram as razões apresentadas por treze pessoas. Para três delas, este motivo está associado a episódios de depressão ou acidentes de trabalho que tanto podem ser uma causa como uma consequência da perda de habitação e de recursos financeiros. Três entrevistados apresentaram como justificação para a sua institucionalização, a saída de outras instituições: comunidades terapêuticas ou de trabalho e prisão. Um entrevistado abandonou a casa de família, e um outro afirmou que se tinha habituado a viver na rua. Ficaram por conhecer as razões que conduziram seis pessoas à situação de sem-abrigo.

Este estudo revela ainda a existência de dois tipos de percursos de vulnerabilidade: o das pessoas que, perdendo a habitação e o acesso a recursos financeiros estáveis, se adaptaram a dormir na rua ou em casas abandonadas; e o das pessoas que residem em centros de acolhimento ou em comunidades de trabalho e que nunca passaram pela experiência de dormir na rua. Para além desta distinção, parece existir uma linha divisória entre os percursos de vulnerabilidade destas pessoas: as que estão nos centros de alojamento ou comunidades de trabalho preferem submeter-se às regras das instituições a dormirem na rua; as que dormem na rua recusam perder a sua liberdade a aceitar as regras impostas pelas instituições. Apesar desta grande distinção, a maioria dos participantes deste estudo deseja viver num lugar seguro e

independente onde possa ver salvaguardados os seus direitos de privacidade, de autonomia e de preservação da sua identidade.

Para além destas considerações, emergentes das dimensões analisadas, os relatos dos participantes deste estudo contêm outra informação que vale a pena salientar. A decisão de sair da rua ou duma instituição é arriscada, um salto para o desconhecido, sendo por vezes necessário aguardar pelo momento certo. Paradoxalmente, viver na rua pode também ser um vício. Os apoios institucionais parecem ser mais eficazes quando se trata de institucionalizar pessoas com consumos de álcool ou de estupefacientes. As pessoas que pretendiam sair da rua e não apresentavam consumos problemáticos, não conseguiram encontrar uma solução institucional para os seus problemas. Por outro lado, para quem está numa comunidade de trabalho, sair da instituição é também assustador. A crise, o desemprego e o medo fazem adiar as decisões de algumas pessoas que gostariam de sair mas que se sentem demasiado inseguras para dar esse passo. O período de tempo que separa a tomada de decisão de sair da rua e a admissão numa instituição pode ser vivido com grande ansiedade. As pessoas nessa situação parecem necessitar de um apoio acrescido. Os participantes que conseguiram sair da rua tiveram o apoio de voluntários, das equipas de rua das instituições, de moradores e de outras pessoas em situação de sem-abrigo.

Viver em situação de sem-abrigo não implica necessariamente viver sem afecto, ao contrário de algumas representações sociais difundidas pelos *média*, e apresentadas no capítulo II. Alguns participantes referem o companheirismo de pessoas que partilham a mesma situação, os apoios dos familiares, as ajudas dos amigos e conhecidos, e o prazer do contacto com animais de estimação.

O poder dos profissionais e dos gestores das instituições sobre as pessoas em situação vulnerável é também referido: a imposição de castigos ou medidas; a expulsão; a recusa em fornecer alimentação sem o aval do técnico do serviço social; a obrigação de deixar a roupa usada quando se utiliza um balneário; os limites à liberdade; os horários de entrada e saída dos centros de alojamento; a obrigatoriedade de tomar banho e vestir pijama; a injustiça na aplicação de castigos; a obrigação de partilhar sentimentos íntimos com o corpo técnico e os restantes residentes; e a obrigatoriedade de fazer análises para comprovar eventuais consumos.

O financiamento das instituições e a obrigatoriedade da pessoa participar no pagamento do seu internamento foi também referido por dois participantes neste estudo. Não foi possível aprofundar esta questão. Fica igualmente em aberto o modo como estão organizados os programas de inserção nas instituições onde alguns participantes foram admitidos.

Por último, refiro o papel dos voluntários no apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. As circunstâncias relatadas no texto ilustram como a relação que se estabelece entre as pessoas carenciadas e os voluntários é necessária e muitas vezes gratificante para ambas as partes. No entanto, os limites do papel dos voluntários e as fronteiras entre este trabalho e o dos profissionais da área social não são claros. O poder dos profissionais sobre as pessoas em situação vulnerável parece querer impor-se, por vezes, também aos voluntários. A clarificação dos papéis entre uns e outros poderia ser útil para a optimização de esforços. Na verdade, ambos trabalham para o mesmo

objectivo - o de apoiar a pessoa em situação de sem-abrigo.

Conclusões

Concluída a exposição da investigação realizada e a apresentação dos resultados parcelares de cada um dos capítulos, pretende-se, neste último ponto, salientar as ideias chave deste estudo; delinear recomendações para os profissionais que se ocupam da concepção das políticas e respostas sociais, assim como para os práticos no terreno; sugerir áreas para aprofundar em futuras investigações; e, evidentemente, responder às quatro questões orientadoras da pesquisa. Identifico ainda um conjunto de questões que foram sendo formuladas ao longo da dissertação e que ficaram em aberto. Por último, refiro o meu posicionamento face ao estudo que agora concluo.

Iniciei esta dissertação assinalando os seis momentos da investigação, descrevendo os impasses, reflexões e decisões que foram sendo tomadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Identifiquei os contributos teóricos mobilizados para a construção do objecto de estudo, assim como a estratégia metodológica. Trata-se de um estudo etnográfico que procurou compreender quais as circunstâncias que conduziam as pessoas a procurarem abrigo na rua, em casas abandonadas ou em centros de alojamento temporário; como se organizavam para sobreviver nesses locais; e como as instituições sociais e o poder central e local actuam para apoiar essas pessoas.

O reconhecimento da existência de grupos de indivíduos que escapam à norma e carecem de um apoio específico para sobreviver, mobiliza, por parte do Estado e da sociedade civil, um conjunto de organizações, serviços, procedimentos e técnicos com a responsabilidade de classificar, diagnosticar, avaliar, encaminhar, apoiar e cuidar dessas pessoas. No entanto, apesar dos esforços e recursos despendidos, muitas delas mantêm-se nessa condição enquanto outras conseguem reverter a situação de vulnerabilidade extrema. Para compreender esta dissonância seria fundamental aprofundar o conhecimento acerca das razões que conduzem os indivíduos à situação de sem-abrigo, como se adaptam a essa nova condição e como procedem para a inverter. Para além disso seria igualmente necessário analisar o sistema social, os tipos de respostas e serviços existentes, a configuração do sistema e como os profissionais actuam no terreno. Finalmente, seria também relevante sistematizar o conhecimento produzido pelos investigadores portugueses acerca do fenómeno sem-abrigo, assim como as representações veiculadas pelos média e pelas artes. Foram estes os objectivos definidos e que deram corpo à pesquisa aqui apresentada.

A revisão da literatura científica produzida em Portugal a partir dos anos 1990 e até

2008 permitiu sistematizar um conjunto de conhecimentos acerca dos estudos realizados sobre o fenómeno e o indivíduo em situação de sem-abrigo. Todos eles abordavam uma ou mais dimensões do problema: a pessoa a viver na situação de sem-abrigo; as instituições; e a sociedade. O papel do Estado no cuidado destes indivíduos foi também tratado por vários investigadores, sobretudo pelos que construíram o objecto de estudo em torno do fenómeno sem-abrigo.

A síntese da literatura científica permitiu obter uma visão abrangente do modo como os investigadores estudaram este tema, das metodologias utilizadas e dos principais resultados obtidos nas diferentes pesquisas. Procurei sistematizar e sintetizar esse conhecimento no quadro 2.12, do capítulo II desta dissertação. Os investigadores que se debruçaram sobre este tema provêm de diferentes áreas disciplinares, contudo, os contributos da sociologia, saúde, psicologia e antropologia são os que mais investigações produziram sobre esta problemática. No seu conjunto, estas pesquisas fornecem um conhecimento alargado sobre o fenómeno e as pessoas em situação de sem-abrigo. Os temas investigados são variados. Algumas pesquisas visavam caracterizar a população sob diferentes aspectos: sócio demográficos; psicossociais; trajectórias de vida; situação de sem-abrigo; e representações dos próprios acerca de várias questões, como as da sua condição ou dos serviços sociais disponíveis. Outras centraram-se no estudo das representações sociais face às pessoas em situação de sem-abrigo e da prevalência de sem-abrigo. Finalmente, um outro conjunto de pesquisas focou-se no estudo das instituições e das respostas sociais, evidenciando as incongruências do sistema ou as representações dos profissionais face às pessoas em situação de sem-abrigo. As recomendações sobre futuras investigações sugerem, de um modo geral, três vertentes: o desenvolvimento de estudos longitudinais; o aprofundamento do conhecimento acerca das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo; e a prevalência de sem-abrigo. Os diferentes contextos socioeconómicos têm influência na opinião pública, assim como repercussões na tolerância ou repressão face às pessoas em situação de sem-abrigo.

As representações veiculadas pela imprensa portuguesa, publicada entre 2005 e 2009, em relação às pessoas e ao fenómeno sem-abrigo foram também sistematizadas e analisadas. Os resultados apontam para um aumento gradual da publicação de notícias sobre a questão sem-abrigo, em Portugal, e noutros países desenvolvidos. As instituições sociais que trabalham nesta área contribuem com uma elevada percentagem das notícias publicadas, dando a conhecer o papel que desenvolvem junto das pessoas em situação de sem-abrigo, as actividades que promovem e, também, enquanto informantes privilegiados acerca desta problemática. Grande parte das notícias transmite representações estereotipadas acerca das características psicossociais das pessoas nesta situação, enfatizando o seu isolamento, baixa escolaridade, consumos de substâncias psicoactivas, doença mental e a recusa em aceitar apoio por parte das instituições. Regra geral a pessoa em situação de sem-abrigo é notícia quando é encontrada morta num local público ou num prédio devoluto, ou na sequência de um acidente. A ocupação indevida dos espaços públicos e privados por pessoas em situação de sem-abrigo alimenta uma parte significativa das notícias acerca do tema. Apesar das representações negativas acerca das pessoas a viver na situação, destacam-se algumas peças jornalísticas que procuram contribuir

com outro tipo de informação, esclarecendo os seus modos de sobrevivência, evidenciando as dificuldades que enfrentam no seu quotidiano, descrevendo os locais de pernoita ou centrando-se nas suas histórias de vida.

A produção artística sobre as pessoas em situação de sem-abrigo foi também analisada, incidindo especificamente no trabalho de Rui Simões, “Ruas da Amargura”. Neste filme, o realizador apresenta, sem artifícios, um conjunto de pessoas a viver em Lisboa na situação de sem-abrigo, acompanhando-as com a sua câmara em diversas situações do seu quotidiano. Esta análise evidencia, não só o poder disseminador das artes, neste caso do cinema, mas as ligações interessantes que se podem estabelecer entre a arte e a sociedade, concretamente, na exposição e divulgação de realidades sociais menos conhecidas.

No terceiro capítulo procurei evidenciar como o sistema social vocacionado para as pessoas em situação de sem-abrigo está concebido, tanto em termos centrais, através da regulamentação das respostas sociais, como locais. Partiu-se da análise da documentação produzida no âmbito da rede social de Lisboa adoptando a caracterização das respostas sociais proposta pelo grupo que a desenvolveu. O sistema social dedicado ao cuidado e apoio de pessoas em situação de sem-abrigo é gerido, em Lisboa, por três instituições: a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; a Câmara Municipal de Lisboa; e o Instituto de Segurança Social. O Instituto da Droga e da Toxicodependência assume, igualmente, uma parte das responsabilidades no cuidado às pessoas em situação de sem-abrigo, focando os seus esforços na manutenção de respostas para os indivíduos assinalados como toxicodependentes ou alcoólicos. Apresentam-se dois modelos de intervenção social: um, organizado por níveis de intervenção, sugerido por Menezes, 2008; e um outro, aqui proposto, concebido em função da formalização e intensidade do vínculo institucional que se estabelece entre as pessoas em situação de sem-abrigo e os profissionais da área social. Os diversos tipos de respostas sociais, regulamentadas e não-regulamentadas, foram analisados em função de duas dimensões desse acordo: formalização e intensidade. A formalização de um vínculo institucional serve de “salvo-conduto” para o acesso aos vários serviços de apoio social. As relações entre os profissionais das Equipas de Rua e os indivíduos em situação de sem-abrigo estão isentas da celebração de um acordo entre as partes.

Realizaram-se entrevistas a um conjunto de gestores e técnicos que trabalhavam em diversos tipos de organizações sociais. Apresentaram-se os aspectos relevantes, por eles referidos: as actividades desenvolvidas nas instituições; os desafios profissionais; a formação para o exercício da profissão; e, ainda, as suas representações acerca das suas práticas, das pessoas para quem trabalham e sobre a organização do sistema social. Os discursos dos profissionais a trabalhar nas Equipas de Rua foram tratados separadamente, pois estes desenvolvem a sua acção sem a necessidade do estabelecimento de vínculos formais com os indivíduos a quem prestam apoio. Foram identificadas e assinaladas distinções entre os dois grupos de entrevistados, quer nas suas práticas, quer nas representações acerca das pessoas para quem trabalham. Enquanto os profissionais que desenvolvem a sua acção no interior das organizações sociais tendem a expressar representações menos positivas acerca das pessoas em

situação de sem-abrigo, os profissionais das equipas de rua exprimem outras representações sem esse pendor negativo. Estes evidenciam, ainda, um conhecimento da organização do sistema social numa perspectiva mais abrangente e detêm percepções menos idealistas acerca da “reinserção” das pessoas em situação de sem-abrigo. Esta noção será examinada com mais detalhe adiante neste texto.

Relativamente à concepção do sistema social e das organizações que se ocupam dos indivíduos em situação de sem-abrigo, e com base na apresentação dos resultados da análise aqui desenvolvida, compreende-se que este sistema está concebido numa perspectiva *top-down*, ou seja, as respostas sociais existentes foram analisadas e regulamentadas pelos decisores. Embora o sistema, encarado nesta perspectiva, preveja um conjunto de serviços que satisfazem as necessidades básicas das pessoas em situação de sem-abrigo, de facto, a realidade é bem distinta e muitas pessoas permanecem à margem do sistema. Os serviços e facilidades disponíveis não garantem satisfatoriamente as necessidades dos indivíduos a viver em condições de vulnerabilidade extrema ou exigem uma aceitação formal de apoio social por parte da pessoa nessa situação.

No quarto capítulo desta dissertação apresenta-se o trabalho de campo efectuado em dois momentos distintos e recorrendo a dois tipos de metodologias de recolha de dados: um primeiro, de carácter etnográfico, que cobre um período considerável de tempo, entre 2004 e 2010, em que se privilegiou a observação participante e a realização de entrevistas biográficas; e um segundo momento, no qual se realizaram entrevistas temáticas a um conjunto de indivíduos em situação de sem-abrigo. Procurava-se conhecer os percursos de vulnerabilidade, os modos de sobrevivência e o tipo de vínculo que os ligava às instituições da área social.

Em relação à pesquisa etnográfica, baseada nos registos do diário de campo, foram descritos diversos cenários onde as pessoas em situação de sem-abrigo se encontram para conviver, pernoitar ou aguardar as carrinhas com distribuição de alimentos. Esses locais são pontos de encontro entre pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, voluntários e moradores da zona. Alguns deles são simultaneamente locais de pernoita ou situam-se nas proximidades desses espaços. Foram descritos vários desses locais. São espaços improvisados que garantem aos seus ocupantes uma certa segurança e protecção. Uma parte das pessoas apresentadas organiza o seu quotidiano em função do local de pernoita. A escolha dos locais não é feita ao acaso, pelo contrário. As pessoas que pernoitam isoladas tendem a ocupar espaços onde organizam a sua vida diária e que servem, simultaneamente, de fonte de rendimento, pedindo, arrumando carros ou fazendo permutas de serviços por alimentos ou outros bens. As pessoas que pernoitam em pequenos grupos tendem a utilizar esses espaços urbanos de um modo um pouco distinto. Dormir acompanhado garante uma protecção suplementar, permite rentabilizar recursos e também a partilha de alimentos e de afectos. Nestes casos parece haver uma maior mobilidade das pessoas e os modos de subsistência podem realizar-se noutros pontos da cidade mais afastados do local de pernoita.

Foram apresentadas, com diferente grau de detalhe, diversas pessoas que viviam na rua, em edifícios públicos ou casas abandonadas. Estes relatos pretendem evidenciar

as circunstâncias de vida dessas pessoas, fragmentos das suas biografias ou episódios que sucederam durante o meu contacto com o terreno da pesquisa. Foi com base nestas observações que se tornou perceptível a ligação que as pessoas estabelecem aos espaços onde circulam e como o local de pernoita assume uma importância vital para muitas das pessoas que vivem sem um vínculo formal a uma instituição, ou seja, um pouco à margem dos serviços sociais disponíveis.

A síntese da pesquisa etnográfica foi organizada em função de três dimensões: a ocupação de lugares vagos; o percurso de vulnerabilidade; e os projectos futuros. A informação acerca das nove pessoas aqui apresentadas, embora parcelar, proporciona uma perspectiva temporal distinta da que se obtém por entrevista. Sete foram apoiadas por voluntários e algumas delas por profissionais das equipas de rua. Das duas com quem estabeleci um contacto menos intenso, uma faleceu e a outra mudou-se para um novo local. A primeira foi a única deste grupo que não manifestava o desejo de sair da rua ou de mudar de vida, as oito restantes pretendiam uma vida diferente: ter um abrigo convencional e meios de subsistência que garantissem uma certa autonomia. Quatro indivíduos conseguiram alterar a sua condição, sendo que todos eles consumiam álcool ou estupefacientes. As pessoas sem hábitos de consumo considerados excessivos pelos profissionais não conseguiram o apoio dos serviços necessário para alterar a sua condição. Tudo indica que o apoio de voluntários, dos profissionais das equipas de rua ou de outros cidadãos com disponibilidade para se dedicarem às pessoas a viver em situação de sem-abrigo é essencial para reforçar a decisão de mudança. Paradoxalmente, as pessoas adaptam-se à situação em que se encontram, alcançando um certo equilíbrio e estabilidade e a mudança parece difícil de se alcançar sem o suporte e dedicação de terceiros. Na ausência de uma perspectiva suficientemente segura sobre as novas condições de sobrevivência, as mudanças são encaradas com desconfiança e receio.

As biografias e percursos de vulnerabilidade de um conjunto de quinze entrevistados foram apresentados separadamente. Realizaram-se entrevistas biográficas a três indivíduos e treze entrevistas temáticas. Nas primeiras, pretendia-se conhecer as circunstâncias que os tinham levado a viver em situação de sem-abrigo. A análise das três histórias de vida permitiu evidenciar como os momentos charneira ou rupturas são transformadores, forçando os indivíduos a adaptarem-se a novas situações, a realizar novas aprendizagens e adquirir novas competências. As três biografias apresentadas são muito distintas e as razões que conduziram estes entrevistados à situação de sem-abrigo têm poucos pontos comuns, contudo, todos eles conseguiram reverter a sua situação. Até à data da escrita desta dissertação, apenas um deles voltou à condição de sem-abrigo após um período de pouco mais de cinco anos em que trabalhou e partilhou um apartamento com um companheiro. O desemprego parece ter despoletado o regresso à vida na rua.

Embora este estudo esteja circunscrito às vivências de um conjunto de vinte e quatro pessoas, sobressai, desde logo, a diversidade de situações de cada um dos participantes. As razões para a perda de habitação e de recursos são distintas, no entanto, todos eles chegaram a uma situação em que tiveram de encontrar uma outra forma de sobreviver, seja na rua ou numa casa abandonada, seja num centro de

alojamento temporário ou numa comunidade de trabalho. O consumo de estupefacientes parece precipitar a situação de sem-abrigo; a opção pelo afastamento da família foi a razão assinalada pelos participantes que apresentavam estes hábitos de consumo. Os problemas de saúde incapacitantes, como acidentes ou depressões, foram também referidos como razões para a perda de habitação. As outras razões apontam para a ausência prolongada de recursos financeiros estáveis, associados à perda de trabalho, que impossibilitam a manutenção de uma habitação ou de um quarto.

Comparando os percursos de vulnerabilidade dos vinte e quatro participantes deste estudo parece evidente a existência de dois tipos de alternativas. Perante situações de extrema vulnerabilidade – perda de habitação e de recursos financeiros estáveis –, as pessoas tendem a ocupar dois tipos de lugares vagos: a rua ou casas abandonadas; e os centros de acolhimento ou comunidades de trabalho. As estratégias de sobrevivência e de adaptação desenvolvidas pelas pessoas que optam por um ou outro tipo de lugar vago são distintas. Enquanto as que se socializam na rua ou em locais abandonados sobrevivem mantendo vínculos de fraca intensidade com as estruturas sociais de apoio, as que recorrem aos serviços sociais adaptam-se a novos modos de existência comunitária, procurando, contudo, manter a independência e autonomia possíveis. Regra geral, estes dois tipos de percursos são mutuamente exclusivos, isto é, as pessoas que se socializam na rua raramente aceitam ingressar num centro de acolhimento temporário. De igual modo as que se socializam em centros de acolhimento ou comunidades, raramente passaram pela experiência de sobreviver na rua, recusando essa alternativa. A permanência na situação de sem-abrigo é comum aos dois percursos, podendo atingir períodos superiores a nove anos.

Este estudo permite ainda retirar alguma informação que poderá ser útil para os profissionais que actuam nesta área. Parece evidente que a situação de sem-abrigo é difícil de prever e está relacionada, na maior parte dos casos apresentados, com a perda de recursos financeiros estáveis e de alojamento. Quando estes falham, os indivíduos tendem a procurar uma de duas alternativas: recorrem aos serviços sociais de apoio e integram-se num alojamento temporário ou procuram abrigo sem recorrerem aos serviços sociais. A socialização nestes dois tipos de situações é distinta. As pessoas que solicitam e aceitam o apoio social ou se integram em comunidades de trabalho adaptam-se às novas regras de vida em comum, abdicando duma parte considerável da sua autonomia e privacidade. As segundas, que procuram abrigo na rua ou locais abandonados, são socializadas por outras pessoas a viverem nessa condição, aprendem a contar consigo próprias, aproveitam os ensinamentos dos companheiros da rua e gozam de uma certa liberdade de acção. Uma vez consolidada a adaptação às novas condições de sobrevivência, a mudança torna-se mais difícil. Alterar a situação implica um esforço muitas vezes impossível de concretizar sem o apoio de terceiros. Julgo importante salientar que algumas mudanças de situação de sem-abrigo parecerem estar relacionadas com estadias mais ou menos prolongadas em instituições hospitalares. Outras pessoas presentes neste estudo alteraram a sua condição quando sentiram apoio e confiança, quer nos voluntários, quer nos profissionais das equipas de rua. Ambos criam relações de proximidade e de confiança com as pessoas que vivem na rua ou em casas

abandonadas. O vínculo que se estabelece entre eles não é formal mas sim relacional e afectivo. As pessoas a viver em centros de alojamento temporário ou comunidades de trabalho, apesar de apoiadas nas suas necessidades básicas, exprimem, na sua maioria, o desejo de viverem autonomamente, contudo, concretizar esse desejo depende de recursos financeiros, conseguidos através de trabalho estável ou de subsídios sociais. Saliento ainda a necessidade de se conjugarem esforços entre profissionais, não só entre aqueles que actuam na área social, mas também os da área da saúde, e voluntários. Uma aproximação e complementaridade entre todos os que contactam directamente com pessoas em situação de sem-abrigo melhorarão, certamente, as possibilidades de alterar a situação destes indivíduos. Por último, importa salientar que a condição de sem-abrigo não se limita a um episódio pontual na existência do indivíduo. As recaídas sucedem mas estas, sim, são possíveis de prever e prevenir.

Apresentados os principais resultados desta pesquisa, julgo ainda importante sugerir algumas questões a aprofundar em futuras investigações. As noções de inserção ou de reinserção das pessoas em situação de sem-abrigo estão na base da concepção do sistema social de apoio a estes indivíduos. O estudo dos programas de reinserção praticados nas várias organizações sociais seria, na minha opinião, útil para informar o sistema e, eventualmente promover um debate e reflexão alargados sobre estes conceitos. Uma outra área que me parece pertinente conhecer, e uma vez que esta pesquisa aponta para a existência de dois tipos de socialização das pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, está relacionada com o conhecimento acerca das saídas dos centros de alojamento temporário ou das comunidades de trabalho. As pessoas que neste estudo alteraram a sua situação de sem-abrigo viviam na rua ou em casas abandonadas. Compreender as motivações para alterar a situação de vida num local apoiado pelos serviços sociais poderá fornecer informação pertinente para a organização destes serviços.

Esta pesquisa foi desenvolvida com a intenção de responder à questão inicial e às três interrogações subsequentes. O texto que agora se conclui procurou responder a essas questões.

Por que razões algumas pessoas sem-abrigo saem da rua, enquanto outras nela permanecem? Viver na rua, numa casa abandonada ou num centro de alojamento temporário implica um conjunto de adaptações e de mudanças que permitam garantir a sobrevivência, ainda que precária e sujeita a inúmeras dificuldades. Este estudo revela que as pessoas se adaptam a essa nova condição, pois as alternativas disponíveis para quem se encontra numa situação de vulnerabilidade extrema são escassas. As mudanças são encaradas com receio e desconfiança. As pessoas que saíram da situação de sem-abrigo apresentadas neste estudo foram apoiadas por um conjunto de profissionais e de voluntários, todas elas tinham hábitos de consumo de substâncias psicoactivas e encontraram alternativas institucionais para alterarem essa situação. Os restantes indivíduos que contribuíram para este estudo procuravam uma outra solução para os seus problemas de ausência de habitação e de recursos financeiros. As respostas sociais existentes, os centros de alojamento temporário, não eram suficientemente atractivas para arriscar a mudança. Apenas duas pessoas

manifestaram o desejo de permanecer na situação em que se encontravam: uma delas pernoitava na entrada de um edifício e faleceu durante a realização deste estudo; outra vivia há nove anos numa comunidade de trabalho e aí pretendia manter-se. Os restantes vinte e dois participantes da pesquisa gostariam de alterar as suas condições de vida e aguardavam uma oportunidade ou a coragem necessária para o fazer.

Como as pessoas em situação de sem-abrigo sobrevivem à sua condição? As pessoas em situação de sem-abrigo desenvolvem um conjunto de estratégias que lhes permite sobreviver, ocupam lugares vagos e aí aprendem novas regras e formas de subsistência. As fontes de rendimento são escassas e precárias: arrumar carros; pedir esmola; andar à gandaia; actividades sazonais; roubar; ou permutar serviços por outros bens. Para além das estratégias que aprendem a desenvolver, a cidade dispõe de um conjunto de serviços gratuitos para apoiar as pessoas nesta condição: as carrinhas que distribuem alimentos e roupas; os refeitórios; os balneários; as lavandarias; as unidades móveis de saúde; e os ateliers ocupacionais. As diferentes estratégias desenvolvidas por cada um e as que são disponibilizadas pelas instituições particulares ou estatais permitem que a pessoa se mantenha viva da melhor forma que é capaz, fazendo uso dos recursos existentes, ou criando alternativas para subsistir.

Como o sistema social se organiza e se relaciona com as pessoas em situação de sem-abrigo? A concepção do sistema social assenta no pressuposto de que quem vive na rua está desinserido socialmente e perdeu capacidades e competências que lhe permitam inserir-se na sociedade, idealmente, através de um trabalho remunerado. Neste sentido, o sistema regula e financia diversos tipos de serviços que visam apoiar e garantir as necessidades básicas das pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, tendo como objectivo a sua reintegração no mercado de trabalho. As respostas sociais regulamentadas implicam a formalização de um vínculo de intensidade variável entre a pessoa carenciada e a instituição. Exceptua-se as equipas de rua que proporcionam apoio sem a necessidade de formalizar um vínculo com a pessoa carenciada. O sistema social foi concebido, como referido anteriormente, numa perspectiva *top-down*, existem diversas respostas sociais e as pessoas em situação vulnerável aceitam-nas e adaptam-se a elas. O sistema não está concebido de forma a compreender e a aceitar outras necessidades, limitações ou desejos das pessoas carenciadas, apenas são garantidas as necessidades básicas. Algumas das organizações estudadas promovem actividades e incentivam a participação dos residentes ou utilizadores em diferentes iniciativas, escutando as suas propostas ou ideias para melhorar os serviços.

Como a pessoa em situação de sem-abrigo é objectivada através dos discursos de vários actores sociais? Baseando-me nas pesquisas aqui analisadas, julgo que a condução de estudos empíricos sobre as pessoas em situação de sem-abrigo tem-se intensificado e alterado nos últimos anos. Se num primeiro momento alguns investigadores procuravam encontrar aspectos explicativos da situação de sem-abrigo, actualmente, os estudos que pretendem conhecer as pessoas nessa condição ganham mais expressão. Mais do que encontrar perfis de pessoas em situação de

sem-abrigo ou identificar características específicas que distinguem estas pessoas das demais que vivem abrigadas, as pesquisas mais recentes centram-se na compreensão do fenómeno, na identificação dos modos de sobrevivência das pessoas e no estudo dos serviços sociais disponíveis. Grande parte das peças jornalísticas analisadas tendem a evidenciar características negativas acerca das pessoas em situação de sem-abrigo ou das suas particularidades singulares que as diferenciam dos demais cidadãos. A tendência para se publicarem notícias mais focadas nos aspectos positivos das pessoas em situação de sem-abrigo é também mais actual. O tipo de notícias parece estar igualmente relacionado com os diferentes distritos do país. Uma parte das notícias veiculadas pela imprensa regional tende a enfatizar as questões da ocupação indevida de locais, fazendo referência a situações e comportamentos menos positivos. Os discursos dos artistas aqui apresentados são escassos, apenas o filme de Rui Simões foi analisado com mais profundidade. Trata-se de um trabalho que apresenta ao espectador um conjunto de pessoas em situação de sem-abrigo e lhes dá voz. Cabe ao espectador deixar-se impressionar ou não pelas diferentes personagens.

Ao longo da pesquisa foram levantadas questões às quais este estudo não permitiu responder. Refiro, em concreto, à questão da relação entre biografia e identidade e como os processos de reinserção ou de ressocialização em comunidades terapêuticas trabalham esta ligação. Esta foi particularmente visível na primeira análise das entrevistas biográficas aos três indivíduos que se encontravam em diferentes situações de sem-abrigo: um deles tinha deixado de viver nessa condição poucos anos antes da realização da entrevista; outro estava a concluir o seu processo de reinserção numa comunidade terapêutica; e o terceiro encontrava-se a viver na rua. Não foi possível desenvolver a pesquisa nesta direcção, embora, considere esta questão relevante por se relacionar com a noção de reinserção social e como esta se processa nas organizações que desenvolvem este tipo de programas. Julgo que só um estudo aprofundado sobre os diversos programas de reinserção utilizados em vários locais poderá responder a esta questão.

Para encerrar este texto importa-me ainda referir o meu posicionamento relativamente ao tema e desenvolvimento desta investigação. Para além dos objectivos já identificados, esta pesquisa tinha uma finalidade pessoal relacionada com a minha postura em relação às pessoas a viver em situação de sem-abrigo. Esta foi impulsionada não só por Barthes e Deleuze - dizer algo de novo, destruir estereótipos e aumentar a lucidez sobre o fenómeno sem-abrigo – mas, essencialmente, pelas muitas pessoas que conheci e participei directa ou indirectamente neste estudo.

O fenómeno sem-abrigo é visível pela generalidade dos habitantes das cidades e suscita diferentes reacções. As pessoas a viver em situação de sem-abrigo interpelam, muitas vezes em silêncio, os habitantes da cidade com quem partilham os espaços urbanos. Nesta dissertação procurei dar a conhecer o modo como um conjunto alargado de actores sociais objectivam o “outro”, o que é diferente do “normal”, o que transgride as regras sociais. A pessoa em situação de sem-abrigo é “transgressora” sem crime confesso e sem culpa formada. A estranheza e perturbação causadas pela sua presença, visível no espaço urbano, suscitam a curiosidade.

A ideia de transgressão remete para a procura de responsabilidades ou para a formulação de uma culpa. No interior dos sistemas disciplinares e normalizadores nos quais somos socializados é-nos difícil aceitar e compreender a transgressão, pacificamente, sem a atribuição de culpas ou de responsabilidades. Sentimos a necessidade, quase vital, de compreendermos a transgressão para podermos actuar sobre ela. Estaremos irremediavelmente prisioneiros da normalização dos modos de existência?

O que aqui procurei, igualmente, evidenciar, baseando-me na multiplicidade de discursos e perspectivas de um conjunto alargado de actores sociais, foi exactamente a necessidade de compreender e explicar esta transgressão. Numa sociedade democrática, respeitadora dos direitos humanos e universais consagrados na Constituição, viver na rua é um paradoxo, ou mesmo uma afronta, uma provocação aos direitos e deveres que enquanto cidadãos defendemos, proclamamos e queremos melhorar e salvaguardar. Foucault deixou-nos vários legados, um deles é a sua conceptualização acerca do poder disciplinar e das suas limitações. A pessoa em situação de sem-abrigo, vem, no meu entender, ilustrar e comprovar essa mesma limitação do poder disciplinar. Os sistemas recuperadores são concebidos e mantidos para restabelecer a norma, a disciplina, a individualização e o controlo da transgressão.

O modo como as respostas sociais estão concebidas comprova essa mesma ideia, a de criação e manutenção de sistemas de recuperação dos indivíduos que escapam à disciplina e à norma – os transgressores. Constroem-se categorias e especializações, procura-se caracterizar os fornecedores de serviços sociais e os seus públicos-alvo. Disponibilizam-se fundos, contratam-se profissionais, estudam-se soluções, propõem-se curas mas, de facto, a transgressão persiste teimosamente.

A pessoa em situação de sem-abrigo pode ser vista, também, como uma sobrevivente. Sobrevive da melhor forma que consegue para não sucumbir à ausência dos meios para a sua subsistência. Procura, constrói e luta pela preservação de um novo habitat. É neste sentido que a metáfora da ocupação de lugares vagos deve ser entendida. Darwin utilizou-a para explicar como os seres vivos evoluem. Não pretendo com isto afirmar que a pessoa em situação de sem-abrigo é uma espécie ameaçada, mas antes reconhecer que sendo os humanos seres vivos que lutam pela sua sobrevivência, a ocupação de lugares vagos no interior da economia urbana não deverá ser entendida como uma fraqueza, doença, ou fragilidade, mas antes como uma força tenaz que permite que estas pessoas permaneçam vivas, apesar de tudo.

Esta tese não procura apresentar soluções para a resolução do problema das pessoas em situação de sem-abrigo. O meu objectivo é outro; conhecer e compreender os contornos e os meandros desse mesmo problema. Procurei desfazer estereótipos, escutando e dando voz a um conjunto alargado de actores sociais: investigadores, jornalistas, artistas, gestores de organizações, técnicos, legisladores, pessoas a viver em situação de sem-abrigo, com ou sem alojamento. E no final o que fica? Que imagem ou imagens melhor descrevem o mundo da pessoa em situação de sem-abrigo?

Cada um dos actores aqui presentes ofereceu-nos a sua “verdade” sobre o fenómeno

sem-abrigo, através dos seus discursos mais ou menos credíveis ou legitimados socialmente. A todos eles procurei dar um espaço igualitário, não privilegiei uns, em detrimento de outros, deixei-os falar sobre a sua “verdade”. Não me sinto, de forma alguma, a detentora da “verdade” sobre o fenómeno sem-abrigo. Aqui, procurei apenas mostrar como as várias verdades coexistem e se entrecruzam, fornecendo informação que permita ao leitor ser o juiz desta pesquisa, concordando ou discordando das análises que empreendi e dos resultados que obtive. Compete, mais uma vez, ao leitor escolher a sua verdade.

Referências bibliográficas

- ABREU, P.; ANTUNES, V. (2005). *Cuidados de saúde aos sem-abrigo: que realidade?* Loures: Lusociência.
- AFONSO, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Asa Editores, S.A..
- AGAMBEN, G. (1995). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AGRA, C. (1993). *Dizer as drogas, ouvir as drogas*. Porto: Radicário.
- ATKINSON, P. (1990). *The ethnographic imagination: textual constructions of reality*. London: Routledge.
- BAILEY, C.A. (2008). Public ethnography. *Handbook of emergent methods*. Sharlene Nagy Hesse-Biber, Patricia Leavy (Ed.). New York: The Guilford Press.
- BAPTISTA, I. (2004). A problemática em Portugal (p. 34-39). In: *Sem-abrigo e Imigração, olhares sobre a realidade em Portugal*. Colectânea de Ensaios CAIS. Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- BARRETO, E. R. (2000). *Vinculação e relações de objecto dos sem-abrigo: um estudo exploratório*. Tese de Mestrado em Psicologia Legal, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000 (Texto policopiado).
- BARTHES, R. (1974). *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70.
- BARTHES, R. (2002). Introduction à l'analyse structurale des récits. *Oeuvres complètes. Tome II, 1962-1967*. Communications, novembre 1966. pp. 828-865. Paris: Éditions du Seuil.
- BARTHES, R. (2004). *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes.
- BASTOS, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BAUMAN, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo actual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- BAUMAN, Z. (2005a). Afterthought. On writing; on writing sociology. The *The Sage handbook of qualitative research*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln. (Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. (3rd Ed.).
- BAUMAN, Z. (2005b). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- BAUMEISTER, R.F. (1987). How the self became a problem: a psychological review of historical research. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1987. Vol. 52, No. , 163-176. Washington: The American Psychological Association, Inc..

- BECK, U. (2005). *Risk Society. Towards New Modernity*. London: Sage Publications Ltd.
- BECKER, H.S. (1986). Biographie et mosaïque scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nºs. 62-63, juin 1986, pp. 105-110.
- BENTO, A. (2004). Sem-abrigo e instituições (p. 69-77). In: *Sem-abrigo e Imigração, olhares sobre a realidade em Portugal*. Colectânea de Ensaios CAIS. Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- BENTO, A.; BARRETO, E. (2002). *Sem-amor Sem-abrigo*. Lisboa: CLIMEPSI.
- BERGER, G. (1992). A investigação em educação: modelos sócio-epistemológicos e inserção institucional. In *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*. S/i: s/ed, Nº 34, p. 23-36.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. (1999). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, Ltda.
- BERTAUX D. (1989). Les récits de vie comme forme d'expression, comme approche et comme mouvement. *Histoires de vie. Tome 1. Utilisation pour la formation*. (Coord. G. Pineau et G. Jobert). Paris: Édition l'Harmattan.
- BERTAUX D. (1997). *Récits de vie. Perspective ethnosociologique*. Paris: Éditions Nathan.
- BLOCK, F.; SOMERS, M. (2003) In the Shadow of Speenhamland: Social Policy and the Old Poor Law. *Politics & Society*, Vol. 3, No. x, Month 2003, pp. 1-41. London: Sage Publications.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- BOURDIEU, P. (1986). L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nºs. 62-63, juin 1986, pp. 69-72.
- BOURDIEU, P. (1993) *La misère du monde*. Paris: Éditions Seuil.
- BRUNT. L. (2001). Into the community. *Handbook of Ethnography*. Paul A. Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont, John Lofland, Lyn Lofland (Eds.) London: Sage.
- BURGESS, R.G. (1991). *Field Research: A Sourcebook and Field Manual*. London: Routledge.
- CANÁRIO, R. (1998). Aprendizagem, experiência e currículo. In: *Ensinus*, 13, p. 2-5.
- CANÁRIO, R. (2003). O impacto social das ciências da educação. Conferência proferida no VII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação – “Ciências da Educação. O Estado da Arte.”. Universidade de Évora. (Texto policopiado).
- CANÁRIO, R. (2005a). Escola: da desigualdade à hospitalidade. Versão escrita da conferência na Faculdade de Motricidade Humana em 1/07/2005, subordinada ao tema: “Educação inclusiva: estamos a fazer progressos?” (Texto policopiado).
- CANÁRIO, R. (2005b). O que é a escola? Um "olhar" sociológico. Porto: Porto Editora. Lda.
- CANÁRIO, R.; ALVES, N.; ROLO, C. (2001). *Escola e Exclusão Social: Para uma análise crítica da política TEIP*. Lisboa: Educa, Formação.
- CANGUILHEM, G. (2002). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- CANOTILHO, J. J. (1999). *Estado de Direito*. Lisboa: Gradiva
- CARREIRA, H. M. (1996). *As políticas sociais em Portugal*. Lisboa : Gradiva.

- CASTEL, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris : Librairie Arthème Fayard.
- CASTEL, R. (1997). Le modèle de la 'société salariale' comme principe d'une comparaison entre les systèmes de protection sociale en Europe du Nord et en Europe du Sud. *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud. Rencontres de Florence, Volume 3*. (coord.) Ugo Ascoli [et al.] (pp. 29-48) Paris: MIRE .
- CASTEL, R. (2000). A precaridade: transformações históricas e tratamento social. In Soulet, M.-H. (Org.). *Da não-integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*. Coimbra: Quarteto Editora.
- CASTEL, R.; HAROCHE, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi. Entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Paris: Fayard.
- CAVACO, C. (2002). *Aprender fora da Escola. Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa, Formação.
- CHARLOT, B. (1995). *Les sciences de l'éducation : un enjeu, un défi*. Paris : EST Éditeur.
- CHARLOT, B. (1997). *Du rapport au savoir. Éléments pour une théorie*. Paris: Anthropos.
- CHINÉ, A.; THEIL, J.-P. (1991). Experience, formation de la personne et savoir-faire-sens. In : COURTOIS, B. e PINEAU, G. (Coord.) *La formation expérientielle des adultes*. Paris: La documentation Française.
- COFFEY, A. (1999). *The ethnographic self. Fieldwork and the representation of identity*. London: Sage Publications Ltd.
- COSTA, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- CRESWELL, J.W. (2007). *Qualitative inquiry & research design: choosing among five approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- DARWIN, C. (1996). *The origin of species*. Oxford: Oxford University Press.
- DAVIES, C.A. (1999). *Reflexive Ethnography: a guide to researching selves and others*. London: Routledge.
- DEEGAN, M.J. (2001). The Chicago school of ethnography. *Handbook of Ethnography*. Paul A. Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont, John Lofland , Lyn Lofland (Eds.) London: Sage.
- DELEUZE, G. (1977). Posface. In: Jacques Donzelot *La police des familles*. (pp. 213-220). Paris: Les Editions de Minuit.
- DELEUZE, G. (1994). *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- DELEUZE, G. (1995). *O Abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevistado por Claire Parnet. Disponível em http://www.oestrangeiro.net/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=51 .(09-2008).
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (2004). *O Anti-édipo. Capitalismo e Esquizofrenia I*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, D. (1997). *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple des récits d'insertion*. Paris: Nathan.
- DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, D. (1999). L'entretien biographique comme outil de l'analyse sociologique.

UTIVAM – Revue de Sociologie e d'Anthropologie, 1/2. pp 225-239.

- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (2000). The discipline and practice of qualitative research. *Handbook of qualitative research*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. (2nd ed.).
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (2000). The seventh moment. Out of the past. *Handbook of qualitative research*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. (2nd ed.).
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (2005). Epilogue. The eight and ninth moments – qualitative research in/and the fractured future. *The Sage handbook of qualitative research*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln. (Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. (3rd ed.).
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (1998). Introduction: entering the field of qualitative research. *The landscape of qualitative research: theories and issues*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (Ed.) Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- DERRIDA, J. (1986). *Margens da Filosofia*. Porto: Rés-Editora.
- DERRIDA, J. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. São Paulo: Escuta.
- DILWORTH, B. (2002). Miguel Chaves, Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, 375 páginas. In: *Análise Social*, Nº 164, Vol. XXXVII
- DOMINICÉ, P. (1988). O que a Vida lhes Ensinou. In A. Nóvoa e Mathias Finger (eds.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde - Cadernos de Formação 1, 87-98.
- DOMINICÉ, P. (1989). Expérience et apprentissage: faire de nécessité vertu. *Éducation Permanente*, N. 100/101, 1989, p. 57-65.
- DOMINICÉ, P. (1996). *L'histoire de vie comme processus de formation*. Paris: Éditions l'Harmattan, p. 75.
- DOMINICÉ, P. (1999). La formation adulte en tant que régulateur des itinéraires de vie. *Éducation Permanente*, N. 138, 1999-1, p. 142-151.
- DOMINICÉ, P. (2001). La contribution de l'approche biographique à la connaissance de la formation. In HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. (Eds.). *Le pari des sciences de l'éducation*. Bruxelles : De Boeck & Larcier, S.A..
- DONZELOT, J. (1977). *La police des familles*. Paris: Les Editions de Minuit.
- DUBAR, C. (1997). *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.
- DUBAR, C. (2004). Les récits d'insertion des jeunes de bas niveau scolaire sortis de l'école. *Séminaires de Lisboa et de Porto, Juin 2004*. (Texto policopiado).
- DUBAR, C. (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- ECO, U. (2004). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- EISNER, E.W. (1990). The meaning of alternative paradigms for practice. In *The paradigm dialog*. Egon G. Guba (Ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.

- ERICKSON, F. (1986). *Qualitative Methods in Research on Teaching*. In Wittrock, M.C. (1986). *Handbook of Research on Teaching*. New York: Macmillan Publishing Company.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1999). *Les trois mondes de l'État-providence. Essai sur le capitalisme moderne*. Paris : Presses Universitaires de France.
- ETHOS – Tipologia Europeia sobre Sem-abrigo e Exclusão Habitacional. Disponível em http://www.feantsa.org/files/indicators_wg/ETHOS/ethos_portugal.pdf. (12-2006).
- FERIN, I., SANTOS, C.A., FORTES, I.; CASTILHO, F. (2009). *Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na Imprensa e na Televisão: 2008*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- FERNANDES, L. (2002). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- FERNANDES, L. ; CARVALHO, M.C. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos fluídos – Os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. In *Educação, Sociedade & Culturas*. Nº14, 2000, p. 59-87.
- FERNANDES, L. ; CARVALHO, M.C. (2003). *Consumos problemáticos de drogas em populações ocultas*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- FERNANDES, M.M.D. (2006). *Fechados no silêncio: os sem-abrigo*. Tese de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, 2006. (Texto policopiado).
- FERRAROTI F. (1983). *Histoires et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Méridiens.
- FERRAROTI, F. (1988). Sobre a autonomia do método biográfico. In Nóvoa; A. e Finger, M. (1988). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. P. 61-77.
- FERRERA, M. (1997). Introduction générale. *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud. Rencontres de Florence, Volume 3*. (coord.) Ugo Ascoli [et al.] (pp. 15-26) Paris : MIRE .
- FIELDING. N. (2001). Computer applications in qualitative research. *Handbook of Ethnography*. Paul A. Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont, John Lofland, Lyn Lofland (Eds.) London: Sage.
- FINE, M.D. (2007) *A caring society? Care and the dilemmas of human service in the twenty-first century*. New York: Plagrave Macmillan.
- FINGER, M. (1988). As Implicações Sócio-epistemológicas do Método Biográfico. In A. Nóvoa e M. Finger (eds.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde -Cadernos de Formação 1, 79-86.
- FINGER, M.; ASÚN, J. M. (2001). *Adult Education at the Crossroads. Learning our way out*. London: Zed Books Ltd.
- FITOUSSI, J. P. ; ROSANVALLON, P. (1997). *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta Editora.
- FOUCAULT, M. (1977). *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, Ltda.
- FOUCAULT, M. (1995). *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- FOUCAULT, M. (1997a). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio no século XIX*. Introdução de Michel Foucault. Lisboa: Terramar, Editores, Distribuidores e Livreiros, Lda.

- FOUCAULT, M. (1997b). *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- FOUCAULT, M. (2005). *História da sexualidade, 3: o cuidado de si*. São Paulo: Edições GRAAL, Ltda. (8ª ed.).
- FOUCAULT, M. (2006). *O Poder psiquiátrico. Curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes.
- FREUND, J. (1996) In: Xiberras, M. *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GERGEN, M.M.; GERGEN, K.J. (2000). Qualitative inquiry: tensions and transformations. *Handbook of qualitative research*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. (2nd ed.).
- GIDDENS, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora Lda., S.A. (2ª Ed.).
- GIORGETTI, C. (2006). *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp, EDUC - Editora da PUC-SP.
- GIORGETTI, C. (2007). *Poder e contrapoder. Imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris*. São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP.
- GOFFMAN, E. (1961). *Manicômicos, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, S.A. (7ª Ed. – 2003).
- GOFFMAN, E. (1980). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GOFFMAN, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água.
- GOMES, L.A.R. (2002) *Feminização dos sem abrigo*. Tese de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos Universidade Nova de Lisboa, 2002. (Texto policopiado)
- GUBA, E.G. (1990). The alternative paradigm dialog. *The paradigm dialog*. Egon G. Guba (Ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- GUIBENTIF, P. (1997). Les transformations de l'appareil portugais de Sécurité sociale. *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud. Rencontres de Florence, Volume 3*. (coord.) Ugo Ascoli [et al.] (pp. 49-69) Paris : MIRE .
- HACKING, I. (2002). Inaugural lecture: Chair of Philosophy and History of Scientific Concepts at the Collège de France, 16 January 2001. *Economy and Society*, Vol. 31, Nr. 1, February 2002: 1-14.
- HACKING, I. (2004). Between Michel Foucault and Erving Goffman: between discourse and face-to-face interaction. *Economy and Society*, Vol. 33, Nr. 3, August 2004: 277-302.
- HAHN, A. (1986). Contribution à la sociologie de la confession et autres formes institutionnalisées d'aveu : autothématisation et processus de civilisation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nºs. 62-63, juin 1986, pp. 55-68.
- HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. (2007). *Ethnography: principles in practice*. London: Routledge (3rd Ed.).

- HENNINK, M.; HUTTER, I.; BAILEY, A. (2011). *Qualitative research methods*. London: Sage Publications Ltd.
- HENRIQUES, J.; HOLLWAY, W.; URWIN, C.; VENN, C.; WALKERDINE, V., G. (1984). *Changing the subject*. London: Methuen & Co. Ltd.
- HESSE-BIBER, S.N.; LEAVY, P. (2008). Pushing on the methodological boundaries. The growing need of emergent methods with and across the disciplines. *Handbook of emergent methods*. Sharlene Nagy Hesse-Biber, Patricia Leavy (Ed.). New York: The Guilford Press.
- HUGHS, E. C. (1996). *Le regard sociologique*. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- ILLICH, I. (1971). *Une société sans école*. Paris : Éditions du Seuil.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2001). Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/074/040/oi/CONCEITOS1.pdf> (2006/12).
- INH – Instituto Nacional de Habitação (2004). *O sector da habitação no ano 2003*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.
- ISS (2005). *Estudo dos Sem-abrigo*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- JAHANBEGLOO, R. (2006). *Quatro Entrevistas com George Steiner*. Lisboa: Fenda Editores. (2ª Ed.).
- JOIN-LAMBERT, M.T. ; GITTLER, A. B. ; DANIEL, C. ; LENOIR, D. ; MÉDA, D. (1994) *Politiques Sociales*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz.
- JOSSO, C. (1988). Da Formação do sujeito...ao Sujeito de Formação. In A. Nóvoa e M. Finger (eds.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde -Cadernos de Formação 1, 35-50.
- JOSSO, C. (1989). Ces expériences au cours desquelles se forment identités et subjectivité. *Éducation Permanente*, N. 100/101, 1989, p. 161-173.
- JOSSO, C. (1991). *Cheminer vers soi*. Lausanne: L'Age d'Homme.
- JOSSO, M.-C. (2000). Histoire de vie et project. *Éducation Permanente*, N. 142, 2000-1, p. 71-84.
- KATZNELSON, I. (1996). Knowledge about what? Policy intellectual and the new Liberalism. *States, social knowledge, and the origins of modern social policies*. Dietrich Rueschmeyer and Theda Skocpol (Ed.). (pp. 17-47) Princeton: Princeton University Press.
- LAYDER, D. (1994). *Understanding Social Theory*. London: Sage Publications Ltd.
- LESNE, M. ; MINVIELLE, Y. (1990). *Socialisation et Formation*. Paris: Éditions Paideia.
- LEWIS, O. (1965). *Anthropologia de la Pobreza. Cinco Familias*. Mexico: Fondo de Cultura Economica.
- LEWIS, O. (1970). *Os filhos de Sánchez*. Lisboa: Moraes Editores.
- LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. (2000). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. *Handbook of qualitative research*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. (2nd ed.).
- LONDON, J. (2002). *O povo do Abismo*. Lisboa: Antígona, Editores Refractários.
- MALINOWSKI, B. (2002). *Argonauts of the Western Pacific: an account of native enterprise and*

adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: Routledge.

- MARPSAT, M. (2003a). Homelessness research: Definitional issues and first mapping of methodologies (Part I). CUHP, Workshop 2, Madrid, October 9.10, 2003. Disponível em http://www.cuhp.org/admin/EditDocStore/Longpaper_defacc.pdf (12-2006).
- MARPSAT, M. (2003b). Homelessness research: Definitional issues and first mapping of methodologies (Part II). CUHP, Workshop 2, Madrid, October 9.10, 2003. Disponível em <http://www.cuhp.org/admin/EditDocStore/ACF5144.pdf> (12-2006).
- MARPSAT, M. (2003c). Point-in-time statistical surveys of the homeless population. CUHP, Workshop 2, Madrid, October 9.10, 2003, Disponível em <http://www.cuhp.org/admin/EditDocStore/ACF83BE.pdf> (12-2006).
- MARTINS, A.M.F. (2007). *As sem abrigo de Lisboa: estudo realizado na AMI em lisboa (centros sociais de Olaias e Chelas)*. Tese de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres, Dep. de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Aberta, 2007. (Texto policopiado).
- MARTINS, H. (2006). *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais (2ª ed).
- MARTINS, A.M.C. (1999) *Génese, emergência e institucionalização do serviço social português* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MATEUS, J.D. (2007). *Territórios quotidianos de sobrevivência de pessoas sem-abrigo em Lisboa: Uma geografia da exclusão*. Tese de Mestrado em Estudos Urbanos, Dep. de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2007. (Texto policopiado).
- MAUSS, M. (1974). *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France (1re édition: 1950).
- MAYER, N. (1995) L'entretien selon Pierre Bourdieu. Analyse critique de La misère du monde. *Revue française de sociologie*, XXXVI, 1995, 355-370.
- MENEZES, F.L. (2008). *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*. Tese de Doutoramento em Sociologia (Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008. (Texto policopiado).
- MERLEAU-PONTY, M. (2004). *Conversas, 1948*. São Paulo: Martins Fontes.
- MIGUEL, M.C.T. (2007). *Prevalência de sem-abrigo ao longo da vida e atitudes face aos sem-abrigo em Portugal*. Tese de Mestrado em Psicologia Comunitária, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2007. (Texto policopiado).
- MOZZICAFREDDO, J. (1997) *Estado-providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- MUCCHIELLI, L. (1998). Clochards et sans-sabri - actualité de l'oeuvre d'Alexandre Vexliard. *Revue française de sociologie*, 1998, 1, 105-138.
- MUNÕZ, M.; VÁZQUEZ, C.; PANADERO, S.; VÁZQUEZ, J. J. (2003). Psychosocial assessment in point-in-time surveys: rationale and domains of evaluations. CUHP, Workshop 2, Madrid, October 9.10, 2003. Disponível em <http://www.cuhp.org/admin/EditDocStore/psychosocial-assessment-instruments.pdf> (10-2008).

- NÓVOA, A. (1988). A Formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no Projecto PROSALUS. In A. Nóvoa e M. Finger (eds.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde -Cadernos de Formação 1, 107-130.
- OLIVEIRA, W.F. (2004). *Educação Social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- ORWELL, G. (2003). *Na penúria em Paris e em Londres*. Lisboa: Antígona, Editores Refractários.
- PAIS, J. M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.
- PAIS, J.M. (2006). *Nos rastros da solidão. Deambulações sociológicas*. Porto: Ambar.
- PAQUY, L. (2004). *European social protection systems in perspective*. Santiago de Compostela: Compostela Group of Universities.
- PATRIARCA, F. (1995). *A questão social no salazarismo: 1930-1947*. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PENEFF, J. (1990). *La méthode biographique: de l'école de Chicago à l'histoire orale*. Paris: Armand Colin Éditeurs
- PEREIRA, A.P.; BARRETO; P. FERNANDES, G. (2001). *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: A situação em 2000. Relatório Final*. Lisboa: Departamento de Acção Social da CML.
- PEREIRA, A.P.; SILVA, A.S. (1999). *Os sem-abrigo da Cidade de Lisboa - Riscos de Viver N(a) Cidade*. Lisboa: LNEC.
- PEREIRINHA, J.A. (1997). Etats-providence et dispositifs de lute contre la pauvreté. Quelques éléments pour une comparaison axée sur les pays d'Europe. Le cas spécifique du Portugal. *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud. Rencontres de Florence, Volume 3*. (coord.) Ugo Ascoli [et al.] (pp. 517-556) Paris : MIRE .
- PETERS, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- PIMENTA, M. (1992). *Os sem-abrigo da cidade de Lisboa*. Lisboa: Caritas Portuguesa.
- PINEAU, G. (1988). A Auto-formação no Decurso da Vida: entre a Hetero e a Ecoformação. In A. Nóvoa e M. Finger (eds.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde - Cadernos de Formação 1, 63-78.
- PINEAU, G. ; LE GRAND, J.L. (2002). *Les Histoires de Vie*. Paris: Presses Universitaires.
- POIRER, J.; CLAPIER-VALLADON, S.; RAYBAUT, P. (1999). *histórias de vida. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- PONTE, C. (2005). *Crianças em notícia : a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- POPKEWITZ, T.S. (1990). Theory and methodology. *The paradigm dialog*. Egon G. Guba (Ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- QUINTAS, C. F. (1995). *Da exclusão à inserção social [Texto policopiado]: A importância da construção identitária*. Tese de Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, Lisboa, ISCTE, 1995.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.-V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

- RABINBACH, A. (1996) *States, social knowledge, and the origins of modern social policies*. Dietrich Rueschmeyer and Theda Skocpol (Ed.) (pp. 48-89). Princeton: Princeton University Press.
- RAMALHO, V.S.B (2008). *Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo à inovação das práticas em serviço social*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada de Lisboa, 2008. (Texto policopiado).
- RIVOTTI, A. - "*Do outro lado da rua*": *etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/1322>](http://hdl.handle.net/10071/1322). (08-2008).
- ROSE, N. (1990). *Governing the soul: the shaping of the private self*. London: Routledge.
- ROSE, N. (1996). The death of the social? Re-figuring the territory of government. *Economy and Society*, Volume 25, Number 3, August 1996: 327-356. Routledge.
- ROSE, N. (1999). *Powers of Freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROSE, N. (2001). Inventando nossos eus. In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Nunca fomos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- RUESCHMEYER, D.; VAN ROSSEM, R. (1996) The Verein für Sozialpolitik and the Fabian Society. A study in the sociology of policy-relevant knowledge. *States, social knowledge, and the origins of modern social policies*. Dietrich Rueschmeyer and Theda Skocpol (Ed.) (pp. 117-162). Princeton: Princeton University Press.
- SANTOS, B.S. (1998). *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, B.S. (2003) [1987 a 1ª edição]. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHNAPPER, D. (2000). *A compreensão sociológica. Como fazer análise tipológica*. Lisboa: Gradiva. [1999, by Presses Universitaires].
- SHULMAN, L.S. (1986). Paradigms and Research Programs in the Study of Teaching: A Contemporary Perspective. In Wittrock, M.C. (1986). *Handbook of Research on Teaching*. New York: Macmillan Publishing Company.
- SILVA, M.T.D. (1996). *As Organizações da Sociedade Civil face aos "Sem Abrigo"* (Texto policopiado): *O caso de Lisboa*. Tese Mestrado em Sociologia (Sociedades e Políticas Europeias), Lisboa, ISCTE, 1996.
- SILVA, S.P. (2007a). *Identidades e Narrativas Sem-abrigo*. Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- SILVA, S.P. (2007b). Sem-abrigo: métodos de produção de narrativas biográficas. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 02, pp. 69-82. Disponível em <http://sisifo.fpce.ul.pt> (08-2007)
- SILVA, S.P. (2007c). The Portuguese State, the NGO's and their concern for the homeless. In: Rui Vieira de Castro, Paula Guimarães, Michal Bron Jr, Ian Martin, Raquel Oliveira (Eds.). *Proceedings of the 2007 Active Democratic Citizenship and Adult Learning Network Seminar*. Braga: Unit for Adult Education, University of Minho Portugal & European Society for Research on the Education of Adults.
- SIMMEL, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge

- Zahar Editor, Ltda.
- SKOCPOL, T.; RUESCHMEYER, D. (1996). Introduction. *States, social knowledge, and the origins of modern social policies*. Dietrich Rueschmeyer and Theda Skocpol (Ed.). (pp. 3-14) Princeton: Princeton University Press.
- SMITH, T.B. (1999). Assistance and repression: rural exodus, vagabondage and social crisis in France, 1880-1914. *Journal of Social History*, Vol. 32, Summer 1999, Issue 4. Fairfax: George Mason University. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_m2005/is_4_32/ai_55084001/print?tag=artBody:col1 (10-2008).
- SOULET, H.-M. (2000). Pensar a exclusão nos dias de hoje: não-integração ou desintegração. In Soulet, M.-H. (Org.). *Da não-integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*. Coimbra: Quarteto Editora.
- SOUSA, A.M. (1999). *Rede social, suporte social e situação de sem-abrigo em toxicodependentes*. Tese de Mestrado em Saúde Pública, Universidade Nova, Lisboa, 1999. (Texto policopiado).
- SOUSA, F.M.V.S.; ALMEIDA, S.M. (2001). E se perguntássemos aos Sem Abrigo??!! Satisfação e Necessidades percebidas face aos Serviços, num abrigo de Lisboa. *Análise Psicológica (2001)*, 2 (XIX): 299-312. Lisboa: ISPA.
- SPRADLEY, J.P. (1979). *The ethnographic interview*. Belmont: Wadsworth Group.
- STALLER, K.M.; BLOCK, E.; HORNER, P.S. (2008). History of methods in social science research. *Handbook of emergent methods*. Sharlene Nagy Hesse-Biber, Patricia Leavy (Ed.). New York: The Guilford Press.
- STÖER, S. R.; CORTESÃO, L. (1999). *Levantando a pedra. Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*. Porto: Edições Afrontamento.
- TEDLOCK, B. (2005). The observation of participation and the emergence of public ethnography. *The Sage handbook of qualitative research*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln. (Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. (3rd ed.).
- VASILACHIS de GIALDINO, I. (1999). Las acciones de privación de identidad en la representación social de los pobres. Un análisis sociológico y lingüístico. *Discurso y Sociedad*, vol. 1 (1) 1999: 55-104. Barcelona: Editorial Gedisa.
- VAZ, B.L.C.M. (2001). *TA - tipologias de abrigo: uma proposta de solução para os "sem-abrigo"*. Tese de Mestrado em Arquitectura de Habitação, Universidade Técnica de Lisboa, 2001. (Texto policopiado).
- VENDRAMINI, C. (2004). Valorização social e política das aprendizagens construídas pelo Movimento Sem Terra. Conferência apresentada no XVII Colóquio promovido pela ADMEE – Avaliação de Competências: Reconhecimento e Validação de Aprendizagens Adquiridas pela Experiência – realizado de 18-20 de Novembro de 2004 em Lisboa na FPCE-UL. (Texto policopiado).
- VERGELY, B. (1997). *La philosophie*. Paris: Larousse.
- VERNANT, J.-P. (1988). O indivíduo na cidade. In: P. Veyene, J.P. Vernant, L. Dumont, P. Ricoeur, F. Dolto, F. Varela, et.al. *Indivíduo e poder*. (pp. 25-44). Lisboa: Edições 70, Lda..
- VEXLIARD, A. (1957) *Le clochard. Étude de Psychologie Sociale*. Paris: Desclée de Brouwer.

- VEXLIARD, A. (1997) *Introduction à la sociologie du vagabondage*. Paris: L'Harmattan.
- VIDICH, A.J.; LYMAN, S.M. (1998). Qualitative methods: their history in sociology and anthropology. *The landscape of qualitative research: theories and issues*. Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (Ed.) Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- VILLERS, G. (1996). L'approche biographique au carrefour de la formation des adultes, de la recherche et de l'intervention. Le récit de vie comme approche de recherche-formation. In : PILON, J.-M., DESMARAIS, D. (1996) *Pratiques des histoires de vie au carrefour de la formation, de la recherche et de l'intervention*. Paris: l'Harmattan.
- WAGNER, P. (1997). *Sociologia de la modernidad. Libertad y disciplina*. Barcelona: Empresa Editorial Herder, S.A..
- WAGNER, P. (2001). *Theorizing Modernity. Inescapability and Attainability in Social Theory*. London: Sage Publications Ltd.
- WEBER, M. (2003). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70.
- WHITE, W.F. (1996). *Street Corner Society. La structure sociale d'un quartier italo-américain*. Paris: Éditions La Découverte.
- WITTROCK, B.; WAGNER, P. (1996) Social science and the building of the early welfare state. Toward a comparison of statist and non-statist western societies. *States, social knowledge, and the origins of modern social policies*. Dietrich Rueschmeyer and Theda Skocpol (Ed.) (pp. 90-113). Princeton: Princeton University Press.
- WOLCOTT, H. F. (1999). *Ethnography: a way of seeing*. California: AltaMira Press.
- XIBERRAS, M. (1996). *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

Legislação Portuguesa

- Assistência social: providências legislativas (1940-1950). Subsecretariado de Estado da Assistência Social. - Lisboa : S.E.A.S., 1951.
- Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de Junho – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República – I Série - A Nº 114 – 14 de Junho de 2006.
- Decreto-Lei nº 211/2006 de 27 de Outubro – Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Diário da República, 1ª Série – Nº 208 – 27 de Outubro de 2006.
- Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança (2006). *Respostas Sociais – Nomenclaturas/Conceitos*. Lisboa: Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro. – Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República – 1ª Série – B Nº 267 – 18 de Novembro de 1997.

Imprensa

A União (2008). *Leptosos cada vez mais*. Francisco Dolores. Disponível em <http://www.auniao.com/noticias/ver.php?id=12703> (05-2008).

A União (2008). *NA PRAIA DA VITÓRIA Centro de apoio aos sem-abrigo*. N/D. Disponível em

- <http://www.auniao.com/noticias/ver.php?id=13404> (11-2008).
- Acabra.net (2007). *Coimbra reflecte sobre os "sem abrigo"*. Paula Monteiro. Disponível em http://www.acabra.net/artigo.php?id_artigo=1854 (08-2007).
- Acabra.net (2007). *Questão dos Sem Abrigo em debate*. João Miranda. Disponível em http://www.acabra.net/artigo.php?id_artigo=1882 (08-2007).
- ACIDI Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP (2006). *"Seminário "Sem-abrigo: uma reflexão partilhada sobre o tema"*. N/D. Disponível em <http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=Calendar&file=index&type=view&eid=1137> (08-2007).
- ACIDI Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP (2006). *Sem-abrigo: Inauguração do Centro Pedro Arrupe, para imigrantes sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=1334> (11-2007).
- Açores.net (2007). *Comunicado de esclarecimento da Câmara Municipal de Ponta Delgada*. N/D. Disponível em <http://www.acores.net/noticias/view21863.html> (11-2007).
- Açores.net (2008). *CÂMARA DISTINGUE PADRE WEBER MACHADO*. N/D. Disponível em <http://www.acores.net/noticias/view29803.html> (11-2008).
- Açores.net (2008). *Governo aposta a inclusão social como prioridade política*. N/D. Disponível em <http://www.acores.net/noticias/view24577.html> (05-2008).
- Açores.net (2008). *Governo procura melhores estratégias de resposta a novos fenómenos sociais*. N/D. Disponível em <http://www.acores.net/noticias/view25793.html> (10-2008).
- Açoriano Oriental (2006). *Ruas de São Miguel e Terceira são a "casa" para 21 pessoas sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://acorianooriental.sapo.pt/noticia.asp?pid=17&nid=91044> (08-2007).
- Açoriano Oriental (2007). *Consoada dos sem-abrigo antecipada pela boa vontade*. Luísa Couto. Disponível em <http://acorianooriental.sapo.pt/noticias/view/70905> (01-2008).
- Açoriano Oriental (2007). *Oito pessoas "sem-abrigo" receberam cobertores da autarquia, mas optaram por passar a noite na rua*. N/D. Disponível em <http://acorianooriental.sapo.pt/noticias/view/66774> (01-2008).
- Açoriano Oriental (2008). *Almoço de natal procura colmatar falta de afecto familiar dos utentes*. João Cordeiro. Disponível em <http://www.acorianooriental.pt/noticias/view/177997> (04-2009).
- Açoriano Oriental (2008). *Cerca de cinco milhões de menores russos vivem nas ruas*. Lusa. Disponível em <http://www.acorianooriental.pt/noticias/view/176817> (11-2008).
- Açoriano Oriental (2009). *Mendicidade aumenta em Ponta Delgada*. Luís Pedro Silva. Disponível em <http://www.acorianooriental.pt/noticias/view/180936> (04-2009).
- Açoriano Oriental (2009). *Sem-abrigo "menos excluídos" nos Açores que em Lisboa*. João Alberto Medeiros. Disponível em <http://www.acorianooriental.pt/noticias/view/179253> (04-2009).
- Agência Ecclesia (2005). *Lisboa terá novo Centro de Acolhimento para Imigrantes sem Abrigo. Protocolo assinado no Dia Internacional dos Migrante*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=26560> (11-2007).
- Agência Ecclesia (2005). *Natal junto dos sem-abrigo da cidade do Porto*. N/D. Disponível em

<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=26629> (11-2007).

Agência Ecclesia (2005). *Que resposta aos sem-abrigo?*. Padre Francisco Crespo. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=26325> (01-2008).

Agência Ecclesia (2006). *Cada vez mais jovens sem-abrigo na Europa*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=39143> (08-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Cartões de Natal para ajuda ao Serviço da Vida*. Lígia Silveira. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=39978> (11-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Definição de sem-abrigo tem de ser ampliada*. Nuno Rosário Fernandes. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=35957> (11-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Descobrir a beleza e a alegria da fé*. D. António Marto. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=34364> (01-2008).

Agência Ecclesia (2006). *Imigrantes sem-abrigo com novo local de acolhimento. Centro Pedro Arrupe será inaugurado em Lisboa*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=31943> (11-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Inclusão Social, Desenvolvimento Local e Economia Solidária*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=39462> (11-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Natal antecipado para os sem-abrigo*. Lígia Silveira. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=40462> (11-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Nova lei da imigração alvo de reparos. Parecer do Fórum de Organizações Católicas para a Imigração e Asilo*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=34879> (01-2008).

Agência Ecclesia (2006). *Ordem Hospitaleira vai instituir a Fundação S. João de Deus*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=39727> (11-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Renascença organiza campanhas de Natal*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=39959> (11-2007).

Agência Ecclesia (2006). *Santo Egídio publica guia para os sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=41315> (11-2007).

Agência Ecclesia (2007). *É urgente definir o conceito de sem-abrigo*. Luís Filipe Santos. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=45390&seccaoid=3&tipoid=85 (11-2007).

Agência Ecclesia (2007). *IPSS de Aveiro oferece ceia aos sem-abrigo. «Florinhas do Vouga» procura dar um braço amigo às populações mais desfavorecidas da cidade*. Lígia Silveira. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=53966&seccaoid=3&tipoid=85 (01-2008).

Agência Ecclesia (2007). *Meias para o Natal dos sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=53450&seccaoid=3&tipoid=183 (12-2007).

Agência Ecclesia (2007). *Nasce Fundação São João de Deus*. Lígia Silveira. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=41188> (11-2007).

- Agência Ecclesia (2007). *Natal com os sem-abrigo*. Lígia Silveira. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=54525&seccaoid=3&tipoid=205 (01-2008).
- Agência Ecclesia (2007). *Santo Egídio publica guia para os sem-abrigo*. Tony Neves. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/47/noticia.asp?jornalid=47¬iciaid=41787> (11-2007).
- Agência Ecclesia (2007). *Sem-abrigo agradecem aos portugueses*. Luís Filipe Santos. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=54267&seccaoid=3&tipoid=85 (01-2008).
- Agência Ecclesia (2007). *Sem-abrigo festejam Natal diferente*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=54218&seccaoid=3&tipoid=85 (01-2008).
- Agência Ecclesia (2007). *Vaticano contra a discriminação dos sem-abrigo*. Octávio Carmo. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=53414&seccaoid=4&tipoid=32 (12-2007).
- Agência Ecclesia (2008). *9398 pessoas já se levantaram contra a pobreza*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=65282&seccaoid=3&tipoid=85 (11-2008).
- Agência Ecclesia (2008). *Acolher a diversidade exige a educação do olhar*. Eugénio José da Cruz Fonseca. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=55623&seccaoid=9&tipoid=62 (02-2008).
- Agência Ecclesia (2008). *Ajudar quem ajuda é agora mais fácil*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=64836&seccaoid=3&tipoid=85 (11-2008).
- Agência Ecclesia (2008). *Almoço de Natal com os sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=66666&seccaoid=3&tipoid=183 (01-2009).
- Agência Ecclesia (2008). *Braga: D. Jorge Ortiga em encontro com responsáveis do PSD*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=66538&seccaoid=3&tipoid=12 (11-2008).
- Agência Ecclesia (2008). *Cáritas dos Açores acolhe a diversidade*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=56570&seccaoid=3&tipoid=62 (05-2008).
- Agência Ecclesia (2008). *Cáritas Europa aplaude adopção de medidas, pelo Parlamento Europeu, para resolver situação dos sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=58816&seccaoid=4&tipoid=53 (10-2008).
- Agência Ecclesia (2008). *Escolher Santo Egídio. Em Portugal não foi diferente, foi olhar para uma cidade e encontrar os pobres que tantas vezes não vemos*. Isabel Bento. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=56056&seccaoid=8&tipoid=205 (05-2008).

- Agência Ecclesia (2008). *G.A.S. Porto: seis anos de projectos em Timor*. Lígia Silveira. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=63086&seccaoid=3&tipoid=215 (11-2008).
- Agência Ecclesia (2008). *Natal com os sem-abrigo*. Lígia Silveira. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=67586&seccaoid=3&tipoid=183 (04-2009).
- Agência Ecclesia (2008). *Natal dos Sem-Abrigo vezes 20*. N/D. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=66940&seccaoid=3&tipoid=183 (04-2009).
- Agência Ecclesia (2008). *Presidente da Comissão Episcopal da Pastoral Social pede «atenção permanente» aos fenómenos de pobreza e exclusão*. Luís Filipe Santos. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=64074&seccaoid=6&tipoid=105 (11-2008).
- Agência Financeira (2006). *Sem-abrigo do Aeroporto de Lisboa vão para centros acolhimento*. N/D. Disponível em http://www.agenciafinanceira.iol.pt/noticia.php?id=687058&div_id=1731 (01-2008).
- Agência Financeira (2008). *Cheques roubados das cartas e contas abertas a sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://www.agenciafinanceira.iol.pt/noticia.php?id=954896&div_id=1730 (11-2008).
- Angola Press (2007). *França: Após polémica, cidade francesa suspende spray contra mendigos*. N/D. Disponível em <http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=556599> (11-2007).
- Avante (2008). *Desalojados aumentam nos EUA*. N/D. Disponível em <http://www.avante.pt/noticia.asp?id=26573&area=11> (11-2008).
- Avante (2008). *PCP prepara eleições regionais nos Açores*. N/D. Disponível em <http://www.avante.pt/noticia.asp?id=23397&area=9> (05-2008).
- Azores Digital (2008). *Região investe um milhão de euros na compra de solar para instalação de unidade de tratamento e reabilitação juvenil*. N/D. Disponível em <http://www.azoresdigital.com/ler.php?id=10087> (11-2008).
- Azores Digital (2008). *Rumo a 2010 - Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social*. Duarte Freitas. Disponível em <http://www.azoresdigital.com/ler.php?id=1772&tipo=col> (11-2008).
- Barlavento Online (2008). *«Movimento Esperança Portugal não nasce para ser muleta de ninguém»*. Helder Nunes. Disponível em <http://www.barlavento.online.pt/index.php/noticia?id=23697> (05-2008).
- Barlavento Online (2009). *Algarve tem 30 sem-abrigo referenciados por estudo Sem Abrigo em Faro*. Lusa. Disponível em <http://www.barlavento.online.pt/index.php/noticia?id=31407> (04-2009).
- Barlavento Online (2009). *Sistema de apoio de prevenção contra o frio recolhe alguns sem-abrigo para tendas em Faro*. N/D. Disponível em <http://barlavento.online.pt/index.php/noticia?id=29569&tnid=3> (04-2009).
- Barlavento Online (2009). *Vida de sem-abrigo em Faro*. Hugo Rodrigues. Disponível em <http://www.barlavento.online.pt/index.php/noticia?id=29747> (04-2009).
- Blitz (2007). *George Michael ensina sem-abrigo a compor canções*. N/D. Disponível em

- <http://blitz.aeiou.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=bz.stories/12686&sid=bz.sections/35> (11-2007).
- Correio da Manhã (2006). *Droga – Capital pioneira na injeção assistida. Lisboa vai ter salas de chuto*. João Saramago. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=00222263-3333-3333-3333-000000222263&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (09-2007).
- Correio da Manhã (2006). *Em Viana do Castelo. Albergue para os sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=224648&idselect=10&idCanal=10&p=200> (01-2008).
- Correio da Manhã (2006). *Entrevista - Isabel Jonet, presidente dos Bancos Alimentares Contra a Fome*. João Vaz. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=208392&idselect=9&idCanal=9&p=200> (01-2008).
- Correio da Manhã (2006). *Flagelo - Doença continua a ser problema de saúde pública*. N/D. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=217318&idselect=10&idCanal=10&p=200> (01-2008).
- Correio da Manhã (2006). *Lutas sem abrigo*. Rui Pereira. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=219369&idCanal=93> (01-2008).
- Correio da Manhã (2006). *Sintra: Cão encontra cadáver na mata de Rio de Mouro*. Natália Ferraz. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=260344&idselect=10&idCanal=10&p=200> (11-2007).
- Correio da Manhã (2006). *Toxicodependentes procuram ajuda*. Tiago Sousa Dias. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=218663&idselect=10&idCanal=10&p=200> (01-2008).
- Correio da Manhã (2006). *Vieira comeu bacalhau com os sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=224790&idselect=21&idCanal=21&p=200> (01-2008).
- Correio da Manhã (2007). *28 casos registados em Ovar. Sem-abrigo recusam ser ajudados*. Francisco Manuel. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=231105&idCanal=10> (01-2008).
- Correio da Manhã (2007). *Áustria: Crime macabro choca país. Sem-abrigo mata e come companheiro*. Rober Jaeger, Ricardo Ramos com Agências. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=255758&idselect=91&idCanal=91&p=200> (11-2007).
- Correio da Manhã (2007). *Dura miséria - Sem-abrigo: Vítimas de violência..* João Saramago; André Pereira. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=229810&idselect=228&idCanal=228&p=200> (01-2008).
- Correio da Manhã (2007). *Esquizofrenia - Ausência de apoios castiga doentes*. Carla Marina Mendes. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=263441&p=22&idselect=219&idCanal=219> (11-2007).
- Correio da Manhã (2007). *Figueira da Foz. PJ investiga morte de sem-abrigo*. Jorge Lemos. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.asp?id=228026&idCanal=10> (01-2008).
- Correio da Manhã (2007). *Igreja: Cardeal-patriarca presidiu na Basílica dos Mártires*. Pedro Catarino.

Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.asp?id=271054&idselect=10&idCanal=10&p=200> (01-2008).

Correio da Manhã (2007). *Indignação: Festa dos sem-abrigo estragada*. Falcão-Machado. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.asp?id=270863&idselect=10&idCanal=10&p=200> (01-2008).

Correio da Manhã (2007). *Londres: História de sucesso. Antigo sem-abrigo quer ser maior..* Stephen

Hird, Ricardo Ramos. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.asp?id=236391&idselect=91&idCanal=91&p=200> (01-2008).

Correio da Manhã (2007). *Médicos do Mundo. Pessoas felizes com causas*. Isabel Ramos com Secundino

Cunha. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.asp?id=250819&p=22&idselect=19&idCanal=19> (01-2008).

Correio da Manhã (2007). *Solidariedade - Três centenas à mesa no bairro da Graça. Almoço de Páscoa*

reúne sem-abrigo e idosos sós. Rui A. Chaves. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.asp?id=237809&idCanal=10> (01-2008).

Correio da Manhã (2008). *A Estrela do nosso Natal*. Padre José Maia. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=049252D5-E096-4241-9AE0-58CD0B4345E4&channelid=00000093-0000-0000-0000-000000000093> (04-2009).

Correio da Manhã (2008). *Atropelamento mortal no Porto*. N/D. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=00279213-3333-3333-3333-000000279213&channelid=00000021-0000-0000-0000-000000000021> (05-2008).

Correio da Manhã (2008). *Casa abandonada irrita moradores*. Francisco Manuel. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=1AC85865-0334-4930-95D7-C5958D2C8021&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (11-2008).

Correio da Manhã (2008). *Castanha assada dá sinal de crise*. André Pereira/ Paula Gonçalves.

Disponível em <http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=D68BBDCB-7F1A-468E-A57C-E13546AD4DD4&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (11-2008).

Correio da Manhã (2008). *Espanha: Pena máxima para jovens*. N/D. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=00281432-3333-3333-3333-000000281432&channelid=00000021-0000-0000-0000-000000000021> (10-2008).

Correio da Manhã (2008). *EUA - idosas recolhiam sem-abrigo das ruas e matavam-nos*. Ricardo Ramos

com Agências. Disponível em <http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=F4A1CD01-E961-4580-A9AB-414EA37D19CF&channelid=00000091-0000-0000-0000-000000000091> (11-2008).

Correio da Manhã (2008). *Faro: Tentava Furtar fio de cobre em antigo edifício da Segurança Social*. N/D.

Disponível em <http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=34048D2B-B0A6-4F15-A4B7-0B7A9F29B850&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (11-2008).

Correio da Manhã (2008). *Jovem baleado diz que fugia de ladrões*. N/D. Disponível em

<http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=00279193-3333-3333-3333-000000279193&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (05-2008).

Correio da Manhã (2008). *Lisboa - Greve dos trabalhadores do lixo e da higiene termina esta tarde*.

Sofia Rato. Disponível em <http://www.correioanha.pt/noticia.aspx?contentid=F83FEE00-B5AE->

- 416C-A9F5-B4C629342FCE&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010 (04-2009).
- Correio da Manhã (2008). *Morte de Gisberta fica sem culpados*. Pedro Sales Dias. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=AA64F35C-5574-402C-9DE9-2F73767CB9BC&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (10-2008).
- Correio da Manhã (2008). *Revelado estudo sobre população sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?channelid=00000021-0000-0000-0000-000000000021&contentid=F2F11CF8-3BB8-49D5-B5F3-C76E5917B1A5> (05-2008).
- Correio da Manhã (2008). *Sem-abrigo teve morte natural*. N/D. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=00277961-3333-3333-3333-000000277961&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (05-2008).
- Correio da Manhã (2008). *Solidariedade: Misericórdia de Lisboa celebra 510 anos*. Rui A. Chaves. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=9408AB1B-A0A1-48E7-B24C-D14FC0290E3F&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (11-2008).
- Correio da Manhã (2009). *Família pede ajuda para sem-abrigo*. Alexandre M. Silva. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=61F411E0-1F3C-45B0-B351-066EBC9C299A&channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010> (04-2009).
- Correio da Manhã (2009). *Um dia de sem-abrigo*. Bruno Contreiras Mateus. Disponível em <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=324ECD26-1440-40A9-A9DB-1102694046A2&channelid=00000019-0000-0000-0000-000000000019> (04-2009).
- Correio de Cascais (2009). *Junta de Cascais acolhe sem-abrigo*. Mafalda Ribeiro. Disponível em <http://correiodecascais.blogspot.com/2009/01/junta-de-cascais-acolhe-sem-abrigo.html> (04-2009).
- Destak (2007). *Associação promove magusto para três mil idosos e sem abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=5433> (11-2007).
- Destak (2007). *Dívida da Câmara pode enviar oitenta sem-abrigo para a rua*. Patrícia Neves. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=1656> (11-2008).
- Destak (2007). *Praça da Alegria em Lisboa alvo de revitalização*. Patrícia Neves. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=4219> (11-2007).
- Destak (2007). *Sem-abrigo foram convidados de honra*. Madalena Raimond. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=6556> (01-2008).
- Destak (2007). *Sem-abrigo português "reina" na Dinamarca..* N/D - Lusa. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=2547> (11-2008).
- Destak (2007). *Temperaturas acima dos 40º encham praias de Norte a Sul*. Carla Marina Mendes. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=2496> (11-2008).
- Destak (2008). *A vontade de dar e receber*. Vera Valadas Ferreira. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=14794> (11-2008).
- Destak (2008). *Jerry Hall leiloa artigos pessoais para ajudar sem-abrigo*. Vera Valadas Ferreira. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=11210> (11-2008).
- Diário de Aveiro (2008). *Aveiro: Moradores exigem demolição de casa abandonada*. Francisco Manuel.

Disponível em

http://www.diarioaveiro.pt/main.php?mode=public&template=frontoffice&svacr=pages_13&id_page=5168 (11-2008).

Diário de Aveiro (2008). *Ovar: Auditório inacabado constitui perigo e antro de marginalidade*. Luís Ventura. Disponível em

http://www.diarioaveiro.pt/main.php?svacr=pages_13&mode=public&template=frontoffice&layout=layout&id_page=4754 (11-2008).

Diário de Aveiro (2009). *Estarreja: Homem morre carbonizado*. CM/FM. Disponível em

http://www.diarioaveiro.pt/main.php?svacr=pages_13&mode=public&template=frontoffice&layout=layout&id_page=5810 (04-2009).

Diário de Aveiro (2009). *Florinhas do Vouga: Crise obriga à criação de um “banco de emergência de bens alimentares”*. Maria José Santana e Rui Cunha. Disponível em

http://www.diarioaveiro.pt/main.php?mode=public&template=frontoffice&svacr=pages_13&id_page=5806 (04-2009).

Diário de Coimbra (2008). *Portugal precisa de novas medidas de combate à pobreza*. N/D. Disponível em <http://www.diariocoimbra.pt/19588.htm> (11-2008).

Diário de Coimbra (2008). *Ruas estreitas, de difícil acesso, edifícios transformados em armazéns fazem do centro histórico*. N/D. Disponível em <http://www.diariocoimbra.pt/18883.htm> (11-2008).

Diário de Coimbra (2009). *Antigo Hospital dos Lázaros está a ser demolido*. BV. Disponível em

http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=706&Itemid=135 (04-2009).

Diário de Coimbra (2009). *Estudantes ajudam os sem-abrigo da cidade*. Júlia Sousa. Disponível em

http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=584&Itemid=135 (04-2009).

Diário de Notícias (2006). *Cavaco destapa véu da Lisboa excluída dos toxicodependentes e prostitutas*. Paula Sá. Disponível em

http://dn.sapo.pt/2006/10/10/nacional/cavaco_destapa_da_lisboa_excluida_to.html (01-2008).

Diário de Notícias (2006). *Estão a aumentar pedidos de apoio*. Céu Neves. Disponível em

http://dn.sapo.pt/2006/11/19/sociedade/estao_a_aumentar_pedidos_apoio.html (11-2008).

Diário de Notícias (2006). *Meia tonelada de bacalhau para jantar de 1200 sem-abrigo*. Daniel Lam. Disponível em

http://dn.sapo.pt/2006/12/18/cidades/meia_tonelada_bacalhau_para_jantar_1.html (11-2008).

Diário de Notícias (2006). *Só devemos receber quem se porte bem*. Francisco Mangas. Disponível em

http://dn.sapo.pt/2006/11/12/cidades/so_devemos_receber_quem_porte_bem.html (08-2007).

Diário de Notícias (2007). *A Brasileira ofereceu almoço a 60 sem-abrigo do Porto*. N/D. Disponível em

http://dn.sapo.pt/2007/12/26/cidades/a_brasileira_ofereceu_almoco_a_semab.html (01-2008).

Diário de Notícias (2007). *Ex-estrela da TV britânica é hoje um sem-abrigo*. Maria João Espadinha.

Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/12/20/media/exestrela_tv_britanica_e_hoje_semabr.html (01-2008).

Diário de Notícias (2007). *Intervenção rápida é crucial para a reintegração na sociedade*. Artur de

- Freitas Sousa e Graça Freitas. Disponível em [http://www.dnoticias.pt/default.aspx?file_id=dn01013001040607&id_user=\(11-2008\)](http://www.dnoticias.pt/default.aspx?file_id=dn01013001040607&id_user=(11-2008)).
- Diário de Notícias (2007). *Mais jovens, "agarrados" à droga e sem família*. Céu Neves. Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/02/05/sociedade/mais_jovens_agarrados_a_droga_e_fami.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2007). *POR UM MUNDO MAIS LIVRE E MAIS JUSTO*. João César das Neves. Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/11/05/opiniao/por_mundo_mais_livre_e_mais_justo.html (11-2007).
- Diário de Notícias (2007). *Roubaram as meias dos sem-abrigo de Lisboa*. Kátia Catulo e Tiago Melo. Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/12/10/cidades/roubaram_meias_sem-abrigo_lisboa.html (01-2008).
- Diário de Notícias (2007). *Sem-abrigo hospitalizado com 70% do corpo queimado*. Isaltina Padrão. Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/01/11/cidades/sem-abrigo_hospitalizado_70_corpo_que.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2007). *Sem-abrigo portugueses 'escravos' em Espanha*. Carlos Rodrigues Lima. Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/03/16/sociedade/sem-abrigo_portugueses_escravos_espan.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2007). *Um centro na primeira linha de acolhimento dos sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/02/05/sociedade/um_centro_primeira_linha_acolhimento.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2007). *Uma refeição e um ombro para os sem-abrigo de Lisboa*. Maria João Caetano. Disponível em http://dn.sapo.pt/2007/10/17/sociedade/uma_refeicao_e_ombro_para_sem-abrigo_.html (11-2007).
- Diário de Notícias (2008). *"É preciso selar prédios e pôr polícia a fiscalizar"*. Daniel Lam. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/07/08/cidades/e_preciso_selar_predios_e_policia_a_.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2008). *"Tenho BI... mas Junho é mau para arranjar trabalho"*. Céu Neves. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/06/01/sociedade/tenho_bi_junho_e_para_arranjar_traba.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2008). *A grande Vitória*. Mário Soares. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/11/11/opiniao/a_grande_vitoria.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2008). *A rua como sede de campanha*. José Miguel Sardo. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/02/23/dngente/a_como_sede_campanha.html (05-2008).
- Diário de Notícias (2008). *Câmara remove entulho e lixo do Cinema Paris*. Kátia Catulo. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/07/07/cidades/camara_remove_entulho_e_lixo_cinema_.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2008). *Centro do Beato em risco 'ameaça' os sem-abrigo*. Carla Aguiar. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/02/02/sociedade/centro_beato_risco_ameaca_sem-abrigo.html (03-2008).
- Diário de Notícias (2008). *Fogo mata sem-abrigo em casa abandonada*. Roberto Bessa Moreira. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/05/02/cidades/fogo_mata_sem-abrigo_casa_abandonada.html (05-2008).
- Diário de Notícias (2008). *Incêndio em casa mata homem que se abrigara na cave*. Jacinta Romão e

- Nuno Brites. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/05/15/cidades/incendio_casa_mata_homem_se_abrigara.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2008). *Jovem envolvido na morte de Gisberta 'ilibado' pelos amigos*. Alfredo Teixeira e Amin Chaar. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/02/08/sociedade/jovem_envolvido_morte_gisberta_iliba.html (05-2008).
- Diário de Notícias (2008). *Juntas PSD de Lisboa preocupadas com a fome*. Luísa Botinas. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/06/13/cidades/juntas_de_lisboa_preocupadas_a_fome.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2008). *PJ aguarda autorização para recolher provas*. Isaltina Padrão. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/07/10/cidades/pj_aguarda_autorizacao_para_recolher.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2008). *PS-Madeira propõe 'repatriamento' dos imigrantes sem abrigo do Funchal*. Andreia Nobrega. Disponível em http://www.dnoticias.pt/Default.aspx?file_id=dn01010802110108&id_user= (01-2008).
- Diário de Notícias (2008). *Quando tudo falha, ainda há um prato de comida*. António Pedro Pereira. Disponível em http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1137107 (01-2009).
- Diário de Notícias (2008). *UM REGULAMENTO PARA PREVENIR TENTAÇÕES?*. Maria José Nogueira Pinto. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/10/02/opinioao/um_regulamento_para_prevenir_tentaco.html (11-2008).
- Diário de Notícias (2009). *Poder e miséria numa praça de contrastes*. Bruno Abreu e Gonçalo Villaverde. Disponível em http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1138497 (04-2009).
- Diário de Notícias (2009). *Sem-abrigo vão ter casas pagas pelo Estado*. Carla Aguiar. Disponível em http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1174206 (04-2009).
- Diário Digital (2005). *Seminário discute relação de alcoolismo com stress de guerra..* N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=203010 (01-2007).
- Diário Digital (2006). *Cavaco visita prostitutas, sem-abrigo e voluntários de Lisboa*. Lusa. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=12&id_news=245989 (08-2007).
- Diário Digital (2006). *Jovem detido no processo da morte de sem-abrigo foi libertado*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=226112 (01-2007).
- Diário Digital (2006). *Lisboa: Rotary Internacional e AMI aquecem 150 sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=255363 (01-2007).
- Diário Digital (2006). *Sem-abrigo: ministro garante políticas de emergência social..* N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=254788 (01-2007).
- Diário Digital (2006). *Suspeitos de matar transsexual começam hoje a ser julgados*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=234642 (01-2008).
- Diário Digital (2007). *Centro para sem-abrigo em Xabregas em risco de fechar*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=283213 (11-2008).
- Diário Digital (2007). *EUA: Condenado à morte obtém pizzas para centenas de sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=10&id_news=275594 (11-2008).
- Diário Digital (2007). *Federação de Cicloturismo entrega 7 mil euros a instituições..* N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=283904 (11-2008).

- Diário Digital (2007). *José Sá Fernandes exige pagamento a sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=267220 (11-2008).
- Diário Digital (2007). *LBV promove campanha de recolha de alimentos em Gaia*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=295867 (11-2007).
- Diário Digital (2007). *Natal: Angariar 5 mil pares meias para sem-abrigo de Lisboa*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=306813 (12-2007).
- Diário Digital (2007). *Pobreza: 27 mil portugueses na iniciativa «Levanta-te»*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=299542 (11-2007).
- Diário Digital (2007). *Sá Fernandes indignado com possível fecho centro sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=10&id_news=283428 (11-2008).
- Diário Digital (2007). *Sem-abrigo: CML tem plano de contingência contra o frio*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=260052 (11-2008).
- Diário Digital (2007). *SIDA: Programa nacional apoiou 47 projectos em 2007.*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=281510 (11-2008).
- Diário Digital (2007). *Voz do Operário serve almoço para mil sem-abrigo e idosos.*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=280600 (11-2007).
- Diário Digital (2008). *Aveiro promove Semana Objectivo 2015 a partir de dia 10*. Lusa. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=353041 (11-2008).
- Diário Digital (2008). *escola que não se limita a ficar só na esperança*. Lusa. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=&id_news=332927&page=2 (11-2008).
- Diário Digital (2008). *Frio em Lisboa motiva cuidados para os sem-abrigo*. Lusa. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=361100 (01-2009).
- Diário Digital (2008). *Pobreza: AMI diz que pedidos de apoio não param de aumentar*. N/D. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=354283 (11-2008).
- Diário do Alentejo (2009). *Onda de frio chegou ao Alentejo e mercúrio dos termómetros caiu abaixo de zero*. N/D. Disponível em <http://da.campodosmedia.com/jornal/?link=noticia&id=6553> (04-2009).
- Diário do Minho (2007). *Vidas solitárias convivem nas ruas de Braga*. Elisabete Carvalho. Disponível em <http://www.diariodominho.pt/noticia.php?codigo=31896> (01-2008).
- Diário do Minho (2008). *Número dos que vivem na rua aumenta durante as festas de São João*. Joaquim Martins Fernandes. Disponível em <http://www.diariodominho.pt/noticia.php?codigo=32954> (11-2008).
- Diário dos Açores (2006). *Pesquisadores canadianos distribuem vinho a pessoa sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=93477> (01-2008).
- Diário dos Açores (2007). *Evelina Rosa: ela ajuda repatriados e sem-abrigo a viver melhor porque o seu partido é o de Cristo!*. Nélia Câmara. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=131417> (04-2009).
- Diário dos Açores (2007). *Futebol de Rua: Uma modalidade que abre “avenidas” para a vida.*. N/D. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=117599> (11-2008).

- Diário dos Açores (2007). *Grupo de cidadãos organiza jantar de Natal para sem-abrigo de P.D.* N/D. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=131099> (01-2008).
- Diário dos Açores (2007). *Treze sem-abrigo referenciados em Ponta Delgada.* N/D. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=125134> (11-2007).
- Diário dos Açores (2008). *Antigos combatentes travam batalha para recuperar vida perdida nas ruas.* Helena Neves. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=151429> (11-2008).
- Diário dos Açores (2008). *Fome: criação do Homem sem alma.* Fernando Couto Alves. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=134361> (05-2008).
- Diário dos Açores (2008). *Sem Abrigo: Muitos têm apoio mas preferem voltar para a rua.* N/D. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=146032> (11-2008).
- Diário dos Açores (2008). *Sonho americano desvanece-se: classe média a viver em carros.* N/D. Disponível em <http://da.online.pt/news.php?id=155532> (11-2008).
- Diário Económico (2008). *Um trabalho de fundo, sério e consistente.* Maria José Nogueira Pinto. Disponível em http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/politica/pt/desarrollo/1170305.html (11-2008).
- Esquerda (2007). *Câmara de Lisboa retira apoio aos sem-abrigo.* N/D. Disponível em http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2213&Itemid=28 (11-2008).
- Esquerda (2007). *Crise financeira na CML.* N/D. Disponível em http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2789&Itemid=40 (11-2008).
- Esquerda (2007). *EUA: um quarto dos sem abrigo são veteranos de guerra.* N/D. Disponível em http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=4536&Itemid=26 (11-2007).
- Esquerda (2007). *Porto Feliz: o que torto nasce, tarde ou nunca se endireita...* João Semedo. Disponível em http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=3757&Itemid=67 (11-2008).
- Esquerda (2007). *Sá Fernandes revoltado com encerramento de Centro de Acolhimento aos Sem-Abrigo.* N/D. Disponível em http://www.esquerda.net/index2.php?option=com_content&task=view&id=3295&pop=1&page=0&Itemid=2 (11-2008).
- Esquerda (2008). *Única instituição de apoio a seropositivos no Algarve está falida.* N/D. Disponível em http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=7666&Itemid=28 (11-2008).
- Esquerda (2009). *Itália: médicos podem denunciar imigrantes ilegais.* N/D. Disponível em http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=10623&Itemid=26 (04-2009).
- Expresso (2009). *Frio: Festa surpresa para sem-abrigo em tenda que já ajudou cem pessoas e recebeu hoje António Costa.* N/D. Disponível em http://aeiou.expresso.pt/frio:_festa_surpresa_para_sem-

abrigo_em_tenda_que_ja_ajudou_cem_pessoas_e_recebeu_hoje_antonio_costa=f490864 (04-2009).

Expresso (2009). *Gala Porto's Africa distinguiu os melhores de 2008 e angariou fundos para Médicos do Mundo*. AYC. Disponível em

http://aeiou.expresso.pt/gala_portos_africa_distinguiu_os_melhores_de_2008_e_angariou_fundos_para_medicos_do_mundo=f496674 (04-2009).

Fábrica de Conteúdos (2006). «*Natal dos Sem Abrigo*» em Lisboa. Entidade promotora do evento apela à ajuda das pessoas.. N/D. Disponível em

<http://www.fabricadeconteudos.com/index.php?lop=artigo&op=e4da3b7fbbce2345d7772b0674a318d5&id=f7b58f6f143aecb5d28c57614016d69d> (11-2008).

Fábrica de Conteúdos (2006). *Comunidade Vida e Paz presta auxílio aos sem-abrigo*. N/D. Disponível em

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=e4da3b7fbbce2345d7772b0674a318d5&id=83202f2d20738e190b628aeec99b81bb> (01-2008).

Fábrica de Conteúdos (2007). *Festa de Natal para Sem-Abrigo em Lisboa*. N/D. Disponível em

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=6512bd43d9caa6e02c990b0a82652dca&id=86fb36d405c287e8a11cbe936d51686f> (01-2008).

Fábrica de Conteúdos (2008). *CML distribui agasalhos aos sem-abrigo*. N/D. Disponível em

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=c9f0f895fb98ab9159f51fd0297e236d&id=125de9834392430f74a7423ee32b3476> (01-2009).

Fábrica de Conteúdos (2008). *Começou hoje recolha de produtos de higiene nos centros comerciais da Grande Lisboa*. N/D. Disponível em

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=c9f0f895fb98ab9159f51fd0297e236d&id=13e02498b2ae3df0c9078db2f9eb9b2d> (10-2008).

Fábrica de Conteúdos (2008). *Incêndio em prédio devoluto de Lisboa faz um morto*. N/D. Disponível em

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=c9f0f895fb98ab9159f51fd0297e236d&id=b7bab52d3c5cfdafc8c1080559e4cd7f> (11-2008).

Fábrica de Conteúdos (2008). *Sem-abrigo lisboetas são maioritariamente homens*. N/D. Disponível em

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=c9f0f895fb98ab9159f51fd0297e236d&id=e3e20aa02559a91996c02a2d797f4782> (11-2008).

Fátima Missionária (2006). *Sem abrigo recomeçam vida em casa nova*. Lucília Oliveira. Disponível em

<http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=4969&seccao=2> (11-2008).

Fátima Missionária (2006). *Trinta anos de serviço aos mais pobres Aldeia da Flor na Coreia do Sul*.

Álvaro Pacheco. Disponível em

<http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=4795&seccao=3> (11-2008).

Fátima Missionária (2006). *Um Natal para mudar de vida..* Lucília Oliveira. Disponível em

<http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=4981&seccao=2> (11-2008).

Fátima Missionária (2007). *Doc Lisboa 2007. "Os dias e as horas" dos sem abrigo em São Francisco*.

Lucília Oliveria. Disponível em

<http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=10719&seccao=2> (11-2007).

Fátima Missionária (2007). *Jacques Gaillot em seminário do movimento "Nós Somos Igreja"*. Miguel

Marujo. Disponível em <http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=7739&seccao=2> (11-2008).

Fátima Missionária (2008). *Comunidade Vida e Paz expõe trabalhos*. Lucília Oliveira. Disponível em <http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=13425&seccao=1> (10-2008).

Fátima Missionária (2008). *Crise transforma brasileiros em sem abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=17603&seccao=3> (01-2009).

Fátima Missionária (2008). *Grande maioria dos sem abrigo vive na rua há mais de um ano*. Lucília Oliveira. Disponível em <http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=14234&seccao=2> (11-2008).

Fátima Missionária (2009). *Alimentos quentes e agasalhos distribuídos aos sem-abrigo*. Lucília Oliveira. Disponível em <http://www.fatimamissionaria.pt/noticia3.php?recordID=18861&seccao=2> (04-2009).

GAIA (2006). *Ajude os Sem-abrigo - Apoie a Comunidade Vida e Paz*. Andreia Garcia. Disponível em <http://gaia.org.pt/?q=node/1112> (11-2008).

GAIA (2006). *PARTICIPE: Voluntariado de ajuda aos sem-abrigo - (Sábado - Lisboa)*. N/D. Disponível em <http://gaia.org.pt/?q=node/853> (11-2008).

GAIA (2006). *VÍDEO REPORTAGEM: A cruel realidade dos Sem-abrigo em Portugal*. N/D. Disponível em <http://gaia.org.pt/?q=node/992> (11-2008).

Gazeta das Caldas (2006). *Câmara das Caldas pondera fechar centro para os sem-abrigo*. Rui Tibério. Disponível em <http://www.gazetacaldas.com/Desenvol.asp?NID=13390> (01-2008).

Guimarães Digital (2006). *Sem abrigo encontrado sem vida em Azurém*. N/D. Disponível em <http://www.guimaraesdigital.com/index.php?a=noticias&id=33275#> (11-2008).

Jornal da Madeira (2007). *"Sem abrigo" encontrado morto numa gruta*. Ferdinando Bettencourt. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=2&id=82065&sdata=2007-11-10> (11-2007).

Jornal da Madeira (2007). *Garimpeiros da política local*. Gilberto Teixeira. Disponível em http://www.jornaldamadeira.pt/not2008_12.php?Seccao=12&id=66635&sdata=2007-05-06 (11-2008).

Jornal da Madeira (2007). *Jardim Ramos anuncia protocolo com as IPSS*. Miguel Angelo. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=17&id=74172&sdata=2007-08-09> (12-2008).

Jornal da Madeira (2008). *"Sopa dos pobres" ampliada*. Celso gomes. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=14&id=105024&sup=0&sdata=> (11-2008).

Jornal da Madeira (2008). *Como ser verdadeiramente caridoso*. Sílvio Lamim Viegas. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=7&id=89190> (05-2008).

Jornal da Madeira (2008). *Pagar casa só em situações de emergência*. Miguel Angelo. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=14&id=104018&sup=0&sdata=> (11-2008).

Jornal da Madeira (2008). *PS/M alerta para imigrantes sem abrigo*. Marília Dantas. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=14&id=111990&sup=0&sdata=> (04-2009).

- Jornal da Madeira (2008). *Sérgio Marques promove a nova revista CAIS*. Marília Dantas. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=14&id=96277&sdata=2008-05-17> (11-2008).
- Jornal da Madeira (2008). *Unanimidade no reforço do número de polícias*. Marília Dantas. Disponível em <http://www.jornaldamadeira.pt/not2008.php?Seccao=14&id=89580&sdata=2008-02-14> (05-2008).
- Jornal de Negócios (2006). *Os homens lixo*. Leonel Moura. Disponível em http://www.negocios.pt/default.asp?SqlPage=Content_Opiniao&CpContentId=279171 (01-2008).
- Jornal de Negócios (2008). *"Sopa dos pobres" para cães abre em Berlim*. Carla Pedro. Disponível em <http://www.jornaldenegocios.pt/index.php?template=SHOWNEWS&id=338886#> (11-2008).
- Jornal de Negócios (2008). *Os cem abrigos de Lisboa*. João Taborda da Gama. Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/index.php?template=SHOWNEWS_OPINION&id=333148 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2005). *Fecho de hospitais em debate nos HUC*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/2005/11/28/centro/fecho_hospitais_debate_huc.html (08-2007).
- Jornal de Notícias (2005). *Fecho de hospitais pode ter consequências "trágicas"*. João Luís Campos. Disponível em http://jn.sapo.pt/2005/11/29/sociedade/fecho_hospitais_pode_consequencias_t.html (04-2009).
- Jornal de Notícias (2005). *Há milhão e meio de voluntários*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/2005/12/05/sociedade/ha_milhao_e_meio_voluntarios.html (08-2007).
- Jornal de Notícias (2005). *Novo ataque de jovens a um sem-abrigo em Málaga*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/2005/12/25/sociedade/novo_ataque_jovens_a_sem-abrigo_malag.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2006). *AMI instala-se para ajudar sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=582249 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2006). *Inaugurada valência de apoio aos sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=584714 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2006). *Metade dos sem-abrigo sentem apoio ineficaz*. Pedro Araújo. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=563227 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2006). *Prédio abandonado é refúgio de sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/2005/11/24/pais/predio_abandonado_e_refugio_semabrig.html (08-2007).
- Jornal de Notícias (2006). *Reino unido O novo 'el dorado' da emigração*. Rita Jordão, Leonel de Castro,. Disponível em http://jn.sapo.pt/2006/06/10/primeiro_plano/reino_unido_o_novo_el_dorado_emigrac.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2006). *Sem-abrigo ganham serviços de apoio*. Alexandra Ferreira da Silva. Disponível em http://jn.sapo.pt/2006/01/18/grande_lisboa/sem-abrigo_ganham_servicos_apoio.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2006). *Vídeo leva à captura dos assassinos*. N/D. Disponível em <http://www.correioanha.pt/noticia.asp?id=188336&idselect=91&idCanal=91&p=94> (01-2008).

- Jornal de Notícias (2006). *Voluntários alimentam os sem-abrigo da cidade*. Paulo Rocha, Bruno Pires. Disponível em http://jn.sapo.pt/2006/05/29/centro/voluntarios_alimentam_sem-abrigo_cida.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *"Cais" faz do pão símbolo humano*. César Santos. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/12/11/pais/cais_do_simbolo_humano.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Abrunhosa lança "Luz" a 28 de Maio*. N/D. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=667800 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Ateliês para sem-abrigo trabalham amor-próprio*. Denisa Sousa e Alfredo Cunha. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=693585 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Chamas vitimam sem-abrigo*. Susana Otão. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/11/10/pais/chamas_vitimam_sem-abrigo.html (11-2007).
- Jornal de Notícias (2007). *Donativos para campanha de solidariedade roubados em Faro*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/11/12/ultimas/Donativos_para_campanha_de_solid.html (11-2007).
- Jornal de Notícias (2007). *ESPÍRITO DE MISSÃO NAS RUAS DA CAPITAL*. Luís Garcia. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/12/27/pais/voluntarios_aquecem_noites_sem-abrigo.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Ex-pivô britânico vive como sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/12/21/televisao/expivo_britanico_vive_como_sem-abrigo.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Mega-sardinhada para sem-abrigo*. Nuno Miguel Ropio. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=667273 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Padre denuncia drama dos sem-abrigo da EPA*. N/D. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=688615 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Pizzas, leitão e frango na consoada dos sem-abrigo*. Tiago Petinga. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/12/26/pais/pizzas_leitao_e_frango_consoada_sema.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Porta aberta aos pobres*. Joaquim Almeida e Manuel Correia. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=686660 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Quarto com vista para as estrelas*. Francisco Curate. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/10/17/pais/quarto_vista_para_estrelas.html (11-2007).
- Jornal de Notícias (2007). *Sardinhada juntou mil carenciados*. Nuno Miguel Ropio. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=677912 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Sem-abrigo dorme há anos na escada da Universidade*. Tânia Mota. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=694381 (12-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Teatro e dança pelos segregados*. Isabel Peixoto. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/12/14/cultura/teatro_e_danca_pelos_segregados.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2007). *Visita de Cavaco tirou-lhe o carro que era a sua casa*. Marisa Rodrigues. Disponível em http://jn.sapo.pt/2007/10/27/pais/visita_cavaco_tiroulhe_o_carro_era_a.html (11-2007).
- Jornal de Notícias (2008). *"Não há vaga de frio que me tire da rua"*. Pedro Antunes Pereira. Disponível em

- http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Braga&Concelho=Braga&Option=Interior&content_id=1052318 (01-2009).
- Jornal de Notícias (2008). *"Sopa rica" mata a fome a mais de dez famílias*. Telma Roque. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=934160 (10-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *17 anos de prisão para dois jovens*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1042636 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *A convicção que o drama é apenas transitório*. Agostinho Santos. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=962656 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Aumentam as crianças de rua em toda a Europa*. Isabel Teixeira da Mota. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1023027 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Banhos públicos de volta à Baixa*. Carina Fonseca. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Coimbra&Concelho=Coimbra&Option=Interior&content_id=964663 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Barcos põem em Portugal droga destinada à Europa*. Eduarda Ferreira. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1039867 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Bolo-rei e fatias de pizza oferecidos a sem-abrigo*. Ana Fonseca. Disponível em http://jn.sapo.pt/2008/01/07/pais/bolorei_e_fatias_pizza_oferecidos_a_.html (01-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Bruxelas sobe ajuda alimentar a pobres*. Célia Marques Azevedo. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1014123 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Castanhas e vinho para os sem-abrigo*. Telma Roque. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Lisboa&Option=Interior&content_id=1042617 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Cem pessoas morrem sozinhas todos os anos em Lisboa*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1030452 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Cinema Paris tomado por sem-abrigo e bicharada*. Gina Pereira. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=931692 (10-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Degradação gritante junto à Rotunda da Boavista*. Fernanda Ponte. Disponível em http://jn.sapo.pt/CidadaoReporter/Interior.aspx?content_id=1005924 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Dormiu três meses num buraco*. Teresa Cardoso. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Viseu&Concelho=Viseu&Option=Interior&content_id=1047037 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Equipa de rua para toxicodependentes*. Joaquim Forte. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Braga&Concelho=Guimar%E3es&Option=Interior&content_id=1036384 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Escultura serve de casa a dois amigos*. Liliana Gonçalves. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=983884 (11-2008).

- Jornal de Notícias (2008). *Ex-combatentes viraram sem-abrigo*. Helena Neves. Disponível em <http://mail.google.com/mail/?hl=pt-PT&shva=1#inbox/11b465edcd49659b> (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Fogo destrói casa ocupada por sem-abrigo*. Rui Bondoso. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Viseu&Concelho=Viseu&Option=Interior&content_id=1020841 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Homem carbonizado em armazém vazio*. Carla Sofia Luz. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1018638 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Já há famílias à espera do saco da comida*. Alexandra Marques. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1063427 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2008). *Lisboa com problema "sério" de pobreza*. Nuno Miguel Ropio. Disponível em <http://mail.google.com/mail/?hl=pt-PT&tab=wm#inbox/118748b42681ccf8> (05-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Lúcia Moniz apresenta "Voluntário"*. Elsa Pereira. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Media/Interior.aspx?content_id=1023786 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Médicos do Mundo ajudam sem-abrigo e prostitutas*. Hugo Silva. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1064225 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2008). *Passagem de nível fatídica faz nova vítima*. Ricardo Paz Barroso. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Vila%20Franca%20de%20Xira&Option=Interior&content_id=1026319 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Ponte das Agradas vai para obras*. Jesus Zing. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Aveiro&Concelho=Aveiro&Option=Interior&content_id=1023023 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Prédios abandonados dão guarida a marginais*. Natacha Palma. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Aveiro&Concelho=Ovar&Option=Interior&content_id=974344 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Ranking das Escolas Secundárias*. Luís Pedro Carvalho. Disponível em http://jn.sapo.pt/Dossies/dossie.aspx?content_id=1036019&dossier=Ranking%20das%20Escolas%20Secund%20arias (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Reinserção de 80% dos sem-abrigo tida como meta "utópica"*. A.M.. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1030762 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Rui Cunha: "Estamos a pensar em criar novos jogos sociais"*. Gina Pereira. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=962452 (11-2008).
- Jornal de Notícias (2008). *Sem-abrigo tomam destino nas próprias mãos*. Pedro Olavo Simões. Disponível em http://jn.sapo.pt/Paginainicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=969749 (11-2008).

- Jornal de Notícias (2008). *Solidariedade aumenta na proporção da crise*. N/D. Disponível em http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1062882 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2008). *Vela provocou incêndio e causou queimaduras graves a sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://dn.sapo.pt/2008/12/01/cidades/vela_provocou_incendio_e_causou_quei.html (01-2009).
- Jornal de Notícias (2008). *Voluntários ajudam a aquecer noites do Porto*. Tiago Alves. Disponível em http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1063433 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *"A liberdade da rua é feita de fome e frio"*. Leonor Paiva Watson. Disponível em http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1156965 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *"Cais": Quinze anos e milhões de revistas vendidas*. Leonor Paiva Watson. Disponível em http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1156954 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *"Sopa da noite" em Março para 150 pessoas*. Manuel Vitorino. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1145336 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *Cais inaugura restaurante social*. Telma Roque. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Lisboa&Option=Interior&content_id=1142387 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *Estratégia abrange dois mil sem-abrigo*. Alexandra Marques. Disponível em http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1170047 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *Fogo em prédio devoluto matou dois sem-abrigo*. Telma Roque. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Lisboa&Option=Interior&content_id=1070084 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *Réveillon de Lisboa expulsa sem-abrigo*. Nuno Miguel Ropio. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Lisboa&Option=Interior&content_id=1065129 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *Segurança Social: Estratégia Nacional para a Integração dos Sem-Abrigo*. GC. Disponível em http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=1168767 (04-2009).
- Jornal de Notícias (2009). *Toxicódromo habitado no coração do Porto*. José Miguel Gaspar. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1135984 (04-2009).
- Jornal Diário (2008). *Primeira unidade de tratamento e reabilitação juvenil*. N/D. Disponível em http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=17459 (11-2008).
- Jornal do Algarve (2008). *Violência doméstica lidera pedidos de ajuda no Algarve*. Fernando Reis. Disponível em <http://www.jornaldoalgarve.pt/artigos.asp?varNumero=7488> (10-2008).
- Jornal Expresso (2009). *Uma civilização ferida*. Clara Ferreira Alves. Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/uma-civilizacao-ferida=f511982> (05-2009).
- Jornal Nova Odiveelas (2008). *PALAVREANDO Poetas, Poemas e Pessoas*. Henrique Ribeiro. Disponível em <http://www.novaodiveelas.pt/sitemega/view.asp?itemid=513> (03-2008).

- Jornal Oeste Online (2005). *Centro Hospitalar recuperou edifício*. Pedro Antunes. Disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=10925> (01-2008).
- Jornal Oeste Online (2008). *Dormir na rua*. Francisco Gomes. Disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=18258> (05-2008).
- Jornal Oeste Online (2008). *PSP encontra camas em loja fechada há dois anos*. Francisco Gomes. Disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=18496> (05-2008).
- Jornal Pequeno (2008). *'Sem-teto' se preparam para ocupar área vizinha à Uema*. José Linhares Júnior. Disponível em <http://www.jornalpequeno.com.br/2008/2/14/Pagina73037.htm> (05-2008).
- Jornal Regional (2005). *Futebol de Rua. Governo Civil, Cais e municípios do distrito associam-se*. N/D. Disponível em <http://www.jornalregional.com/?p=cfcd208495d565ef66e7dff9f98764da&distrito=&concelho=&op=noticia&n=5ddc03c7f3aabb4686511c4f913c4c07> (01-2008).
- Jornal Regional (2006). *Cruz Vermelha deu a conhecer resultados do primeiro ano de funcionamento do serviço e concluiu que a maioria dos casos é do concelho de Águeda*. N/D. Disponível em <http://www.jornalregional.com/?p=cfcd208495d565ef66e7dff9f98764da&distrito=&concelho=&op=noticia&n=0f321ce9af308ede009dc92f645be6ca> (01-2008).
- Jornal Regional (2006). *Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Porto) promove jantar de Natal e Reis Um dia diferente com as pessoas sem abrigo na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Marquês)*. N/D. Disponível em <http://www.jornalregional.com/?p=cfcd208495d565ef66e7dff9f98764da&distrito=&concelho=&op=noticia&n=e323c70c7e6dce0b9a19ea6531d232d7> (08-2007).
- Jornal Regional (2006). *POBREZA desumana em Águeda não impede os POBRES de sonhar*. N/D. Disponível em <http://www.jornalregional.com/?p=cfcd208495d565ef66e7dff9f98764da&distrito=&concelho=&op=noticia&n=3306df7fb68a8b07e54fdde6e13033a0> (01-2008).
- Jornal Regional (2007). *Sem-abrigo recusam ajuda*. N/D. Disponível em <http://www.jornalregional.com/?p=cfcd208495d565ef66e7dff9f98764da&distrito=&concelho=&op=noticia&n=d8853c9bffcfe3254f49b7affa291ab8> (02-2007).
- Jornalismo Porto Net (2008). *Agressor de Gisberta condenado a oito meses de prisão*. Sandra Silva. Disponível em http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/14/agressor_de_gisberta_condenado_a_oito_meses_de_prisao.html (10-2008).
- Lusa (2008). *Crise Alimentar: CNIS apela a reforço do apoio aos sem-abrigo pelas instituições*. Lusa. Disponível em <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/2c62c553c35cc1668ef647.html> (11-2008).
- Mais Futebol (2008). *Académica: jogadores venderam revistas pelos sem-abrigo*. Francisco Frederico. Disponível em http://www.maisfutebol.iol.pt/noticia.php?id=935802&div_id=1469 (10-2008).
- Matosinhos Hoje (2007). *Associação oferece ajuda a quem dela precisar. REMAR para um "porto de abrigo"*. Carla Festas. Disponível em <http://www.matosinhoshoje.com/index.asp?idEdicao=325&id=15764&idSeccao=2769&Action=noticia> (11-2007).

- Matosinhos Hoje (2008). *O "MH" procurou saber que apoio é prestado aos sem-abrigo*. Dulce Salvador. Disponível em <http://www.matosinhoshoje.com/index.asp?idEdicao=343&id=16897&idSeccao=2841&Action=noticia> (01-2008).
- O Aveiro (2007). *Oito anos e muitas ruas depois*. Pedro José Barros. Disponível em <http://www.oaveiro.pt/?lop=conteudo&op=70c639df5e30bdee440e4cdf599fec2b&id=4f8bfe1d57f5c305c083e5ab7f4ab0bf> (01-2008).
- O Aveiro (2007). *Solidariedade - Florinhas do Vouga ajudam sem-abrigo. Pães para quem não tem tecto*. Pedro José Barros. Disponível em <http://www.oaveiro.pt/?lop=conteudo&op=70c639df5e30bdee440e4cdf599fec2b&id=7887abe55f6ee52d1aaa2e847ef3cb76> (01-2008).
- O Emigrante - Mundo Português (2007). *Associação no Luxemburgo doa próteses a irmãs de Vila Verde*. N/D. Disponível em <http://www.mundoportugues.org/content/1/1774/associacao-luxemburgo-doa-protese-irmas-vila-verde/> (01-2008).
- O Emigrante - Mundo Português (2007). *Balneário público de Alcântara fornece quinhentos banhos gratuitos por semana*. N/D. Disponível em <http://www.mundoportugues.org/content/1/1411/balneario-publico-alcntara-fornece-quinhentos-banhos-gratuitos-por-semana/> (11-2007).
- O Mensageiro. Gazeta das Caldas (2005). *Centro de Acolhimento de Leiria*. N/D. Disponível em Link não disponível - Enviado por e-mail em 19/11/2005 (05-2009).
- O Mirante (2008). *Grupo de escuteiros em acções de cariz cultural em Vialonga*. Ana Isabel Borrego. Disponível em <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=328&id=41672&idSeccao=4761&Action=noticia> (05-2008).
- O Mirante (2008). *Misericórdia tem projecto para criar unidade de vida autónoma*. N/D. Disponível em <http://www.omirante.pt/index.asp?idEdicao=51&id=20052&idSeccao=479&Action=noticia> (02-2008).
- O Mirante (2008). *Projecto da Obriverca comprometido por impasse na linha férrea*. Nelson Silva Lopes. Disponível em <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=335&id=42963&idSeccao=4879&Action=noticia> (10-2008).
- O Mirante (2008). *Rotunda das Silveiras impede acesso a habitações no Brejo*. N/D. Disponível em <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=366&id=48844&idSeccao=5433&Action=noticia> (11-2008).
- O Mirante (2008). *Santarém tem níveis preocupantes de consumo de álcool e drogas*. N/D. Disponível em <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=339&id=43707&idSeccao=4949&Action=noticia> (11-2008).
- O Mirante (2008). *Uma espera angustiante nas urgências do hospital*. N/D. Disponível em <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=365&id=48588&idSeccao=5411&Action=noticia> (11-2008).

- O Mirante (2008). *Voluntários distribuem alimentos, roupa e atenção*. N/D. Disponível em <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=370&id=49569&idSeccao=5503&Action=noticia> (04-2009).
- O Mirante (2009). *Esquizofrénico sem abrigo porque ninguém o quer acolher*. N/D. Disponível em <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=383&id=52173&idSeccao=5738&Action=noticia> (04-2009).
- O Primeiro de Janeiro (2006). *“Até a um juíz já dei a sopa”*. Joana Soares. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3&subsec=&id=e213f4317f0c13c8ea928a1228deccea> (01-2008).
- O Primeiro de Janeiro (2006). *Caso Gisberta chega ao fim para os mais novos do grupo que alegadamente a matou*. Jaime Gabriel de Jesus. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=a87ff679a2f3e71d9181a67b7542122c&subsec=&id=9ca0b10479f179b2f6ed1ce3021dbd41> (09-2006).
- O Primeiro de Janeiro (2006). *Chamas num prédio devoluto na Rua Duque de Saldanha chegaram a preocupar*. N/D. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3&subsec=&id=1b6d782e94b61ab931d5263dbc98e8ef> (01-2008).
- O Primeiro de Janeiro (2006). *Defesa contesta resolução do PE*. N/D. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=a87ff679a2f3e71d9181a67b7542122c&subsec=&id=e8dfa4841e7fbfe0e3fcbbf3616cad07> (01-2008).
- O Primeiro de Janeiro (2006). *Segunda etapa do Roteiro*. Isabel Fernandes. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=1679091c5a880faf6fb5e6087eb1b2dc&subsec=&id=ce79ff62feacf9fc9c2b96b6b39be69d> (01-2008).
- O Primeiro de Janeiro (2006). *Segurança Social vai requerer atribuição de uma pensão social*. N/D. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=e4da3b7fbbce2345d7772b0674a318d5&subsec=&id=44f831f358aaca5d951059c08c0966cf> (01-2008).
- O Primeiro de Janeiro (2006). *Sem-abrigo aptos para trabalhar*. Ana Magalhães. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3&subsec=&id=cd17111d7a8caefd47c4d6faeb1eef79> (08-2007).
- O Primeiro de Janeiro (2007). *De exclusão para inclusão!*. André Rubim Rangel. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=9bf31c7ff062936a96d3c8bd1f8f2ff3&subsec=&id=df15fbc6cd6e8cc22df9406f617c320b> (11-2007).
- O Primeiro de Janeiro (2007). *Imigrantes coabitam com muitos portugueses*. José Sá Reis. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3&subsec=&id=2d4ecfbcf0c83d22b5701fb5ff7b2441> (11-2007).
- O Primeiro de Janeiro (2007). *Porta amiga para os sem abrigo*. José Sá Reis. Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3&subsec=&id=a03835fd339d646e14aa91b083dc727f> (11-2007).
- O Rio (2008). *Deputado Luís Carloto Marques visita valências da Cáritas Diocesana de Setúbal*. N/D. Disponível em <http://www.orio.pt/modules/news/article.php?storyid=3064> (11-2008).

- O Setubalense (2008). *“O Bom Samaritano” organiza a 1.ª Cimeira Cristã*. N/D. Disponível em <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=163&id=6394&idSeccao=1391&Action=noticia> (10-2008).
- O Setubalense (2008). *Ao ajudar quem mais precisa não perdemos, só ganhamos!*. Vera Gomes. Disponível em <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=239&id=8725&idSeccao=1982&Action=noticia> (11-2008).
- O Setubalense (2008). *Cubículo alberga indivíduos sem-abrigo e faz perigar saúde pública*. Teodoro João. Disponível em <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=221&id=8134&idSeccao=1845&Action=noticia> (11-2008).
- O Setubalense (2008). *Falta de regularidade na limpeza provoca “lixeira pública”*. João Teodoro. Disponível em <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=229&id=8363&idSeccao=1909&Action=noticia> (11-2008).
- O Setubalense (2008). *Jantar de solidariedade juntou trinta sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=120&id=5128&idSeccao=1074&Action=noticia> (01-2008).
- O Setubalense (2008). *Tribunal serve de tecto a pessoas sem abrigo*. Ana Maria Santos. Disponível em <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=194&id=7421&idSeccao=1652&Action=noticia> (11-2008).
- O Setubalense (2009). *Pessoas sem abrigo recebem apoio da Câmara e Protecção Civil de Setúbal*. Ana Maria Santos. Disponível em <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=271&id=9798&idSeccao=2228&Action=noticia> (04-2009).
- Observatório do Algarve (2008). *MAPS na Semana Académica de Loulé*. N/D. Disponível em http://www.observatoriodoalgarve.com/cna/noticias_ver.asp?noticia=21551 (10-2008).
- On Line News Aveiro (2007). *Autarca quer clarificação*. N/D. Disponível em <http://www.olin.pt/noticias.asp?id=12810&secc=1> (12-2008).
- On Line News Aveiro (2008). *Conselho define metodologia para a segurança*. N/D. Disponível em <http://www.olin.pt/noticias.asp?id=15076&secc=1> (05-2008).
- Opinião (2006). *Fundo Social Municipal (FSM)*. Padre José Maia. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/47/noticia.asp?jornalid=47¬iciaid=35010> (01-2008).
- Pal FM (2008). *Adeptos solidários com sem-abrigo*. Ana Pereira. Disponível em <http://www.palfm.com/desporto-detalle.php?dqual=2156> (01-2008).
- Portugal Diário (2006). *«Vivo no jardim há sete anos»*. Tatiana Alegria. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=680626&div_id=291 (12-2008).
- Portugal Diário (2006). *Cavaco visita prostitutas, sem-abrigo e idosos*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=754523&div_id=291 (10-2006).
- Portugal Diário (2006). *Frio: Lisboa mantém apoio aos sem-abrigo*. N/D. Disponível em

- http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=640064&div_id=291 (01-2008).
- Portugal Diário (2006). *Jovens com incentivos para regressar à Baixa*. Bruno Henriques da Silva. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=740873&div_id=291 (08-2007).
- Portugal Diário (2006). *Lei proíbe solidariedade em Las Vegas*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=711706&div_id=299 (09-2007).
- Portugal Diário (2006). *Lisboa: almoço de Natal para idosos e sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=754438&div_id=291 (09-2007).
- Portugal Diário (2006). *Pobreza: os números da CAIS*. Marta Sofia Ferreira. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=733460&div_id=291 (01-2008).
- Portugal Diário (2006). *Porto: iniciativas de solidariedade marcam Natal*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?div_id=291&id=753840 (08-2007).
- Portugal Diário (2006). *Sem-abrigo em caça ao tesouro*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=707491&div_id=291 (01-2008).
- Portugal Diário (2007). *«Tuning» e sem-abrigo no túnel*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=801887&div_id=3148 (12-2008).
- Portugal Diário (2007). *Barcelona: sem-abrigo receiam ser assaltados*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=764899&div_id=291 (12-2008).
- Portugal Diário (2007). *Homem encontrado morto em «refúgio» de sem-abrigo*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=782001&div_id=291 (12-2008).
- Portugal Diário (2007). *Música clássica contra ladrões*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=839846&div_id=299 (12-2008).
- Portugal Diário (2007). *Sem-abrigo podem dormir nos passeios*. N/D. Disponível em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=864524&div_id=291 (11-2007).
- Portugal Diário (2008). *«Se eu consegui, vocês também conseguem»*. Sara Marques. Disponível em <http://diario.iol.pt/sociedade/sem-abrigo-solidariedade-natal-droga-comunidade-vida-e-paz-portugaldiario/1026288-4071.html> (04-2009).
- Portugal Diário (2008). *Dia trágico na Madeira*. N/D. Disponível em http://diario.iol.pt/noticia.html?id=921516&div_id=4071 (05-2008).
- Portugal Diário (2008). *Droga: distribuídas mais de cem seringas por dia. Em cerca de dois meses associação entregou 4.476 preservativos*. N/D. Disponível em http://diario.iol.pt/noticia.html?id=926789&div_id=4071 (10-2008).
- Portugal Diário (2008). *Sem-abrigo: maioria são homens*. N/D. Disponível em <http://diario.iol.pt/sociedade/lisboa-estudo-sem-abrigo-pobres-anjos-cml/948366-4071.html> (11-2008).
- Público Última Hora (2006). *Há quase três mil sem-abrigo 3000 sem-abrigo em Portugal continental*. Ana Cristina Pereira. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1266209&idCanal=undefined> (12-2008).
- Público Última Hora (2006). *Lisboa: polícia despejou 200 casas ocupadas ilegalmente*. N/D. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1238145&idCanal=0> (12-2008).

- Público Última Hora (2006). *Médicos do Mundo oferecem. Imigrantes e sem-abrigo recebem cacau quente*. N/D. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1236080&idCanal=0> (12-2008).
- Público Última Hora (2007). *Ares do Pinhal monopoliza equipamentos de apoio em Lisboa. Presidente do Instituto da Droga e da Toxicoddependência financia associação onde trabalhou*. Catarina Gomes. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1309032> (11-2007).
- Público Última Hora (2007). *Assembleia Municipal de Lisboa exige pagamento a associação de apoio a sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1291431&idCanal=76> (12-2008).
- Público Última Hora (2007). *Empresa nunca foi sujeita a concurso público e foi alargando valências sem pareceres*. Catarina Gomes. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1306153&idCanal=62> (11-2007).
- Público Última Hora (2008). *Associação de Veteranos de Guerra exige regresso de corpos de 3200 militares sepultados nas ex-colónias*. N/D. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1346567&idCanal=12> (11-2008).
- Público Última Hora (2008). *Crianças de rua: "Têm entre 16 e 18 anos, pedem 25 euros para ir com um cliente"*. Andreia Sanches. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1344962&idCanal=62> (11-2008).
- Público Última Hora (2008). *Estudo considera prioritário apoiar crianças e deficientes*. Ana Brasil. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1352118> (04-2009).
- Público Última Hora (2008). *Existem na capital 1187 pessoas Lisboa: Sem-abrigo têm novo espaço de atendimento no bairro do Rego*. Lusa. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1353674&idCanal=59> (04-2009).
- Público Última Hora (2008). *Festa do cinema Francês*. Jorge Mourinha. Disponível em <http://cincartaz.publico.pt/noticias.asp?id=212545> (11-2008).
- Público Última Hora (2008). *Rendimentos irão limitar acesso às políticas públicas*. Luísa Pinto. Disponível em <http://economia.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1328071> (11-2008).
- Público Última Hora (2008). *Septuagenárias americanas condenadas a prisão perpétua por homicídio de dois sem-abrigo*. Susana Almeida Ribeiro. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1335696> (11-2008).
- Público Última Hora (2008). *Situações de carência afectam cada vez mais classe média, mulheres e jovens*. Isabel Leiria. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1347171&idCanal=62> (11-2008).
- Público Última Hora (2009). *Bélgica promove concurso Miss Sem-Abrigo*. N/D. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1365717> (04-2009).
- Público Última Hora (2009). *Senado italiano quer médicos a denunciar imigrantes ilegais*. Ana Fonseca Pereira. Disponível em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1364120&idCanal=11> (04-2009).
- Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Associação organiza almoço de Natal Bio para sem-abrigo e pessoas sós*. N/D. Disponível em <http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Associacao-organiza-almoco-de->

Natal-Bio-para-sem-abrigo-e-pessoas-sos-CVideo.rtp&article=68227&visual=3&layout=10&tm=8 (04-2009).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Comunidades: Jerónimo de Sousa visita este fim-de-semana portugueses no Luxemburgo e em Paris*. N/D. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=343400&visual=26&tema=1> (05-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Crise Alimentar: Câmara de Lisboa prevê aumento de sem-abrigo - Vereadora da Acção Social*. Lusa. Disponível em <http://mail.google.com/mail/?shva=1#inbox/11a0177f5c1ae7b9> (11-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Guerra Colonial: 150 mil homens ingerem fármacos por sofrerem de stress de guerra*. N/D. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=368988&visual=26&tema=1> (11-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Igreja de Sto António distribui lanche pelos sem-abrigo para mostrar que o Natal é um "direito" de todos*. N/D. Disponível em <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=68208&visual=3&layout=10> (04-2009).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Lisboa/Pobreza: Envelhecimento, sem-abrigo e crianças são "problemas sérios" - Agostinho Jardim Moreira*. N/D. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=329011&visual=26> (05-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Madeira: Secretário Regional dos Assuntos Sociais quer medidas mais restritivas no combate ao narcotráfico*. N/D. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=331564&visual=26> (05-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Misericórdia de Lisboa: Procura aos serviços de emergência social aumentou 6% só no primeiro semestre - provedor*. Lusa. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=362735&visual=26&tema=1> (11-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Nicolas Sarkozy disponibiliza 160 milhões para lutar contra a pobreza no país*. SK. Disponível em <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=98527&visual=3&layout=10> (04-2009).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *PER/Bairros Sociais: Aleixo, um "enclave" onde a droga domina*. Joana Pulido. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=331386&visual=26> (05-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Pobreza: Director da revista CAIS critica falta de vontade política para criar Observatório Nacional*. AZR/FZR Lusa. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=340713&visual=26> (10-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Porto: Deputados PS sensibilizam governo para acção do Serviço de Assistência das Organizações de Maria*. F.R. Lusa. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=332208&visual=26> (10-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Ronda da Caridade comemora 13 anos de apoio aos sem-abrigo*. Lusa. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=253580&visual=26&tema=1> (11-2008).

Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Toxicoddependência: Projecto Arrimo líder nacional da troca de seringas*. N/D. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=332039&visual=26> (05-

2008).

- Rádio e Televisão de Portugal (2008). *Venezuela: Assassínios diminuem mas polícia procura suspeito pela morte de 43 sem-abrigo*. FPG Lusa. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=339302&visual=26&tema=2> (10-2008).
- Rádio e Televisão de Portugal (2009). *A Liga da Boa Vontade (LBV) tem recebido mais pedidos de ajuda devido à crise económica, sendo muitas vezes de pessoas com "cerca de 40 e 50 anos" que enfrentam dificuldades, disse à Lusa uma responsável da instituição*. FC/TQ. Disponível em <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=205515&visual=3&layout=10> (04-2009).
- Rádio Renascença (2005). *Apoio Jesuíta aos Refugiados há 12 anos em Portugal*. N/D. Disponível em <http://www.rr.pt/noticia.asp?idnoticia=150164> (05-2005).
- Rádio Renascença (2006). *Jantar de Natal dos sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=23&SubAreaId=79&ContentId=190352> (12-2008).
- Rádio Renascença (2007). *Comunidade Vida e Paz assaltada*. N/D. Disponível em <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=23&SubAreaId=79&ContentId=228857> (01-2008).
- Rádio Renascença (2008). *Incêndio mostra debilidades no sistema*. N/D. Disponível em <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=11&SubAreaId=53&ContentId=253063> (11-2008).
- Rádio Renascença (2008). *Reportagem com os sem-abrigo*. António José Soares. Disponível em <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=11&SubAreaId=39&SubSubAreaId=79&ContentId=248766> (11-2008).
- Rádio Renascença (2008). *Retrato dos sem-abrigo em Lisboa*. Vera Pinto. Disponível em <http://www.rr.pt/informacaoDetalhe.aspx?AreaId=23&SubAreaId=53&ContentId=246044> (11-2008).
- Rádio Renascença (2009). *Legião da Boa Vontade pede cobertores para sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=11&SubAreaId=53&ContentId=272891> (04-2009).
- Rádio Renascença (2009). *Sem-abrigo com ajuda adicional nesta quadra*. Cristina Branco. Disponível em <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=11&SubAreaId=53&ContentId=271710> (04-2009).
- Rádio Renascença (2009). *Sem-abrigo sofrem com o frio*. António José Soares e Carolina Duarte. Disponível em <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=11&SubAreaId=39&ContentId=268901> (04-2009).
- Rádio Vaticano (2006). *CRESCER NÚMERO DE JOVENS SEM-ABRIGO NA EUROPA*. N/D. Disponível em <http://www.oecumene.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=103535> (08-2007).
- Região Sul (2008). *Concerto de solidariedade em Portimão*. N/D. Disponível em <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=80857> (05-2008).
- Região Sul (2008). *MAPS em falência*. N/D. Disponível em <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=80857>

sul.pt/noticia.php?refnoticia=86301 (11-2008).

Rostos On-line (2006). *Ao encontro de uma experiência com os Sem- Abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=100809&mostra=2> (01-2008).

Rostos On-line (2009). *Sabia que...?!...O seu concelho preocupa-se com os sem-abrigo?!*. Susana Henrique. Disponível em http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=12528&mostra=2&seccao=inferencias&titulo=Sabia_que_e%2%80%A6!-%E2%80%A6O_seu_concelho_pr (04-2009).

Semanário Transmontano (2009). *Quem lhe deu a mão?*. Leila Cristina Pinto. Disponível em <http://www.semanariotransmontano.com/noticia.asp?idEdicao=180&id=7753&idSeccao=2537&Action=noticia> (04-2009).

Sic Notícias (2007). *Fogo mata sem-abrigo*. Cesário Camacho. Disponível em <http://sic.sapo.pt/online/noticias/pais/20071109MADEIRA.htm> (11-2007).

Soberania do Povo (2008). *Águeda: Delegação local da Cruz Vermelha apoia mais de 600 desfavorecidos*. N/D. Disponível em <http://www.soberaniadopovo.pt/portal/index.php?news=8048> (11-2008).

Sol (2007). «*Michellin para os Pobres*» Itália lança livro para sem abrigo. Dora Guennes/Reuters. Disponível em http://sol.sapo.pt/Paginalnicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=18999 (12-2008).

Sol (2007). *Movimento 'Sem Tecto' acampado diante da casa de Lula*. N/D. Disponível em http://sol.sapo.pt/Paginalnicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=29531 (01-2008).

Sol (2008). *Ao fim de quatro anos desocupada, encosta tornou-se 'o novo Casal Ventoso'*. Lusa. Disponível em http://sol.sapo.pt/Paginalnicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=87848 (10-2008).

Sol (2008). *Associação promove Santo António para idosos e sem-abrigo*. Lusa. Disponível em http://sol.sapo.pt/Solidariedade/Noticias/Interior.aspx?content_id=97268&tab=community (11-2008).

Sol (2008). *Coreto do jardim marginal transformado em «lar» de três sem-abrigo*. Lusa. Disponível em http://sol.sapo.pt/Paginalnicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=120577 (04-2009).

Sol (2008). *Crise obriga americanos a viver em carros*. N/D. Disponível em http://sol.sapo.pt/Paginalnicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=111365 (11-2008).

Sol (2008). *Sem abrigo japoneses procuram refúgio e ajuda em cibercafé*. N/D. Disponível em http://sol.sapo.pt/Paginalnicial/Tecnologia/Interior.aspx?content_id=121228 (04-2009).

Sol (2008). *Sem-abrigo morre carbonizado num anexo de uma casa desabitada no Funchal*. Lusa. Disponível em http://sol.sapo.pt/Paginalnicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=82722 (10-2008).

Sporting Clube de Portugal (2007). *Ajude os sem-abrigo e venha ao Futebol*. N/D. Disponível em http://www.sporting.pt/Info/Noticias/noticiasgerais_sportingsolidario_231107_39145.asp (12-2007).

Time Magazine U.S. (1955). *Foreign News: Les Clochards*. N/D. Disponível em <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,807248,00.html> (08-2011).

- Tribuna da Madeira (2008). *CSSM tem 80 casos referenciados de sem-abrigo no Funchal*. Sara Silvino. Disponível em <http://www.tribunadamadeira.pt/?article=7451&visual=2&layout=25&id=2> (05-2008).
- Tribuna da Madeira (2008). *O itinerário que fica longe dos “olhos” de Cavaco Silva*. Sara Silvino. Disponível em <http://www.tribunadamadeira.pt/?article=7365&visual=2&layout=25&id=2> (10-2008).
- TSF Online (2006). *Homem pendura-se na ponte para defender os sem-abrigo*. Lusa. Disponível em http://tsf.sapo.pt/online/vida/interior.asp?id_artigo=TSF17635 (01-2008).
- TSF Online (2007). *Japão. Governo encomenda estudo sobre “sem-abrigo dos cybercafés”*. N/D. Disponível em http://tsf.sapo.pt/online/vida/interior.asp?id_artigo=TSF182868 (01-2008).
- TSF Online (2007). *Plano de contingência para eventual «onda de frio»*. N/D. Disponível em http://tsf.sapo.pt/online/vida/interior.asp?id_artigo=TSF186479 (01-2008).
- TSF Online (2008). *Sem-abrigo de Nova Iorque têm esperança em Barack Obama*. N/D. Disponível em http://tsf.sapo.pt/PaginalInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1033512 (11-2008).
- TSF Online (2009). *A Minha Família É Esta Cidade*. António Pinto Rodrigues. Disponível em http://ipjornal.com/artigos/400815_a-minha-familia-e-esta-cidade.html (04-2009).
- TVI (2006). *Gisberta foi brutalmente assassinado no Porto*. N/D. Disponível em <http://www.tvi.iol.pt/informacao/noticia.php?id=702971#> (01-2008).
- TVI (2007). *Assaltado armazém da Comunidade Vida e Paz. No interior do armazém havia bens para a festa de Natal dos sem abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.tvi.iol.pt/informacao/noticia.php?id=890426> (01-2008).
- TVNet (2009). *Porto: LBV intensifica apoio aos sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://tvnet.sapo.pt/noticias/detalhes.php?id=38856> (04-2009).
- TVS - Terras do Vale do Sousa (2009). *Cruz Vermelha e Associação dos Combatentes concertam ajuda para militares sem-abrigo*. N/D. Disponível em <http://www.jornaltvs.net/noticia.asp?idEdicao=157&id=13562&idSeccao=2143&Action=noticia> (04-2009).
- Zenit (2008). *Recomendações para a pastoral dos sem-teto*. N/D. Disponível em <http://www.zenit.org/article-17671?l=portuguese> (05-2008).

Sítios na internet

C.A.S.A – Centro de Apoio ao Sem Abrigo

- Disponível em <http://www.casa-apoioaosemabrigo.org/acasa.html>; (05-2011).

Câmara Municipal de Cascais

- Centro de Apoio Social do Pisão. Disponível em <http://www.cm-cascais.pt/cascais/Print.aspx?guid=%7BB2191BDB-05AE-4C53-B309-3DDF8F437C45%7D> (04-2010).

Câmara Municipal de Lisboa.

- Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo Lisboa, 2009. Disponível em http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/Plano_Cidade_PSA__Abril_2009_-_Aprovado_a_04_de_Maio_de_2009.pdf (05-2011).
- Pessoas sem Abrigo. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=307>. (05-2011).

Carta Social

- Carta social. Disponível em <http://www.cartasocial.pt/index1.php> (05-2011).

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

- Estudo Nacional sobre Saúde e Bem-Estar Psicológico. Disponível em http://www.fcm.unl.pt/main/index.php?option=com_content&task=view&id=405&Itemid=169 (01-2010).

Lusa, Agência de Notícias de Portugal, S.A.

- Missão. Disponível em <http://www.lusa.pt/info/lusa/lusainfo.html>. (09-2009).

Rede Social

- Rede Social Lisboa (2009). Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo Lisboa. Disponível em <http://www.redesocial-lisboa.pt/> (08-2011).

Segurança Social

- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015. Disponível em <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.06.07.03.02> (08-2011).

World Health Organization

- International Classification of Diseases (ICD). Disponível em <http://www.who.int/classifications/icd/en/> (01-2010).